

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**NATANIÉL DAL MORO**

**O PENSAR DA ELITE SOBRE O POVO COMUM:  
ESPAÇO PÚBLICO, VIVER URBANO E RETERRITORIZAÇÃO  
DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE  
(DÉCADAS DE 1960-70)**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2012**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

NATANIÉL DAL MORO

**O PENSAR DA ELITE SOBRE O POVO COMUM:  
ESPAÇO PÚBLICO, VIVER URBANO E RETERRITORIALIZAÇÃO  
DO CENTRO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE  
(DÉCADAS DE 1960-70)**

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO

2012

**Banca Examinadora**

---

---

---

---

---

Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos.

HOBBSAWM, Eric John. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

## AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Professora Doutora Yvone Dias Avelino, pela orientação deste trabalho. Seguramente o seu comportamento humano e profissional são exemplos à minha formação.

Às Professoras Heloisa de Faria Cruz e Maria Izilda Santos de Matos, pela atenção com que analisaram esse trabalho na época da qualificação e pelas sempre oportunas discussões historiográficas que, como historiadoras, fazem no âmbito acadêmico e na vida pública.

Às Professoras Doutoras Maria Odila Leite da Silva Dias e Vera Lucia Vieira e ao Professor Doutor Antonio Pedro Tota pelas importantes aulas ministradas no decorrer do curso. É muito bom aprender com a experiência de pesquisadores bem mais tarimbados.

À Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, e, em especial, à Secretária Betinha, que sempre esteve pronta para fornecer as informações que solicitei em inúmeros momentos do curso.

O diálogo com os integrantes do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), que é coordenado pela Professora Yvone Dias Avelino, também foi fundamental para direcionar e problematizar determinados pontos da tese. Os freqüentes encontros de pesquisa, palestras, reuniões da Revista Cordis e eventos dos mais variados foram muito produtivos. A qualidade das discussões originadas nestes momentos foi imprescindível para a feitura da tese, assim como as conversas com os colegas de turma, tanto do doutorado como do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pela concessão de bolsas de estudo na PUC-SP e na Universidade Nova de Lisboa (UNL), na cidade de Lisboa, em Portugal. Esta última, embora concedida pela CAPES, não foi implementada. Nesse percurso, agradeço a atenção da Professora Doutora Ângela Maria Vieira Domingues em ser minha co-orientadora na Europa e do Professor Doutor Alex Moreira Carvalho, que prontamente analisou e redigiu parecer favorável sobre o meu plano de pesquisa na UNL.

Ao José Edison da Silva, à Luiza Bortolazzo e à Maria Aparecida da Silva, pelo fraterno acolhimento, amizade e atenção que sempre dispensaram à minha pessoa. O meu mais profundo muito obrigado para vocês.

Às queridas Professoras Doutoras Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner e Mariluce Bittar, que, quando cursei a graduação em História na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na cidade de Campo Grande, foram excelentes educadoras. Meu fraterno muito obrigado por tudo que vocês se dispuseram a me ensinar.

Assim como no mestrado, agradeço agora, no término do doutorado, imensamente aos meus pais, Maria Elisabete Giollo Dal Moro e Natalim Dal Moro, por todo tipo de ajuda prestada, em especial a financeira. Eles merecem toda a minha gratidão, assim como a minha querida tia e madrinha, Maria Odete Giollo, que sempre se colocou à minha disposição para qualquer empreitada. Às minhas queridas irmãs, Déborah Dal Moro e Patrícia Dal Moro, pela ajuda em vários momentos desta caminhada.

MORO, Nataniél Dal. *O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

**Resumo:** Essa tese analisa como uma parte das elites dirigentes da cidade de Campo Grande concebeu a presença de populares, trabalhadores humildes, leiteiros, mendigos, prostitutas, andarilhos, e de toda uma gama de outros pobres que se fazia visível no centro da cidade, em particular nos seus espaços públicos. O presente trabalho investiga também outras questões, a saber: 1º) como determinados textos produzidos por autores memorialistas contribuíram para edificar um passado glorioso sobre os pioneiros e os seus feitos; 2º) mostra-se as práticas da elite e do povo comum na urbe; 3º) localiza-se os conflitos entre elite e povo comum no espaço citadino e 4º) demonstra-se que o veículo de comunicação impresso *Correio do Estado* atuou como um partido político, defendendo a existência de uma cidade civilizada, moderna e ordeira frente aos modos de viver de outros sujeitos, sobretudo os praticados pelo povo comum. A maior parte das fontes foi coletada nos seguintes locais: Arquivo Histórico de Campo Grande, Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Fundação Barbosa Rodrigues, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, sobretudo, Arquivo do *Jornal Correio do Estado*. São textos e imagens produzidos por estas instituições e por diversas associações, institutos, secretarias e pessoas civis. Matérias jornalísticas de diversos enfoques, mapas, informes publicitários, imagens fotográficas, crônicas, publicações oficiais, como leis, códigos, decretos, portarias e resoluções, além de cartas publicadas por entidades e autoridades públicas e privadas, dentre outras, que também integram o rol de fontes. Os escritos de Karl Marx, Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, Raymond Williams e Pierre Bourdieu foram fundamentais para problematizar estas fontes. O *Correio do Estado* (CE) mostrou em suas páginas magistralmente o cotidiano urbano e a cidade em transformação. Externou um diálogo conflituoso entre os poderes públicos constituídos e a sociedade de modo geral. O CE também mostrou com riqueza de detalhes a tendenciosidade dos meios de comunicação, com destaque para a partidarização em prol de um ou outro objetivo. Nesse sentido, o CE atuou como um partido político, pois atendeu os anseios de alguns grupos, indiscutivelmente mais da elite local do que das pessoas comuns, e negou o interesse de outros tantos sujeitos. No entanto, quando o CE descreveu e analisou a cidade ele não mostrou propriamente a cidade em todas as suas formas e essências, mas muito mais a sua concepção de mundo sobre a cidade e os valores que defendia. Logo, as matérias publicadas no periódico não mostram propriamente a história da cidade de Campo Grande, e nem dos sujeitos que nela estavam, mas, sobretudo, a história da atuação deste meio de comunicação como agente político que representou determinados grupos e valores sociais e agiu de diversos modos sobre a cidade e a população de Campo Grande, muito mais com o objetivo de defender os interesses dos grupos que representou do que quaisquer outros propósitos.

**Palavras-chave:** Modernização urbano-citadina. Elite. Pessoas comuns. Jornal impresso.

MORO, Nataniél Dal. *Elite's thinking about common people: public space, urban living and reterritorialization in the center of the city of Campo Grande (decades of 1960-70)*. 2012. 310 f. Thesis (Doctorate in Social History) – Post Graduate Studies Program in History, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

**Abstract:** This thesis analyzes how a part of the ruling elite of the city of Campo Grande conceived the presence of commoners, humble workers, beggars, prostitutes, milkmen, hikers, and a wide range of other poor people that was visible in the city centre, especially in public spaces. This work also investigates other issues, namely: 1) how certain documents produced by memorialist authors contributed to build a glorious past about pioneers and their achievements; 2°) elite's and common people's practices in the city are shown; 3) conflicts between elite and common people in the city area are identified and 4) it is demonstrated that the printed mass state media *Correio do Estado* served as a political party, advocating the existence of a civilized, modern and orderly city compared with the ways of living of other individuals, especially those by the common people. Most of the sources was collected in the following places: Historic Archive of Campo Grande, the Municipal Chamber of Councillors of Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Fundação Barbosa Rodrigues, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística and, above all, the Archives of *Correio do Estado* newspaper. They are documents and images produced by these institutions and by various associations, institutes, departments and civil people. Stories of several approaches, maps, informative advertising, photographic images, chronicles, official publications, such as laws, codes, ordinances and resolutions, in addition to letters published by public and private organs and authorities, among others, which also make part of the list of sources. The writings of Karl Marx, Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Raymond Williams and Pierre Bourdieu have been fundamental *to problematize* these sources. The *Correio do Estado* (CE) showed masterfully in its pages the urban life and city in transformation. Exposed a confrontational dialogue between public authorities and the society at large. The CE also showed with richness of details the tendentiousness of the media, with emphasis on the partisan nature in favor of one or another goal. At this time, the CE has proved to be a real political party, since it has met the desires of some groups, arguably more of the local elite of that of ordinary people, and denied the interest of many other individuals. However, when the CE described and analyzed the city, it did not show the city itself in all its forms and essences, but much more, its conception of the world about the city and the values it espoused. Therefore, the material published in the journal don't show exactly the history of Campo Grande city, neither the history of the individuals that were in it, but, above all, the history of the performance of this media as a political agent who represented certain groups and social values and acted in several ways regarding the city and the population of Campo Grande, much more with the goal of defending the interests of the groups that the journal represented than any other purposes.

**Key-words:** City-urban Modernization. Elite. Ordinary people. Printed journal.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICG – Associação Comercial e Industrial de Campo Grande  
AJCE – Arquivo do Jornal Correio do Estado  
AMCG – Associação Médica de Campo Grande  
ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CACG – Clube Agrícola de Campo Grande  
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados  
CE – Correio do Estado  
CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses  
CMVCG – Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande  
CNA – Comissão Nacional de Alimentação  
COMUBEM – Conselho Municipal para o Bem Estar do Menor  
CSU – Centro Social Urbano  
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social  
DIPOA – Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FBR – Fundação Barbosa Rodrigues  
FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
FUBEMAT – Fundação do Bem Estar do Menor de Mato Grosso  
FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso  
FUNABEM – Fundação do Bem Estar do Menor  
FUNCESP – Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer  
IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MS – Mato Grosso do Sul  
MT – Mato Grosso  
NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil  
PDN – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODEGRAN – Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados  
PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal  
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
SIPAMA – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas  
SLU – Serviço de Limpeza Urbana  
SOM – Serviço de Orientação do Menor Abandonado  
SOSU – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste  
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento  
UDN – União Democrática Nacional  
UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul .....	18
Imagem 2 – Capa do livro Os Barbosas em Mato Grosso .....	33
Imagem 3 – Mapa do Estado de Mato Grosso .....	36
Imagem 4 – Área do Município de Campo Grande.....	47
Imagem 5 – Planta das ruas da cidade de Campo Grande .....	54
Imagem 6 – Vista aérea da cidade de Campo Grande (1934) .....	83
Imagem 7 – Mapa com as principais vias públicas do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1920-50).....	86
Imagem 8 – Aspecto de uma rua da cidade de Cuiabá .....	89
Imagem 9 – Avenida Afonso Pena, na cidade de Campo Grande (década de 1950).....	89
Imagem 10 – Aspecto de uma rua da cidade de Campo Grande.....	90
Imagem 11 – Vista aérea do centro da cidade de Campo Grande.....	90
Imagem 12 – Vista parcial da construção do prédio mais alto do Estado de MT .....	95
Imagem 13 – Família de migrantes.....	103
Imagem 14 – Família de migrantes na Avenida Afonso Pena .....	104
Imagem 15 – Moradias do povo comum .....	107
Imagem 16 – Mapa com a localização da Favela do Segredo .....	108
Imagem 17 – Favela do Segredo vista de outro ângulo .....	109
Imagem 18 – Moradores da Favela do Segredo.....	110
Imagem 19 – Mapa com a localização da Favela Oficial.....	111
Imagem 20 – Mulher e crianças, ambas mendigando .....	112
Imagem 21 – Migrantes com suas tralhas .....	112
Imagem 22 – Mendigo com chaga .....	113
Imagem 23 – Mendigo morto .....	114
Imagem 24 – Pessoas comuns ocupando o espaço público da cidade .....	115
Imagem 25 – Mendigos embriagados .....	115
Imagem 26 – Migrantes ideais .....	116
Imagem 27 – Mapa com algumas das principais vias públicas do centro da cidade .....	120
Imagem 28 – Rua 14 de Julho .....	121
Imagem 29 – Feitosa, um homem que se vestia com trajes femininos .....	123
Imagem 30 – Algumas áreas com matagal no centro da cidade .....	138
Imagem 31 – Matagal no centro da cidade .....	140
Imagem 32 – Construção do Canal da Maracaju.....	149
Imagem 33 – Ruas e casas inundadas pelas águas do córrego Maracaju .....	149
Imagem 34 – Via pública do centro da cidade parcialmente alagada .....	150
Imagem 35 – Trabalho ambulante de pessoas do povo comum ao lado do Hotel Campo Grande .....	155
Imagem 36 – Mapa com os locais de comércio ambulante no centro da cidade .....	158
Imagem 37 – Aspecto da Estação Rodoviária Laburu.....	159
Imagem 38 – Barracas e quiosques .....	160

Imagem 39 – Vendedores ambulantes e consumidores nas barracas.....	161
Imagem 40 – Mapa de algumas áreas que tinham animais na cidade .....	187
Imagem 41 – Cavalo no centro da cidade .....	190
Imagem 42 – Animais em uma via pública da cidade.....	191
Imagem 43 – Animais no campus universitário .....	192
Imagem 44 – Mapa da região do Bairro Amambai .....	198
Imagem 45 – Mapa da região do Cemitério Santo Antônio .....	200
Imagem 46 – Mapa da Rua Nicolau Fragelli.....	202
Imagem 47 – Mapa da Rua Antonio Maria Coelho.....	205
Imagem 48 – Mapa da Rua Vasconcelos Fernandes.....	212
Imagem 49 – Mapa da região do Bairro Jardim Paulista.....	214
Imagem 50 – Laticínios Campo Grande .....	223
Imagem 51 – Família de migrantes nordestinos na Estação Rodoviária.....	248
Imagem 52 – Padaria-Confeitaria e Lanchonete Espanhola. ....	249
Imagem 53 – Família de migrantes ocupando o espaço público da cidade.....	250
Imagem 54 – Povo comum procurando alimento no lixo.....	250
Imagem 55 – Mapa das ruas da área central da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).....	252
Imagem 56 – Menores engraxates.....	253
Imagem 57 – Grupo de menores engraxates .....	255
Imagem 58 – Flanelinhas. ....	257
Imagem 59 – Menor carregando caixas de papelão.....	258
Imagem 60 – Menor que trabalhava como vendedor ambulante na Rua 14 de Julho.....	258
Imagem 61 – Trabalho “ilegal” de jovens do povo comum .....	259
Imagem 62 – Menores andando pelas ruas da cidade .....	262
Imagem 63 – Menor dormindo no chão .....	264
Imagem 64 – Menor mendigando pelas ruas da cidade.....	266
Imagem 65 – Mendigos solicitando esmolas para as pessoas de “corações bondosos” .....	266
Imagem 66 – Viaturas policiais defronte a Praça Ary Coelho, no centro da cidade.....	268
Imagem 67 – Pessoas comuns fazendo do espaço público da elite um espaço para variadas práticas.....	270
Imagem 68 – Mendiga esmolando na Rua 14 de Julho .....	271
Imagem 69 – Reterritorialização do povo comum.....	272
Imagem 70 – Alguns menores com as cabeças raspadas .....	279
Imagem 71 – Grupo de menores com as cabeças raspadas .....	279
Imagem 72 – Menores trabalhadores em fila indiana.....	280
Imagem 73 – Menores iniciando o trabalho de limpeza das vias públicas .....	281
Imagem 74 – Menores limpando as vias públicas em meio ao trânsito da cidade.....	282

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Endereços das casas comerciais nos informes publicitários da Revista Folha da Serra (década de 1930) .....	88
---	----

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE IMAGENS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – OS PIONEIROS E A EDIFICAÇÃO DE UMA CIDADE MODERNA .....</b>	<b>28</b>
1.1 O passado glorioso dos pioneiros .....	30
1.2 Campo Grande: urbe civilizada e moderna .....	45
<b>CAPÍTULO II – ELITE, ESPAÇO PÚBLICO E POVO COMUM .....</b>	<b>69</b>
2.1 Exaltando a cidade-símbolo do divisionismo de Mato Grosso .....	72
2.2 Povo comum e reterritorialização de espaços públicos .....	98
<b>CAPÍTULO III – (DES)ORDEM DO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE .....</b>	<b>124</b>
3.1 Uma cidade suja .....	128
3.2 Estabelecimentos imundos, mal cheirosos e sujos.....	151
3.3 Territórios animais .....	174
<b>CAPÍTULO IV – O POVO COMUM NA CIDADE: TRABALHO E VIVER URBANO.....</b>	<b>195</b>
4.1 Saneamento moral.....	196
4.2 Criminalização dos trabalhos do povo .....	215
4.3 Institucionalizando o trabalho digno .....	246
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>286</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>291</b>
I – Fontes.....	291
II – Bibliografias .....	303

## INTRODUÇÃO

Essa tese, antes de ser um trabalho acadêmico, é um escrito que “deriva de uma posição política” do autor e, como tal, é politicamente partidária de uma forma de pensar o mundo.<sup>1</sup> Levando em consideração esse entendimento, o presente trabalho, intitulado O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70), primou, sobretudo, por analisar como os sujeitos históricos se relacionaram em sociedade e como determinados sujeitos impuseram os seus modos de viver sobre outras culturas.

Este estudo divide-se em duas grandes questões. A primeira consistiu em compreender de forma mais detalhada o pensar da elite sobre o povo comum que ocupou o espaço público do centro da cidade de Campo Grande nas décadas de 1960-70 e as implicações disso na própria cidade. Já a segunda, buscou responder de modo mais sistematizado as valiosas indagações feitas pelas Professoras Doutoras Marisa Bittar e Estefânia Knotz Canguçu Fraga sobre a minha dissertação de mestrado, defendida na PUC-SP em 2007 sob a orientação da Professora Yvone Dias Avelino.<sup>2</sup>

Para tanto, é essencial que se conheça uma parte da história, e mais especificamente da historiografia, que alçou o povo comum à condição de sujeito que devia ser analisado.<sup>3</sup> Segundo Edward Thompson, ao se fazer a história da gente comum, os historiadores optaram por outros “contornos temporais”, deixando, no caso inglês, de se ter 1789 ou 1832 como “ponto de partida para os estudos.”<sup>4</sup>

Uma parte dos trabalhos que abordaram o povo comum é originária do que Thompson chamou de “liberação” da história operária.

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. IX.

<sup>2</sup> MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

<sup>3</sup> Utilizaram-se os termos povo comum e/ou pessoas comuns no sentido atribuído a eles por HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 18-33. Ver também os textos de SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62; SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 352-390; ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004; THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185-201; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vale frisar que tanto Frederick Krantz como Eric Hobsbawm, ressaltaram que George Rudé foi um dos pioneiros – para Hobsbawm ele foi “ilustre pioneiro” – no estudo do “homem comum” e/ou da “história da gente comum.” KRANTZ, Frederick. George Rudé e “A outra história”. In: \_\_\_\_\_. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 10-11. Consultar também a obra de um dos professores de Rudé, LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>4</sup> THOMPSON, op. cit., 2001, p. 192.

O que está acontecendo agora com aquilo que costumava ser história operária não é bem uma desintegração, mas uma liberação. Enquanto permaneceu confinada a velhas convenções, era, em certo sentido, um *alter ego* da História Inglesa Oficialmente Correta. Agora que se sente confiante o suficiente para transpor a base defendida por Cole e seus sucessores, tornou-se, porque mais difusa, mais perigosa à Coisa estabelecida constitucionalmente e parlamentar-politicamente.<sup>5</sup>

E é com esta “liberação” da história operária para outras questões que se tem a constituição do povo comum, das pessoas comuns, das classes inferiores ou da gente comum como sujeito histórico e como objeto de estudo da História, nesse caso não mais da chamada “história oficial”, mas sim de uma “outra história.”

Esses sujeitos eram – e são – largamente não-abastados. Grosso modo, pessoas não-públicas que foram pensadas como não-ativas no mundo da política, tanto na esfera nacional como na internacional. Sendo assim, não eram dignas de ter os seus nomes mencionados pelo modo de escrever da “história oficial ou da “história universal.”

Walter Benjamin elaborou um texto no qual contropôs-se a este tipo de história. Nele, o autor repudiou, questionou e combateu os seus pressupostos, bem como as suas implicações na sociedade, uma vez que a “história universal” defende a existência de uma história feita apenas pelos homens públicos.<sup>6</sup>

Essa história é construída geralmente por meio de fontes oficiais, logicamente coletadas apenas nos arquivos oficiais, controlados pelo poder público. Estudam-se, então, os “grandes” feitos dos “grandes” homens públicos e, em alguns casos, também sujeitos do mundo eclesiástico. Essa história – também chamada de *histoire événementielle*, composta de três elementos: 1º) *causa* que produz um 2º) *fato* e que gera uma 3º) *conseqüência*, – faz uma narrativa linear e homogênea da realidade histórica, cujo resultado mais visível é sempre a construção de uma história objetiva, sem conflitos e nem rupturas.<sup>7</sup>

Para Benjamin, o propósito maior da história não-oficial era o de tornar visíveis na historiografia, e atuantes na concretude histórica, os sujeitos por ela estudados, que eram os “dominados.” Pode-se dizer que os temas, as problemáticas e os objetivos dessa história não-oficial consistiam em pensar a atuação das pessoas não-oficiais na sociedade como um todo e no decorrer das mais diversas temporalidades e das mais distantes localizações geográficas.

---

<sup>5</sup> THOMPSON, op. cit., 2001, p. 200-201.

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 153-164.

<sup>7</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985; BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-37.

Tal forma de escrever a história, que privilegiou a análise das pessoas comuns, ficou conhecida na historiografia inglesa como a “história vista de baixo”, local em que o respectivo termo foi cunhado.<sup>8</sup> Essa forma política de pensar uma parte dos sujeitos históricos fez com que se pudesse conhecer, na historiografia, a visão destes sujeitos dominados, que passaram a ser chamados de povo comum. “A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.”<sup>9</sup>

Para Jim Sharpe,

[...] a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. [...] Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escreveram ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história, embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional. A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais.<sup>10</sup>

A “história vista de baixo” trouxe outras contribuições para os saberes históricos e historiográficos. Por meio dela, passou-se a compreender que não havia uma cultura do povo comum, mas sim várias culturas. Thompson defendeu que não se podia falar apenas de uma cultura do “povo pobre”, mas sim de várias culturas, sempre atentando para as contradições existentes entre os sujeitos históricos.<sup>11</sup> Deve-se compreender que

[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> SHARPE, op. cit., 1992, p. 47.

<sup>9</sup> SHARPE, op. cit., 1992, p. 62.

<sup>10</sup> SHARPE, op. cit., 1992, p. 59-60.

<sup>11</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1, p. 13. No texto, não consta somente a palavra “pobre”, mas sim “pobre tecelão de malhas.”

<sup>12</sup> THOMPSON, op. cit., 1998, p. 17.

No Brasil, conforme escreveu Déa Ribeiro Felon, este tipo de história, em especial a que estudou os movimentos sociais urbanos, e em menor proporção os rurais, começou a ser mais conhecida no decorrer da década de 1980 e no início dos anos 90, sendo que houve muita resistência da história já estabelecida, sobretudo a econômica e a política, em aceitar e/ou dividir espaço com este outro modo de fazer história, que passou a ter o termo cultura, na verdade culturas, como o centro das análises, geralmente alicerçadas nas discussões temáticas e nas áreas de investigação desbravadas pela historiografia marxista inglesa nas décadas de 1960-70.<sup>13</sup>

Passou-se, então, a fazer história social por meio da análise das mais diversas culturas. “Falamos sim de culturas no plural e nunca poderemos considerá-la como campo exclusivo de uma só disciplina, seja a história, seja a antropologia ou qualquer outro ramo do conhecimento do social.”<sup>14</sup>

Para descortinar as culturas do povo comum, foram extremamente relevantes os ensinamentos de Benjamin sobre os “pormenores”. Por meio deles, pode-se visualizar toda uma gama de sujeitos históricos que não se fazem perceptíveis no pensamento idealista e nem no historicismo, já que tais correntes de pensamento filosófico buscam perpetuar a chamada história universal, no qual o tempo vivido é pensado como “vazio e homogêneo.”

Ao criticar os pensamentos historicista e idealista, Benjamin externou que a via mais acertada é a do materialista histórico, já que este analisa o passado dos sujeitos oprimidos, pois não se afasta do passado e nem deixa de considerá-lo como um campo repleto de barbárie. O autor sugeriu que se questionasse a tradição que o “passado” nos legou. O historiador precisa, sempre, desconfiar dos documentos e das fontes, assim como dos “bens culturais” com os quais convive e que lhe foram legados pela cultura. O “passado” não é só cultura, mas também barbárie, embora seja externado pelos dominadores como “civilização.”<sup>15</sup>

Na cidade de Campo Grande, urbe que é a capital política e administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), determinados bens culturais edificaram um passado sobre determinadas pessoas e seus modos de viver, assim como desmereceram outras pessoas e os seus modos de viver.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

<sup>14</sup> FENELON, op. cit., 1993, p. 75.

<sup>15</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985, p. 157.

<sup>16</sup> A cidade de Campo Grande está localizada territorialmente no centro do Estado de Mato Grosso do Sul, Unidade Federativa do Brasil criada em 1977. Antes, a região compunha o então sul do Estado de Estado de Mato Grosso.

**Imagem 1.** Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul.  
No centro da imagem, está a cidade de Campo Grande.<sup>17</sup>



Visando a analisar uma parte dessa história, intentei, neste doutorado, estudar o pensar da elite sobre o povo comum que ocupou o espaço urbano-cidadino da cidade de Campo Grande.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. A Unidade Federativa é cortada no extremo sul pelo trópico de Capricórnio e está localizada na Região Centro-Oeste do Brasil. A extensão territorial é de quase 360.000 km<sup>2</sup>. Faz fronteira internacional com as nações do Paraguai e da Bolívia. Limita-se ao norte com os Estados de Mato Grosso e de Goiás. Ao sul com o território do Paraguai. A leste com os Estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná. A oeste faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Os principais rios são: Paraguai, Paraná, Paranaíba, Miranda, Aquidauana, Taquari, Negro e Apa. MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/ms/mapams>>. Acesso em: 10 jan. 2011 e MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 3.

<sup>18</sup> Os balanços historiográficos sobre o termo elite ou classes dirigentes apontam que os membros deste grupo social possuem considerável poder econômico. Há estudos que mostram que o poder econômico alicerçou boa parte da construção de um poder político. Esse tipo de explicação, no caso da relação elite e povo comum, não é muito proveitosa. Sendo assim, não se trata de conceituar elite como um grupo que possuía, somente, poder econômico e/ou político. No meu estudo, considero mais adequado mostrar as ações de grupos da elite sobre as pessoas comuns, e não propriamente conceituar a elite, enquadrando-a em conceituações textualmente possíveis, mas materialmente nem sempre oportunas. Então, define-se elite sempre como um grupo que não se alinha com o povo comum e com a sua visão de mundo. Sendo assim, entende-se, nesse texto, a elite como um grupo de pessoas, não necessariamente apenas os que exerceram poder econômico e político sobre a cidade, mas sim as pessoas que se opuseram ao modo de vida, à cultura, das pessoas comuns que territorializavam a cidade de Campo Grande.

O objetivo geral da presente tese foi o de analisar como as elites dirigentes desta urbe conceberam a presença de populares, trabalhadores humildes, leiteiros, mendigos, prostitutas, andarilhos, e de toda uma gama de outros pobres que se faziam visíveis no centro da urbe e, sobretudo, as territorializações e os trabalhos feitos por prostitutas, entregadores de leite e crianças e adolescentes que ocupavam o espaço público do centro da cidade de Campo Grande nas décadas de 1960 e de 1970.

Analisaram-se também outras questões, a saber: 1º) como determinados textos produzidos por autores memorialistas contribuíram para edificar um passado glorioso sobre os pioneiros e os seus feitos na região sul de Mato Grosso, em particular na história da cidade de Campo Grande; 2º) mostrou-se as práticas da elite e do povo comum na urbe; 3º) localizou-se os conflitos entre elite e povo comum no espaço citadino e 4º) demonstrou-se que o veículo de comunicação impresso Correio do Estado (CE) atuou como um partido político, defendendo a existência de uma cidade civilizada, moderna e ordeira frente aos modos de viver de outros sujeitos, sobretudo os praticados pelo povo comum.

Para tanto, utilizaram-se diversas e variadas fontes. Coletou-se a maior parte delas nos seguintes locais de pesquisa: Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande (CMVCG), Fundação Barbosa Rodrigues (FBR), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e, sobretudo, Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE).

Recorreu-se a obras com mais de meio século de publicação, procurando, por meio delas, estabelecer outro tipo de entendimento sobre a realidade histórica. Analisou-se, em específico, os escritos memorialistas e os oficiais para tentar compreender os valores de mundo que alguns escritores da terra procuraram edificar a respeito das suas origens e do modo de viver dos seus antepassados.

Esses textos forjam o “início” da vida civilizada, do progresso e mostram os homens, as famílias e os sobrenomes que deram “origem” às fazendas e as cidades da região de Campo Grande. Autores como Virgílio Corrêa Filho, José de Melo e Silva, Emílio Garcia Barbosa e Paulo Coelho Machado veicularam em seus escritos uma porção significativa destes valores culturais.

Esses escritores, especificamente no caso de Barbosa e de Machado, elegeram os seus próprios antepassados como fundadores e forjadores das origens desta cidade e região, algo que remonta aos séculos XVIII e início do XIX. Colocaram as suas famílias como “pioneiras” na ocupação do território e como fundadoras de fazendas, povoados, vilas e cidades. Os textos por eles produzidos afirmam que os “desbravadores” venceram uma “natureza hostil” e conquistaram este território, tornando-o brasileiro.

A maior parte destes escritos tentou construir uma história e justificar o predomínio da sociedade pastoril sobre as outras, nesse caso muito mais sobre as pessoas pobres do que qualquer outro grupo social.<sup>19</sup> Contudo, as fontes utilizadas pelos memorialistas geralmente não estão disponíveis em nenhum arquivo estadual ou nacional. Quase todos os memorialistas escreveram as suas obras tendo como base afirmações passadas de pai para filho por meio da tradição oral, do que um contava e o outro recontava, portanto da lembrança do outrora, ou seja, do que tinham ouvido falar dos que já estavam “neste território há muito tempo.”

Apenas um ou outro autor mencionou o fato de ter consultado documentos impressos para redigir os seus textos. Logo, raramente a escrita e as afirmações feitas nessas obras calcaram-se em documentos impressos, sendo que hoje não se tem como consultar as fontes utilizadas pelos memorialistas e, por isso mesmo, não há como cotejar as suas afirmações que, cada vez mais, assumem a condição de verdade única sobre a história da região em que está a cidade de Campo Grande. Sendo assim, analisou-se a contrapelo os textos produzidos por autores memorialistas, visando então encontrar possíveis contradições nesta narrativa.

Ao optar por esse modo de produzir a história, considerou-se que essa mesma história devia ser feita em oposição à “história singular” da sociedade burguesa, produzida no século XIX pela “narrativa cronológica.”<sup>20</sup> Cabe ao historiador social ou da sociedade colocar em diálogo por meio de fontes, e documentações das mais variadas o possível, as pessoas do outrora e tornar presentes na nossa contemporaneidade os porquês e os como elas se relacionavam, os valores que defendiam e os conflitos que empreenderam, os projetos que se tornaram vitoriosos e os que sucumbiram diante de outras culturas, notadamente quase sempre hegemônicas.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> As fontes ditas memorialistas são muito preciosas para quem se dedica ao estudo do pensar da elite sobre o povo comum. Dentre um dos motivos porque afirmo isso é que ao analisar as fontes memorialistas o historiador social pode muito bem descortinar elementos não presentes em outras fontes, logo, não é demais dizer que são muito preciosas. Esses escritos, embora contenham expressiva carga ideológica quase sempre pró-conduta da elite, e por causa disso acabam por negar a existência dos antagonismos que compõem a realidade histórica, podem, quando tensionados à luz não das análises lineares, mas sim das dialéticas, explicitar um mundo composto de diversos sujeitos históricos.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric John. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 156.

<sup>21</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 e GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Além dessas observações, que teórica e concretamente se opõem e justificam historicamente a oposição à história linear produzida pelos memorialistas e também por outros textos, difere em muito também desta mesma história linear os objetivos e as orientações teóricas e metodológicas da história social marxista encampada por Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, entre outros, ainda na década de 1950.<sup>22</sup> Tais reflexões mostram que não se deve pensar as fontes, independente de serem impressas ou não, “como meras fontes de informação”, pois não foram feitas no passado para que o pesquisador pudesse utilizá-las no seu presente.<sup>23</sup>

A história linear, por sua vez, analisa os dados e as provas nesta perspectiva – pensando as fontes como informações neutras e imparciais –, e produz a chamada “verdade histórica” documentalmente comprovada, chegando a construir, para não dizer inventar, histórias, afinal, as narrativas nem sempre possuem comprometimento com a verdade dos sujeitos que viveram a história.<sup>24</sup>

As narrativas, de acordo com Eric Hobsbawm, servem, na maior parte das vezes, para produzir histórias, independente destas corresponderem com a realidade. Na prática, a narrativa positivista é utilizada então para elaborar um passado e uma história, mesmo que ela nunca tenha existido. Perspicazes são as palavras de Hobsbawm: “O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. De fato, na natureza das coisas não costuma haver nenhum passado completamente satisfatório.”<sup>25</sup>

O historiador que não é partidário dessa forma de produção da história e também de vivificação de uma determinada cultura precisa, pelo contrário, sempre fazer mediações de análise com a documentação, tomá-la como força ativa, portadora de historicidade e não simplesmente deslocar assuntos veiculados pela imprensa, tornando-os, sem crítica, parte da narrativa histórica.<sup>26</sup> O grande problema está neste fato, pois, mencionando exemplos relativos aos movimentos sociais ou greves noticiadas na época da Ditadura Civil Militar de 1964, ocorre que as informações publicadas pelos periódicos “são dali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre os movimentos naquele período.”<sup>27</sup>

---

<sup>22</sup> Um balanço historiográfico deste período foi publicado por CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Ver também FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004. Respectivamente sobre escritos basilares dos autores, ver THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 e WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>23</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 35, dez. 2007, p. 256.

<sup>24</sup> Fernand Braudel chamou esta forma textual de ucronia. BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 334.

<sup>25</sup> HOBBSAWM, op. cit., 1998, p. 17.

<sup>26</sup> CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 257.

<sup>27</sup> CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 256.

O pesquisador, por seu turno, deve considerar ainda a problemática que investiga, bem como “os deslocamentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua.”<sup>28</sup>

Nesse trabalho, nem sempre há modelos prontos e materiais em larga escala sobre os assuntos que dizem respeito ao povo comum. “A história da sociedade não pode ser escrita mediante a aplicação dos poucos modelos disponíveis de outras ciências; requer a construção de modelos novos e adequados – ou, pelo menos (afirmariam os marxistas), a transformação dos esboços existentes em modelos.”<sup>29</sup> Frente a falta ou limitação de fontes, utilizei-me, sobretudo, das observações de Walter Benjamin: procurei analisar os documentos a contrapelo que, na sua maior parte, foram coletados na cidade de Campo Grande.<sup>30</sup>

Na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é uma instituição pública e possui escritório na cidade de Campo Grande, tendo mais de 3.000 mil obras disponíveis para consulta, o objetivo principal foi o de coletar dados e informações a respeito da população e da economia no sul de Mato Grosso no referido período. Os Censos de 1960, de 1970 e de 1980 possuem dados numéricos que permitiram compreender o fluxo populacional de migrantes para o sul de Mato Grosso e identificar quais municipalidades foram “invadidas” por estas pessoas.

As fontes existentes no Arquivo Histórico de Campo Grande e na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande também foram muito úteis. Nesses locais existe outra parte das fontes que, por sua vez, possibilitaram compreender as ações empreendidas pelas elites dirigentes frente ao povo comum. Essas documentações constituem-se basicamente de álbuns comemorativos, revistas de circulação regional, relatórios dos poderes executivo, legislativo e das secretarias, tanto das municipais como das estaduais. Outra parcela significativa destas fontes está na Fundação Barbosa Rodrigues (FBR) e no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

Materiais produzidos por autoridades públicas também foram de grande valia, em especial os originados em delegacias, juzizados de menores e secretarias municipais, como a da Promoção Social. Parte significativa dessa documentação foi obtida por meio do impresso Correio do Estado, uma vez que este periódico publicava as determinações do poder municipal. Outra parte foi conseguida na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande.

---

<sup>28</sup> CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 257.

<sup>29</sup> HOBBSAWM, op. cit., 1998, p. 89.

<sup>30</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985, p. 157.

Esses três tipos de fontes – administrativas, judiciais e policiais – permitiram que se entendesse como uma parte das autoridades pensou o povo comum, em especial os menores, quando estes sujeitos reterritorializaram o espaço público da cidade de Campo Grande, seja para se alimentar, morar, trabalhar, higienizar o corpo, fazer sexo, dentre outras tantas ações.<sup>31</sup>

O Arquivo do Jornal Correio do Estado foi o principal local para coleta de fontes sobre o cotidiano da cidade de Campo Grande e do povo comum que nela estava. Este arquivo é fundamental para que se possa compreender o pensar da elite sobre o povo comum.

O periódico Correio do Estado, fundado em 7 de fevereiro de 1954, era o principal, e também o mais importante, meio de comunicação impressa de Campo Grande e de muitas municipalidades do sul de Mato Grosso. Esse impresso defendeu abertamente em suas páginas a existência de uma cidade civilizada e moderna. Nesse sentido, praticamente tudo o que não se enquadrava neste molde foi criticado e criminalizado, havendo uma luta constante para eliminar tal realidade da urbe campo-grandense.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Entende-se trabalho algo que constituiu o ser humano. Trabalho, neste sentido, é também o modo de vida das pessoas. De acordo com Karl Marx, todo processo do ser humano e da natureza é “trabalho”. Conforme escreveu Marx, “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.” MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 211. Ver também MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Sel. e Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1983, p. 146-181.

<sup>32</sup> O CE foi criado com o intuito político de defender e eleger para governador de Mato Grosso, no primeiro lustro dos anos 50, o político Fernando Corrêa da Costa (UDN), seu fundador inicial, que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do PSD. Os principais anunciantes eram as casas comerciais e os estabelecimentos bancários sediados na cidade. RODRIGUES, José Barbosa. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*: Campo Grande, cem anos de história. Campo Grande: FUNCESP, 1999, p. 101. A publicação do CE foi realizada com diversas quantidades de folhas, tendo tiragem aproximada, no início, de 800 exemplares numa cidade que possuía em torno de 50 mil habitantes. Inicialmente contava com edições de 6 a 8 páginas, sendo um periódico vespertino. Havia edições pontuais em que a quantidade de páginas era maior. Depois, já na década de 1970, tornou-se um periódico matutino e o número de folhas aumentou. É nessa década que a utilização de imagens fotográficas passou a ser uma constante nas matérias do jornal. Além deste impresso, vários outros circulavam e/ou eram editados na cidade, a saber: Jornal do Comércio, Diário da Serra, O Matogrossense, Jornal da Manhã, Folha Trabalhista, O Democrata, A Luta Matogrossense, O Repórter, Jornal da Cidade, O Satélite, Notícias matinais, Tribuna e Equipe (este último era um periódico esportivo). Apenas em alguns momentos muito específicos recorreu-se a estas documentações, já que uma ampliação das fontes inviabilizaria a realização dos objetivos desta tese.

O CE, como instituição política, contribuiu decisivamente na construção dos caminhos citadinos de Campo Grande e da região como um todo. Embora no ano de 1954 o CE fosse um “jornal de orientação política”, cuja contribuição monetária vinha dos integrantes da União Democrática Nacional (UDN), como afirmou em 1990 o próprio José Barbosa Rodrigues – que em 1954 assumiu a chefia da redação; posteriormente Barbosa Rodrigues tornou-se proprietário do CE, pois comprou as cotas dos demais sócios –, o CE circulava de forma “precária, mas normalmente.”

Anos depois, portanto apenas

[...] a partir da década dos anos sessenta, a orientação política do órgão foi deixada de lado, tornando-se Correio do Estado um jornal independente e administrado empresarialmente. Durante sua existência, apoiando desinteressadamente candidatos a cargos eletivos, participou de eleições de Fernando Corrêa da Costa (duas vezes governador e senador), Marcílio de Oliveira Lima, Wilson Barbosa Martins, Plínio Barbosa Martins; Levy Dias a prefeito de Campo Grande. A Wilson Barbosa Martins deu apoio integral para a sua eleição a governador.

Dentre as grandes campanhas que incentivou e apoiou destacam-se: construção da usina do Mimoso (que resolveu o problema de energia elétrica de Campo Grande), a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Cuiabá-Campo Grande-Porto XV de Novembro (no rio Paraná), Divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul, etc.<sup>33</sup>

A atuação do CE, como a de todo meio de comunicação, não se restringiu ao campo das letras. Este periódico foi ativo na luta pela defesa dos seus projetos, como o próprio relato de Rodrigues mostrou, no entanto, esse texto externa também que “a orientação política do órgão foi deixada de lado.” Essa afirmação, por sua vez, é mais difícil de aceitar, sobretudo quando se faz uma análise mais detalhada do conteúdo de determinadas matérias e imagens. Barbosa não pertenceu a nenhum partido político, mas o jornal CE, de sua propriedade, apoiou vários políticos.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, José Barbosa. Correio do Estado: histórico. Os meios de comunicação em Campo Grande. *ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte*, jan. 1990, p. 15-16. De acordo com matéria veiculada no próprio CE, esse impresso definiu-se como um “órgão de opinião pública” que sempre esteve “com a população, com o comércio, a indústria e principalmente com a Revolução de 31 de Março de 1964, isto tudo desde o ano de 1954, conforme podem atestar os volumes de nosso arquivo.” Delegado Regional quer silenciar CORREIO DO ESTADO. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 jul. 1966.

<sup>34</sup> Na esfera estadual, o CE apoiou abertamente em 1965 o candidato Lúdio Martins Coelho, da UDN, para o governo do Estado de Mato Grosso, contrapondo-se a Pedro Pedrossian, do Partido Social Democrático (PSD), apoiado por Filinto Müller, que era aliado, nesta eleição, do PTB. Já em 1977, o CE demonstrou preferência “pelo grupo de Pedrossian.” BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009, p. 99-101 e p. 113. No âmbito nacional, o CE foi favorável a presença dos militares no poder a partir de 1964 – acontecimento noticiado neste impresso como “a Revolução moralizadora que salvou esse país” – pois essa ação traria mais ordem e progresso para todo o território nacional. No transcorrer do tempo, o impresso posicionou-se extremamente favorável às práticas políticas destes sujeitos. Em outros instantes, no entanto em menor escala, também se colocou extremamente contrário aos atos dos militares, com a particularidade de contestar e revidar publicamente os trabalhos feitos por militares que atuavam na esfera estadual e, sobretudo, no âmbito municipal. O CE só não se mostrou divergente num ponto: sempre defendeu a cidade de Campo Grande. Para fazer isso teve que combater, sempre, as pessoas comuns que havia na urbe. Comercialização do leite. *CE*, Campo Grande, p. 12 out. 1972.

Além disso, o periódico possui publicações de várias outras áreas, como da política e da economia, que serviram para analisar a parcialidade das práticas empreendidas, tanto pelos órgãos públicos como pelas instituições privadas, sobre os trabalhos de inúmeras pessoas comuns daquele tempo, isto é, décadas de 1960 e de 1970.

Nas páginas deste meio de comunicação há informações valiosas sobre o cotidiano do trabalhador urbano e pobre, embora a sua presença só possa ser visualizada, muitas vezes, quando se faz uma análise a contrapelo, como sugeriu Benjamin.<sup>35</sup> Ademais, só é possível escrever a história do povo comum, em alguns momentos, quando se faz, ao mesmo tempo, a história das elites dirigentes, dos grupos dominantes, da burguesia.<sup>36</sup>

Encontram-se também discussões sobre a cidade e os problemas que as elites diziam existir neste território.<sup>37</sup> Penso que é esta uma das principais contribuições da presente fonte de pesquisa, pois propiciou fatos, quase que diários, de uma forma de compreensão da realidade, ou seja, de uma visão de mundo que o Correio do Estado defendia e veiculava à população via este instrumento de comunicação: o jornal.<sup>38</sup> Para tanto, utilizei o conteúdo escrito dos editoriais, das reportagens ligadas às questões/tensões do mundo urbano-citadino e do trabalho e, sobretudo, matérias não assinadas.<sup>39</sup>

---

<sup>35</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985, p. 157.

<sup>36</sup> Os termos burguesia, classes dominantes e elites dirigentes, neste caso, podem ser compreendidos como sinônimos, já que designam grupos de pessoas que exerciam maior poder de interferência na sociedade em que estavam do que as pessoas comuns. Embora haja inúmeras controvérsias na definição do termo elite, a maior parte dos autores concorda que o termo refere-se a grupos de uma sociedade que possuem diferenciação social e de poder em relação aos demais grupos desta mesma sociedade. Portanto, é neste sentido que se usa a categoria elite neste trabalho. Um apanhado sociológico e historiográfico do termo consta nos seguintes escritos: FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 175-188, out. 2011 e MORO, Nataniél Dal. A cidade que os meios de comunicação apresentam: viver urbano, espaço público e re-apresentações da realidade cidadina. In: FLÓRIO, Marcelo; BARREIRO FILHO, Roberto Coelho; AVELINO, Yvone Dias. *Olhares cruzados: cidade, história, arte e mídia*. Curitiba: CRV, 2011, p. 223-235.

<sup>37</sup> Consultei também o Jornal Diário da Serra (JDS), que começou a ser publicado no final da década de 1960 e encerrou as atividades quatro décadas depois. Esse periódico foi adquirido pela Empresa Correio do Estado e o seu gerente era José Maria, primogênito de José Barbosa Rodrigues. Os exemplares deste periódico vespertino encontram-se na Fundação Barbosa Rodrigues (FBR), constituída essencialmente de livros, obras, documentos e jornais que integravam a biblioteca do próprio Barbosa Rodrigues, dono majoritário do CE. O JDS foi publicado pela primeira vez no dia 29/30 de maio de 1968. A maior parte das edições – vespertinas e diárias – tinha em torno de 8, 12 ou 16 páginas, algumas delas com cadernos especiais destinados às crianças e às mulheres. Ao contrário do CE, os editoriais do JDS sempre abordavam assuntos ligados ao mundo brasileiro e internacional. Dificilmente tratavam de questões cidadinas ou políticas, sejam elas municipais ou estaduais. No entanto, a partir de 1977 esse tipo de política editorial foi alterada. O JDS encerrou a publicação no mês de novembro de 1998.

<sup>38</sup> Entende-se população, neste texto, como um grupo de pessoas que habitavam na cidade e não faziam parte, necessariamente, nem do povo comum e nem da elite. Essa visualização se fez possível analisando os documentos por meio do macrocosmo, contudo, não “há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada.” HOBBSAWM, op. cit., 1998, p. 206.

<sup>39</sup> Exceto em algumas poucas matérias, em quase todas foi preciso adequar e atualizar a grafia contida nos originais, bem como a pontuação dos textos, em particular dos publicados no CE.

A imprensa, neste caso, foi constituidora de visões de mundo sobre a vida urbana, uma vez que definiu projetos, empreendeu formas de luta, colocou sujeitos em diálogo e promoveu a ocupação ou o abandono de espaços públicos. Portanto, deve-se conceber “a imprensa como prática social” e também como “momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar” daquela sociedade.<sup>40</sup>

Em específico, para escrever sobre a elite, os jornais do CE foram de extrema utilidade, sobretudo as chamadas de festas, inaugurações públicas e privadas, colunas sociais, propagandas de empreendimentos imobiliários e notas sobre bares, restaurantes, comércios dos mais variados, dentre outros eventos e locais de sociabilidade das elites.

As imagens contidas em algumas das fontes coletadas no AJCE também foram de grande valia e, portanto, utilizou-se-as não como meras ilustrações, mas sim como textos que precisavam ser analisados e compreendidos, já “que por si só nada podem explicar.”<sup>41</sup> A maior parte das imagens selecionadas é originária de fotografias, cujos autores, infelizmente, não constavam nessa documentação.<sup>42</sup>

Trabalhei com publicações que externaram imagens e, por meio disso, procuraram edificar a existência de uma cidade ordeira, civilizada e próspera. Em síntese, uma cidade que devia ser aplaudida e que tinha, portanto, potencial para ser efetivada como capital política e administrativa de outra Unidade Federativa do Brasil.<sup>43</sup> Porém, estas mesmas publicações trouxeram também imagens de uma cidade que causava demérito para as elites. Essa urbe, por seu turno, devia ser eliminada, assim como os sujeitos que produziam estas ações vexatórias ao progresso de Campo Grande. As classes dirigentes, por sua vez, tentaram, em várias oportunidades, e unindo os mais diversos esforços, materializar essa realidade.

---

<sup>40</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000, p. 20.

<sup>41</sup> SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 31.

<sup>42</sup> Esse material, assim como todo o restante da documentação, não foi pensado em termos de documento verdadeiro ou falso. O fotojornalismo realizado pelo CE, por sua vez, foi analisado como uma fonte parcial e comprometida com determinados valores sociais. A parcialidade não impediu que as imagens, confrontadas umas com as outras, ou com textos gráficos, possibilitassem uma leitura a contrapelo da realidade descrita nas imagens, às vezes até mesmo colocando em cheque a “verdade” contida no documento imagético. Nesse sentido, pensou-se a documentação como uma evidência do passado, como um indício histórico. O pesquisador deve então indagar sob quais circunstâncias a documentação analisada foi produzida. Ou seja, deve-se historicizar o documento. Logo, é irrelevante adentrar na questão do documento ser verdadeiro ou falso. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: imagem e história*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 28-29.

<sup>43</sup> A luta para transformar a região sul do Estado de Mato Grosso, território que hoje compõe o Estado de Mato Grosso do Sul, em uma Unidade Federativa remota, no mínimo, a década de 1930. A partir desse período a cidade de Campo Grande se consolidou como uma urbe economicamente significativa no cenário estadual e passou a ter grupos que defenderam a sua transformação em capital do Estado de Mato Grosso, tirando Cuiabá deste posto, e outros que lutaram para que a cidade fosse a capital de uma outra Unidade Federativa do Brasil. Realidade ocorrida no dia 11 de outubro de 1977 quando o então general-presidente Ernesto Geisel promulgou a Lei complementar n. 31 que criou o Estado de Mato Grosso do Sul por meio da divisão territorial do então Estado de Mato Grosso. A porção norte continuou a se chamar Mato Grosso e a porção sul passou a ser denominada Mato Grosso do Sul. Outros detalhes sobre este assunto estão na obra de BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999. Há que se ressaltar que a historiografia produzida até então não contempla a presença e a interferência do povo comum neste processo. Contudo, tais pessoas também participaram de alguma forma desta história.

A presente tese é estruturada em quatro capítulos. No primeiro, analisou-se como determinados textos memorialistas edificaram um passado glorioso sobre a origem dos pioneiros que ocuparam o sul de Mato Grosso, mais detidamente algumas áreas da Serra de Maracaju, não buscando realizar uma genealogia desse grupo social, mas sim analisar como determinados escritos memorialistas, em especial os editados a partir da década de 1930 até os anos 70, construíram ou reforçaram publicamente a existência de uma narrativa oficial, linear e civilizatória sobre as origens desse grupo, visando a atender e defender os seus objetivos e interesses de classe dirigente, que, aos poucos, contituiu-se como tal e se efetivou em concomitância com o próprio processo de impressão dos textos que integrantes da classe se dispuseram a divulgar em âmbito mais abrangente.

No segundo capítulo, abordou-se de assuntos do espaço público e da presença da elite cidadina neste território, buscando mostrar os espaços por ela freqüentados, as moradias construídas e habitadas e os conflitos e as tensões desta elite com as pessoas comuns que se faziam igualmente presentes no centro da cidade de Campo Grande, que era uma espécie de urbe símbolo do progresso desta elite.

No penúltimo capítulo, tratou-se da desordem que reinava em Campo Grande, dando destaque para questões que eram vistas pela elite dirigente e pelas autoridades como problemas citadinos. A saber: desrespeito legal para com os espaços públicos e privados da cidade, venda de alimentos em locais que estavam em desacordo com a legislação e presença de animais no perímetro urbano.

No último capítulo, analisou-se o pensar da elite, e em menor proporção de outros grupos citadinos, sobre as pessoas comuns que viviam ou simplesmente andavam pela cidade. Enfatizou-se, em especial, os trabalhos empreendidos por prostitutas, leiteiros ambulantes e crianças e adolescentes, bem como o cotidiano destes sujeitos numa cidade civilizada e progressista como Campo Grande, também denominada Cidade Morena, a urbe que “nunca parou” de crescer em Mato Grosso, sendo o “maior centro de progresso e de adiantamento do Estado.” Ademais, era também a localidade “que mais crescia no Oeste do Brasil.”<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Conhece-se Campo Grande pelo cognome Cidade Morena, no mínimo, desde a década de 1910.

## CAPÍTULO I – OS PIONEIROS E A EDIFICAÇÃO DE UMA CIDADE MODERNA

A cidade de Campo Grande foi pensada, pelo menos desde a década de 1930, como a Capital Econômica do Estado de Mato Grosso.<sup>45</sup> Discursos e textos impressos, sobretudo os realizados por autores memorialistas e por autoridades locais, sejam elas públicas ou privadas, procuraram edificar na sociedade em geral esta forma de entender o passado.

Essas fontes, em particular as escritas por memorialistas, descreveram os seus antepassados como pioneiros na fundação da cidade e no desenvolvimento social e econômico da região sul de Mato Grosso, com destaque para a área da Serra de Maracaju, mais especificamente o local chamado Campos da Vacaria.<sup>46</sup> Não obstante, essa mesma forma de pensar o passado num determinado presente construiu um discurso que representou a cidade de Campo Grande como um lugar grandioso.

Essa forma de pensar a realidade, por sua vez, possui uma história. Portanto, o conteúdo desses materiais é altamente comprometido com determinados objetivos políticos de um grupo de sujeitos em especial: os integrantes da sociedade pastoril que se intitularam como sendo os fundadores desta região e fizeram questão, por meio do trabalho de alguns dos seus integrantes, de perpetuar esse entendimento sobre o passado.

Os memorialistas construíram então um passado glorioso a respeito dos pioneiros.<sup>47</sup> Para isso, as memórias orais do outrora se tornaram, pelas letras e palavras dos memorialistas, memórias impressas.<sup>48</sup> Essas memórias são, por sua vez, memórias de outras pessoas e não dos escritores memorialistas. Como todos os documentos, as memórias são parciais e possuem em geral uma funcionalidade política muito latente.

---

<sup>45</sup> A adjetivação literal ou idéia mais ampla que concebia Campo Grande como Capital Econômica de Mato Grosso foi publicizada desde a década de 1930 em diversos impressos, sendo possível destacar alguns: ANDRADE, Arlindo de. A maior cidade. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 40, ago. 1936, p. 30-31 e CONGRO, Rosário. Primórdios de Campo Grande. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 14, jun. 1957, p. 45-47. Esses textos defendem abertamente a idéia de que a cidade de Campo Grande era a maior e mais progressista urbe do Estado de Mato Grosso.

<sup>46</sup> “Dá-se o nome de Vacaria a uma área do sul de Mato Grosso do Sul que se estende das cabeceiras do Rio Anhanduí às cabeceiras do Rio Dourados, numa extensão de 200 léguas quadradas. Nela predominam terras vermelha grudenta, roxa nas áreas de mata, massapé à beira dos cursos de água. Todos os seus rios são navegáveis tanto os que rumam para o Paraná como os que vertem para o Paraguai. Margeando-os, das cabeceiras às barras, estão as matas. Os espigões divisores de águas têm leve declividade. Predominam os campos limpos, cobertos de cerrado ralo. Atualmente, Campo Grande, Ponta Porã e Dourados limitam as fronteiras da Vacaria que tem no centro Rio Brilhante, Sidrolândia e Maracajú.” ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LIII, n. 105, p. 191-214, jan./mar. 1976, p. 191-192. A elite não ficava restrita aos Campos da Vacaria. Havia integrantes deste grupo social também nos distritos de Campo Grande e em municipalidades vizinhas, como Três Lagoas, Aquidauana, Maracaju, Miranda, Nioaque e Rio Brilhante.

<sup>47</sup> Para Fernand Braudel, esta forma textual chama-se ucrônia. Ela imagina “um passado que não se produziu.” Fazer uma história ucrônica significa “brincar de refazer a história, suputar o que teria sido preciso mudar ou desordenar em seus encadeamentos para que ela tivesse seguido outro caminho.” BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 334.

<sup>48</sup> Há memórias orais e também memórias impressas. Não existem memórias que se fazem concretas apenas pela fala das pessoas, dos depoentes, entrevistados ou colaboradores. Os escritos memorialistas constituem-se de memórias antes imateriais que, depois de impressas, tornam-se graficamente concretas.

Os memorialistas, por seu turno, mostraram ao mundo os valores de um grupo, se não de todos os sujeitos, pelo menos externaram inegavelmente alguns valores da elite pastoril e mostraram, na verdade defenderam, essa cultura como adequada ao ambiente, como “certa” diante das realidades naturais e humanas que os pioneiros vivenciaram na região desde o final do século XVIII e, sobretudo, no início do século XIX.<sup>49</sup> Esses materiais apontaram a origem dos pioneiros, falando-nos da saga até a efetiva fixação em terras do sul de Mato Grosso. Em outras palavras, estes relatos falam-nos do poder dos pioneiros sobre determinados espaços sociais.

Essa questão remete-nos para uma observação feita por Pierre Bourdieu. No seu entendimento, os “agentes sociais, bem como as coisas por eles apropriadas, logo constituídas como *propriedades*, encontram-se situados em um lugar do espaço social, lugar distinto e distintivo que pode ser caracterizado pela posição relativa que ocupa em relação a outros lugares [...] e pela distância [...] que o separa deles.”<sup>50</sup>

Os agentes ou sujeitos sociais, então, quando possuem controle sobre o espaço social, podem construir as suas histórias e dar os contornos que mais lhes agradam. Isso não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma luta por memórias. Quando um grupo constrói a sua “história” diante de outros, materializa também a sua “memória” frente a outras histórias e memórias.<sup>51</sup>

Trata-se então, para o trabalho do historiador, de tentar pensar a história desta forma política de representar o passado, que tratou de enaltecer a presença de uns sujeitos e dos seus feitos, lançando-os ao patamar de verdadeiros heróis, tal como fizeram os escritos elaborados por Emílio Garcia Barbosa, José de Melo e Silva e Paulo Coelho Machado.<sup>52</sup> Ao mesmo tempo, essa mesma forma de pensar o passado ocultou desta história a presença de outros sujeitos, que podem ser chamados de povo comum.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> Os grandes inimigos ou desafios dos pioneiros eram os indígenas e o próprio ambiente.

<sup>50</sup> BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 164. Para Pierre Bourdieu, o “espaço é definido pela correspondência, mais ou menos estreita, entre uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) dos agentes e uma certa ordem de coexistência (ou de distribuição) das propriedades. Em consequência, não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente (“não ter eira nem beira” ou não possuir “domicílio fixo” é ser desprovido de existência social; ser “da alta sociedade” é ocupar as altas esferas do mundo social). Também caracterizado pela posição relativa, logo pela *raridade, geradora de rendas materiais ou simbólicas*, de suas localizações temporárias [...] e sobretudo permanentes [...]. Caracterizado enfim pelo lugar que assume, que ocupa (de direito) no espaço por meio de suas propriedades (casas, terras etc.), que são mais ou menos “devoradoras de espaço” (*space consuming*).” BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 164-165.

<sup>51</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 6. Segundo as autoras: “como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais.” E continuam: “a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação.”

<sup>52</sup> BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961; BARBOSA, Emílio Garcia. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963; MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989 (a primeira edição dessa obra data de 1947) e MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1.

<sup>53</sup> HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 21.

Uma obra extremamente relevante, talvez a de maior relevância, e que se opôs a este tipo de entendimento da realidade foi publicada no final da primeira metade do século XX por um escritor militar. Disponibilizada no ano de 1941, a obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de autoria de Nelson Werneck Sodré, contestou a forma memorialista de edificar um passado para os pioneiros e de alçá-los à condição de realizadores incontestáveis do progresso da região dos Campos da Vacaria.<sup>54</sup> Justamente por isso, essa produção é vital para o entendimento da história do Município de Campo Grande, inclusive da parte urbana desta municipalidade.

Vejamos, então, como se deu a formação, ou como foram edificadas textualmente as origens ou o pioneirismo, de pelo menos parte desta elite e como o discurso memorialista materializou a existência de uma cidade civilizada, grandiosa e progressista, que era fruto da forma de pensar o ambiente e do trabalho realizado por estes pioneiros e seus familiares sobre áreas concebidas como “espaços vazios” por este mesmo discurso.

## 1.1 O passado glorioso dos pioneiros

A construção no presente do ato de edificar um determinado discurso sobre o passado é uma das tarefas a que se presta a maior parte dos textos memorialistas, para não dizer todos eles. Essa situação, por seu turno, é perfeitamente compreensível. Como textos altamente políticos e comprometidos com valores de certos grupos, os escritos memorialistas servem a determinados propósitos, logo, é aceitável que tendam e se prestem integralmente a defender os valores e a cultura dos sujeitos e dos grupos neles externados.

Ao definirem os seus genitores e demais familiares como pioneiros que civilizaram a região, a produção memorialista construiu uma narrativa que opôs estes pioneiros civilizados – eles se dizem assim – aos outros – que era o povo comum –, neste caso os incivilizados e ao mesmo tempo bárbaros no discurso da narrativa oficial.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

<sup>55</sup> Para Walter Benjamin, a história universal, linear e homogênea, seguramente é uma força com a qual o historiador materialista depara-se e luta para eliminá-la da sociedade. Nesse sentido, Benjamin defende em seus escritos, de acordo com a filósofa Jeanne Marie Gagnebin, uma “história descontínua”; história esta que faz uma crítica a diversos tipos de história, como a história habitual, a história tradicional e a história universal. A análise do historiador deve obrigatoriamente questionar a narrativa da história oficial que afirma existir uma verdade “natural”, que diz que as coisas estão dadas previamente por causa do ambiente e não em razão das ações políticas dos sujeitos históricos sobre o ambiente no qual os sujeitos vivem. BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. Para outras explicações sobre estes termos, ver o texto MORO, Nataniél Dal. *Reflexões de Walter Benjamin para pensar o “povo comum”*. *Sinais: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)*, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ed. 05, v. 1, set. 2009.

A utilidade política dessa tipificação social é de extrema importância para grupos hegemônicos. Segundo Raymond Williams, ao se utilizar da categoria civilização para definir uma cultura como integrante de um estágio mais avançado da modernidade, define-se em contrapartida que há estágios mais atrasados de cultura: são as culturas primitivas ou bárbaras que, na perspectiva da evolução de estágios, devem se transformar – o mais adequado é evoluir – para culturas civilizadas.<sup>56</sup> O que se chama de primitivo deve sempre desaparecer, dando lugar para culturas mais elaboradas, ou seja, portadoras de valores constituintes da modernidade ocidental.<sup>57</sup>

A região sul de Mato Grosso é um exemplo disso. Nesta luta para civilizar essas terras, que eram vistas como um sertão, os pioneiros foram pensados como sujeitos indispensáveis.<sup>58</sup> Eram portadores e executados de uma linguagem autorizada. Em contraponto, desautorizavam e impediam a existência de outras linguagens.<sup>59</sup>

Tendo esse entendimento como eixo, pode-se pensar a produção memorialista como uma forma de criar no presente um passado bem mais glorioso do que de fato ocorreu. Analisando as obras de autores como Emílio Garcia Barbosa, José de Melo e Silva e Paulo Coelho Machado, dentre outras, vê-se que essa situação foi levada a feito com muita maestria por tais memorialistas.

Os seus relatos colocaram a cultura pastoril como a principal contribuidora para o desenvolvimento, sobretudo econômico e social, da região sul de Mato Grosso. Atribuíram a ela também o fato de parte destas terras, que até o início da década de 1870 eram litigiosas, se tornarem brasileiras, já que com a presença da sociedade pastoril as áreas foram ocupadas populacionalmente e tornadas produtivas, segundo afirmação dos memorialistas. Portanto, a região tornou-se efetivamente nacional.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>57</sup> BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas III*: Charles Baudelaire, um crítico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67-101.

<sup>58</sup> A palavra sertão refere-se sobremaneira ao fato da região ser parcamente povoada. A densidade populacional de Mato Grosso era a menor do Brasil até a década de 1950. Em 1950 a população total do Estado de Mato Grosso era de 522.044 mil habitantes e a densidade demográfica era de apenas 0,41 hab. por km<sup>2</sup>. Já a população do sul de MT era de 309.395 mil pessoas na década de 1950, sendo que 195.850 mil residiam no campo e 113.545 mil moravam nas cidades. CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955, p. 97 e MORO, Nataniél Dal. Cidades, indústrias e operários no sul de Mato Grosso (década de 1950). 2007. In: *59ª Reunião Anual da SBPC*. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.servicos.sbpnet.org.br/sbpc/59ra/senior/livroeletronico/resumos/r2456-1.html>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

<sup>59</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 112.

<sup>60</sup> Essa análise é bastante problemática. De acordo com alguns relatos, a região, mesmo no início do século XX, ainda era um deserto e permanecia perdida. “No fim do século XIX e no começo do XX, fora meia dúzia de pequenas cidades, Mato Grosso era um vastíssimo deserto. Simples pistas, alguns rios navegáveis, ligavam entre si povoações, fazendas, roças, perdidas nesta imensidão verde.” DUROURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. 1º volume: 1894-1904. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977, p. 152. Documentos oficiais também reforçam esta idéia. Consultando mapas produzidos pelo governo brasileiro, vê-se que em edições de 1868 e 1908 a região onde está a cidade de Ponta Porã e adjacências ainda não aparecia como território brasileiro. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p. 93. Neste material, só em edição de um mapa de 1944 o referido território apareceu como pertencente ao Brasil. Segundo Rondon, o Brasil Central devia “integrar-se sem mais tardança na civilização”, pois era “grave manter por muito tempo ainda a ignorância de tão vastas zonas da Terra.” RONDON, Frederico. Colonização nacional, o magno problema brasileiro. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano IV, n. 46, p. 1331-1341, jan. 1947, p. 1340.

As terras litigiosas compreendiam aproximadamente 20-25% do território do sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. A situação foi resolvida somente em 1872, época da assinatura do Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe.<sup>61</sup> Consultando alguns escritos paraguaios, como o de Víctor Queirolo, vê-se que o Tratado de Paz foi, na verdade, muito mais uma ação imperialista do Brasil do que, propriamente, um tratado.<sup>62</sup>

Os escritos memorialistas consideraram também a população nativa como gente belicosa. Os índios foram vistos como matadores do rebanho, invasores, destruidores de fazendas e assassinos.<sup>63</sup> “O que pode ser observado nessas obras é que o índio não é reconhecido como um habitante que ocupava essa região há anos, mas como um inconveniente e agressivo com aqueles que queriam ocupar e explorar suas terras.”<sup>64</sup>

Os paraguaios, por seu turno, foram representados como sujeitos extremamente violentos, que furtavam bens e matavam os animais e as pessoas que estavam nas fazendas dos brasileiros, a maioria deles provenientes de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro, que tinham se apossado de terras na Serra de Maracaju, ou melhor, afazendado-se desde 1836.<sup>65</sup>

Nas afirmações dos memorialistas, sobretudo as feitas por Emílio Garcia Barbosa, as famílias dos pioneiros apareceram como desbravadoras de um território inóspito, agressivo, infestado por animais selvagens e “selvícolas ciumentos e ferozes” que ameaçavam a integridade física dos que tinham chegado para trazer progresso ao “sertão agressivo”, até então distante e isolado do mundo civilizado.<sup>66</sup>

---

<sup>61</sup> DUBY, Georges. *Atlas historique: l'histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988, p. 285.

<sup>62</sup> QUEIROLO, Víctor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay*. Asunción: Salesiana, 1969. Em partes desta região – fronteira do Brasil com o Paraguai, sobretudo nas áreas de fronteira seca – ainda não se tem clareza do que é ser brasileiro e do que é ser paraguaio. Segundo dados divulgados por Sodré, cerca de 89% da população residente na cidade de Porto Murtinho, antes da década de 1940, era composta por paraguaios. A quantidade de indígenas nesta região também era e ainda o é bastante expressiva. Sendo assim, a fronteira existente é muito mais a construída pelo saber cartográfico do que propriamente a materializada pelas relações sociais e econômicas. SODRÉ, op. cit., 1941, p. 105. Na prática, a delimitação das fronteiras em benefício do Brasil foi possível devido a existência das atividades econômicas da erva-mate e da pecuária, pois ambas ocuparam efetivamente as terras antes litigiosas, brasilificando-as. Ainda no tempo da Monarquia, mas em especial a partir de 1889, com o advento da República, a região sul de Mato Grosso passou a ser vista como um território que carecia da presença do elemento nacional brasileiro para breçar a presença do elemento estrangeiro, entenda-se o paraguaio. Há visto que muitos não-brasileiros consideravam parte do sul de MT como terra paraguaia. Portanto, havia constante preocupação de que parte do sul de Mato Grosso deixasse de ser terra brasileira.

<sup>63</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 15.

<sup>64</sup> MALDONADO, Caroline Hermínio; BRAND, Antônio Jacó. A representação indígena guarani em livros memorialistas. *Espaço ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2010, p. 40.

<sup>65</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 13. A representação que propaga os paraguaios como violentos perdura, de certa forma, ainda na sociedade sul-mato-grosse. A respeito da invasão das fazendas por indígenas, ver RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980, p. 49. Estima-se que o sul de Mato Grosso tenha perdido mais de 80 mil cabeças do seu rebanho bovino na época da Guerra. Especificamente sobre a morte de pioneiros por parte de indígenas, consultar LOPES, Joaquim Francisco. *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Campo Grande: IHGMS, 2007, p. 100. O autor achou os cadáveres de Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda, seus companheiros, “mutilados e já em avançado estado de putrefação.” Os acusadores do fato: “três índios.”

<sup>66</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 8 e 65. Os índios também eram chamados de bugres. BARBOSA, op. cit., 1963, p. 35.

As ações dos pioneiros foram colocadas no mesmo patamar da dos bandeirantes, vistos como arrojados, audazes, bravos, no sentido de valentes, destemidos, formidáveis, inteligentes e intrépidos sujeitos que expandiram os domínios do território português na América. A própria capa do livro *Os Barbosas em Mato Grosso*, “composto e impresso nas oficinas gráficas da “EMPRESA CORREIO DO ESTADO LIMITADA”, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, nos meses de agosto e setembro de 1961”, exemplifica a associação que se fez dos pioneiros com os bandeirantes.<sup>67</sup>

**Imagem 2.** Capa do livro *Os Barbosas em Mato Grosso*.<sup>68</sup>



<sup>67</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 7-9 e 71.

<sup>68</sup> BARBOSA, op. cit., 1961.

Barbosa relatou primeiro os feitos dos bandeirantes para então depois falar dos seus antepassados. Afirmou que em 1618 o “audaz e formidável Antônio Raposo Tavares aprisionou boa parte” dos “selvícolas e arrasou o aldeamento” de Guairá, que se localizava próximo ao “caudaloso Paraná.” Os índios guaicurus foram descritos como “valentes cavaleiros”, entretanto, os bandeirantes de Tavares venceram a luta.<sup>69</sup>

A presença de Raposo Tavares no sul de Mato Grosso foi mencionada também por Sérgio Buarque de Holanda. “A área ainda hoje chamada de Vacaria foi cruzada por Antônio Raposo Tavares quando de sua gigantesca expedição à Amazônia.”<sup>70</sup> Em outra obra, Holanda também fez afirmação semelhante:

Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje matogrossenses, preando índios ou assolando povoados de castelhanos. Em 1648, Raposo Tavares atravessa a região de Vacaria, sobe o Paraguai, para ganhar os rios da Bacia Amazônica.<sup>71</sup>

Esse dado, no entanto, é equivocado, pois a bandeira que atravessou a Vacaria era uma expedição subordinada ao Raposo Tavares, porém comandada pelo paulista Antônio Pereira, de Parnaíba. Nessa época, Tavares estava na Bahia, rumando para o Amazonas, como assegurou Vitor de Azevedo.<sup>72</sup>

Equívoco como este é muito comum e, tão comum quanto, é a citação deste e outros equívocos em obras mais recentes.<sup>73</sup> Uma realidade como esta, para este estudo, reforça ainda mais o fato de que parte dos escritos memorialistas fundamenta-se em afirmações pouco precisas do ponto de vista da veracidade histórica.<sup>74</sup>

---

<sup>69</sup> Segundo BARBOSA, op. cit., 1961, p. 7, em 1618 a região dos Campos da Vacaria era chamada Campos do Erê. Antônio Raposo Tavares, no entanto, denominou o planalto da serra de Serra de Maracaju.

<sup>70</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 140.

<sup>71</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 43. Sodré também afirmou que em 1648 a bandeira de Antônio Raposo Tavares atravessou Mato Grosso. SODRÉ, op. cit., 1941, p. 43.

<sup>72</sup> “Em sua monografia de 1904, [...] Washington Luís constrói um trajeto imaginário para a bandeira em apreço. Trabalhou exclusivamente com hipóteses. E assim ainda aumentou as confusões já existentes em torno da empresa, substituindo por novas as fantasias de seus predecessores. Segundo este autor, o itinerário dos sertanistas foi um único, e sempre a partir de São Paulo. Dados o prestígio pessoal de Washington Luís e os aspectos positivos de seu estudo esta versão adquiriu foros de verdade incontestável, firmada com pedra e cal.” AZEVEDO, Vitor de. *Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao “Rio das Almazonas”*. São Paulo: Obelisco, 1966, p. 8.

<sup>73</sup> Sobre isso e também a respeito da existência nos livros didáticos de “abordagens laudatórias e triunfalistas” sobre os bandeirantes, ver PACHECO NETO, Manuel. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. *Educação e fronteiras*, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2010.

<sup>74</sup> Uma das características marcantes do estilo de escrita dos textos memorialistas é que eles não se detêm necessariamente nos documentos impressos. Esse fato, contudo, não é um problema para eles e nem para este estudo, uma vez que não se trata aqui propriamente de inquirir se as fontes utilizadas pelos memorialistas eram verdadeiras ou falsas, mas sim de pensar a historicidade desta construção, já que mesmo a fonte “falsa” tem algo de “verdadeiro” para dizer, assim como a fonte “verdadeira” também pode encobrir “falsidades”. Documentação não é prova de que algo é certo ou errado e nem de que é verdadeiro ou falso. Portanto, os textos memorialistas não primaram por comprovar as afirmações, mas objetivaram, por seu turno, muito mais por fazê-las e torná-las conhecidas e aceitas socialmente, sobretudo para os que não integravam o grupo dos pioneiros. Essa idéia, segundo o memorialista Emílio Garcia Barbosa, não fazia parte dos seus objetivos. Ao ler em várias obras afirmações que julgou erradas, então se viu no “dever de esclarecer” aos demais a história dos seus familiares. BARBOSA, op. cit., 1961, p. 5.

Isso, no entanto, não é um problema, pois esse tipo de produção é caracterizada por um ponto em particular: a predominância da “narrativa cronológica” que, por sua vez, produz uma “história singular”, tal como observou Eric Hobsbawm. Essa história política realizada via narrativa cronológica teve funcionalidade social para as classes dominantes na medida que legitimou um determinado passado que passou a fornecer “um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.”<sup>75</sup>

Seguindo uma linha cronológica e relatando os acontecimentos, o memorialista Barbosa, já se referindo a década de 1820, passou a falar então sobre os sertanistas que tinham chegado no sul de Mato Grosso, que eram os seus antepassados.<sup>76</sup> Utilizando-se de uma narrativa bastante simples, o autor, que se denominou fazendeiro, estudante e portador de uma “linguagem simples de camponês, sem regras gramaticais”, disse que os pioneiros estavam “atrás de terra fértil, de espaço, de largueza onde pudessem assegurar um futuro grandioso para suas famílias.”<sup>77</sup>

Assegurou também que houve índios que ajudaram os sertanistas a se fixar na região e que os primeiros chegantes eram chamados de posseiros.<sup>78</sup> Contudo, não deixou de mencionar que os indígenas não eram tão bons assim, pois em 1844 Francisco Barbosa, a esposa e os dois filhos “foram atacados e mortos por Caiuás de conluio com os escravos que se tornaram calambolas.”<sup>79</sup>

Além dos Barbosa, a região recebeu outras famílias, dentre as quais se destacaram a dos Azambuja, Coelho, Garcia, Moraes, Pereira e Sousa.<sup>80</sup> Tendo terra roxa e vermelha à disposição, que eram de excelente qualidade para a criação e a agricultura, os integrantes destas famílias, além de algumas outras, passaram a povoar essas terras com o aval do poder imperial, já que uma carta de 1874 autorizou um dos sertanistas “a arredar os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família.” Os Barbosa, em específico, passaram a criar gado, pois nas terras de origem, região de Franca, interior de São Paulo, eles eram agricultores.<sup>81</sup>

---

<sup>75</sup> HOBBSAWM, Eric John. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17. As análises sobre “narrativa cronológica” estão na página 156.

<sup>76</sup> A expressão pioneiros quase não foi utilizada pelo autor, mas sim sertanistas, sertanejos arrojados ou mesmo bandeirantes. BARBOSA, op. cit., 1963, p. 14 e BARBOSA, op. cit., 1961, p. 8-9 e 64.

<sup>77</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 3 e BARBOSA, op. cit., 1961, p. 5 e 18.

<sup>78</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 16.

<sup>79</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 15.

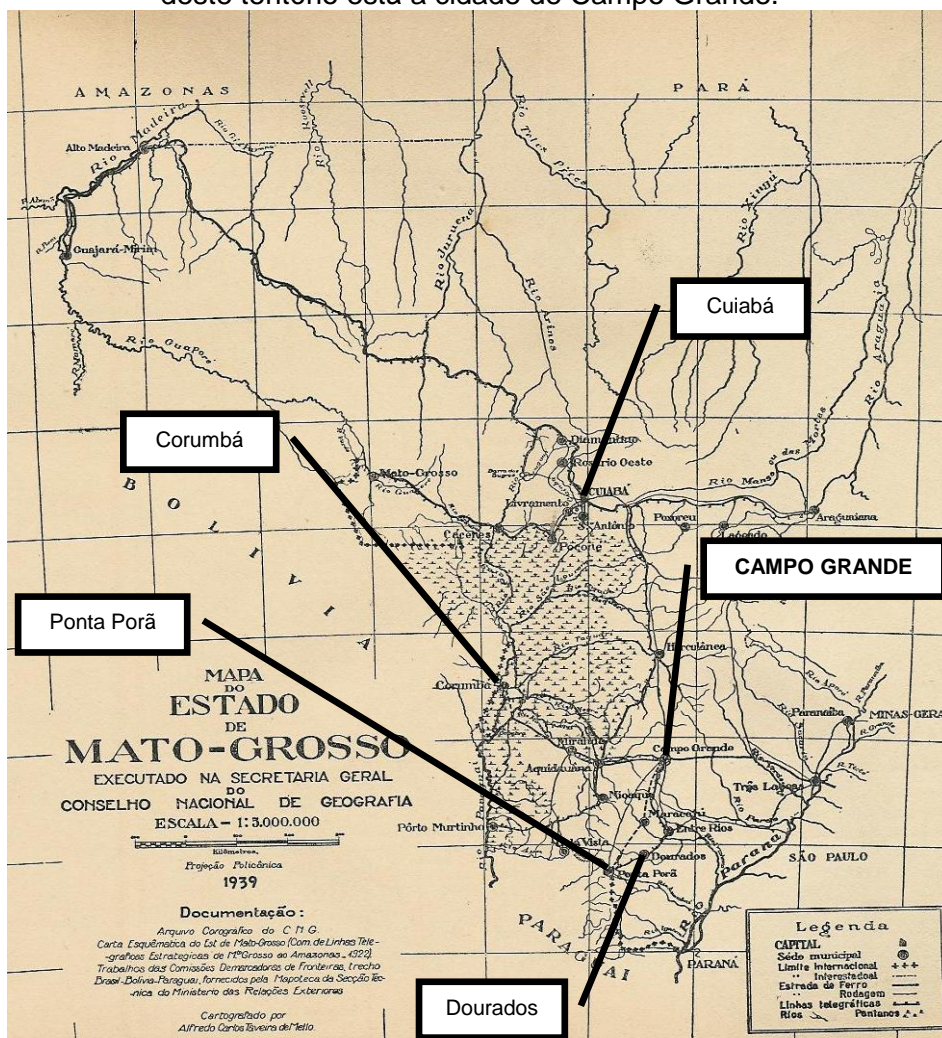
<sup>80</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 40. Aos poucos, os pioneiros arredaram a “hostilidade da natureza”, afastaram os “bandidos que apareciam por ali vindos do Paraguai vizinho e o selvícola traiçoeiro que os atacava em tocaias.” Além dos Barbosas, vieram os Leite, os Nantes, os Pires Martins, os Laós, os Pereira da Rosa, os Diniz, os Assis, os Pinheiros “e diversas outras famílias para a Vacaria que ficou povoada e alegre.” BARBOSA, op. cit., 1963, p. 7 e 10.

<sup>81</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 40, 18, 6 e 20.

De modo geral, esses sujeitos edificaram inúmeras fazendas nos Campos da Vacaria e contribuíram decisivamente na formação de povoados, vilas e cidades, tais como “Campo Grande, Ponta Porã e Dourados” que “limitam as fronteiras da Vacaria, que tem no centro outras localidades de menor importância como Rio Brillhante, Sidrolândia e Maracaju.”<sup>82</sup> A principal base econômica sempre foi a pecuária extensiva, tal como fizeram questão de propagar os escritos memorialistas de Barbosa, de Machado e de Melo e Silva, mas sobretudo os textos dos dois primeiros.<sup>83</sup>

### **Imagem 3.** Mapa do Estado de Mato Grosso.

Na parte superior da imagem está o território do atual Estado de Mato Grosso. Na parte inferior consta o então sul de Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul. No centro deste território está a cidade de Campo Grande.<sup>84</sup>



<sup>82</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 12-13. Antes de receber a denominação Rio Brillhante, a localidade chamava-se Entre Rios.

<sup>83</sup> BARBOSA, op. cit., 1961; BARBOSA, op. cit., 1963; MELO E SILVA, op. cit., 1989 e MACHADO, op. cit., 1990, v. 1.

<sup>84</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasílica, 1939, p. s/p. O mapa foi alterado.

Essa forma memorialista de contar a história dos pioneiros, no entanto, só foi colocada efetivamente em prática depois da publicação, em 1941, por parte de Nelson Werneck Sodré, da obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*.<sup>85</sup> Esse militar, que serviu em Campo Grande na década de 1930, analisou a história dos pioneiros de uma outra forma.

Para ele, no século XIX predominava sobre boa parte da Serra de Maracaju, incluindo-se aí o território no qual está a cidade de Campo Grande, a chamada propriedade pastoril. O rebanho bovino era o principal produto dessa economia. O afazendado, para não dizer possessor, era como se chamava o sujeito da região.<sup>86</sup>

Mesmo tendo Sodré, na obra *Oeste*, desenvolvido análises singulares sobre a questão econômica que permeava no Oeste brasileiro, muito também nos deixou a respeito da organização social dos sujeitos que estavam na Serra de Maracaju, bem como o caminho que tais pessoas fizeram para em tal lugar vir a residir, chegando mesmo a questionar as afirmações antes postas pela narrativa memorialista, nesse caso as contidas na obra *Fronteras guaranis*, publicada em 1939.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Antes dessa obra, apenas a publicação de MELO E SILVA, José de. *Fronteras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani ou avañee*. Rio de Janeiro: Imprensa Metodista, 1939, continha um conteúdo que, de certa forma, elogiava as realizações das famílias pioneiras no sul de Mato Grosso. Melo e Silva era natural do Ceará e tinha bacharelado em Direito. Como havia intensos conflitos políticos entre os integrantes da sociedade pastoril, o poder público estadual, no intuito de resolver essa questão, colocou nos cargos de juiz de direito, em geral, pessoas de outras localidades do país. Na obra *Fronteras guaranis*, o autor se mostrou preocupado com a expressiva presença da cultura guarani na região sul de Mato Grosso. Esses sujeitos, segundo sua análise, comprometiam a nacionalidade brasileira. Portanto, o poder público devia se manifestar a respeito desta questão. Nesse sentido, enalteceu-se a atuação dos pioneiros, já que eles brasilificaram as terras desta região. Essa obra foi republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul em 2003 e passou a ter algumas notas explicativas, mas não uma análise sobre a historicidade do conteúdo do texto de MELO E SILVA, José de. *Fronteras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003. O IHGMS, assim como o Governo Estadual de MS, também republicou a maior parte das obras aqui citadas nas suas primeiras edições. Em 2009 o Governo do Estado lançou a Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul que continha 3 obras: *Anais do desenvolvimento, povoação e conquista do Rio de La Plata*, de Ruy Diaz de Guzman, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de Sodré, e *Pantaneiros matogrossenses: devassamento e ocupação*, de Virgílio Corrêa Filho. Ao todo, foram impressas 500 unidades. O fato é louvável e ao mesmo tempo preocupante, já que estas republicações não primaram por contar a história das motivações iniciais que levaram os seus autores a escrevê-las e torná-las públicas. Será este apenas um trabalho para pesquisadores ou, mais especificamente, para historiadores?

<sup>86</sup> Nos escritos memorialistas de Paulo Coelho Machado, Emílio Garcia Barbosa, José Barbosa Rodrigues, José de Melo e Silva e Virgílio Corrêa Filho estas pessoas foram descritas quase sempre como bandeirantes ou sertanistas. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Brasília, 1939; MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989; BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961; MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1 e RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

<sup>87</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1939. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. Esse livro, integrante da Coleção Documentos Brasileiros, n. 31, dirigida por Octavio Tarquinio de Sousa, é pioneiro na análise da sociedade pastoril no sul de Mato Grosso e pode ser pensado como um texto que defendeu parte dos interesses políticos do Governo Vargas, em particular após 1937, já que questionou a forma de ocupação da terra numa área do Brasil Central. Cabe destacar que na época da publicação da obra, ano de 1941, a maioria dos escritos memorialistas não estava publicada. Portanto, a defesa dos sertanistas, e do seu modo de viver nesta região, só ocorreu depois da divulgação das análises de Sodré. De todas as obras escritas por Sodré, essa foi a única que o autor não alterou absolutamente nada do conteúdo para uma outra edição. O fato não é comum, pois Sodré afirmava que havia publicado mais de 200 livros, entretanto, foram 58. Essa divergência se deve a questão do autor sempre fazer revisões das primeiras edições que publicava, logo, ele considerava que era um outro livro e não o mesmo. No caso da obra *Oeste*, isso não ocorreu, pois Sodré autorizou a publicação em edição fac-simile, portanto, sem nenhuma alteração, sendo disponibilizada ao público no ano de 1990. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

Trata-se então de pensar como o trabalho destes pioneiros organizou a região e a cidade de Campo Grande, já que posteriormente foram eles parte das autoridades do espaço urbano-cidadino em pauta. No dizer do escritor memorialista Paulo Coelho Machado, a “elite condutora” da cidade de Campo Grande.<sup>88</sup>

É em razão disso que o texto escrito por Sodré se torna essencial, uma vez que além de falar da vinda dos pioneiros, também teceu considerações sobre as práticas destes indivíduos, muito mais no sentido de mostrar os conflitos entre eles e os demais sujeitos do que com o intuito de apenas elencar ações, enaltecendo os seus trabalhos civilizadores diante da “natureza selvagem” do local, portanto, romantizando esta origem no plano das palavras.<sup>89</sup>

Sodré evidenciou e justificou, valendo-se para isso de muitos documentos impressos e alguns relatos orais, que a sociedade pastoril tinha como características principais: a grande extensão da propriedade rural e o gado como principal cultura.

A população possuía pobre existência material, a região da Serra de Maracaju era pouco povoada e o local tinha paisagem monótona e triste. No campo quase que inexistia a presença da autoridade pública e havia “localismos perigosos”, isto é, a ação dos chamados coronéis era muito forte, sendo que estes mandavam mais do que o próprio poder público, visto que este último era praticamente nulo.<sup>90</sup>

Parte das afirmações de Sodré pode ser, perfeitamente, contestada. Será que a paisagem da Serra de Maracaju era mesmo monótona e triste? Será que a tradição religiosa era pobre e sem festa? Será que a cultura pastoril nada deixava de si? Entretanto, não é por causa disso que a sua análise sobre a propriedade pastoril perde significado.<sup>91</sup>

Ela é ainda assim ponto-central para estabelecermos um entendimento, uma compreensão sobre como a “elite condutora” organizou a cidade de Campo Grande, pois essa elite era, em significativa proporção, também uma elite rural. Aliás, do campo veio a maioria da elite que direcionou os rumos da cidade de Campo Grande no decorrer do século XX. Outra parte veio também do exterior, de cidades próximas ao litoral brasileiro e de plagas dos demais territórios do Brasil.

---

<sup>88</sup> MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 57.

<sup>89</sup> A questão do ambiente “selvagem” foi mencionada no livro de BARBOSA, op. cit., 1961.

<sup>90</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 22. O que Sodré chamou de “localismos perigosos” foi retratado nas obras memorialistas como a realização de uma “política maldosa e contraproducente” por parte dos políticos “da Capital” que, “receiosos de perder a hegemonia no sul do Estado, que, entretanto, só queria trabalhar, progredir” “enfeitou e armou caudilhos do Sul,” dando-lhes “postos de coronéis de macega, comandantes com poderes de desrespeitarem os posseiros, os velhos povoadores da zona, com direito de matar o gado e levar a cavallhada.” BARBOSA, op. cit., 1963, p. 11.

<sup>91</sup> SODRÉ, op. cit., p. 16, 88-89 e 16. O conteúdo do livro de Sodré foi questionado de forma indireta nas seguintes obras: MELO E SILVA, op. cit., 1989 e BARBOSA, op. cit., 1961.

De acordo com Sodré, no século XIX as terras do sul de Mato Grosso, em particular as da Serra de Maracaju, pouco ou nenhum valor tinham. O que estava sobre a terra e se movia tinha mais valor do que a própria terra. Portanto, os rebanhos que nela estavam é que tinham valor e não a terra em si.

Por volta da metade do século XIX, a região conhecida por Campos da Vacaria, tinha pequena densidade populacional e não se sabia se as terras próximas do que depois constituíram o grande Município de Campo Grande eram efetivamente mais brasileiras ou mais paraguaias.<sup>92</sup> Segundo escreveu Emílio Barbosa, nessa época nem o Paraguai e nem o Brasil tinham conhecimento de quais eram os sujeitos que moravam, de fato, no sul de Mato Grosso. A região, além disso, também era muito violenta.<sup>93</sup>

A violência cotidiana seguramente contribuiu para que as terras da Serra de Maracaju e dos Campos da Vacaria, em particular, embora muito férteis, não tivessem tanto valor. Ter terra era a mesma coisa que não ter nada, já que a terra nessa época não valia quase nada, pois sobre ela não havia, segundo Sodré, significativo trabalho humano.<sup>94</sup>

Outro fator que está diretamente ligado com o da violência é o da quase total inexistência do trabalho humano sobre a terra, isto é, a falta do que se chama de benfeitorias, até pelo fato desses afazendados buscarem constantemente novas terras. Sodré justificou o fato das terras terem pouco valor com a seguinte análise. Observemos:

As posses nada valiam, certamente. Nelas não havia sinais de trabalho humano. Ficavam nas condições primárias em que haviam sido encontradas. Jamais nelas se fazia benfeitorias que elevassem o seu valor. Nisso estava uma das características fundamentais da cultura pastoril: o absoluto desvalor do solo, a desestima pela terra. Nem há vínculo entre ela e o elemento humano que a habita. E, não havendo lavouras e benfeitorias, as casas sendo paupérrimas, como ainda são, nos nossos dias, o padrão de vida tinha de se manter num nível baixíssimo, nível que só o regime pastoril admite e mantém.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> Grande em razão do Município de Campo Grande ter mais de 100 mil km<sup>2</sup>, chegando a fazer divisa até com o Estado de São Paulo, isso em 1899.

<sup>93</sup> Em Campo Grande, essa violência cotidiana perdurou até o início da década de 1920, sendo amainada apenas com a instalação de instituições militares na cidade. BARBOSA, op. cit., 1961, p. 41 e 66. Para uma análise mais abrangente, ver CORRÊA, Valmir Batista. História e violência cotidiana de um “povo armado”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 39, p. 57-73, jul./dez. 2009.

<sup>94</sup> A idéia de que os animais tinham mais valor do que a terra no início da cultura pastoril, meados do século XIX, foi contestada por BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964, p. 11-12, que escreveu: “o gado valia tão pouco!” Para ele, a terra possuía mais valor do que o gado, já que este último “não se precisa cuidar, ele se cria sem o menor cuidado.”

<sup>95</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 84-85. Esta compreensão da realidade foi questionada ainda na década de 1940 por José de Melo e Silva, na obra *Canaã do Oeste*, publicada em 1947. MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

Paralelo aos fatores da violência e da falta de benfeitorias nas propriedades dos afazendados, havia o nomadismo desses mesmos sujeitos. Embora as terras dos Campos da Vacaria e da Serra de Maracaju, em geral, fossem muito apropriadas para a pecuária, já que tinham pastagens exuberantes, os afazendados iam seguindo os rebanhos que, por sua vez, buscavam pastagens em vários locais.<sup>96</sup>

Logo, os afazendados nunca ficavam num mesmo território. Iam para um lugar, depois para outro, bem como retornavam para os locais em que já haviam estado meses ou anos antes. Segundo Sodré, o “nomadismo permanente” que havia no sul de Mato Grosso

[...] prendia-se, em última análise, ao pauperismo profundo do regime pastoril. Os agregados às fazendas viviam de um lado para outro dos horizontes, ora nos chapadões a leste da serra de Amambaí, ora na planície paralela ao Paraguai, ora na região serrana, ora rumo ao norte, conduzindo gado, reunindo gado, vendendo ou marcando gado, sem pouso certo, sem casa fixa, sem residência habitual. Gente de transição, primária, obscura. Todas as crônicas antigas referem a existência, naturalmente mais vincada, desde que a pobreza era maior, desse nomadismo permanente, dessa constante transitoriedade, dessa improvisação eterna, em que cousa alguma se construía, sinal algum se deixava.<sup>97</sup>

Nos textos memorialistas, não há menção ao fato. Essas obras não pensaram em momento algum os pioneiros como nômades. Essa era, na análise destes, uma característica dos indígenas. Os pioneiros, que eram “gente simples, honesta e constante”, vieram à região e se fixaram na terra, que embora fosse “abençoada”, era ladeada “por intensa mata bravia e hostil.”<sup>98</sup>

Para Emílio Garcia Barbosa, os pioneiros trabalharam muito. Esse trabalho, por sua vez, transformou os Campos da Vacaria numa área

[...] rica, valorizada, moderna, subdividida em invernadas menores, com fácil pastoreio. Os tratores rasgam a sua crosta dura para bem penetrar a irrigação; cria gado fino, plantéis de raças puras de “pedigree”, cavalos anglo-árabe e de todas as raças finas. Está, enfim, moderna.<sup>99</sup>

É desse mundo rural, com base na pecuária extensiva e com pouca, para não dizer nenhuma, presença da autoridade pública, seja na zona urbana, mas em especial na rural, que se constituiu o que se pode chamar de elite rural dos Campos da Vacaria, nome pelo qual ficou conhecida “toda a região alta do planalto da Serra de Maracaju.”<sup>100</sup>

---

<sup>96</sup> Ao contrário das afirmações dos memorialistas, que relataram que a região tinha terra “vermelha grudenta” e “matas ubérrimas, de fertilidades inesgotáveis”, BARBOSA, op. cit., 1963, p. 5, Sodré não pensou a terra oestina como fértil, mas sim como um solo precário. “As terras em que o gado se espalhou foram sempre tidas como pobres. Krebs afirma, entretanto, na sua obra expressiva sobre a geografia humana que “o conceito sobre terra pobre ou rica é tão relativo e subjetivo como o de povo culto”. Para dizer, em outro lugar, que “existe uma cultura, por primitiva que seja, a partir do momento em que o grupo humano soube adaptar a sua existência à natureza”. Foi justamente o que aconteceu no Oeste. As terras são, realmente, pobres se se quiser apreciá-las segundo o ponto de vista agrícola. Do ângulo pastoril, entretanto, permanecem ricas, próprias aos rebanhos, favoráveis à sua existência e multiplicação, pelas pastagens [...]” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 119 e 121.

<sup>97</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 85.

<sup>98</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 10 e 12-13.

<sup>99</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 10-11.

<sup>100</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 14.

Portanto, a lei, a ordem, o jeito de agir dependia menos das leis do Estado e mais das alianças e do poder do afazendado, posteriormente o grande proprietário rural que passou a ter também residência na cidade de Campo Grande e interferir institucional e legalmente nos destinos da urbe, defendendo mais os interesses da sua classe do que da sociedade como um todo. Para materializar essa prática, a elite que compunha a sociedade pastoril organizou-se política e partidariamente.<sup>101</sup>

Sodré, embora tenha afirmado que na área onde o regime pastoril se estabeleceu o desenvolvimento era “lento mas constante, monótono mas contínuo”<sup>102</sup>, não deixou de considerá-lo como responsável pela inexpressiva densidade populacional no Oeste brasileiro. Desde que o regime pastoril passou a existir surgiu então o “desertão”, que era uma “força poderosa, tirânica, dominadora.”<sup>103</sup> O desertão permaneceria, segundo Sodré, atuante no Oeste brasileiro,

[...] apesar de todo o esforço humano, apesar de todas as tentativas coletivas, como a permanente força negativa, dispersiva, dissociadora, influenciando sobre todas as outras faces do problema, aquelas que parecem viáveis ante o esforço do centro, da autoridade, do país. As distâncias, essas infinitas distâncias, vazias, tristes, apagadas, permanecerão a incógnita poderosa e eterna. Sobre elas, por mais que se estendam os fios telegráficos, que a audácia e o espírito empreendedor de Rondon lançaram, por mais que se abram estradas, naturalmente pouco compensadoras e caríssimas, por mais que se cruzem nos céus, máquinas modernas, com o formidável poder de encurtá-las e de dominá-las.<sup>104</sup>

O tal do desertão era não apenas um território físico, com muita terra, basicamente vegetação de cerrado e com pouca densidade populacional, mas também uma construção social, uma relação de força entre sujeitos históricos que defendiam a economia pastoril e relegavam para outros planos a economia agrícola. Portanto, deve-se entender a grande propriedade pastoril como inibidora da presença e da fixação de outras pessoas na região.

No entender de Sodré, a sociedade pastoril não trouxe desenvolvimento para o Oeste do Brasil. Esse território só começou a ser integrado ao “corpo da nacionalidade” na década de 1910, quando os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que era uma “obra civilizadora”, ligaram a região ao restante do país. Mesmo assim, nos anos 40 a região ainda permanecia viceralmente divorciada do “corpo da nacionalidade” brasileira, que era composta, sobretudo, pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> Sobre esta questão, consultar as seguintes obras: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009 e BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.

<sup>102</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 122.

<sup>103</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 132.

<sup>104</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127.

<sup>105</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127. Em 1957, a NOB teve o seu nome alterado e passou a integrar um grupo, composto também por outras ferrovias brasileiras, que se chamou Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). No ano de 1996 foi privatizada e mudou outra vez de nome.

Portanto, não foi o trabalho dos pioneiros, chamados por Sodré de “campeadores”, cuja economia era muito “semelhante à do índio”, que transformou as terras oestinas.<sup>106</sup> Também não era feito dos campeadores a integração destas terras litigiosas ao Brasil, tal qual os memorialistas afirmaram em várias das suas obras, pois o labor dos campeadores não modificou “as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades”, tendo em vista a parca ocupação populacional e econômica das terras.<sup>107</sup>

O deserto só seria eliminado da “fisionomia social do Oeste” por meio de “uma permanente e contínua obra civilizadora, apoiada, necessária e imprescindivelmente, numa larga intervenção junto ao processo econômico.”<sup>108</sup>

A “obra civilizadora” tinha alguns elementos essenciais. Para eliminar o deserto, além da pobreza e do primarismo da vida oestina, devia-se ter no Oeste as seguintes estruturas: meios de transportes, larga intervenção na economia pastoril, fator tempo e crescimento demográfico. Estas situações gerariam uma ocupação do deserto pelo regime agrícola. No entender de Sodré, apenas o regime agrícola eliminaria o deserto do Oeste brasileiro.<sup>109</sup>

Tendo em vista esses argumentos, não se deve pensar a região em si mesma como inóspita à presença humana, mas sim a grande propriedade pastoril e os sujeitos que a constituíram como elementos impeditivos desta outra e, não menos, diversa presença humana no Oeste do Brasil, que era a do regime agrícola.

Para o autor,

[...] nada se conseguirá de definitivo sem a intervenção do fator tempo, sem o amparo do crescimento demográfico do país, canalizado, em grande parte, para as suas terras, para cobri-las, já não na dispersão pastoril, mas na densidade de que o regime agrícola é capaz, com o acúmulo de riqueza, a atração fácil a novos elementos, a capacidade de se por em ligação, em contacto com as outras partes do Brasil e da América, transformando-se em celeiro de algumas delas.<sup>110</sup>

Como se pode observar, Sodré não viu na propriedade pastoril uma grande contribuição para o desenvolvimento das terras e da sociedade do Oeste brasileiro. Já a propriedade agrícola, na análise do autor, tinha o poder de transformar esta região. Essa reflexão foi questionada pelos autores memorialistas ainda na década de 1940, sobretudo de forma indireta, já que as publicações não mencionaram literalmente o nome de Sodré.

---

<sup>106</sup> Nas palavras de Sodré: “Economia quase semelhante à do índio. Nas aldeias por que Rondon passou, para o prosseguimento da sua obra formidável, o que encontrou não foi muito distinto do que se vê diariamente na zona pastoril. Certamente, a servidão pastoril não pesa, ela não se reveste de formas brutais, de requintes bárbaros.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 131.

<sup>107</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 118 e 131.

<sup>108</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126.

<sup>109</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 126-127.

<sup>110</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 127.

José de Melo e Silva, valendo-se de uma explicação que é bastante próxima das reflexões contidas nos escritos de Cassiano Ricardo e Oliveira Vianna<sup>111</sup>, fez a seguinte afirmação:

Convém notar que não é bem exata a observação daqueles que vêem o nosso primeiro povoador, o pastor ou vaqueiro do oeste, como homem da primeira etapa da civilização, como elemento que ficou entocado em seus esconderijos, infenso às normas administrativas, ao Poder Público, aos agentes de Governo e da Polícia.

Não examinou com justeza o assunto quem o viu afastado da civilização que penetrava com a via-férrea e com os novos povoadores, em atitude de desconfiança e de hostilidade, como inimigo dos centros urbanos e da nova sociedade que se formava. São generalizações discutíveis e perigosas.

O que se pode admitir é a co-existência dos desviados com os normais, o que sempre se verificou e ainda se verifica nos meios cultos e incultos.<sup>112</sup>

Garcia Barbosa, por sua vez, foi mais breve, mas sem por isso menos enfático. Sobre essa questão, o memorialista, em obra publicada em 1961, escreveu: “Não vieram eles para a vida nômade do pastoreio, conforme alguns escritores quiseram provar, vieram para se radicar atrás de terra boa. Longe da civilização venceram e, tranqüilos com o futuro, já advinham o que isto iria tornar.”<sup>113</sup>

Para Melo e Silva, o homem do campo não concebia as autoridades públicas sediadas nas cidades do sul de Mato Grosso como “inimigas” dos fazendeiros, por ele chamados de “vaqueiros”.<sup>114</sup> Por outro lado, afirmou textualmente que “a autoridade só se faz sentir para a prática de atos de opressão e para esgotar a capacidade tributária do povo.”<sup>115</sup>

Melo e Silva também discutiu a questão do desenvolvimento do sul de Mato Grosso em sua obra. Para ele, o “desenvolvimento sócio-econômico do Sul de Mato Grosso não atingiu ainda um grau condizente com o grande lastro das suas possibilidades” devido três grandes problemas, que eram:

[...] precariedade das vias de comunicação, ausência de braços e de uma relativa assistência pública, desdobrada de acordo com os princípios que devem nortear os Governos que se preocupam com a grandeza do Estado e com o bem coletivo.<sup>116</sup>

---

<sup>111</sup> RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937, OLIVEIRA VIANNA, F. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923 e OLIVEIRA VIANNA, F. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

<sup>112</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 90-91. Emílio Garcia Barbosa também defendia esta concepção, criticando a literatura da época (deve-se entender em especial o livro *Oeste*, de Nelson Werneck Sodré).

<sup>113</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 21.

<sup>114</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 90-91.

<sup>115</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 93.

<sup>116</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 89.

Seguramente Barbosa, Melo e Silva e Sodré não foram os únicos autores a tratar desta questão, bem como seus posicionamentos não são os únicos existentes e nem mesmo são representantes únicos de um ou de outro grupo social. Pode-se mencionar alguns outros autores, tais como Fernando de Almeida, Frederico Rondon, Lima Figueiredo, F. de Paula Cidade, Rezende Rubim e Virgílio Corrêa Filho, que também abordaram com muita propriedade e posicionamento político a relação campo-cidade no Oeste do Brasil, cada qual expondo aspectos dos mais diversos sobre a contribuição do mundo rural na constituição do mundo citadino.<sup>117</sup>

Esses textos, por sua vez, externam a existência de forças sociais diversas que integravam e constituíam tanto o mundo rural como o urbano, limitando-o em alguns aspectos e ampliando-o em outros. Seguramente as forças sociais que apoiavam o posicionamento de Sodré eram minoritárias e se concentravam sobremaneira nas cidades. Já o posicionamento defendido por Melo e Silva tinha como partidários os fazendeiros, em especial os que se opunham ao desenvolvimento das atividades agrícolas e à fragmentação do “desertão”, geralmente utilizadas para a criação extensiva de animais, em particular os bovinos.

De acordo com Sodré, essa “civilização do couro” inseriu-se na economia estadual, nacional e até mesmo internacional justamente por meio do rebanho bovino.<sup>118</sup> Sem hesitar, a base econômica desta elite residiu na atividade pastoril: o rebanho bovino serviu tanto como alimento, moeda de troca ou mercadoria. Era um eficaz meio de comunicação destes sujeitos do sul de Mato Grosso com os outros sujeitos, do Leste do Brasil e, inclusive, com as pessoas de países mais próximos, como a Bolívia e o Paraguai.

Com o decorrer do tempo, a figura do posseiro deixou de existir. Passou-se a vê-lo como fazendeiro que havia modernizado o campo, reduzido o tamanho das propriedades, triplicado a quantidade do rebanho, aumentado a renda e, com o que havia sobrado, pôde então “formar nas academias os filhos para passear pelos estrangeiros, dotar as filhas e viver nas cidades.”<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> ALMEIDA, Fernando F. M. de. A serra de Maracajú – a paisagem e o homem. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944, CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 173-194, abr./jun. 1943, CORRÊA FILHO, op. cit., 1939, FIGUEIREDO, Lima. Oeste matogrossense. *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, p. 717-718, set. 1950, RONDON, Candido. O Estado de Matto Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, p. 14-38, 1923 e RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939.

<sup>118</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 22. Este termo também foi utilizado por outros sujeitos para se referirem a outros locais/regiões do Brasil.

<sup>119</sup> BARBOSA, op. cit., 1963, p. 12.

O cearense José de Melo e Silva, advogado que atuou como juiz de direito das Comarcas de Bela Vista e de Ponta Porã, por volta das décadas de 1930-40, também partilhou do entendimento de que no sul de Mato Grosso o grande proprietário rural era, em grande parte, o integrante da elite urbana. Segundo Melo e Silva, era “muito comum em todo o Oeste matogrossense serem os fazendeiros o mesmo homem da cidade, onde constroem seus prédios residenciais. Isso é o que se observa em Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas.”<sup>120</sup>

Com a presença destas pessoas nas áreas urbanas, foi-se, aos poucos, edificando um discurso memorialista que enalteceu, também, os feitos destes sujeitos na construção das áreas urbanas do sul de Mato Grosso. A cidade de Campo Grande é um exemplo muito apropriado disso. Passou-se a vê-la como uma urbe que só tinha progredido por causa das contribuições provenientes da sociedade pastoril.

## 1.2 Campo Grande: urbe civilizada e moderna

Rosário Congro, considerado por alguns estudiosos como o primeiro historiador de Campo Grande, seguramente externou com bastante clareza a origem de Campo Grande e, ao fazer isso, corroborou para mostrar a importância das fazendas pastoris para o desenvolvimento da cidade que, por sua vez, passou a receber inúmeras benfeitorias materiais em razão da evolução da economia pastoril.<sup>121</sup>

Observemos então o relato de Congro sobre os primórdios da cidade de Campo Grande, não propriamente para constataremos os primórdios em si de Campo Grande, mas sim para que se possa compreender melhor como se deu de forma geral a conquista, a posse pelo território. Ou seja, como as pessoas apossaram-se de uma área, tornando-se proprietárias da mesma.

Em 1872, a quase deserta região meridional da então província de Mato Grosso compreendia, apenas na vastidão dos seus trezentos mil quilômetros quadrados, aproximadamente, as vilas de Miranda, outrora presidio do mesmo nome, fundado em 1797, e Santana do Paranaíba, além das povoações de Nioaque e Coxim.

A invasão paraguaia, levando às poucas e longínquas fazendas, como por toda parte, o saque, o incêndio, a morte, os horrores da guerra, em fúria selvagem, devastara grande parte do imenso distrito de Miranda, dando lugar a que nas suas planícies e nos seus montes e nos seus rios, se realizasse a dolorosa trajetória da coluna de heróis e de mártires comandada pelo coronel Camisão e, nos Dourados, o sacrifício homérico de Antônio João.

---

<sup>120</sup> MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste*: sul de Mato Grosso. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 92. Idéia contida na obra de RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937, da qual Melo e Silva utilizou-se para elaborar parte das reflexões contidas no seu texto.

<sup>121</sup> PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. Rosário Congro: o primeiro historiador de Campo Grande. In: CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 11-20.

Expulso o invasor do solo sagrado da pátria, morto Solano Lopez, o tirano, acuado nas cordilheiras de Aquidabã, voltaram, para a reconstrução dos seus penates os que, conseguindo escapar à sanha do inimigo sanguissedento, se haviam refugiado nas alturas da serra de Maracaju.

Foi então que José Antônio Pereira, velho sertanista mineiro, já sexagenário<sup>122</sup>, deixando o seu arraial de Monte Alegre, nas proximidades de Uberaba, se fez com destino a Mato Grosso com seus filhos Antônio Luiz e Joaquim e quatro “camaradas”, em busca de terras devolutas para lavoura e criação.

Pelo entardecer de 21 de junho de 1872, chegava a pequena comitiva à confluência dos córregos mais tarde denominados Prosa e Segredo, no lugar onde está situado hoje (1919) o matadouro municipal, ponto escolhido para o pouso daquele dia e depois definitivamente adotado. [...]

No ano seguinte, José Antônio Pereira regressou a Monte Alegre, deixando o seu rancho e a sua lavoura incipiente entregues a João Nepomuceno, com quem se associara. [...]

Só em 1875 voltou José Antônio, trazendo sua família composta de sua mulher Maria Carolina de Oliveira, seus filhos Antônio Luiz, Joaquim Antônio, Francisca, Persiliana, Constança, Anna, Rita, Maria Nazareth e três tutelados, e mais as de Manuel Gonçalves Martins, João Pereira Martins, Antônio Ferreira e Joaquim Olivério de Souza, além de muitos agregados. [...]

Compunha-se ela de 62 pessoas ao todo, com seis<sup>123</sup> pesados “carros mineiros”, nos quais vinha não pequena provisão de tudo quanto pudessem necessitar, além de sementes diversas e mudas de cana-de-açúcar, café e outras plantas, devidamente acondicionadas.<sup>124</sup>

O relato de Congro evidencia, dentre muitas outras coisas, que alguns territórios da Serra de Maracaju eram, logo após a Guerra contra o Paraguai (1864-70), um “espaço vazio”. Mesmo já existindo pessoas afazendadas desde a década de 1820 na Serra de Maracaju, havia terras “sem dono”. Portanto, o sujeito que chegasse primeiro podia muito bem apossar-se do lugar. Para ser bem direto, foi isso que ocorreu no caso de Pereira.

Com o término da Guerra contra o Paraguai e o regresso dos soldados para as Províncias do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foi divulgada a notícia de que no sul de Mato Grosso existiam terras ainda não ocupadas pelo homem branco. Isso contribuiu decisivamente para a vinda de migrantes de todos os locais do Brasil.

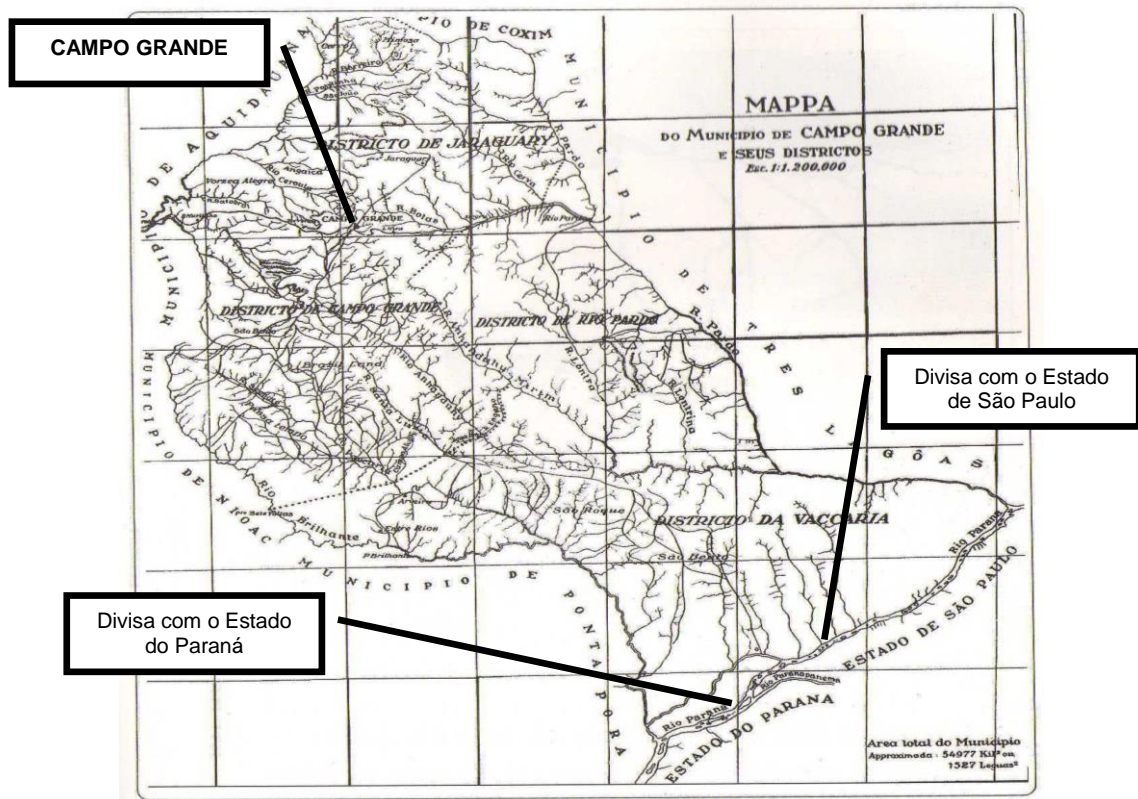
---

<sup>122</sup> José Antônio Pereira estava com 47 anos de idade quando empreendeu sua primeira viagem para o “Campo Grande da Vacaria”. (Nota do editor).

<sup>123</sup> Antônio Luiz Pereira afirmava aos seus descendentes que foram onze “carros mineiros”. (Nota do editor).

<sup>124</sup> CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 23-25. Essa obra foi publicada inicialmente em 1920: CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1920. No material, o autor fez um balanço político-administrativo da sua atuação como autoridade máxima do executivo municipal entre 1918-19.

Imagem 4. Área do Município de Campo Grande.<sup>125</sup>



Na concepção dos pioneiros, as terras não tinham donos, bastava chegar e ocupar. E foi isso que fizeram. Muitas famílias afazendaram-se de imensas áreas, geralmente as próximas de cabeceiras e leitos de rios perenes dos Campos da Vacaria. O surgimento do povoado de Campo Grande, atual capital política e administrativa de Mato Grosso do Sul, é fruto, em certa medida, desta ação.<sup>126</sup>

<sup>125</sup> Em 1922, o território ocupado pelo Município de Campo Grande era superior aos 100 mil km<sup>2</sup>. Nessa época, a municipalidade ainda fazia divisa com o Estado de São Paulo. GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004, p. 23.

<sup>126</sup> Alcir Lenharo mostrou em seu estudo que não havia propriamente terras “sem donos” ou “espaços vazios” no Oeste do Brasil, pois os indígenas nunca se fizeram ausentes deste território. LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste: anos 30*. Campinas: UNICAMP, 1985. Estudos mais recentes, como o de Lúcia Salsa Corrêa, também confirmaram e ampliaram esta análise. “Na Historiografia tradicional sobre a região mato-grossense foi bastante comum o uso dos conceitos *desbravamento* e *vazios territoriais e populacionais*, com o intuito de justificar o processo efetivo de ocupação do sertão que ocorreu nesse período. A idéia de *um deserto de homens* difundida por CORRÊA FILHO, menospreza o papel desempenhado pelas comunidades indígenas e pelas tentativas anteriores de fixação de espanhóis, sertanistas do século XVI e XVII e jesuítas, das quais restaram apenas vestígios após as investidas dos bandeirantes paulistas.” CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira. O sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999, p. 92. A autora citou as seguintes obras de Virgílio Corrêa Filho: *Ervais do Brasil e ervateiros, Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense, História de Mato Grosso, Notas á margem, Pantanaís Mato-Grossenses e A proposito do boi pantaneiro*. Essa questão da conquista e ocupação dos “espaços vazios”, por sua vez, não ocorreu apenas no Brasil, tendo em vista que é algo recorrente em várias regiões da América no século XIX, época de ampliação do capitalismo monocultor e imperialista. Na Argentina, a expansão territorial que incorporou grandes áreas de terras férteis se deu especialmente através de duas campanhas, uma em 1874 e a outra em 1878, “sendo que ambas tiveram o claro objetivo de resgatar o vasto território (o deserto) ocupado pelos indígenas e povoá-lo.” LENZ, Maria Heloisa. *O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, no século XIX. Ensaíos FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 543-560, out. 2006, p. 543.

No entender de Paulo Coelho Machado, escritor de inúmeras e largamente publicadas e divulgadas obras sobre a cidade de Campo Grande, de 1875 – chegada dos pioneiros – até o final do século XIX não ocorreram “fatos relevantes a anotar”. “Os anos que seguiram até 1889 representam a noite da história campo-grandense. Não há, dentro desses quatorze anos, fatos relevantes a anotar.”<sup>127</sup>

Todavia, mesmo afirmando isso, Machado explicitou que havia inúmeras pessoas nos arredores do pequeno povoado. “Algumas famílias, deixando provisoriamente o núcleo primitivo, alojaram-se em sítios próximos, fundando as primeiras fazendas do grupo. Já existiam outras, um pouco distantes.”<sup>128</sup> Depois, afirmou que os

[...] novos fazendeiros iniciaram o penoso trabalho de recrutamento do gado bravo ou bagual. Em local mais distante compravam de João Mota algumas cabeças de gado bovino a 12 e 15 mil-réis. Criava-se a maior riqueza sul-mato-grossense, que representa até os dias atuais o grande lastro de nossa economia: a pecuária. As mesmas pessoas trabalhavam igualmente no povoado. Melhoravam as habitações, todas de pau-a-pique e taipa. Capinavam os caminhos e pátios. Plantavam pomares e hortas. Criavam pequenos animais e domesticavam as vacas para o consumo de leite. As habitações reuniam-se numa única rua, a futura 26 de Agosto, nas imediações das margens do córrego, que eram alagadiças e cheias de espinhos.<sup>129</sup>

No decorrer desses parágrafos fica nítido que os sujeitos do campo não viviam apenas na zona rural, mas que eles interferiam também na parte urbana da então freguesia, para utilizar um termo da época.

Se por um lado é um tanto quanto estranho referir-se a tais pessoas como elite e chamar o espaço do povoado de área urbana, por outro é incontestável afirmar que estas mesmas pessoas tinham sim um expressivo poder local, independente de ser esse local um espaço rural ou um espaço urbano.

Para Paulo Coelho Machado, parte desses sujeitos formava a “elite condutora” de Campo Grande.<sup>130</sup> No final do século XIX, as decisões mais relevantes do povoado de Campo Grande eram tomadas por uma “comissão”, “como de cotio eram solucionados os problemas mais importantes da cidade, por falta de um corpo permanente de representantes municipais.”<sup>131</sup>

---

<sup>127</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 19. De uma família tradicional na cidade e região, Paulo era advogado e pecuarista. Atuou também em diversos cargos públicos. Era extremamente favorável à divisão de Mato Grosso. Suas obras sobre a “história de Mato Grosso do Sul” foram, todas elas, publicadas com o apoio institucional de órgãos públicos municipais e/ou estaduais.

<sup>128</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 19.

<sup>129</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 20.

<sup>130</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 57.

<sup>131</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 28.

Tendo em vista o relato de Machado, é adequado pensar as origens do povoado de Campo Grande como um território em que inicialmente predominou a presença e as ordens dos pioneiros. Nesse sentido, a lei deles era a obrigação dos demais. Por volta do final da década de 1880, de acordo com Machado, existia “completa obediência aos padrões desejados, através do exemplarismo dos mais velhos. [...] Os costumes antigos imperaram por muito tempo.”<sup>132</sup>

Voltemos agora a observar a importância que Rosário Congro conferiu às fazendas pastoris para a evolução de Campo Grande e, então, vejamos como a realidade de “completa obediência aos padrões desejados” foi alterada e que sujeitos fizeram isso, num primeiro momento.

Com a formação das fazendas, essencialmente pastoris, o povoado desenvolveu-se, tornando-se em pouco o centro comercial da riquíssima região, para ele afluindo gente de toda a casta, agenciadores de múltiplos negócios e comerciantes em todos os ramos, que se localizaram, estabelecendo-se uma considerável corrente comercial com o Triângulo Mineiro, principalmente com a importante praça de Uberaba.

Como disse o Dr. Trajano Balduino de Souza em primoroso artigo, “tornou-se o lugar preferido dos boiadeiros, dos viajantes, dos negociantes de toda a espécie, pela sua colocação próxima aos centros produtores do gado, pela amenidade do seu clima, pela sua surpreendente fertilidade, e daí a grande fama de riqueza que irradiou-se por todo o país, tornando-se o lugar quase fantástico, onde, dizia-se, o dinheiro corria a rodos, tendo havido de fato grande acúmulo de capitais trazidos pelos boiadeiros.

Essa fama de riqueza atraiu além de grande número de homens prestimosos que vieram se consagrar ao trabalho honesto, também um grande número de bandidos e desocupados que se exercitavam na prática dos mais hediondos crimes, por contarem com a impunidade, vista não haver aqui uma organização regular de autoridades que pudessem reprimilos.

De muito sangue humano está esta terra saturada, mortos uns para se experimentar uma arma comprada de novo, outros para serem roubados e outros pelo desenfreio das mais violentas e desordenadas paixões brutais.”<sup>133</sup>

Agora, tendo em pauta não apenas o relato de Machado, mas também o de Congro, pode-se então constatar e observar o surgimento de conflitos nas origens do povoado de Campo Grande. Com base nessas fontes escritas sobretudo por memorialistas, pode-se dizer que Campo Grande era um território em que inicialmente predominou a presença dos pioneiros e, com o passar do tempo, houve também uma relativa, embora não pacífica, pluralidade de sujeitos, pois pessoas de vários ramos e de diversas atividades chegaram no povoado.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 30.

<sup>133</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 28-29.

<sup>134</sup> Um exemplo disso é a vinda de integrantes da família dos Vieira. Em meados da década de 1880 já não havia mais tantas glebas devolutas de terras de boa qualidade sem afazendados. Segundo carta de João Honório Vieira ao seu irmão, datada de 1886, era complicado achar terras com qualidade na região de Campo Grande. Nas palavras de Vieira: “não podemos ser morador no Campo Grande, não achei fazenda que me satisfizesse, as melhores já estão tomadas, as que nos informaram lá como a do Motta e outras que tão bem corri, não nos serve porque são pequenas campinas cortadas de serradão péssimo.” VIEIRA, João Honório. Carta de 6 jun. 1886. In: CAMPOS, Peri Alves. Do 1º rancho à locomotiva 44: achegas para a história de Campo-Grande. In: \_\_\_\_\_. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 4.

Ora, mas qual é a importância dessa pluralidade de sujeitos para pensarmos a formação da elite urbana de Campo Grande?

Ela é, sem dúvida, fundamental. Até o momento em que fontes memorialistas ou oficiais apresentam um relato linear e sem conflitos da evolução histórica de Campo Grande, tem-se então, na verdade, um território ocupado por sujeitos de um mesmo grupo, de uma mesma elite.

Todavia, no momento em que essas mesmas fontes, entenda-se oficiais, sinalizam a existência de outros sujeitos no espaço do vilarejo, já por volta do final do século XIX e primeiros anos do século XX, ora chamados no primeiro jornal de Campo Grande, *O Estado de Matto Grosso*, de gente “de toda casta”<sup>135</sup>, ou pelos memorialistas como “marginais”<sup>136</sup> ou “criminosos foragidos”<sup>137</sup>, pode-se começar a pensar o posicionamento dos demais sujeitos, que eram a elite, sobre tais pessoas, portanto, pode-se começar a pensar e delimitar melhor quem era e como atuava a elite urbana de Campo Grande, elite essa que era composta em boa parte por sujeitos proprietários das fazendas e por imigrantes que atuavam notadamente em atividades comerciais.

Depois da criação do juizado de paz, segundo afirmou Machado, o crescimento do povoado acelerou-se. Caras novas foram chegando e ficando. Alguns vinham à procura de terras, outros montavam seus negócios, pequenos ou grandes para a proporção do lugar.

No final de 1898, a população urbana andava perto de trezentas pessoas, todas praticamente morando na mesma Rua 26 de Agosto. Modificava-se a fisionomia do antigo arraial, não apenas fisicamente, pela substituição dos ranchos pelas casas de taipa e de alvenaria cobertas de telhas-canoa, como na sua parte anímica; já se preludiava a feição cosmopolita que caracteriza a cidade hodierna. Gente de toda parte começava a procurar a vila sedutora e atraente. Eram os chamados mudanceiros: italianos, espanhóis, portugueses, árabes, brasileiros de todos os rincões e da própria campanha sul-mato-grossense fixavam-se em Campo Grande. A comunidade, que a princípio era dotada de autonomia existencial e até certo ponto permanecia incomunicada com outros grupos sociais, uma espécie de mundo autárquico, isolado, independente, de inopino passou a receber o contato de pessoas oriundas de diferentes espaços geográficos, com formações diversas, que passaram a exercer sua influência sobre a sociedade nascente.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> OS TRILHOS DA NOROESTE CHEGAM A CAMPO GRANDE. *O Estado de Matto Grosso*, Campo Grande, 1 jun. 1914, p. 1.

<sup>136</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 30.

<sup>137</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 31. José Barbosa Rodrigues também sinaliza a existência do fato, mencionado a reflexão como sendo originária de um escrito de Balduino de Souza, que foi transcrito por Rosário Congro. RODRIGUES, op. cit., 1980, p. 50-51 e 55. Contudo, em oposição a estes, havia “os homens de bem que vieram de longe e procuravam consagrar seu tempo ao trabalho e à grandeza da terra.” RODRIGUES, op. cit., 1980, p. 50. Os “homens de bem” já estavam no lugar, sendo, portanto, os pioneiros na ocupação da terra.

<sup>138</sup> MACHADO, op. cit., 1990, p. 52-53. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em funcionamento a partir de 1914, foi essencial para a chegada de adventícios na cidade de Campo Grande.

Machado, por meio de seu texto, evidenciou que Campo Grande tinha, mesmo no século XIX, sinificativa pluralidade social, pois indivíduos de várias partes compunham o povoado e sobre tal território imprimiam diversas práticas sociais. Para quem se interessa pelo movimento, pela diversidade de povos em um mesmo espaço, seguramente esse relato é de vital relevância, mas para o historiador social não se trata propriamente de observar apenas isso.

Mais do que externar uma pluralidade de povos, o relato em questão torna patente a presença não mais apenas dos sujeitos pioneiros existentes nos idos 1875, mas também de pessoas de outras plagas, tanto nacionais como estrangeiros. Portanto, outra fonte crucial para se pensar a formação da elite urbana.

Embora o grupo mais expressivo da elite urbana de Campo Grande fosse mesmo proveniente da elite rural, sobretudo dos sujeitos que eram fazendeiros, os adventícios também contribuíram para a formação da elite urbana campo-grandense, tal como demonstrou Machado.

Boa parcela das casas comerciais da cidade de Campo Grande era comandada por migrantes e/ou imigrantes que, com o passar do tempo, foram cada vez mais ocupando espaço no ambiente da cidade e interferiram nos rumos da mesma e nas ações dos demais sujeitos que nela estavam.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> Os sírios controlavam a maior parte das casas comerciais no sul de Mato Grosso no início do século XX. Muitos comerciantes, diante do enfraquecimento do comércio na cidade de Corumbá e proximidades após a década de 1920, passaram a atuar também ou com mais intensidade em Campo Grande, que nesse período se consolidava como uma cidade economicamente importante no cenário estadual. Data do mês de janeiro de 1905 um embate de forças entre a elite local de comerciantes e os mascates. Historicamente a presença dos mascateadores já era visível no período do Brasil Colônia, quando alguns grupos se deslocavam da região de São Paulo para mascatear em Cuiabá e proximidades e, para lá chegarem, também passavam pelo sul de Mato Grosso. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Outra parte dos mascates aportava na cidade de Corumbá e a partir deste local estendiam as atividades comerciais para o interior do território, abastecendo as fazendas com remédios, perfumes, tecidos e louças. Encomendas a pedido também eram feitas. O trabalho dos mascates, até então realizado muito mais em espaços rurais do que urbanos, não acarretava desacordos e prejuízos expressivos para determinados comerciantes das cidades. Parte dos comerciantes de Corumbá eram eles próprios também os mascateadores que se embrenhavam a percorrer as fazendas. Outra parcela provinha dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais e inclusive do Paraguai. Já na cidade de Campo Grande, a situação era outra. Até o momento em que a cidade, na verdade povoado, carregava de mantimentos e demais produtos, quase sempre entregues pelos mascates, estes não foram retralhados pelo poder público nos seus trabalhos. No momento em que comerciantes locais fixaram atividades, abrindo estabelecimentos comerciais, alguns embates se fizeram mais nítidos. O pagamento aos mascates era feito a base de câmbio. O comprador adquiria a mercadoria e, como moeda da troca, entregava uma ou mais cabeças de gado. Essa forma de pagamento, chamada “a cambio”, foi criticada pelo vereador Jerônimo José de Santana. A autoridade pública defendia a idéia de que os mascates prejudicavam Campo Grande de várias formas: não pagavam impostos, cobravam valores elevados pelas mercadorias que entregavam e dificultavam o trabalho dos comerciantes fixados na cidade. Para resolver esse problema, devia-se cobrar impostos no valor de 4:000\$000 (quatro mil contos de reis) sobre as atividades de cada mascateador. A proposta, no entanto, não foi inicialmente aprovada pela Câmara de Vereadores. Meses depois, em julho de 1905, frente outra investida dos comerciantes da cidade, a lei foi aprovada e a Prefeitura Municipal, através do funcionário chamado Agente Procurador, definiu a ilegalidade dos trabalhos dos mascates que não pagassem impostos. Para que a lei fosse cumprida, podia-se utilizar autoridades armadas e municidadas. O respectivo valor do imposto era, para a época, elevado. Apenas em 1909 o presidente da Câmara Cel. Sebastião Lima alterou a lei. Antes, cada animal carregado de mercadorias tinha que pagar 4 mil, depois o valor foi ficado em 50\$000 (cinquenta contos de reis. Já os carros e as carretas, que podiam transportar maior quantidade de mercadorias, deviam recolher o valor de 800\$000 (oitocentos contos de reis). O imposto sobre os mascateadores que vendiam objetos valiosos, como jóias, era de 100\$000 (cem contos de reis). CONGRO, op. cit., 2003, p. 22.

Em razão do exposto, os pecuaristas e os comerciantes podem ser considerados como os sujeitos que mais contribuíram para a formação da elite urbana da cidade de Campo Grande até o final da década de 1910, pois na década de 1920 a situação foi parcialmente alterada: os militares passaram a ter presença mais efetiva e decisiva na cidade e, com isso, a elite urbano-citadina passou a ser constituída por mais um grupo.<sup>140</sup>

A presença militar em Campo Grande, no sentido de atuação efetiva, foi muito restrita até o início do século XX. Embora várias construções da NOB na cidade tivessem a influência dos militares, além da mesma já ter a elaboração da Planta do Rocio e Villa de Campo Grande, de janeiro de 1910, e esta ter sido fruto do trabalho do engenheiro militar Themistocles Paes de Souza Brazil, e contar com a construção da sede do 11º Regimento da Artilharia Montada (RAM), o grupo dos militares não era significativo no direcionamento dos rumos da cidade.

A transferência de Aquidauana para Campo Grande, no dia 8 de março de 1914, do 5º Regimento de Artilharia Montada foi outro fator de grande importância para a intensificação da presença militar na cidade. Além da vinda de majores, capitães e tenentes, Campo Grande passou a ter mais 172 soldados.<sup>141</sup> Coube também aos militares reordenar parte da estrutura física da cidade. O tenente Dr. Leonel Velasco, que foi auxiliado por Manoel Leite da Silva, abriu e alinhou algumas vias públicas da urbe.<sup>142</sup> A estrutura materializada, por sua vez, estava em consonância como os valores da então recente República de 1889. Muitas das ruas e áreas públicas receberam denominações diretamente ligadas ao universo republicano. É o caso da Praça da República.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup> Embora houvesse, além da pecuária, a realização de outras atividades econômicas, como a extração da erva-mate, no extremo sul de Mato Grosso, na região de Campo Grande era a bovinocultura a atividade econômica mais expressiva. A venda de gado movimentava o campo e também a cidade. Era com o dinheiro proveniente da venda de gado que a sociedade se transformou e as suas elites puderam se manter social e politicamente ativas. Foi com este mesmo dinheiro que a elite pecuarista construiu e se tornou proprietária efetiva da cidade de Campo Grande. Sobre a atividade ervateira ver ARRUDA, Gilmar. *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)*. Campo Grande: Instituto Evaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, 1986. De modo bastante amplo, pode-se dizer que a região sul de Mato Grosso, nessa época, final do século XIX e primeiras décadas do XX, possuía três grandes atividades econômicas: comércio portuário, ervateira e pecuária/indústria saladeril. Em Corumbá sobressaíam-se as atividades portuária e comercial. Já em Ponta Porã (extremo sul, fronteira do Brasil com o Paraguai) a economia ervateira concentrava as atenções e em Campo Grande predominava a pecuária e a indústria das charqueadas/saladeril. CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1780-1920)*. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 1980 e SOUZA, Elza Coelho de. *Viagem através do Brasil: Goiás e Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956, p. 59-65.

<sup>141</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 34.

<sup>142</sup> RODRIGUES, op. cit., 1980, p. 91.

<sup>143</sup> Essa questão é recorrente no período, como tão bem se pode verificar no escrito de CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Mesmo assim, não se pode dizer que até o final da década de 1910 a atuação militar na cidade fosse significativa no sentido que re-ordenar os rumos da cidade, algo que é característica fundamental da elite urbano-citadina, pois os pecuaristas e os comerciantes realizavam isso com mais intensidade, já que não apenas faziam parte da política, mas igualmente conseguiam interferir na política por causa do poder econômico que tinham. Nas palavras de Pierre Bourdieu, pode-se dizer que os militares ainda não tinham uma “linguagem de importância”, pois não conseguiam manipular as “estruturas do espaço” e nem os “signos institucionais de importância”.<sup>144</sup>

Na década de 1910, a cidade de Campo Grande ficou, em algumas oportunidades, “vítima” do poder de forças não-oficiais e também das oficiais e, nessas situações, a presença militar foi um tanto quanto conturbada.<sup>145</sup>

O texto de Peri Alves Campos, médico que atuou em Campo Grande na primeira metade do século XX e escreveu vários extratos sobre a região, demonstra o quão limitado era, por vezes, o poder dos militares, e do Estado em geral, na década de 1910.<sup>146</sup>

Sucessivos acontecimentos, de quando em quando, agitavam a vila, notando-se dentre todos o da ocupação desta pelas tropas avançadas de Bento Xavier que, na madrugada friorenta de 12 de junho de 1911 aqui entrara de surpresa, causando grande pânico e correria. Libertado inadvertidamente, algumas horas passadas de sua prisão, organizou Amando de Oliveira um pelotão de voluntários e energicamente pôs a correr os invasores. Com essa vitória sentiu-se desmoralizado o tenente. Constantino de Souza, comandante do destacamento do exército e que dera “às de Vila Diogo” diante da situação criada pela gente do caudilho rio-grandense. Ordenou a prisão de Amando de Oliveira, a cujo favor o juiz Arlindo de Andrade concedeu hábeas corpus, de que resultou o lacramento da casa do juiz. Sobressaltada a população pela ação do tenente, começaram a chegar boiadeiros armados e a aparecer jagunços entrincheirados e alertados para a primeira refrega. Esta situação se agravou com o *estado de sítio* decretado pelo tenente.<sup>147</sup>

Um relato de Rosário Congro também sinaliza com muita propriedade a “grande efervescência política” ocorrida em Campo Grande no decorrer da década de 1910 e demonstra que nessa década a autoridade militar teve o que se pode chamar de “primórdios”, embora sua atuação ainda fosse pouco expressiva quando comparada com a da elite pecuarista.

---

<sup>144</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 82.

<sup>145</sup> Houve conflitos de palavras e de armas entre fazendeiros e militares, sobretudo após a chegada, em 1889, dos militares ao poder da nação, instalando a República e destituindo o poder monárquico. Sodré explicou que no Brasil, nessa época, havia um confronto quase que cristalizado entre os valores militares e os da sociedade, daí a existência e constância dos embates. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>146</sup> Deve-se entender Estado como um poder que provinha administrativa e legalmente de Cuiabá e não era aceito pela maior parte da sociedade local, sobretudo pelos criadores de bovinos da Serra de Maracaju, muitos dos quais eram igualmente chefes políticos atuantes na cidade e na região rural. Essa atuação era exercida em larga medida via poder das armas e nem sempre as autoridades militares conseguiram, ou não quiseram, se opor energicamente ao mando destes chefes políticos e seus interesses, que eram dos mais variados.

<sup>147</sup> CAMPOS, Peri Alves. Do 1º rancho à locomotiva 44: achegas para a história de Campo-Grande. In: \_\_\_\_\_. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 8.

A noite de 13 de agosto de 1913 ficou tristemente gravada nos anais da cidade, com a verificação de um gravíssimo conflito provocado pela polícia, quando se realizava uma função no circo João Gomes, e do qual saíram mortos o importante e acatado negociante da praça José Alves de Mendonça, o vereador municipal Germano Pereira da Silva e duas praças do destacamento policial, além de muitos feridos, entre eles Gil de Vasconcelos, Fernando Pedroso do Vale, Adelino Pedroso, Benedito de Oliveira, João de Sousa, Carlos Anconi e três praças.

No dia seguinte o povo, armado, sob uma indignação geral, ouvindo-se imprecações em toda a parte, preparava-se para atacar o quartel da polícia, evitando talvez outro morticínio a presença de uma companhia do exército, então já existente em Campo Grande, sob o comando do tenente Gaudie Ley.

Os policiais, às ordens do tenente Espíndola, dois dias depois abandonaram a vila.<sup>148</sup>

A utilização da força existia e foi, em algumas oportunidades, externada no espaço urbano, tal qual demonstram os textos de Campos e de Congro. Todavia, o poder militar não interferiu mais profundamente na política cidadina, embora legalmente existisse essa possibilidade. O poder dos militares interferiu sim na estrutura física da urbe, dando a esta um formato azulezado.<sup>149</sup>

**Imagem 5.** Planta das ruas da cidade de Campo Grande.<sup>150</sup>



<sup>148</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 34.

<sup>149</sup> Em 1919, o paulistano Rosário Congro apresentou ao então presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa, um relatório sobre o período em que atuou como intendente interventor municipal de Campo Grande entre 05/09/1918 e 07/09/1919, para sanar problemas políticos, já que havia conflitos eleitorais e a cidade chegou, entre os meses de janeiro a setembro de 1918 ser governada, ao mesmo tempo, por dois intendentes. Nesse material produzido por Congro, que foi publicado em 1920 pela Tipografia Oficial de MT, consta que quase tudo o que havia na cidade "pertencia à iniciativa privada". CONGRO, op. cit., 2003.

<sup>150</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 41. A qualidade visual da imagem ficou comprometida devido limitações do original. Contudo, pode-se ver a estrutura quadriculada ou azulezada do traçado urbano da cidade, contribuição direta de profissionais e autoridades militares que estiveram na urbe ainda na primeira década do século XX para edificar construções militares e ferroviárias. A planta data de 1909.

Nos anos da década de 20, essa configuração foi brutalmente transformada. O espaço secundário que o grupo militar ocupava para determinar os destinos da cidade de Campo Grande até o final da década de 1910 também foi alterado. Com a transferência, em 1921, da 11ª Circunscrição Militar de Mato Grosso, sediada até 1908 em Cuiabá e, depois disso, em Corumbá até 1919, Campo Grande passou a ter um outro grupo na composição da elite urbana-citadina: os militares.

Embora essa situação tenha sido efetivada por força do poder federal e já estivesse nos planos oficiais desde 1908, o fato é que com um expressivo aumento da quantidade de militares em Campo Grande a partir de novembro de 1921 o espaço urbano não permaneceu o mesmo. Grande percentagem dos cerca de 8.200 habitantes que Campo Grande tinha em 1922 era de militares.<sup>151</sup>

O volume de obras e de pessoas trabalhando era impressionante: quase 25% dos habitantes da cidade eram militares.

O Quartel do Comando da Afonso Pena é a primeira obra de engenharia de Campo Grande, pois foi construída com técnica, material e mão-de-obra modernas, para os anos de 1920; o Hospital Militar e os Quartéis, na saída [...] (para) Aquidauana, completam o complexo militar, construído pela Companhia Construtora de Santos, a maior e mais importante empresa de engenharia do país naquela época, de propriedade de Roberto Simonsen, fundador da FIESP e que teve o engenheiro Armando de Arruda Pereira como chefe das obras aqui na cidade.<sup>152</sup>

Além da alteração visual da cidade por meio de várias obras de expressivo relevo quando comparadas com as existentes até então na cidade, os militares passaram a interferir no ritmo da cidade e das pessoas que nela estavam através do trabalho oficial que realizavam. Sem dúvida isso reordenou o pensar, o viver e o agir da elite, que teve que conviver com outros sujeitos históricos e, portanto, com outras regras sociais.

Para abrigar os militares, surgiu o bairro Amambaí e as casas da Vila Militar, a escola General Malan; para facilitar o acesso, é pavimentada a Y Juca Pirama, continuação da Rua Cândido Mariano, em 1934; para colocar Campo Grande no circuito industrial e comercial brasileiro, o Comandante Newton Cavalcanti, em 1933, realizou a Feira de Amostras no Colégio Osvaldo Cruz e inaugurou, com a Prefeitura, o Relógio da 14 e o Obelisco e interferiu no governo federal para a construção de um moderno prédio dos Correios e Telégrafos, na esquina da Rua Dom Aquino com a Calógeras.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> GOMES, op. cit., 2004, p. 80.

<sup>152</sup> ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 16-17. Além dos militares, a cidade recebeu algumas centenas de ferroviários devido a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que começou a funcionar efetivamente em agosto de 1914. No início da década de 1930 foram construídas a esplanada da estação ferroviária e a vila dos ferroviários, num total de 155 residências. Dentre os trabalhadores, a maioria era de ferroviários braçais, contudo, havia também trabalhadores qualificados tecnicamente, com destaque para os administradores, médicos e sobretudo engenheiros. GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. *Patrimônio e memória: duas paralelas*. 2005. 63 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, 2005, p. 27-28. Também merece destaque na composição da elite local, os religiosos, em particular os da Igreja Católica, presentes no povoado desde o final do século XIX.

<sup>153</sup> ARRUDA, op. cit., 2006, p. 17.

Arlindo de Andrade Gomes, sujeito que viveu na cidade naqueles anos, explicitou com bastante pertinência a expressiva mudança ocasionada na parte urbana da cidade com a chegada de um grande contingente de militares e das obras empreendidas, bem como o anseio pela realização de outros empreendimentos.

Além de destacar uma porção de construções diretamente ligadas ao mundo militar, Gomes pensou as tais obras como “definitivas” e que com elas Campo Grande passaria a ser “a mais moderna guarnição militar da República.”<sup>154</sup>

Sendo assim, e em razão mesmo da quantidade de militares que passaram a residir na cidade no início da década de 1920, fica difícil minimizar a influência dos militares como não sendo um dos grupos que compunham a elite urbano-citadina de Campo Grande. Até a década de 1940 os militares eram, em quantidade, o grupo mais destacado da elite citadina, porém não interferiam tão ativamente nos rumos políticos da urbe quanto os pecuaristas.<sup>155</sup>

De acordo com José de Melo e Silva, a presença mais intensa dos militares em Campo Grande a partir dos anos 20 foi de vital importância para a transformação material, mas também cultural da localidade, pois o ambiente em pauta passou a contar com os chamados “homens de cultura”, além dos “homens de pensamento” que já estavam no local, e isto inclui os pecuaristas.

Segundo sua análise, Campo Grande foi

[...] favorecida [...] pela circunstância felicíssima, ainda decorrente de sua privilegiada posição geográfica, de ser a sede de uma região militar, o que equivale a dizer a morada de espíritos sempre novos, de homens de cultura e ao mesmo tempo aptos, para orientar meios em formação, cujas tendências se dilatam em rumos contraditórios, de acordo com o sentido dessa nova ordem de coisas que atravessamos.

E é com essa ala de intelectuais que muitas vezes fazem intercâmbios os homens de pensamento da terra sul-matogrossense.

Nem se negue que a presença providencial daquela tropa, que sempre se renova, seja de grandes vantagens até para o desenvolvimento econômico de Campo Grande. Ela é a grande proteção legal, a maior assistência social, que o município recebe.<sup>156</sup>

A convivência destes grupos, que formavam a elite citadina, fez com que alguns valores fossem realçados e outros não. As produções jornalísticas, literárias, visuais, dentre outras, destacaram, por vezes, a existência de uma urbe civilizada, moderna e progressista que se estruturou e só existia como tal devido às contribuições provenientes da pecuária, que passou a ser vista como a principal atividade econômica.

---

<sup>154</sup> GOMES, op. cit., 2004, p. 85.

<sup>155</sup> Consultando os arquivos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul vê-se que a ocupação econômica da maior parte dos parlamentares residia na pecuária.

<sup>156</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 85.

Essa idéia, por sua vez, começou a ser divulgada no final da década de 1910. Ao redigir o relatório sobre o seu período de governo na cidade de Campo Grande, Rosário Congro afirmou que no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX a qualidade dos animais da Serra de Maracaju era muito aquém da encontrada no Oeste de São Paulo e no Triângulo Mineiro, todavia, essa situação, segundo o autor, foi paulatinamente alterada, pois no findar da década de 10 já havia no interior da municipalidade de Campo Grande rebanho bovino de expressiva qualidade.

A Fazenda Capão Bonito, uma propriedade com 36.000 mil hectares da Brazil Land Cattle and Packing Co., empresa com sede nos Estados Unidos da América, foi utilizada por Congro para exemplificar essa realidade.

Povoam as campinas de Capão Bonito cerca de quarenta mil bovinos e, nas longas excursões através das mesmas, somente num retiro ainda podem ser vistos alguns touros indianos, tendo sido espalhados pelas planuras, introduzidos nos rebanhos crioulos mais de mil reprodutores Hereford e Shorthorn, raças de corte, de carne excelente, principalmente a primeira, mais conhecida e apreciada em todo o mundo pela sua precocidade, peso vivo e rendimento de carne, além da sua rusticidade, que a torna mais resistente. Que valor terão estes rebanhos, dentro de cinco anos, assim refinados?

A exigência dos mercados consumidores cresce dia a dia.

A preferência e o melhor preço serão, sem dúvida, o seu corolário.

Esta é a magnífica propriedade rural em a qual a Brazil Land Cattle and Packing Co. empregou quantia aproximada a cinco mil contos de réis, e que muito vem contribuindo para o desenvolvimento da pecuária moderna no município de Campo Grande.<sup>157</sup>

Fora o rebanho da Fazenda Capão Bonito, havia muitos outros animais nas propriedades de inúmeros outros fazendeiros. O intendente Congro externou que existiam mais de 600 propriedades rurais na municipalidade de Campo Grande.<sup>158</sup>

Embora não convenha aqui citar, como fez o autor em seu relatório, os nomes de aproximadamente 50 fazendeiros que tinham propriedades com mais de 10 mil hectares, convém, e muito, explicitar que parte da elite urbano-citadina de Campo Grande era formada por tais proprietários rurais. De acordo com Congro, o rebanho bovino era de 700 mil cabeças. Destas, cerca de 80 a 100 mil eram exportadas anualmente.<sup>159</sup>

Arlindo de Andrade Gomes, outro político que atuou no executivo municipal de Campo Grande, também creditou à pecuária a importância que a cidade passou a ter. Segundo Gomes, “em 1913, a população bovina era calculada em 500.000 reses. A criação tem aumentado e melhorado em todo sentido, em quantidade e qualidade.”<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 62. Atualmente, esse território faz parte do Município de Sidrolândia, originado do desmembrado de uma área de Campo Grande na década de 1950.

<sup>158</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 54.

<sup>159</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 52 e 54.

<sup>160</sup> GOMES, op. cit., 2004, p. 63.

No ano de 1922 havia “mais de mil fazendas de criação e onde era dez anos atrás terra devoluta, é hoje zona ocupada, habitada, com cercas, casas, plantações. A população quadruplicou, novas fazendas surgiram, o rebanho aumentou.”<sup>161</sup> Especificamente sobre a cidade de Campo Grande, Gomes afirmou que esta urbe era, em 1922,

[...] o maior centro de comércio do Estado. Até 1913 Corumbá dominava todo o comércio do sul, que era feito através do rio da Prata. A Noroeste, ligando o sul aos portos de Santos e Rio de Janeiro, acabou com o comércio por via fluvial, coincidindo o seu tráfego com a quase extinção da navegação, motivada pela guerra.<sup>162</sup>

Embora existissem períodos de preços “altos e baixos” na venda do gado, tal como mencionou Machado, de modo geral, o final da década de 1910 foi de grandes lucros para os bovinocultores, bem como os anos 20, tempo em que a maior parte dos impostos arrecadados pelo poder público tinha origem na pecuária.<sup>163</sup>

De acordo com números divulgados por Virgílio Corrêa Filho, a maior parte dos impostos arrecadados pelo poder público estadual provinha, em meados da década de 20, de produtos da bovinocultura que eram exportados, sobretudo pelo Porto de Corumbá ou pelos trilhos da estação da NOB de Campo Grande.

Na década seguinte à sua inauguração, o valor da exportação proveniente dos seus produtos montava, em 1924, a:

Gado em pé .....	8.810.720\$000
Charque .....	6.220.692\$000
Couros secos .....	1.519.936\$000
Couros salgados .....	1.842.200\$000
Subprodutos .....	1.114.049\$000

Dessa importância, coube ao Tesouro do Estado a parcela de 1.795.431\$000, quando a arrecadação total apenas alcançava 5.907.773\$198. Daí por diante, apesar das crises passageiras, não cessou de expandir-se a criação bovina, consoante afirmou documento de 1955, baseado em cifras oficiais.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> GOMES, op. cit., 2004, p. 63.

<sup>162</sup> GOMES, op. cit., 2004, p. 75. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu uma expressiva valorização do rebanho bovino como mercadoria. A partir deste período a elite rural do sul de Mato Grosso passou a ter cada vez mais importância no sentido de poder interferir na realidade do espaço no qual estava, pois com o dinheiro obtido efetivou inúmeras transformações materiais e, não menos, também culturais. Por Noroeste o autor Gomes refere-se à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Este meio de comunicação favoreceu sobremaneira um contato mais rápido com os Estados de São Paulo e com a capital federal, à época o Rio de Janeiro. Viagem que antes levava quase 1 mês via navegação pelo rio da Prata e depois pelo oceano Atlântico passou a ser realizada em cerca de 3 dias pela estrada de ferro. Parte dessa política nacional de consolidação de fronteiras do Brasil foi desenvolvida com mais ênfase após a Guerra contra o Paraguai. No século XVIII, o tempo de viagem de São Paulo ou Rio de Janeiro para Cuiabá era de 3 meses e para se chegar a Vila Bela, região de garimpo, era preciso mais 1 mês. MELLO, Raul Silveira de. *Para além dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968, p. 20.

<sup>163</sup> MACHADO, op. cit., 1990, v. 1, p. 80.

<sup>164</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 690.

A venda do gado bovino não viabilizou apenas significativos valores em impostos para o poder público sediado na cidade de Cuiabá, mas também a construção de várias obras em Campo Grande, em especial no pós-1918. As construções urbanas exemplificam bem a questão do desenvolvimento econômico ocorrido em Campo Grande entre o final da década de 1910 e os anos 30. Se em 1919 havia 550 construções, em 1933 já existia mais de 1.900, isso de acordo com os alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal da urbe.<sup>165</sup> Nessa mesma década, foram construídas, em média, a cada dia, uma casa de aproximadamente 200m<sup>2</sup> na cidade.<sup>166</sup>

A quantidade do rebanho também serve de indicativo seguro para mensurar a importância econômica da região sul de Mato Grosso em relação ao restante do território estadual. Em 1935, havia em Mato Grosso, de acordo com a Segunda Sinopse Estatística do Estado, 4.065.000 milhões de animais, englobando bovinos, eqüinos, asininos e muares, suínos, caprinos e lanígeros. A maior parte, 3.500.000, era de bovinos. Desses, 2.315.000 estava na zona sul do Estado.<sup>167</sup>

A indústria pastoril, portanto, gerava, em 1937, a parcela mais representativa de rendas e impostos. Enquanto a exportação de erva-mate, outra importante atividade econômica do Estado, nem alcançava os 13 mil contos de réis, a renda derivada da indústria pastoril era de 65.395 mil contos de réis, sendo 42.278 devido a venda de gado em pé que era remetido em sua maior parte para os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, e também para o Paraguai.<sup>168</sup>

Esse poderio econômico ajudou a fomentar, em particular a partir dos anos 1930, um sentimento político que visou diferenciar a porção sul de Mato Grosso da do norte. O sul passou a ser representado, ainda mais, como local progressista. O norte, por sua vez, foi concebido como perdulário.<sup>169</sup>

---

<sup>165</sup> CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra*. Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, ago. 1933, p. s/p.

<sup>166</sup> GOMES, Arlindo de Andrade. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: o ramal de Ponta Porã. *Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, p. 16-19, ago. 1936, p. 18. A Revista Ouro Verde chegava também em áreas do Estado de São Paulo e, por isso mesmo, divulgava a modernidade de uma região para a outra e as oportunidades de negócio, viabilizando assim investimentos que eram sobretudo de grupos paulistas em terras do sul de Mato Grosso.

<sup>167</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Brasílica, 1939, p. 198-199.

<sup>168</sup> CORRÊA FILHO, op. cit., 1939, p. 200-201.

<sup>169</sup> Essa mensagem foi divulgada ainda no final do século XIX e se intensificou sobremaneira na década de 1910 em diante, passando a contar com a ajuda da imprensa local, como foi o caso do periódico O Estado de Matto-Grosso, aberto defensor dos interesses sulistas, cujo fundador foi Arlindo de Andrade Gomes. A idéia de que o sul sustentava economicamente o norte foi divulgada e rediulgada no decorrer dos anos via livros, jornais, revistas, panfletos, discursos políticos e classistas e obras memorialistas publicadas inclusive por escritores de outras regiões do Brasil, tal é o caso do texto de BECK, Mario Lima. *Nova querencia*. Chronica das emigrações riograndenses para Matto Grosso. Porto Alegre: Selbach, 1935 e por autores que residiam na região sul de Mato Grosso: ANDRADE, Arlindo. *Erros da federação*. São Paulo: [s.n.], 1934; MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. [S.l.: s.n.], 1944 e BARBOSA, Emílio Garcia. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963. Essa tese, no entanto, também era rebatida pelos nortistas, como bem demonstrou o livro de BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 86.

Tendo como base essa interpretação da realidade, passaram a ser veiculadas sobre a urbe de Campo Grande algumas adjetivações. No conjunto, essas qualificações indicaram a cidade como um espaço em que predominava a vida civilizada e o progresso, sobretudo o material.

O seu traçado, em tabuleiro de xadrez, apresenta vinte ruas longas, largas e retilíneas, três praças e duas avenidas, uma destas, a Avenida Afonso Pena, com 54 metros de largura e 1.440 de comprimento.

A sua construção, moderna, apresenta lindos prédios, destacando-se os palacetes dos Srs. Benjamim Corrêa da Costa, B. Baís, José Damas, Júlio Anffé, Soter França, os edifícios da casa Vasquez & Cia., do estabelecimento “A Moda”, dos hotéis “Globo” e “Oeste”, da “Casa Paulista”, da “Pharmacia Royal”, da abastada firma Candia & Moliterno, da Câmara municipal e muitos outros.

Estão, igualmente, em construção a igreja matriz, um lindo templo de feição moderna, o Hospital de Caridade, a igreja Evangélica e a Biblioteca Pública.

É iluminada a luz elétrica e intenso é o seu comércio, circulando pelas suas extensas artérias, em grande número, os carros de praça e os velozes autos e caminhões.

É sede do 5.º Regimento de Artilharia Montada e também, pela reorganização do Exército, em vigor, da 5.ª Brigada Estratégica, o que, entretanto, não se efetivou ainda. Nela tem residência, também, o 2.º Batalhão da Força Pública do Estado.

Possui um regular número de escolas públicas e particulares, entre estas, uma bem freqüentada, mantida pela colônia japonesa.

Funciona, ainda, na cidade, o Instituto Pestalozzi, internato e externato, magnífico estabelecimento de ensino primário e secundário para ambos os sexos.<sup>170</sup>

Campo Grande passou também, cada vez mais, a ser vista como uma urbe que aglutinava a elite rural do sul de Mato Grosso e também pessoas provenientes de vários outros locais do Brasil e do mundo.<sup>171</sup>

Alguns textos produzidos no período enaltecem o progresso gerado pela economia pastoril. Um exemplo de elogio ao ambiente citadino está nas palavras de um dos articulistas que escreveram na Revista Folha da Serra.<sup>172</sup>

<sup>170</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 66.

<sup>171</sup> Em Campo Grande, os japoneses formavam a colônia mais expressiva. Na década de 1930 havia 1.600 pessoas oriundas do Japão. Depois vinham os sírios, que totalizavam 603 pessoas. CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Seção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra*. Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, p. s/p., ago. 1933. Sobre a presença de nacionais, ver BECK, Mario Lima. *Nova querencia*. Chronica das emigrações riograndenses para Mato Grosso. Porto Alegre: Selbach, 1935, p. 58. Nessa obra, publicada em 1935, ano do 1º Centenário da Revolução Farroupilha, o autor relatou a epopéia dos sul-rio-grandenses que migraram para o sul de Mato Grosso, mostrando-se preocupado com o abandono no qual estavam as terras do Oeste do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Nesta época, 10 mil gaúchos moravam no sul de Mato Grosso, sendo que a maior parte saiu do Rio Grande do Sul devido questões políticas decorrentes da Revolução Federalista (1893-95). Depois de elencar as causas que motivaram a saída de gaúchos para a região citada e contestar que a mesma era espontânea e devido questões econômicas, Beck quantificou em 50 mil os gaúchos e seus familiares residindo em 1935 na região, por ele chamada de Território de Maracajú ou Pampa Mato-Grossense.

<sup>172</sup> A Revista Folha da Serra, publicação mensal, que tratava de assuntos dos mais variados, tinha como objetivo principal divulgar a sociedade local, mencionando nomes de pessoas “importantes” e os seus feitos civilizatórios. O impresso, nesta missão, publicou textos que abordavam desde questões gramaticais até notas sobre a formação e atividade de sindicatos, mas o destaque principal era mesmo para os integrantes “ilustres” da sociedade, não poupando adjetivações valorosas e edificantes para estes sujeitos. A maior parte dos exemplares desta Revista, que circulou em Campo Grande na década de 1930, traz fotos da população (entenda-se elite) e da cidade (entenda-se modernidade urbano-citadina). Além disso, há inúmeros informes publicitários de casas comerciais e das ações do poder público municipal. A Revista Folha da Serra funcionou como um impresso que divulgava as leis, decretos, orientações e trabalhos realizados pela municipalidade, por isso não se encontra nas suas páginas críticas estruturais e severas ao funcionamento do poder municipal. O livro de CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004 mostra o quão complexa é a questão da produção, compra, venda, recepção, discussão e aplicabilidade do conteúdo dos impressos na sociedade. No caso das publicações analisadas neste trabalho, as afirmações se tornaram possíveis em razão das chamadas “evidências confiáveis”. Partindo do entendimento de que “fato” e “ficção” são realidades distintas no campo de trabalho do historiador e que não é possível fabricarmos as nossas próprias fontes, como certas disciplinas o vêm fazendo, o historiador pode resolver algumas questões “inequivocamente com base em evidências, na medida em que se disponha de evidências confiáveis, o que, às vezes, é o caso.” HOBBSAWM, Eric John. *Sobre história*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

Severino de Oliveira, autor do texto intitulado A cidade de Campo Grande, afirmou que em 1935 a urbe em questão já não era mais uma localidade pobre como o fora em 1885. Também deixara de ser um “cerradão sujo, entremeado de clareiras verdes, grandes e belos campos, cortados de grotões e barrocas e regados pelos velhos choramingas “Prosa” e “Segredo”, que hoje te limpam e refrescam e te fertilizam as ilhargas, dando de comer aos teus habitantes.”<sup>173</sup>

Materialmente, afirmou Oliveira, Campo Grande tinha “bonitos palacetes e se constroem outros tantos.”<sup>174</sup> No campo dos transportes já não havia apenas os carros de boi. As locomotivas faziam parte do mundo citadino desde 1914 e os automóveis, nos anos 1930, “chispam doidamente na ânsia louca de encurtar distâncias.”<sup>175</sup>

Foi a partir do final dos anos 30 que a cidade teve as suas características campeiras, até então presentes na arquitetura, solapadas em parte pela modernidade que se impunha às urbes brasileiras desde o final do século XIX e início do XX.

A modernidade, na época chamada de “moda” por Severino de Oliveira, e os elementos modernizantes, como a pavimentação asfáltica, foram utilizados para transformar visualmente a infra-estrutura da cidade. Contudo, em razão da natureza do local, afirmou o autor, isso não era fácil de ser feito.

Um dos objetivos da modernização das vias públicas era torná-las menos poeirentas. Nos anos 30, a natureza, nesse caso, foi um empecilho para a concretização da modernidade em Campo Grande, pois o pó, a poeira vermelha, representavam o domínio da natureza sobre o homem.

Modernos vassallos teus quiseram dar-te uns tons alvos, em cumprimento a ordens da megera chamada – moda. Bateram-te desapiedadamente no rosto, fizeram-te maçagens dolorosas, alisaram-te a epiderme, comprimiram-te partes do corpo, e te passaram pasta preta, após te arremessarem grandes calhaus; por sobre a negrura da pasta, puseram os malvados massagistas pequenos calhaus e em cima destes pó embranquiçado, à guisa de pó de arroz. Tudo isso fizeram para que modernizasses, para que mudasses a cor indígena e, assim alvacenta, ficasses como tuas irmãs e vizinhas, que, apesar de alvas, não eram melhores do que tu, nem mais bonitas, nem mais cortejadas.

---

<sup>173</sup> OLIVEIRA, Severino de. A cidade de Campo Grande. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 39, ago. 1935, p. 8. A valorização no presente de um passado que não existiu foi efetivada de modo público e amplo em Campo Grande no mínimo em três oportunidades: na década de 1930 e nos anos 1972 e 1999. Nos anos 30 valorizou-se como marco de memória do Município de Campo Grande o ano de 1918, época da elevação do local à categoria política cidade. Em 1972 comemorou-se o primeiro centenário da chegada de José Antônio Pereira na região e em 1999 houve festividades para brindar o primeiro centenário da criação da municipalidade. Em comum, cada presente construiu o passado que mais lhe servia naquele presente. Nesse prisma, os escritos memorialistas e oficiais dificilmente perdem de vista a questão política dos seus feitos. Os materiais sempre possuem “posição política” estabelecida. A respeito da necessidade dos escritos acadêmicos terem uma “posição política”, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. IX. Parte do material comemorativo sobre os 100 anos da chegada de Pereira no local que se tornou a cidade de Campo Grande está na obra 1º ÁLBUM MARECHAL RONDON. Campo Grande: Marechal Rondon, 1971.

<sup>174</sup> OLIVEIRA, op. cit., 1935, p. 9.

<sup>175</sup> OLIVEIRA, op. cit., 1935, p. 9. Prosa e Segredo são denominações dadas a dois córregos da cidade que se bifurcam e formam o Anhanduí. O surgimento do povoado ocorreu dentro deste bifurcamento.

Mas reages sempre, jogando na cor artificial punhados enormes de pó vermelho, que segrega teu próprio corpo, nem todo maculado pelos teus vassallos, nem todo atingido pelos ditos calhaus e lambusado da viscosa pasta preta. E por mais que te lavem e limpem, reincides na reação: voltas a ser morena.<sup>176</sup>

Na avaliação de outros autores, como no caso de José de Melo e Silva e depois de Emílio Garcia Barbosa e Paulo Coelho Machado, a cidade de Campo Grande tinha todo este desenvolvimento material devido às contribuições da economia pastoril, que efetivamente produzia a existência de uma cidade moderna, como de fato era Campo Grande, segundo sua análise.<sup>177</sup>

Nelson Werneck Sodré, por seu turno, creditou à sociedade pastoril o surgimento de algumas cidades, no entanto, não pensou esta forma de cultura e de economia como a maior parte dos textos periódicos, produções oficiais e memorialistas que retratavam a cidade como um espaço moderno.

A expansão pastoril, semeando posses e fazendas, na região do sul, propiciou o aparecimento de arraiais e cidades inúmeras. Foi assim que surgiram Nioaque, Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracajú, – a mais recente, – Coxim. Miranda desenvolveu-se. Santa do Paranaíba apareceu no primeiro momento dessa expansão enorme, – foi o fulcro de todo o movimento.<sup>178</sup>

Para Sodré, a cultura pastoril não era sinal de progresso, mas sim de atraso. O desenvolvimento demográfico e material das cidades desta região foi brechado sobremaneira pela própria essência da sociedade pastoril. Para ele, as cidades do sul de Mato Grosso e do Oeste do Brasil, de modo geral, tiveram, por causa da existência da cultura pastoril, um desenvolvimento muito aquém do possível.

A cultura pastoril, calcada na pecuária extensiva, impediu a formação de outras atividades agrárias, como a lavoura de alimentos e a agricultura em escala comercial. Produzia-se quase que apenas para a subsistência.

---

<sup>176</sup> OLIVEIRA, Severino de. A cidade de Campo Grande. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 39, ago. 1935, p. 9.

<sup>177</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 85. Os memorialistas, e os próprios membros das elites locais, defenderam a estrutura existente pelo fato de fazer parte dela e verem nessa cultura uma forma de legitimar as “raízes”, o “passado” que os oficializava como seres donos dessas terras por terem lutado e trabalhado o território, civilizando-o. A elite preservou esta cultura, pois a mesma os mostrou como “fundadores”, “pioneiros” e “desbravadores” no processo de ocupação e no desenvolvimento da região oestina do Brasil. A transmissão deste entendimento se deu pela via oral, imagética e também gráfica. No caso textual, há obras que defendem memorialisticamente essa posição de pioneirismo, exaltando os trabalhos de outrora e frisando que a elite pecuária é legítima e pode atuar politicamente da forma como age devido o seu passado de lutas sobre um território frente as adversidades naturais (região habitada por animais ferozes), humanas (devido a existência de tribos indígenas violentas) e tecnológicas (distância dos centros civilizados do Brasil e parca infra-estrutura, em especial no que tange as vias de comunicação, praticamente inexistentes) com as quais se depararam nas terras do sul de Mato Grosso. Essa argumentação foi defendida literalmente por BARBOSA, op. cit., 1961, ele próprio um produtor rural dos Campos da Vacaria. As fontes utilizadas pelo autor foram memórias, depoimentos orais e documentos impressos. Estes últimos, por sua vez, foram extraviados por um empregado, que não tomou o devido cuidado e, numa viagem, perdeu-os. Os grandes inimigos humanos destes pioneiros eram, segundo Barbosa, alguns grupos indígenas. Fora isso, a natureza também se mostrou, em determinadas situações, ameaçadora ao cotidiano destes sujeitos que, independente de qualquer coisa, estavam defendendo as terras brasileiras de inimigos externos, que eram os paraguaios.

<sup>178</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 123.

O geógrafo Fernando de Almeida, em visita à região nos anos 40, também fez afirmações próximas das de Sodré ao analisar a contribuição do campo no desenvolvimento das cidades do sul de Mato Grosso.

Para Almeida, “em certas zonas do Brasil Central” havia “uma certa auto-subsistência” alimentar. Contudo, isso não ocorria nas fazendas da Serra de Maracaju. Esses estabelecimentos, “apesar das relativas dificuldades de transportes”, importavam “quase tudo o que” consumiam.

A existência do automóvel nessas localidades devia-se, em parte, para o autor, certamente “à ausência, na região, daquela auto-subsistência das áreas pioneiras do interior do Brasil, que tanto chamou a atenção de Burton e de outros viajantes” durante o século XIX.

A falta de diversidade de produção das fazendas é em grande parte causadora do aparecimento de vilas, núcleos de povoamento com boas possibilidades de desenvolvimento, onde localizam-se artífices e se desenvolve um comércio, em geral mantido por sírios. São ao mesmo tempo centros de reunião de fazendeiros e de fornecimento às grandes fazendas. Dão abrigo, ainda, a pequenas indústrias. [...] A cidade de Campo Grande é [...] o melhor exemplo deste tipo de núcleo urbano, em pleno desenvolvimento favorecido pela presença da estrada de ferro.<sup>179</sup>

Por meio deste escrito vê-se que nem sempre é possível associar desenvolvimento citadino com desenvolvimento urbano. As cidades cresceram no sul de Mato Grosso, progrediram, desenvolveram-se, contudo, o progresso, o crescimento e o desenvolvimento eram obtidos por causa do mundo rural, da sociedade pastoril. Foi esta “dependência” produzida pelo mundo pastoril para com os demais setores da sociedade como um todo um dos pontos que Sodré mais criticou na organização da sociedade pastoril. As cidades e as pessoas, de modo geral, ficavam sempre reféns do campo, sempre vítimas do progresso pastoril. Quando este mundo pastoril ia bem, a cidade progredia. Quando este ia mal a cidade também padecia.

Em decorrência das características da sociedade pastoril não houve um desenvolvimento da agricultura de subsistência. Isso dificultou a fixação do homem na região e a conseqüente produção e comercialização de alimentos. Essa forma de viver não gerou riqueza a partir do trabalho com e na terra, pois a sociedade pastoril ocupou a maior parte dos espaços territoriais para a criação extensiva de bovinos.

---

<sup>179</sup> ALMEIDA, Fernando F. M. de. A serra de Maracajú – a paisagem e o homem. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944, p. 74-75.

Foi essa realidade que impediu o aumento demográfico, a ocupação populacional e a conseqüente formação de outros povoados, vilas e cidades no sul de Mato Grosso.<sup>180</sup> Portanto, o fator geográfico, sendo o rio Paraná um exemplo expressivo, não foi propriamente a maior das barreiras para a constituição de cidades no Oeste brasileiro, mas sim a própria sociedade existente neste território.<sup>181</sup>

Para Sodré, a organização das cidades, o poder nelas existente, contrariou o próprio modo de vida que caracterizava a cultura pastoril. “A cidade representa bem tudo o que o pastoreio contraria e refuga, a permanencia, a autoridade, a hierarquia, a sedentariedade.”<sup>182</sup>

A formação de novos municípios, desmembrados de antigos, procedeu-se com uma lentidão bem expressiva, que se deve à pobreza do regime pastoril, à imensidade do deserto e à refratariedade do pastoreio às organizações urbanas. [...]

O próprio crescimento demográfico, que é uma das forças decisivas para a divisão municipal e para o oferecimento da superfície de aplicação da ação das organizações municipais, tem sido tão lento, tão díspar com a extensão infinita desses paupérrimos municípios, que não dá margem a previsões otimistas para futuro próximo [...].

Tão baixos índices demográficos não se encontram em qualquer outro Estado da Federação, nem mesmo no Amazonas. Índices que dissociam completamente qualquer ação das organizações municipais, tanto mais que a sede de alguns desses municípios se coloca em posição acentuadamente excêntrica em relação à área deles, sem vias de comunicação para atingir os pontos próximos.<sup>183</sup>

A única coisa igual tanto no campo como na cidade, segundo análise feita por Sodré, era a pobreza existente em ambos os ambientes, devido ao próprio funcionamento das relações pastoris. “A instabilidade social é sancionada por disparidade tão profunda. De um lado, a cidade. De outro, o campo. De um lado, a autoridade social. De outro, o mandonismo dos clãs pastoris. De ambos, a pobreza.”<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> O mundo pastoril mencionado por Sodré abrangia sobretudo a região que se chama de Serra de Maracaju, na qual estão os Campos da Vacaria, território onde hoje há os Municípios de Bandeirantes, Campo Grande, Jaraguari, Maracaju, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Rio Pardo, Sidrolândia, Terenos, dentre outros.

<sup>181</sup> Nesse caso, a maior barreira não era a física, mas sim a social, que é sempre estabelecida e mantida por meio da relação de força de um grupo para com o outro, como mostrou Bourdieu no texto intitulado *A força da representação*. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Os sujeitos que imperavam nesta época eram os coronéis, como tão vastamente registrou a historiografia acadêmica no Brasil. Parte da produção memorialista local, por sua vez, chamou esses indivíduos, ou grupos, de “chefes políticos”. A atuação destes se deu em Campo Grande até meados do século XX e se efetivou via “a lei do mais forte, do mais valente”. Esta lei era construída e mantida pela força das armas. RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980, p. 76.

<sup>182</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 93.

<sup>183</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 167-168. A inexistência de meios de comunicação é uma questão já clássica na história dessa região do Brasil, assim como a parca densidade populacional das terras. Segundo Lima, o “Oeste abandonado” somente seria colonizado com sucesso no momento que se desse a construção de estradas para viabilizar o escoamento da produção agrícola. LIMA, Archimedes. *Problemas matogrossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941, p. 108-111.

<sup>184</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 166.

Essa pobreza se mostrou tanto nas construções rurais como nas urbanas. Exceção ocorreu, por vezes, nas cidades localizadas no decorrer dos trilhos da NOB. Por volta das décadas de 1930-40, a estrutura física das moradias no Oeste brasileira ainda era

[...] paupérrima. Construída de madeira e barro. Madeira, tão somente para a sua estrutura mestra, para suportar as paredes e a proteção. Barro, para vedar essas paredes, o barro úmido, pegajoso, vermelho, dos chapadões, ou preto, plástico, semelhante ao “massapê”, das zonas baixas, da planície aluvional. A cobertura não podia deixar de ser humílima, de palha, retirada às pastagens. A madeira serviu, na organização e no desenvolvimento dos centros urbanos em que houve matas pelas proximidades, para construí-la totalmente. As casas de madeira predominam ainda na zona pastoril, mas quando junto aos centros urbanos. Há cidades inteiras de madeira. O tijolo só teve papel de primeira nos centros à beira da via férrea, quando essa trouxe o seu influxo civilizador. Campo Grande é a cidade do tijolo. Quase todas as demais, ou ficam dependendo da madeira ou do barro. Não fogem a tais imperativos, na zona pastoril.<sup>185</sup>

Seguramente nem todos os escritos contemporâneos ao de Sodré concordaram com as afirmações desse autor, em especial no que se refere a cultura pastoril e a relação do homem com a terra. José de Melo e Silva é um exemplo. O autor distanciou-se veementemente de muitas das análises feitas por Sodré, porém, aproximou-se de algumas outras. Para ambos os autores, a NOB era um meio de comunicação e de transporte de extrema utilidade para integrar o Oeste ao Leste do Brasil.<sup>186</sup>

Melo e Silva, nesse caso discordando das afirmações de Sodré, entendeu o mundo pastoril do Oeste como riqueza. Já para Sodré, a sociedade pastoril constituía pobreza e não riqueza.

Em texto de 1947, Melo e Silva não poupou elogiosas adjetivações à cidade de Campo Grande, que era o centro deste comércio pastoril. O escritor qualificou-a como um lugar que tinha “vida moderna” e comparou o progresso urbano-cidadino desta com o existente nas “grandes metrópoles”.

---

<sup>185</sup> SODRÉ, op. cit., 1941, p. 125-126.

<sup>186</sup> Sodré viu a NOB como um fator civilizador capaz de amainar ou destruir este poderio de grupos locais sobre a organização estatal, até então parcamente estruturada. “Só a construção da via férrea que ligou essas terras à estrutura nacional, foi capaz de acelerar o ritmo da influência externa, capaz de quebrar a tradição do isolamento e da conseqüente diferenciação.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 120. “Na região em que o regime pastoril se estabeleceu, estendeu os seus domínios, o desenvolvimento foi lento mas constante, monótono mas contínuo. Só a via férrea viria quebrar essa aceleração pouco sensível, imprimindo-lhe novo impulso, com um progressivo adensamento de população, e a articulação desse mercado com a zona pastoril do Oeste, compensada pela simultânea articulação com um parque industrial destinado a permanecer como principal fornecedor das necessidades, acrescentaria um novo fator, de capital importância, ao desdobramento civilizador do Oeste pastoril.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 122. “A via férrea estabeleceria o elo imprescindível, articulando a região do Oeste ao corpo nacional. Quebraria o perigoso divórcio que vinha na tradição histórica, imposto pelas eventualidades imperativas da configuração geral da geografia americanas. Aproximando a região pastoril do mercado consumidor constituído em São Paulo, pelo adensamento de população que a lavoura cafeeira aí proporcionara e fornecendo o transporte, em troca, do parque industrial paulista ao sertão mato-grossense, dos artigos necessários à vida e ao conforto, a via férrea estabeleceria o mais forte laço de união, desde que o apoiaria na reciprocidade de interesses econômicos.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 151.

Talvez redunde em lugar comum apresentar a Rosa de Amambaí, esse prodígio de evolução e progresso, apenas ressaltando o interessante de suas espaçosas e lindas ruas, suas avenidas, seus serviços de luz e água, sua pavimentação, seus jardins, seus templos e edifícios, inclusive teatros e vilas militares, verdadeiras cidades a parte, e todas essas fundações que lá se encontram, como nas grandes metrópoles, para satisfazer as exigências da vida moderna: hospitais, casas de saúde, clubes, rádio difusora, e tantas outras coisas de que a gente não se lembra. O seu comércio em larga escala, seu movimento bancário, e a cifra atingida anualmente pelas suas estações arrecadadoras, são índices de vida de um grande centro.<sup>187</sup>

Esse cotidiano urbano que tinha “vida de um grande centro”, no entender de Melo e Silva, não se afastava do mundo rural. Para o autor, o mundo rural e o mundo urbano não eram campos contraditórios, opostos e inibidores um do progresso do outro, mas sim realidades próximas, social e politicamente, que se constituíam quase que sem nenhum atrito.

As suas palavras sobre o assunto foram muito taxativas:

À medida que foi melhorando de condição e que sua indústria lhe proporcionou meios para colaborar com uma nova forma de sociedade, não hesitou (o fazendeiro) em construir excelentes prédios nos centros urbanos, que eram as sedes dos municípios onde estavam situadas as suas propriedades rurais, e para ali muitas vezes transferiram as residências de suas famílias, pela necessidade de educação dos filhos.<sup>188</sup>

Vê-se então que o mundo rural, na análise feita pelo memorialista Melo e Silva, era o elemento constituidor da vida e do progresso das cidades. Era o mundo rural que as desenvolvia, e Campo Grande estava entre elas. Do campo chegava a renda, através da comercialização de bovinos, para a construção das benfeitorias materiais existentes nas cidades, afirmou o autor na obra *Canaã do oeste: sul de Mato Grosso*, cujo embasamento, conforme Melo e Silva mesmo apontou, provinha de análises feitas por Cassiano Ricardo e F. J. Oliveira Vianna.<sup>189</sup>

Essa renda gerada pelo sul do Estado equivalia a mais de 65% da produção estadual, no entanto, o norte usufruía bem mais as arrecadações em impostos do que o sul, segundo afirmações de autores memorialistas.<sup>190</sup> Sodré, embora visse a cultura pastoril dos Campos da Vacaria como inibidora do progresso citadino, rural e demográfico, não deixou de pontuar a questão dos impostos.

---

<sup>187</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 85.

<sup>188</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 90. Essa análise pode ser entendida perfeitamente como um diálogo no qual o autor questionou as afirmações feitas por SODRÉ, op. cit., 1941, p. 123.

<sup>189</sup> RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937; OLIVEIRA VIANNA, F. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923 e OLIVEIRA VIANNA, F. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.

<sup>190</sup> BARBOSA, op. cit., 1961, p. 56.

Para ele, o norte de Mato Grosso, sobretudo Cuiabá, serviu-se da “centralização fiscal e administrativa” para usufruir dos impostos coletados no Estado de Mato Grosso. Impostos esses que eram recolhidos majoritariamente da porção sul de MT e não na do norte. Isso, por sua vez, também limitou o desenvolvimento do sul de Mato Grosso.<sup>191</sup>

É sobretudo por causa desta questão – o pagamento de impostos pelos sulistas e a destinação destes para regiões nortistas – que se elegeu a cidade de Campo Grande como uma espécie de cidade-símbolo do sul de Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que a cidade era constituída e instituída como tal, a elite rural e cidadina que nela atuava também definiu seus projetos e campos de atuação, mostrando-se partidária de algumas questões e oposta a outras.<sup>192</sup>

Para defender os seus interesses, a elite cidadina, que em parte também compunha a sociedade pastoril, organizou-se política e partidariamente.<sup>193</sup> Campo Grande presenciou então ainda na primeira metade do século XX a criação de diversas organizações cidadinas que receberam o apoio de integrantes da elite local.

Foi em parte com a ajuda financeira de fazendeiros que se materializou a construção das seguintes instituições, todas em 1919: Sociedade Organizadora da Biblioteca Pública de Campo Grande; lançamentos das pedras fundamentais da Santa Casa de Misericórdia e da nova Igreja Matriz da cidade. Esta última, contou com a participação das mulheres dos fazendeiros, que fizeram diversas festas para angariar fundos em prol da construção do templo.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> “O ouro proporcionou o aparecimento de Cuiabá. Daí se irradiou um movimento, que se prolongou pelo tempo, com a fundação dos centros urbanos ligados à capital e articulados com ela. Surgiram Diamantino, Rosário, Cáceres, Vila Bela, – depois Mato Grosso, – Poconé, Santo Antônio do Rio Abaixo, algumas dessas cidades beneficiadas, mais adiante, pelo surto dos seringais, para recair, depois, no atraso e no lento desenvolvimento em que permanecem, entregues aos resultados do comércio, da exploração da poaia ou ao puro movimento burocrático, beneficiadas pela centralização fiscal e administrativa oriunda do jogo da riqueza pública. Algumas possuem, ainda, lavouras, explorando a cana de açúcar.” SODRÉ, op. cit., 1941, p. 122-123.

<sup>192</sup> A cidade de Campo Grande não foi criada, nem enjendrada teoricamente nos mínimos detalhes por essa elite rural da Serra de Maracaju. No final do século XIX, Campo Grande era pouco significativa diante das municipalidades vizinhas, tais como Aquidauana, Miranda e Nioaque, bem como Corumbá, também conhecida como Cidade Branca. Portanto, Campo Grande não foi escolhida ou eleita em tese como a cidade da elite rural. Foi no processo, em especial a partir da década de 1920, que a cidade se consolidou como um espaço da elite do sul do Estado de Mato Grosso, isso depois de já ter recebido investimentos federais de expressivo vulto, como os trilhos da NOB e a construção dos quartéis federais. Antes disso, a cidade sequer existia enquanto tal. Parte desta reflexão foi externada na obra de BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009 e também em um escrito anterior BITTAR, op. cit., 1999, p. 51.

<sup>193</sup> Sobre esta questão, consultar as seguintes obras: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009 e BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.

<sup>194</sup> VIDA RELIGIOSA. Relatório geral dos trabalhos realizados pelas senhoras que dirigiram a reconstrução da Matriz desta cidade – 1929-1934. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 39, ago. 1935, p. 19-26.

No campo classista, foram criadas outras importantes associações, com destaque para a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), fundada em 1926, e o Centro de Criadores do Sul de Mato Grosso, de 1931, que, depois, foi denominado Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso. Em 1951 surgiu o Sindicato Rural de Campo Grande e em 1965 foi criada a Famato. Em 1979 apareceu a Famasul.<sup>195</sup>

Essas instituições, por sua vez, não devem ser pensadas como locais fechados, que tinham objetivos certos para seguir e acolhiam apenas públicos específicos. A existência destes locais na urbe deve ser pensada como “estruturas microssociais da urbanidade” que permitiram o desenvolvimento de conversas, debates e projetos entre integrantes da elite sobre quais rumos a cidade devia seguir.<sup>196</sup>

Com o intuito de defender a cidade de Campo Grande, mostrando ao mesmo tempo que ela era civilizada e moderna para os padrões regionais, podendo, portanto, ser a capital de uma Unidade Federativa do Brasil, a elite local acabou por se posicionar contrária e combater a presença de pessoas pobres no centro da urbe, já que estas passaram a ser vistas como um demérito para este espaço.

Para entender melhor este processo, é necessário analisar como a cidade de Campo Grande foi exaltada em algumas formas de pensar a realidade e se constituiu, então, na cidade-símbolo do divisionismo do Estado de Mato Grosso, pelo menos para considerável parcela da elite rural e urbana dos Campos da Vacaria. Ao mesmo tempo, também foi preciso impedir a presença de pessoas comuns no centro da cidade de Campo Grande.

---

<sup>195</sup> Na década de 1970, Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) empreendeu vários projetos visando inclusive dar “encaminhamento” aos mendigos e menores que estavam na área central da cidade de Campo Grande e retirar os trabalhadores ambulantes do centro da urbe.

<sup>196</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 288.

## CAPÍTULO II – ELITE, ESPAÇO PÚBLICO E POVO COMUM

Os textos produzidos por autoridades públicas e privadas, além daqueles escritos por memorialistas, edificaram Campo Grande como uma metrópole do Oeste brasileiro. Retrataram-na como uma cidade que não conhecia limites e como uma urbe que tudo podia superar. De um “empório de gado” magro no final do século XIX e início do XX, a cidade se tornou, segundo Paulo Coelho Machado, a economia mais destacada do sul do Estado.<sup>197</sup>

Na documentação, há muitos exemplos desta forma de trabalho que glorificou a urbe. Seguramente tais adjetivações não são frutos do nada. Elas têm uma razão de ser que reside, em grande proporção, no desenvolvimento econômico existente na Serra de Maracaju durante a primeira metade do século XX, em particular nos Campos da Vacaria, tendo a bovinocultura como principal produto, conforme afirmaram largamente todos os textos memorialistas e as produções oficiais consultadas, que buscaram, cada qual da sua forma, apresentar grandiosamente a cidade de Campo Grande.<sup>198</sup>

A idéia de uma urbe ou de um povoado sem feitos modernizantes, no entanto, apareceu de modo secundário, em especial nos textos dos memorialistas. Eles conjugaram esse presente – atrasado em relação a outros locais e cidades – como passado. Por meio das palavras trataram de edificar um presente em que tudo era moderno, seja no campo material, cultural ou no humano. Isso exemplifica a parcialidade das ações humanas e das fontes com as quais o historiador dialoga.

O propósito maior desta ação era o de exaltar a cidade de Campo Grande e solidificá-la na memória das pessoas como uma urbe que tinha todos os requisitos para ser a capital de um Estado brasileiro. Para tanto, foi essencial o trabalho desenvolvido pelos autores memorialistas e também por alguns periódicos locais que retomavam nos seus textos as idéias defendidas sobre os pioneiros na formação da região e da cidade de Campo Grande. Essa produção foi extremamente relevante pelo fato de reavivar, com muita constância, a idéia de que a cidade era civilizada, moderna, ordeira e estava em constante progresso.

---

<sup>197</sup> O autor também creditou parte considerável do desenvolvimento da cidade aos trilhos da NOB, pelos quais era vendido o gado e chegavam adventícios, alguns deles trazendo progresso para o lugar. MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 79.

<sup>198</sup> A atividade econômica que movia a região de Campo Grande e dava base para a elite era a pecuária extensiva, e as ramificações dela decorrentes, desenvolvida nas terras da Serra de Maracaju. Nesse ambiente formaram-se pecuaristas de expressivo poder no cenário local e estadual, muitas vezes chamados valorosamente pela literatura da época de coronéis. Edgard Carone afirmou que havia coronéis rurais e urbanos no Brasil. Em certas regiões de Mato Grosso pode-se dizer que os mesmos coronéis do campo também atuavam como coronéis urbanos, pois era no campo que se gerava e se mantinha o poder sobre os demais setores da sociedade. CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1970)*. São Paulo: Difel, 1973. Para análises pontuais, ver CORRÊA, Valmir Batista. O trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis. *Intermeio: Revista do Mestrado de Educação da UFMS, Campo Grande*, n. 1, p. 53-72, 1995.

Nessa tarefa, adjetivações cunhadas no passado, muitas delas divulgadas na Revista Folha da Serra, no decorrer dos anos 30, eram literalmente transportadas para aquele presente, nesse caso o das décadas de 1960-70. Essa cidade moderna é muito nítida em algumas documentações. Consultando determinadas fontes sobre a urbe de Campo Grande chega-se a conclusão de que nesta cidade, justamente por causa deste enaltecimento ao progresso citadino, não havia pessoas pobres ou desguarnecidas do amparo civil e dos poderes públicos.

Quando se trata de documentos oficiais, e também dos produzidos por associações classistas, a não-existência de pobreza e de pobres se torna ainda mais forte. Negou-se veementemente esta realidade para se poder edificar uma outra forma de conceber a cidade.<sup>199</sup>

Em fonte datada do final da década de 1930 vê-se que a elite fazia até certa questão em dar “algo” para os que pediam esmolas nas ruas da cidade de Campo Grande. Naquela época, esses sujeitos ainda não eram um “problema social” para a urbe, embora textos produzidos no período já mostrassem Campo Grande como uma cidade moderna e civilizada, fruto das contribuições da economia pastoril.

Ao proceder dessa forma, a elite mostrava que tinha dinheiro até para dar aos necessitados. Portanto, demonstrava, em contrapartida, que tinha sim poder econômico e que era capaz de nortear os caminhos do território em que estava, que era o sul de Mato Grosso, e em particular a cidade de Campo Grande. A quantidade de pedintes, nessa época, era de aproximadamente uns 25 sujeitos. Na década de 1970, o número era bem superior: algo em torno de 250-300 sujeitos.<sup>200</sup> Contudo, nesse período o povo comum foi concebido como um “problema social” para urbe.

---

<sup>199</sup> Como se não bastasse o fato das pessoas pobres do passado terem legado ao futuro de Campo Grande bem menos documentos do que as pessoas abastadas, parte destas fontes, ou monumentos, foram destruídos, e de forma proposital. Alisolete Weingärtner, durante pesquisa de levantamento de documentos produzidos na cidade pelos operários, afirma que “não foram encontrados números dos jornais publicados pelos operários. Quando se indagou se algum associado tinha pelo menos uma coleção completa, a resposta foi quase a mesma: “as coleções de jornais ou foram queimadas pelos associados ou confiscadas pelo regime militar.” WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. *Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais. Uma história do sindicalismo em Campo Grande-MS, 1928-1979*. 2001. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca (UNESP), Franca, 2001, p. 41.

<sup>200</sup> MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

Mesmo assim, algumas fontes continuaram negando a existência destas pessoas. Essa negação da presença de pessoas empobrecidas e, por conseguinte, da cultura dos “de baixo” se tornou cada vez mais necessária, em determinados textos, à medida que a cidade de Campo Grande era enobrecendoramente adjetivada e ao mesmo tempo colocada na condição de futura capital de uma Unidade Federativa do Brasil. Como podia, então, uma cidade civilizada e moderna, que era mostrada como futura capital, ter tantos mendigos, em especial nos espaços públicos da cidade?<sup>201</sup>

Pensando nessa perspectiva, Campo Grande era uma cidade territorializada por várias práticas sociais e também portadora de diversas culturas, embora muitas fontes não objetivassem mostrar essa realidade. Alguns sujeitos buscaram ocultar a existência destas pessoas comuns, já que estes não eram bem vistos para tal ambiente.

Os chamados *indesejáveis*, *perigosos*, *turbulentos*, *marginais* podem ser rechaçados e combatidos como inimigo interno, ou, pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os *selvagens*, ou *bárbaros de dentro*. Eles se opõem à cidade que se quer e que deve se aproximar, em maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada. Os *selvagens* da cidade podem ser também, numa certa dimensão, *silêncio* e *ausência*, pois nomear é ascender à humanidade, elevando-a à categoria de ator social. São ausentes da história, ausentes da memória, os *invisíveis* do espaço urbano.<sup>202</sup>

Justamente por isso há fontes que não trataram diretamente do povo comum. Falam, por seu turno, muito mais das pessoas da elite, dando a mostrar o mundo e os valores destes sujeitos, ou pelo menos do que eles disseram que existia. As pessoas comuns, quando mencionadas, apareceram na condição de “tipo popular”, tal como se pode observar nos escritos de Ulisses Serra, Paulo Coelho Machado e Edson Carlos Contar.<sup>203</sup>

A literatura memorialista mostrou-as como sujeitos pitorescos e cômicos, impedindo assim de vê-los como sujeitos produtores de história. Quando o povo comum produziu história, foi considerado pelos autores destes materiais como “indivíduo” ou “elemento” “indesejável” que se opunha aos “homens de bem” da sociedade.<sup>204</sup>

---

<sup>201</sup> Sobre os “de baixo”, ver CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 62.

<sup>202</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001, p. 12-13.

<sup>203</sup> SERRA, Ulisses. Maria Bolacha e Josetti. In: \_\_\_\_\_. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 101-102; MACHADO, Paulo Coelho. Os tipos populares da Rua 14. In: \_\_\_\_\_. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2, p. 147-156 e CONTAR, Edson Carlos. Tipos diferentes. In: \_\_\_\_\_. *Das margens do Prosa ao bar do Zé*. Campo Grande: FUNCESP, 2002, p. 133-135.

<sup>204</sup> PESAVENTO, op. cit., 2001, p. 13 e 23.

Na cidade de Campo Grande, as pessoas comuns passaram a ser vistas como indesejáveis e contestadoras ao poder da elite, sobretudo a partir da década de 1960, em particular nas páginas de um periódico local: o jornal *Correio do Estado*, que teve José Barbosa Rodrigues como proprietário e principal jornalista do impresso durante a maior parte da segunda metade do século XX.<sup>205</sup>

Essa publicação foi essencial para manter viva a idéia de que Campo Grande era, de fato, economicamente grandiosa em relação às demais municipalidades do Estado de Mato Grosso, tal qual já fazia a *Revista Folha da Serra* na década de 1930, e que ela podia ser a capital de uma Unidade Federativa do Brasil. O grande diferencial do *Correio do Estado*, no entanto, é que ele não se prestou apenas a isso. O periódico, para enaltecer a cidade, engajou-se em diversas campanhas em prol da urbe, dentre as quais pode-se destacar algumas, a saber: criação do Estado de Mato Grosso do Sul e manutenção de uma certa ordem no centro da cidade, em especial nas ruas.

## 2.1 Exaltando a cidade-símbolo do divisionismo de Mato Grosso

A “causa divisionista” ou as “intenções separatistas” nem sempre tiveram Campo Grande como *locus* de suas ações.<sup>206</sup> O monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira em fins do século XIX foi o fator expressivo e fomentou a chamada “causa divisionista” ou “causa separatista.”<sup>207</sup>

A Companhia Matte Larangeira, cujo sócio majoritário era o gaúcho Thomaz Larangeira, tinha, no início do século XX, aproximadamente 5 milhões de hectares de terras devolutas e utilizava alguns milhares de trabalhadores, sendo a maioria índios paraguaios, muitos dos quais em regime de semi-escravidão.

Esse regime de trabalho possibilitou a prática de certas atrocidades, sobretudo da Companhia frente aos ervateiros ou mineiros, que eram inicialmente posseiros e, depois de expropriados da terra, tornaram-se trabalhadores dos ervais. Nos anos 30, a justiça da Matte Larangeira imperava. Um

---

<sup>205</sup> Na década de 1940, período em que chegou na cidade de Campo Grande, Barbosa Rodrigues tornou-se redator-chefe de um dos três principais jornais da urbe: era o *Jornal do Comércio*, à época dirigido pelo jornalista Dr. José Jaime Ferreira Vasconcellos. As outras folhas eram: *O Progresso* e *o Democrata*, respectivamente comandadas pelo diretor Luiz da Costa Gomes e redator-chefe Nicolau Fragelli e diretor jornalista Benedito Domingues da Silva e gerente Amaro Castro Lima. LIMA, Aristides (Dir.). *Guia Matogrossense*. Campo Grande: Rui Barbosa, ano 1, n. 1, ago. 1948, p. 19.

<sup>206</sup> Pelo fato de não ser objetivo do presente escrito abordar em detalhes o processo divisionista no sul do Estado de Mato Grosso, limito-me a indicar algumas obras que tratam da referida questão. Dentre as existentes, destaque: ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: UEL, 1997; BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: UFMS, 2000; e WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

<sup>207</sup> BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 24-28.

[...] certo mestiço índio até afirma que sabe de criaturas que sofreram a condenação das Sete Quedas, e assim, por haverem cometido graves faltas disciplinares, foram amaradas dentro de pirogas e largadas na parte superior dos saltos, indo fatalmente despencar os corpos nos abismos das rochas abruptas.<sup>208</sup>

Na década de 1930, a área da Matte tinha diminuído, mas ainda era expressiva: possuía 2 milhões de hectares, muitos localizados em terras dos Campos da Vacaria.<sup>209</sup> Devido a esse monopólio, muitas pessoas, em particular migrantes, começaram a ter atritos com as autoridades da Cia, no sentido de que outros rumos políticos-institucionais fossem seguidos. Pode-se afirmar que de 1892 a 1920 tem-se a primeira fase do “movimento” divisionista, no qual ocorreram “manifestações”. Já da década de 1920 até o ano de 1932 observa-se uma segunda fase, isto é, a do chamado “ideal divisionista”, que possui um “movimento organizado” pró-divisão do Estado de Mato Grosso.<sup>210</sup>

Na primeira fase do “movimento” divisionista ainda não havia um “movimento organizado” pró-divisão do Estado de Mato Grosso, mas sim líderes locais do sul de MT, tais como Jango Mascarenhas, João Caetano Teixeira Muzzi, João Barros Cassal e Bento Xavier, que se posicionavam contra a política adotada pelo norte para com o sul do Estado de Mato Grosso. O “guasca belicoso” Bento Xavier, conforme relato de Ulisses Serra, invadiu na madrugada do dia 12 de junho de 1911 a cidade de “Campo Grande, comandando uma força de cerca de trezentos homens.”<sup>211</sup>

Esses líderes estavam descontentes com as ações empreendidas pelo norte, pois entendiam que as mesmas não ajudavam o sul na proporção que o mesmo merecia, tendo em vista que favoreciam em maior escala a Companhia Matte Larangeira e, em contrapartida, desfavoreciam, chegando até a impedir pela força das armas, a entrada e a instalação de pessoas vindas de outras plagas, assim como os gaúchos saídos do Estado do Rio Grande do Sul em razão da Revolução Federalista ocorrida entre os anos de 1893-95.

Mario Lima Beck afirmou, em obra publicada em 1935, que a porção norte de Mato Grosso fazia descaso para com os cerca de 50 mil sul-riograndenses que viviam no sul do Estado. “A gente do norte e centro de Matto Grosso, nunca viu com bons olhos o povoamento do sul, pelos filhos de outros estados.”<sup>212</sup> Entre

---

<sup>208</sup> SILVA, Hermano Ribeiro da. *Garimpos do Mato Grosso. Viagens ao sul do Estado e ao lendário Rio das Garças*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1954, p. 55.

<sup>209</sup> ARRUDA, Gilmar. *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)*. Campo Grande: Instituto Evaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, 1986, p. 195-310.

<sup>210</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 26-28, 65 e 133-134.

<sup>211</sup> SERRA, Ulisses. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989, p. 37.

<sup>212</sup> BECK, Mario Lima. *Nova querência*. Chronica das emigrações riograndenses para Matto Grosso. Porto Alegre: Selbach, 1935, p. 44.

[...] os que chegavam e os defensores do monopólio estabeleceu-se, então, um ambiente de lutas pela posse de terras. Nascia assim a semente da causa divisionista pois foi no bojo das contendas contra os privilégios da Mate, que emergiram, pela primeira vez, sentimentos separatistas, embora essa bandeira não fosse demanda de todos os conflitos armados de então.<sup>213</sup>

Além disso, posteriormente a esse período ocorreram outras e significativas configurações, cada qual tendo interferido na “causa divisionista”. Nas décadas posteriores a de 1910, por exemplo, as “manifestações divisionistas” ganharam espaço e abarcaram novos adeptos, tendo, inclusive, novas motivações, sendo em parte influenciadas pelo Tenentismo do final da República dos Coronéis e pela Revolução Constitucionalista de 1932, na qual uma parte da elite campo-grandense apoiou o Estado de São Paulo. Ambos foram vencidos pelo governo federal. O sul de Mato Grosso e, em particular, Campo Grande perderam duplamente, já que o norte, leia-se Cuiabá, estava do lado de Vargas.

“Até 1932 não havia propriamente um movimento divisionista no sul de Mato Grosso uno. Idéias, desejos, manifestações esporádicas, sim; luta organizada para dividir, não.”<sup>214</sup> Do ano de 1932 em diante essa situação foi profundamente alterada, tanto que de julho a outubro de 32 a cidade de Campo Grande foi sede de um governo paralelo ao existente em Cuiabá.

“Nos anos 20, e, especialmente depois de 1932, a situação começou a se alterar e Campo Grande arrebatou definitivamente a liderança política do sul do estado.”<sup>215</sup>

A partir de 1932 tem-se, então, um ponto-chave no processo divisionista, no qual Campo Grande passou a ser a cidade desse movimento e o referido movimento assumiu “pela primeira vez um projeto público (no sentido de seu deslocamento da lógica das lutas armadas de grupos oligárquicos do passado).”<sup>216</sup> Prova disso é a criação e a elaboração de textos por parte dos integrantes da Liga Sul-Mato-Grossense, tendo como principal objetivo o de criar no sul de MT uma nova Unidade Federativa do Brasil.<sup>217</sup> Contudo, na década de 1940 parte da elite do sul de Mato Grosso ainda cogitava tornar Campo Grande a capital de MT, retirando esse título da municipalidade de Cuiabá.<sup>218</sup>

É com base nessa realidade social que a urbe de Campo Grande foi representada, em inúmeras oportunidades, mas sobretudo a partir de 1932, como sendo uma cidade melhor do que a de Cuiabá.<sup>219</sup>

---

<sup>213</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 27.

<sup>214</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 50-51.

<sup>215</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 51.

<sup>216</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 65.

<sup>217</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 72-73.

<sup>218</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 69-70.

<sup>219</sup> A tese de FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá nos séculos XIX e XX: biografia de uma cidade através de imagens*. 2004. 353 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004 e as dissertações de mestrado de MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992 e de FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Transformações e permanências: imagens e trajetórias urbanas em Cuiabá*. 1995. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995 são leituras muito elucidativas sobre a modernização ocorrida na cidade de Cuiabá.

Esse progresso que alguns sujeitos diziam que havia, e que pode ser constatado principalmente em textos de jornais, periódicos e livros, no entanto, não impediu que a região mato-grossense como um todo e a própria cidade de Campo Grande fossem representadas fartamente como um local onde imperava a barbárie.<sup>220</sup> Pensou-se Mato Grosso como um “paraíso do crime.”<sup>221</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, as representações veiculadas no litoral sobre Mato Grosso eram muito pouco elogiosas à região. Com o intuito de reverter essa forma de pensamento foi publicada, em 1914, a obra *Album graphico do Estado de Matto Grosso*.<sup>222</sup> O objetivo maior era o de fazer com que o referido Album servisse como “o melhor cartão de visitas que Mato Grosso poderia apresentar às nações civilizadas.”<sup>223</sup>

Mesmo assim, a situação não foi alterada. Depois de tanta labuta, Mato Grosso continuou a não causar “boa impressão.” Apesar de todos os esforços empenhados na sua propaganda, o Estado ainda era associado ao atraso e ao abandono, resultante da inexistência dos principais motores do desenvolvimento: braços e estradas.<sup>224</sup>

No Preâmbulo do livro *Reservas de brasilidade*, publicado no final da década de 1930, o autor Rezende Rubim procurou desmantelar essa forma de pensamento sobre a região Oeste do Brasil (entenda-se Amazonas, Pará, Goiás e Mato Grosso), pois, segundo Rubim, algumas pessoas, e que eram desinformadas, tinham “a coragem de afirmar de quem nunca viu com o espírito despido de idéias apriorísticas.”<sup>225</sup> Ao fazerem afirmações sobre esse Brasil pouco conhecido pelos sujeitos do litoral, os tais sujeitos desinformados acabavam por criar uma “fantasia desmedida, sempre para pior” do Oeste do Brasil.<sup>226</sup>

Na maior parte das vezes, sobretudo por parte dos viajantes, foi sim a “fantasia desmedida” que predominou sobre toda e qualquer forma de conceber o Estado de Mato Grosso, em particular até as primeiras décadas do século XX. As representações existentes sobre Mato Grosso nas principais cidades do Brasil, por volta do início do século XX, “não era das melhores. Grande, remoto, é assim que o estado aparecia aos olhos das populações paulista e carioca através dos jornais.”<sup>227</sup>

---

<sup>220</sup> GALETTI, Lylia S. Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

<sup>221</sup> RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939, p. 14.

<sup>222</sup> AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914.

<sup>223</sup> MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992, p. 100.

<sup>224</sup> MACIEL, op. cit., 1992, p. 108.

<sup>225</sup> RUBIM, op. cit., 1939, p. 14.

<sup>226</sup> RUBIM, op. cit., 1939, p. 14.

<sup>227</sup> MACIEL, op. cit., 1992, p. 100.

Cotejando escritos locais, quase sempre elogiosos, com as análises de pessoas de fora do lugar, na sua maior parte das vezes ligadas ao Estado de São Paulo, pode-se mensurar gradações da expressividade, ou não, das edificações citadinas, uma vez que os escritores da terra tenderam a exaltar os feitos, minorando as limitações civilizatórias existentes, como fizeram a maior parte dos escritos publicados nas Revistas Ouro Verde e, mais ainda, no caso da publicação Folha da Serra, extremamente ufanista e defensora de Campo Grande e áreas próximas.

Luiz Amaral, que se dispôs a observar o progresso local num período de dois dias, ficou surpreso com a cidade de Campo Grande e sua evolução. Segundo Amaral, as pessoas que emigravam para a urbe também ajudaram a edificar o progresso agrícola da região, como no caso dos 2 mil imigrantes japoneses que foram relatados por Amaral, ainda na década de 1920.<sup>228</sup>

Nas suas palavras: “Não tem ainda quatorze annos a cidade, mas apresenta aspectos admiráveis. Ampla, muito bem traçada, ruas muito largas e muito rectas, com duas ordens de postes para a iluminação elétrica, abundantíssima. Comércio intenso, população operosa.”<sup>229</sup> Esse relato do ambiente urbano aproxima-se muito das adjetivações mencionadas por articulistas locais da Revista Folha da Serra, como Arlindo de Andrade. Contudo, nem todos os viajantes ou visitantes que estiveram em Campo Grande propagaram as mesmas impressões sobre o espaço urbano-citadino.

Hermano Ribeiro da Silva, filho do sertanista Antônio José Ribeiro da Silva, chegou em Campo Grande no mês de julho de 1930 e permaneceu até o início de setembro, vindo da região dos ervais, ao sul do Estado de Mato Grosso, área ainda controlada pela Companhia Matte Larangeira nessa época.<sup>230</sup>

Depois de uma passagem pelas terras da Matte, que abrangia também plagas paraguaias, Silva constatou, ao falar com trabalhadores do local, que a Matte Larangeira, para atuar em áreas tão vastas tal qual fazia, tinha recebido “concessões inexplicáveis” do poder público estadual durante vários mandatos. Em contrapartida, esse processo vitimou “antigos e pobres posseiros pacíficos, que se desalojaram dos ranchos por ações sumárias e brutais.”<sup>231</sup> Muitos deles, certamente, foram para os núcleos urbanos mais próximos, dentre os quais estava Campo Grande.

---

<sup>228</sup> AMARAL, Luiz. *A mais linda viagem: um “raid” de vinte mil kilometros pelo interior brasileiro*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 11-13.

<sup>229</sup> AMARAL, op. cit., 1927, p. 11-13.

<sup>230</sup> SILVA, Hermano Ribeiro da. *Garimpos do Mato Grosso. Viagens ao sul do Estado e ao lendário Rio das Garças*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1954, p. 9 e 20. Esse livro corresponde ao volume 78 da Coleção Saraiva, cujo um dos objetivos mais enfáticos, tal qual consta na orelha da primeira capa, era o de “prestigiar o que é brasileiro.” No caso de Hermano, trata-se da publicação do seu diário de viagem.

<sup>231</sup> SILVA, op. cit., 1954, p. 55.

Já na urbe de Campo Grande, região não mais dos ervais, mas sim da indústria pastoril, que são os Campos da Vacaria, Hermano Ribeiro da Silva deparou-se com uma cidade repleta de pessoas de outras plagas, dentre as quais estavam muitos adventícios do Estado de São Paulo.

Silva mencionou que havia uma “crise que atualmente assoberba o Estado de São Paulo, daí chegam a cada momento repetidas levas de desempregados a procura de colocação e de serviço.”<sup>232</sup> Essa crise, pelo que tudo indica, trata-se da crise da economia cafeeira do final dos anos 20 e começo dos anos 30. Devido a grande quantidade de desempregados, as hospedarias e os hotéis, sempre muito simples, estavam todos lotados de “pessoas humildes.” O mesmo ocorreu com os leitos da Santa Casa de Campo Grande.<sup>233</sup>

Hermano Ribeiro da Silva estava em viagem pelo sul de Mato Grosso com outros dois amigos, também sertanistas. Um deles, no entanto, adoeceu na região dos ervais, tendo febre que lhe causava até alucinações. Por causa disso, tiveram que buscar ajuda médica mais especializada em Campo Grande, nesse período já concebida como uma “cidade prodigiosa, que se criou e se desenvolveu milagrosamente no espaço de diminutos anos, atestando um progresso vertiginoso, talvez nunca antes realizado em qualquer ponto do país.”<sup>234</sup>

Para Silva, havia na cidade outros e mais caros estabelecimentos de hotelaria, porém, os recursos financeiros que dispunham não lhes permitiu ficar nesses locais. Até a melhora do amigo e companheiro de viagem passaram-se alguns dias e, então, nesse intervalo de tempo, Silva tomou conhecimento da cidade.

Segundo suas impressões:

Campo Grande assemelha-se a Bauru na fisionomia da área ocupada e na forma da arquitetura, contendo diversas largas avenidas pavimentadas com asfalto bruto, possuindo prédios bonitos e modernizados.

Este núcleo de população levantou-se há alguns anos apenas, e os seus residentes reúnem-se da grande onda de aventureiros que vêm procurar a promessa da fortuna rápida e generosa. Daí a inexistência de uma sociedade de progênie tradicional, bastando saber-se que por exceção se apresenta nos letreiros das firmas comerciais um nome de origem brasileira, predominando, ao contrário, na posse dos negócios e das indústrias iniciadas, os nomes sírios, japoneses e alemães. Os nossos patrícios deixam-se ficar nos trabalhos das estâncias, entregues à lida da criação do gado, como que atestando declarada incompatibilidade com o sedentarismo das transações do balcão.

---

<sup>232</sup> SILVA, op. cit., 1954, p. 61.

<sup>233</sup> SILVA, op. cit., 1954, p. 61.

<sup>234</sup> SILVA, op. cit., 1954, p. 60.

Porém, apesar de formada por adventícios apenas chegantes, esta cidade central de Mato Grosso já se realça como o lugar mais próspero do Estado, ultrapassando de há muito Corumbá, à margem do rio Paraguai, e Cuiabá, a capital – os únicos núcleos que, dentro da formidável superfície da unidade federativa (perto de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados), constituem realmente destacados patrimônios de progresso, comparativamente ao índice a que ascendem as sedes dos municípios paulistas, por exemplo. Mas isso se explica com facilidade, tendo-se em conta que bem mais que a metade da diminuta arrecadação estadual, de dez mil contos por ano, é proveniente das atividades da pecuária, inclusive das celebradas taxas de exportação do gado. E sendo Campo Grande o ponto para onde convergem todos os negócios efetuados a respeito dos rebanhos da afamada região da Vacaria, que compreende a maior parcela das terras do sul mato-grossense, em que a criação se intensifica e se aperfeiçoa por excelência, aí está claro o motivo do seu vertiginoso e esplêndido desenvolvimento. E arredadas do centro populoso, observam-se as vastas instalações da Vila Militar do Exército, em cujas casernas se alojam cerca de quatro mil homens das diversas armas, tropa que conseqüentemente ainda estabelece um índice bastante favorável para o ânimo da vida do comércio local.

Cidade nova, atraente pelo bulício e pela riqueza, a par com a gente honesta e trabalhadora aqui também aportam sujeitos exclusivamente habituados aos expedientes da existência escusa, de sorte que medram a jogatina desbragada, o mundo de mulherio infelicitado e muita vez a justiça sumária dos tiros, coisas más que teimam heroicamente em persistir, malgrado os empenhos em contrário da polícia e dos cidadãos familiares e pacatos.

Enfim Campo Grande deslumbra e cativa o viajante desprevenido, que vem topá-la à semelhança de um oásis plantado no meio do intérmino deserto mato-grossense, como que afirmando a força miraculosa da civilização, fecunda nas distâncias perdidas dos trilhos da Estrada Noroeste do Brasil.<sup>235</sup>

O viajante Rezende Rubim, que esteve em Campo Grande também nos anos 30, deixou igualmente valiosas observações a respeito da modernidade citadina.<sup>236</sup> Elas nos ajudam a contrabalancear as afirmações dos escritores da terra que diziam ser Campo Grande uma “Cidade Gigante Modernizada.”<sup>237</sup> Nesta época, a cidade de Campo Grande, então já com cerca de 15 mil habitantes na zona urbana, foi pensada por Rubim como um espaço que aglutinava vários elementos indispensáveis ao desenvolvimento de uma cidade moderna.

---

<sup>235</sup> SILVA, op. cit., 1954, p. 61-62.

<sup>236</sup> Entrei em contato com familiares de Rubim para obter informações e detalhes sobre a viagem e o seu trabalho em geral por terras do Oeste brasileiro. Encaminhei algumas perguntas, porém, não houve retorno por parte destes, embora tenham sinalizado que responderiam, num primeiro momento, as indagações. Luiz do Amaral, na década de 1920, já tinha feito viagem ao sul de MT seguindo o caminho da NOB. Para AMARAL, Luiz. *A mais linda viagem: um “raid” de vinte mil quilômetros pelo interior brasileiro*. São Paulo/Cayceiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 11: “Os brasileiros conhecem Matto Grosso menos do que os europeus ao Brasil.” Na obra “O Brasil Central”, de STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. São Paulo: Nacional, 1942 há relatos sobre a região pantaneira na década de 1860. A Expedição Langsdorff, ver MOURA, Carlos Francisco. *A Expedição Langsdorff em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1984, e o Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra, consultar FURTADO, Sebastião da Silva. *Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960, respectivamente nos séculos XIX e XVIII-XIX, também deixaram valiosas anotações sobre o território que hoje compõe o Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>237</sup> CAMPO GRANDE, CIDADE GIGANTE MODERNIZADA. *Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, ago. 1936, p. 99.

Campo Grande já é uma cidade importante; núcleo de convergência de diversos municípios próximos. A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas a Mac-Adam. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. Nada fica a dever as modernas cidades paulistas do ciclo do café. Sendo Campo Grande a sede da Região Militar e lá estando localizados alguns milheiros de soldados, o elemento de farda avulta dentro da população civil. Amambaí, o bairro dos quartéis, está se transformando em outra cidade, com todo o conforto. A localização em Campo Grande da Região Militar trouxe grandes benefícios ao lugar. Derrama-se assim, mensalmente, uma soma respeitável de dinheiro no comércio local.<sup>238</sup>

Embora outras cidades tivessem sido pontuadas pelos escritos de Rubim, a modernidade citadina de Campo Grande recebeu as observações menos controversas e mais diplomáticas do viajante, pois, de modo geral, as observações de Rubim tinham sempre uma contradição inerente. Ao mesmo tempo em que externavam o progresso e o desenvolvimento de algo, também diziam que o mesmo objeto representava um desprogresso e uma falta de desenvolvimento.<sup>239</sup>

No que tange à modernidade citadina de Campo Grande, essa conduta não foi tão forte.<sup>240</sup> Mesmo assim, Rubim teceu algumas críticas à cidade e ao jeito de agir dos sujeitos que nela residiam, em particular os militares.

A sua permanência, entretanto, veio trazer, também, desvantagens. Nem todos os chefes militares têm sabido guardar a posição a cavalheiro das rixas políticas locais. E, mais: a fixação de tão grandes contingentes federais no sul do Estado tem concorrido para amparar o espírito separatista de alguns políticos sem escrúpulos, criando destarte sérios embaraços à administração do Estado. É que, só o fato de permanecer em Campo Grande a sede da Região, faz com que os habitantes de lá se julguem com direitos que as outras partes do Estado, no seu entender, não possuem. A força federal influi para tal estado de coisas à maneira de ação catalítica ou ação de presença, pois, nem sempre o elemento militar participa diretamente para a situação do espírito de regionalismo dominante no lugar. O campo-grandense sente-se naturalmente orgulhoso do seu progresso, sem perceber, todavia, que grande parte dele lhe vem da vizinhança com Maracaju, Bela Vista, Nioaque, Aquidauana e Ponta Porã. Os municípios próximos são ligados por estradas a Campo Grande e a única saída que têm para os seus produtos é pela bela cidade serrana, plantada à beira da Noroeste do Brasil. Não queremos dizer com isso que Campo Grande não tenha vida própria; a cidade já possui elementos bastantes para esperar do futuro uma situação invejável. As cercanias são todas afazendadas e a localização de algumas colônias de japoneses tem concorrido para melhorar o padrão de vida dos habitantes, até a bem pouco tempo dependentes do produto paulista.

<sup>238</sup> RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939, p. 125.

<sup>239</sup> Uma análise mais detalhada desta questão foi apresentada no X Encontro Regional de História de Mato Grosso do Sul e está publicada nos Anais eletrônicos do evento: MORO, Nataniél Dal. Modernidade no sul de Mato Grosso: observações do viajante Rezende Rubim. In: *Anais do X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História da UFMS/CPTL*. Três Lagoas: UFMS, 13 a 16 de julho de 2010, p. 1454-1474. 1 CD-ROM.

<sup>240</sup> Entende-se modernidade não apenas como uma palavra que derivou, no século XIX, do termo moderno que já era utilizado séculos antes, cuja origem reside no latim. Portanto, deve-se pensar modernidade como sinônimo de algo que é recente, novo, e também como algo que significa progresso, desenvolvimento e, não menos, transformações radicais em várias esferas da realidade social. Para maiores esclarecimentos sobre essa questão, consultar LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 173-178.

A região campo-grandense, aliás como toda essa parte do sul do Estado, é cosmopolita. Quase todo o contingente humano é nascido em outras plagas. Para tanto concorre a facilidade de acesso por intermédio de S. Paulo, o Estado por excelência colonizador. Além disso as fronteiras próximas, principalmente a do Paraguai, contribuem muito para que o sul do Estado seja, como é, uma região onde o elemento de fora esteja sempre em maioria.<sup>241</sup>

Rubim, mesmo tendo criticado alguns aspectos da cidade de Campo Grande, foi mais comedido ao tecer comentários sobre tal modernidade cidadina. O viajante em questão não colocou em cheque o progresso da cidade, tanto é que chegou a compará-lo com o das “modernas cidades paulistas do ciclo do café.”

De acordo com o relato do viajante Rubim, publicado em livro no ano de 1939, “Campo Grande é o centro de união do povo do sul e traduz em toda a sua inquietação os seus anseios de grandeza.”<sup>242</sup> Ainda segundo Rubim: “A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas a Mac-Adam. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. Nada fica a dever às modernas cidades paulistas do ciclo do café.”<sup>243</sup>

Sendo assim, pode-se afirmar que Rubim elogiou a vitalidade de Campo Grande, dando a entender que a infra-estrutura nela existente não era em nada desprezível. Dentre outros fatores positivos estavam: 1º) o fato dela ser entroncamento de diversas estradas de rodagem, 2º) possuir “alguns milheiros de soldados”: algo em torno de 2 mil militares, que representavam cerca de 25% da população total da cidade no início da década de 1920 e 3º) ter uma expressiva quantidade de migrantes e imigrantes.<sup>244</sup>

Em torno de 20% da população de Campo Grande, em 1933, segundo dados publicados pelo poder público municipal, era composta por estrangeiros. Os japoneses compunham o grupo mais expressivo: eram mais de 1.600 pessoas. Os imigrantes sírios totalizavam o segundo maior grupo de imigrantes. Eram ao todo 603 sujeitos. Além destes, havia imigrantes alemães, argentinos, armênios, bolivianos, búlgaros, chilenos, espanhóis, franceses, gregos, norte-americanos, poloneses, russos, uruguaios, dentre outros, porém em quantidade não muito expressiva.<sup>245</sup>

---

<sup>241</sup> RUBIM, op. cit., 1939, p. 125-127.

<sup>242</sup> RUBIM, op. cit., 1939, p. 146.

<sup>243</sup> RUBIM, op. cit., 1939, p. 125, 162-163 e 165. Embora tenha elogiado o desenvolvimento de Cuiabá, afirmando que a Cidade Verde possuía “uma avenida de aspecto todo moderno e com edificações bem cuidadas” e que era “a cidade mais interessante do Estado” de MT, Rubim também fez algumas outras observações, cujo conteúdo é importante frisar: “A cidade é ainda de cunho accentuadamente colonial e o porto é o que Deus lhe deu.”

<sup>244</sup> Os dados, tanto o numérico como o percentual, constam na obra de ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 17.

<sup>245</sup> CAMPO GRANDE (Município). Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra*. Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, p. s/p., ago. 1933. No respectivo material não consta a existência dos imigrantes paraguaios, contudo, seguramente eles estavam presentes, e em significativa proporção, na cidade de Campo Grande. Faço essa afirmação tendo em vista as seguintes produções: ARCA: Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande, ARCA, n. 4, dez. 1993, tematizando a imigração paraguaia na região e a presença destes na cidade de Campo Grande e BÓIS, Lindomar José. *A presença paraguaia em Campo Grande: o bairro “Vila Popular” (1966-2004)*. 2005. 121 f. + anexos. Monografia (Especialização em História Regional) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, 2005.

O escritor Monteiro Lobato, que na década de 1940 visitou Campo Grande, considerou-a não como uma “cidade de fim de civilização, de beira-sertão, como o viajante logicamente é levado a supor. É cidade de começo de civilização, é a coisa mais reconfortadora que em tais alturas alguém possa esperar.”<sup>246</sup>

Nos anos 40, o Município de Campo Grande tinha 54 mil habitantes, sendo que 24 mil residiam na zona urbana da cidade. Lobato atentou-se também para a significativa presença de “estrangeiros” no lugar. Para ele, Campo Grande tinha a potencialidade de ser a “futura São Paulo de Mato Grosso” devido as mentalidades e ambições trazidas ao lugar pelos migrantes e imigrantes que ai aportavam, provenientes de todos os lugares do mundo.<sup>247</sup> “São Paulo é o que é por ser um atracadouro do pau rodado universal. Nova York é o maior centro de pau rodado do mundo inteiro. Campo Grande é também toda ela pau rodado.”<sup>248</sup>

Essa presença variada de pessoas e culturas ajudou a produzir na cidade uma gama diversificada de arquiteturas e modernidades que passaram a ser vistas pela sociedade local como superiores às das demais cidades do Estado de Mato Grosso. Essa interpretação, no entanto, conflitou não apenas com as observações feitas pelo viajante Rezende Rubim, nos anos 30, mas também por outros observadores, já na década de 1950.

Em viagem pela região sul de Mato Grosso no mês de agosto de 1955, o fotógrafo Gilberto Ferrez registrou no seu Diário de viagem uma impressão pouco elogiosa à cidade de Campo Grande.<sup>249</sup> Uma parte considerável dos visitantes, ao contrário da maioria das opiniões da população local e dos impressos citadinos produzidos por grupos da elite, como a Revista Folha da Serra e o periódico Correio do Estado, achou a cidade feia, acanhada, muito poeirenta e materialmente pouco desenvolvida.

Ao sobrevoar Campo Grande, Ferrez disse que a urbe era uma “cidade importante com ruas largas, muito compridas, asfaltadas e arborizadas, progressista e que do alto parece bem bonita.” Quando aterrissou e foi conhecer a cidade mais de perto, reviu sua primeira impressão. Disse que a cidade era “nova” e que não havia “nada de interesse arquitetural há não ser a Matriz”. Nesse caso, Ferrez referia-se ao templo religioso da Igreja Católica.

---

<sup>246</sup> LOBATO, Monteiro. De São Paulo a Cuiabá. In: \_\_\_\_\_. *Mundo da lua e Miscelanea*. São Paulo: Brasiliense, 1951, p. 237-272, p. 245.

<sup>247</sup> LOBATO, op. cit., 1951, p. 244.

<sup>248</sup> LOBATO, op. cit., 1951, p. 245.

<sup>249</sup> FERREZ, Gilberto. Diário de viagem de Gilberto Ferrez a Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Paraguai e Bolívia, em agosto de 1955. Diário integrante da exposição *Família Ferrez: novas revelações*: de 26 de março a 23 de maio de 2010, Galeria Olido, São Paulo, SP. [S.I.], 2010. 1 folder. Apoio Prefeitura de São Paulo, Cultura e Fazer Arte. Coordenação geral: Júlia Peregrino. Curadoria: Júlia Peregrino e Pedro Karp Vasquez. Consultoria técnica: Helena Dodd Ferrez.

Esse tipo de relato, assim como parte dos anteriores, evidencia o quanto limitada, ou no mínimo contraditória na análise dos depoentes, era a modernidade e o progresso de Campo Grande frente a outras cidades do Brasil, particularmente das localizadas fora do território do Estado de Mato Grosso, uma vez que o parâmetro de análise dos visitantes tinha como base as cidades do Leste brasileiro.

Por outro lado, no espaço territorial compreendido por Mato Grosso, a modernidade e o progresso existentes em Campo Grande eram superiores aos das demais cidades desta Unidade Federativa. Utilizando-se dessa situação, alguns periódicos locais e textos de memorialistas passaram, de modo mais enfático a partir da década de 1930, em particular devido questões políticas do separatismo/divisionismo, a enaltecer a cidade Campo Grande, dotando-a de adjetivações muito enobrecedoras.

Em 1919, Rosário Congro denominou a cidade de Campo Grande como a Pérola do Sul.<sup>250</sup> Também no final da década de 1910, Valério de Almeida afirmou que a cidade de Campo Grande era “a maior célula de progresso de Mato Grosso, com fama jamais espalhada em todo o Oeste brasileiro” e que ela representava “o empório de 18 municípios meridionais do Estado.”<sup>251</sup>

O progresso citadino também foi exaltado em quase todas as páginas da Revista Folha da Serra. Alguns dos articulistas, como no caso de Arlindo de Andrade, elencaram os elementos que, no seu entender, tornavam objetivamente Campo Grande superior às demais cidades. Andrade, aberto defensor da causa divisionista, entendia que os meios físico e moral nela existentes, portanto, a geografia e a população locais, transformaram Campo Grande na “maior cidade de Mato Grosso.”<sup>252</sup>

O Município de Campo Grande, que em 1936 tinha ao todo 23.400 habitantes, contava, nessa época, com várias escolas, construções modernas, casas comerciais, estrada de ferro e instalações militares. Tudo isso, no entanto, não existia sem os fatores físico e moral. No campo natural prevalecia, para Arlindo de Andrade, a “terra roxa”, que era uma “terra de produz tudo.” Essa mesma terra, por sua vez, tinha um “povo que ama” o lugar em que está e, com isso, o mesmo “povo” enriquece e se entusiasma em “ver a cidade subir”: “estes nortistas sadios e valentes começam roceiros e vão acabando fazendeiros, coronéis, homens da cidade.”<sup>253</sup>

---

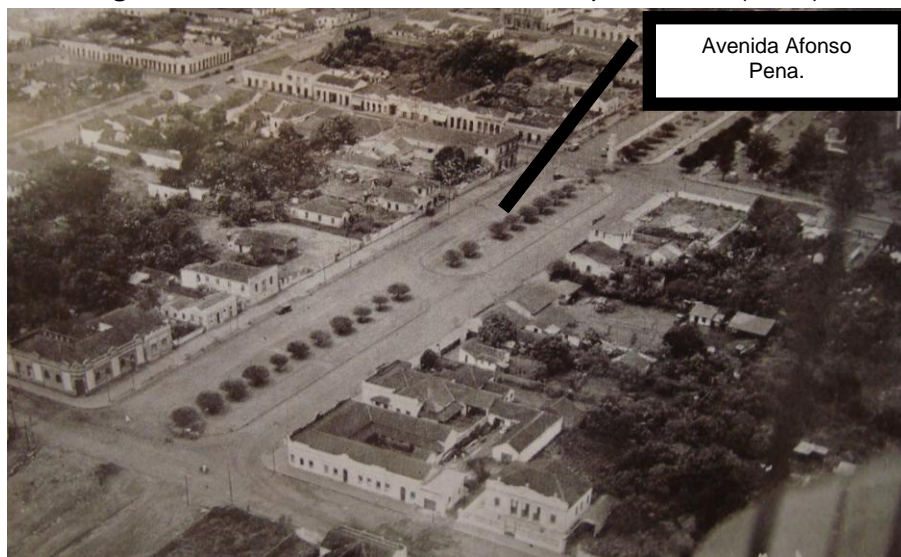
<sup>250</sup> CONGRO, op. cit., 2003, p. 23.

<sup>251</sup> ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 24-25.

<sup>252</sup> ANDRADE, Arlindo de. A maior cidade. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 40, ago. 1936, p. 30.

<sup>253</sup> ANDRADE, op. cit., 1936, p. 31.

**Imagem 6.** Vista aérea da cidade de Campo Grande (1934).<sup>254</sup>



Políticos sulistas, porém de forma muito contida, e a elite cidadina pró-divisão alardeavam que em Campo Grande havia mais desenvolvimento, mais educação formal, melhores condições infra-estruturais, mais progresso, mais zelo pelas coisas públicas e privadas. Em suma, queriam, com isso, dizer que a capital política de Mato Grosso tinha que ser Campo Grande e não Cuiabá.<sup>255</sup>

Nessa lógica, o norte era representado por grande parte da elite do sul de Mato Grosso como um lugar no qual ainda predominava a economia extrativista e a de extração de metais preciosos do século XVIII, enquanto que o sul produzia sua riqueza com base no trabalho humano. Nesse sentido, o povo do sul de Mato Grosso era mais laborador do que o povo do norte.<sup>256</sup>

Ademais, externou-se que o norte era sinônimo de “atraso” e o sul de “progresso”, já que o sul tinha, desde 1914, ligação férrea da NOB com o Leste do Brasil; contava com uma indústria pastoril forte; possuía melhores meios de comunicação do que os existentes no norte do Estado e, em razão disso tudo, era visto, via-se e representava-se como um lugar em ascensão, enquanto que o norte era externado como um lugar decadente.

Até mesmo porque o sul de Mato Grosso estava muito mais próximo do Leste (São Paulo e Rio de Janeiro) do que Cuiabá. Para se ter uma idéia dessa ligação basta repetir o que escreveu Arlindo de Andrade Gomes, no início da década de 1920: “A correspondência do Rio de Janeiro leva quatro dias a Campo Grande; a de Cuiabá, em média, dez dias.”<sup>257</sup>

<sup>254</sup> Nela vê-se que a região central da cidade de Campo Grande possuía traçado ortogonal, com destaque para a Avenida Afonso Pena. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, n. 40, p. 42, ago. 1936.

<sup>255</sup> Nem todos os políticos se manifestavam favoráveis à divisão pelo motivo de que, se assim o fizessem, passavam a ser taxados de divisionistas e podiam não obter votos do eleitorado da porção norte do Estado.

<sup>256</sup> Essa mensagem foi divulgada inclusive na década de 1960, em particular nas obras de Emílio Garcia Barbosa.

<sup>257</sup> GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004, p. 94.

No final da década de 1930 e início da de 1940, o tempo gasto para transportar mercadorias para Cuiabá continuava a ser um problema. Na “época da sêca, as embarcações chegavam a demorar 15 dias para aportar em Cuiabá e os vôos vinham em intervalos de cinco dias, levando dez dias para chegar ao destino final: Cuiabá.”<sup>258</sup>

Alguns números também ajudaram a reforçar essa concepção da realidade: a de que o sul era economicamente mais importante do que o norte. Segundo Emílio Garcia Barbosa, mais de 2/3 do total da arrecadação de Mato Grosso vinha do sul do Estado, entretanto, o mesmo não usufruía de tais contribuições, pois dizia-se, e esse era o pensar de boa parte das elites do sul, que a maior parte dos recursos ficava no norte, sobretudo na cidade de Cuiabá. Grosso modo, enquanto o pessoal do sul servia para trabalhar, o pessoal do norte servia para gastar.<sup>259</sup>

Não faltavam também afirmações de que Campo Grande possuía a economia mais significativa de todo o Estado de Mato Grosso, bem como que no sul do Estado estavam as cidades economicamente mais importantes e com maior quantidade de habitantes, tais como: Aquidauana, Corumbá, Dourados, Miranda, Nioaque, Ponta Porã e Três Lagoas.

Nos anos 30, com a derrota paulista, os mato-grossenses do sul e os campo-grandenses, em particular, também foram prejudicados. Isso pelo fato de o sul ter se posicionado constitucionalista, enquanto o norte ficou legalista. Almeida escreveu a respeito da Campo Grande dos anos 20 e a dos anos 30. Por meio do seu relato é possível perceber de forma flagrante a alteração desencadeada pela Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade de Campo Grande, em especial no trato com a coisa pública.

O relato de Almeida externou que

Campo Grande se orgulha em ter um dos cemitérios mais bem organizados do Estado.  
Cheia de pompa e esfuziante alegria foi a inauguração do jardim público, cerimônia que se revestiu de solenidade, tendo a presença de toda a população local, grande número de famílias e escolares, plantando-se nesse dia, ali, uma palmeira para servir de marco aos que vieram depois.  
As iniciativas e realizações do governo do Dr. Arlindo de Andrade marcaram em definitivo a fase de ressurgimento da cidade, inclusive o seu Código de Posturas, cuja aplicação ainda hoje é efetiva.  
Se a sua administração não tivesse sofrido falta de continuidade, com a revolução de 1930, Campo Grande seria a Ribeirão Preto de Mato Grosso.<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> FREITAS, op. cit., 1995, p. 70.

<sup>259</sup> BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961, p. 56.

<sup>260</sup> ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 22.

Com base no relato de Almeida, que era jornalista, fica então perceptível que a conduta política da elite sulista em relação ao governo de Vargas produziu retaliações ao viver citadino de Campo Grande. Afinal, a política administrativa de Arlindo de Andrade, nesse caso a modernização citadina, foi interrompida.<sup>261</sup> Contudo, os relatos que dizem que Campo Grande “sofria” em razão de ações políticas eram amainados com a externalização de adjetivos louváveis ao progresso dessa comuna. O próprio Almeida deixou isso bem claro em outro de seus escritos.

Para ele, na década de 1930, Campo Grande tinha um “furioso desenvolvimento material, só concebível às cidades paulistas influenciadas pela cultura do café.”<sup>262</sup> Além disso, externou que a mesma era “o empório de 18 municípios meridionais do Estado.”<sup>263</sup>

No início da década de 1940 foi a vez do próprio presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, explicitar o quão expressiva era a realidade econômica de Campo Grande. Em 1941 Vargas afirmou que ela era a Capital Econômica de Mato Grosso, tendo em vista que possuía “arrecadação tributária maior do que cinco capitais de Estado – Cuiabá, Natal, Terezina, Goiânia e Florianópolis.”<sup>264</sup>

No final desta década, José de Melo e Silva disse que Campo Grande era a Rosa de Amambaí<sup>265</sup> e, em 1949, Almeida chamou-a de Rosa de Maracaju.<sup>266</sup> Nos anos 50 do século XX, os viajantes e pesquisadores Aroldo de Azevedo e Pierre Deffontaines disseram que a agitação de Campo Grande “faz-nos pensar nas movimentadas cidades do Oeste paulista”.<sup>267</sup> Parte dessa movimentação era calcada, sem dúvida, na base econômica do sul de Mato Grosso e de Campo Grande, qual seja, a pecuária extensiva existente na Serra de Maracaju, em especial a dos Campos da Vacaria.

---

<sup>261</sup> Na cidade de Cuiabá ocorreu processo no mínimo diverso do de Campo Grande. Durante a chamada Era Vargas, em particular o período Estadonovista (1937-45), a Cidade Verde, como também é conhecida Cuiabá, passou por significativas transformações em sua infra-estrutura: melhoramento do sistema de abastecimento de água, ampliação de vias públicas e construção de muitas obras, tal como a ponte Júlio Muller, feita em concreto armado, sobre o rio Cuiabá. Enfim, a cidade legalista foi muito modernizada na década de 1940. Nesses anos, “Cuiabá viveu um período de expansão e melhoramentos, deixando para trás os anos de letargia e crescimento vegetativo por mais de dois séculos.” FREITAS, op. cit., 1995, p. 90-118 e 102.

<sup>262</sup> ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 24.

<sup>263</sup> ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 25.

<sup>264</sup> MARTINS, Demóstenes. *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande: Alvorada, n. 1, 1972, p. 123.

<sup>265</sup> MELO E SILVA, op. cit., 1989, p. 85.

<sup>266</sup> ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 11.

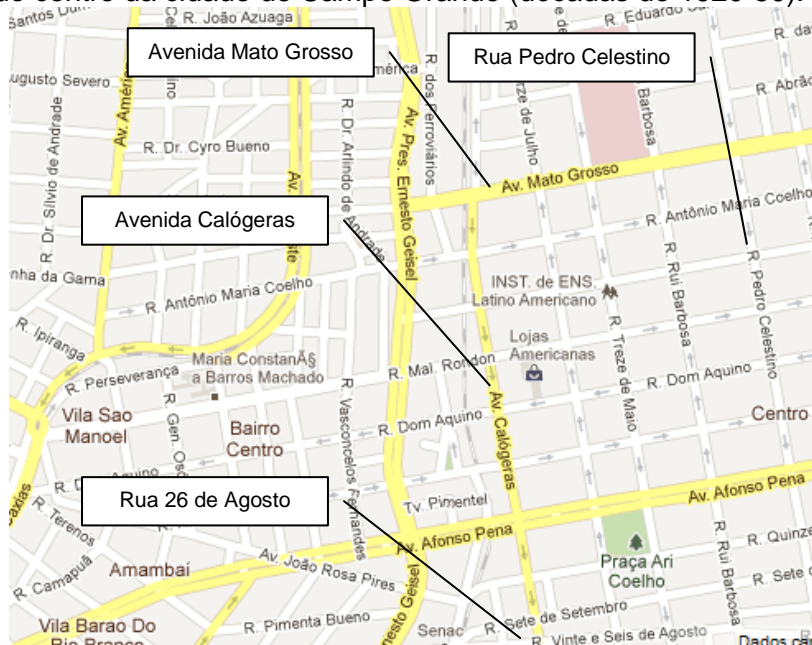
<sup>267</sup> DEFFONTAINES, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de. Paisagens de Mato-Grosso. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 24, out. 1956, p. 100.

Ainda na década de 1950, Campo Grande passou a ser a municipalidade mais populosa de Mato Grosso, superando Cuiabá, que era a capital política e administrativa. Em meados da década de 1950 já era a cidade que tinha o maior número de operários industriais do Estado, superando Corumbá.<sup>268</sup> Em 1940 existiam 49.629 mil pessoas na municipalidade de Campo Grande, enquanto Cuiabá possuía 54.394 mil sujeitos. No início dos anos 50, a população de Cuiabá era de 56.204 mil indivíduos e a de Campo Grande tinha alcançado o número de 57.033 mil pessoas.<sup>269</sup>

Outro fator que corroborou para firmar a idéia de que Campo Grande era uma municipalidade cujo centro urbano tinha, de fato, expressivo valor material e simbólico, era a porcentagem da população total residindo no que se chama “quadro urbano”. Enquanto Cuiabá tinha 13.891 mil indivíduos habitando na área urbana, Campo Grande possuía 16.915 mil pessoas.<sup>270</sup>

A classe dirigente de Campo Grande, composta nessa época por banqueiros, comerciantes, diretoria dos ferroviários, militares de altas patentes, profissionais liberais, religiosos e, sobretudo, por pecuaristas, freqüentava a região circunscrita basicamente pelo espaço das Avenidas Mato Grosso e Calógeras e das Ruas 26 de Agosto e Pedro Celestino.

**Imagem 7.** Mapa com as principais vias públicas do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1920-50).<sup>271</sup>



<sup>268</sup> MORO, Nataniél Dal. Cidades, indústrias e operários no sul de Mato Grosso (década de 1950). In: Texto apresentado na 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada entre os dias 8 a 13 de julho de 2007, na cidade de Belém, Estado do Pará.

<sup>269</sup> FIBGE. *Censo Demográfico: Estado de Mato Grosso – 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 16.

<sup>270</sup> FIBGE. *Censo Demográfico: Estado de Mato Grosso – 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 123.

<sup>271</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

Nesse espaço havia a maior parte dos estabelecimentos públicos da cidade e também das residências da elite cidadina. A Rua 14 de Julho, por sua vez, aglutinou grande parte das “estruturas microssociais da urbanidade” de Campo Grande, que era composta por bares, cafeterias, clubes, comitês políticos, escritórios, restaurantes, dentre outros locais.<sup>272</sup>

Essa afirmação se sustenta, no mínimo, por três motivos em particular: livros de memórias, crônicas sociais da cidade e licitações abertas pelo poder público.<sup>273</sup> A Avenida Calógeras e a Rua 14 de Julho – esta última a principal artéria comercial e de negócios da cidade desde o final da década de 1910 – eram locais de grande fluxo humano e de mercadorias. Abrigavam casas comerciais que vendiam produtos dos mais variados preços e qualidades, procedentes de inúmeros países e regiões do Brasil.

A Avenida Calógeras concentrou parte significativa dos estabelecimentos comerciais da urbe, muitos deles destinados a suprir as necessidades da atividade pecuária. Contudo, a Rua 14 de Julho era a que, quantitativamente, mais concentrava pontos comerciais. Os informes publicados em revistas de pequena circulação, porém para um público específico – pessoas abastadas – tornavam pública a existência cidadina de estabelecimentos destinados a comercializar determinados produtos e serviços como também serviam para difundir o nome de profissionais liberais que atuavam na cidade e na região sul de Mato Grosso, notadamente advogados, médicos, engenheiros agrônomos e, ainda, construtores.

---

<sup>272</sup> CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 288.

<sup>273</sup> Refiro-me em especial aos seguintes documentos: CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 71, de 12 de junho de 1913*. Abre concorrência pública para o estabelecimento, uso e gozo do serviço de luz e energia elétrica dentro do Patrimônio Municipal; CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 25, de 14 de dezembro de 1920*. Concede benefício à empresa ou indivíduo que construir no centro da cidade; CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 31, de 12 de janeiro de 1921*. Autoriza a realização de serviços nas ruas que menciona; CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 166, de 24 de outubro de 1927*. Autoriza o intendente geral a execução de construção de calçadas; CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 207, de 16 de maio de 1929*. Fica criada a obrigatoriedade da construção de fossa pública nos prédios da zona urbana e CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Decreto-lei n. 25, de 24 de março de 1938*. Torna obrigatória a construção de muros e passeios. As crônicas sociais, por sua vez, foram publicadas em periódicos, sobretudo almanaques ilustrados e informativos, como *Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, ago. 1936, CAMPOS, Peri Alves. 1939 – *Album de Campo-Grande*. Campo Grande: [s.n.], 1939 e LIMA, Aristides (Dir.). *Guia Matogrossense*. Campo Grande: Rui Barbosa, ano 1, n. 1, ago. 1948. Já a respeito dos livros de memórias, ver: ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Soma, 1978 e MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2. A Rua Principal, mencionada pelo autor, era e continua sendo a mais importante rua comercial da cidade: a Rua 14 de Julho.

**Quadro 1 – Endereços das casas comerciais nos informes publicitários da Revista Folha da Serra (década de 1930)<sup>274</sup>**

Endereço	Casas comerciais	Atividade comercial
Avenida Calógeras, n. 335	Bacha & Katurchi Ltda. Importadores e Exportadores	Comércio de importação e exportação
Avenida Calógeras, n. 885	Padaria Brandão	Alimentos
Rua Dom Aquino	Restaurante Cascatinha	Refeições
Rua Dom Aquino, n. 565	Thomé & Irmãos	Materiais de construção
Rua João Pessoa, n. 120	A. Boaventura	Distribuidora da Byington & Cia. de rádios, refrigeradores, ventiladores, material de escritório, fichários, arquivos e máquinas de escrever L. C. Smith
Rua João Pessoa, n. 378	Pharmacia e Drogaria Royal	Medicamentos e perfumes
Rua João Pessoa, n. 660	A Casa Rosa de Irmãos Salomão	Vestimenta
Rua João Pessoa, n. 748	Casa Syria Rachid Salomão e Irmãos	Secos, molhados, ferragens, louças, armarinhos e vidros
Rua João Pessoa, n. 864	A Trouy & Cia. Tipografia	Impressão de jornais, relatórios e estatutos comerciais
Rua João Pessoa, n. 884	Casa Mansour	Bebidas, doces, conservas, louças e ferragens
Rua João Pessoa, n. 894	Farmácia Central	Medicamentos
Rua João Pessoa, n. 1529	Casa Siufi	Secos, molhados, calçados, louças, sal e querosene
Rua Maracaju	Julio Barone Fábrica de Mosaicos	Materiais de construção
Rua 13 de Maio, n. 722	Candia & Cia. Ltda.	Secos, molhados, pneus, gasolina e acessórios para veículos
Rua 13 de Maio	Guenka	Beneficiamento de arroz e café

As publicidades foram feitas nas Revistas Folha da Serra e Ouro Verde.<sup>275</sup> Nesses impressos, fica nítida a predominância de estabelecimentos sediados na Rua 14 de Julho, principal via de comércio e trânsito da cidade.<sup>276</sup>

A estrutura da cidade de Campo Grande também diferia em muito da existente em Cuiabá. Campo Grande tinha traçado ortogonal desde o início do século XX. Era, à época, exemplo de estrutura urbana modernizada, pois facilitava o deslocamento de produtos e de pessoas pelo sítio urbano. Já em Cuiabá, como demonstra o desenho de Deffontaines, datado de julho de 1956, as

[...] ruas lembram a sua criação que remonta ao estilo colonial português (manuelino), popularmente conhecido como barroco. Casas coladas umas as outras, ruas estreitas, feitas com o propósito de transformar as moradias em fortificações, para proteger os colonizadores do inimigo hostil. Várias portas por onde podiam sair e entrar rapidamente, janelões a poucos metros do chão e protegidos com trancas para evitar a invasão.<sup>277</sup>

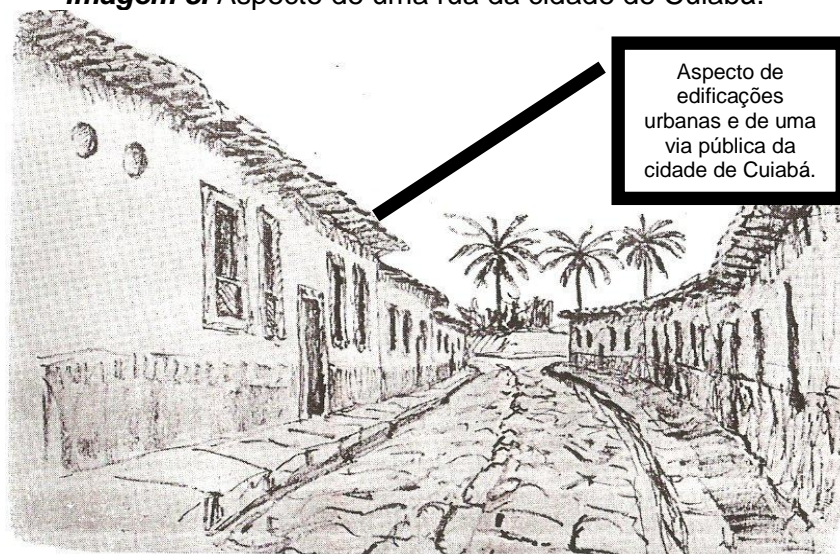
<sup>274</sup> Quadro elaborado pelo autor com base em informações contidas na *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, números 39, 40, 41-42, ago. 1935, ago. 1936, ago./set. 1937.

<sup>275</sup> No final dos anos 1940, o impresso Guia Matogrossense seguiu uma política já utilizada anos antes pelas Revistas Folha da Serra e Ouro Verde. O Guia divulgou a existência de estabelecimentos comerciais à sociedade, contudo, a quantidade de informes era extremamente elevada. Mais de 80% do livreto compunha-se de propagandas. LIMA, Aristides (Dir.). *Guia Matogrossense*. Campo Grande: Rui Barbosa, ano 1, n. 1, ago. 1948.

<sup>276</sup> Com o assassinato do político João Pessoa, que teve repercussão nacional, a via chamada Rua 14 de Julho foi denominada Rua João Pessoa. Porém, em meados da década de 1940 retornou ao nome inicial que seria uma homenagem ao dia do início da Revolução Francesa (14 de julho de 1789) e também uma menção ao início das atividades de transporte ferroviário em Campo Grande (14 de julho de 1914). MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2. A Rua Principal, mencionada pelo autor, era e continua sendo a mais importante rua comercial da cidade: a Rua 14 de Julho.

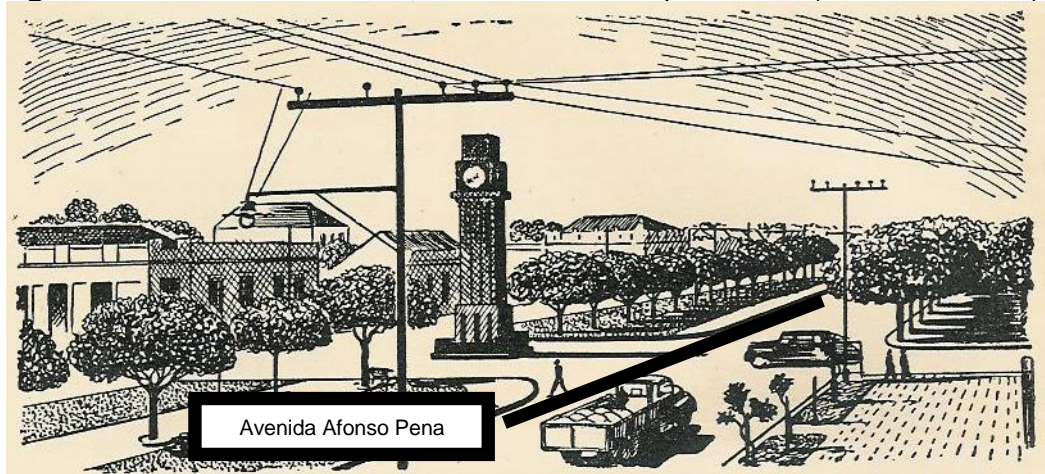
<sup>277</sup> FREITAS, op. cit., 1995, p. 113.

**Imagem 8.** Aspecto de uma rua da cidade de Cuiabá.<sup>278</sup>



Na cidade de Campo Grande a situação era outra. Nas representações formuladas pela elite local, chegou-se até a re-afirmar via imprensa local e regional o que o presidente Vargas tinha dito anos antes, isto é, que Campo Grande era a Capital Econômica de Mato Grosso.<sup>279</sup> Nunca é demais lembrar que as vias públicas mais distantes do centro da cidade ou as que estavam fora dos interesses da elite em nada eram modernizadas, ao contrário, deve-se frisar que havia sim muita pobreza material e de infra-estrutura na cidade de Campo Grande.<sup>280</sup>

**Imagem 9.** Avenida Afonso Pena, na cidade de Campo Grande (década de 1950).<sup>281</sup>



<sup>278</sup> Note-se que a rua não segue o traçado ortogonal, bem como as construções não são separadas por muros, mas sim unidas. Quando uma termina, logo começa a outra. O calçamento da rua é de blocos de pedra de arenito, matéria-prima existente na região da Chapada dos Guimarães. DEFFONTAINES, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de. Paisagens de Mato-Grosso. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 24, out. 1956, p. 104.

<sup>279</sup> É importante mencionar que essa afirmação já tinha sido feita ainda na década de 1930 por Arlindo de Andrade Gomes, em texto publicado na Revista Folha da Serra, no qual o autor denominou-se apenas Arlindo de Andrade. ANDRADE, op. cit., 1936, p. 30-31.

<sup>280</sup> Para maiores detalhes sobre essa questão, consultar o item 1.3 do primeiro capítulo da dissertação de minha autoria. MORO, op. cit., 2007, p. 110-168.

<sup>281</sup> SOUZA, Elza Coelho de. *Viagem através do Brasil: Goiás e Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956, v. 10, p. 64.

**Imagem 10.** Aspecto de uma rua da cidade de Campo Grande (década de 1950).<sup>282</sup>



Na imagem a seguir, outra vista da cidade, porém datada do início da década de 1970.

**Imagem 11.** Vista aérea do centro da cidade de Campo Grande.<sup>283</sup>



<sup>282</sup> SOUZA, op. cit., 1956, v. 10, p. 65.

<sup>283</sup> ALMEIRA, op. cit., 2003, p. 21 e PRODOESTE: foi dada a largada. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22/23 jan. 1972.

O traçado ortogonal foi efetivamente consolidado na Cidade Morena ainda no início do século XX, tendo em vista que no ano de 1909 foi elaborada a Planta da Cidade de Campo Grande, de autoria do agrônomo Nilo Javari Barém.<sup>284</sup> Algumas construções chegaram até a ser destruídas para viabilizar a re-ordenação do espaço urbano e, sobretudo, público da cidade.<sup>285</sup>

Na parte central da imagem, de cima para baixo, sentido leste-oeste, vê-se a Avenida Afonso Pena. Essa via pública foi fartamente alardeada como “a mais bela avenida do Estado de Mato Grosso.” A arborização nela existente (canteiros centrais e laterais), com cerca de 7 quarteirões, data do princípio da década de 1920 e foi levada a feito pelo então intendente municipal Arlindo de Andrade Gomes, considerado o Pereira “Passos desta terra, pois com ele desapareceram velhos pardieiros e surgiram as obras mais notáveis em prol do saneamento da cidade e quiçá do seu urbanismo.”<sup>286</sup>

O ritmo de desenvolvimento de Campo Grande era comparado àquele das cidades mais desenvolvidas do Oeste do Estado de São Paulo, como Bauru, Marília e Ribeirão Preto. As atividades comerciais com as nações vizinhas também ocorriam. Com o Paraguai, assim como demonstrou ainda na década de 1920 o paulista Armando de Arruda Pereira<sup>287</sup>, que era engenheiro civil e exerceu durante alguns anos sua profissão no sul do Estado de Mato Grosso. Segundo ele, havia grande fluxo comercial, sobretudo de produtos de primeira necessidade, em particular de gêneros alimentícios.<sup>288</sup>

Aliás, são inúmeras as representações que colocaram Campo Grande em um patamar de cidade civilizada, desenvolvida e ligada com o mundo do progresso, sobretudo o do Leste do Brasil. Representações essas que fizeram com que o sujeito ou o espaço por ele ocupado, nesse caso a cidade de Campo Grande, fosse “percebida” como “distinta”. De acordo com Pierre Bourdieu, o “mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto.”<sup>289</sup>

---

<sup>284</sup> CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 41.

<sup>285</sup> SERRA, op. cit., 1989, p. 25.

<sup>286</sup> PRODOESTE: foi dada a largada. *CE*, Campo Grande, 22/23 jan. 1972, p. 1 e ALMEIRA, op. cit., 2003, p. 21. A arborização de avenidas, canteiros e demais passeios públicos da cidade, de acordo com o artigo 45 da Resolução n. 43, de 1921, era de obrigação da municipalidade. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921*. Estabelece o Código de Posturas do Município.

<sup>287</sup> Foi prefeito do Município de São Paulo-SP de fevereiro de 1951 a abril de 1953. Morou na Itália quando pequeno. Freqüentou as Universidades de Birmingham, na Inglaterra, e a de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Era poliglota, falava 5 idiomas. Na década de 1920 escreveu alguns textos sobre a região sul do Estado de Mato Grosso, época em que trabalhou como engenheiro da Companhia Construtora de Santos e fez viagens pelo sul do Estado. O livro PEREIRA, Armando de Arruda. *Heroes abandonados: peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1925 é um exemplo dessa sua produção.

<sup>288</sup> PEREIRA, Armando de Arruda. Vias de comunicação – vehiculos – typos, termos. Linguagem, costumes da fronteira – um pouco de geographia e historia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XXV, 1928, p. 257-258.

<sup>289</sup> Não se trata simplesmente de passar “da representação da realidade à realidade da representação. Pode-se escapar dessa alternativa tomando-a como objeto ou, mais precisamente, levando em conta, na ciência do objeto, os fundamentos objetivos da alternativa entre objetivismo e subjetivismo que divide a ciência, impedindo-a de apreender a lógica do mundo social, esta “realidade” que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a “realidade”. Apreender ao mesmo tempo *o que é instituído* (sem esquecer que se trata apenas da resultante da luta por fazer existir ou “inexistir” o que existe num momento do tempo) e as *representações*, enunciados performativos que pretendem fazer o que eles enunciam, ou então, restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com essas estruturas (a começar pela pretensão de transformá-las), é o mesmo que munir-se do instrumento capaz de dar conta mais completamente da “realidade”, portanto, de compreender e prever mais exatamente as potencialidades nela contidas, ou melhor, as possibilidades que ela oferece objetivamente às diferentes pretensões subjetivas. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 112.

Cidade Morena e Capital Morena também são duas outras adjetivações muito populares para designar a cidade de Campo Grande. Todos esses termos, e existem muitos outros, serviram de sinônimo à cidade de Campo Grande. Ao invés de Campo Grande pode-se dizer apenas Cidade Morena.<sup>290</sup> Uma possível explicação para a origem desse termo reside na terra vermelha que a região possui. “Assim é Campo Grande de hoje que, na feliz expressão de D. Aquino Corrêa “ontem era a terra roxa dos guavirais selvagens, é hoje a rainha do Sul de Mato Grosso”.<sup>291</sup>

Campo Grande foi denominada e ficou conhecida como Cidade Morena, no mínimo, desde a década de 1910. O religioso Dom Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956), que também foi poeta, escritor e governador de Mato Grosso, é um dos autores que pensou a urbe como uma “terra roxa dos guavirais selvagens.”<sup>292</sup> Por causa da cor vermelha ou roxa de sua terra, a cidade passou a ter tal denominação, sendo inclusive documentada de forma impressa na obra *Terra natal* como um lugar que tinha “terras tão roxas e mimosas.”<sup>293</sup>

O autor memorialista Emílio Garcia Barbosa também creditou o termo Cidade Morena ao “padrão de terra forte, vermelha ou roxa” da cidade.<sup>294</sup> Mas a cidade recebeu de Barbosa inúmeros outros cognomes: “Canaã”, “Cidade Vermelha”, “Terra Roxa”, “Cidade Morena” e “Morena Metrópole”.<sup>295</sup> As afirmações de que Campo Grande “nunca parou” de crescer e de que era o “maior centro de progresso e de adiantamento do Estado” também estão na obra desse memorialista.<sup>296</sup>

As representações veiculadas pelo jornal *Correio do Estado* sobre Campo Grande foram, em geral, muito edificantes à cidade. Conferiram para ela o status de uma localidade cosmopolita, gerando até mesmo um entendimento social na coletividade de que a cidade era a materialização do pensar da elite local e da atividade econômica calcada na pecuária.

Por meio desses textos, que falaram da cidade, pode-se ter uma idéia bastante aproximada de como pensava uma parte da elite local e não propriamente de como era cidade. Observemos então o conteúdo de algumas dessas representações propagadas pelo CE e a mensagem que as mesmas passaram a respeito da urbe.

---

<sup>290</sup> Outra possível origem do termo se deve a cor da pele das pessoas que nela residiam, em particular a pele das mulheres, quase sempre morena. Mesmo diante desses fatos, faz-se necessária uma pesquisa em outros materiais, podendo-se, então, determinar com mais propriedade a autoria individual, ou até mesmo coletiva, do termo. Já a denominação de que Campo Grande era a cidade “que mais crescia no Oeste do Brasil” consta em várias matérias publicas pelo *Correio do Estado*. Estas expressões também foram difundidas por outros periódicos e obras de memorialistas.

<sup>291</sup> FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35, p. 119.

<sup>292</sup> FIBGE, op. cit., 1958, v. 35, p. 158.

<sup>293</sup> CORRÊA, Francisco de Aquino. *Terra natal*. 2. ed. Niterói: Escola Typ. Salesiana, 1922, p. 95.

<sup>294</sup> BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964, p. 12.

<sup>295</sup> BARBOSA, op. cit., 1964, p. 12, 33, 44, 48 e 53.

<sup>296</sup> BARBOSA, op. cit., 1964, p. 50 e 7.

As adjetivações feitas pelo CE à cidade e ao seu passado não demonstravam em quase nada que no outrora esse local tinha sido, no início do século XX e até décadas depois, representado como inculto e atrasado frente às cidades do litoral brasileiro. O periódico fez questão de mostrar nos textos que tratavam do “progresso citadino” a face civilizada, desenvolvida e moderna da Cidade Morena.

Para edificar na memória da sociedade essa forma de pensar a concretude histórica, as representações valorativas sobre Campo Grande eram constantemente ditas e reditas nas páginas do impresso, sempre de uma forma pedagógica. Nesse não findar das representações valorativas reside, no mínimo, um duplo propósito: enaltecer a cidade e esmaecer o quanto mais fosse possível a forma de pensar que alardeava ser Campo Grande um lugar de pouco progresso material e cultural, assim como alguns sujeitos do litoral do Brasil tinham propagado durante décadas em seus veículos de comunicação, fazendo com que fosse criada uma idéia que de a “barbárie” imperava no Estado de Mato Grosso.<sup>297</sup>

Essas representações são inúmeras e, justamente por isso, contribuem grandemente para que se possa entender um pouco mais qual era a mensagem que esse veículo de informação quis passar para os seus leitores e para a sociedade em geral, inclusive para engajar outros sujeitos no movimento divisionista, que teve a instituição Correio do Estado como um campo de referência.<sup>298</sup>

Nesse bojo apareceram as seguintes representações: Campo Grande sendo pensada como a “cidade das primaveras”<sup>299</sup> e como a “cidade soberana da Serra de Maracaju”<sup>300</sup>, região de grande importância econômica do Estado de Mato Grosso, sobretudo pela fertilidade das terras e pela qualidade do gado ali criado que, em grande parte, era vendido para os Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Dos valores auferidos com a venda do gado conseguia-se fazer com que a cidade progredisse.

---

<sup>297</sup> GALETTI, op. cit., 2000.

<sup>298</sup> Ao fazer pesquisa para coleta de fontes no Arquivo do CE deparei-me com algumas matérias, do final da década de 1950 e anos da de 1960, que faziam referência ao fato de Corumbá também desejar ser ela a capital política de um novo Estado da Federação, tendo como área o sul de Mato Grosso. Levando em consideração isso, Corumbá, a chamada “Cidade Branca”, rivalizou com Campo Grande para ser a sede de uma nova Unidade Federativa do Brasil. Corumbá fica na fronteira do Brasil com a Bolívia. Lendo as matérias verifiquei que houve, nessa oportunidade, até votação dos prefeitos de todas as municipalidades do sul do Estado para saber se Campo Grande ou Corumbá devia ser a capital desse novo Estado, isso se o mesmo fosse criado. Em outubro de 1963 foi realizado em Corumbá um congresso para discutir a divisão de Mato Grosso. Dos 56 congressistas, tanto do norte como do sul, 45 eram favoráveis à divisão. Congresso em Corumbá: magnífica vitória da tese divisionista: sim: 45 – não: 11. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 out. 1963. “Dos 45 votos a favor 25 são de cidades do Sul, e 20 do Norte. Dos contra, 5 são do Sul e 5 do Norte, enquanto o único município que se absteve está localizado no futuro Mato Grosso – do Norte.” Tida como certa a divisão de Mato Grosso em dois Estados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 nov. 1963.

<sup>299</sup> Vamos limpar a cidade? *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 jan. 1963.

<sup>300</sup> Impressões de uma visita a Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 41, 26 ago. 1966.

No final da década de 1950 Campo Grande foi representada, no CE, como sendo um espaço que estava no “além-Paraná”<sup>301</sup>, porém, não deixava de ser uma cidade dinâmica e arrojada.<sup>302</sup> A Cidade Morena também foi pensada como uma urbe de “renome internacional”<sup>303</sup>, em parte, pelo fato de ser a cidade que mais crescia no Oeste do Brasil.<sup>304</sup> Essa cidade que crescia em ritmo extraordinário era o “fruto de muitos anos de labor coletivo.”<sup>305</sup> Trabalho esse que a tornou “cidade rica e importante”<sup>306</sup> e, portanto, diferiu-a da maior parte do território de Mato Grosso.

Na segunda metade da década de 1960 Campo Grande foi pensada pelo CE como uma “cidade rica e importante”<sup>307</sup> que era a “flor miraculosa de Mato Grosso.”<sup>308</sup> Na educação ela era a “Capital do Ensino em Mato Grosso”<sup>309</sup> e no campo da construção civil ela apareceu como sendo o centro de uma “Selva de Cimento Armado.”<sup>310</sup>

Para exemplificar, construções prediais eram feitas, estudos foram viabilizados em outros locais do mundo e melhorias de diversas ordens foram empreendidas em várias partes da cidade. Ao mesmo tempo, o impresso sempre publicou imagens desses feitos, como que procurando comprovar que a realidade era tal qual as palavras afirmavam que ela o era.

No final da década de 1960 a cidade de Campo Grande tinha a mais alta construção em concreto armado de Mato Grosso, situada à Rua 13 de Maio: era o Edifício do Hotel Campo Grande, com quase 20 andares. De acordo com o CE, o ritmo de construção era formidável: a cada 2 meses eram concretadas 3 lajes. O arremate ficou por conta da seguinte frase: “É uma prova eloqüente da força realizadora da gente que aqui trabalha e que tem na pessoa do sr. Laucídio Coelho, um verdadeiro exemplo empresarial da terra que tanto amamos.”<sup>311</sup>

---

<sup>301</sup> Novas agências bancárias. *CE*, Campo Grande, p. 4, 16 fev. 1960.

<sup>302</sup> Fernando e a Usina do Mimoso. *CE*, Campo Grande, p. 3, 30 mar. 1960.

<sup>303</sup> Está Campo Grande entre 50 municípios de maior arrecadação no país. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 dez. 1960.

<sup>304</sup> *Ibidem*.

<sup>305</sup> A cidade quer silêncio noturno! *CE*, Campo Grande, 27 dez. 1961, p. 5.

<sup>306</sup> Falta de transportes dificulta a ação da polícia. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 jul. 1966.

<sup>307</sup> *Ibidem*.

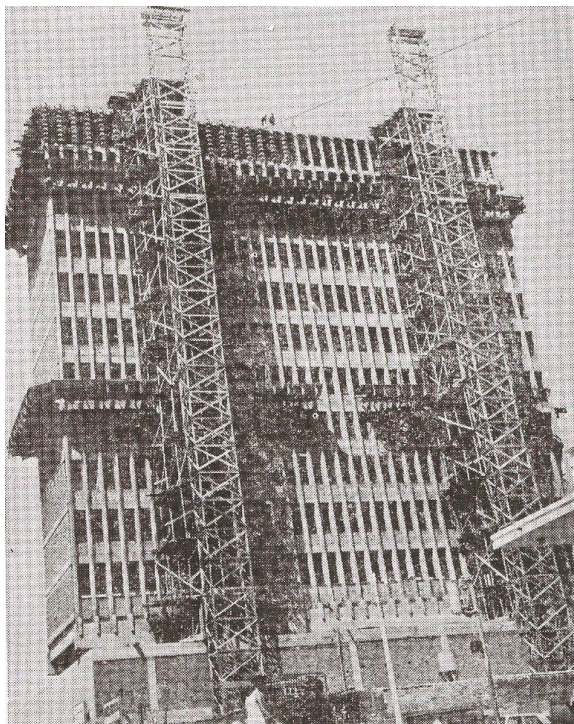
<sup>308</sup> Pedra fundamental do Condomínio “Edifício Terruta” será lançada hoje: crescendo com Campo Grande, progredindo com Mato Grosso! *CE*, Campo Grande, p. 4, 08 out. 1966.

<sup>309</sup> Arborização é necessária mas está errada. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 maio 1968.

<sup>310</sup> Criação de porcos na zona urbana. *CE*, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1968.

<sup>311</sup> Na última laje o Hotel Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 18 jun. 1968.

**Imagem 12.** Vista parcial da construção do prédio mais alto do Estado de MT.<sup>312</sup>



Esses posicionamentos emitidos via imprensa, embora nem sempre correspondentes com a realidade ou portadores de um elevado grau de subjetividade, mostram a não-neutralidade e a parcialidade praticadas pelo CE, que era nos anos da década de 1960 um órgão publicitário de grande abrangência no universo estadual, pois sua distribuição alcançava todas as cidades do sul de Mato Grosso e as principais da região norte do Estado, incluindo a cidade de Cuiabá, na época capital política e administrativa de Mato Grosso.

Nesse trabalho de adjetivar a realidade citadina, o periódico mostrou algumas das suas partidariações sociais. Essas, por sua vez, revelam que o CE era uma “força ativa” desta sociedade e não um reflexo ou manifestação do mundo social, pois a imprensa é ela própria constituída e também constituída do social, e não apenas derivação deste.<sup>313</sup>

Se por um lado não é possível, até o presente momento, perceber nitidamente que o movimento divisionista interferiu na realidade do povo comum, por outro, é sim possível ver que uma das bandeiras mais fortes do divisionismo residia no fato de Campo Grande ser um espaço, um local, enfim, uma cidade de destaque, sobretudo do ponto de vista material, haja visto que sua economia era a mais significativa de todo o Estado de Mato Grosso, e isso foi usado como bandeira deste movimento político.

---

<sup>312</sup> Na última laje o Hotel Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 18 jun. 1968. Laucídio Coelho foi um fazendeiro e político. Era dono da maior fazenda de gado do mundo.

<sup>313</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. A problematização do termo manifestação foi realizada por WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Deve-se notar que Campo Grande era, sempre, melhor do que tudo o que havia dentro do Estado de Mato Grosso, mas também não se pode deixar de mencionar que dificilmente era melhor do que as coisas que existiam fora desse espaço. Portanto, a cidade de Campo Grande constituiu-se em elemento-símbolo do movimento pró-divisão de Mato Grosso.

Quando o CE adjetivou positiva e enaltecendoramente a sociedade de Campo Grande, ele fez um trabalho muito importante, qual seja, contribuiu para a construção de uma outra concepção social de mundo, mundo no qual os sujeitos que o compunham se apresentavam como sendo o “grupo social dominante”. Sendo assim, o CE procurou assimilar e conquistar o que Gramsci chamou de “intelectuais tradicionais” que integravam a elite do sul de Mato Grosso e, conseqüentemente, também formar seus próprios “intelectuais orgânicos.”<sup>314</sup>

Nesse caminho por elaborar os “intelectuais orgânicos”, e parte deles eram os próprios leitores do impresso, até para que eles elaborassem representações positivas sobre Campo Grande, é que ficam ainda mais evidentes as ações desse meio de comunicação para alterar a realidade política seguindo as propostas da elite que o compunha. A divisão do Estado de Mato Grosso, sem dúvida, era a maior proposta encampada pelo CE como instituição.

Gramsci externou que o poder dos meios de comunicação é comparável ao poder exercido por partidos políticos, isto é, suas ações podem promover efetivas transformações na sociedade em que atuam, pois são “expressão de um grupo que pretende (através de diversas atividades publicitárias) difundir uma concepção integral de mundo.”<sup>315</sup> Um indício da divulgação dessa “concepção integral de mundo” está nas representações tornadas públicas sobre Campo Grande, muitas das quais faziam pouco ou nenhum sentido, pois, de fato, não correspondiam ao mundo concreto. Estavam mais para o campo da fantasia do que para a realidade material.<sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> Uma “das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.” GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 9.

<sup>315</sup> GRAMSCI, op. cit., 1968, p. 201.

<sup>316</sup> A história, como ação humana, não difere disso. Nessa perspectiva, a história que cada grupo ou sujeito social constrói de si mesmo, dentro dessa concepção de passado, não necessita ter obrigatoriamente correspondência com o que a historiografia entende como verdade ou cientificamente aceito, e na maior parte não o tem. Cada grupo, ao seu modo, edifica as suas próprias verdades, cada um conta a sua história, minorando alguns feitos e engrandecendo outros que, numa análise estrutural, não possuem a relevância que estes conferiram a tal fato ou situações. Esses sujeitos inventam os fatos com que trabalham, criando realidades, ações e sujeitos sociais conforme os interesses que lhes são pertinentes. HOBBSAWM, Eric John. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

Dito isso, pode-se então pensar com mais propriedade a interferência do movimento divisionista na forma como as elites cidadinas de Campo Grande pensaram e empreenderam ações sobre as pessoas comuns que ocupavam inúmeros espaços públicos do centro urbano e comercial dessa cidade tão repleta de nobres e distintas adjetivações. Faz-se necessário pensar igualmente os pontos que a ideologia da modernização tinha em comum com o movimento divisionista, isto é, pensar em que momentos houve aproximações e em que situações ocorreram distanciamentos.

Mas isso não é tudo, deve-se tentar externar também os pontos aparentemente aleatórios que existiam entre o divisionismo e a ideologia da modernização, tendo como intuito maior o de compreender até que ponto tais ações interferiram na realidade do povo comum que ocupava a cidade, em particular a zona do centro comercial, tendo em vista que a mesma era um símbolo da elite, seja para justificar o movimento divisionista ou para externar que a modernização era algo concreto no centro da cidade de Campo Grande.

Antes disso, é oportuno afirmar que existia um lado dessa mesma cidade de Campo Grande que era sistematicamente a contradição dessa Campo Grande finamente adjetivada e engalanada por conceituações positivas que possuíam na elite cidadina a sua principal fonte de propagação. Essa cidade dita sem desenvolvimento, sem progresso e sem civilidade era, em sua maior parte, a cidade do povo comum. Território de práticas geralmente muito distintas das da elite cidadina, tais como: pedir auxílio aos transeuntes, esmolar, mendigar, dentre outras ações.<sup>317</sup>

Em razão disso, e é o que procuro mostrar a partir de agora, tais práticas foram se tornando paulatinamente um inconveniente às autoridades públicas e privadas da cidade, em especial aos sujeitos pró-divisão que, em estreita proporção, eram também sujeitos pró-modernização da cidade, pois se Campo Grande não fosse moderna, como podia então pretender ser a capital política de outro Estado brasileiro, ou mesmo de Mato Grosso uno? Vejamos como esse processo ocorreu e que desdobramentos o mesmo acarretou à história do povo comum que vivia em Campo Grande.

---

<sup>317</sup> No segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, cujo título é: *Modernização urbano-ciadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, tento externar em detalhes as representações feitas pelas elites dirigentes a respeito das práticas do povo comum que vivia no centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande. MORO, op. cit., 2007.

## 2.2 Povo comum e reterritorialização de espaços públicos<sup>318</sup>

Não é adequado afirmar que houve um fator hegemônico e norteador do processo de modernização urbano-cidadino ocorrido na cidade de Campo Grande.<sup>319</sup> Embora inúmeras leis, decretos e documentos de variados assuntos e enfoques tenham sido postos em prática, não se pode simplesmente por isso generalizar a ação destes e incorrer em externar que esse conjunto de realizações foi obra da ideologia da modernização e da do divisionismo.

Portanto, é preciso cuidado ao mencionar/afirmar que a ideologia da modernização interferiu no processo divisionista ocorrido na década de 1960 e em grande parte da de 70 do século XX. Sendo assim, trata-se de distinguir até que ponto a ideologia da modernização contribuiu para a causa divisionista e, não menos, até que ponto parte de suas ações tinham vida própria e eram feitas, portanto, em prol da divisão e, nesse sentido, pouco tinham a ver como a ideologia da modernização que tanto interferiu no cotidiano do povo comum.

Um dos argumentos mais expressivos das pessoas que integravam o “movimento divisionista/separatista” era o de representarem o sul de Mato Grosso e a cidade de Campo Grande como locais de progresso.<sup>320</sup> Afirmavam que este território era economicamente ativo, sobretudo no sentido de ser produtor de matérias-primas (gado para abate) que eram vendidas para os Estados do Leste brasileiro, gerando divisas para a economia estadual. Dentro dessa configuração alardeava-se, inevitavelmente, que o referido progresso era fruto das elites que comandavam o sul de Mato Grosso e a cidade de Campo Grande e que o norte do Estado estava aquém de suprir as demandas administrativas necessárias ao curso “natural” desse progresso.

---

<sup>318</sup> Parte das discussões apresentadas neste item foi publicada na Revista Fronteiras: MORO, Nataniél Dal. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.

<sup>319</sup> Utilizo “modernização” no sentido atribuído a esse termo-conceito por Raymundo Faoro. É adequado aqui fazer uma observação do por que se utiliza a palavra-conceito “modernização” e não “modernidade” nesse texto. Isso se deve ao entendimento de que “a *modernidade* compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. [...] Na modernidade, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na *modernização*. A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda.” FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In: \_\_\_\_\_. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 99. Tendo em vista essa definição é mais acertado à realidade do objeto em estudo optar pela utilização, na maioria das vezes, da palavra-conceito de “modernização”, já que ela abrange com mais propriedade teórica as partes constitutivas de análise desse mesmo objeto.

<sup>320</sup> Emílio Garcia Barbosa, Paulo Coelho Machado e José Barbosa Rodrigues são exemplos significativos destas pessoas. Inclusive, extratos dos seus textos foram, em algumas oportunidades, publicados primeiramente no CE.

Nessas elites incluíam-se profissionais liberais, fazendeiros, cafeicultores, comerciantes, industriais e, sobretudo, pecuaristas que tinham grande atuação tanto nas zonas rurais como nas urbanas, até porque a maioria dos líderes políticos possuía alguma relação com a chamada classe ruralista, sendo que muitos até faziam parte dela.<sup>321</sup>

Em função disso, o “movimento divisionista” foi mais uma luta dessas elites do que do restante da população, embora essa mesma população não tenha deixado de atuar positivamente para o referido “movimento”, uma vez que tais sujeitos trabalharam para viabilizar a concretização de pelo menos parte das representações feitas pela elite sobre o sul de Mato Grosso, que, grosso modo, propagandeavam este local como um espaço de progresso.<sup>322</sup>

Essas elites, por sua vez, fizeram o máximo possível para que o sul de Mato Grosso e a cidade de Campo Grande fossem vistos como um território distinto, superior, melhor, mais apurado, daquele do norte estadual. Nesse jogo, os instrumentos eram dos mais diversos, bem como os efeitos dos mesmos na concretude social.

---

<sup>321</sup> Como já foi mencionado anteriormente na Introdução da tese, a elite que atuou na cidade, e interferiu no cotidiano das pessoas comuns, não se restringia especificamente às elites econômicas e políticas que territorializavam a urbe. De acordo com Marisa Bittar, “podemos dizer que foi da classe dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso que se originou uma elite política que, mais tarde, dirigiria o novo estado de Mato Grosso do Sul. Ela provinha dos fazendeiros herdeiros da fase pioneira de ocupação.” Essa elite pecuarista tinha poder econômico e poder político. Era uma oligarquia cujo poder maior vinha da posse de terras. Pode-se mencionar alguns sobrenomens que integravam estas elites, a saber: Alves Ribeiro, Barbosa, Coelho, Corrêa da Costa, Fragelli, Garcia, Lopes, Machado, Martins, Pereira, dentre outros. Havia também uma burguesia agrária, composta majoritariamente por sulistas, sobretudo gaúchos, que modernizaram a agricultura, mas que não atuaram politicamente na cidade de Campo Grande. Portanto, este grupo permaneceu muito mais como elite econômica do que como elite política. BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009, p. 58-59 e 57-103.

<sup>322</sup> Escritos contemporâneos, como os que integram o livro organizado por HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, mostram que existe uma vigorosa pesquisa no campo da história social das elites. As problemáticas, e também as fontes, são diversas e não se restringem a “falar apenas das elites”, mas abordam a sociedade, os conflitos e tantos outros assuntos; por vezes, pode-se mesmo fazer uma história do povo comum via fontes produzidas pelas elites.

Contudo, os desfechos quase sempre não foram os do anseio inicial. Exemplos significativos são a criação do Território Federal de Ponta Porã por meio do Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943<sup>323</sup> e da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977<sup>324</sup>, que dividiu Mato Grosso. Essas ações ocorreram muito mais pela ação dos presidentes Getúlio Vargas e Ernesto Geisel do que pela pressão da elite regional no sentido de que o sul de Mato Grosso fosse transformado em uma outra Unidade Federativa do Brasil.

Até mesmo o nome dado ao novo Estado pelos militares – que era Estado de Campo Grande – desagradou uma parte da elite do sul de Mato Grosso.

Como foi fruto de um ato da ditadura, portanto, não precedida de um processo de participação popular, veio acompanhada de alguns absurdos, entre os quais, o próprio nome da nova unidade: *estado de Campo Grande!* Provavelmente, a gafe do governo federal fosse decorrente do desejo de agradar ao grupo campo-grandense engajado na Liga, prestigiando a cidade. A correção não tardou. É que, tão logo fora anunciado, o nome foi contestado em algumas regiões do sul como um privilégio exacerbado de Campo Grande, já que os demais municípios que comporiam o novo estado não se sentiam representados.<sup>325</sup>

Deve-se destacar ainda que

[...] a situação do nome, embora temporário, de “*estado de Campo Grande*” revela uma face do divisionismo que deve ser lembrada: o seu caráter restrito, de demanda que nunca chegou a ser popular e de uma decisão que prescindiu de participação democrática. Além disso, [...] a causa separatista, depois de haver se tornado *movimento* separatista, teve nos quadros dirigentes de Campo Grande os seus maiores defensores. Em outras palavras: pode-se afirmar que a elite dirigente formada na cidade nos anos 30 empalmou essa bandeira acreditando não apenas que o estado devesse ser dividido, mas que a capital teria que ser Campo Grande.<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> O Território Federal de Ponta Porã foi criado na primeira metade da década de 1940. Além desse, o governo federal criou outros quatro: Território do Amapá, Território do Rio Branco, Território do Guaporé e Território do Iguçu. O Território Federal de Ponta Porã era composto pela totalidade do território das municipalidades de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista e Dourados e por parte do território de Aquidauana, Corumbá, Maracaju, Miranda e Nioaque. Parte da municipalidade de Bonito também ajudou a compor o Território de Ponta Porã. Em 1944 esses limites foram alterados. Para maiores detalhes ver: OS TERRITÓRIOS FEDERAIS RECÉM-CRIADOS E SEUS NOVOS LIMITES. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano II, n. 16, jul. 1944, p. 449. A população do referido Território era, no ano de 1940, de quase 87 mil pessoas. Dessas, 15.051 moravam em zonas urbanas, 7.830 em zonas suburbanas e 63.834 em zonas rurais. SILVA, Moacir M. F. Os territórios federais. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano I, n. 10, jan. 1944, p. 43. Portanto, o sul de Mato Grosso perdia, nessa jogada do governo federal, cerca de 40% de seus habitantes, ficando com algo em torno de 150.000 mil sujeitos. Ademais, deve-se considerar a perda de poder político e a questão econômica, uma vez que as municipalidades de Ponta Porã e de Dourados, em particular, eram política e economicamente muito expressivas, sobretudo no campo da agricultura e do extrativismo. Ou seja, também tinham uma elite que, de uma forma mais branda, era igualmente favorável ao “movimento divisionista”. Com a criação do Território de Ponta Porã, é bom lembrar, politicamente o mesmo ficou sob a intervenção direta do governo federal que tinha, dentre muitos outros objetivos, o de fixar elementos nacionais na região. De fato, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) houve grande incremento do elemento nacional no sul de Mato Grosso, território bem próximo da fronteira do Brasil com o Paraguai. A maioria dos adventícios era dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Com a Constituinte de 1946 o Território Federal de Ponta Porã deixou de existir, sendo o seu território reintegrado ao Estado de Mato Grosso.

<sup>324</sup> MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 3.

<sup>325</sup> BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999, p. 134.

<sup>326</sup> BITTAR, op. cit., 1999, p. 135.

O ato de Geisel, por mais impositivo que tenha sido, não eliminou da realidade uma série de outras questões, em parte pelo fato de que a ideologia da modernização não era apenas um ponto positivo para a elite pró-divisão de MT, mas sim um ponto em nada ímpar do próprio desenvolvimento do sistema capitalista.<sup>327</sup> Sendo assim, o chamado progresso de que tanto a elite orgulhava-se era, na verdade, um elemento-comum da lógica do capitalismo atuando sobre o território do sul de Mato Grosso.<sup>328</sup> Além das lógicas econômica e geopolítica, o governo federal procurou

[...] impulsionar o desenvolvimento e a ocupação territorial, guarnecendo as fronteiras que o Estado mantinha com o Paraguai e a Bolívia. Mas havia também uma razão política: ao criar uma nova unidade federativa no sul, a ditadura premiava um forte grupo político da Arena, partido que a sustentava, passando a contar com mais uma base de apoio. Assim, a divisão de Mato Grosso, em 1977, só foi possível nessa conjuntura que articulou o regionalismo à geopolítica do regime autoritário: esta é a marca de nascença de Mato Grosso do Sul.<sup>329</sup>

No último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sob a forma das casas comerciais de compra/venda/exportação/importação de produtos via navegação pelo rio Paraguai, bem como a aquisição por parte de empresas estrangeiras de milhares de hectares de terras no sul do Estado, houve uma transformação do território em questão: o mesmo passou a fazer parte do capitalismo imperialista como fornecedor de determinados produtos e como importador de inúmeros outros.

Já na segunda metade do século XX, sob a interferência do avanço da fronteira agrícola sobre terras da Região Centro-Oeste do Brasil, tal como no sudoeste do Estado de Goiás e no centro-sul de Mato Grosso ocorreu outro processo de inserção e outras alterações interferiram no cotidiano de inúmeros sujeitos. As pessoas comuns, sem dúvida, estão entre as que mais tiveram as suas vidas alteradas pelo avanço da fronteira agrícola. Em razão disso, detenho-me mais no avanço dessa fronteira para explicar, também, como a ideologia da modernização interferiu no movimento divisionista.

---

<sup>327</sup> Vale aqui indagar: qual era e como atuou a elite anti-divisão que residia no sul do Estado de Mato Grosso diante da elite pró-divisão? Penso que esse é um trabalho que ainda está por ser feito. Na tese de doutoramento de Marisa Bittar, intitulada *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído*, há importantes análises sobre a referida questão. É bem possível que seja, até o presente momento, o trabalho acadêmico mais expressivo a respeito do assunto "criação de MS" e, logicamente, também um dos mais relevantes escritos sobre o tema "divisão de Mato Grosso". Esse trabalho, de 1997, foi publicado em dois volumes: BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009 e BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.

<sup>328</sup> As histórias comercial e arquitetônica da cidade de Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia, representam muito bem essa realidade. Para interpretações mais esmiuçadas sobre essa questão, consultar: ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º sem. 1984; CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980; CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso: 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999 e CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

<sup>329</sup> BITTAR, Marisa. Uma reflexão sobre a divisão de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, p. 3, 1 ago. 2006.

Até o momento em que a economia do sul tinha na pecuária a fonte incontestável de renda, os olhares e as ações estavam/emanavam mais do grupo dos pecuaristas do que de outros. Na medida em que, além da pecuária, novos setores ocuparam territórios, novos grupos também passaram a interferir na realidade do sul de Mato Grosso e isso, de um jeito ou de outro, interferiu no espaço urbano e igualmente no conteúdo das representações feitas pela elite pró-divisão.<sup>330</sup>

Embora a transformação de “terras desertas” em “terras produtivas” seja um assunto que ainda carece de pesquisas mais pontuais, não é inadequado afirmar que a incorporação de “terras desertas” à plantação de monoculturas causou a saída de milhares de sujeitos do campo.

Na década de 1950, a maior parte da população de Estados como Goiás e Mato Grosso residiam no campo. Nas décadas posteriores aumentou cada vez mais a quantidade de habitantes residindo nas cidades.

Em dados do ano de 1980, reflexo da década de 70, a maioria da população do já Estado de Mato Grosso do Sul morava em áreas urbanas. Enquanto que na década de 1940 mais de 66% da então população do sul de Mato Grosso morava na zona rural; em 1980 havia nem 33% do total da população de MS no campo. Nesse ano, dos 1.369.567 milhão de habitantes, 919.123 mil moravam em áreas urbanas.

Grande parte dessa inversão populacional ocorreu porque migrantes de várias Unidades Federativas do Brasil e do interior de Mato Grosso saíram de seus locais de origens e foram para as cidades em busca de uma vida melhor, até pelo fato de que as atividades rurais passaram a necessitar de cada vez menos trabalhadores, tendo em vista o processo de mecanização efetuado em parte das propriedades rurais.

Essa mecanização ocorreu geralmente com o apoio do governo federal, que foi muito generoso na destinação de recursos públicos para o desenvolvimento da agropecuária no sul de Mato Grosso, basta lembrar a criação dos seguintes Programas: PRODOESTE, PRODEPAN, PRODEGRAN e POLOCENTRO.<sup>331</sup>

---

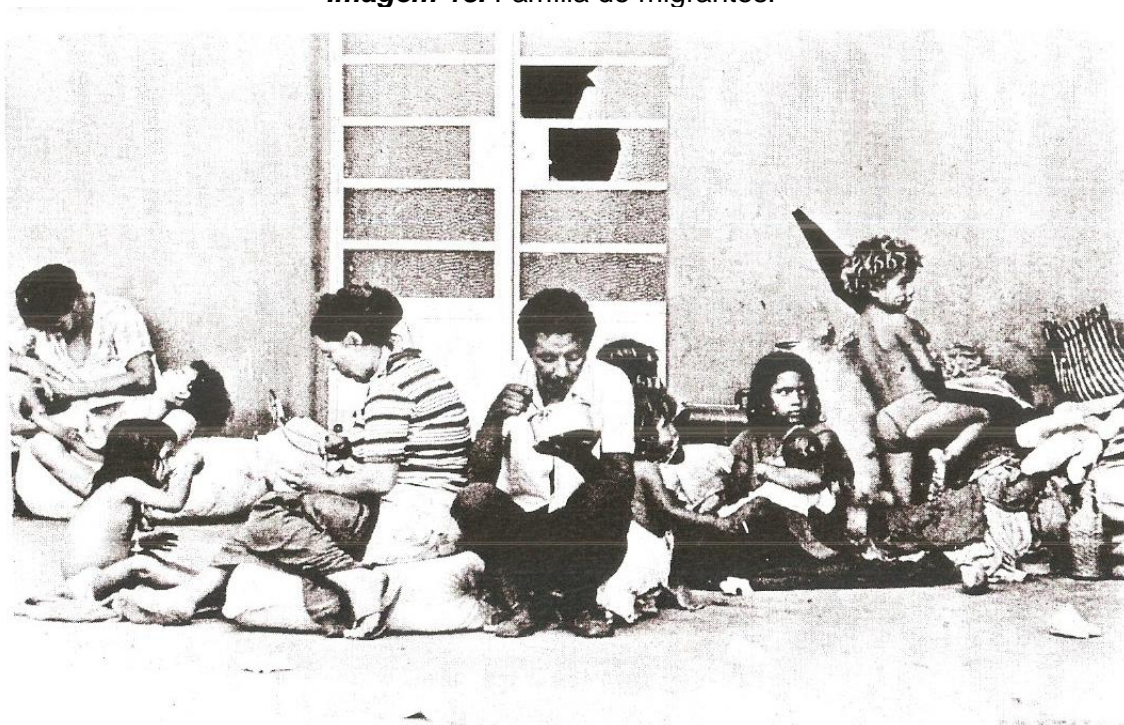
<sup>330</sup> São os agricultores, sobretudo os que cultivavam soja e milho em grandes propriedades, e para exportação. MORO, Nataniél Dal. De trabalhador rural para operário urbano. 2007. In: *5º Encontro Nacional sobre Migrações*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, set. 2007. Disponível no site: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public\\_tra\\_rur\\_ope.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_tra_rur_ope.pdf)>. Acesso em 14 dez. 2007.

<sup>331</sup> Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Programa de Desenvolvimento do Pantanal, Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados e Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. Ver também a tese de ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. Neste texto a autora externa, dentre outras coisas, o quão importante foi o apoio do poder público para tornar “produtivas” as terras do Estado de Mato Grosso.

Além disso, vários migrantes saíram do Leste do Brasil e vieram para Campo Grande com o intuito de obter trabalho no campo, contudo, não tendo êxito, uns resolveram partir para outros Estados, porém, outros ficaram mesmo na zona urbana, já que oportunidades podiam surgir.

Em 1979, a cidade de Campo Grande recebeu diariamente cerca de 30 famílias de migrantes, a maioria de nordestinos que tinha migrado para o Estado de São Paulo pensando que esta terra, segundo noticiou o CE, fosse “o verdadeiro paraíso de empregados e de vida boa.”<sup>332</sup>

**Imagem 13.** Família de migrantes.<sup>333</sup>



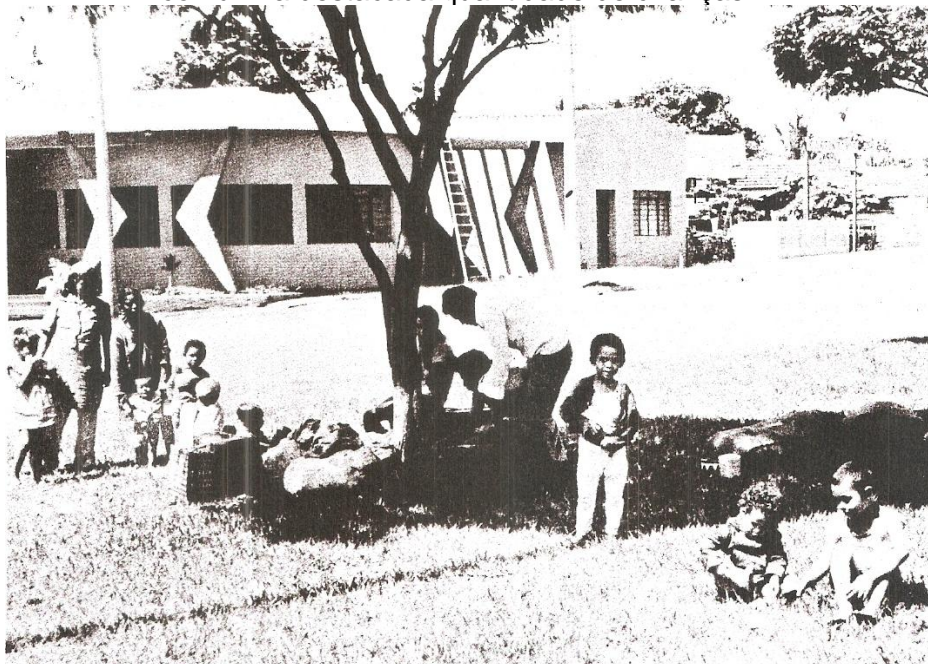
No entanto, quando chegavam na capital paulista, descobriam “que a verdade” era “bem outra” e buscavam “socorro junto à Secretaria de Promoção Social” daquela urbe. Essa instituição cedia então passagens para que tais famílias viajassem “pela mais conhecida rota de migração” que incluía as cidades de “Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho como pólos receptores” destes migrantes.<sup>334</sup>

<sup>332</sup> Migração, um problema para a capital. CE, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979.

<sup>333</sup> Ibidem.

<sup>334</sup> Migração, um problema para a capital. CE, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979. Neste ano, a assistência aos migrantes que chegavam na cidade era feita basicamente por dois órgãos públicos. No âmbito municipal havia a Secretaria de Promoção Social e na esfera estadual a Fundação de Promoção Social.

**Imagem 14.** Família de migrantes na Avenida Afonso Pena. Elas possuíam constituições variadas, mas basicamente todas tinham uma característica em comum: a destacada quantidade de crianças.<sup>335</sup>



Esse foi o caso de três famílias de migrantes que, não tendo lugar para residir e despossuídas de recursos até para a alimentação, instalaram-se, com suas “malas e trastes”, na Avenida Afonso Pena, “quase defronte ao albergue noturno, debaixo de uma das já frondosas sibipirunas que enfeitam aquela via pública.”

Os chefes destas famílias eram, sem dúvida, migrantes. Os seus nomes: Francisco Fernandes, Sebastião Lourenço e Amadeu da Silva, com suas respectivas mulheres e mais oito crianças. De acordo com os seus relatos, eles chegaram do Estado de São Paulo. Depois, receberam, no Estado paulista, passagens para o Estado do Paraná. Neste Estado, a Secretaria de Promoção Social deu-lhes passagens para a cidade de Campo Grande. Segundo os migrantes, tinham ouvido dizer que Campo Grande era “uma terra onde” havia “emprego que nem ladrão” conseguia acabar.

Chegando na cidade, os migrantes constataram, afirmou o CE, que a situação não era essa. O tal do emprego que tanto buscavam era “mais difícil” de ser conseguido do que imaginavam, pois as fazendas eram distantes e, disse um dos migrantes, “nós não temos como chegar para pedir emprego.” Quando foram na Promoção Social da cidade em busca de ajuda, “nada conseguiram” e, portanto, permaneceram, literalmente, “ao léu.”

---

<sup>335</sup> Os migrantes, agora, vieram do Paraná. CE, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974. A casa no canto superior esquerdo era o local onde funcionava o albergue municipal, em parte administrado pela Organização das Abnegadas de Mato Grosso.

Os moradores das proximidades passaram a reclamar dos hábitos de higiene das três famílias. Não tendo lugar adequado para fazer as necessidades, os migrantes faziam-nas “no próprio local.” Segundo relatos, não havia quem agüentasse “o cheiro desagradável” das fezes. Nas noites mais frias, abrigavam-se nas marquises do albergue municipal, cujo intuito era de acolher os migrantes mais necessitados, entretanto, o local estava constantemente lotado.<sup>336</sup>

Alguns destes integrantes do povo comum acabaram, então, trabalhando como chapas, pedreiros e demais ocupações que, em geral, não exigiam mão-de-obra com estudo formal, nem qualificação profissional muito lapidada. A construção civil e as obras públicas eram locais de atuação destes trabalhadores. Parte desses sujeitos passou a residir na Favela do Querosene ou Favela do Segredo, situada nas barrancas do córrego Segredo, bem próximo do local em que este se encontra com as águas do córrego Prosa e, depois, formam o córrego Anhanduí.

Outros tantos sujeitos acabaram por morar em áreas afastadas do centro urbano, em geral sem nenhuma infra-estrutura, até mesmo pelo fato de terem conseguido inserção periférica no mercado de trabalho. Todavia, outros tantos acabaram por ficar no próprio centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande: foram representados como sujeitos que meneavam e denegriam a imagem cidadina de Campo Grande frente aos que visitavam o espaço do centro e aos moradores que nele residiam.

Grosso modo, todo esse povo comum, de acordo com inúmeras matérias publicadas pelo CE, denegria o espaço público da cidade, entretanto, as pessoas comuns que ficavam efetivamente no espaço urbano, e faziam-no também de espaço privado, foram representados como sendo as piores denegridoras da Cidade Morena. Este então é um ponto central da questão, já que a presença do povo comum na cidade configurou-se como o principal empecilho da ideologia da modernização para com o movimento divisionista, isso em se tratando de espaço público.<sup>337</sup>

---

<sup>336</sup> Os migrantes, agora, vieram do Paraná. CE, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974. As condições de moradia do povo comum na cidade eram muito precárias. O albergue noturno abrigava em torno de 70 pessoas por noite, entretanto, cerca de 3 e até 4 vezes esse número de sujeitos ficava sem lugar para dormir. Vale lembrar que diariamente chegavam em Campo Grande pessoas vindas do Paraguai, da Bolívia, do interior do Estado e de outras Unidades Federativas do Brasil em busca de algum trabalho. O número desses migrantes: no mínimo 50 pessoas por dia. Em geral, famílias com responsáveis na faixa etária dos 20 aos 40 anos e com alguns filhos, quase sempre uns 3 ou 4, quase todos com pouca idade. Para os que não conseguiam no albergue noturno local para dormir, restava então o espaço das calçadas. Nesse sentido, utilizavam o espaço público para externarem práticas tradicionalmente ditas privadas, tais como educar as crianças, trocar de roupa e dormir.

<sup>337</sup> Embora nem todas as idéias e os valores defendidos pelo “movimento divisionista” girassem em torno da questão da modernidade/modernização da sociedade do sul de Mato Grosso, parte significativa das idéias e dos valores empalmados pelos sujeitos e grupos que lutavam pela divisão de Mato Grosso era extremamente favorável à modernidade e à modernização desta região. O fator econômico era ponto central nesta empreitada. Contudo, parte considerável das afirmações que o movimento divisionista fez era contradita pelo próprio desenvolvimento da ideologia da modernização que, ao seu modo, gerou uma modernização econômica, sobretudo agrícola, e não menos uma significativa pauperização de milhares de pessoas que passaram a residir em áreas urbanas, pois antes moravam em áreas rurais.

Na medida em que o avanço da fronteira agrícola promoveu a modernização do campo via a instalação de maquinários e insumos químicos, acabou por eliminar muitos postos de trabalho, bem como aumentou a concentração fundiária, pois muitas propriedades de médio e pequeno portes que atendiam as necessidades da agricultura familiar foram incorporadas ao agronegócio para a produção de algumas monoculturas, como a soja, para exemplificar.<sup>338</sup>

Esses pequenos trabalhadores rurais, muitos dos quais nem proprietários eram, rumaram para as cidades.<sup>339</sup> Ocorreu então uma reterritorialização de praticamente todos os espaços públicos da cidade de Campo Grande, e inclusive de ambientes privados. A reterritorialização prova que as ações humanas alteram não apenas o ambiente daqueles que a fazem, mas também o de inúmeros outros sujeitos. “A revolução é desterritorialização absoluta no ponto mesmo em que esta faz apelo à nova terra, ao novo povo. A desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização.”<sup>340</sup>

---

<sup>338</sup> Não houve conflitos expressivos entre os pecuaristas e os agricultores por causa da ocupação das terras com uma ou outra atividade econômica. A pecuária extensiva contava com quantidade suficiente de áreas para as suas necessidades. Além disso, a vinda de agricultores, nesse caso dos que compraram terras nos Campos da Vacaria, ocorreu justamente pela expressiva quantidade de terras e pelo baixo preço em relação às terras de outras regiões do Brasil. Os agricultores eram bem vistos pelos pecuaristas, pois ocupavam o solo com atividades econômicas concebidas como produtivas, em especial o plantio de grãos como o milho e a soja. Logo, essa presença valorizou de modo geral todas as terras desta região.

<sup>339</sup> Consultar, para mais esclarecimentos sobre a concentração fundiária, o êxodo de trabalhadores do campo e a formação de favelas na cidade de Campo Grande no final da década de 1970 e começo da de 80, o texto de BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.

<sup>340</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997, 1997, p. 131. O termo territorializado e/ou território tendo como base os escritos de Gilles Deleuze e de Félix Guattari. Para esses autores, a palavra-categoria “território” é composta de quatro partes. Quais sejam: 1ª) agenciamentos maquínicos de corpos (parte concreta), 2ª) agenciamentos coletivos de enunciação (parte simbólica), 3ª) desterritorialização relativa e absoluta (saída) e 4ª) reterritorialização (entrada). DELEUZE; GUATTARI, op. cit., 1997. Não me faço indiferente aos estudos que distinguem as categorias “espaço” e “território”. Na Geografia, por exemplo, existe todo um debate, como se pode observar no livro de HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, a respeito desse assunto. Numa visão mais tradicional, o espaço antecede o território e este último é formado com base nas relações de poder dos sujeitos que passam a atuar nesse mesmo território. Pensando nisso, não entendo ser necessário ao trabalho em questão utilizar modelos deste tipo, sendo assim, utiliza-se ora o termo espaço e ora o termo território nessa tese como sinônimos e não categorias de análise estanques. Também não se faz relevante ao estudo enveredar para definições que distingam grupos excluídos de grupos marginais ou deter esforços para analisar em que teoria da marginalidade poder-se-ia enquadrar as pessoas comuns que viviam em Campo Grande. A discussão conceitual do que vem a ser excluídos ou marginais está no livro de PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001, p. 21. Quanto aos tipos de marginalidade e suas especificidades, ver PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, em particular o quarto capítulo. Esse distanciamento em utilizar modelos, e se são modelos são pré-concebimentos da realidade social, deve-se, sobretudo, às pontuais observações feitas por HOBBSBAWM, Eric John. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 90 a respeito dos problemas ocasionados pelos modelos no trabalho do historiador social ou da sociedade, já que os modelos enquanto tal são análises provenientes da Sociologia e da Antropologia Social e não da História Social: “Em termos gerais, os padrões estruturais-funcionais esclarecem o que as sociedades têm em comum a despeito de suas diferenças, ao passo que nosso problema está naquilo que não têm em comum.”

O espaço público da cidade foi ocupado por pessoas e moradias horizontais, esta última sinônimo de casebres e de barracos, enfim, de habitações de favelados. O impresso CE publicou várias imagens nas quais pode-se observar parte desta realidade de (re)territorialização contínua do espaço da cidade.

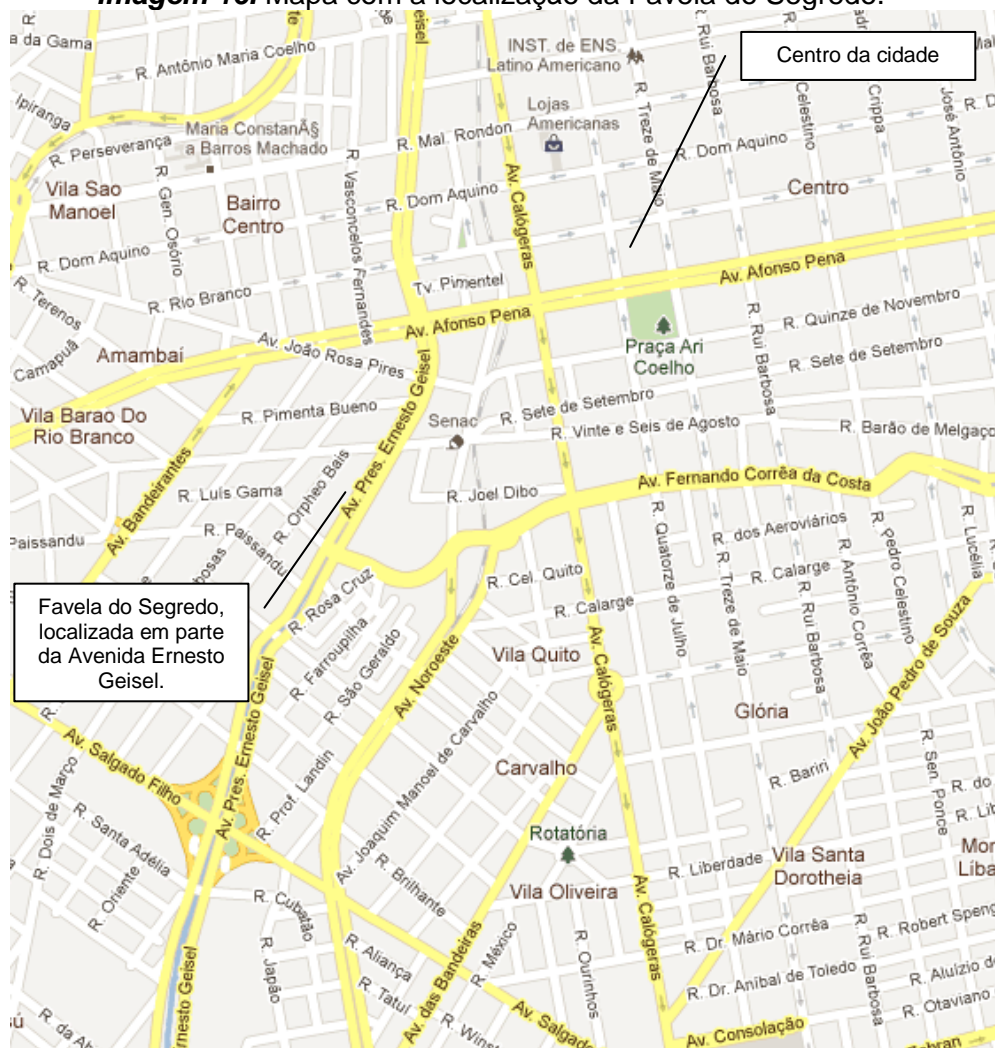
**Imagem 15.** Moradias do povo comum.<sup>341</sup>



A arquitetura horizontalizada na qual residiam as pessoas comuns foi constantemente pensada pelo CE como sinônimo de pobreza, de miséria. A arquitetura verticalizada, por sua vez, foi vista como sinal de progresso, de orgulho para a cidade de Campo Grande. No primeiro plano da imagem 15 vê-se a Favela do Segredo e, no segundo plano, do lado superior direito, alguns prédios do centro urbano e comercial da Cidade Morena. A distância de uma em relação à outra era de aproximadamente 1 quilômetro. A primeira era sinônimo de atraso, e crescia populacionalmente 11% ao mês. Já a segunda, representava o progresso.

<sup>341</sup> A Favela do Segredo... CE, Campo Grande, p. 1, 19 ago. 1975.

**Imagem 16.** Mapa com a localização da Favela do Segredo.<sup>342</sup>



Parte dos moradores da Favela do Segredo foi denominada nas matérias do CE como sendo mendigos, pedintes e esmoladores que enfiavam o centro comercial da Cidade Morena. Fora esses, havia também as pessoas comuns que trabalhavam pela cidade adentro coletando o que pudesse ser de alguma serventia, como garrafas, papelões, pedaços de tijolos e o que por ventura encontrassem. Só a minoria tinha trabalho fixo/emprego.<sup>343</sup>

<sup>342</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<sup>343</sup> A maior parte dos integrantes desse povo comum era analfabeta. Em Campo Grande, apenas 14% dos migrantes que chegavam na cidade, segundo pesquisa feita pela Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, e publicada em 1974 pelo CE, eram alfabetizados. Sete famílias vivem na velha casa abandonada. CE, Campo Grande, p. 2, 9 out. 1974.

**Imagem 17.** A Favela do Segredo vista de outro ângulo.<sup>344</sup>

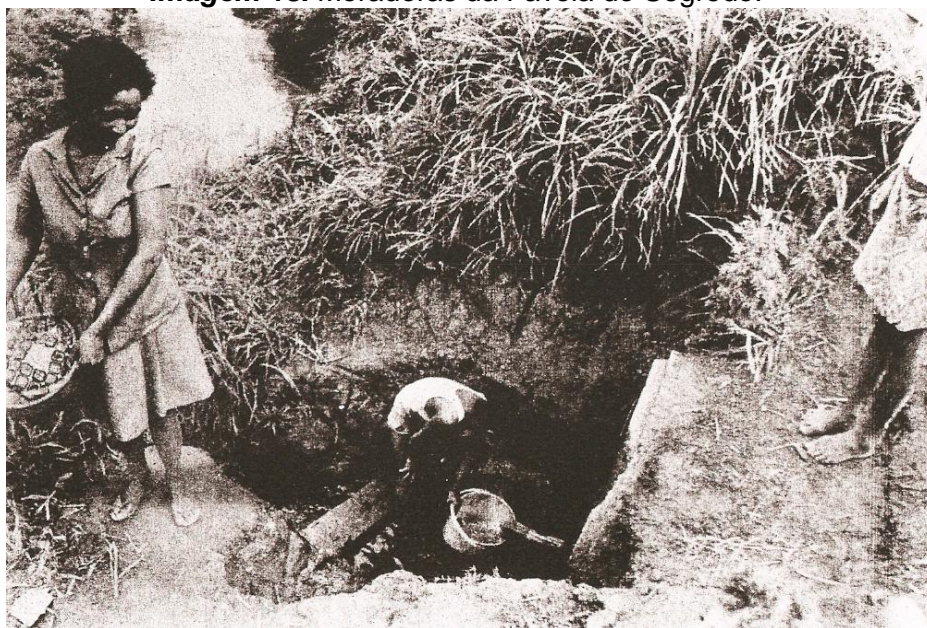


Quando havia chuva mais forte, a água canalizada do centro da cidade – o centro modernizado – chegava com mais intensidade ao córrego. A inundação dos casebres era uma constante no período de chuvas mais intensas (meses de novembro a fevereiro). Não raro os moradores eram vítimas das águas. Vários adultos e crianças, mas estas últimas em maior proporção, morreram afogadas. Algumas só foram achadas dias depois do acontecido.<sup>345</sup>

<sup>344</sup> A Favela do Segredo... *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 abr. 1976.

<sup>345</sup> A modernização infra-estrutural da cidade como uma questão que trouxe benefícios para determinados grupos e malefícios para outros foi analisada no item 1.3 do primeiro capítulo da obra de MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

**Imagem 18.** Moradoras da Favela do Segredo.<sup>346</sup>



Os espaços que em épocas de chuva representavam um perigo para a vida do povo comum eram, em outros dias, utilizados cotidianamente para a retirada e a utilização de um líquido indispensável para todos os seres humanos. A população, em especial as mulheres, retirava a água da própria tubulação, utilizando-a para diversas finalidades, inclusive para o consumo humano. Segundo informou a matéria, a utilização desta “água poluída” pelos moradores representava “uma constante ameaça.” Na imagem anterior, vê-se mulheres com utensílios domésticos, provavelmente lavando roupas.

É nessa confluência de fatores que o centro de Campo Grande passou a ser territorializado de uma forma muito distinta daquela territorialização dada/desejada pela elite pró-divisão a esse mesmo espaço público do centro comercial de Campo Grande.

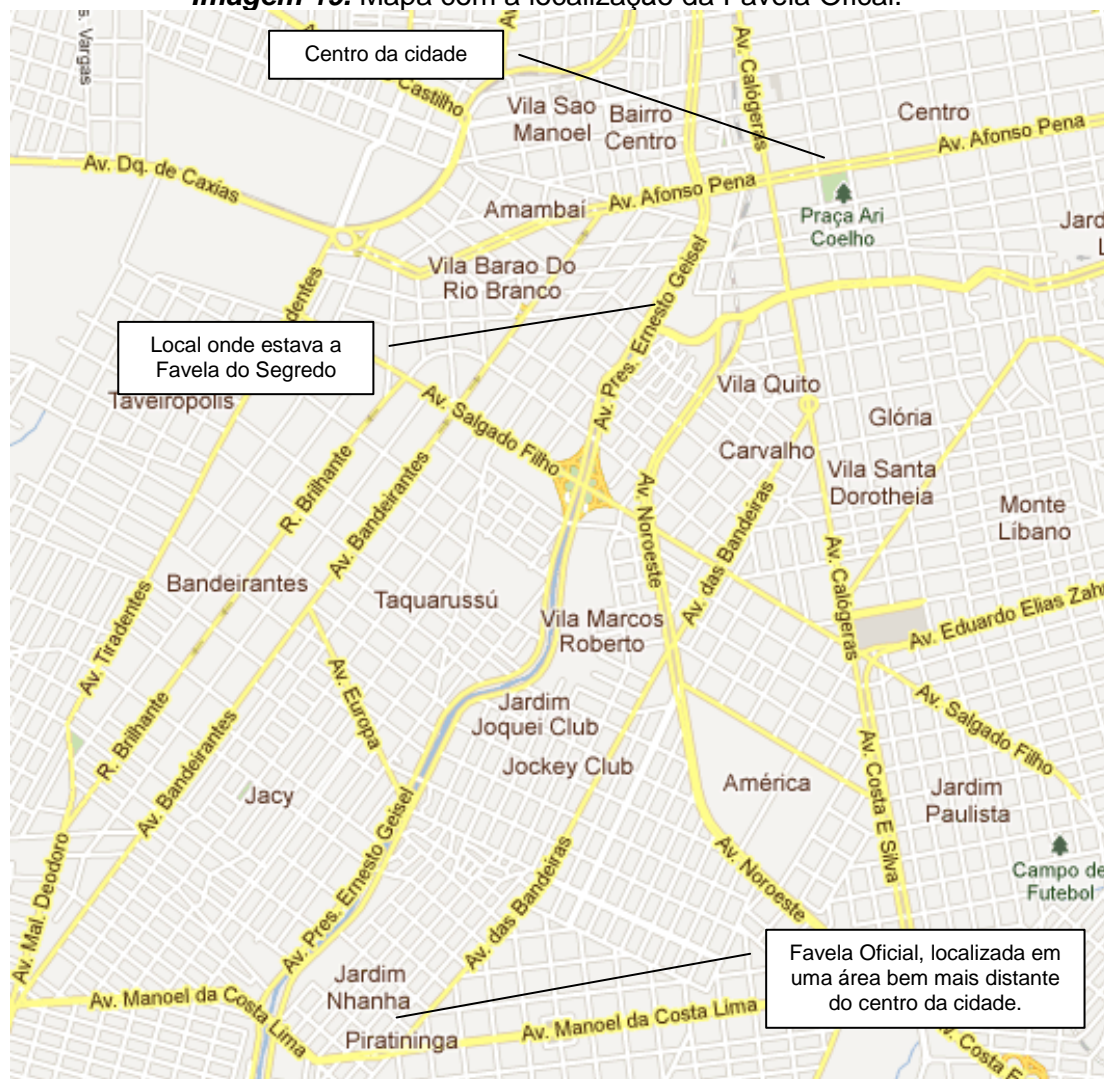
Algumas das territorializações feitas pelo povo comum foram eliminadas via ação do poder público. A Favela do Segredo deixou de existir no ano de 1976, na verdade a arquitetura horizontalizada da favela é que foi eliminada daquele espaço cidadão. As 85 famílias que residiam no local, a maior parte com 5 ou 6 integrantes, tiveram que sair da área: 35 famílias mudaram para outras regiões da própria cidade de Campo Grande e/ou para outras municipalidades do Estado de Mato Grosso.

A maioria, 50 famílias, aceitou uma proposta feita pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), qual seja: saíram do local em que estavam e foram para uma área de 12 mil m<sup>2</sup>, localizada na Vila Piratininga. Este local passou a ser chamado pelos moradores, e também noticiado nas matérias do CE, de Favela Oficial.<sup>347</sup>

<sup>346</sup> Favela do Segredo vai desaparecer. É a primeira que cai pelo progresso. *CE*, Campo Grande, p. 3, 13 abr. 1976.

<sup>347</sup> MORO, op. cit., 2007, p. 155-168.

**Imagem 19.** Mapa com a localização da Favela Oficial.<sup>348</sup>



Territórios como esse abrigavam pessoas comuns, notadamente sujeitos pobres que já viviam na região ou então migrantes, também pobres. Contudo, essas pessoas e os seus cotidianos estavam muito aquém dos ideais pensados pela elite para a cidade.

Esse tipo de gente não apenas ocupava de modo vexatório algumas áreas privadas, mas também inúmeros espaços públicos da cidade de Campo Grande, fazendo-a parecer, diante dos olhos das pessoas, sobretudo dos visitantes, um local bastante desalinhado com a idéia de progresso que tanto foi enfatizada pelo CE no decorrer de muitos anos.

As pessoas comuns, independente de serem pobres já residentes na região ou migrantes, foram representadas nas matérias do CE, na maioria dos casos, como impróprias para a Cidade Morena.

<sup>348</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

**Imagem 20.** Mulher e criança, ambas mendigando.<sup>349</sup>



A explicação do fato centra-se num ponto em específico: essas pessoas não contribuíam para o progresso da urbe. Pelo contrário, esses sujeitos ajudavam a destruir o progresso que havia na cidade, sobretudo pelo comportamento que possuíam e pelo tipo de vida que levavam, como no caso de uma mulher e de uma criança que ficavam mendigando sob as árvores da Avenida Mato Grosso.

Os migrantes chegavam e permaneciam “sempre sujos, esfarrapados.” Segundo relatou o periódico CE, carregavam uma “inconfundível trouxa de roupa na cabeça” ou então sacos nas costas ou nos ombros.

**Imagem 21.** Migrante com suas tralhas.<sup>350</sup>



<sup>349</sup> Sob as árvores, os mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 8, 19 set. 1975.

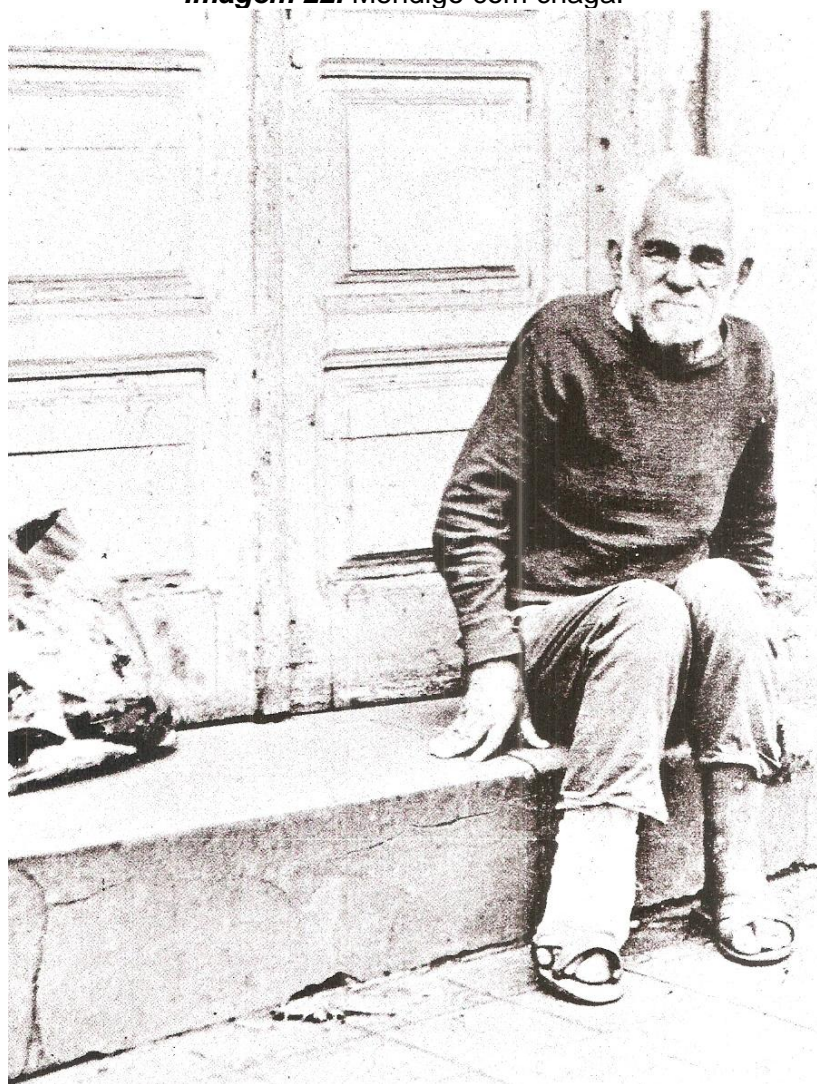
<sup>350</sup> Migração, um problema para a capital. *CE*, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979. Tralhas eram os pertencetes que os migrantes portavam, geralmente acomodados em sacos de adubos, fertilizantes ou sementes.

No momento de esmolar, organizavam-se para definir quem ficaria cuidando os pertences e quem iria até os estabelecimentos, sobretudo os comerciais, em busca de auxílios.

Quando chegava o meio-dia, de acordo com o CE, os migrantes esmolares voltavam a se reunir para repartir a “féria do dia”, constituída de “cigarros, pacote de bolacha” e dinheiro, que era utilizado para comprar bebida, neste caso uma “garrafa de guaraná.”<sup>351</sup>

Havia também os sujeitos já idosos que eram malsãos e, da mesma forma, também denegriam a imagem da cidade de Campo Grande. Em específico, tinham sempre feridas muito visíveis.

**Imagem 22.** Mendigo com chaga.<sup>352</sup>



<sup>351</sup> Sob as árvores, os mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 8, 19 set. 1975.

<sup>352</sup> Cidade desumana. *CE*, Campo Grande, p. 10, 9/10 mar. 1974. A existência de mendigos nas ruas da cidade, sobretudo de idosos e crianças, fez com que o CE fizesse uma campanha chamada Humanização da cidade, que visava, literalmente, tornar a cidade mais humana frente às mazelas vividas por estes sujeitos. O lema era: “Façamos uma cidade mais humana”.

Houve idosos que chegaram até a falecer em plena via pública da urbe, como foi o caso de “um mendigo de cor negra, cabelos brancos,” que “amanheceu morto [...] na Rua Antonio Maria Coelho.” Este homem, segundo informação do CE, era um “conhecido mendigo” da população, contudo, a sua procedência era desconhecida, sendo que nem as autoridades policiais tinham conhecimento do seu nome.<sup>353</sup>

**Imagem 23.** Mendigo morto.<sup>354</sup>



Além desses relatos, vários outros também foram externados pelo periódico sobre a constante presença de pessoas comuns denegrindo o espaço público da cidade. As imagens divulgadas no CE focalizavam a existência de indivíduos, sobretudo de homens, que tinham, salientou a chamada de uma matéria, transformado em 1972 a urbe num “paraíso de mendigos.” Alimentavam-se, dormiam, embriagavam-se, esmolavam, rastejavam, dentre outras coisas, pelo espaço público. Essas práticas, então, denegriam a imagem da cidade. Logo, esse tipo de migrante não era oportuno à imagem da urbe.

<sup>353</sup> Mendigo morreu sentado. CE, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1973.

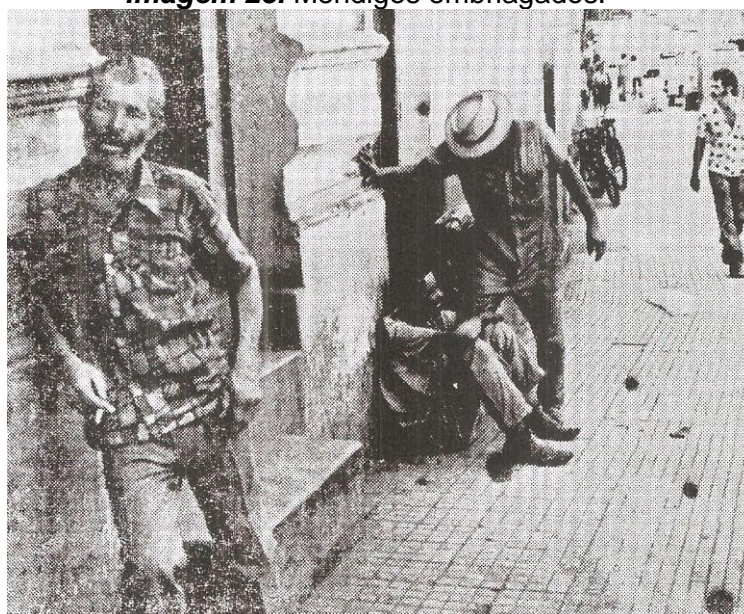
<sup>354</sup> Ibidem. Em 1967, foram enterradas, em Campo Grande, 600 pessoas na condição de indigentes.

**Imagem 24.** Pessoas comuns ocupando o espaço público da cidade.<sup>355</sup>



Além destes integrantes do povo comum, também causou grande preocupação ao CE a presença de ébrios pela cidade, muitos dos quais se valiam do trabalho indigno de mendigar para obter valores com os quais adquiriam, posteriormente, bebidas alcoólicas. Os ébrios, de acordo com o relato do impresso, viviam “em total promiscuidade”, em particular na Avenida Calógeras. Ficavam “encostados pelos muros” ou “sentados pelo chão.”<sup>356</sup>

**Imagem 25.** Mendigos embriagados.<sup>357</sup>



<sup>355</sup> Promoção Social transformou CG em paraíso de mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 2, 20 dez. 1972.

<sup>356</sup> A mendicância em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 nov. 1972.

<sup>357</sup> A mendicância em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 nov. 1972. O fato de os migrantes terem se tornado, na cidade, ébrios e/ou dos ébrios mendigarem pelas vias públicas preocupou o impresso CE pelo fato desta territorialização denegrir a imagem da urbe. Portanto, não havia interesse em definir os sujeitos do povo comum como migrantes que bebiam demasiadamente ou como tão somente ébrios que esmolavam para manter o consumo de álcool. A preocupação maior, seja da parte textual ou da imagética, foi a de mostrar que esses sujeitos não eram adequados para a cidade de Campo Grande, justamente por causa dos seus cotidianos.

Os mendigos embriagados que o CE mostrou para os seus leitores tinham sempre um aspecto de sujeitos deslocados do cotidiano da cidade. Foram pensados como sujeitos que não pertenciam ao lugar e que, portanto, deviam ser retirados dele.

Já o migrante benquisto pela elite e adequado para a dinâmica de progresso da cidade, por sua vez, devia ter, fundamentalmente, outras características.

Vejamos então o tipo de migrante adequado, segundo o CE, à cidade de Campo Grande, isto é, ao seu ritmo de progresso, de desenvolvimento e de civilidade, uma vez que as pessoas comuns não eram propriamente os sujeitos mais desejados, ou idealizados, pela elite que nesta urbe se fazia presente.

Uma imagem que retratou de modo muito apropriado a fisionomia do migrante necessário à cidade, e não menos à região, foi veiculada no CE no mês de dezembro de 1972.

**Imagem 26.** Migrantes ideais.<sup>358</sup>



A matéria, que quase não trouxe parte textual, tinha basicamente o seguinte conteúdo: “São estes os homens de que Mato Grosso necessita cada vez mais, que vêm auxiliar o nosso desenvolvimento.”<sup>359</sup> A imagem, embora não tenha mostrado o rosto dos migrantes ideais, sugeriu explicitamente que todos os adventícios de outras plagas eram bem-vindos na cidade.

<sup>358</sup> À primeira vista... CE, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

<sup>359</sup> Ibidem.

Entretanto, o acolhimento dependia de algumas contrapartidas dos migrantes. Eles deviam primar pelo trabalho, sobretudo na agricultura, investir materialmente na região, construir benfeitorias, enfim, ajudar no progresso citadino ou no rural, melhorando a imagem da região e da cidade perante outras culturas, perante outras regiões e cidades do Brasil e do próprio âmbito estadual.

O migrante adequado, por isso mesmo, não podia ter o espaço público como local de moradia. O migrante ideal devia ter o espaço público como local de passagem rumo ao seu trabalho, edificando o progresso no lugar. Mesmo que o rosto dos migrantes ideais não tenha sido capturado, as fisionomias do corpo e, sobretudo, as vestimentas são um contraponto valioso que indicam o que devia e o que não podia ser aceito na urbe, em particular na região central da cidade.

O referido centro, no pensar da elite, era um local que simbolizava o progresso da cidade de Campo Grande, o seu status de civilização e de desenvolvimento. Tê-lo ocupado por mendigos, desocupados, vadios, esmoleiros, pedintes e sujeitos “de toda espécie” era algo inaceitável, já que desqualificava vitalmente o argumento da elite, qual seja, o de que o centro da cidade era símbolo-vivo do progresso e representava o trabalho dessa elite e o que ela podia fazer caso o sul de Mato Grosso fosse transformado em uma Unidade Federativa e, é claro, Campo Grande a sua capital.<sup>360</sup>

Contudo, a ideologia da modernização não foi totalmente inadequada ao movimento separatista ou divisionista. As mesmas transformações que expulsaram sujeitos do campo, diga-se trabalhadores menos abastados, e os fizeram ter que habitar precariamente no espaço urbano, também acarretaram contribuições significativas para a elite pró-divisão.

---

<sup>360</sup> Tendo como nome *Espaço público e trabalhadores urbanos*, o segundo capítulo da dissertação denominada *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, obra já mencionada neste trabalho, explicita a referida questão em detalhes. MORO, op. cit., 2007, p. 169-268.

Em razão da expansão da fronteira agrícola e da própria política nacional estabelecida pela Ditadura Civil Militar pós-1964 houve uma verdadeira corrida de lavoureiros de outros Estados do Brasil para o sul de Mato Grosso.<sup>361</sup> Em parte por isso as terras dessa região ficaram bem mais valorizadas. Ademais, a produção do campo também passou a ser considerada um elemento a mais nos argumentos utilizados pela elite em prol da divisão de MT, embora os problemas citadinos tenham se avolumado em proporção nunca antes vivenciada.<sup>362</sup>

Esse campo monocultor “produtivo” e produtor de renda não deixou de alterar a realidade das cidades. Na área urbana eram adquiridos muitos produtos e também viabilizados financiamentos bancários para a agricultura mecanizada. Seguramente a história das instituições bancárias instaladas em Campo Grande e em muitas outras cidades do sul de MT pode contribuir em muito para entendermos melhor o presente no qual estamos. Além disso, não é inadequado afirmar que por meio da venda das matérias-primas dessa agricultura mecanizada foi possível desenvolver as indústrias alimentícias nesta região do Brasil.

Sendo assim, o avanço da fronteira agrícola nas décadas de 1960-70, muito mais do que fomentar a instalação de estabelecimentos bancários, contribuiu diretamente para viabilizar o desenvolvimento industrial de Campo Grande e isso pode ser verificado quando da criação, no ano de 1977, do Núcleo Industrial da cidade.

Feitas essas considerações, ainda resta discorrer sobre a situação do povo comum frente às ideologias pró-divisão e pró-modernização que atuaram no sul de Mato Grosso e que trouxeram expressivas transformações para a realidade desses sujeitos.

Um primeiro e oportuno passo consiste em tentar externar quem eram esses sujeitos e o que eles faziam no espaço público da cidade de Campo Grande.

---

<sup>361</sup> A presença de migrantes da Região Sul no Brasil no território do sul do Estado de Mato Grosso contribuiu para a formação de outra elite na região: a dos sojicultores. Por meio da atividade agrícola monocultora, como o milho e a soja, à época largamente incentivada por políticas de fomento nos níveis federal e estadual, alguns migrantes amealharam considerável capital econômico. Essa elite, no entanto, não atuou de forma muito destacada no campo político da cidade de Campo Grande. Já em outras municipalidades, como Dourados, Maracaju e Sidrolândia, a presença de migrantes em órgãos públicos foi bem mais intensa. No caso da cidade de Sidrolândia, emancipada em dezembro de 1953 do Município de Campo Grande, havia até meados dos anos 70 o predomínio de políticos provenientes da sociedade pioneira, isto é, da sociedade pastoril. A partir de então iniciou-se uma ocupação do poder político por parte de sujeitos que trabalhavam também na agricultura e não eram mais filhos da sociedade pioneira, mas sim migrantes. Em Campo Grande, vizinha da municipalidade de Sidrolândia, essa alteração não foi tão expressiva. MORO, op. cit., De trabalhador rural para operário urbano, 2007.

<sup>362</sup> Tendo como nome *Espaço público e trabalhadores urbanos*, o segundo capítulo da dissertação denominada *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, obra já mencionada neste trabalho, explicita a referida questão em detalhes. MORO, op. cit., 2007, p. 169-268.

Eram pessoas da terra e migrantes que viam no espaço público do centro urbano e comercial de Campo Grande a possibilidade de conseguir melhorar de vida. Embora o número de habitantes da Cidade Morena tenha aumentado em quase quatro vezes de 1960 até 1980, esse aumento ocorreu na zona urbana. Além disso, a quantidade de migrantes, que em 1960 era de 30.982 mil, passou, em 1980, para 170.946 mil. A população total da municipalidade, por sua vez, que em 1960 tinha 72.249 mil passou a ter, em 1980, 291.777 mil sujeitos.<sup>363</sup>

Portanto, a ocupação do espaço público por pessoas que foram denominadas em muitas matérias do CE como mendigas possui estreita relação com o processo migratório das décadas de 1960-70 e com a ideologia da modernização que procurou e, de fato, fez a incorporação do sul de MT na lógica do mercado capitalista nacional e mundial, pois boa parte dos produtos vendidos naqueles anos constituíam-se de grãos e de gado para o abate.<sup>364</sup>

Entretanto, esse mesmo progresso, ou desenvolvimento econômico, mostrou-se por demais perverso frente um dos argumentos utilizados pela elite pró-divisão, qual seja, dizer que o centro da Cidade Morena era um exemplo do quão competente era essa mesma elite com o trato da coisa pública e, de certa forma, também com o espaço privado.

Andando pela cidade podia-se ver mendigos, vadios, pedintes, ambulantes e toda uma gama de sujeitos desocupados meneando pelas praças e também por calçadas de ruas e avenidas de grande movimento do centro urbano.<sup>365</sup> A Rua 14 de Julho, a Avenida Calógeras, a Avenida Afonso Pena, defronte da Praça Ary Coelho, a Rua Cândido Mariano e outras mais eram as preferidas para a realização do trabalho indigno.<sup>366</sup>

---

<sup>363</sup> FIBGE; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 5; CAMPO GRANDE (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988, s/p.

<sup>364</sup> A migração para a região sul de Mato Grosso não é um fato exclusivo das décadas de 1960-70. As obras para instalação dos trilhos e de outras edificações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Campo Grande, na década de 1910, trouxeram para o vilarejo uma considerável quantidade de adventícios e de forasteiros. Este último termo recaiu sobre os migrantes não tão pacíficos. Nas décadas posteriores também houve intensa migração, tanto para áreas rurais como urbanas. O Município de Dourados é um caso exemplar, pois a intensa migração de pessoas para o campo fez com que esta municipalidade, nos anos 1960, fosse a mais populosa de todo o Estado de Mato Grosso, seguida pela de Campo Grande. O diferencial entre Dourados e Campo Grande é que a maioria dos habitantes da primeira municipalidade residia na área rural, enquanto que na segunda a população morava, majoritariamente, na área urbana. Mas há que se fazer pelo menos uma distinção entre a migração do início do século XX e a das décadas de 1960-70. Aquela, especificamente para o espaço público da cidade de Campo Grande, não trouxe significativos incômodos para a elite local. Já a mais recente, implicou na formação de problemas de diversas ordens, como a presença de pessoas comuns no centro da urbe.

<sup>365</sup> Pude perceber isso ao analisar mais de uma centena de textos publicados via CE no decorrer das décadas de 1960-70, dentre os quais havia matérias produzidas por órgãos públicos, em especial o poder executivo da cidade de Campo Grande.

<sup>366</sup> O trabalho indigno abarcava as práticas de esmolar, mendigar, pedir auxílio, dentre outras atividades. Para uma compreensão bem mais pormenorizada do trabalho indigno aconselho que se faça a leitura do já mencionado segundo capítulo da minha dissertação de mestrado em História Social. Nesse capítulo também fica externado o que era o trabalho digno. MORO, op. cit., 2007, p. 196-197.

**Imagem 27.** Mapa com algumas das principais vias públicas do centro da cidade.<sup>367</sup>



Ora, então como podia a elite, favorável à divisão, dizer que a cidade de Campo Grande era um elemento-símbolo do movimento divisionista quando, na realidade, a mesma era ocupada por sujeitos que pouco ou quase nada tinham a ver com o que se dizia que era progresso, desenvolvimento e civilidade?

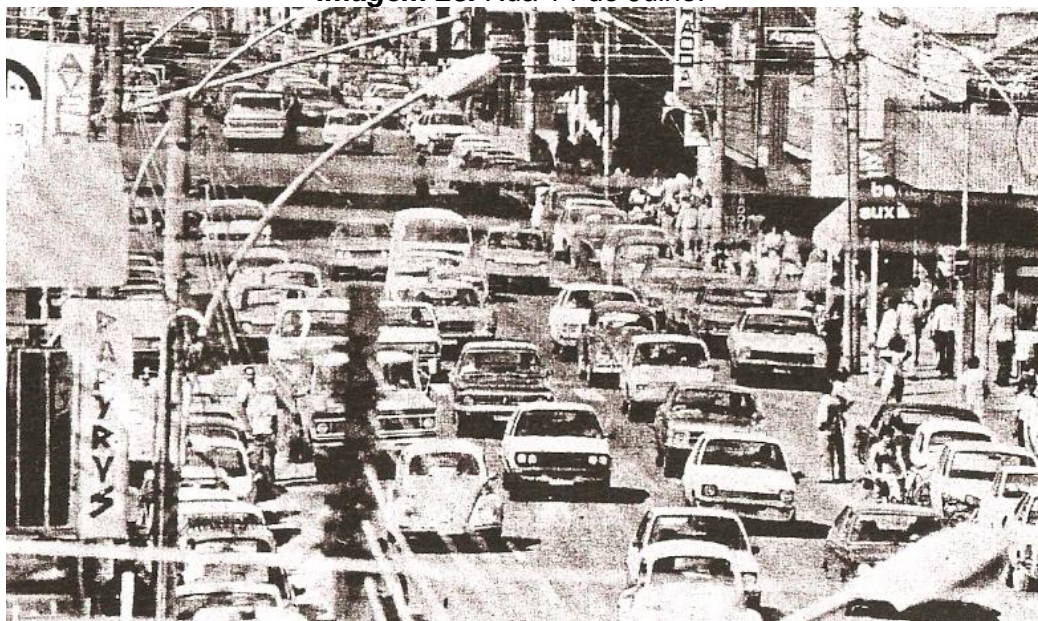
Esse é um dos pontos de maior conflito entre as idéias, ou mensagens, do divisionismo e da modernização. Nenhuma destas formas de pensar a concretude social foi tão impactada quanto o cotidiano das pessoas comuns. O povo comum foi muito mais prejudicado do que propriamente favorecido neste processo.

Pode-se afirmar que esses sujeitos foram duplamente acometidos. Primeiro pelo implacável avanço da fronteira agrícola, e de certa forma também da pecuária, que expulsou, para usar um termo mais incisivo, milhares de pessoas do campo. Segundo, pela forma como muitos dos migrantes foram recebidos na zona urbana de Campo Grande. A elite das décadas de 1960 e, sobretudo, de 70, concebeu o povo comum como “problema”, em particular aqueles que praticavam o trabalho indigno em vias públicas de grande movimento, como a Rua 14 de Julho.

---

<sup>367</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

**Imagem 28.** Rua 14 de Julho.<sup>368</sup>



Esses sujeitos do povo comum, mas não apenas pelo fato de Campo Grande ser um símbolo da elite pró-divisão de Mato Grosso, foram representados nas décadas de 1960-70 como um “problema” para a cidade moderna e desenvolvida da elite, isso porque essa mesma elite entendia, e isso ficou muito bem externado nas matérias do CE que divulgavam idéias e imagens dos atos em si, que se o centro fosse ocupado pelo povo comum, como de fato ocorria, o espaço público em questão, e até mesmo o privado, perdia a configuração de elemento-símbolo do movimento separatista ou divisionista.

Logo, a cidade de Campo Grande deixava de ser um elemento favorável à divisão e se tornava um fator negativo, isto é, um elemento catalizador da incompetência e do despreparo dessa elite, pois se não conseguia nem ordenar a tão querida e elogiada Cidade Morena, depois da divisão também chamada de Capital Morena, como podia essa mesma elite querer governar o sul de Mato Grosso na condição de outra Unidade Federativa do Brasil?

Bem concreta e visualmente muito nítida era a reterritorialização do espaço público da cidade feita pelo povo comum. Pode-se dizer que a elite concebia o espaço público, por sua vez, como um local extremamente distinto do espaço privado, ou seja, pensava a organização dos espaços públicos e privados de uma forma bem distinta daquela do povo comum. Então, pode-se afirmar que as elites dirigentes, ou a “elite condutora”<sup>369</sup>, propunham que o povo comum acatasse as suas maneiras de ver e de se portar no mundo.

<sup>368</sup> Rua 14 de Julho vai ser interdita hoje à tarde. CE, Campo Grande, p. 5, 28/29 jul. 1979.

<sup>369</sup> MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 57.

Esse fato, contudo, não ocorreu. As pessoas comuns continuaram praticando o seu modo de vida, no qual práticas privadas e públicas se confundiam com bem mais intensidade do que as realizadas pelas elites. Portanto, o cotidiano do povo comum não possuía fronteiras rígidas, tal qual a elite fazia questão de afirmar que possuía e praticava. Logo, os territórios das pessoas comuns na cidade eram constituídos tanto pelas esferas ditas privadas como pelas públicas. Por isso, houve uma constante territorialização e reterritorialização de espaços citadinos.

Aqui está o ponto nevrálgico que tanto incomodou a elite e “desarrumou” o espaço público por ela pensado, pois as práticas cotidianas desse povo comum subverteram a ordem da elite e acabaram por desarrumar parte do pensar da ideologia do divisionismo, que empalmava, dentre muitas bandeiras, a de que os sulistas eram competentes no trato com a coisa pública.

Sendo assim, as pessoas comuns da cidade de Campo Grande subverteram a ordem da elite e deram ao espaço público da cidade uma configuração que em nada era bem-quista por essa elite, porém, há como afirmar que a elite não foi eficaz na ação de brechar o povo comum, já que as práticas não findaram, mesmo não sendo aceitas por esta elite.

E, mais do que isso, as práticas em questão eram politicamente desmanteladoras de um dos pontos da ideologia do divisionismo, qual seja: o que afirmava ser Campo Grande exemplo de cidade e local ideal para sediar a capital de um novo Estado.

Ao ter que conviver cotidianamente com sujeitos dormindo em vias públicas, pessoas fazendo necessidades físicas e até mesmo sexo em construções abandonadas, outras com cabelos desgrehados esmolando, além de jovens “sadios” realizando pequenos furtos, crianças mendigando, “loucos” se vestindo com trajes femininos, larápios de galinhas, de roupas de varal e até de fôrmãs de bolo que estavam nas janelas das casas, essa elite se posicionou contrária à presença dessas pessoas comuns, mas teve pouco êxito no sentido de alterar essa realidade, embora tenha empreendido muitos esforços nesse sentido, servindo-se tanto do poder das esferas públicas como das privadas.

**Imagem 29.** Feitosa, um homem que se vestia com trajes femininos.<sup>370</sup>



Por causa dessas configurações, vê-se que a hegemonia da elite cidadina de Campo Grande era limitada. Observa-se também o limite desse poder, pois esse grupo social não queria que essa situação permanecesse, mas não encontrou meios para transformar a realidade em que vivia da forma como pretendia. Viu-se refém do modelo de sociedade com o qual compactuou.

Essa situação ilustra com bastante propriedade que nem sempre o “grupo social dominante”, de que externou Gramsci, pode manter a hegemonia, o poder em todas as situações, e que pode fazer e desfazer a seu bel-prazer.<sup>371</sup> Por vezes, essa elite dirigente teve que conviver com o que lhe desagradava, com o que lhe afrontava, seja no âmbito humano e/ou no material, embora tenha empreendido inúmeras ações para eliminar essa situação.<sup>372</sup>

A desordem reinante em algumas partes do espaço público da Cidade Morena sinaliza muito bem a existência dessa realidade. O Correio do Estado, por sua vez, atuou destacadamente para eliminar este cotidiano de desordem que dizia haver no ambiente urbano-citadino. O impresso lutou igualmente para construir uma outra cidade.

---

<sup>370</sup> Feitosa, um problema. *CE*, Campo Grande, p. 6, 24/25 dez. 1979.

<sup>371</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 3-23.

<sup>372</sup> Isso também não deixa de ser uma prova bem animadora de que é sempre preciso continuar, mesmo que na maior parte das vezes a tão almejada vitória coletiva pareça mais distante do que a derrota individual. Não fazer isso implica, como escreveu Walter Benjamin, em consentir com as práticas de quem oprime e, “se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer.” BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 156.

### CAPÍTULO III – (DES)ORDEM DO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE

Quem pode dizer quais rumos uma cidade deve ou não seguir? Quem são estes sujeitos? O que fazem? Como fazem? De que formas materializam seus projetos? Que formas de comunicação utilizam? Estas e outras questões são fundamentais para que se possa compreender o objeto-sujeito cidade numa perspectiva que se aproxima da história social contemporânea sem negar a história política renovada, assim como os estudos sobre as elites dirigentes e o povo comum.<sup>373</sup>

Deve-se pensar a cidade como um território que é alterado pelos sujeitos históricos. Ao fazerem essas práticas sociais acabam por mostrar não apenas a urbe que tentam materializar, mas externam igualmente os sujeitos que são e os projetos que valorizam ou rejeitam. A elite, por sua vez, mostrou-se historicamente receosa da presença e atuação neste espaço do que se convencionou chamar na historiografia de perigosas massas.<sup>374</sup>

A imprensa diária fornece-nos fontes de grande valia para esta empreitada. Nas páginas dos jornais encontra-se uma gama de assuntos que foram considerados pelas elites condutoras como incômodos para a cidade de Campo Grande nas décadas de 1960-70.<sup>375</sup> Entretanto, o “estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade.”<sup>376</sup>

---

<sup>373</sup> Sobre a história política renovada, ver RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. A respeito das elites dirigentes, consultar FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975, 2 v. e FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994 para um entendimento mais amplo deste conceito. Para uma definição conceitual do termo povo comum, ver o escrito de HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

<sup>374</sup> CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1958. Nessa obra, já clássica na historiografia sobre pessoas comuns e elite, há exemplificações pontuais a respeito do medo que as elites tinham das perigosas massas. Em específico sobre o medo da burguesia industrial francesa diante dos operários, ver PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. Jesús Martín-Barbero, por seu turno, coloca em diálogo comparativo as análises de Tocqueville, Stuart Mill, Engels, Gustave Le Bon, Wilhelm Reich, Max Weber e Ferdinand Tönnies, mostrando os comprometimentos e sobretudo as subjetividades destes autores em relação as “perigosas massas” num mundo que instituiu leis universais, regidas não mais por estamentos mas sim pelas decisões da maioria, pelo menos do ponto de vista teórico. MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2008, p. 52-61.

<sup>375</sup> MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

<sup>376</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 267.

Os confrontos entre o arcaico e o moderno, o ilegal e o legal, a cidade desorganizada e a ordeira, o emergente e o residual são constâncias que merecem ser analisadas.<sup>377</sup> Deve-se também cotejar essas constâncias com outras realidades, pois ao se ampliar o corpo documental é possível enriquecer “o diálogo com outras forças e práticas sociais do período em estudo.”<sup>378</sup>

Há momentos, no entanto, em que isso não se torna possível. Quando não se tem acesso a determinadas fontes essa tarefa fica, em parte, comprometida, mas não em sua essência. Resta ao historiador, então, trabalhar com os documentos existentes, mesmo que eles tenham sido legados ao presente por culturas hegemônicas e, sendo assim, ressaltem mais os feitos, os valores e as realizações destes grupos dirigentes e não das pessoas mais simples, do povo comum, que também habitava o espaço urbano.

Ao analisar a contrapelo estes documentos produzidos por setores letrados da elite local vê-se que no espaço público da cidade de Campo Grande reinava não apenas o esteticamente adequado, os modos civilizados e a ordem.<sup>379</sup> Esse espaço era também um território para a prática do esteticamente inadequado, para a realização de modos incivilizados e, portanto, era igualmente um reino da desordem.

A existência deste reino da desordem no espaço público da cidade de Campo Grande se deve em larga medida às próprias ações políticas empreendidas pelos governos federais, em particular os militares, pois fomentaram sistematicamente o avanço da fronteira agrícola sobre terras do Oeste brasileiro, processo que expulsou milhões de pessoas do campo, fazendo com que a maior parte destas migrassem para áreas urbanas.

---

<sup>377</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 10.

<sup>378</sup> CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 268.

<sup>379</sup> “Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão. Como era de costume, a pilhagem é arrastada junto no cortejo triunfal. Costuma-se chamá-la de: bens culturais. No materialista histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo o que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que os produziram, mas também à anônima servidão dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.” BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 157.

A política empreendida pelo governo federal brasileiro no decorrer do século XX alterou substancialmente a realidade do espaço ora denominado de Região Centro-Oeste do Brasil. Getulio Dornelles Vargas, por meio da Marcha para o Oeste, Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas e a construção de Brasília e, em especial, os presidentes-militares, que implementaram a política de integração do território nacional, tendo como base para isso vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, re-ordenaram política, social, econômica, cultural e ambientalmente o cotidiano de milhões de pessoas.

O período de maior transformação foi de meados da década de 1960 até o final dos anos da década de 70. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, é um marco nesse processo. A partir de então foram postos em ação inúmeros Planos e Programas. Entre o I PND (1971-74) e o II PND (1975-79), seguramente o segundo foi o de maior relevância para transformar a região sul do Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi posto em prática também o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que vigorou de 1968 a 1970. Os objetivos centrais deste plano, que fazia parte do I PND, além de outros, eram os de expandir os mercados e ampliar a produção de produtos minerais e vegetais, tais como ferro e soja. O II PND tinha como objetivo estimular o desenvolvimento regional, tornando a Região Centro-Oeste uma área de ocupação produtiva do ponto de vista do capital, tanto do nacional como do internacional. É neste contexto que surgiu uma nova elite econômica na região: os fazendeiros de grãos, mais especificamente os sojicultores.

A incorporação de terras e o aumento da produção e da produtividade, por sua vez, não se deram sem a contribuição do conhecimento científico. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi elemento-chave para concretizar os objetivos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), bem como a assistência técnica fornecida aos produtores rurais que, em geral, eram de médio e grande porte. Houve também o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT) e o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL).

Todos esses Programas Especiais, se bem que existiram muitos outros, contribuíram para o que se pode chamar de avanço da fronteira agrícola sobre o Oeste do Brasil e também para terras estrangeiras, como Paraguai e Bolívia. Esse avanço, é importante que se diga, não foi em nada despropositado. Muito pelo contrário, pois incentivou um outro avanço, diretamente ligado ao primeiro, qual seja, o demográfico, tendo em vista que milhões de migrantes “invadiram” os Estados da Região Centro-Oeste.

Muitos destes sujeitos “invadiram” as cidades. É por isso que a desordem urbana de Campo Grande se deve em parte às próprias ações dos poderes públicos e não menos também dos interesses privados envolvidos neste intrincado processo.<sup>380</sup>

No entender de José Graziano da Silva, este modelo de desenvolvimento só foi possível devido a existência de uma Ditadura Civil Militar no Brasil, grandemente apoiada por setores da burguesia nacional. A política efetivada nesta época, em especial nos anos da década de 1970, produziu uma ocupação sistemática de certas áreas territoriais, sendo que muitas foram transformadas em lavouras monocultoras. Foi uma “modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado.”<sup>381</sup>

Em 1950, a população da Região Centro-Oeste era de 1.736.965 milhões de pessoas. Em 1960, passou para 3.006.866 milhões de habitantes. No ano de 1970, aumentou para 5.167.203. Em 1980, a população já era de 7.544.795 milhões de sujeitos.<sup>382</sup> Grande parte desse aumento populacional ocorreu nas zonas urbanas. Tanto isso procede que no ano de 1950 a população urbana da Região Centro-Oeste era de 423.497 mil pessoas e a rural era de 1.313.468. Já em 1980, a população rural era de apenas 2.430.198 milhões de pessoas, sendo que a urbana era de 5.114.597 milhões de habitantes.<sup>383</sup>

Comparativamente, enquanto que o total da população brasileira cresceu em média 2,4% de 1960-75, a população da Região Centro-Oeste cresceu 4,7% no mesmo período. A população rural brasileira aumentou 0,6% nessa época, sendo que a do Centro-Oeste cresceu 2,8%. Já a população urbana do Brasil aumentou 4,4%, de 1960-75, sendo que a da Região Centro-Oeste cresceu a uma taxa de 7,3%.<sup>384</sup>

Nas cidades houve sim aumento populacional e, também, demográfico.<sup>385</sup> Contudo, no campo o aumento demográfico não foi tão intenso quanto nas cidades. Isso porque nessas décadas ocorreu elevada migração do campo para as zonas urbanas. A concentração fundiária e a mecanização da produção agropecuária seguramente contribuíram em significativa proporção para o êxodo rural, daí o inexpressivo aumento da demografia rural quando comparada com a urbana.

---

<sup>380</sup> Para outras informações sobre este assunto, ver MORO, Nataniél Dal. Migração, trabalho e economia no sul de Mato Grosso. In: *Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História*. Passo Fundo: UPF, p. 146-147, 2005 e sobretudo MORO, Nataniél Dal. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do Estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70). *História em Reflexão: Revista Eletrônica História da UFGD*, v. 3, n. 6, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/474/342>>. Acesso em: 27 dez. 2009.

<sup>381</sup> GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 40.

<sup>382</sup> AJARA, Cesar. População. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 1, p. 127.

<sup>383</sup> AJARA, op. cit., 1988, p. 128.

<sup>384</sup> FIBGE. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

<sup>385</sup> FIBGE; SDDI/MS. *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

Portanto, a migração ocorrida no território que atualmente compõe o Estado de Mato Grosso do Sul não se deu apenas de outras Unidades Federativas do Brasil para o então sul de Mato Grosso. Outros tantos migrantes vieram do interior do próprio Estado para as cidades de maior porte.

Sobre a migração de outros Estados, no decorrer desse período, especificamente no sul de Mato Grosso, chegaram cerca de 500 mil sujeitos, sobretudo provenientes dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. Essas pessoas vinham à região por várias razões, mas em especial em busca de uma vida melhor, sobretudo no aspecto econômico.<sup>386</sup>

Na verdade, as políticas públicas e os empreendimentos privados expulsaram boa parte dos trabalhadores rurais e indígenas dos territórios que os mesmos ocupavam e nos quais desenvolviam majoritariamente a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira. Sem dúvida as zonas urbanas das municipalidades de Dourados e de Campo Grande, cujas infra-estruturas eram limitadas, “sofreram” com a chegada de milhares de migrantes do campo.<sup>387</sup>

Nesse ambiente surgiu, e também foi reforçada, uma cidade imprópria para os objetivos civilizatórios desta elite, pois era uma cidade que se mostrou com muita força e, por isso mesmo, colocou em dúvida o poder desta mesma elite, e em especial a sua capacidade política de conduzir aquele espaço, transformando-o ou mantendo-o “civilizado”, particularmente do ponto de vista material. A situação visual da cidade era a prova mais incontestante disso, sendo que o Correio do Estado mostrou essa realidade de maneira bastante destacada em parte das suas matérias.<sup>388</sup>

### 3.1 Uma cidade suja

É inegável a atuação política de alguns meios de comunicação na constituição histórica de certos territórios e espaços, sejam eles rurais ou urbanos.<sup>389</sup> Na cidade de Campo Grande essa prática pode ser visualizada por meio da análise de alguns impressos, mas em especial através das páginas de um: o jornal Correio do Estado. Intentando transformar a cidade num espaço “mais civilizado”, esse periódico se prestou a divulgar sistematicamente nas décadas de 1960-70 matérias que retratavam a “pouca civilidade” de algumas pessoas e a criticar a estrutura física de alguns territórios da urbe.

---

<sup>386</sup> MORO, Nataniél Dal. Trabalhadores migrantes no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UFSC, 2006b. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_417.html](http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_417.html)>. Acesso em: 5 abr. 2007.

<sup>387</sup> MORO, Nataniél Dal. População rural e população migrante na “constituição populacional do espaço urbano” da cidade de Campo Grande. In: *Programa e Resumos do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história e historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados: UFGD, out. 2006.

<sup>388</sup> O Correio do Estado não foi o único periódico campo-grandense a divulgar matérias que questionavam a atuação do poder público, contudo, esse impresso manteve ao longo de décadas uma postura bastante forte no sentido de cobrar providências deste poder e inclusive da sociedade em geral para que a cidade de Campo Grande fosse cada vez mais modernizada e civilizada.

<sup>389</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

O progresso, a modernidade e a modernização eram abertamente defendidos pelo periódico. Essas palavras, que no mundo acadêmico possuem definições específicas, eram concebidas nas páginas do CE de outra e mais simples forma. Representavam, grosso modo, uma oposição ao antigo e ao anti-higiênico que reinavam na cidade, solapando, por vezes, as luzes do progresso, da modernidade e da modernização, tão caras à ideologia divisionista, também ferrenhamente defendida pelo CE.<sup>390</sup>

Alguns conteúdos são mais enfáticos do que outros, no entanto, ambos ilustram o quão necessário era combater as ações que ofuscavam as luzes da modernidade campo-grandense. Os deméritos, não raro, eram precedidos de adjetivações elogiosas, como esta, publicada em matéria veiculada no dia 17 de janeiro de 1963: “Campo Grande, a Cidade das Primaveras; Campo Grande, a Cidade Morena; Campo Grande, a cidade que mais cresce no Oeste, está suja, sujíssima.” E o periódico lamentou o fato com a seguinte constatação: “É pena!”

Essa cidade, e a sua permanente sujeira, decepcionavam a população e os visitantes: “Quem anda pelas ruas fica decepcionado com a permanente camada de terra sobre o asfalto.” As pessoas também tinham “péssima impressão” dos canteiros das avenidas, das ruas e dos calçamentos, pois havia matagal nesses espaços. Essa matéria chegou mesmo a demonstrar em palavras as subjetividades do transeunte sobre a cidade, que ficava, no entender do periódico, “decepcionado com a sujeira dos terrenos baldios” e “horrorizado com as águas servidas que correm pelas sarjetas.”

O parecer a respeito do estado geral da urbe era enfático e negativo: “Campo Grande está decepcionando aos seus filhos e, principalmente, aos visitantes. Isso, porém, não pode continuar. Urge imediata reação.” Devia-se então varrer melhor as vias públicas, retirar diariamente o lixo de “todas as ruas” e não apenas de algumas residências, capinar “imediatamente” o capinzal e as ervas daninhas e canalizar a água servida à população, evitando inclusive que se formassem poças de água e esgoto nas vias públicas, algo muito comum tanto no centro da cidade como nos bairros.

O CE colocou esses anseios como uma exigência do povo de Campo Grande, externando que a cidade não podia parar e nem “voltar a ser a cidade mais suja de Mato Grosso.” Na seqüência, o impresso mostrou a sua função imperativa, sanitaria e, sobretudo, disciplinadora ao afirmar: “Limpeza é higiene, é saúde. Aqui fica o apelo da sua cidade, o apelo de seus habitantes: VAMOS LIMPAR A CIDADE.”<sup>391</sup>

---

<sup>390</sup> BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999 e MORO, Nataniél Dal. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.

<sup>391</sup> Vamos limpar a cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 jan. 1963.

Outra matéria emblemática, e que possui teor semelhante, foi publicada no dia 24 de janeiro de 1974. Esta, porém, possui um conteúdo pejorativo bem mais evidente. O CE aconselhou o poder executivo da cidade a colocar nos acessos da urbe “um grande cartaz” contendo a frase: “BEM-VINDO, SUJISMUNDO!” Os cartazes eram necessários para alertar as pessoas de que havia na cidade sujeira por toda parte. Serviam para indicar que a sujeira, ou o Sujismundo, imperavam e mandavam em Campo Grande. O Sujismundo “aqui estabeleceu seu reino.”<sup>392</sup>

Pelo que o periódico informou, em nenhuma outra época Campo Grande esteve “tão suja” e “tão abandonada” no quesito da higiene pública. Prova disso era que a redação do CE recebia diariamente reclamações escritas e verbais de cidadãos. A população não se conformava, segundo informou o impresso, com o estado de abandono a que a cidade tinha sido relegada pelo setor de limpeza pública municipal.

Como órgão de comunicação, o CE afirmou que se viu no dever de tornar pública essa realidade e as reclamações dos munícipes. Um periódico do porte do CE não podia se prestar a “silenciar” uma realidade como esta, já que a sujeira imperava no “coração da cidade”. Nos bairros a situação era pior, vivendo esses lugares “entregues à sua própria sorte.”

Nesse período, décadas de 1960-70, em especial nesta última, houve intensa migração para a cidade de Campo Grande. A maioria dos migrantes vinha de regiões rurais do próprio Estado de Mato Grosso e/ou de outras Unidades Federativas do Brasil. Boa parte destes migrantes, em particular os que residiam em zonas rurais, trouxe para o espaço urbano costumes não muito aceitáveis do ponto de vista sanitário. Os hábitos de descarte de lixo, asseio das moradias, cuidado com os dejetos provenientes das necessidades humanas, dentre outros, são pontos problemáticos entre estes sujeitos e os que se intitulavam “civilizados”.<sup>393</sup>

---

<sup>392</sup> A grafia das expressões “VAMOS LIMPAR A CIDADE” e “BEM-VINDO, SUJISMUNDO!”, precisamente com estas apresentações visuais, com letras maiúsculas e sublinhado, indicam não apenas uma mensagem a ser transmitida para o leitor, mas sinalizam uma possível intensidade da mensagem que não se limita ao ato de ler, mas abarca inclusive o ato de olhar, já que as expressões se destacam do restante do texto, sugerindo uma relevância destas em relação ao conjunto. É oportuno lembrar que em 1972 o governo federal lançou uma campanha de âmbito nacional chamada “Povo desenvolvido é povo limpo”. O personagem principal chamava-se Sujismundo. Portanto, a referência ao fato, neste caso, deve ser creditada, em parte, a esta campanha publicitária. Para mais esclarecimentos, ver o artigo de COLUSSI, Eliane Lucia; BALBINOT, Valmíria Antonia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 253-275, dez. 2008.

<sup>393</sup> Esses assuntos foram dispostos em várias matérias, assim como eram recorrentes em inúmeros outros textos, mas se fazem mais enfáticos nas seguintes chamadas: Lixo e lixeira. CE, Campo Grande, p. 5, 22 jul. 1963; Lixo e recipiente. CE, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964 e Campo Grande, cidade suja. CE, Campo Grande, p. 2, 01 mar. 1968.

A responsabilidade por haver todo este caos urbano no campo da limpeza foi creditada ao mau trabalho do executivo municipal por meio de uma cobrança extremamente direta ao seu maior líder. Em pleno período de vigência da Ditadura Civil Militar, o CE afirmou que se o “Sr. Prefeito Municipal” deixar “o seu gabinete” e sair pelas ruas, caminhando como um cidadão comum, teria a oportunidade de verificar “com os seus próprios olhos, a falta de higiene que impera na sua cidade. Veria o chefe do executivo que o velho e escorraçado Sujismundo, deixando outras plagas, veio para Campo Grande e aqui aboletou-se.”

Por causa destes fatos, Campo Grande apresentava-se “infelizmente [...] como uma cidade simplesmente suja, mal varrida”. O piso das ruas tinha sido coberto de sujeira e já não havia mais garis varrendo-as. Segundo informou o CE, a empresa de limpeza urbana, a LIPATER, que foi a grande esperança da população, tinha se tornado uma simples “coletora de lixo residencial.” Portanto, não cuidava da limpeza pública de forma adequada.

A cidade permanecia, então, “suja”. E por causa dessa sujeira, justificavam-se também os “cartazes com a saudação a Sujismundo.” No entender do CE, essa situação era lamentável, não sendo adequado a um meio de comunicação “dar guarida a reclamações como esta”. A preocupação de um periódico devia ser a de noticiar “assunto mais digno de uma cidade civilizada” e não situações como esta.<sup>394</sup>

Essa função mais nobre do jornal, engajada prioritariamente em noticiar assuntos dignos para uma “cidade civilizada”, ficou relegada inúmeras vezes para planos secundários. Pode-se afirmar inclusive que a maior parte das notícias veiculadas pelo CE enquadrava-se no campo de publicações não-adequadas para uma “cidade civilizada”.

Por outro turno, as publicações não-adequadas mostraram muito bem uma face pouco nítida dos meios de comunicação, ou seja, os projetos políticos que as palavras impressas por vezes acabam por tentar esconder através de um emaranhado de publicações e assuntos dos mais diversos. Essas práticas intentam, como mostrou Angel Rama, desenhar “um projeto pensado ao qual se deveria curvar a realidade.”<sup>395</sup> No entanto, as próprias palavras e imagens divulgadas no periódico CE acabaram por desmentir essa afirmação.

---

<sup>394</sup> Bem-vindo, sujismundo! *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1974.

<sup>395</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 34.

Por meio das páginas do CE foram edificadas verdadeiras campanhas em defesa da “cidade civilizada”. Os inimigos diretos dessa urbe ideal, como determinados tipos de moradores de rua, esmoladores, pedintes, ébrios, menores abandonados, prostitutas e trabalhadores informais, foram combatidos sistematicamente pelas páginas deste periódico.<sup>396</sup> A “cidade civilizada”, por sua vez, possuía também outros entraves. O fator natural, como a existência de matagais, seguramente era um dos mais expressivos, ocupando lugar de destaque em várias edições do impresso.

Essas publicações, ao mesmo tempo em que criticavam as ações do poder público, das empresas estatais, dos proprietários de lotes urbanos e de comerciantes, também são documentos que fornecem relatos do cotidiano da cidade e, mais ainda, da linha editorial do Correio do Estado, uma vez que a maior parte dos editoriais e demais textos não portam consigo a autoria dos que os escreveram ou coletaram as informações.

O mato que se alastrava pela cidade foi considerado um inimigo natural de primeira ordem, assim como a existência de áreas infestadas por mosquitos, ratos e cobras, dentre outros animais peçonhentos que denegriam a imagem da cidade diante da presença de visitantes e, ainda mais, de autoridades da esfera nacional que chegavam a Campo Grande. Não raro também apareciam textos denunciando problemas decorrentes de fossas e esgotos que transbordavam pelas vias públicas, alastrando péssimos dores, de muros e calçadas em precário estado de conservação e áreas em que a coleta do lixo não ocorria, deixando então alguns locais da cidade completamente tomados por lixo.<sup>397</sup>

Vejamos agora o caso mais emblemático: a existência de espaços públicos e privados completamente tomados por mato, com o agravante de que alguns estavam infestados por insetos. A Avenida Mato Grosso, uma das principais vias públicas da cidade, possuía perto do Ginásio Dom Bosco “uma verdadeira feira livre, que muito enfeita a cidade”, contudo, esse local tinha também um “matagal horroroso”, que se avolumava ainda mais devido às constantes chuvas.

---

<sup>396</sup> MORO, op. cit., 2009, p. 123-149.

<sup>397</sup> Sobre a questão das fossas e esgotos, são particularmente relevantes as matérias: V. Aeroporto: limpavam o poço morto e atiraram detritos na via pública. *CE*, Campo Grande, p. 1, 06 fev. 1963; Fedentina volta a imperar na região dos quartéis. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 jan. 1967; Uma cidade sem esgotos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 maio. 1969; Água suja e fétida na Avenida Bandeirantes. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 set. 1973 e Só 15% da área de Campo Grande é servida por redes de esgoto. *CE*, Campo Grande, p. 7, 22 nov. 1977. Para a questão das calçadas, muros e da coleta de lixo, ver: Calçadas e muros. *CE*, Campo Grande, p. 2, 08 maio. 1971; As calçadas da prefeitura. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19/20 maio. 1973; No terreno baldio, um incômodo aos moradores. *CE*, Campo Grande, p. 10, 22 out. 1974; Construção de muros e calçadas: humanização para pedestres. *CE*, Campo Grande, p. 3, 01 fev. 1979; Lixo nas calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 2, 03/04 mar. 1973 e Recipientes de lixo. *CE*, Campo Grande, p. 2, 03/04 nov. 1973.

A cobrança de uma posição mais enérgica é particularmente visível neste trecho da matéria: “Urge que uma providência seja tomada pela Prefeitura, imediatamente, para a limpeza de toda aquela via pública.” O impresso sugeriu que o encarregado do serviço de limpeza da Prefeitura não visitava aquela região da cidade. Sendo assim, desconhecia que a mesma já era servida de vários melhoramentos urbanos, como pavimentação asfáltica, e por isso deixava o mato tomar “conta de tudo.” Diante disso, o CE enfatizou ainda mais a sua posição de sujeito social ativo na cidade de Campo Grande: “Sr. Encarregado da limpeza da cidade, vamos cuidar da Avenida Mato Grosso, fazendo desaparecer o matagal dos canteiros centrais!”<sup>398</sup>

Essa passagem ilustra bem as possíveis funções de uma cidade: “dominar e civilizar seu entorno, o que primeiro se chamou “evangelizar” e depois “educar”.”<sup>399</sup> Nesse caso, também as funções dos impressos na ordenação do cotidiano de uma urbe e dos sujeitos que nela estão. Ao utilizar-se de textos impressos ou imagéticos para materializar uma determinada “ordem ideal” sobre uma cidade real, o CE encontrou muitos percalços, pois nem sempre os sujeitos aceitaram passivamente os interesses e anseios de certos grupos locais no sentido de “evangelizar” e “educar” a urbe, civilizando-a para tempos que se autodenominavam como modernos, modernizantes, progressistas e/ou modernizadores.<sup>400</sup>

Vê-se então que a existência de normas impostas pelas mais diversas instituições não logrou necessariamente efetivação no tecido social da cidade. As leis existiam, mas nem sempre eram respeitadas. Em Campo Grande, essa cultura de resistência também era presente.<sup>401</sup>

Cabe frisar, no entanto, a atuação destacada do CE no sentido denunciar cotidianamente o descumprimento de determinadas leis, legislações e decretos-lei que podiam, se respeitados, melhorar a paisagem da urbe. Ao mesmo tempo as matérias jornalísticas também serviam para cobrar a efetivação destas leis, pois, se materializadas, trariam para o espaço urbano-cidadino a tão propalada “civildade” já existente em outras tantas cidades do Brasil e que era algo que estava em falta na cidade de Campo Grande no início dos anos 60, segundo o CE, a julgar pelo próprio descumprimento de uma lei de autoria do vereador Oclécio Barbosa Martins.<sup>402</sup>

<sup>398</sup> Matagal toma conta da Avenida Mato Grosso. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 jan. 1963.

<sup>399</sup> RAMA, op. cit., 1985, p. 37.

<sup>400</sup> RAMA, op. cit., 1985, p. 40. Sobre as “cidades irreais”, ver algumas considerações na p. 36 da obra Rama.

<sup>401</sup> No aspecto da cultura de resistência e da criminalidade, são particularmente importantes os estudos realizados por: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, v. 1; FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC-RJ, 1978; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979 e PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

<sup>402</sup> Não especificamente a cidade de São Paulo em si, mas o Estado de São Paulo como um todo, e em particular o Oeste desta Unidade Federativa, era o grande modelo para o qual a cidade de Campo Grande devia olhar e seguir. Há várias menções elogiosas sobre a forma de viver da sociedade de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Marília, Bauru, entre outras urbes desta região. Além dos jornais, tal referência ao “progresso paulista” também é encontrada em obras de autores memorialistas, como é o caso de BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sobre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964, p. 29.

Em texto datado do dia 24 de maio de 1963, o periódico reconheceu que o poder público municipal tinha construído e renovado muitas calçadas de várias vias da cidade, mas afirmou que “isso, entanto, não quer dizer que tudo vai às mil maravilhas”. A crítica se deve ao fato do poder público não exigir dos munícipes o cumprimento de uma lei que, se respeitada, muito melhoraria o aspecto físico das calçadas, contribuindo para o “embelezamento da cidade”. Era a Lei das Calçadas.

De acordo com essa lei, a Prefeitura podia exigir administrativa ou judicialmente que os proprietários cuidassem dos passeios públicos defronte dos seus lotes. O impresso argumentou que essa lei, em parte esquecida pela municipalidade, tinha que ser respeitada para proporcionar conforto à população, uma vez que várias calçadas estavam em precário estado de conservação. Muitos proprietários de prédios simplesmente não cuidavam das calçadas. Em outras edificações, onde deveria ter o passeio público, havia apenas mato, chegando a encobrir o meio-fio instalado há anos pela municipalidade.

Em certos casos, onde deveria haver uma boa calçada existe um matagal de palmo e meio de altura, o que vale dizer que certos proprietários, desprovidos do gosto estético e de mentalidade retrógada, não pensam em colaborar para o conforto da população e para um melhor aspecto da cidade.<sup>403</sup>

Esse trabalho educativo e civilizatório do jornal sempre encontrou determinados inimigos no seu caminho. Inicialmente defrontou-se com a natureza, representada por “um matagal de palmo e meio de altura”, e depois com os próprios seres humanos, neste caso “desprovidos do gosto estético” e portadores de “mentalidade retrógada”. Portanto, o grande trabalho do CE residiu em ordenar os espaços públicos e privados da cidade de Campo Grande, ensinando, na verdade, tentando civilizar os sujeitos incivilizados que se faziam presentes na urbe.

Norbert Elias afirmou que o “modo civilizado de comportamento” dos ocidentais não é superior e nem inferior a outras formas de viver. Contudo, assegurou que esse “modo civilizado de comportamento” fez surgir “certo número de dificuldades específicas civilizacionais.”<sup>404</sup> As dificuldades existentes na cidade de Campo Grande são exemplos nítidos do quão difícil e problemático é o viver no espaço urbano-citadino.

Diante deste prisma, pode-se pensar a atuação dos periódicos num universo que se propõe civilizado, porém ainda não o é na mesma proporção do que a linguagem afirma ser. O jornal atuou, então, como uma importante instituição social do mundo civilizado que procurou, paulatina e sistematicamente, resolver certos problemas que só surgem dentro deste mesmo mundo civilizado.

---

<sup>403</sup> Falando de calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 4, 24 maio. 1963.

<sup>404</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1, p. 19.

O mato, o matagal, as fezes, os animais, a “sujeira” produzida pela própria natureza, os insetos, tudo isso aparece na visão de um mundo civilizado como algo incompatível. A civilização urbana não conseguia conviver com estas realidades. Era necessário civilizar este ambiente e, sobretudo, as pessoas que o faziam existir.

Além do problema das ervas daninhas, que era o matagal que infestava as áreas urbanas, o impresso registrou grande preocupação também com os insetos que se proliferavam nestes ambientes.<sup>405</sup> A quantidade de pernilongos era tão elevada que o jornal ironizou a presença destes insetos na cidade afirmando que Campo Grande tinha se tornado o local “ideal dos pernilongos.”

Cada residência possuía “uma nuvem dos bichinhos” cantando “iê-iê-iê”. A população, representada como “vítima”, sofria muito com isso. Os moradores perdiam o sono devido ao barulho feito pelos insetos nos seus ouvidos, que, no entanto, não deixava de ser “um bichinho cheio de nobreza e valentia” pelo fato de não atacar ninguém dormindo. Depois de acordarem as pessoas, os mosquitos atacavam, assegurou a matéria do periódico. O relato é enfático: eles, os mosquitos, “metem a bomba de sucção sanguínea” em todas as pessoas.

Frente a essa situação, o periódico indagou: “E onde está essa gente...?” A tal da “gente” a que o CE se referiu eram os funcionários da Saúde Pública, que deviam combater sem tréguas os mosquitos, mas não cumpriam o trabalho a contento. A cidade permanecia infestada por vários focos de “mosquitos por todos os recantos”, no entanto, aquela mesma “gente”, a do “pessoal da Saúde Pública”, continuava inativa.<sup>406</sup>

As queixas públicas, em alguns momentos, surtiram efeito esperado ao ponto da municipalidade empreender ações visando limpar a cidade do matagal e minorar os focos de pernilongos. Em abril de 1969, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, pelo seu Serviço de Limpeza Pública, noticiou com insistência que estava limpando os terrenos baldios da cidade, em especial os de propriedade particular. Nessa época o Serviço de Limpeza passou a contar com caminhões, carrinhos para retirar o lixo, uniformes para o pessoal da limpeza e uma casa foi construída para abrigar o chefe deste setor.

---

<sup>405</sup> Não se trata aqui de negligenciar a existência de inúmeros estudos que problematizaram a relação História & Saúde, contudo, a documentação analisada neste trabalho, em específico a que se refere aos incômodos ou possíveis doenças transmitidas por mosquitos aos moradores urbanos, só se fez um problema quando estes mesmos insetos atuaram no espaço urbano e mais detidamente no centro da cidade. Esse dado, por sua vez, sinaliza que o “problema” era mais de cunho político e estético do que propriamente sanitário. Essa reflexão ajuda-nos a pensar o quão importante é compreender o “modo civilizado de comportamento”, mencionado por Norbert Elias, para que se possa entender melhor determinados aspectos da “luta de classes” numa sociedade que se diz “civilizada”. Portanto, neste caso, as análises propostas por Marx e Engels e por Elias sobre a sociedade ocidental não se distanciam. Ao contrário, umas ajudam a explicar as outras. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

<sup>406</sup> Pernilongo é mato em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 06 set. 1967.

No entender do CE, muito foi feito, “não resta dúvida, mas a cidade, fora do asfalto é suja, tomada pelo matagal”. A própria Prefeitura não cuidava dos lotes sob sua responsabilidade, deixando ruas e inclusive avenidas cheias de mato. Fora da área do centro da cidade, afirmou o CE, não havia atuação do poder público municipal. O que se podia ver nos bairros mais afastados do centro era a ostentação, mas não do cuidado para com a cidade, mas sim do abandono a que esta tinha sido relegada.

Essa realidade causava “péssima impressão” aos sujeitos vindos de outras plagas. Em especial, o impresso demonstrou-se particularmente preocupado com a imagem que visitantes e autoridades federais, vindos para a Exposição Agro-Pecuária, fariam da cidade. Agosto de 1969 era a previsão para ocorrer este evento, no entanto, ainda em abril desse ano o jornal tratou de alertar as autoridades sobre a vexatória situação estética da urbe.

Quando chegasse o mês de agosto, estariam em Campo Grande para este evento não somente os ministros e as altas personalidades da nação, mas inclusive o próprio Presidente da República. O problema disso era que todos encontrariam, “certamente, [...] a cidade suja.”

Os apelos para limpar a cidade, por sua vez, não eram recentes. Havia muito tempo, informou o CE, que tanto a imprensa local como a sociedade em geral faziam indagações e dirigiam críticas à municipalidade por causa do descaso destes para com o setor da limpeza pública. Observando que a situação perdurava, um leitor resolveu então solicitar do próprio periódico CE uma intermediação e um possível esclarecimento sobre o problema.

A resposta, embora não sanasse aos anseios do leitor, mostra parte da intrincada rede de ação deste meio de comunicação com a sociedade local, em particular a comunidade política instituída naquele momento. “Nós”, do jornal Correio do Estado, “não sabemos responder, pois não compreendemos como pode a principal cidade de Mato Grosso permanecer assim, dando desconforto à população e proporcionando péssima impressão aos visitantes.”

Servindo-se do seu poder de influência, o impresso pediu para que os “ilustres e esforçados secretários” municipais, Sr. Antônio Marques Rodrigues e Dra. Doracy Cunha Ramos, “que sempre demonstraram ser amigos da cidade”, externem mais uma vez o apreço que possuem pela urbe, levando diretamente ao Sr. Prefeito as reclamações e as queixas da população, dizendo-lhe que elas

[...] procedem e que alguma coisa precisa ser feita para que a cidade seja mais limpa, para que as ruas tenham menos buracos e sejam mais transitáveis.

Além de confirmarem o grande bem que querem à cidade, estarão prestando grande serviço à coletividade, pois a cidade não pode parar.<sup>407</sup>

---

<sup>407</sup> Grande serviço à coletividade. CE, Campo Grande, p. 2, 25 abr. 1969.

Essa urbe que não podia parar, tinha o seu desenvolvimento, na verdade, o seu progresso, travancado constantemente por vários fatores, como o próprio relato evidenciou. O que a matéria não externa é que nesta época a cidade começou a se expandir, aumentando de tamanho significativamente. A infra-estrutura, no entanto, não aumentou no mesmo patamar e milhares de pessoas ficaram sem ter acesso às mais básicas benfeitorias públicas.

É também neste período que houve uma intensificação dos núcleos urbanos pauperizados, as favelas, em todas as regiões da cidade de Campo Grande.<sup>408</sup> Portanto, o modo de externar o problema está aqui invertido.<sup>409</sup> Na verdade, não era o matagal que tomava conta da urbe, mas sim a cidade que avançou para limites de matagal, processo que se deve sobremaneira ao modelo de desenvolvimento econômico adotado no período.<sup>410</sup>

Embora a situação fosse mais crítica em bairros e vilas distantes da área central da cidade, a existência de matagal na cidade se tornou um problema mais efetivo na medida em que abarcou áreas, lotes, canteiros de vias públicas, calçadas e ambientes do centro da urbe, geralmente locais de maior fluxo de pessoas, portanto, visualmente mais evidentes.

O centro da cidade funcionava como uma vitrine, expondo e dando a ver, sobretudo aos visitantes, o que a cidade era de fato. Como podia então ser um espaço feio, mal cuidado, tomado por mato e insetos? É por esse motivo que a maioria das matérias publicadas pelo CE sobre o “problema do matagal” priorizou a limpeza do espaço central da cidade ou das vias de acesso pelas quais passavam “número excessivo de carros de outras plagas”, e não tanto de outras regiões da urbe, espaço pouco visto por estes visitantes e autoridades.<sup>411</sup>

---

<sup>408</sup> XAVIER, Maria Madalena. *O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhandá de Campo Grande*. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981 e BITTAR, Mariluce. *Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania*. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.

<sup>409</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>410</sup> Neste caso, convém mencionar que a cidade de Campo Grande possuía significativos “vazios territoriais” devido a existência de uma política de ocupação do solo que priorizou a não fragmentação destas áreas. Esse fato impossibilitou a fixação de pessoas em terrenos próximos ao centro da urbe, numa clara demonstração de que havia famílias e grupos da elite local que mantinham o poder sobre certos espaços. O caso de extensos lotes urbanos é um deles, como bem demonstrou EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.

<sup>411</sup> Rua 26 de Agosto tomada pelo matagal. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970. A presença de pessoas de outras plagas na cidade foi intensificada particularmente devido a pavimentação parcial ou integral de algumas rodovias no final da década de 1960 e no início dos anos 70, sobretudo a BR-163, que ligou o então sul de Mato Grosso ao Estado de São Paulo.



A matéria colocou em evidência o argumento de que a Rua 26 de Agosto era “uma das mais antigas de Campo Grande”, sendo, além disso, “artéria de grande importância na vida cidadina” pelo fato de abrigar diversos edifícios públicos e privados, tais como um Fórum e restaurantes que recebiam “a toda hora gente de todo lugar, etc.”<sup>413</sup> Por este motivo, segundo o CE, estava “na hora, portanto, das autoridades municipais tomarem providências, contra a já quase “jângal” ali existente.”<sup>414</sup>

A Avenida Afonso Pena, que foi externada inúmeras vezes pelo impresso como “a mais bela de todo o Estado”, tinha sido “tomada por uma verdadeira “selva”, logo acima do Obelisco”. Essa “selva” representava literalmente o mato que havia no local. Ao lado da Avenida, onde tinha sido realizada a Feira Internacional e onde posteriormente seria construído o Paço Municipal, também havia mato. Por causa dessa situação, a população passou a proferir o seguinte ditado sobre a cidade: aqui há “o campo grande e o mato, também.”<sup>415</sup>

Essa referência jocosa e ao mesmo tempo irônica da sociedade ao mencionar que o mato tomava conta de Campo Grande, não se limita e nem se restringe a esses fatores, pois o matagal que tanto denegria a imagem da urbe não servia de abrigo somente para os insetos. Portanto, o problema era mais amplo. O jângal também era reduto para casais de namorados, local para guardar produtos furtados e roubados, e ainda esconderijo de marginais e de tarados.

Em matéria de fevereiro de 1971, o CE mostrou para os seus leitores uma Campo Grande mais rural do que urbana. Publicou-se imagem do matagal existente em alguns terrenos próximos da Estação Rodoviária.

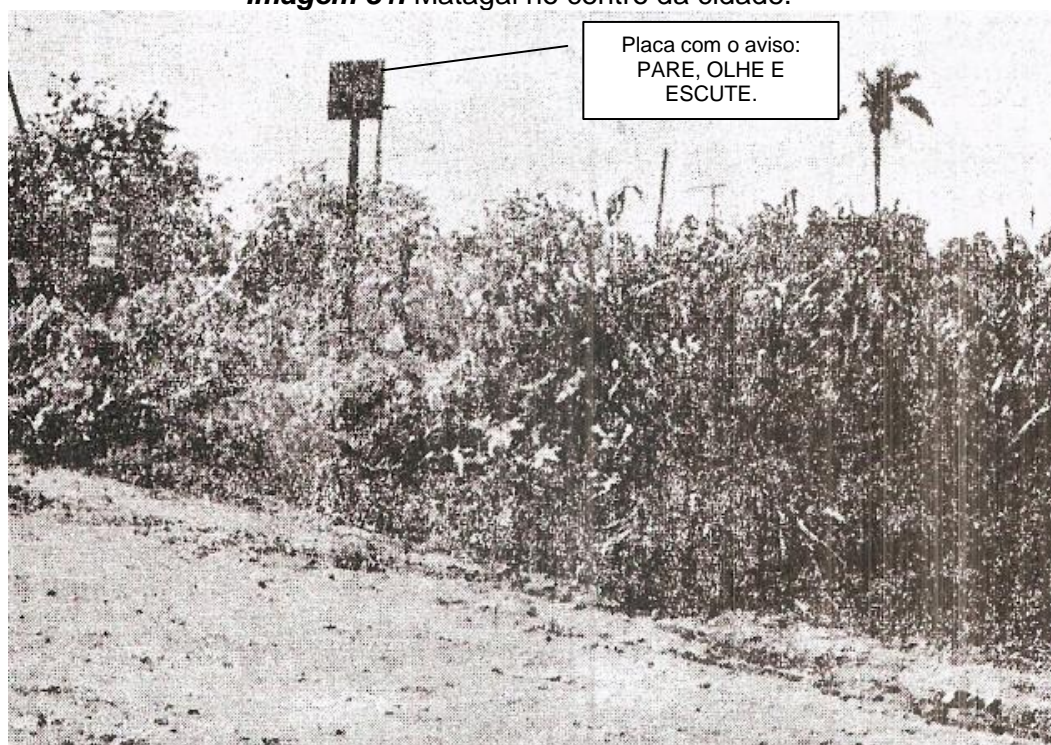
---

<sup>413</sup> O etc., nesse caso, equivale às casas comerciais, bares, hotéis, lojas de varejo, pequenas mercearias, postos de combustível, açougues, dentre outros estabelecimentos que ficavam na própria Rua 26 de Agosto e nas imediações desta.

<sup>414</sup> Rua 26 de Agosto tomada pelo matagal. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970. Jângal refere-se às regiões mais densas, mais ou menos impenetráveis dentro de uma floresta úmida com abundância de vida animal e vegetal. A palavra jângal se origina do sânscrito jangala, a qual se referia a terra incultivada, matagal selvagem e denso. No caso da matéria publicada pelo CE, jângal referia-se a um território que era sinônimo de lugar inconveniente e também um espaço literalmente tomado pelo mato.

<sup>415</sup> Matagal toma conta da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 6, 23 jan. 1971.

**Imagem 31.** Matagal no centro da cidade.<sup>416</sup>



A imagem, composta essencialmente por uma via de chão batido e por matagal, tendo alguns postes de energia elétrica e também uma placa da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) alterando os passantes e condutores que ali havia passagem de trem, indica, sobretudo para os leitores, a cidade indesejável.

O mato, em resumo a natureza, passou a ser vista e apresentada como incompatível com o espaço urbano-cidadino. Neste processo, o CE procurou enfatizar que não apenas o poder público municipal era responsável pela cidade ordeira, mas sim todos os sujeitos: os donos ou proprietários dos terrenos é que deviam cuidar dos seus bens. Nesse caso, em específico, quem não cuidava da limpeza do terreno era um órgão público federal, a RFFSA, que estava em desacordo com a manutenção desta política.

Já o texto veiculado na matéria, externou graficamente outros contornos desta mesma política:

A Noroeste precisa cuidar da faixa de terra por onde passam os seus trilhos, dentro da cidade. O matagal é tão grande que está sendo denominado “conjunto residencial de cobras; largetos; baratas, etc”. Dentro de alguns dias, até o aviso APITE não mais será visto pelos maquinistas. Há um outro aviso que diz PARE, OLHE E ESCUTE. O transeunte pára, olha e só vê mato. Está certo isso?<sup>417</sup>

<sup>416</sup> A Noroeste precisa cuidar... CE, Campo Grande, p. 4, 25 jan. 1971.

<sup>417</sup> Ibidem.

A natureza apareceu aqui como uma inimiga da cidade. Os animais foram representados como “habitantes” impróprios da urbe. O mato sinalizou a não-cidade e a não-atuação do homem sobre a natureza. O conjunto dos elementos mostrados indicou o quanto ainda era preciso fazer para que Campo Grande se tornasse, de fato, uma cidade civilizada.

No dia 22 de janeiro de 1971, as autoridades municipais encarregadas da conservação foram alertadas pelo periódico de que havia um terreno próximo da RFFSA totalmente tomado pelo mato. O CE, por sua vez, solicitou que o mato fosse cortado e a área limpa a fim de evitar futuros problemas. No dia seguinte, no entanto, ocorreu um “fato lamentável” com uma mulher. Quando passava pelo local, uma senhora teve os movimentos tolhidos e foi “jogada no meio” deste “matagal existente em pleno centro da cidade.”<sup>418</sup>

Situação semelhante a esta foi verificada nas redondezas do Colégio Bernardo Franco Baís, no qual também predominavam “mato e sujeita”. Por volta das 22 horas duma noite de fevereiro de 1972, após o término das atividades, “2 elementos mal encarados passaram a dirigir gracejos às alunas do citado estabelecimento escolar.”

As “mocinhas”, conforme o termo utilizado pelo CE, foram perseguidas pelos homens quando se dirigiam para as suas residências. Quando estes tentaram agarrá-las, as moças correram e passaram a gritar. A vizinhança ficou em polvorosa. Um dos moradores partiu em socorro das moças, mas os “dois malandros embrenharam-se mata adentro, o que impossibilitou os moradores da Vila a agarrarem os dois pilantras.”

Posterior ao ocorrido, os estudantes da instituição de ensino fizeram um apelo para o CE e à Radio Cultura.<sup>419</sup> Solicitaram que o poder público municipal fosse alertado, em especial o setor de Obras, “para que pelo menos se fizesse uma limpeza no local, pois nem luz existe nas ruas transversais a Av. Calógeras, na altura do Colégio Bernardo Franco Baís.”<sup>420</sup>

---

<sup>418</sup> Matagal toma conta da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 6, 23 jan. 1971.

<sup>419</sup> O CE e a Rádio Cultura, que era um veículo de comunicação sonora, trabalharam durante vários anos em parceria. Havia um veículo Kombi que percorria a cidade em busca de assuntos que podiam ser transformados em notícia. Parte das informações era veiculada por meio da rádio e outra parte, ou uma informação mais detalhada e com imagens dos “fatos”, encontrava nas páginas impressas do periódico a sua divulgação para o restante da cidade e municipalidades vizinhas.

<sup>420</sup> Matagal nas ruas oculta tarados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972.

Na mesma edição em que foi veiculada essa matéria, o CE publicou uma nota reforçando o que os alunos afirmaram, porém de modo mais enfático. Tratou de mencionar que o colégio era de responsabilidade do Município e deixou uma pergunta aos leitores: “Será preciso dizer mais alguma **coisa...**” Depois, cobrou uma “ação imediata” da Secretaria de Obras de Campo Grande, pois o estado de “tapera do local” não podia continuar a fazer parte do cenário urbano da cidade. Esse texto ressaltou que nos bairros a “coisa” era pior do que no centro da urbe.<sup>421</sup>

---

<sup>421</sup> Matagal cerca o Grupo Escolar “Bernardo Franco Baís”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972. Afirmações como: “Será preciso dizer mais alguma **coisa...**” e “O pessoal do MDB é que está satisfeito.”, ambas integrantes da mesma matéria, levam o pesquisador e o leitor a indagar: quais seriam as relações do CE, e as abrangências destas com os partidos políticos e os políticos que atuavam em Campo Grande? Estas construções lingüísticas insinuam ao leitor que existe algo além do que o texto enuncia, mas não dizem minimamente o que constitui esse algo. Para responder essa problemática com mais propriedade se faz necessário, seguramente, realizar outra pesquisa. Por ora, inquirir outras documentações, mesmo que sejam do mesmo rol daquela que originou a indagação, se mostrou um caminho possível. Fiz isso analisando matérias do próprio jornal e pude concluir que o CE mantinha relações político-partidárias muito fortes com os grupos que ele apoiava, mas não era ortodoxo nestas alianças. Houve momentos em que o periódico se colocou abertamente favorável aos feitos da ARENA. Noutras situações, posicionou-se ao lado do MDB. Em 1966, o CE noticiou que havia policiais militares da Delegacia Regional de Polícia que empregavam “o regime de violência, de chibata, de chicote” contra “os pobres acusados deste ou daquele crime.” Por causa dessa matéria, o periódico recebeu um ofício do delegado regional Clodoaldo H. Sobrinho afirmando que o impresso tinha que, antes de publicar qualquer noticiário policial, “ter o seu visto.” A resposta do CE frente à ação do delegado, descrita como uma forma de “amordaçar a imprensa”, foi bem direta: “Apesar dessa determinação, continuaremos a nossa missão, inclusive dando noticiário policial sem o tal visto, e fazendo revelações estarrecedoras.” O delegado foi descrito como um sujeito que tinha apelado “para a “ignorância” e passado a usar “o caminho da intimidação”, haja visto o seu comportamento. O diretor do CE teve inclusive que comparecer na Delegacia às 9:00 horas da manhã do dia 29 de julho de 1966 para prestar esclarecimento à autoridade, contudo, noticiou o CE na edição vespertina do mesmo dia 29, que o “Sr. Regional [...] nos deu o “cano”, não apareceu. Talvez dormisse o sono dos “inocentes”, enquanto que nós abandonamos o nosso serviço para ficarmos à disposição da polícia, a fim de dar as declarações que por ventura ela quisesse. A falta de responsabilidade, por parte da autoridade policial, não comparecendo ao local e à hora que designou, atesta bem aquilo que vimos afirmando diariamente, quase, com referência à polícia que ai está. Os nossos leitores que são milhares, de hoje em diante devem ficar cientes de que CORREIO DO ESTADO não faltou, não se acovardou, não fugiu, pois não tememos de forma nenhuma qualquer ameaça ou tentativa de amordaçamento. Continuaremos. Todavia, de público, aqui fica o nosso repúdio contra esse regime de pressão militar que estamos sofrendo, só por que dizemos verdades que ferem fundo às autoridades policiais. Se é guerra que querem, nós estamos aqui e não costumamos faltar nas horas marcadas. São 10 horas da manhã, no momento que redigimos esta matéria e o Sr. Regional ainda não compareceu ao local do encontro...” Delegado Regional quer silenciar CORREIO DO ESTADO. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 jul. 1966. Essa conduta por parte do delegado Clodoaldo não foi esquecida pelo CE. Diante dessa retaliação, o periódico atuou e o delegado, que ousou puni-lo com base nos decretos-lei em vigor naquela época, foi retirado do posto e o fato foi noticiado. “No decorrer de quase todo o ano tivemos, muitas vezes palavras de censura para a péssima atuação da polícia campo-grandense. Tivemos mesmo que tomar posição contra iniciativas que julgávamos prejudiciais ao bom andamento dos serviços policiais da cidade. Felizmente atingimos o nosso fim que era o mais elevado possível, e hoje somos levados a dar parabéns a Polícia pela sua atuação que temos acompanhado de perto pelos nossos repórteres. Quando sugerimos o nome do Major Ambrósio Romeiro Pare para a Delegacia Especial de Polícia, sugestão que foi aproveitada, tínhamos certeza de que a máquina policial tomaria outros rumos. Hoje vendo a Polícia, prendendo essa corja de malandros, ladrões, etc., que infestava a cidade, sentimo-nos à vontade para dar os nossos parabéns à Polícia pela sua atuação, fazendo votos para que assim continue. O povo campo-grandense pode, agora, confiar nas suas autoridades policiais. Esperamos que essa confiança perdure por muito tempo.” A polícia de parabéns. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 dez. 1966.

Contudo, a problemática do matagal nos bairros mais afastados não constituiu uma preocupação latente nas páginas do periódico. Já em se tratando da área central da cidade a situação era muito diversa. Essa região foi constantemente vigiada pelo olhar de vários meios de comunicação da urbe e abrigava, inclusive, casas residenciais, escritórios e estabelecimentos comerciais dos próprios veículos de informação. Este era o caso da empresa Correio do Estado, que possuía uma livraria na Rua 14 de Julho e de boa parte dos anunciantes que se valiam deste impresso para divulgar os seus produtos e serviços.

Por estes motivos, o cotidiano do centro da cidade se tornou notícia naquele momento, passando a ser um “fato” para aquele presente e, sobretudo, para os sujeitos que o edificaram como tal.<sup>422</sup> Nesta perspectiva, a documentação jornalística analisada sinaliza com muita pontualidade alguns elementos existentes na cidade que desagradavam parte da elite local. Neste rol não consta apenas o matagal, mas também obras que estavam em desacordo com a “cidade civilizada”. O aspecto visual de um tapume “sujo e bastante incômodo” na Rua 14 de Julho, principal artéria comercial da cidade nos anos 1960-70, era um destes inconvenientes que desafiava a fiscalização municipal e os administradores, conforme assegurou uma matéria veiculada pelo CE no mês de maio de 1973.

Além de dificultar a passagem de transeuntes, que tinham que passar “espremidos”, próximos de uma sarjeta, o tapume atravancava o comércio, enfeava a imagem da urbe e deslustrava o trabalho civilizatório das pessoas da terra, escondendo, além disso, um “monte de entulhos” que estavam “cobertos por um matagal incrível – o paraíso das cobras “pop” –, bem no centro da cidade.”

---

<sup>422</sup> O historiador deve, sempre, indagar, cotejar, analisar a contrapelo a documentação periódica, pois ela não é apenas uma fonte de informação sobre o passado: “Imprensa e agências criaram um campo de comunicação que deu visibilidade a determinadas experiências, memórias e histórias, transformando certos assuntos e personagens em notoriedade e definindo o enfoque e a duração das notícias – pela repetição, insistências, intensidade da narrativa, destaque, composição, etc. Estes são aspectos importantes a considerar quando lançamos mão de jornais e revistas apenas como fontes de informações sobre o passado e nos esquecemos de investigar os significados dos silêncios e omissões ou de sua loquacidade sobre algumas temáticas. Ou seja, é preciso indagar sobre o modo como os jornais constituem formas de olhar e narrar o acontecimento e de fixar uma versão entre outras possíveis.” MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 26. Justamente por isso, tais fontes dizem mais sobre quem as escreveu do que propriamente sobre quem foi representado nelas. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há neutralidade alguma nestas fontes: “A neutralidade de palavras, imagens, associações e a cronologia construída não são aleatórias, e os modos de narrar e informar produzem relatos posicionados sobre os acontecimentos que criam novas realidades sociais. Nesse sentido, permitem-nos pensar sobre o papel dos jornais diários como forças ativas e em disputa na elaboração de construções históricas e na formação da opinião pública naquele presente, no momento em que os acontecimentos se desenrolavam.” MACIEL, op. cit., 2004, p. 38.

Assim como inúmeros outros problemas da cidade, esse chegou até o conhecimento do periódico via reclamações feitas por uma parte dos comerciantes da região central da urbe. Essas pessoas viam no CE um canal de apoio para pressionar o poder público a tomar “providências” em relação àquela situação.<sup>423</sup> A existência do problema foi creditada ao desleixo de parte dos próprios comerciantes e do poder público municipal, pois o primeiro grupo devia manter limpos os seus espaços e o segundo, se o primeiro não cumprisse com as suas obrigações, devia multá-lo. “O apelo é direto à administração pública e parte dos comerciantes: vamos limpar aquela **bagunça...**”<sup>424</sup>

A Rua Coriolano Baís, paralela à Rua dos Barbosas, também no centro de Campo Grande, estava tomada por mato no início de 1974. “De rua, só tem o traçado, pois o que não está tomado pelo matagal [...] está se transformando em lamaçal, não se falando nos inúmeros buracos e valetas.” No local havia um depósito municipal de lixo que servia de “viveiro de baratas, cobras e outras peçonhas”. O problema não era somente da alçada administrativa, mas inclusive de saúde pública. Nesse momento cobrou-se, novamente, “providências” do poder público municipal:

Será que o executivo municipal não vê **isso...**  
Será que os proprietários não pagam impostos e **taxas...**  
Será que os moradores dessa rua não merecem melhor tratamento por parte do poder **público...**  
Administrar é também conservar e zelar pelo que já existe.<sup>425</sup>

Esse fragmento de uma matéria ilustra bem como certas realidades podem, por meio das notícias, passar a ter, ou não, determinado enfoque e abrangência, intimidando e forçando a realização de objetivos inicialmente não realizados quando se utilizavam apenas argumentos e críticas de cunho político, moral ou estético.<sup>426</sup> Nessa matéria houve a inserção de outro argumento, algo até então não mencionado com esta ênfase: o de que a sujeira comprometia a “saúde pública”.

---

<sup>423</sup> Observando os endereços dos anunciantes que propagandeavam os seus estabelecimentos por meio das páginas do impresso CE e cotejando estes dados com as vias públicas mencionadas nas matérias de “cunho geral” do periódico, vê-se que há uma correspondência direta entre estes dois campos. O jornal atuou em benefício dos comerciantes, procurando resolver os problemas que estes sujeitos tinham, tal como se observa no caso das áreas abandonadas que ficavam nas proximidades dos estabelecimentos ou em relação a presença de pessoas comuns no entorno das áreas e vias de comércio do centro da cidade.

<sup>424</sup> O tapume da sujeita persiste. CE, Campo Grande, p. 1, 19/20 maio. 1973.

<sup>425</sup> Isto é uma rua central! CE, Campo Grande, p. 9, 24 jan. 1974.

<sup>426</sup> O fato de a imprensa noticiar algo não significa que, de fato, tal coisa tenha sido daquele jeito. A “constatação do crescimento dos espaços dedicados aos crimes, amores, diversões e outros assuntos ‘populares’ no noticiário dos jornais, por exemplo, não representa necessariamente o aumento da criminalidade, da paixão ou do lazer popular na cidade, mas alterações na própria imprensa em direção à sua massificação e, ao mesmo tempo, à construção de um lugar de visibilidade e presença social do popular.” MACIEL, op. cit., 2004, p. 26-27. Sendo assim, deve-se pensar o jornal “como força social que atua no presente, seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público, disputando com outras formas sociais a direção a ser dada aos acontecimentos enquanto eles se desenrolam. Definindo e dando visibilidade a interpretações, argumentos, comportamentos, sujeitos e experiências consideradas válidas, normais, memoráveis e silenciando sobre outras que não ganham a chancela do jornal e, portanto, não chegam até a opinião pública/leitores.” MACIEL, op. cit., 2004, p. 40.

Em parte por causa das constantes matérias publicas em periódicos, o poder público começou a fazer o trabalho de limpeza dos lotes. A Prefeitura Municipal contratou empresas particulares para roçar os terrenos baldios cujos proprietários não cuidavam dos lotes de acordo com o que a legislação ordenava. Esse trabalho de roçada, “aliás, muito mal feita”, conforme afirmou a matéria, não resolveu a contento o problema, pois a cidade continuou permeada por áreas com mato e sujeira.<sup>427</sup>

Os roçadores cortavam o mato e retiravam o lixo das propriedades, caso houvesse. Depois a Prefeitura enviava a cobrança do serviço para os proprietários que também estavam sujeitos então a multa, caso houvesse reincidência. Essa prática, no entanto, estava em desacordo com a legislação existente, pois os fiscais deviam verificar a situação dos terrenos e tendo mato nos lotes os proprietários deviam ser intimados, tendo, a partir de então, um prazo de 20 dias para limpar os seus lotes.<sup>428</sup>

Caso não fosse realizada a limpeza neste prazo, só então a Prefeitura podia incumbir-se de executar a limpeza das propriedades e cobrar as despesas do proprietário, acrescentando ao valor total desta despesa uma quantidade de 20% a mais pelo trabalho de administração, além de multa. Diante dessa realidade, a matéria do CE argumentou que a legislação estruturava-se em três etapas: 1ª) fiscalização; 2ª) intimação e 3ª) execução do serviço. Logo, a legislação não era observada com rigor, já que a cobrança chegava

[...] ao proprietário com acréscimos e multa, sem nenhuma contemplação.

Se existe Lei, que regulamenta o assunto, a Prefeitura deve ser a primeira a cumpri-la.

Portanto, se a cobrança não respeita o que é preceituado, o pagamento também não é obrigatório.

O governo municipal, salvo engano, possui advogados para assessorá-lo e, sendo assim, compete a estes evitar que o executivo despreze a legislação em vigor.

Como podemos estar enganados, deixamos o assunto para estudo dos intérpretes da Lei.<sup>429</sup>

---

<sup>427</sup> Exigências legais para a limpeza de terrenos baldios. CE, Campo Grande, p. 2, 06/07 abr. 1974.

<sup>428</sup> Conforme consta no artigo 27 do Código de Polícia Administrativa, os proprietários ou inquilinos eram “obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.” Não era “permitida a existência de terrenos cobertos de mato ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.” Caso os fiscais da Prefeitura constatassem “a existência de terrenos cobertos de matos,” era feita “a intimação dos proprietários dos respectivos terrenos, marcando-se o prazo de 20 dias para a sua limpeza.” Quando, no prazo fixado não fosse “executada a limpeza”, então a Prefeitura incumbia-se “de executá-la cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescido de 20% pelo trabalho de administração, além da multa.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967.* Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

<sup>429</sup> Exigências legais para a limpeza de terrenos baldios. CE, Campo Grande, p. 2, 06/07 abr. 1974.

A denúncia dessa realidade mostra que a atuação do periódico *Correio do Estado* na cidade de Campo Grande não se limitava a orientar os caminhos que a urbe devia seguir rumo a tão almejada sociedade civilizada. Esse fato, embora menos comum, demonstra que a própria forma de se aplicar a lei foi questionada, já que o poder público descumpria a legislação e nesse processo prejudicou a população local, cobrando indevidamente valores dos proprietários de lotes urbanos que não mantinham os terrenos limpos de vegetação como colônia e jaraguá, abundantes na região, ainda mais nos períodos chuvosos.

Em 1977, as investidas do CE para manter a área urbana de Campo Grande livre de matagais intensificaram-se a tal ponto que o periódico passou, ele mesmo, a publicar mensagens direcionadas à própria população da urbe. Numa delas, argumentou-se que com a construção de muros e calçadas nos lotes, o proprietário evitaria que a existência de lama, buracos, poeira e ainda valorizaria a propriedade. Em contrapartida, a cidade, o bairro, a rua e a casa ficariam mais confortáveis, mais higiênicos e mais belos. “É benefício para você, para sua família e para seus filhos.”

Essa mensagem, ao mesmo tempo em que visou educar a sociedade, também continha um aviso de que caso as orientações não fossem seguidas, haveria punição. O texto recomendou que os moradores deviam ajudar a Prefeitura Municipal de Campo Grande no trabalho de modernizar a urbanização. Devia-se construir muros e calças e consertar aquelas danificadas. O mato também precisava ser cortado e os lotes tinham que estar efetivamente limpos. A população não devia aguardar “o aviso da Prefeitura”, uma vez que após a notificação ter-se-ia “apenas 30 dias para regularizar a fachada” do lote.<sup>430</sup>

Chamadas como essa eram comuns nas páginas do periódico CE, sendo algumas delas patrocinadas pelo próprio poder municipal, pois o impresso atuou em determinados períodos como órgão oficial para veicular informações de várias instituições públicas, notadamente da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.<sup>431</sup> Há relatos de populares que afixaram inclusive placas nos lotes tomados pelo matagal. As afirmações eram provocativas e continham as seguintes expressões: “É proibido caçar” e “Fazenda municipal”, além de outras com dizeres semelhantes, mas sempre dando a entender que a cidade era um local imerso no mato. Portanto, um espaço da natureza e não da civilização.<sup>432</sup>

---

<sup>430</sup> Cuide bem da aparência do seu lote. *CE*, Campo Grande, p. 3, 23 jun. 1977.

<sup>431</sup> Tendo como base o cotejamento da documentação, pode-se afirmar que as críticas ao ambiente urbano-cidadino, incluindo-se a ação de autoridades públicas, privadas e da população em geral, sempre ocorreram, mesmo quando o periódico CE era um dos veículos oficiais, publicando leis, decretos e atos dos mesmos poderes públicos que ele criticava. Nesse sentido, a cidade de Campo Grande era o foco principal das ações deste impresso, sendo muito mais valorizada do que outras questões.

<sup>432</sup> Matagal começa a tomar conta em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 7, 25 jan. 1978.

Por vezes, a população mobilizou-se e iniciou a limpeza de algumas áreas “da futura Capital”, ação prontamente elogiada pelo Correio do Estado que considerou que a tarefa de cuidar da limpeza da cidade não se restringia ao poder público, portanto, esse trabalho urbanístico de asseio da urbe não devia recair “apenas nos ombros da Municipalidade.”<sup>433</sup>

Nesse sentido, uma ação digna de nota foi realizada por “alguns moradores da Avenida Mato Grosso que, de livre e espontânea vontade, iniciaram a limpeza de seus terrenos, num exemplo” que devia “ser seguido, pois, afinal, a responsabilidade na preparação da futura Capital é de todos e não só das autoridades.”<sup>434</sup>

O poder público municipal também apoiou a iniciativa dos moradores e apelou

[...] para que outros os acompanhassem.

Simultaneamente, a Secretaria iniciou uma limpeza geral na Avenida Mato Grosso, incluindo as calçadas – ou onde deveriam existir calçadas – e os canteiros centrais, num trabalho de limpeza que também merece incentivos, principalmente tendo em vista que se prolongará para outras vias públicas. Que os proprietários providenciem a limpeza de seus terrenos, a construção de muros e calçadas, evitando a proliferação de capim colônio, que serve não só como abrigo de animais como de bandidos, em muitas ocasiões. Vale, nessa ocasião, lembrar que “povo limpo é povo desenvolvido”.<sup>435</sup>

Embora o problema do mato, dos insetos e do lixo em lotes urbanos fosse um assunto de grande importância, a cidade não “padeceu” apenas deste mal. Havia muitos outros, igualmente dignos de nota. A presença de sujeira e de lixo produzidos pela própria sociedade nas principais vias públicas do centro da cidade também incomodou parte da elite civilizada de campo-grandense.<sup>436</sup>

Algumas matérias chegaram a ensinar detalhadamente como a população devia proceder diante deste fato que enfeiava a cidade que “mais” crescia “no Oeste Brasileiro”. Certa vez o CE lembrou aos leitores que bastava “um ligeiro descuido para que o cidadão ou a dona de casa” estivessem a “comportar-se negativamente” no campo da limpeza cidadina, colocando em risco a imagem da urbe, sobretudo perante os visitantes. Vejamos então a orientação transmitida à sociedade para que isso não ocorresse:

[...] no centro comercial ninguém usa depósito de lixo feito especialmente, mas apenas caixão e caixotes grosseiros.

Esses depósitos são postos na calçada para que os lixeiros os descarreguem nos caminhões.

Esvaziados, ficam no passeio, – pelo menos a maioria –, do cair da tarde de um dia até a manhã do dia seguinte. Tal praxe, fácil de ser eliminada, representa contribuição negativa para o bom nome da cidade.

---

<sup>433</sup> Lixo e recipiente. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

<sup>434</sup> Limpeza nos matagais, um exemplo a ser seguido. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 maio. 1977.

<sup>435</sup> *Ibidem*.

<sup>436</sup> É interessante destacar que no rol das matérias publicadas pelo *CE* e analisadas neste trabalho não há qualquer menção a palavra elite.

O centro urbano, principalmente, terá melhor aspecto, se as senhoras donas de casas ou os senhores comerciantes retirarem do passeio, imediatamente após a passagem dos veículos coletores, latas, caixões e caixotes que lhe servem de depósito de lixo.

É um trabalhinho tão rotineiro quanto aquele de pôr fora de casa o vasilhame cheio de lixo. A diferença está em que, na segunda operação, não é preciso fazer força, pois o depósito vazio não pesa tanto quanto um depósito cheio.<sup>437</sup>

Além desta, houve muitas outras matérias com teor semelhante. Todas reclamavam do péssimo asseio das ruas, da existência de poeira, calçadas mal cuidadas e mal varridas pelos moradores, comerciantes e varredores. Houve momentos em que os coletores de lixo foram acusados de não terem

[...] cuidado com os recipientes, amassando-os completamente, como aconteceu com um morador da Rua Dom Aquino.

Ele caprichou na feitura de um latão para juntar lixo, fez um recipiente caro e bonito, e o mesmo foi seriamente avariado pelos garis que o acharam muito pesado e por isso arrastaram de encontro às bordas do carro coletor.

A empresa certamente zela pelo seu próprio equipamento, devendo, pois, dar ao equipamento particular o mesmo zêlo, já que a boa ordem nas coisas só poderá surgir de colaboração mútua.<sup>438</sup>

Textos como esse, pelo que se pode analisar, propõem, acima de tudo, um ensinamento à sociedade que se constituía como urbana, algo até então não muito comum. Por isso da necessidade de alguém ou alguma instituição orientar as pessoas neste processo.<sup>439</sup> Outras matérias denunciaram a existência de esgoto a céu aberto que provinha de propriedades particulares e de estabelecimentos militares. Outras mostraram moradores despejando os detritos de fossas em plena via pública. Houve até registro de um “achado macabro”, pois certa vez foi encontrado no lixo hospitalar “um pé humano”.<sup>440</sup> Despejar o que não tinha mais utilidade no leito de córregos também se tornou uma prática corriqueira para os moradores da cidade de Campo Grande.

O córrego Maracaju, existente na região central da urbe, e naquela época apenas parcialmente canalizado, transformou-se num “depósito de lixo” que continha sujeira de todo o tipo, a saber: esgoto, carcaças de animais, colchão velho, “tábuas, toras de madeira, centenas de caixas vazias, tudo a impedir o normal escoamento da água do riacho.” Nesta mesma matéria o CE alertou os moradores da cidade, avisando-lhes de que “o canal não foi construído para servir de depósito de lixo.”<sup>441</sup> O local também era um “foco de mosquitos”, causando “sérios perigos para a saúde pública.”<sup>442</sup>

<sup>437</sup> Lixo e recipiente. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

<sup>438</sup> Recipientes de lixo. *CE*, Campo Grande, p. 2, 03/04 nov. 1973.

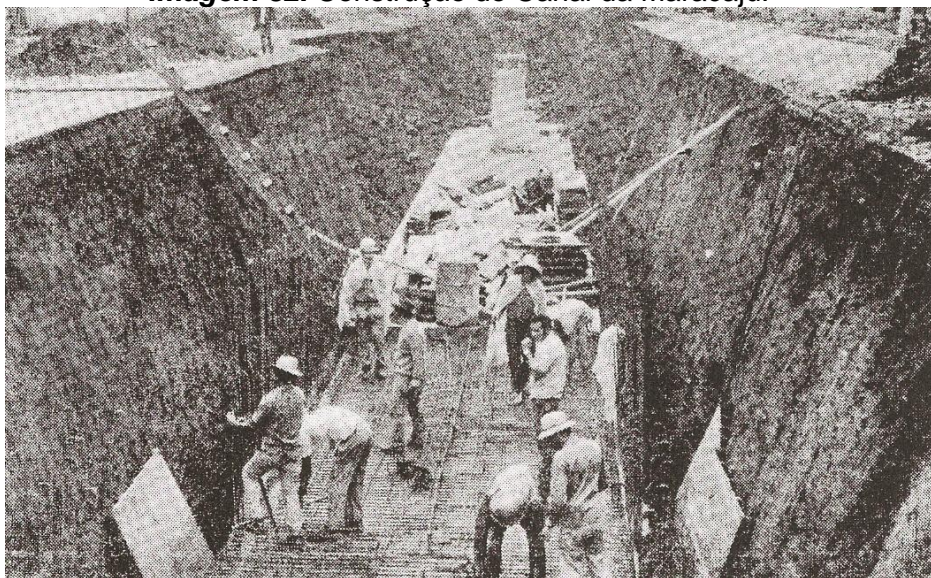
<sup>439</sup> Analisando determinadas leis municipais promulgadas pela Câmara Municipal de Vereadores e pelo próprio executivo comprova-se que a cidade era dotada de inúmeras legislações, muitas delas influenciadas por ações estaduais e federais, no entanto, a aplicabilidade não ocorria. Por várias vezes a execução das leis só foi empreendida pelo fato do CE ter pressionado os poderes públicos a atuarem nesta direção. Em específico no caso do lixo, conforme consta no artigo 51 da Lei n. 663, de 1959, era de obrigação do Serviço de Limpeza Pública coletar e remover o “lixo das habitações particulares e demais edificações do quadro urbano.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 663, de 30 de dezembro de 1959*. Estabelece a estrutura e define as atribuições dos órgãos administrativos da Prefeitura Municipal de Campo Grande e dá outras providências.

<sup>440</sup> Pé humano atirado no lixo. *CE*, Campo Grande, p. 10, 23/24 mar. 1974.

<sup>441</sup> Lixo no canal da Rua Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 1, 24 jun. 1966.

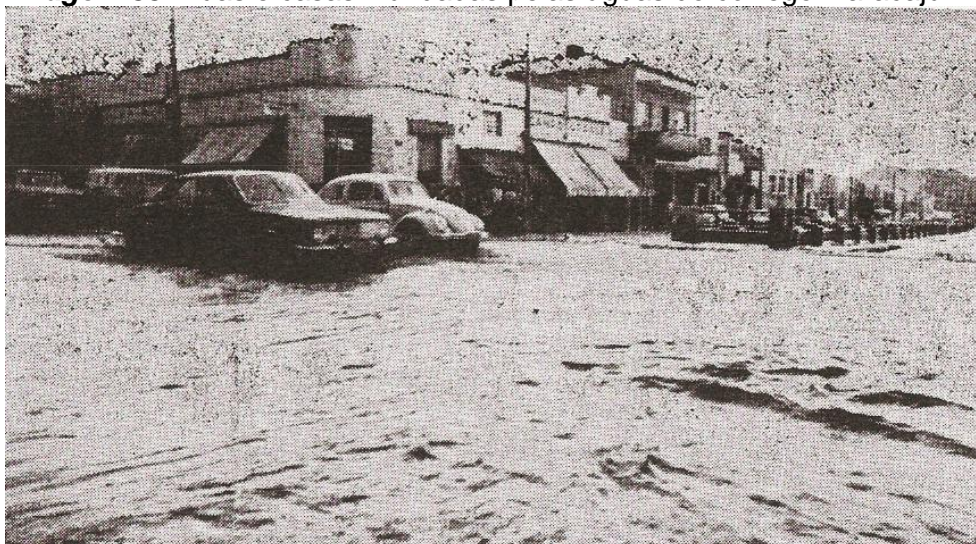
<sup>442</sup> Nova limpeza no canal da R. Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 5, 28 set. 1967.

**Imagem 32.** Construção do Canal da Maracaju.<sup>443</sup>



Além disso, as inundações provocadas pelas águas do córrego eram constantes nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro – época bastante chuvosa –, causando prejuízos consideráveis para os moradores e, mais ainda, às casas comerciais, tradicionalmente instaladas nesta área desde a década de 1910, momento da chegada da ferrovia na região. Dependendo da força e altura da água, alguns comerciantes perderam todo o estoque de alimentos e os moradores não puderam retornar às suas casas.<sup>444</sup>

**Imagem 33.** Ruas e casas inundadas pelas águas do córrego Maracaju.<sup>445</sup>



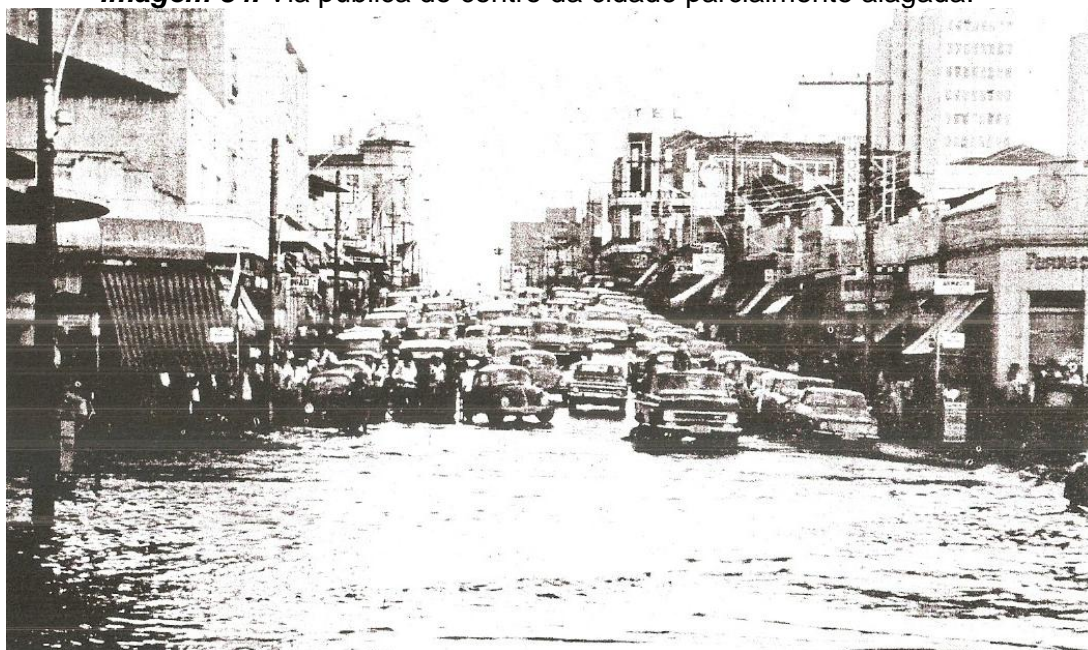
<sup>443</sup> As obras do... *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1972.

<sup>444</sup> Tempestade gerou calamidade no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 jan. 1969; Chuva apavorou o prefeito. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 jan. 1969; Enchente: problema n. 1. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1969; Rua Maracaju: enchentes em reprise. *CE*, Campo Grande, p. 8, 10 jan. 1970 e Temporal causa enchente e arrasa a Rua Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 fev. 1970.

<sup>445</sup> O "rio" Maracaju volta a correr. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1971.

Como se pode observar, o relato de todas essas situações sinaliza, por sua vez, não apenas a vontade política de um periódico em tentar reordenar os caminhos de uma urbe, colocando-a no rumo da civilização e primando para que todos mantivessem o “bom nome da cidade”, mas demonstra inclusive que nesta mesma cidade se faziam presentes sujeitos históricos portadores de costumes diversos daqueles dos sujeitos que se autodenominavam como civilizados, progressistas e modernizadores e que lutavam para efetivamente manter o “bom nome da cidade” aos olhos de todos os demais sujeitos.<sup>446</sup>

**Imagem 34.** Via pública do centro da cidade parcialmente alagada.<sup>447</sup>



Entretanto, a presença de pessoas residindo no espaço urbano-citadino de Campo Grande, mas que antes nunca tinham morado num ambiente como esse, constituiu-se num problema de primeira ordem nas décadas de 1960-70, em especial pelo fato desta população não saber como se portar num espaço “civilizado”. Costumes considerados normais para o ambiente rural, como jogar restos de alimentos no quintal da casa, preparar certos alimentos ou limpar fossas, passaram a ser igualmente realizados no espaço urbano.

É nesse instante que surgiram e/ou foram intensificados os conflitos entre costumes tradicionais e formas civilizadas de viver. Essas práticas incivilizadas desagradaram imensamente certas pessoas da elite local. A prática de costumes “incivilizados” no momento da coleta, feitura, asseio, estocagem, transporte ou venda de bebidas e alimentos, em particular dos produtos comercializados por trabalhadores ambulantes, também movimentou várias pessoas e instituições.

<sup>446</sup> Lixo e recipiente. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

<sup>447</sup> Com pouca chuva voltou a encher. *CE*, Campo Grande, p. 1, 16 abr. 1974.

### 3.2 Estabelecimentos imundos, mal cheirosos e sujos

Os termos imundos, mal cheirosos e sujos são alguns dos adjetivos de que se valeu o impresso Correio do Estado para retratar aos seus leitores, segundo a sua análise, qual era a real situação da maior parte dos estabelecimentos comerciais que havia no centro da cidade de Campo Grande, sobretudo dos que vendiam alimentos. A urbe, por meio da linguagem jornalística, foi mobilizada, alterada, instruída, direcionada para um certo rumo.<sup>448</sup>

Embora Campo Grande já fosse na década de 1960 a cidade mais populosa do Estado de Mato Grosso e também a que possuía a maior arrecadação, esses dados não são muito elucidativos, por eles mesmos, para pensar a modernidade deste espaço. Tomá-los como sinônimo de progresso é um reducionismo muito grande. Fazer isso é o mesmo que confundir o discurso que descreve uma cidade como sendo a própria história desta cidade.<sup>449</sup>

Por meio dos textos publicados no CE vê-se uma cidade limitada em sua modernidade, portadora e produtora de problemas diversos que causavam assombro aos cidadãos mais abastados e às “pessoas de bem” que nela estavam.<sup>450</sup> Nesse sentido, o CE funcionou ativamente como um espaço de letras que se prestou a tornar públicas as reclamações da elite local, em particular quando os seus territórios foram ocupados por outras culturas, nesse caso sempre pensadas como pouco civilizadas ou inadequadas para o espaço citadino.<sup>451</sup>

Portanto, esse espaço de letras foi igualmente um espaço no qual o social se constituiu, se formou, pois, jamais, o texto escrito se limita apenas e tão somente ao campo das palavras. Essa realidade pode ser visualizada nos constantes relatos feitos no periódico sobre a presença de sujeitos que insistiam em reterritorializar determinados espaços do centro urbano da cidade de Campo Grande, dando ao lugar uma utilidade não prevista na legislação.

---

<sup>448</sup> Os referidos termos constam nas seguintes matérias: Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966 e Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

<sup>449</sup> “A mentira não está no discurso, mas nas coisas.” Por isso, não “se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve.” CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 60 e 59.

<sup>450</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>451</sup> Essa questão é constante entre os estudiosos do objeto-sujeito cidade. Sandra Jatahy Pesavento constatou que a elite porto-alegrense também via com demérito o cotidiano dos pobres em geral. Nos estudos da autora, a problematização dos termos cidadania e cidadão foram de extrema utilidade para que se pudesse inquirir sobre as ações da burguesia no cotidiano da cidade e dos pobres que nela estavam. Para outros detalhes ver as seguintes obras: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *As emergências dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1989; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998 e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. 4. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

Essa reterritorialização, que também pode ser pensada neste caso como uma desordem do espaço urbano, era um tema recorrente nas abordagens e discussões empalmadas pelo CE, sempre no sentido de combatê-las. Os sujeitos para os quais devia-se voltar a atenção eram tanto os comerciantes legalmente estabelecidos na urbe como os trabalhadores ambulantes.

Sobre os primeiros recaíram acusações de que expunham na calçada da Rua 14 de Julho, que era a via mais movimentada da cidade, as mercadorias que deviam permanecer dentro dos estabelecimentos comerciais.<sup>452</sup>

As denúncias frente às ações dos comerciantes, no entanto, não se limitaram a isso. A maior parte das reclamações do CE contra os trabalhos dos comerciantes centrou-se num ponto em particular: a flagrante falta de higiene com que os alimentos e as bebidas eram tratados. Uma situação deste tipo, no entender do impresso, depunha contra a civilidade dos habitantes da urbe de Campo Grande, logo, não era aceitável.<sup>453</sup>

Um agravante significativo que impediu a adequada limpeza dos estabelecimentos era a constante falta de água nos encanamentos, e também de energia elétrica. Essa realidade produziu e/ou perpetuou a existência de uma cidade atrasada, pois inviabilizou a realização dos serviços básicos de asseio. Esse atraso devia ser superado, de acordo com o impresso CE, mediante atuação do poder público. Em outubro de 1966, o jornal chamou a atenção para o caos citadino que havia em Campo Grande, haja visto que na cidade faltava constantemente água e energia elétrica.

A indisponibilidade do “precioso líquido”, termo pelo qual a água foi chamada, impediu constantemente a limpeza das residências. Mesmo que as donas de casa quisessem, não podiam assear a contento as calçadas, nem “lavar e escovar pisos e compartimentos que” deviam “estar sempre rigorosamente limpos.”<sup>454</sup> Além disso, as atividades comerciais também eram penalizadas com a falta de água. Sem o “precioso líquido”, havia desasseio na realização de inúmeros trabalhos, cujos estabelecimentos não eram, segundo o CE, modelos de higiene.

---

<sup>452</sup> Prefeitura: fim ao “Mercado Persa”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 abr. 1963.

<sup>453</sup> Essa civilidade deve ser pensada como um valor construído e forjado socialmente pelo CE e pelas pessoas que o compunham, cujos interesses eram defendidos nas páginas do periódico de modo implícito e também de forma escancarada. Justamente por isso, deve-se compreender a imprensa como “linguagem constitutiva do social”, detentora de “uma historicidade e peculiaridades próprias”, que “requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.” CRUZ; PEIXOTO, op. cit., 2007, p. 260.

<sup>454</sup> A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

Para o impresso, a falta de água era, portanto, um “fato” que dificultava a vida dos cidadãos, atrapalhando a limpeza de ambientes privados, públicos e de locais de comércio, especialmente os bares, cafés, hotéis e restaurantes da urbe.<sup>455</sup> O periódico considerou “verdadeiramente vergonhoso o aspecto apresentado por inúmeros bares e cafés da cidade.”<sup>456</sup>

Certa vez, a reportagem do CE, numa visita de inspeção, esteve em alguns estabelecimentos da cidade e constatou que “a falta de higiene” reinava “em toda parte.”<sup>457</sup> Esses locais, chamados pejorativamente de bares e cafés sujos e mal cheirosos e de hotéis pocilgas, tinham sanitários imundos e os corredores e as cozinhas também careciam de limpeza.<sup>458</sup> As xícaras e os pratos eram trincados.

Essa era, segundo o impresso, “a situação reinante na maioria dos estabelecimentos, onde cidadãos se” hospedavam ou tomavam “refeições a preços bem elevados.”<sup>459</sup> Para caracterizar esses ambientes foram utilizados com grande freqüência alguns adjetivos, tais como: imundos, mal cheirosos e sujos que, por vezes, estenderam-se aos sujeitos que manuseavam os produtos alimentícios.

As mercadorias produzidas ou armazenadas nestes locais foram concebidas igualmente como produtos sem higiene que prejudicavam a saúde da população.<sup>460</sup> Eram notórias as queixas contra açougues que vendiam carnes com péssimos odores, já beirando o estado de putrefação.<sup>461</sup> O transporte deste produto até os domicílios dos fregueses, segundo o CE, também era inadequado. Em geral, os entregadores levavam a carne “de bicicleta, descoberta ou mal embrulhada.” O produto, então, absorvia “o pó e os micróbios do invólucro atmosférico ambiente.”<sup>462</sup>

Falta de higiene semelhante ocorria também na entrega do pão feito, segundo o periódico, em “padarias imundas.”<sup>463</sup> O alimento, que era acondicionado pelos entregadores em “cestos, balaios ou carrocinhas” nem sempre forradas ou cobertas adequadamente, atravessava “a cidade de um canto a outro” aspirando pó. Quando finalmente o pão chegava ao domicílio do freguês, era retirado de “grandes cestos de vime” e então “abraçado pelo distribuidor, tomando contato com corpos suarentos e mal cheirosos.”<sup>464</sup>

---

<sup>455</sup> A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

<sup>456</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>457</sup> Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

<sup>458</sup> Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

<sup>459</sup> Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

<sup>460</sup> Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966.

<sup>461</sup> SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 19 maio 1969.

<sup>462</sup> A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

<sup>463</sup> Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

<sup>464</sup> Entrega de pães: falta absoluta de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 set. 1963 e A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

A situação piorava ainda mais quando o transporte do pão era feito por menores. O CE relatou que “muitas vezes” os pães rodavam “pelo chão” e eram “simplesmente apanhados e recolocados nos cestos, num verdadeiro atentado à saúde pública.”<sup>465</sup>

No caso dos trabalhadores informais, os populares ambulantes, as reclamações do CE foram bem mais constantes e igualmente mais enfáticas. Esses trabalhadores, assim como os comerciantes, serviam-se dos passeios públicos para exporem e comercializarem mercadorias. Além disso, vendiam alimentos e bebidas à população nas ruas da cidade de Campo Grande sem o devido “asseio e escrúpulo.”<sup>466</sup>

Os trabalhadores ambulantes usavam os espaços das calçadas, em particular nos trechos mais movimentados da Rua 14 de Julho, para expor “mercadorias, caixotes e uma chusma de quinquilharia.” Essa prática de amontoar os produtos nas calçadas acarretava “não só [...] mau aspecto à cidade como também” impedia “o trânsito pelo passeio.”<sup>467</sup>

De acordo com relato contido em matéria publicada no CE, este impresso já se colocava, por meio da sua política editorial, contrário a esta situação há pelo menos desde 1961, fazendo campanhas em prol da eliminação destas práticas de comércio na Cidade Morena, porém, só no ano de 1963 a Prefeitura Municipal de Campo Grande, através de autoridades fiscais, iniciou uma “severa fiscalização” do espaço urbano da cidade visando acabar com este tipo de comércio, na época chamado Mercado Persa, já que tal prática depunha contra a civilidade dos que nela residiam.<sup>468</sup>

Para eliminar a presença destas pessoas comuns, em específico dos trabalhadores informais denominados de mascates ou simplesmente de ambulantes, chegou-se até a elogiar a política de fiscalização realizada por funcionários da Pasta da Fazenda do executivo municipal de Cuiabá.<sup>469</sup>

Na Cidade Verde, que era uma urbe com a qual Campo Grande rivalizava, essa questão tinha sido resolvida, afirmou o CE, enquanto que no centro da Cidade Morena o problema ainda era muito consistente, chegando a ser vexatório para Campo Grande abrigar este tipo de trabalho. O labor considerado informal pelos poderes constituídos era feito tanto por adultos como por menores, sobretudo os jovens, e centrava-se basicamente em três atividades: venda de mercadorias não perecíveis, comércio de alimentos em quiosques e entrega de alimentos diretamente nas residências dos consumidores.

---

<sup>465</sup> Entrega de pães: falta absoluta de higiene. CE, Campo Grande, p. 1, 4 set. 1963.

<sup>466</sup> Higiene: caldo de cana, refrescos... CE, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966.

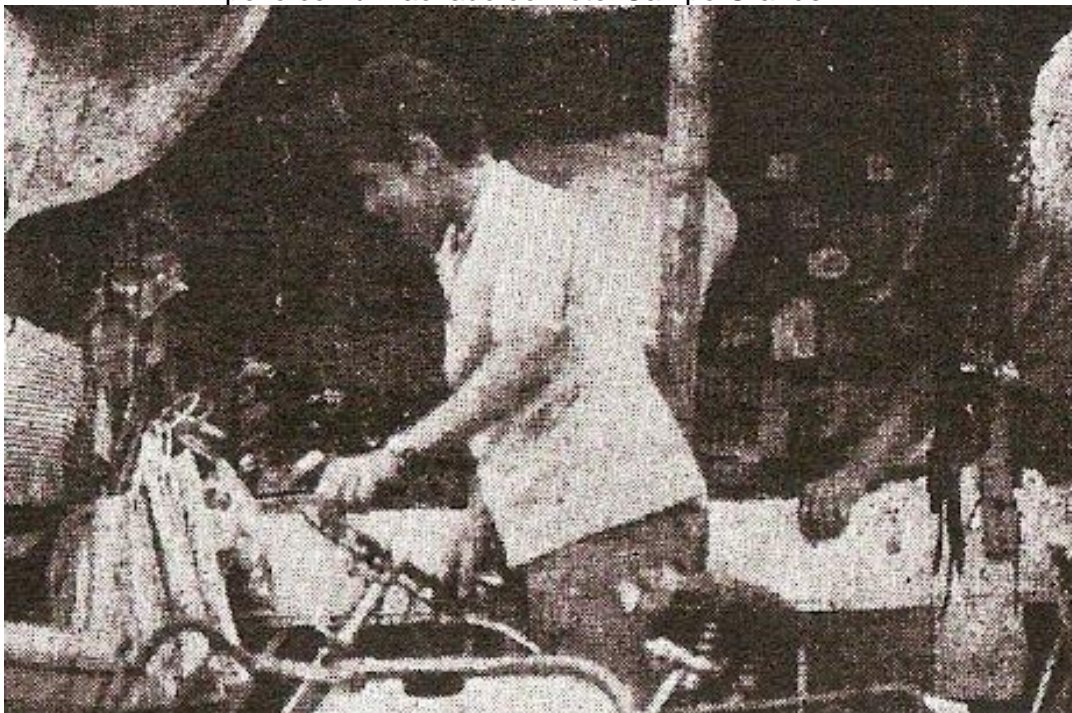
<sup>467</sup> Prefeitura: fim ao “Mercado Persa”. CE, Campo Grande, p. 1, 19 abr. 1963.

<sup>468</sup> Ibidem.

<sup>469</sup> Fiscalização mais rígida para mascates e ambulantes. CE, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1971. Para maiores detalhes sobre os trabalhadores informais, consultar o item 2.3 do segundo capítulo da dissertação de minha autoria. MORO, op. cit., 2007, p. 254-268.

A venda de mercadorias não perecíveis era feita em larga medida no centro da cidade. Segundo o CE, havia ambulantes que instalavam suas barracas ao “lado do majestoso edifício do Hotel Campo Grande.” Lá ficavam por meses sem serem molestados, assegurou o impresso num tom jocoso, sempre sinalizando que o poder público constituído devia sanar o referido problema.<sup>470</sup>

**Imagem 35.** Trabalho ambulante de pessoas do povo comum ao lado do Hotel Campo Grande.<sup>471</sup>



O comércio de alimentos em quiosques, por sua vez, constituía, segundo o CE, outro grande problema à cidade e à sua população, pois imperava a falta de higiene no trato com os alimentos e as bebidas servidas aos consumidores. O modelo de vendedor ambulante ideal de que necessitava a cidade de Campo Grande foi descrito por um leitor do CE e é de grande serventia para se estabelecer um contraponto entre o trabalhador idealizado e o que existia, de fato, no centro da cidade de Campo Grande.

<sup>470</sup> Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

<sup>471</sup> *Ibidem*. O ambulante não é a pessoa que aparece no primeiro plano, com uma bicicleta nas mãos, mas sim o sujeito do qual se vê apenas a mão e parte do braço. O Hotel Campo Grande, localizado na Rua 13 de Maio, era usado pela elite cidadina para realizar diversas atividades, sendo, portanto, parte relevante das “estruturas microsociais da urbanidade.” CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 288. No prédio havia ambientes que recebiam com frequência jantares, lançamento de livros, palestras e reuniões. Em março de 1972, o presidente da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro proferiu uma palestra informal e depois foi homenageado, juntamente com a sua esposa, “com um jantar no restaurante do Hotel Campo Grande.” Presidente da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 mar. 1972.

O leitor Francisco de Oliveira enviou uma carta para o impresso relatando que tinha visto pela urbe um vendedor ambulante de caldo de cana. O trabalhador tinha “boa apresentação”, portando sempre guarda-pó. Utilizava “um carrinho onde a bebida” era “extraída por meio de bomba e” utilizava “copos de papel que” eram “jogados fora após serem utilizados.” O leitor, já na finalização da sua carta, que foi publicada na íntegra pelo CE, fez a seguinte pergunta: “É o caso de se perguntar: porque (os demais ambulantes) não seguem o exemplo?”<sup>472</sup>

Os demais, e que deviam seguir o exemplo do ambulante que possuía “boa apresentação”, tinham outras características, segundo relataram as matérias publicadas no impresso CE. A imensa maioria dos carrinhos de refrescos e comestíveis que infestava a cidade, segundo relatou Oliveira, constituía-se de “pequenos veículos nas piores condições de higiene e apresentação.” Para ele, não se podia “conceber que uma cidade com tão avançado índice de progresso” apresentasse “aspecto tão deprimente.”<sup>473</sup>

No final do ano de 1966 o CE denunciou que havia em Campo Grande “um exército de vendedores” ambulantes. Esses trabalhadores vendiam bolos, caldo de cana, chipas, picolés, refrescos, dentre outros produtos. O periódico informou aos seus leitores que era particularmente calamitosa a higiene nos locais que vendiam caldo de cana.<sup>474</sup>

Os vendedores de refresco utilizavam-se de uma “pequena bacia ou lata para lavar os copos por imersão.” A água chegava “a tal estado de sujeira” que os vendedores escondiam “o tal vasilhame para que o público não” percebesse a sujeira ali existente.<sup>475</sup> Os garapeiros e vendedores de refrescos, ao lavarem os copos, acabavam por lavar as próprias mãos na mesma água, que ficava “tão contaminada quanto água de “chavascá”.” A mesma água lavava, portanto, “as mãos e os mesmos copos 200 ou mais vezes por dia.”<sup>476</sup>

---

<sup>472</sup> A população clama por higiene. CE, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966. O leitor Oliveira, depois de ler uma matéria publicada pelo CE no dia 22 de novembro de 1966, resolveu “prestar uma modesta colaboração à nossa querida cidade.” Então, redigiu uma carta e enviou-a ao CE. A mesma foi publicada no dia 23 de novembro de 1966. De acordo com Oliveira, a motivação inicial em escrever a carta foi pelo “fato de ter ouvido uns comentários por parte de dois cidadãos do interior de S. Paulo que aqui se encontravam em visita.” O objetivo da carta era o de relatar a situação vivenciada em Campo Grande, entretanto, Oliveira aproveitou o momento para denunciar o desleixo dos vendedores de refrescos e de comidas, sinalizando o trabalho de uns como problema e o de outros como louvável para o ambiente urbano. Assim como esta carta, várias outras foram endereçadas ao CE e, algumas delas, eram publicadas com o intuito de mostrar aos demais leitores e autoridades que recebiam o periódico que a sociedade não estava indiferente para com a campanha da higiene. Além desta, o periódico fez várias outras, com destaque para as campanhas eleitorais, a de nomenclatura de ruas e a de moralização.

<sup>473</sup> A população clama por higiene. CE, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966.

<sup>474</sup> Higiene: caldo de cana, refrescos... CE, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966.

<sup>475</sup> A população clama por higiene. CE, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966. A narrativa foi realizada pelo leitor Francisco de Oliveira, já mencionado anteriormente.

<sup>476</sup> Higiene: caldo de cana, refrescos... CE, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966. Essa prática, vista como chavascamento, algo rude ou tosco, ou então sem refinamento, era comum entre muitas pessoas, particularmente as com recursos financeiros mais limitados, sejam elas de ambientes rurais ou urbanos. Não tendo água corrente e nem encanada com facilidade, a limpeza de utensílios dos mais diversos era feita, muitas vezes, numa bacia ou num balde. Então, era costume utilizar a mesma água para higienizar vários utensílios. Só depois o líquido trocado.

Essas denúncias sobre como os comerciantes e os ambulantes tratavam os alimentos e as bebidas evidenciam o nível das relações de trabalho entre produtores e consumidores, sinalizando, dentre outros elementos, que o fator higiene de algumas culturas nem sempre era valorizado por outras experiências históricas, mesmo geograficamente próximas.

As denúncias feitas pelo CE externam também que a cidade, por vezes, não tinha infra-estrutura para atender os preceitos legislativos, muitos deles cópias de outras cidades ou imposições do poder federal, e nem as necessidades básicas da sociedade, que nesta época crescia consideravelmente devido a chegada de adventícios.

Esse relato mostrou também o desenvolvimento da cidade, sinalizando que parte dos alimentos consumidos era entregue diretamente aos consumidores pelo menos por dois motivos: boa parte da população tinha o hábito de preparar caseiramente os alimentos, não se preocupando com o fato destes não estarem higienicamente dentro dos padrões determinados pela legislação sanitária, e a cidade não possuía outras formas de fornecer alimentos à sociedade como um todo, caso as autoridades se opusessem completamente aos serviços realizados pelos trabalhadores ambulantes que atuavam no campo alimentar.

Justamente por isso, era expressivo o número de ambulantes que vendiam alimentos, bebidas, frutas e hortaliças nas vias públicas da cidade ou diretamente nos domicílios da população. Com a chegada de migrantes na cidade, a situação higiênica piorou consideravelmente, pelo menos do ponto de vista higienista e sanitário.<sup>477</sup>

Paralelo a isso ocorreu um aumento do volume de alimentos comercializados de “modo anti-higiênico”. As vias públicas recebiam todos os dias pessoas originárias do campo e de cidades dos Estados do Brasil e de nações vizinhas, como a Bolívia e o Paraguai. Eram pessoas, em geral, sem recursos que ficavam dias, semanas e até meses nas ruas em busca de trabalho.<sup>478</sup>

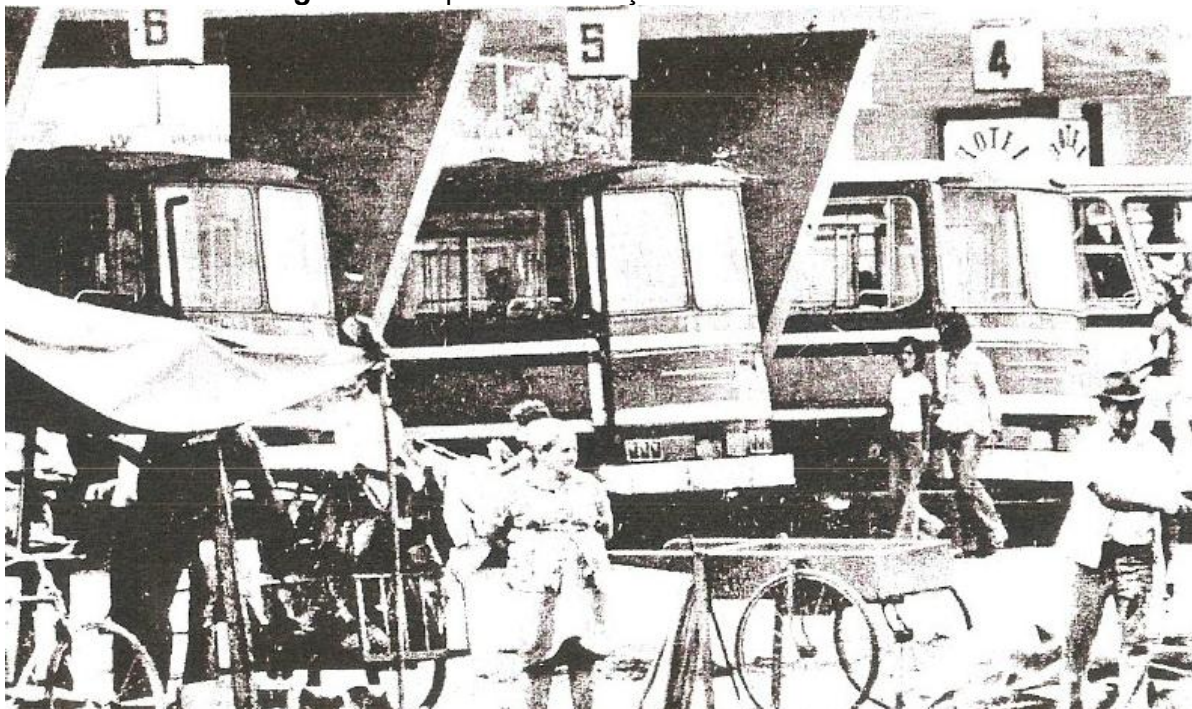
---

<sup>477</sup> A preocupação com a limpeza da cidade e com os corpos das pessoas que nela estavam mobilizou não apenas os poderes públicos, mas também os profissionais de algumas áreas, em específico os engenheiros e os médicos. BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo/Bragança Paulista: Contexto/USF, 1998, p. 237-258 e MATOS, Maria Izilda Santos de; MORAES, Mirtes. Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 23-37, jan./jun. 2007, p. 25.

<sup>478</sup> Marcel Bursztyn, ao analisar a realidade brasileira, afirmou que o meio urbano tem sido transformado pela presença destas pessoas, que por vezes se tornam também moradores de rua. “A reação do poder público é variada: vai da omissão à repressão, passando por episódios de caridade. Não há, na prática, como impedir um sem-casa de estar nas ruas: pode não ser permitido permanecer em determinado local, mas em algum lugar se instalará, mesmo que provisoriamente.” BURSZTYN, Marcel. Introdução. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 20.



**Imagem 37.** Aspecto da Estação Rodoviária Laburu.<sup>482</sup>



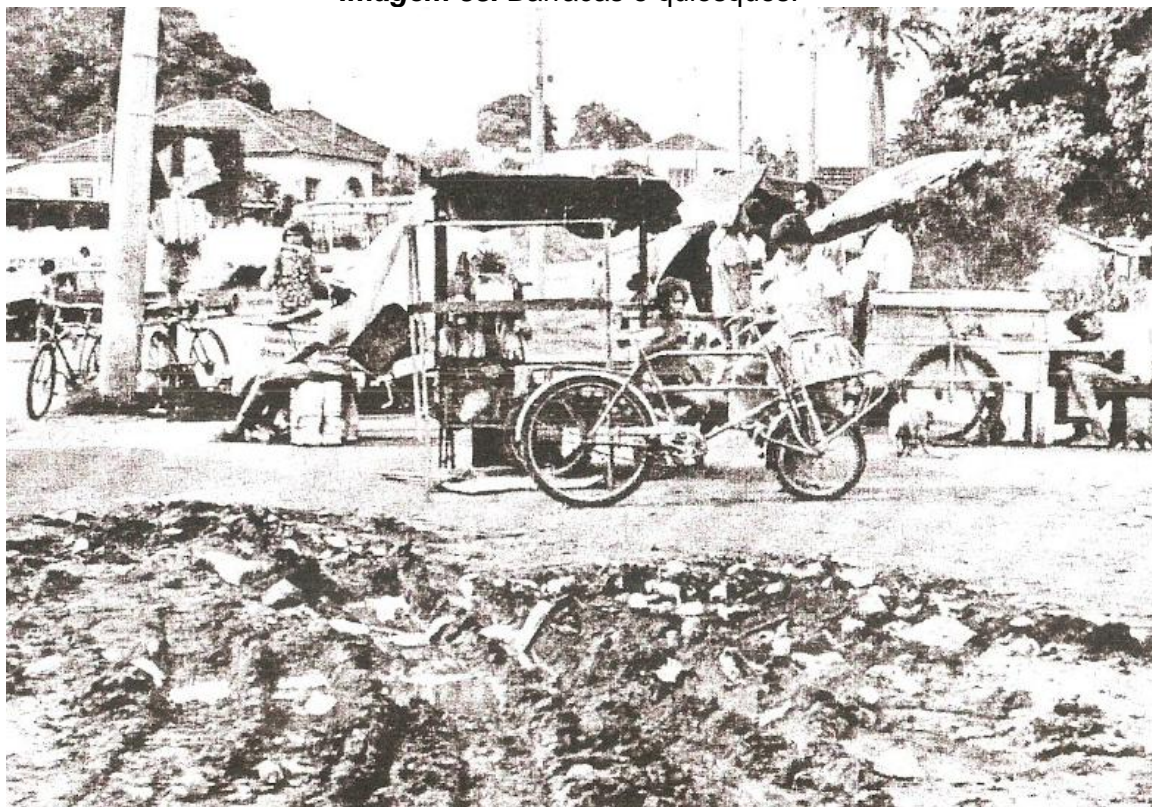
O CE, naquela ocasião, desaprovou imediatamente esta prática argumentando textualmente que a instalação de quiosques constituía “verdadeiro abuso” que afrontava a imagem cidadina de Campo Grande. Os quiosques, na avaliação do periódico, precisavam “ter um paradeiro” pelo fato de “não serem de acordo com o progresso de uma cidade como a nossa.”<sup>483</sup>

O terreno em que ficavam as barracas e os quiosques estava sempre “em meio a uma sujeira absurda.” Em tempo de chuva, virava um lamaçal. Já nos dias de sol havia muita poeira, transformando “o local num autêntico foco de poluição e de contaminação.” Nesses locais de comércio vendia-se lanches, salgados e bebidas, sobretudo coxinhas, espetinhos, quibes, sanduíches e outros petiscos. Alguns comercializavam também sorvetes, doces e frutas, como abacaxi e melancia em fatias.

<sup>482</sup> Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977.

<sup>483</sup> Era um erro a instalação de novos quiosques na cidade, segundo o CE. Os já existentes, por sua vez, deviam ser retirados do espaço urbano. Para que pudessem atender o público deviam ter outra estrutura, passando a constar em “prédios apropriados.” Prefeitura: urge acabar com os quiosques. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 fev. 1967.

**Imagem 38.** Barracas e quiosques.<sup>484</sup>



Segundo o impresso, tudo era feito e vendido ali mesmo, “sem os mínimos requisitos de higiene.” A feitura dos petiscos ocorria “dentro da maior sujeira.” Os detritos do preparo dos alimentos ficavam “espalhados por todos os cantos”, assim como as cascas de abacaxis e melancias que os vendedores deixavam no local.

Tudo isso exalava “um cheiro horrível”, tal qual o dos “anti-higiênicos alimentos servidos” à população pelos trabalhadores dos quiosques. O local era “um verdadeiro depósito de porcarias onde moscas e vermes” pululavam, “contaminando aquilo que se” vendia.

Os atendentes “nos balcões das barracas mal armadas, cobertas com pedaços de lonas”, eram “tão imundos quanto os “petiscos” vendidos.” A entrega do alimento ao comprador também era inadequada, já que os comerciantes utilizavam-se “de pedaços de papel não menos poluídos para servirem os eventuais fregueses, que não” eram “poucos.”<sup>485</sup>

---

<sup>484</sup> Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977.

<sup>485</sup> *Ibidem*.

**Imagem 39.** Vendedores ambulantes e consumidores nas barracas.<sup>486</sup>



A higienização dos utensílios era precária. Não tendo água corrente, os trabalhadores enchiam baldes com o líquido nas casas próximas, tendo que utilizar uma mesma água várias vezes para lavar os copos e os pratos. O local também não possuía sanitários. Os donos, então, faziam as suas necessidades, denunciou o CE, “na maioria das vezes por ali mesmo, “na surdina”. Sendo assim, “uma sujeira total” imperava nestes ambientes.<sup>487</sup> Portanto, os quiosques não dispunham “da necessária higiene” que a saúde pública devia exigir dos locais que vendiam produtos alimentícios à população.<sup>488</sup>

Visando alterar essa realidade, tanto a produzida por comerciantes, mas, sobretudo, a materializada pelos trabalhadores ambulantes, o periódico CE empreendeu uma campanha sistemática sobre os locais que produziam e comercializavam alimentos e bebidas que, aos poucos, estavam envenenando a população devido à péssima qualidade dos produtos que vendiam.<sup>489</sup>

A campanha da higiene, como foi chamada essa ação, tinha o intuito de tornar a cidade mais limpa, em especial os alimentos comprados pela população de Campo Grande, pois embora existissem resoluções, decretos-lei e leis de longa data, a efetivação destas não ocorria a contento, segundo avaliação do impresso, sobremaneira pelo fato de não haver fiscalização por parte dos órgãos públicos responsáveis. Esse trabalho também visou combater todo e qualquer tipo de atraso material e incentivar a modernização da cidade, geralmente via força das leis e decretos, fato que nem sempre ocorreu a contento dos anseios do impresso.

<sup>486</sup> Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

<sup>488</sup> Prefeitura: urge acabar com os quiosques. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 fev. 1967.

<sup>489</sup> Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966.

Essa campanha, ao denunciar a existência de uma cidade que, apesar de existir concretamente, precisava acabar, externou, embora não fosse esse o intuito do impresso CE, outra realidade: a de que a cidade moderna que a elite buscava construir e que dizia já fazer parte da realidade, sobretudo para embasar a luta em defesa da divisão do Estado de Mato Grosso e da elevação de Campo Grande a sua capital política e administrativa, era muito mais um projeto de palavras do que uma concretude histórica e social.<sup>490</sup>

Na prática, a tradição e os costumes locais, sejam eles sanitários ou alimentares, acabaram suplantando os valores civilizatórios que se tentava difundir na urbe, muitos deles via periódico CE, como foi o caso da política empreendida pela campanha da higiene, uma vez que instituídos legalmente muitos dos valores civilizatórios já estavam desde o início do século XX, como é o caso do primeiro Código de Posturas Municipais<sup>491</sup> e de suas reformulações, mas que não tiveram uma expressiva materialização na sociedade.<sup>492</sup>

Para livrar a cidade desta situação, os poderes legalmente constituídos apareceram como essenciais. O impresso concebeu os órgãos públicos como solucionadores deste problema. Devia-se eliminar o que não era adequado na cidade real por meio da ação do poder público. A força da lei transformaria a cidade, dando-lhe uma configuração moderna.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> A referida campanha da higiene não foi realizada única e exclusivamente num mês ou ano. Essa campanha era contínua, abrangendo, portanto, vários anos e também várias legislaturas. Justamente por este fator, deve-se pensar a cidade de Campo Grande como a principal beneficiada nesta campanha, mais especificamente a sua modernização como urbe.

<sup>491</sup> CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Campo Grande: Paço da Câmara Municipal da Villa de Campo Grande, 1905. In: *ARCA: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*. Campo Grande, ARCA, n. 5, s/p., out. 1995. Esse código, assim como os de inúmeras outras cidades do Brasil, são cópias literais dos códigos de posturas portugueses e também dos existentes da época do Brasil escravocrata. No Código de Posturas de 1905 consta, para exemplificar esta situação, que os escravos deviam ser levados pelos seus responsáveis até a Câmara Municipal para, em momentos oportunos, serem vacinados. Entretanto, juridicamente já não havia mais escravidão no Brasil no século XX.

<sup>492</sup> As autoridades públicas já tinham mostrado alguma preocupação ainda na década de 1920 para com a regulamentação do serviço de distribuição de alguns alimentos, como a carne. No dia 9 de janeiro de 1924, o intendente geral do Município de Campo Grande, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, sancionou a Resolução n. 87, que foi deliberada pela Câmara Municipal. Por meio desta, o poder executivo estava autorizado a “regulamentar os serviços de distribuição e fiscalização da carne e leite para esta cidade.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Intendência Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 87, de 09 jan. 1924*. Autoriza o poder executivo a regulamentar o serviço de distribuição de carne e leite.

<sup>493</sup> A cidade real é a cidade que não se enquadra no discurso da cidade ideal, pois esta última é edificada e materializada via palavras, enquanto que a primeira não se restringe apenas a este campo. Logo, as palavras e os discursos que constituem a cidade ideal são, quase sempre, desmentidos pela existência da cidade real. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 40.

Segundo o CE, as autoridades públicas deviam tomar “providências cabíveis” a respeito da falta de higiene que imperava em quase todos os estabelecimentos da urbe, pois cabia a elas “zelar pela saúde da população”, exigindo “um pouco mais de higiene por parte dos hotéis, restaurantes, bares, padarias, leiterias e fábricas de produtos alimentícios da cidade de Campo Grande.”<sup>494</sup>

Para cuidar deste trabalho havia na urbe instituições municipais e estaduais, denominadas largamente como postos de higiene ou postos de saúde pública.<sup>495</sup> Dentre os seus funcionários, o trabalho realizado pelos fiscais de higiene ou fiscais sanitários era fundamental para “zelar pela saúde pública”, visando não expô-la “aos perigos que tal falta de higiene” criava. Os fiscais tinham como ofício exigir que os estabelecimentos observassem e cumprissem os preceitos de higiene definidos na legislação municipal.<sup>496</sup>

Na prática, isso não ocorreu a contento.<sup>497</sup> O fato justificou a continuidade da campanha da higiene e uma cobrança verbal mais enfática por parte do CE às autoridades. Acusou-se os poderes constituídos de serem irresponsáveis, de atuarem com descaso, de não tomarem conhecimento da campanha da higiene encetada pelo periódico em benefício da população, enfim, de não darem “a menor bola às reclamações”, já que se mostravam alheios aos problemas sanitários da cidade.<sup>498</sup>

Em 1966, o CE publicou uma matéria afirmando que os apelos mencionados no impresso “foram até agora em vão. Apesar dessa inércia das autoridades sanitárias, do Estado e do Município,” afirmou o periódico, “prossequiremos com os nossos apelos, certos de que um dia seremos ouvidos.”<sup>499</sup>

---

<sup>494</sup> Entrega de pães: falta absoluta de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 set. 1963, Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966 e Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966.

<sup>495</sup> Havia na urbe um posto municipal e outro estadual com médios, guardas e funcionários. Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>496</sup> A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1966 e Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>497</sup> Acreditava-se, argumentou o periódico *CE*, que a finalidade da Unidade Sanitária de Campo Grande e da Secretaria Municipal de Saúde não era o “atendimento simples de doentes indigentes, mas sim a adoção de medidas profiláticas que, de fato,” preservassem “a saúde pública.” Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

<sup>498</sup> É importante mencionar que raras vezes foram as que o *CE* publicou textos elogiosos ao trabalho desenvolvido pelas autoridades públicas ligadas ao setor da saúde. Contudo, as críticas não abrangiam a esfera nacional. As críticas centraram-se nas instituições públicas dos âmbitos estadual e municipal, em particular neste último. Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966, População clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1966, A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966, Higiene: caldo de cana, refrescos... *CE*, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966 e Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

<sup>499</sup> Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966.

Os apelos, por sua vez, não se restringiram apenas e tão somente ao ato de falar, escrever e cobrar providências de forma mais enfática através das páginas do jornal. Os apelos eram bem mais do que isso. Eram literalmente ações. Neste instante, o CE passou a ser muito mais um partido político do que apenas e tão somente um veículo de informação. No entendimento de Antonio Gramsci, os meios de comunicação nunca são simples agentes, pois, inevitavelmente, defendem interesses dos grupos que os produzem. Por causa disso, podem ser concebidos como partidos políticos.<sup>500</sup>

Ao ver que os seus apelos não eram atendidos da forma solicitada, ou que demoravam para se materializar, o impresso passou então a atuar de outro modo. Diante desse quadro que o CE dizia fazer parte da cidade, o periódico considerou que “uma providência imediata” devia ser posta em ação.<sup>501</sup> Urgia que “medidas drásticas em favor da saúde da população e de nossos foros de civilidade” fossem realizadas.<sup>502</sup> Foi então que o impresso convocou, em maio de 1966, “todas as pessoas de bem da cidade” para atuarem em prol da campanha da higiene.<sup>503</sup>

As “pessoas de bem” eram, neste caso, os integrantes de algumas instituições de classe da cidade, tais como advogados, comerciantes, engenheiros, industriais, médicos, professores, dentre outros profissionais.<sup>504</sup> Uma entidade em específico foi solicitada várias vezes para colaborar com a campanha da higiene: era a Associação Médica de Campo Grande (AMCG).

Em meados da década de 1960 o periódico fez um “especial apelo” à instituição para que os seus integrantes materializassem “mais uma demonstração de seu interesse em cooperar com o bem estar da população campo-grandense.” Para tanto, o jornal CE orientou os médicos para que pressionassem os governos municipal e estadual a dinamizarem os atendimentos nos postos de saúde. Esses estabelecimentos deviam então atender não apenas os “mais necessitados”, oferecendo-lhes consultas médicas, mas precisavam também combater “a proliferação de estabelecimentos comerciais [...] imundos e sujos como a maioria dos que” havia “na cidade.”

---

<sup>500</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 201.

<sup>501</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>502</sup> A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

<sup>503</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>504</sup> A maioria dos “apelos” feitos pelo CE às instituições de classe era atendida. Os “apelos”, por sua vez, mostram como se dava a política empreendida pelo periódico. Ela era feita diariamente, a cada publicação do jornal. Deve-se ressaltar que essa prática de tentar angariar a atenção e o apoio de instituições de profissionais liberais e patronais foi uma constante na história do CE. Foi relevante também o trabalho realizado por instituições assistenciais ligadas a igrejas ou senhoras da sociedade para atender os sujeitos mais pobres. Em determinados casos, a luta pela modernização da cidade estava diretamente ligada a interesses econômicos de alguns grupos, como o dos industriais que eram donos de laticínios. Em outros momentos a atuação foi realizada para defender os interesses dos comerciantes.

Finalizando essa matéria, o CE afirmou que tinha certeza de que a Associação Médica de Campo Grande não decepcionaria os solicitantes, “pois este apelo não” era “nosso simplesmente, mas das famílias campo-grandense.”<sup>505</sup>

Numa outra ocasião, o impresso externou que a AMCG vinha prestando “relevantes serviços à Cidade e ao Estado de Mato Grosso.” Essa postura demonstrava, segundo o CE, o “alto espírito de dedicação” da Associação “aos interesses de nossa gente.” A “nobre atitude” era “a de colocar-se à disposição das autoridades sanitárias para que em Campo Grande” fossem “adotados princípios de higiene para o bem da população e preservação da saúde pública.”<sup>506</sup>

De fato, a AMCG foi uma das instituições cidadinas que mais se empenhou na materialização dos objetivos da campanha da higiene. Suas ações apareceram, portanto, com notável destaque nas páginas do periódico. Ofício endereçado ao jornal no dia 28 de novembro de 1966 pelo médico João Pereira da Rosa, então presidente da instituição, aquilata parte desta relação de forma muito apropriada.

No documento, o autor informou que os membros da AMCG, reunidos em assembléia geral ordinária, ocorrida no dia 25 de novembro de 1966, ao dialogarem sobre a citação do nome da instituição pelo CE na matéria intitulada Campo Grande, cidade sem higiene – apelo às autoridades sanitárias do Estado de Mato Grosso, resolveram, com base no artigo 2, parágrafo C do Estatuto da AMCG, “se colocar à disposição das autoridades sanitárias” para “contribuir na solução dos problemas médico-sociais, que interessam à população da cidade.”<sup>507</sup>

Essa tomada de posição, mencionou o periódico, era “bastante honrosa para nós”, pois mostrava que a campanha da higiene tinha efetivo apoio da “nobre classe médica” e também da população, que foi chamado de “apoio popular”. Portanto, mesmo os órgãos sanitários não empalmando a campanha para “dar a Campo Grande ambiente mais condigno, higienicamente falando, prosseguiremos nesta nossa” tarefa, afirmou o impresso.<sup>508</sup>

---

<sup>505</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>506</sup> Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 nov. 1966.

<sup>507</sup> Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 nov. 1966. O ofício tinha como destinatário o “Exmo. Sr J. Barbosa Rodrigues”, proprietário do Correio do Estado. Esse tipo de informação é muito valiosa, pois indica que essas matérias, mesmo não sendo assinadas, foram produzidas, pelo menos algumas delas, por José Barbosa Rodrigues.

<sup>508</sup> Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 nov. 1966.

Neste caso, o jornal portou-se perfeitamente como uma instituição que possuía a linguagem autorizada da qual escreveu Pierre Bourdieu.<sup>509</sup> Por meio deste entendimento, o periódico colocou-se como representante de alguns grupos da sociedade, instituindo a sua visão de mundo como uma verdade universal, e que devia ser aceita pelas demais culturas. Prevaleceram, então, os valores defendidos pelo meio de comunicação e os seus integrantes sobre a população em geral.<sup>510</sup>

Outro caso relevante da atuação do CE e das instituições classistas ocorreu na década de 1970. Nessa época havia considerável número de migrantes pobres nas ruas da cidade, e muitos deles esmolavam. Diante desse “problema social” que abarcava adultos, jovens e crianças de colo, e que não se resolvia no mínimo desde a década de 1960, a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) passou a denunciar a presença desses migrantes diretamente às autoridades policiais.

Os vendedores ambulantes também foram vigiados pelos comerciantes e, igualmente, denunciados. O CE, por sua vez, apoiou abertamente essa conduta da Associação Comercial e Industrial. Orientou-se, via matérias publicadas nas páginas do periódico, que todos os comerciantes legalmente estabelecidos, denunciassem às autoridades policiais a existência de migrantes esmoladores e de trabalhadores ambulantes, em particular daqueles que ficavam próximos das casas comerciais.<sup>511</sup>

O “problema social” devia, então, ser resolvido pelas autoridades policiais. A lei, neste caso, foi utilizada em muitas ocasiões para solapar a cultura de vida e de trabalho de certos grupos na urbe, em geral dos mais empobrecidos ou contrários aos interesses da elite. E utilizando-se deste artifício alguns costumes rurais que eram praticados na zona urbana foram criminalizados e combatidos de forma mais branda em algumas oportunidades e de um jeito mais enérgico em outras situações.<sup>512</sup>

---

<sup>509</sup> Pierre Bourdieu, no texto chamado A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região, demonstra que o conceito de região, por exemplo, geralmente não é alicerçado em bases geográficas e físicas, mas é estabelecido socialmente por meio de lutas de poder, “lutas pelo monopólio”, “luta das classificações” entre grupos sociais diversos, no qual os dominantes procuram reverberar a narrativa oficial da história universal. As “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.” BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113.

<sup>510</sup> Contradições deste tipo são importantes e ajudam o historiador na tarefa de “descobrir o que não é dito ou o que é apenas insinuado nas entrelinhas, esmiuçar significados em títulos e destaques que, às vezes, invertem ou até desautorizam o conteúdo das matérias.” MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 14.

<sup>511</sup> O jornal fez questão de mencionar que o apoio à campanha da higiene não vinha apenas das organizações classistas. A sociedade local também encampou essa prática que exigia “severa fiscalização nos bares, hotéis, restaurantes e sanitários públicos da cidade.” Os “donos dos citados estabelecimentos passaram a cuidar melhor da limpeza dos mesmos.” Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

<sup>512</sup> Sobre essa questão, ver o trabalho de THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. A respeito dos conflitos, permanências, rupturas e tensões sobre práticas cotidianas no ambiente urbano, em especial na cidade de São Paulo, ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 43-55.

O CE defendeu, por seu turno, quase sempre os modos civilizados de habitar a cidade, e combateu as práticas que se opunham a esta concepção de mundo. O moderno e o político-partidário raramente deixaram de ser a pauta norteadora do periódico que, mesmo tendo apoio de instituições classistas, continuou cobrando uma atuação mais enérgica por parte das autoridades públicas ligadas ao setor sanitário.

Cabia às autoridades exigir o cumprimento efetivo do que determinava a legislação em vigor, embora a força da lei, para o CE, estivesse, em alguns momentos, distante de se materializar. Não raras vezes as autoridades sanitárias foram acusadas pelo periódico de fazer “vistas grossas a todo esse abuso”, deixando a população “exposta aos perigos que tal falta de higiene” criava.

Embora houvesse na cidade “dois postos de higiene ou de saúde pública, um estadual e o outro municipal, com médicos, guardas, funcionários, etc.”, nenhuma destas instituições, segundo noticiou o CE, tomavam “qualquer iniciativa no sentido de exigir” que os estabelecimentos observassem “os preceitos de higiene” que a legislação exigia “para o seu funcionamento.” Em contrapartida, lamentou a matéria, o número de tuberculosos<sup>513</sup> aumentava em Campo Grande, como os senhores médicos” podiam “testemunhar.”<sup>514</sup>

Em alguns momentos, as afirmações genéricas deixaram de integrar o conteúdo das matérias. O periódico, em março de 1967, foi mais específico e passou a mencionar os nomes das autoridades que permitiam que Campo Grande continuasse a ser “uma cidade sem higiene, onde os comezinhos princípios de ordem sanitária não” eram “observados, isso devido à incúria daqueles que deveriam por em prática a medicina preventiva.”<sup>515</sup>

Diante dessa situação, o jornal considerou que era “justo que apelemos mais uma vez para os Srs. Governadores do Estado e do Município, para que dêem a Campo Grande um pouco mais de higiene.” A cidade tinha, “por todas as partes”, “leite “batizado” com água não tratada, bares sujos e mal-cheirosos, hotéis-pocilgas, padarias imundas, refrigerantes impuros, imundícias” que constituíam “ameaças à população sem que uma fiscalização seja feita pelos órgãos sanitários.”

A análise do jornal sobre essa realidade foi bem enfática: “achamos que essa situação precisa ter um fim.” Para tanto, bastava “que os ilustres senhores” da Secretaria Municipal de Saúde e da Unidade Sanitária do Setor Sul, os senhores Edgard Raupp Sperb e João Miguel Basmage, arregaçassem “as mangas, pois até a respeitável Associação Médica de Campo Grande, em ofício divulgado por este diário,” colocou-se “à disposição dos órgãos sanitários para dar a Campo Grande mais higiene e mais saúde pública.” A matéria foi concluída com a seguinte frase: “Com a palavra os dois governadores acima mencionados.”<sup>516</sup>

---

<sup>513</sup> Deve-se compreender “tuberculosos” como a pessoa que tinha ou portava alguma doença ou enfermidade e não propriamente apenas como o sujeito que tinha o bacilo que causava a tuberculose.

<sup>514</sup> Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

<sup>515</sup> Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

<sup>516</sup> *Ibidem*.

Os poderes públicos só deram uma resposta mais concreta para o questionamento do CE alguns meses depois desta cobrança. Em julho de 1967 o periódico anunciou a criação de uma guarda sanitária na urbe. O fato foi considerado como uma “conquista de grande monta” para a higienização da cidade. Creditou-se essa “conquista de grande monta” ao trabalho feito pelos senhores Basmage e Sperb.<sup>517</sup>

O objetivo principal da guarda sanitária, cujos fiscais estaduais e municipais trabalhavam em conjunto e foram descritos como pessoas que tinham “bons conhecimentos de higiene”, era exigir que os estabelecimentos que forneciam comidas e bebidas para os consumidores fizessem esse trabalho dentro de alguns padrões de higiene.

As autoridades Basmage e Sperb, por meio dos seus subordinados, entregaram nos estabelecimentos comerciais e industriais da cidade uma circular informando o conteúdo das normas sanitárias que deviam ser seguidas a partir daquele momento, assim como que haveria fiscalização para que a população tivesse assegurado o direito de ser atendida em locais que possuíam uma “perfeita condição de HIGIENE.”<sup>518</sup>

Para ampliar a divulgação da circular, a mesma foi encaminhada também aos jornais e emissoras da cidade. O CE informou aos seus leitores o conteúdo do documento, avisando-os de que a guarda sanitária, “dentre em pouco”, iniciaria visitas aos estabelecimentos e cobraria dos seus proprietários a efetivação das normas.

Exigia-se, no mínimo, o asseio do ambiente de trabalho, o asseio do pessoal que atendia os clientes, a esterilização de utensílios como talheres, copos, pratos, xícaras, dentre outros, a carteira de saúde do proprietário ou proprietários, dos funcionários, dos empregados e demais pessoas que trabalhavam no local, que podiam ser adquiridas, caso alguém não tivesse, na unidade sanitária localizada no número 550 da Avenida Calógeras.

A guarda atuou basicamente em duas frentes: fiscalização, aplicando multas e fechando estabelecimentos, e emissão de certificados para os estabelecimentos que estavam em conformidade com as normas sanitárias. Conforme noticiou o periódico, só seria “merecedor de diploma o estabelecimento comercial que” satisfizesse “todas as exigências” contidas na circular.<sup>519</sup>

---

<sup>517</sup> Diante disso, vê-se que o questionamento externado pelo CE não mostra simplesmente que o periódico fez, em algumas ocasiões, uma certa contestação ao trabalho realizado pelas autoridades públicas. O relato mostra que esse tipo de questionamento se justificava pelo fato da situação não melhorar. A impressão era de que em Campo Grande o progresso ainda não tinha chegado e de que tudo estava por ser feito ou carecia de melhoras estruturais. O relato externa, então, aspectos de uma urbe assolada por problemas sanitários, de saúde e de profilaxia que abalavam, no entendimento do jornal, o status da cidade, impedindo-a a ser concebida como moderna, civilizada e de estar em sintonia com o progresso e as normas civilizatórias. Sendo assim, o relato visou, muito mais, defender a Cidade Morena e não propriamente atacar o trabalho das autoridades sanitárias.

<sup>518</sup> Estado e Prefeitura em campanha sanitária. *CE*, Campo Grande, p. 5, 13 jul. 1967.

<sup>519</sup> O diploma era um meio da própria população saber quais estabelecimentos estavam dentro das regras, ou seja, quais cumpriam as exigências sanitárias determinadas pelas autoridades. A circular representou mais uma conquista do CE em alterar a realidade de Campo Grande, uma vez que o poder público passou a atuar de modo sistemático para materializar os objetivos defendidos pelo jornal.

Finalizando essa matéria, o CE afirmou que estava, “portanto, deflagrada em Campo Grande a campanha da higiene há muito reclamada e aconselhada pelo CORREIO DO ESTADO.” Nesse sentido, era “justo, pois, que de nossa parte a GUARDA SANITÁRIA” tivesse “integral cobertura”, visando lograr “o melhor êxito na campanha da higiene ora iniciada na cidade.”<sup>520</sup>

No entanto, esse entusiasmo do periódico em ver a campanha da higiene colocada efetivamente em prática foi, aos poucos, minorado em razão de que, na realidade, a fiscalização não era tão atuante. Segundo o impresso, a campanha da higiene só teria êxito se houvesse na cidade uma “severa fiscalização” realizada por parte das autoridades. Isso, segundo o CE, não ocorria.<sup>521</sup>

Em 1969, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), um órgão de fiscalização federal, inspecionou alguns estabelecimentos comerciais da urbe e constatou que a situação sanitária não era condizente com as exigências requeridas pelo respectivo órgão. O periódico noticiou então que “diversos estabelecimentos de Campo Grande”, como açougues, bares e restaurantes, “foram advertidos ou autuados por falta de higiene no ambiente.”

A análise feita pelo jornal sobre esse ocorrido é muito oportuna e delimita apropriadamente uma parte dos valores culturais da pessoa ou do grupo de pessoas que compunham o Correio do Estado.<sup>522</sup> O trabalho dos fiscais da SUNAB, frente os estabelecimentos comerciais visitados, devia ser pensado, conforme afirmou o CE, como uma punição ou uma advertência que também se aplicava ao trabalho das autoridades estaduais e municipais. “Indiretamente a punição ou advertência atingiu em cheio as autoridades sanitárias da cidade: o pessoal da Secretaria de Saúde do Município e da Unidade Sanitária do Estado.”<sup>523</sup>

Ao fazer essas afirmações, o CE mostrou que a campanha da higiene que o jornal desenvolvia há anos era correta no sentido de estar em conformidade com a legislação sanitária. Prova disso foi a atuação da SUNAB e a aplicação de advertências e de punições aos comerciantes.

---

<sup>520</sup> Estado e Prefeitura em campanha sanitária. *CE*, Campo Grande, p. 5, 13 jul. 1967.

<sup>521</sup> Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

<sup>522</sup> Na maior parte dos anos 60 e na década de 1970, a maioria dos cargos de direção do CE tinha integrantes da família Barbosa Rodrigues. Em 1970, todos os jornais do CE eram impressos com um logotipo, sempre na primeira página, que continha a seguinte mensagem: “Diário vespertino de maior circulação de Mato Grosso”. Nessa época, o periódico só não circulava ao domingos. A sede da empresa era na Rua 14 de Julho, n. 1026. O diretor era José Barbosa Rodrigues, os redatores Júlio da Silva e Antônio João M. Rodrigues e o gerente José Maria Hugo Rodrigues. Em 1977 o diário era matutino e a sede estava ainda na Rua 14 de Julho, porém o número era 2412. As pessoas que ocupavam os cargos de direção permaneceram praticamente as mesmas. O diretor era José Barbosa Rodrigues. Os redatores eram Júlio da Silva, Antônio João Hugo Rodrigues e Marcos Fernando Hugo Rodrigues. O gerente era José Maria Hugo Rodrigues. Diário vespertino de... *CE*, Campo Grande, p. 1, 03 out. 1970, Empresa Correio do Estado Ltda. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1971 e Empresa Correio do Estado Ltda. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 maio 1977.

<sup>523</sup> SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 19 maio 1969.

O fato de um órgão federal fiscalizar os estabelecimentos comerciais da cidade, e neles achar os mesmos problemas já denunciados publicamente pelo CE, era uma prova inconteste de que algumas autoridades públicas municipais e estaduais não atuavam em prol da população. Pelo contrário, pois eram coniventes com as práticas anti-higiênicas que existiam em muitos estabelecimentos citadinos.

Ademais, o CE também utilizou o fato para advertir as autoridades públicas do poder que a imprensa tinha em interferir na sociedade local, isso em plena vigência da Ditadura Civil Militar no Brasil e com a particularidade do Ato Institucional n. 5 já vigorar desde dezembro de 1968.<sup>524</sup> De acordo com matéria publicada no CE, as autoridades estaduais e municipais “pecaram por relaxamento, ou em última análise, por omissão”, uma vez que a imprensa campo-grandense, em particular “o CORREIO DO ESTADO, jamais” deixou “sem observação a falta de higiene em bares, restaurantes, lanchonetes, açougues e outros estabelecimentos da terra.”

“Em diversas oportunidades” falou-se “diretamente ao pessoal da Secretaria de Saúde e da Unidade Sanitária, e todos fizeram ouvidos moucos e deixaram “como está para ver como fica”.” Devido essa atitude por parte das autoridades públicas “de não dar à imprensa a devida importância nem levá-la em consideração, sobrou para as autoridades sanitárias o vexame de serem acusadas publicamente pelos agentes da SUNAB.”

De acordo com o CE, os funcionários federais atribuíram indiretamente a “desídia e falta de cuidados com a saúde pública” aos fiscais estaduais e municipais, já que eles permitiram que houvesse sujeira e falta de higiene em muitas casas onde a população tomava refeições e fazia lanches, sem se falar dos açougues onde a carne verde destinada ao consumo foi pilhada pela SUNAB coberta de moscas e de onde saía embrulhada em jornal velho.”<sup>525</sup>

Essa “advertência oficial”, na avaliação do Correio do Estado, amargurou “muito funcionário municipal e estadual.” A cidade soube, “por uma fonte oficial”, que os responsáveis por este trabalho não cumpriam “com os seus deveres” e nem zelavam “pela saúde da população” que pagava impostos, garantindo-lhes os vencimentos que o Município e o Estado lhes pagavam para que mantivessem “a cidade e os estabelecimentos dentro de certo rigor de higiene. Que o lamentável episódio lhes sirva de lição.”<sup>526</sup>

---

<sup>524</sup> Foi com a decretação do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, que os meios de comunicação, dentre outras instituições, passaram a ser controladas de forma mais intensa pelos órgãos militares. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004, p. 34 e KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, p. 27-38, dez. 2007, p. 31-32.

<sup>525</sup> Carne verde, neste caso, era a carne retirada de reses recém abatidas e logo comercializadas.

<sup>526</sup> SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 19 maio 1969. A qualidade das mercadorias vendidas em feiras livres, como carnes e verduras, também foi alvo de reclamações, além do próprio ambiente das feiras. Como normalmente não havia tubulação para escoar a água, a mesma empoçava ao lado das barracas. Nas feiras de bairros a situação era ainda pior. Boa parte das barracas não atendia “aos mínimos princípios de higiene.” Segundo um comprador, a carne de frango adquirida numa das barracas destas feiras livres tinha “mau cheiro.” Feiras livres, na falta de higiene, a falha maior. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1976.

Pelo que indicam as matérias veiculadas no jornal, os problemas desta ordem avolumaram-se na década de 1970. O Código de Polícia Administrativa, que devia ser o “manual de cabeceira” das “autoridades municipais em geral”, e que “foi impresso em folheto, cômodo, fácil de ser manuseado, em formato de bolso”, não tinha os seus preceitos colocados em prática, por isso, afirmou o CE, Campo Grande, que devia ser uma “cidade limpa, higiênica, saudável”, era, na realidade, “isso que aí está, onde os mais simples [...] princípios de higiene não” eram “observados.”<sup>527</sup>

Ao não serem respeitadas as exigências do Código de Polícia Administrativa, que eram “mínimas e fáceis de serem observadas”, a população e a cidade de Campo Grande arcaram, no entender do impresso, com as conseqüências deste desleixo praticado em locais, “cuja maioria” estava “abaixo de qualquer crítica.” A população vivia “sob ameaça de ser assolada por verdadeiras epidemias.” Já a cidade, com este padrão de higiene, afastava visitantes e investimentos.

Num período de aproximadamente uma semana, foram registrados dois casos impactantes: “um cidadão encontrou um PREGO dentro do pão que comia” e “outro cidadão encontrou um DENTE HUMANO na bisnaga que adquiriu na padaria” Também era comum “a venda de LEITE DETERIORADO.” Havia “revendedores inescrupulosos” que adquiriam o produto em laticínio, no entanto, armazenavam inadequadamente o produto, deixando-o “azedar no seu estabelecimento.”<sup>528</sup>

Em agosto de 1971, estiveram em Campo Grande “uns rapazes de outras terras” que pretendiam “colocar na praça determinada marca de cachaça.” Depois de percorrerem a urbe e terem contato com os revendedores, que eram donos de bares, botecos, churrascarias e restaurantes, os jovens “declaram-se admirados com a falta de limpeza em tais estabelecimentos, e chegaram mesmo a considerar que a falta de limpeza os tornava indignos de vender a cachaça, por eles considerada coisa fina.”

Segundo o CE, a

[...] observação dos representantes da tal cachaça, não resta dúvida, foi uma lavada em nossas autoridades sanitárias, porque é a estas que compete impor higiene e limpeza nos locais freqüentados pelo público, principalmente nos locais onde fazemos refeições, tomamos um lanche ou servimos uma bebida qualquer. [...]

Um delegado de polícia já está fazendo blitz visando ao saneamento social; oxalá venham as citadas autoridades do campo da saúde para desfechar também muitas blitz em benefício da saúde pública.<sup>529</sup>

---

<sup>527</sup> CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município e Higiene em bares e restaurantes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 10 jun. 1970.

<sup>528</sup> Higiene em bares e restaurantes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 10 jun. 1970 e Bares e restaurantes da cidade precisam de mais higiene. *CE*, Campo Grande, p. 7, 29 set. 1971.

<sup>529</sup> Questões de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1971.

O impresso valeu-se também de uma linguagem mais enfática para criticar os poderes públicos, não poupando a utilização de adjetivos depreciativos para qualificar o desempenho dos que deviam manter a cidade limpa e higienizada, já que “higiene e saúde” eram “quase antídoto para muitas enfermidades.”<sup>530</sup>

A Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, foi descrita como uma instituição “incrivelmente inepta” e que atuava de forma “deplorável”, servindo apenas de “mera figura decorativa” no cenário administrativo municipal. Na existência de problema, a Secretaria “torce o nariz e fecha os olhos.” O “horário integral” de trabalho do secretário Fernando Higa, por sua vez, não ultrapassava “duas horas diárias.” Esse período de atuação, no entender do CE, não justificava o salário que o secretário recebia. Além disso, colocava “em dúvida a sua real capacidade para o setor.”<sup>531</sup>

A análise proposta pelo periódico foi uma chamada pública de atenção: o CE posicionou-se como o orientador-maior da cidade e das práticas que nela podiam, ou não, ser realizadas. O impresso mostrou o que era possível e aceitável de ser realizado no espaço urbano-cidadino e o que não podia estar presente neste local.

Os textos veiculados no CE mostram uma mesma cidade, porém em ângulos variados. A variação ocorre conforme os interesses em pauta. Sendo assim, quando era do interesse do impresso havia uma determinada cidade para ser vista, quando o interesse era outro, aparecia então também uma outra Campo Grande para ser vista e apreciada.

Justamente por isso, pode-se afirmar que o periódico CE atuou, via poder das letras, de forma política no cotidiano da urbe. Utilizou-se o jornal como veículo propagador de valores, projetos e modos de viver em sociedade, formas de agir e reagir diante de determinados acontecimentos desta mesma sociedade. Uma passagem que exemplifica muito bem essa situação ocorreu no mês de janeiro de 1977.

Três dias depois de ter denunciado a presença de quiosques imundos nas proximidades da Estação Rodoviária Laburu e cobrado providências da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao fato, o CE noticiou, em 20 de janeiro de 1977, a saída definitiva destes trabalhadores do local.

O secretário Fernando Higa, que também era médico, declarou ao impresso que não foi preciso utilizar “a força. Mostramos a todos, que eles não estariam fazendo nada de mais, além de prestar um serviço à cidade, saindo dali e procurando estabelecer-se num local adequado.” Segundo Higa, já havia “uma proliferação no local: os usuários traziam para a venda ao público, além dos doces e salgados, bolsas e outros artefatos, cujas vendas só seriam possíveis num estabelecimento devidamente reconhecido.”

---

<sup>530</sup> Questões de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1971. Inúmeras autoridades foram mencionadas em uma ou outra matéria. Dentre os nomes, pode-se destacar alguns, a saber: Eloy Pereira, que era secretário de Saúde da cidade, e Antonio Mendes Canale, que foi prefeito entre 31 de janeiro de 1963 e 31 de janeiro de 1967 e entre 31 de janeiro de 1970 e 31 de janeiro de 1973. Higiene é bom para a saúde. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 dez. 1970 e Bares e restaurantes da cidade precisam de mais higiene. *CE*, Campo Grande, p. 7, 29 set. 1971.

<sup>531</sup> Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977.

E continuou:

– Analisamos bem o problema e passamos a agir à altura. Em último caso, não tínhamos condições de oferecer prazo. Por mais que o fizéssemos, a benevolência seria maior. O jeito, então, foi retirá-los urgentemente. Se fôssemos nos valer de maiores direitos, seríamos até mais rígidos com aqueles donos dos quiosques. Ademais, o local ia se transformando num péssimo cartão de visitas da cidade.<sup>532</sup>

O interesse do CE em publicar este tipo de matéria era, no mínimo, triplo. Primeiro, o poder público mostrou que atuava em conformidade com os projetos defendidos pelo jornal; segundo, o combate aos ambulantes representava um combate ao chamado comércio ilegal e informal que, no entender da elite comercial, prejudicava diretamente as vendas dos anunciantes do próprio CE e; terceiro, banir os quiosques da cidade significava tornar o espaço da urbe higienicamente mais adequado, uma vez que a presença destes materiais e dos ambulantes era sinal de que a cidade não estava nos padrões higiênicos aceitáveis.

E quanto ao destino destes ambulantes? Pelo que foi veiculado, isso não tinha tanta importância. O subtítulo da matéria ilustrou muito bem isso. Publicou-se: “Simplesmente sumiram.”

O secretário de Saúde desconhece que rumo tomaram os comerciantes clandestinos. Ainda sobre a ação de sua equipe na área da Estação Rodoviária, onde se constatou inclusive a venda de alimentos deteriorados – quando não, amanhecidos – esclareceu Fernando Higa, que houve boa recomendação aos funcionários, para que não exercessem forte pressão sobre o pessoal. Na verdade, eles viviam daquele ramo, embora tivessem que entender que as leis municipais não permitem irregularidades.

A ação de orientação e de retirada dos donos dos quiosques e barraquinhas, foi comandada pelo fiscal-chefe de Saúde Pública, Hélio da Silva. O “stand” de tiro ao alvo ainda ocupa uma das áreas em frente a Estação Rodoviária.

O que antes apresentava um quadro lamentável para Campo Grande, agora, modificou-se. Na área desocupada só existe terra-preta e um pouco de sujeira.<sup>533</sup>

Contudo, a eliminação desta cidade, que foi vista como um “péssimo cartão de visitas”, não ocorreu. Isso era particularmente visível quando a fiscalização não estava presente na Estação Rodoviária, pois no dia seguinte à retirada dos quiosques e das barraquinhas, havia na área de terra-preta “uma carroça, um carrinho de pipoca e uma ambulante.”<sup>534</sup>

---

<sup>532</sup> Saúde acabou com a “feirinha da sujeira”. CE, Campo Grande, p. 5, 20 jan. 1977.

<sup>533</sup> Ibidem.

<sup>534</sup> Ibidem.

O “sumiço” dos trabalhadores, portanto, era localizacional e estratégico. Dependendo da ação das autoridades, os ambulantes ocupavam um ou outro espaço. Na realidade, o trabalho destes sujeitos ocorria de forma contínua, apenas o espaço físico é que variava. Na mesma intensidade em que as leis eram postas em prática, processo que ocorreu via fiscalização da urbe por autoridades municipais e estaduais, as desterritorializações e reterritorializações ocorreram com maior ou menor frequência na cidade.

Esse tipo de ação, além de várias outras, mostram parte do trabalho jornalístico do periódico CE sobre a cidade e os seus habitantes e, igualmente, desvelam o labor político dos integrantes que produziam o impresso nesta época. Por causa da falta de ação do poder público, o poder privado devia atuar, segundo o entendimento da linguagem autorizada de que se valeu o CE, a fim de garantir a manutenção ou a melhoria das condições de uma urbe moderna, tal qual se dizia que Campo Grande efetivamente o era.

Entretanto, essa realidade, no caso, não deve ser compreendida e restrita apenas ao entendimento de uma disputa entre pobres e ricos, moderno e atrasado, assepsia e sujeira, ambientes sadios e malsãos, mas igualmente como um campo de disputas por formas e valores de viver em determinados espaços e de acordo com determinadas condições. Vivia-se e portava-se de um modo em áreas rurais e de outro nas cidades. E como a presença de pessoas com modos de viver basicamente rurais era cada vez mais expressiva na cidade de Campo Grande nas décadas de 1960-70, os “problemas” não foram solucionados.

### **3.3 Territórios animalescos**

As dificuldades em conduzir a urbe não se limitaram aos conflitos, confrontos e permanências entre sujeitos e suas concepções de mundo no campo da higiene, visando interferir nos espaços citadinos e no trato com os alimentos e as bebidas. Houve problemas também em controlar a presença de animais irracionais no centro da cidade e nas suas adjacências. Argumentava-se constantemente que na cidade não devia haver animais meneando por todos os cantos, já que isso era uma característica de áreas rurais e não das urbanas. Ademais, alguns bichos foram vistos como propagadores de enfermidades à população.

De acordo com matérias veiculadas no CE, essa presença de animais no espaço citadino constituía problema notório e devia ser sanada. Este foi, portanto, um outro conflito de grande monta na cidade de Campo Grande. O alvo das preocupações recaiu sobre os animais domésticos que eram abandonados e também sobre os demais bichos, como aves, bovinos, eqüinos e, sobretudo, suínos.

Parte destes animais era criada para abate e comercialização da carne, dentro do próprio espaço urbano; outros, eram utilizados em trabalhos dos mais diversos, também no espaço urbano. Em comum, todos eles estavam espalhados pela área urbana da cidade e desarmonizavam o conceito de progresso e de civilidade que se procurava implantar no local. Muitos, eram bichos sem donos que perambulavam de um lado para o outro em busca de alimentos e, por vezes, incomodavam e feriam os transeuntes, inclusive mordendo-os, em especial os cachorros.

Em 1968, o CE divulgou nota apoiando a ação do poder público municipal, cujo intuito era o de impedir que esta realidade existisse numa cidade do porte de Campo Grande. Elogiou-se a ação da Prefeitura Municipal em levar adiante a tarefa de “retirar das ruas os vira-latas” que infestavam a cidade. Era a Operação Caça-Totó que diariamente percorria “a cidade rebocada por um veículo.” Os cães sem donos eram “recolhidos a um depósito da Municipalidade.” Depois disso, os animais só podiam “ser retirados pelos respectivos donos” se estes preenchessem “certas formalidades.”

Esse trabalho logrou êxito ao ponto do periódico afirmar que a Operação Caça-Totó devia ser levada para vilas e bairros da cidade com o fito de que a “caçada seja geral” aos animais, uma vez que alguns locais da urbe tinham centenas de cães sem dono e os moradores estavam “apelando para a Prefeitura” no sentido de que fosse levada a estes locais a Operação Caça-Totó. “Agora, mais do que nunca, é preciso que todos os cães sejam “matriculados” e vacinados contra a raiva.<sup>535</sup>

Percorrendo as páginas do CE não há cobrança por parte deste periódico em empreender campanha visando eliminar a presença de animais domésticos do espaço público da cidade. No entanto, quando a municipalidade realizou esta campanha, o impresso rapidamente apoiou a ação do poder público, pois, na prática, este tipo de trabalho ajudava a urbe a ficar com aspecto civilizado e ordeiro, mesmo porque a política era uma ação proveniente do poder federal e os recursos eram da União.

O CE propôs que a Operação Caça-Totó fosse ampliada para as vilas e os bairros da cidade, como as Vilas Sobrinho e Planalto. Essa “sugestão” é outro ponto relevante da política feita pelo periódico. De “sugestão” em “sugestão” o CE divulgou as suas concepções de mundo e formou uma determinada sociedade, ou pelo menos tentou fazer isso, e em determinados momentos obter êxito. Os valores defendidos afinavam-se com os ideais de modernidade, progresso, civilização e, em especial, modernização.

---

<sup>535</sup> Apreensão de cães vadios nas vilas e bairros. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1968. A matrícula foi institucionalizada pelo Código de Polícia Administrativa em dezembro de 1967. Consta no artigo 87 que os cães que fossem “encontrados nas vias públicas da cidade e vilas” seriam “apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.” Já o artigo 88 determinou que o registro de cães devia ser “feito anualmente, mediante o pagamento da taxa respectiva.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

Na perspectiva da modernização, cabia aos grupos dirigentes guiar a cidade e o povo, dando-lhes as orientações necessárias que as pessoas comuns, justamente por não serem portadoras dos conhecimentos da elite, não tinham como se guiar sem a ajuda e o amparo de pessoas “mais entendidas”, isto é, das elites dirigentes.<sup>536</sup>

A Operação Caça-Totó, por sua vez, não se afastou deste propósito maior, o da modernização. Aos poucos, a cidade se viu livre dos animais e dos inconvenientes que porventura causassem à sociedade campo-grandense.<sup>537</sup> O impresso destacou o empenho do poder público municipal em livrar a cidade dos cachorros, retirando das “ruas a cainçalha vadia” que infestava a cidade. Embora a ação tenha sido elogiada, houve problemas no seu desenvolvimento. Um deles foi que vários animais de estimação desapareceram dos seus lares, pois foram apreendidos pelos servidores municipais e levados para o canil, tal como a legislação determinava.<sup>538</sup>

Para levar maiores informações aos leitores, e possíveis donos dos animais capturados, o CE esteve no “depósito de cães” “não só para levar aos nossos leitores a marcha da “Operação Caça-Totó”, mas também visando a levar aos donos de cães de estimação informações que os orientem para fazer o registro dos mesmos.”<sup>539</sup>

Este tipo de preocupação se devia ao fato do CE receber telefonemas, cartas, anônimas e assinadas, e pessoas na sede do jornal para relatarem o sumiço dos seus animais de estimação. Ao se deparar com a problemática, o periódico informou logo aos leitores que os animais eram bem-tratados por três funcionários e pelo chefe do local, o senhor Adereu Vicente Ferreira, e descreveu os cuidados recebidos pelos bichos no novo lar.<sup>540</sup>

---

<sup>536</sup> FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 99.

<sup>537</sup> A luta pela edificação de uma cidade moderna não se fez somente via grandes projetos e obras. A luta também ocorreu em todo e qualquer espaço, contra todo e qualquer sujeito que não estivesse alinhado com os ideais de uma cidade moderna. Ao prendê-los, automaticamente eliminava-se a presença visual destes bichos na cidade, assim como as conseqüências ditas malsãs desta presença para o ambiente urbano.

<sup>538</sup> O Código de Polícia Administrativa entrou em vigor 30 dias após a sua publicação, portanto, passou a vigorar a partir de 16 de janeiro de 1968, tendo em vista que foi divulgado, ou seja, publicado, no impresso Correio do Estado, que era o órgão oficial de divulgação dos atos da municipalidade, no dia 16 de dezembro de 1967. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967.*

<sup>539</sup> Mundo cão: como se desenvolve a “Operação Caça-Totó”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 30 jan. 1968.

<sup>540</sup> Além destes funcionários, que trabalhavam no canil, havia também os que realizavam tarefas nas ruas, aprisionando os animais e levando-os para o canil. Essa forma de atuação estava prevista no artigo 83 do Código de Polícia Administrativa, o determinou que os “animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos” deviam ser “recolhidos ao depósito da Municipalidade.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967.*

A reportagem afirmou que os cuidados para com os animais eram suficientes e que o então “Prefeito Plínio Barbosa Martins, sabendo que ia tocar no sentimento de muita gente, procurou aparelhar a Prefeitura para “receber bem a clientela canina”. O depósito onde estavam os animais recolhidos era uma “morada de luxo” para muitos dos vira-latas que ali estavam. A área era “novinha em folha, bem arejada e com um leito fofinho feito de serragem.” Havia bebedouro “com água limpinha.” Além disso, os cães “presos por vadiagem” recebiam ração de carne pela parte da manhã e à tarde.<sup>541</sup>

Esta passagem ilustra bem o poder das palavras de amainar os ânimos dos sujeitos diante dos anseios que eles possuíam. A matéria funcionou como um remédio tranquilizante para a comunidade que estava sem os animais de estimação. A informação do CE foi clara sobre a questão: bastava ir até o local e pegá-los, e então o problema estava resolvido. Diante disso, vê-se o potencial dos meios de comunicação em fazer uma coisa acontecer, virar realidade ou mesmo aniquilar possíveis projetos de determinados grupos sociais.

A matéria mostrou, além do que relatou o CE, que os animais domésticos não ficavam restritos ao espaço privado das residências. Essa constatação sinaliza a existência de pelo menos três aspectos do cotidiano citadino que devem ser destacados. Primeiro, externa a ação do poder público em tentar civilizar a cidade, afastando do espaço público os animais; segundo, a política do CE em apoiar a Operação Caça-Totó e; terceiro, mostra uma urbe parcialmente, para não dizer pouco, murada, já que muitos dos animais apreendidos pertenciam à comunidade.

A existência de animais nas vias públicas do centro da cidade, e também nos bairros, não sinaliza apenas e simplesmente a presença de animais nas ruas da cidade e possíveis incômodos por eles produzidos, mas indica com certa precisão a infra-estrutura da cidade de Campo Grande nesse período, ou seja, a urbe não possuía residências muradas que pudessem impedir a saída ou a entrada de animais nos espaços públicos ou privados da cidade.

A cultura de restringir a atuação dos animais no espaço privado ainda não estava solidamente alicerçada nos valores de boa parcela da população. Era comum deixá-los soltos. As ações do poder público e as matérias do CE contribuíram para alterar essa concepção de mundo, claramente baseada em valores que podem ser vistos como rurais e não nos urbanos. Nesse caso, civilizar implicou efetivamente em banir certos modos de viver, assim como determinadas condutas, do espaço urbano-citadino.

---

<sup>541</sup> Mundo cão: como se desenvolve a “Operação Caça-Totó”. CE, Campo Grande, p. 1, 30 jan. 1968.

Pensando nessa afirmação, se torna coerente o trabalho da Operação Caça-Totó. Ao todo, foram apreendidos, vacinados e registrados 113 cães, mesmo sem o consentimento dos possíveis proprietários. Os animais eram registrados e passaram a ter uma coleira que continha uma placa na qual constava o número do registro e a vacina. Esse trabalho custou “o expediente de NCr\$ 5,00.” O cão registrado, mesmo que fosse apreendido novamente, não seria eliminado. O animal ficaria “no depósito à disposição do dono.”<sup>542</sup>

O objetivo disso era garantir que os animais não seriam sacrificados, caso fossem capturados novamente. Depois de recolhido das ruas, o cão ficava no depósito, chamado pelo impresso de “Paraíso dos Inocentes”, durante 3 dias. No quarto dia, se ninguém fosse reclamar pelo animal, os funcionários ministravam “uma dose de esticnina, vindo em seguida os funerais, naturalmente sem choro nem velas.”

Neste local havia animais de diversas raças: “policiais puros ou mestiços, São Bernardos, luluzinhos de pêlo fino, vira-latas.” O canil abrigou também cães que causavam problemas para os seus donos. Houve o caso de um cão que mordeu uma pessoa e, por isso, “foi levado pelo próprio dono para ficar no depósito em observação” a fim de se averiguar se o animal tinha “sinais de hidrofobia.”

Na realidade, a matança de cães foi apenas parcialmente evitada. A maior parte dos bichos não foi registrada. Para estes restou então apenas a morte. O CE justificou a ação da matança afirmando que ela só foi realizada pelo fato da maioria dos cães não ter donos. Dos 113 animais, 80 foram eliminados, ou seja, mais de 65% dos bichos. Posteriormente, os cães foram enterrados num “cemitério” criado nos fundos do terreno em que existia o depósito.<sup>543</sup>

O texto, além de fazer um relato minucioso do lugar que os cachorros passaram a ocupar depois da interferência do poder municipal na questão, a saber: um espaço que não era o mesmo daquele freqüentado pelos habitantes da cidade, indica também a existência de uma preocupação do periódico em interferir em alguns modos de viver existentes na urbe.

Outra informação relevante reside no fato da própria matéria veiculada no impresso reforçar facetas da própria política que o CE desenvolveu e apoiou no decorrer de vários anos visando higienizar a cidade, proporcionando “saúde” aos munícipes da urbe. O CE desenvolveu a idéia de que esta política de higienização era fundamental para a população e a cidade terem melhores condições sanitárias.

---

<sup>542</sup> Mundo cão: como se desenvolve a “Operação Caça-Totó”. CE, Campo Grande, p. 1, 30 jan. 1968.

<sup>543</sup> Ibidem.

A convivência de bichos, mesmo nesse caso sendo animais domésticos, e de pessoas num mesmo espaço, foi colocada como um empecilho ao progresso citadino, como um perigo à saúde que devia ser eliminado. Em prol deste projeto de mundo, Campo Grande devia banir do espaço público da urbe, e também do privado, certos costumes e práticas tradicionais, boa parte de origem rural.

Essas formas de viver não se adequavam no universo de uma cidade moderna e cosmopolita, tal como propalavam alguns sujeitos da elite local e o próprio CE, que embora não tenha encampado especificamente essa campanha, já fazia frente contra a presença de outros bichos na área urbana, mesmo antes da publicação do Código de Polícia Administrativa do Município de Campo Grande, em 1967, que institucionalizou várias formas ditas salubres de viver na urbe.

Não era mais concebível ter animais soltos e sem-donos vagando pelas ruas e também não se podia mais aceitar a permanência, criação e a matança de animais na urbe, cujo propósito foi, durante várias décadas, o de fornecer carne, leite, e derivados deste, à população. A denúncia sobre a permanência, criação e abate de animais na cidade indica outra faceta deste mesmo processo de modernização que, para se desenvolver, careceu sempre do apoio do poder público e também da instrução de outras experiências citadinas.<sup>544</sup>

Essa realidade, no entanto, não era exclusiva da cidade de Campo Grande. O êxodo rural ocorrido entre as décadas de 1960-70 trouxe para os ambientes urbanos milhares de pessoas que antes viviam em ambientes rurais. Isso alterou significativamente o cotidiano dos espaços citadinos. Para argumentar que as cidades de Mato Grosso eram criadouros de animais, o CE transcreveu uma matéria publicada inicialmente na cidade de Dourados pelo periódico O Progresso, que denunciou a criação de suínos naquela urbe.

---

<sup>544</sup> Havia em Campo Grande uma presença muito destacada de valores e modos de viver provenientes de áreas “mais desenvolvidas” do Brasil. Uma parte desta chegada e inserção de outros valores e idéias, entenda-se “mais civilizados”, ocorreu por causa da ida de estudantes da terra para instituições educacionais de cidades como Bauru, Lins, Marília, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outras urbes, inclusive do exterior. A chegada de adventícios também alterou a realidade do lugar. Um caso expressivo é o da presença de aproximadamente 2 mil japoneses nas áreas rurais de Campo Grande na década de 1920. Antes deles ocuparem algumas áreas, via-se tais terras como “cerrado estéril”. Depois que eles passaram a produzir nelas, concluiu-se que elas não eram um “cerrado estéril”. Esse relato, bem como outras informações, consta na obra de um viajante que esteve na cidade e suas cercanias nos anos 20: AMARAL, Luiz. *A mais linda viagem: um “raid” de vinte mil quilômetros pelo interior brasileiro*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 11-13.

O impresso campo-grandense, diante da matéria, afirmou que esse fato não era exclusivo de Dourados. Para o CE, o relato podia se enquadrar perfeitamente à cidade de Campo Grande, já que “a criação de suínos em pleno centro e periferia” era sim, tanto quanto em Dourados, “um fato.” Cabia então denunciar a situação e pedir providências às autoridades competentes para que tomassem alguma providência, “principalmente porque o próprio nome do bicho – porco, indica falta de higiene, e a população de Campo Grande” clamava, “há muito, por higiene.”

O CE sugeriu então que fosse iniciada uma campanha de “dessuinização”, pois a urbe estava muito suja.<sup>545</sup> A matéria, publicada em 1966, ao mostrar que na cidade eram criados porcos, evidencia os conflitos culturais entre o que se pode chamar de progresso, modernidade e os modos de viver que foram intitulados como arcaicos, incivilizados e tradicionais. Parte destes conflitos, ou destas lutas, foi travada no campo das palavras e só depois alterou a realidade da urbe, já que uma legislação específica foi criada para materializar tal intuito.

Portanto, ainda antes da campanha Caça-Totó, o CE já divulgava matérias contrárias à presença de animais na cidade. No final de junho de 1967, veiculou-se matéria afirmando que vários moradores de uma vila da urbe denunciaram para o CE que o bairro em que residiam tinha um matadouro de suínos. Aos sábados abatia-se até 20 porcos e a carne era vendida nas feiras-livres da Vila Rosa, e inclusive “noutros pontos da cidade.”

Como não havia instalações adequadas para o abate dos suínos, o matadouro clandestino provocava “uma insuportável fedentina.” A população, que se viu incomodada com o cheiro, fez um abaixo-assinado e encaminhou-o para o responsável pela Saúde Pública do Estado, esperando que a autoridade tomasse “providências a respeito do “matadouro” .”<sup>546</sup>

Essa passagem mostra bem a ordem dos conflitos ocorridos no espaço urbano da cidade: necessidade de vender alimentos e falta de estrutura sanitária para encaminhar os detritos dos animais abatidos, que causavam mau cheiro na vizinhança. O caso ilustra a falta de infra-estrutura da urbe e o problema de conciliar as necessidades de uns e a possibilidade de trabalho de outros. O texto mostra nitidamente uma permanência de costumes rurais num espaço que era institucionalmente chamado de urbano. No entanto, na prática, esse espaço era muito mais rural do que urbano. A cidade dita urbana, por sua vez, existia muito mais no discurso do que na concretude material.

---

<sup>545</sup> “Criando porcos na cidade”. CE, Campo Grande, p. 6, 24/25 out. 1966. A matéria, ao mostrar que na cidade eram criados porcos, evidencia os conflitos culturais entre o que se pode chamar de progresso, modernidade e as práticas intituladas como tradicionais, incivilizadas e arcaicas. Parte destes conflitos, ou destas lutas, foi travada no campo das palavras e alterou a realidade da urbe, já que foram criadas leis que criminalizaram determinadas formas de viver.

<sup>546</sup> Matança de porcos na Vila Rosa. CE, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

Dias depois da publicação da matéria que denunciou a criação e o abate de suínos da área urbana, o poder público municipal, na época comandado pelo advogado Plínio Barbosa Martins, baixou a Portaria n. 1, de julho de 1967, criminalizando o trabalho dos matadouros clandestinos que abatiam não apenas suínos, mas também bovinos. Este documento concedeu poder à Inspetoria do SIPAMA, que era um órgão do poder federal, para agir na cidade e combater a matança de animais e a comercialização da carne em Campo Grande. A Inspetoria se propôs a agir contra o abate de animais que era feito em “matadouros improvisados e clandestinos” que se localizavam “em vários pontos da cidade.”<sup>547</sup>

O inspetor chefe do POINS, do SIPAMA do Ministério da Agricultura, para a região sul do Estado de Mato Grosso, Ernani de Oliveira Bastos, no uso das atribuições que lhe conferiam os dispostos do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, Decreto-lei n. 30.961 de 29 de março de 1952 e de acordo com o artigo 4 e 5, com seu parágrafo único do Decreto-lei n. 57.592 de 07 de janeiro de 1966 e de pleno acordo com o Prefeito Municipal de Campo Grande, proibiu no início do mês de agosto de 1967 “terminantemente no Município de Campo Grande o abate clandestino em barracões que se dizem matadouro, para o abastecimento de carne verde à cidade.”<sup>548</sup>

Os argumentos mencionados por Bastos para alicerçar essa decisão foram os seguintes:

1º) “a impossibilidade da fiscalização da matança de vacas novas em vários matadouros improvisados e clandestinos, localizados em diversos pontos rurais” de Campo Grande;

2º) os órgãos públicos não conseguiam realizar uma “fiscalização sanitária e técnica”, uma vez que a carne de várias das reses abatidas foi comercializada nos boxes do Mercado Municipal da cidade, sendo que parte destas possuía “doenças infecto-contagiosas e parasitárias transmissíveis ao homem”, e

3º) pelo fato de que havia “necessidade imperiosa de controlar a matança municipal de vacas novas, aptas para a reprodução”, uma vez que já tinham sido “constatadas a aquisição, por parte de marchantes e açougueiros de reses novas”, de animais refugados pela Inspeção Federal em estabelecimentos devidamente “registrados no Ministério da Agricultura e com dita fiscalização sanitária permanente.”<sup>549</sup>

---

<sup>547</sup> Plínio foi um político iniciado nos bancos da ex-UDN. Elegeu-se pela ARENA e pouco antes de assumir o cargo de prefeito de Campo Grande, em 1967, filiou-se no MDB. Foi um defensor destacado da causa divisionista. Matadouros clandestinos. *CE*, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1967.

<sup>548</sup> *Ibidem*.

<sup>549</sup> *Ibidem*.

A justificativa externada no texto da Portaria de Bastos, e assinada por Plínio Barbosa Martins, mostra que se fazia necessária uma ação das autoridades públicas para impedir a matança e a venda desta carne à população. Esse alimento, conforme sinalizou a Portaria publicada no dia 31 de julho de 1967, representava um grave problema de ordem sanitária: era uma ameaça à saúde das pessoas, devido os animais serem abatidos em locais impróprios, privados da higiene necessária, e por alguns deles terem sido inclusive refugados pelos matadouros legalizados em virtude de portarem doenças infecto-contagiosas.

Os açougueiros e marchantes que descumprissem a ordem e continuassem a vender carnes de procedência que não a de abatedouros credenciados, seriam advertidos pela equipe de fiscalização e, na reincidência, a carne seria “apreendida e os infratores punidos de acordo com a lei.”<sup>550</sup>

Conforme determinou a Portaria, o abate devia ser feito apenas nos estabelecimentos existentes ou que viessem “a ser construídos, com condições técnicas, higiênicas e instalações de maquinários e que” fossem “fiscalizados sanitariamente.” Todos os açougues no Mercado Municipal, na cidade e nas barracas em feiras livres receberiam “um certificado sanitário veterinário das carnes e miúdos que” seriam “vendidos em seus açougues.”<sup>551</sup>

Ações deste tipo mostram que a cidade estava em processo de transformação dos hábitos e costumes. Aos olhos da lei, passou-se a ver alguns dos costumes tradicionais como inadequados ao espaço urbano. Valores tradicionais passaram a ser criminalizados, ou não mais tolerados no espaço visto como cidadão.

A efetivação de determinadas legislações possuía relação direta com a própria evolução do saber científico e do modo de ver e ser de uma “cidade saudável”, não permitindo que uma cidade malsã se sobrepusesse a uma cidade sadia.<sup>552</sup>

---

<sup>550</sup> Matadouros clandestinos. *CE*, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1967.

<sup>551</sup> *Ibidem*.

<sup>552</sup> A cidade doentia do século XVIII fez com que surgissem pânicos e mitos em algumas partes da Europa. Passou a existir o medo urbano, sobretudo da morte por causa de epidemias das mais variadas. Diante disso, começou-se a medicalizar o ambiente, cujo objetivo era o de higienizar o espaço cidadão, tornando-o salubre. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 87 e 93. Em Campo Grande, essa política de zelar pela salubridade pública cabia à polícia sanitária municipal, conforme consta no artigo 557 da Resolução n. 43, de 1921. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921*. Estabelece o Código de Posturas do Município.

Seguramente Campo Grande não estava alheia a este universo de transformações que requeriam a quase que completa extinção de alguns costumes para a materialização de outros. Em geral, o saber científico começou a definir, por vezes de acordo com os interesses das elites, o limiar entre o que era permitido fazer e o que não podia ser feito no que foi institucionalizado como espaço urbano.<sup>553</sup>

Utilizando-se de recursos científicos e debates de experiências legislativas de outras cidades, Campo Grande passou a ter, cada vez mais, portarias, códigos de conduta, resoluções e leis que regiam a vida na urbe. Essa força da lei, por seu turno, funcionou como um poder que beneficiou, em determinados aspectos, a sociedade como um todo e, ao mesmo tempo, limitou-a nos seus afazeres.

O benefício reside no fato de a população passar a consumir apenas as carnes abatidas em conformidade com as exigências sanitárias. Portanto, eliminou-se praticamente o risco de intoxicação pela ingestão de alimento animal em condições impróprias para o consumo humano, pelo menos para quem comprava em estabelecimentos que seguiam as orientações sanitárias. O limite, que é o lado restritivo da questão, diz respeito a uma questão política.

Com a colocação de normas por parte do poder público para o abate e a comercialização de carne, este trabalho acabou por se tornar inviável de ser realizado por grande parte da sociedade que antes o fazia. De serviço realizado por muito trabalhadores, o abate tornou-se, pelo menos no campo legal, um serviço de poucos. Apenas as pessoas com certas posses tinham meios para estruturar os matadouros dentro dos preceitos exigidos pelo poder público.

Analisando as páginas do CE pode-se constatar a concomitância de matérias denunciando o trabalho de abate de animais e a publicação de anúncios particulares no periódico que divulgavam a existência de abatedouros e frigoríficos que foram descritos como legalmente capacitados para tal atividade.

---

<sup>553</sup> Até o final da década de 1930 não havia, no Brasil, uma legislação específica para distinguir os espaços urbanos dos espaços rurais. O poder federal, por meio do Decreto-lei n. 311, de dezembro de 1938, exigiu a delimitação na área municipal do que passou a ser chamado de quadro urbano e de quadro suburbano. Ambos constituíam o perímetro urbano ou área urbana. O que não se enquadrou neste rol figurou então como área rural. BRASIL (União). *Decreto-lei n. 311, de 02 de março de 1938*. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Embora fosse da alçada dos municípios definir em que lugar findava o perímetro urbano e em que local tinha início a área rural, essa delimitação trouxe alguns conflitos à população. Em Campo Grande isso foi nítido, em particular para as pessoas que tinham ou criavam animais em áreas que, mesmo tendo características rurais, passaram a integrar o perímetro urbano da cidade. O decreto-lei de 1938 não teceu considerações sobre esse fato, entretanto, se determinada área era urbana, logo, não era permitido que nela houvesse determinados animais, uma vez que a legislação municipal assim determinou. Observando essa situação, vê-se que nem sempre é adequado associar a restrição da presença de animais nas áreas urbanas com os postulados contidos nas análises higienistas e sanitaristas que, em parte, pensaram a presença de determinados animais nas cidades como um problema de saúde para toda a sociedade.

Os açougueiros e a população, por sua vez, deviam comprar este tipo de carne, que era sanitariamente adequada, e não a de outra procedência, que era um alimento de origem duvidosa e podia trazer problemas à saúde de quem o consumisse. Essa forma de argumentação mostra que o CE fez uma política em defesa da saúde da população e, ao mesmo tempo, procurou beneficiar a elite e os seus empreendimentos, não deixando que a legislação municipal fosse descumprida. O poder público e a lei, então, acabaram servindo mais aos interesses de um grupo da elite local do que da sociedade como um todo.<sup>554</sup>

Em nota publicada pelo CE em junho de 1968, vê-se novamente denúncia contra o problema da criação de animais na cidade. A matéria salientou que ainda havia muitas criações de porcos em quintais de residências localizadas no perímetro urbano da cidade de Campo Grande. Esse fato gerou inúmeras reclamações por parte da população que era vizinha destes lotes que tinham pocilgas.

As reclamações chegavam aos periódicos da urbe, informou o CE, e eram “levadas ao conhecimento das repartições competentes, mas a criação anti-higiênica, proibida por lei,” continuava. “Urge uma providência séria por parte dos responsáveis pela saúde pública, contra esse abuso, alvo de tantas reclamações.”<sup>555</sup>

Essa nota bastante sucinta em relação a outras matérias publicadas pelo CE ajuda a entender a ação jornalística da Empresa Correio do Estado e a sua forma de produzir o conteúdo de alguns assuntos veiculados no impresso. Parte deste conteúdo surgia nas páginas do diário mediante solicitações da própria população que assinava ou comprava mais esporadicamente o jornal.

Uma parte da população, que infelizmente não se sabe com maior rigor de qual grupo social era, mas o indicativo maior é de que fosse partidária das causas defendidas pelo CE, se valeu do impresso para denunciar costumes e hábitos que estavam em desacordo com as leis, decretos e acordos existentes na legislação, seja ela das alçadas federal, estadual ou municipal. As notas, em geral, visavam sempre exigir do poder público uma ação mais enérgica diante daqueles que praticavam modos de vida considerados tradicionais frente ao progresso que se impunha na cidade de Campo Grande.

---

<sup>554</sup> Sobre essa questão, ver MARX, Karl. La ley sobre los robos de leña. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 248-251 e 281-282. Para uma abordagem problematizadora do assunto, e inclusive outros exemplos históricos sobre a relação leis e história, ou história e direitos, em particular no caso da Revolução Francesa, ver VILAR, Pierre. História do direito, história total. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 33, 2006, p. 35-36. O autor também discute e analisa o escrito de Marx, antes citado.

<sup>555</sup> Criação de porcos na zona urbana. *CE*, Campo Grande, p. 7, 19 jun. 1968.

Analisando a legislação existente, pode-se afirmar que as leis davam conta, ou podiam repreender exemplarmente a população, no entanto, na prática, a efetivação das mesmas não se processou do modo desejado. A força prática do poder público estava aquém das ações realizadas pelas pessoas que infringiam a lei.

As autoridades eram cobradas, com frequência pelos veículos impressos, a impedirem a continuidade destas práticas de trabalho no espaço urbano. O CE recebeu constantemente reclamações da população, que denunciava os lugares de criação de porcos na zona urbana da cidade de Campo Grande. No entanto, as denúncias “às autoridades municipais”, afirmou o periódico, ficavam “sem solução e nenhuma providência” era “tomada”.

Nas áreas mais afastadas do centro da urbe era muito comum existir pocilgas no fundo das residências. Parte dos moradores se incomodava com essa situação e recorria ao poder público e, não menos, também aos jornais da cidade, em especial quando a situação não era resolvida pelas autoridades.

Essas denúncias permitem a reconstituição da geografia dos espaços ocupados por tais práticas e, mais do que isso, possibilitam a visualização de outras atividades de trabalho. Em geral, era nos quintais das residências que havia as pocilgas. Algumas tinham, mais ao fundo, pequenos córregos, que eram utilizados para escoar os excrementos dos animais. Estas causavam pouco incômodos para os vizinhos, já que os dejetos, que tinham péssimos odores, eram levados pela água, minimizando a fedentina. No entanto, muitas propriedades criavam porcos e não possuíam córregos na parte divisória dos lotes.

Isso não era propriamente um problema, pois as fezes dos animais tinham muita serventia, sendo utilizadas como adubo em canteiros de hortaliças. A utilização dos excrementos como adubo, e também a existência de pocilgas, ajudou a intensificar o odor, por exemplo, na Rua 13 de Maio, nas proximidades do Bairro São Francisco.

Em publicada no dia 03 de agosto de 1968, parte da vizinhança, que se dizia prejudicada, foi até a redação do CE. Reclamaram e pediram, “uma vez mais”, que “as providências cabíveis que o caso requer” fossem efetivadas, pois existia na cidade um Código de Polícia Administrativa e esta lei devia ser aplicada “contra os infratores” que criavam suínos e causavam fedentina na cidade.

Pela constância das reclamações, tudo indica que essa lei não era cumprida, assim como inúmeras outras.<sup>556</sup> A própria matéria publicada no impresso CE sinaliza essa situação, pois chegou a considerar o fato de que se o poder público não agisse, seria preciso então “esperar o término do recesso prolongado da nossa Câmara Municipal” para “que algum vereador” pudesse fazer “a reclamação por vias oficiais.”<sup>557</sup>

Pelo que sinaliza a matéria, eram constantes as queixas contra a criação e a matança de suínos na área urbana. Das décadas de 1950 a de 1970, a cidade de Campo Grande recebeu considerável quantidade de migrantes, cuja origem era rural. Até mesmo quem vivia na chamada “área urbana” da cidade deparava-se com modos de vida tipicamente rurais, próprios de zonas campeiras e interioranas.

Com a migração rural-urbana muitos dos hábitos ditos rurais, sobretudo alimentares, permaneceram, foram se tornando cada vez mais intensos na cidade. É certo que Campo Grande sempre teve este tipo de vida, contudo, com a chegada de pessoas do campo, a situação se tornou mais nítida, e os confrontos também, afinal, pessoas provenientes de cidades ditas modernas também rumaram para Campo Grande neste período e passaram a não aceitar a realização de práticas rurais em espaço urbano.

As denúncias dos moradores, reclamando do mau cheiro que exalava “das pocilgas e do desassossego causado pelo grunido da porcada”, eram cada vez mais constantes nas páginas do CE, porém, como o próprio periódico afirmou, as “autoridades competentes” se revelavam “incompetentes para tomar providências a esse respeito”. Isso fazia com que o “abuso” continuasse a existir na cidade de Campo Grande.

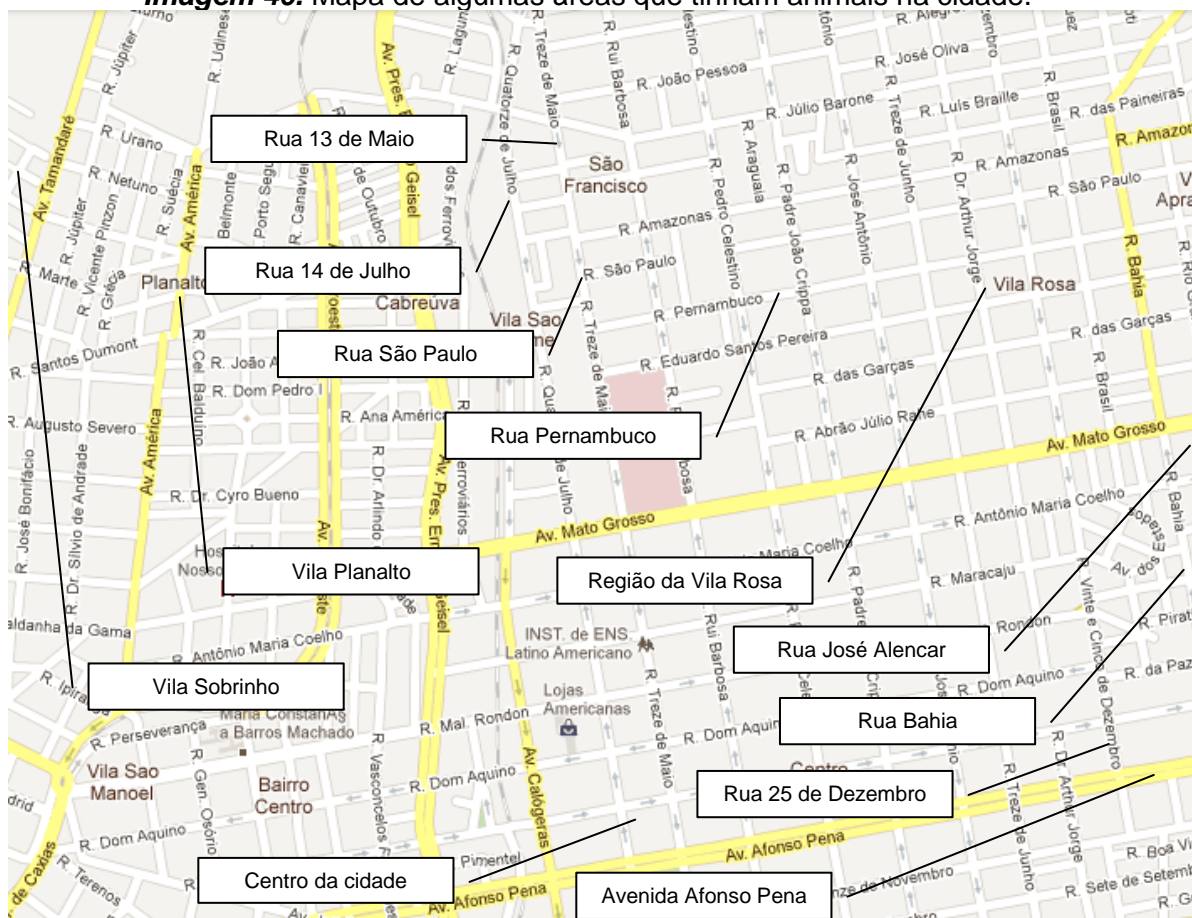
---

<sup>556</sup> Cabe pontuar aqui que embora a cidade já tivesse resoluções e leis que disciplinavam a presença de animais na urbe desde no início do século XX, não havia, até o final da década de 1960, uma proibição expressa para a permanência e criação de alguns animais, incluindo os suínos, na área urbana da cidade. Contudo, depois que o CE passou a fazer uma campanha pela “dessauinização” da área urbana de Campo Grande, o poder público municipal sancionou o Código de Polícia Administrativa que proibiu, conforme consta no artigo 82, “a permanência de animais nas vias públicas.” Antes, de acordo com o artigo 305 da Resolução n. 43, de 1921, também não era permitido que os animais ficassem soltos e ou vagando pelas ruas e praças, no entanto, segundo consta no artigo 303, permitia-se a presença de animais nas vias públicas, desde que respeitadas algumas exigências. O Código de Polícia, publicado no dia 16 de dezembro de 1967, por sua vez, determinou no artigo 85 que era “proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.” Além disso, aos proprietários de cevas existentes na sede municipal tiveram um “prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Código, para a remoção dos animais.” Já no artigo 86 constava que era “igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.” Conforme o artigo 92, também era “expressamente proibido” “criar galinhas nos porões e no interior das habitações” e “pombos nos forros das casas de residência.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921*. Estabelece o Código de Posturas do Município e CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967*. Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

<sup>557</sup> Criação de porcos na zona urbana. CE, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1968.

Para facilitar o trabalho de fiscalização da Prefeitura, dos agentes do Centro de Saúde e do Serviço de Saúde do Estado, e para que estes se fizessem cientes do problema e entrassem “em ação para acabar com a criação de suínos na cidade”, o CE chegou até mesmo a mapear os principais locais onde havia criação de porcos na cidade, a saber: “na Rua São Paulo, na Rua 25 de Dezembro, atrás do Colégio das Irmãs, na Rua Pernambuco e num local situado no prolongamento da Rua da Constituição.”<sup>558</sup>

**Imagem 40.** Mapa de algumas áreas que tinham animais na cidade.<sup>559</sup>



Além de cobrar providências das autoridades legalmente constituídas, o CE atuou como delator dos locais que criavam suínos. Deve-se pontuar que estes territórios citados ficavam na área central de Campo Grande ou estavam muito próximos dela, portanto, a maioria das vilas e bairros sequer tinha sido alvo de denúncia. Conforme a cidade adensava-se populacionalmente, e as áreas, antes tradicionais, eram modernizadas, cresciam as denúncias feitas pelos próprios moradores.

<sup>558</sup> Criação de porcos transforma a cidade em pocilga. CE, Campo Grande, p. 6, 16 set. 1968.

<sup>559</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

No entanto, nem todas as pessoas se posicionaram contrárias à criação de porcos. Embora essa idéia não tenha sido mostrada com muita vivacidade, uma parcela da sociedade achava que isso era perfeitamente compatível com a vida urbana, assim como o era no mundo rural. Exemplo nítido dessa realidade aparece num texto datado do mês de novembro de 1972, quando o CE dialogou com os seus leitores afirmando que o “que para muitos” parecia “uma coisa muito comum e inofensiva, para os moradores da Vila Noroeste, situada a Rua José de Alencar, em pleno centro da cidade,” era uma situação que causava “problemas de relativa gravidade.”

Os moradores daquela Vila escreveram para a redação do CE e contaram que se tornara “insuportável a criação de porcos existentes naquele conjunto residencial.” Era “grande o número de pernilongos originários da lama mal cheirosa do chiqueiro dos suínos, onde as moscas realizam constantes banquetes.” Na missiva enviada ao periódico, os moradores da Vila Noroeste solicitaram que o fato fosse publicamente denunciado para que as autoridades da Secretaria de Saúde, então, tomassem “providências no sentido de exterminar a irregular criação de porcos.”<sup>560</sup>

A menção do CE aos vereadores, ao Código de Polícia Municipal, ao poder executivo, às autoridades competentes, ao Serviço de Saúde do Estado e do Município, dentre outros órgãos, indica uma certa peregrinação do jornal em buscar o órgão competente para tratar da questão, solucionando-a. Na realidade, as leis existiam, mas os sujeitos, as autoridades públicas, delegavam umas para as outras a responsabilidade de “solucionar” o problema levantado e abrigado nas páginas do CE.

Nos territórios onde havia pocilgas, geralmente existiam também outras criações de animais, tais como: bovinos, cabritos, cavalos, galinhas e ovelhas. A presença destes bichos foi vista como um problema em razão de outras questões. Os sons emitidos por estes bichos e o cheiro que exalava dos excrementos não era tão significativo como o dos suínos, entretanto, esses animais ficavam soltos pelos espaços públicos da urbe.

Para eliminar essa realidade, foram constantes a investidas por parte do periódico, tanto publicando textos quanto divulgando imagens dos animais. Recorrentes também foram as matérias que denunciaram os locais em que havia abatedouros clandestinos que continuavam a abater e comercializar carnes, em particular as bovinas e as suínas. Essa permanência de animais na cidade, e o conseqüente abate e consumo da carne, se deve efetivamente ao fato da região, que era vista como urbana, ser, na realidade, um território muito mais rural do que urbano, e também por tais ações serem parte do modo de viver das pessoas que as praticavam.

---

<sup>560</sup> Criação de porcos no centro da cidade. CE, Campo Grande, p. 2, 16 nov. 1972.

Neste período, as áreas urbanas e suburbanas possuíam consideráveis faixas de terra tomadas por vegetação, algumas ainda nativas e desprovidas de cercamento. Em algumas destas áreas residiam chacareiros e sitiantes que plantavam alimentos e criavam animais. Muitos destes bichos ficavam nos quintais destas e de outras residências, casebres e barracos que foram construídos nas proximidades do centro comercial de Campo Grande.

A extensão dos terrenos, na maioria com 1.000m<sup>2</sup> ou mais, ajudou a manter uma pequena produção de hortaliças, árvores frutíferas, e também pequenas criações de cavalos, galinhas, porcos e vacas leiteiras que, não raramente, se espalhavam pelas vias públicas da cidade. Estes bichos eram utilizados para a realização de trabalhos de transporte de pequenas e médias cargas, e também para a retirada de leite, depois consumido pelos integrantes da família ou vendido à população.

Esses animais não tinham local específico para pastar. Como havia muitos lotes sem edificações e desguarnecidos de cercas e muros, era corriqueiro levar os animais no clarear do dia e deixá-los amarrados, pastando nesses terrenos. Alguns bovinos e eqüinos acabavam por se soltar das amarras e, não raro, percorriam as ruas da cidade a esmo, por vezes ladeando as margens de córregos. Essa realidade amedrontou os passantes “mais civilizados” e causou transtorno também ao fluxo de charretes e de veículos da Cidade Morena.

Em fevereiro de 1969, uma das vias públicas de maior movimento na cidade de Campo Grande foi tomada por alguns animais. A população presenciou, em pleno domingo, um “verdadeiro desfile eqüino” na Avenida Kennedy, outrora também chamada de Avenida Mato Grosso.<sup>561</sup> Havia “duas éguas, dois petiços e quatro cavalos” que “passeavam folgadoamente entre as Ruas 13 de Maio e Rui Barbosa. O fato chamou a atenção dos transeuntes e principalmente da criançada, que teve a sua tarde de domingo enfeitada por dois petiços.”

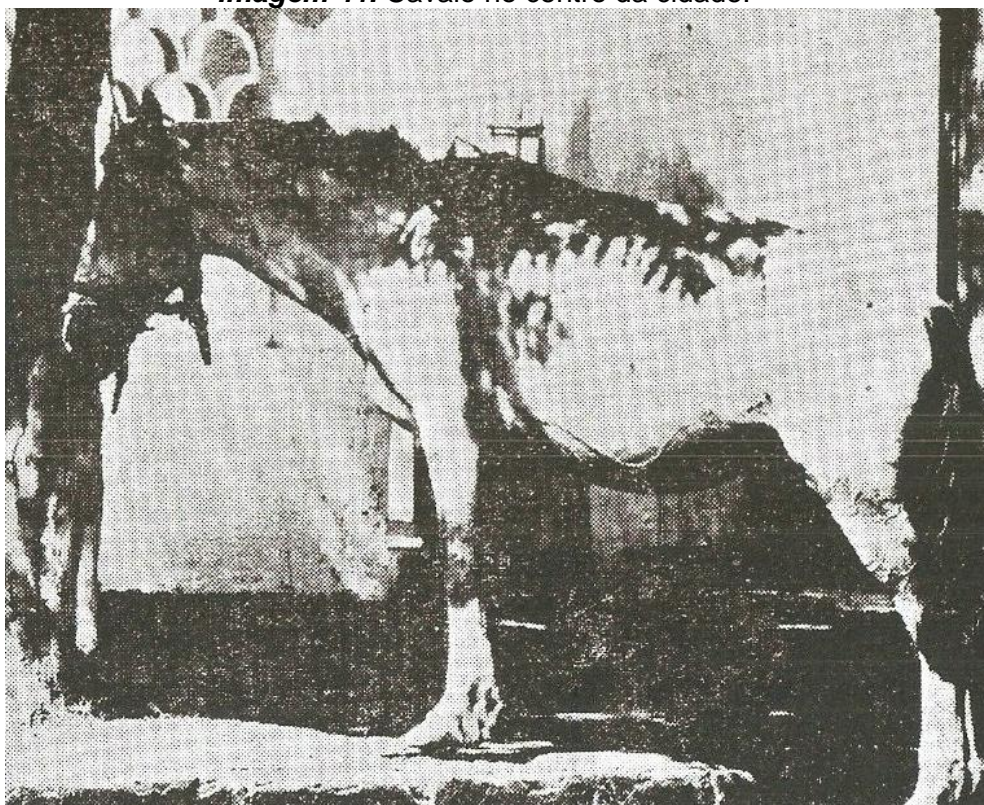
O CE lamentou o fato e afirmou que era “comum acontecer em Campo Grande” esse tipo de situação, “principalmente na parte central da “Maior Cidade de Mato Grosso”, sem que as autoridades municipais” impusessem “as medidas legais para os casos”, mesmo sendo amparadas legalmente pelo Código de Polícia Administrativa. Como o argumento legal não surtiu o efeito esperado, uma vez que havia animais em todas as partes da cidade, o CE passou a usar outra linha de raciocínio para sensibilizar as autoridades.

---

<sup>561</sup> A Avenida Mato Grosso passou a ser chamada Avenida Kennedy em homenagem ao então presidente dos Estados Unidos, que foi assassinado em 1962. Posteriormente, voltou a ser denominada Avenida Mato Grosso.

Passou-se a argumentar que a apreensão dos animais soltos pelas ruas da cidade tinha amparo legal e que, além disso, era “também fonte de renda para os cofres municipais. Talvez, em se falando em “renda para os cofres municipais”, alguns de nossos secretários da municipalidade resolvam tomar atitude contra os animais que andam perambulando pelas nossas ruas.”

**Imagem 41.** Cavalo no centro da cidade.<sup>562</sup>



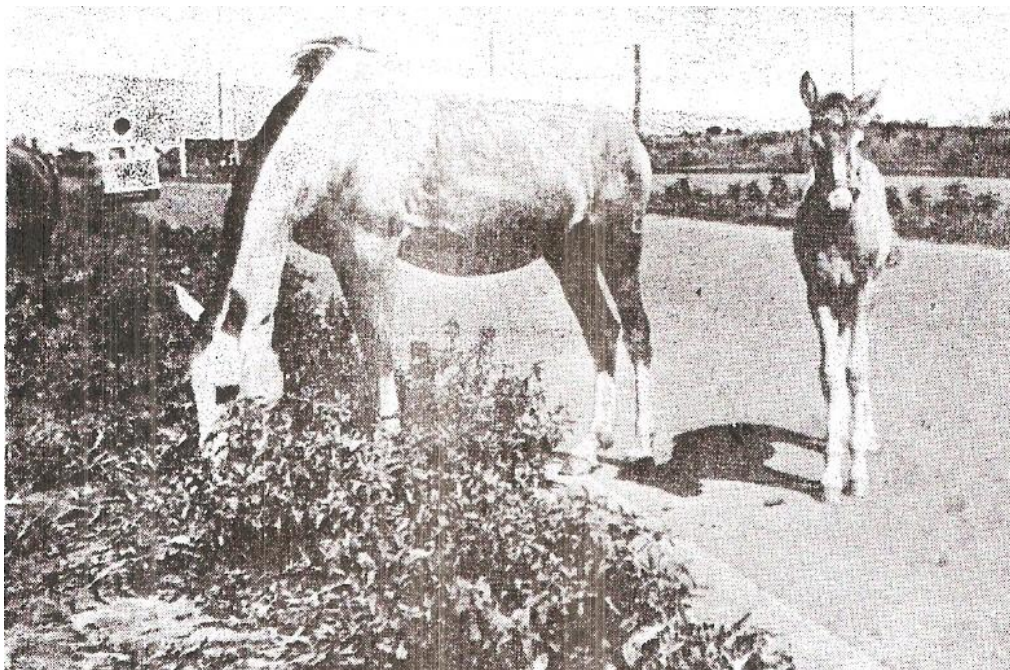
Mesmo que o problema fosse resolvido, sinalizou o impresso, “infelizmente não” poderemos “contar o vexame” passado por “várias famílias das imediações.” Concluiu-se a matéria afirmando que não estava “certo” haver na cidade esse tipo de situação. A urbe tinha “que ser um pouco menos cavalar.”<sup>563</sup>

Nas áreas distantes do centro da cidade a presença de animais era mais recorrente, porém nem sempre se tornava notícia nas páginas dos periódicos. Exceção ocorria quando os animais disputavam o espaço com os veículos que circulavam nas vias públicas ou nas rodovias. Essa situação ocorreu em 1971, quando dois animais de carga, provavelmente cavalos, foram visto nas imediações das Avenidas Duque de Caxias e Pedro Pedrossian, que levavam ao aeroporto da cidade.

<sup>562</sup> Ontem de manhã... *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 mar. 1972.

<sup>563</sup> Animais soltos nas ruas. *CE*, Campo Grande, p. 8, 25 fev. 1969.

**Imagem 42.** Animais em uma via pública da cidade.<sup>564</sup>



A matéria informou que estas vias estavam “continuadamente “povoadas” por animais cavalares”, que ameaçavam “a segurança dos veículos.”<sup>565</sup> As ruas e avenidas tinham deixado de ser um espaço para o trânsito de veículos e passaram a ser um local de criação de animais.

O serviço de apreensão de animais da Prefeitura, caso quisesse mesmo trabalhar não daria conta do serviço, pois animais vacuns e cavalares são vistos diariamente em um ou outro ponto da cidade, mesmo em ruas pavimentadas, desafiando as posturas municipais e ameaçando a segurança de transeuntes e de veículos.<sup>566</sup>

Neste relato pode-se constatar a extensão do problema que envolvia os animais e os sujeitos que eram os seus donos. A cidade era dotada de legislação oportuna para combater a invasão que os bichos causavam, porém, não havia meios, de fato, para penalizar os donos destes animais. Isso se deve mesmo pela pobreza financeira dos proprietários.<sup>567</sup>

Pouco adiantava cobrar taxas destas pessoas se as mesmas não tinham como liquidadá-las. Já para quem tinha certas condições, a municipalidade efetivava cobranças, como no caso dos charreteiros, que ficavam nas proximidades da Estação Ferroviária e prestavam serviços de transporte de pessoas e de mercadorias.

Havia animais também em vários outros locais da cidade:

---

<sup>564</sup> Animais ameaçam a segurança pública. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 jan. 1971.

<sup>565</sup> *Ibidem*.

<sup>566</sup> *Ibidem*.

<sup>567</sup> Nem sempre o poder público agiu da forma esperada pelo *CE*. Eram constantes as reclamações do periódico, informando que as autoridades municipais não faziam a legislação ser cumprida pelos municípios.

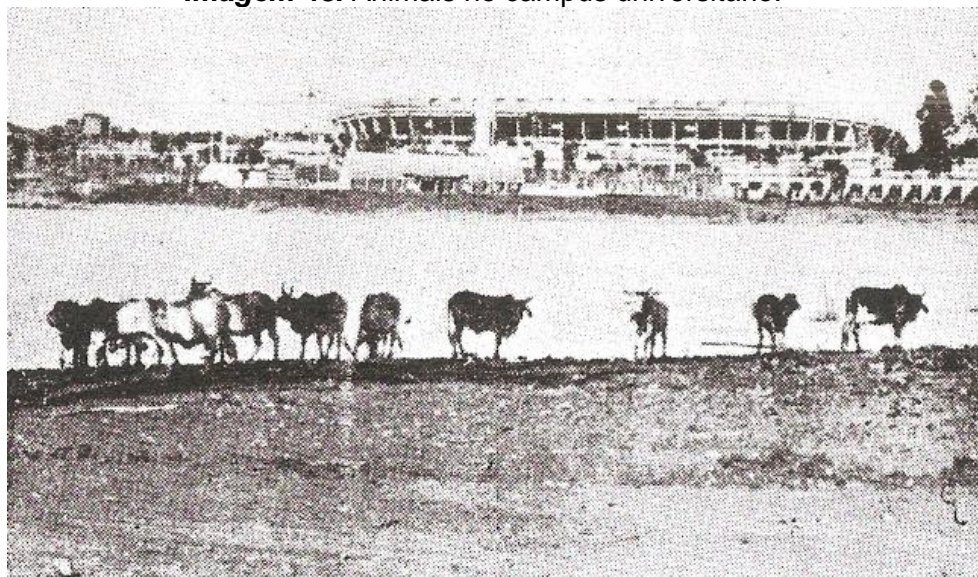
Os proprietários das charretes que fazem ponto na rua 26 de Agosto, próximo da Avenida Calógeras, já não tem problemas para forragear seus animais mais de tração. É que ali existe um matagal muito viçoso, e a partir das dezesseis horas os animais, muitos atrelados nas charretes são postos a pastar no local, mesmo em cima das calçadas.<sup>568</sup>

A Estação Ferroviária, por seu turno, ficava na área central de Campo Grande e era ponto de referência dos visitantes. A Rua 26 de Agosto, esquina com a Avenida Calógeras, era um dos locais de maior fluxo de pessoas e o comércio da região era expressivo, mesmo assim, havia animais e mato neste espaço. Essas informações dão uma dimensão do quanto a cidade ainda era rural no início da década de 1970.

Cotidianamente o CE fez política em prol da cidade moderna. Na então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) também havia animais. O gado que era “criado solto nos arredores da cidade”, e perturbava “a tranquilidade dos bairros, já descobriu o Lago do Amor, em cujas águas mata a sede. Ao fundo aparece, de forma majestosa, “O Morenã”, o grande estádio da Cidade Universitária.<sup>569</sup>

Na imagem, vê-se o contraste entre o mundo dito urbano e o rural.

**Imagem 43.** Animais no campus universitário.<sup>570</sup>



Pelo fato da UEMT estar na época distante do centro comercial da cidade de Campo Grande, essa territorialização não foi vista como um problema de grande monta. Contudo, a presença de animais deste tipo em outras e mais importantes vias públicas era um alerta geral de que a vida na cidade estava mesmo num patamar próximo a do campo.

Havia “belas vacas leiteiras” na Avenida Afonso Pena, a principal via do Estado de Mato Grosso, segundo o CE. Para o jornal, este tipo de situação era lamentável.

<sup>568</sup> “Invernada” na 26 de agosto. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 fev. 1971.

<sup>569</sup> Gado descobre o Lago. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 fev. 1971.

<sup>570</sup> *Ibidem*.

Em agosto de 1971, o CE afirmou que tinha o “desprazer” de informar “ao amigo leitor” que “três cavaleiros” “pastavam tranqüilamente no ASFALTO da Rua Bahia, cheio de buracos.” No local, nasciam

[...] até gramíneas. Dali os cavalos desceram para a Afonso Pena, num eloqüente atestado de que a mais bela Avenida do Estado está sendo transformada num reduto animalesco, que possui tantos buracos, que julgamos ser ali onde se escondem os animais, quando vêem, se é que vêem, os encarregados de manter os animais fora do perímetro urbano.<sup>571</sup>

A existência de animais na Rua Bahia, e particularmente na Avenida Afonso Pena – “a mais bela Avenida do Estado” –, era uma agressão física e moral ao monumento cidade. O CE defendeu e lutou constantemente para que Campo Grande tivesse pessoas e construções de envergadura, e não animais nas vias para causar “desprazer” ao status de cidade moderna que a elite local afirmava que Campo Grande possuía.

Como se pode observar por estas afirmações publicadas no CE, não raro a ironia era utilizada para divulgar as incivildades que ocorriam em Campo Grande, tal como o “desfile” animal ocorrido numa das principais artérias da cidade e depois ao solicitar que a cidade tinha “que ser um pouco menos cavalar” ou que a urbe foi “transformada num reduto animalesco.” Ao mencionar a constância do fato – animais nas ruas – o CE acabou por registrar o cotidiano de conflitos que a cidade tinha e que a lei em voga não conseguiu eficazmente impedir a continuidade dos mesmos.

O descumprimento da legislação ocorreu pela falta de policiais para fiscalizar as condutas chamadas “ilegais” diante da lei e, sobretudo, pelo fato dos “infratores” não terem como pagar as possíveis multas que a municipalidade podia aplicar aos “infratores”, bem como o poder público tinha que apreender os animais, abrigá-los e prover alimentos para que, posteriormente, os donos viessem retirá-los, depois de pagar a multa, fato muito difícil de ocorrer em razão dos próprios valores das multas.

A morte de animais e a permanência das carcaças nas vias foi outro elemento que o CE denunciou por meio das páginas do impresso e também via programa radiofônico. Em janeiro de 1971, o CE noticiou a morte de animais e o transtorno devido às carcaças estarem espalhadas pelas vias públicas ou literalmente jogadas nos leitos dos córregos que passavam pelo centro da cidade. Nesse caso, a informação chegou até o periódico CE por meio do programa radiofônico Matutino Cultura, da Rádio Cultura, que era transmitido durante o período da manhã, e continha na sua programação um “apreciado” quadro.

Os moradores das imediações sentiram um mau cheiro exalando dos corpos dos animais e denunciaram o fato para o programa Matutino Cultura. Por meio do quadro Um fato em foco, a cidade passou a ter conhecimento de que havia “dois cães mortos boiando nas águas do córrego Prosa, na Rua 14 de Julho”, inclusive as autoridades públicas.

---

<sup>571</sup> Um dia é da vaca, outro do cavalo. CE, Campo Grande, p. 1, 18 ago. 1971.

Divulgou-se nesta mesma matéria que os corpos de animais de grande porte também ficavam jogados pelas vias públicas. Havia uma carcaça “de um cavalo que foi eletrocutado por um fio elétrico da CEMAT, na Avenida Bandeirantes,” e “ficou abandonada naquela via pública mais de três dias.” O encontro dos dois casos indicou que a Prefeitura não estava “levando muito “no ponto” o caso da remoção de animais mortos,” embora o caso se enquadrasse na “obrigação genérica de limpeza pública.”<sup>572</sup>

Assim como no caso dos suínos que faziam barulho e das pocilgas que exalavam mau cheiro, a presença de outros animais na área urbana também foi denunciada devido o odor que exalavam ou pelos incômodos sonoros que produziam. Pelo que se pode observar nas muitas matérias veiculadas no CE, a centralidade destas estava em modernizar a cidade. Tudo que denegrisse estética e infra-estruturalmente a imagem da urbe merecia nota por parte deste periódico.

A maior política do CE foi a de transformar a cidade de Campo Grande num espaço moderno e civilizado. Esse foi o grande projeto do periódico. Fazer isso implicou em afastar do centro os animais que ocupavam muitas vias de trânsito da cidade, dando a ele um aspecto de lugar sem lei e atrasado diante dos avanços do mundo moderno. Era preciso eliminar essa realidade.

O que pensariam os visitantes? Quais imagens teriam da cidade? O que falariam deste povo que não cuidava da própria cidade e queria que a região sul de Mato Grosso fosse transformada num Estado? Como tornar a região numa Unidade Federativa do Brasil se a cidade mais desenvolvida, que era Campo Grande, tinha tantos problemas por resolver?

Ao privilegiar o modo de vida urbano e dito civilizado, parte da elite local e do próprio poder público, criaram e efetivaram leis nas quais as pessoas comuns foram penalizadas. Grande parte desta campanha foi feita via páginas do CE. Neste sentido, pode-se dizer que o CE fez política por meio do próprio veículo de comunicação.

Essa política defendeu escancaradamente um determinado modo de viver na cidade como “certo”. Por seu turno, tal prática passou a conceber muitos dos trabalhos e dos outros modos de viver urbanos que existiam na cidade como “errados”, em particular as formas de trabalho e de viver urbano que as pessoas comuns praticavam.

---

<sup>572</sup> Animais mortos apodrecem no centro da cidade. CE, Campo Grande, p. 1, 12 jan. 1971.

## CAPÍTULO IV – O POVO COMUM NA CIDADE: TRABALHO E VIVER URBANO

A cidade, como espaço de atuação para múltiplos, diversos e distintos sujeitos sociais, integra e faz com que interajam neste mesmo espaço todas essas pluralidades. Esse processo, na cidade de Campo Grande, mostrou-se conflituoso na maior parte dos casos e abarcou sujeitos pertencentes a todas as esferas sociais.

Analisando-se os conflitos vê-se que a cidade não era um local homogêneo, fruto da ação de apenas alguns sujeitos ou de determinados grupos políticos outrora pensados como hegemônicos em todos os sentidos, mesmo que alguns documentos mostrem somente essa versão da história, relegando certas pessoas comuns ao âmbito da não-existência.<sup>573</sup>

Uma urbe deve ser pensada como um espaço de trabalho e de viver humanos, como um local de produção da cultura e reprodução de modos econômicos e sociais, de indefinidas pessoas, plurais em seus projetos e realizações.<sup>574</sup> Também deve ser perscrutada como um campo em que determinadas hegemonias se sobrepõem a outras formas de cultura. Portanto, a cidade sempre precisa ser pensada, sobretudo pelos historiadores, como um espaço de tensões e conflitos entre pessoas e grupos que se querem fazer hegemônicos ou almejam continuar neste posto, utilizando, para isso, diversos instrumentos de luta, nem sempre belicosos.<sup>575</sup>

A relação cotidiana, quase sempre conflituosa, de setores mais abastados ou moralmente “superiores” a outros constitui ponto de grande relevo nesta empreitada e fornece subsídios importantes para se compreender como certas culturas e/ou valores, em particular os modos de vida de prostitutas, de leiteiros ambulantes e de menores abandonados, foram criminalizados, ou não, por alguns grupos da elite campo-grandense nas décadas de 1960-70.

---

<sup>573</sup> Uma reflexão bem oportuna está em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001, p. 22. Segundo a autora, a elite que controla “a sociedade normatiza e auto-sanciona os valores que regem a vida dos cidadãos e exclui, rejeita, ignora, maltrata ou destrói aqueles que não aceitam ou que se enquadram dentro das regras estabelecidas.”

<sup>574</sup> Não se deve pensar trabalho e viver urbano como duas atividades estanques, mas sim como culturas que, em conjunto, constituem-se. Nesse sentido, o subtítulo deste capítulo é apenas didático, pois na realidade essa divisão não ocorre na concretude histórica.

<sup>575</sup> HOBBSBAMM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 7-23 e 35-53. Nessa obra o autor mostrou como o povo se opôs a pressão da classe dominante sem se utilizar de armas. No caso em estudo, era uma ação sutil e silenciosa dos operários contra a exploração capitalista empreendida pelo patronato e pela sociedade em geral contra as pessoas comuns. Especificamente sobre o roubo, Hobsbawm afirmou que ele deve ser analisado como parte integrante da cultura de resistência de determinadas classes pobres, sendo então um recurso necessário para que estas pessoas não pereçam na miséria absoluta. Para a realidade brasileira, consultar os escritos de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002, PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 187 e SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

O estudo destes grupos de sujeitos e, mais do que isso, a presença destas pessoas na cidade, indica a existência de vários territórios e de inúmeras territorializações e reterritorializações em Campo Grande, entretanto, indica também as ações e os projetos empreendidos por parte da elite local na tarefa de ordenar e, não menos, eliminar parte da cultura e dos valores destes sujeitos que também viviam na Cidade Morena.

#### 4.1 Saneamento moral

Existem condutas próprias e aceitáveis? Há modos de viver que agradem a sociedade? Como é possível saber o que deve e o que não deve ser feito no cotidiano de uma cidade? E quais sujeitos têm o poder de impor o certo e o errado para o restante da população? E quem deve impor estes limites entre o aceitável e o condenável?

As brigas, esfaqueamentos, furtos, roubos, tiroteios, desentendimentos verbais, mendicância e prostituição estavam no centro das preocupações do CE e precisavam ser banidas do centro da cidade de Campo Grande, pois eram vistas como condutas impróprias para o ambiente civilizado. Esta última, a prostituição, mereceu destaque em matérias publicadas pelo CE entre as décadas de 1960 e 1970.<sup>576</sup>

Analisando textos do período vê-se que as áreas de prostituição foram, aos poucos, afastadas do centro comercial da urbe. Práticas imorais, como urinar nas vias públicas, dirigir gracejos às moças de família, embebedar-se noite adentro, conduzir veículos em alta velocidade e de forma irresponsável, fazer algazaras nas sessões de filmes, além de discutir e agredir pessoas mais velhas, também foram combatidas via imprensa.

Boa parte dos textos veiculados originava-se de abaixo-assinados que os moradores “de bem” endereçavam às autoridades policiais da época ou diretamente ao CE. Outra parte era fruto das necessidades do Jornal em transformar a cidade num outro espaço: entenda-se mais moderno e em consonância com o mundo civilizado. Objetivava-se ordenar a cidade, tirando-a da situação de desordem na qual a elite dizia que ela estava.

Essa questão, contudo, não é recente na história brasileira. No século XVIII, quando as cidades mineiras passaram pelo início do processo de urbanização, o espaço da cidade se tornou um local que atraiu “todo tipo de aventureiro” e os órgãos públicos constituídos manifestaram-se muito preocupados “com a desordem que lhe vai nas entranhas: os costumes frouxos, uma religiosidade de fachada, uniões não consagradas pela Igreja, desrespeito às autoridades, corrupção, prevaricação, usurpação da coisa pública etc.”<sup>577</sup>

---

<sup>576</sup> Sobre essas questões, ver as seguintes matérias: A cidade e o policiamento. *CE*, Campo Grande, p. 2, 31 maio 1961, A cidade quer silêncio noturno! *CE*, Campo Grande, p. 5, 27 dez. 1961, A polícia não tem praças para patrulhar a cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 jun. 1967, Molhadores” de rua. *CE*, Campo Grande, p. 5, 17 fev. 1962, Palavrões indecorosos no Cine Alhambra. *CE*, Campo Grande, p. 7, 26 set. 1967 e Psicodélicos em ação: Rua Maracaju virou inferno. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 out. 1969.

<sup>577</sup> PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 71.

Em Campo Grande problemas deste tipo passaram a ser cada vez mais comuns somente a partir da década de 1960, tempo em que a cidade presenciou uma intensificação da urbanização e houve também uma concentração populacional no espaço citadino, em particular pela vinda de pessoas de outras localidades, muitos dos quais eram, sem dúvida, “tipos aventureiros” e outros tantos sujeitos vieram somente em busca de trabalho e de uma vida economicamente mais sólida para os seus integrantes. Contudo, o CE registrou e publicizou em suas páginas bem mais as ações dos “tipos aventureiros” do que do povo comum trabalhador que territorializava a urbe. As “mulheres da vida” são um bom exemplo.

Nas décadas de 1940-50, as mulheres que usavam o corpo como instrumento de trabalho eram chamadas pelos periódicos *Jornal do Comercio*, *Jornal O Matogrossense* e *Jornal Correio do Estado*, que circulavam na cidade de Campo Grande, pela seguinte denominação: “decaídas”. Em décadas seguintes, nas de 1960 e de 70, essas mulheres passaram a ser pensadas na imprensa periódica da urbe como mariposas (alusão à borboleta que só sai a noite), rameiras, camélias, vadias ou mulheres de vida fácil.

O termo prostituta, embora utilizado em certos momentos, quase não é citado nos periódicos durante o período que compreende as décadas de 1940 a 70. Os ambientes em que elas trabalhavam recebiam o nome de lupanares, casas suspeitas ou rendez-vous.<sup>578</sup> Posteriormente passaram a ser bordel, casa de zona, casas de prostituição, casa da luz vermelha ou dancing.<sup>579</sup>

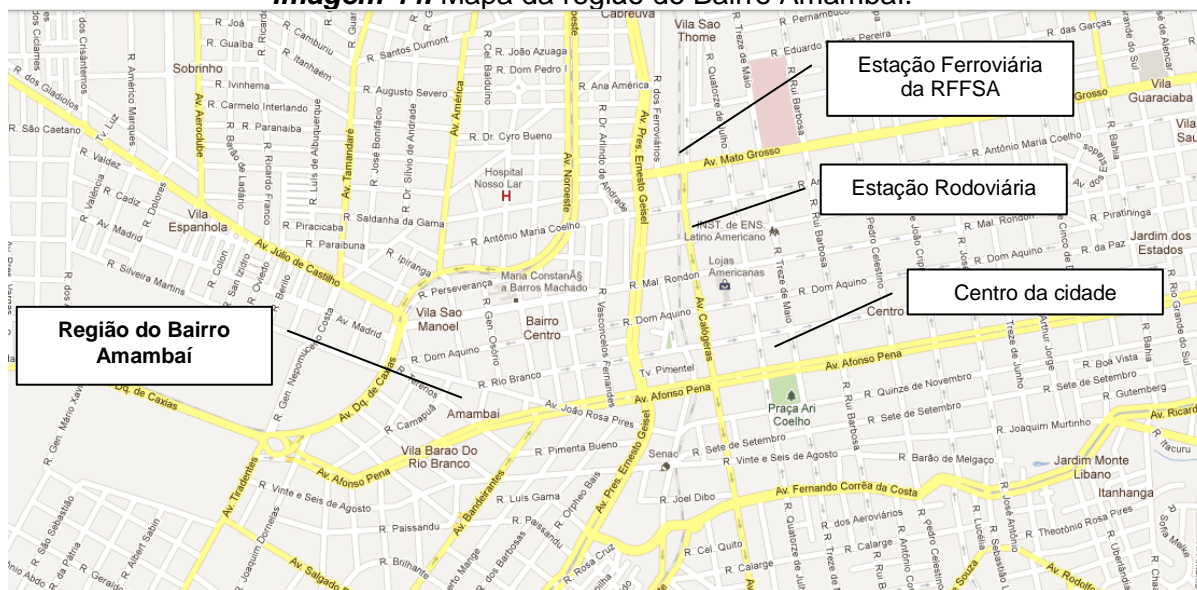
---

<sup>578</sup> A origem do termo lupanar provém da palavra latina lupa. Lupanar quer dizer “covil de lobas”, termo que designava os prostíbulos na Roma Antiga. Os romanos certamente deram às prostitutas o apelido de lupa por causa do apetite particularmente exacerbado da fêmea do lobo. Em Roma, o termo oficial para designar prostituta é meretrix, “a ganhadora”, conforme escreveu SALLES, Catherine. *Nos submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 171-173. Paul Veyne assegurou também que desde a Antigüidade “os bebês abandonados só tiveram saúde graças a uma mulher batizada como Lupa (a loba) pelos pastores, aos quais ela se prostituía. Esse apelido, segundo os antigos, unia o odor à capacidade do animal no sentido da obscenidade proverbial das prostitutas. Quer seja fantasiosa ou não essa explicação para o nome de Loba, a prostituta ficou sendo a “loba” espreitando a presa de seu antro, o “lupanar”. VEYNE, Paul. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 195. O significado contemporâneo leva a entender o lupanar como uma casa ou zona de meretrício, prostíbulo ou puteiro. Rendez-vous, por sua vez, tem origem na língua francesa e traduz-se por “encontro”, em princípio sem o cunho amoroso ou sexual. No contexto histórico das fontes analisadas neste trabalho, rendez-vous designa, no entanto, local de encontro de duas pessoas em determinado lugar, como um hotel ou uma hospedaria onde se alugavam quartos a hora para encontros amorosos ou para a prática de sexo. Há também uma especificação do termo, sugerindo que rendez-vous é o bordel que existe fora da zona de meretrício. Vale destacar que a grafia do termo variou conforme cada periódico.

<sup>579</sup> Agradeço imensamente as valiosas informações que me foram prestadas pela historiadora Maria Madalena Dib Mereb Greco, minha colega de graduação no curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) entre os anos de 2000 a 2003, em especial pelo cotejamento de dados entre os periódicos antes mencionados, pelas leituras atentas de partes deste texto e da tese e, não menos, pelas conversas sempre produtivas. Exceto os exemplares do impresso *Correio do Estado*, todos os demais estão no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Ver em especial as seguintes matérias: Trottoir das mariposas no centro da cidade. *A Luta Matogrossense*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1972 e Mundana encabeçava bando de pivetes. *A Luta Matogrossense*, Campo Grande, p. 1, 12 fev. 1972.

A presença de pessoas comuns, como das chamadas mulheres de vida fácil, se tornou muito visível por meio da análise de fontes como abaixo-assinados e queixas, geralmente feitas ou remetidas às autoridades policiais do período e até mesmo ao CE.<sup>580</sup> Vejamos alguns exemplos desta prática. No dia 23 de abril de 1963 foi entregue ao senhor Benedito Couto, que era major e delegado regional do Bairro Amambaí, de Campo Grande, um abaixo-assinado que continha, conforme noticiou ao CE, “centenas de assinaturas”.<sup>581</sup>

**Imagem 44.** Mapa da região do Bairro Amambaí.<sup>582</sup>



Essa população compunha-se sobretudo de proprietários de casas comerciais e de pessoas residentes na Rua Coronel Ponce e proximidades destas. Esses sujeitos foram até as autoridades policiais do Bairro Amambaí para “apelar” ao delegado regional Benedito Couto no sentido de ver se este podia “por termo aos escândalos e outras infrações a ordem pública levadas a efeito pelas casas de prostituição sediadas naquela rua e suas travessas, verdadeiros acidentes da sociedade campo-grandense.”<sup>583</sup>

Os moradores “de bem” alegaram que o fato não era novo e que a polícia já sabia desta situação e dos problemas dela decorrentes, pois estes mesmos moradores já tinham, meses antes, se dirigido ao delegado Couto, no entanto, o major limitou-se a não mais fornecer com tanta frequência autorizações para que os empresários realizassem bailes nos seus estabelecimento comerciais.

<sup>580</sup> Em pesquisa nos arquivos de delegacias da cidade de Campo Grande, não encontrei os referidos abaixo-assinados e nem as queixas.

<sup>581</sup> Proprietários e moradores do Amambaí contra cenas degradantes da Rua Cel. Ponce. *CE*, Campo Grande, p. 4, 27 abr. 1963.

<sup>582</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<sup>583</sup> Proprietários e moradores do Amambaí contra cenas degradantes da Rua Cel. Ponce. *CE*, Campo Grande, p. 4, 27 abr. 1963.

Um destes comércios, e que chamava muita atenção pelo fato de ser “uma daquelas casas”, ficava no número 347 da Rua Cel. Ponce, e por lá havia “muitas vezes por semana” os tais bailes. Mas o baile, em si, não era o único problema à sociedade “de bem”. Os integrantes deste tipo de festa, não raramente, extrapolavam os limites moralmente aceitáveis para aquele mundo, chegando-se até a realizar cenas de nudez e de embriagamento em pleno espaço público.

Via-se com muita freqüência, segundo consta no abaixo-assinado, “mulheres seminuas, embriagadas, promovendo desordens na via pública”. Diante desse problema que não findava aos moradores resolveram então recorrer novamente ao delegado Couto, que era a “autoridade policial máxima no sul do Estado para que vossa intervenção possa moralizar aquela zona, tornando-a em condições de ali residirmos com nossas famílias.”<sup>584</sup> E o CE emitiu a seguinte afirmação sobre o fato: “Acreditamos que a autoridade policial já tenha tomado as providências cabíveis para moralizar a Rua Cel. Ponce, no Amambaí.”<sup>585</sup>

Essa matéria mostra a insatisfação social de um grupo da elite diante da presença de pessoas “sem moral” coabitando os mesmos espaços que ela. A prostituição e as prostitutas, embora textualmente não tenham sido mencionadas na matéria jornalística e nem no abaixo-assinado, foram retratadas como “verdadeiros acidentes da sociedade campo-grandense” e, portanto, pode-se depreender que, como “acidentes”, precisavam ser tratados e corrigidos para que não produzissem outros acidentes sociais.

Em 1967, a questão permaneceu ainda como problema que devia, o mais rapidamente possível, ser resolvido, mas não de forma temporária, e sim de modo perene. Parte da não solução do problema se devia a existência de autoridades policiais que estavam envolvidas com as casas de prostituição. Alguns policiais eram donos e sócios destes lugares. No entendimento do CE, isso era “falta de compostura e decoro”, uma vez que deviam combater este tipo de prática e não obter lucros por meio dessa forma de comércio e trabalho.

O caso foi denunciado inclusive no plenário da Câmara de Vereadores de Campo Grande. Alguns munícipes e políticos acusaram parte dos integrantes da polícia local de serem eles mesmos os proprietários da maioria das casas de tolerância e dos prostíbulos existentes nas áreas oeste e sul da cidade. Em específico, apontou-se que um oficial do Exército, que estava à disposição do governo estadual, à época exercido pelo governador Pedro Pedrossian, e que além desse cargo exercia também as funções de secretário de Segurança e de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado no ano de 1967, era um dos principais donos deste tipo de estabelecimento.

---

<sup>584</sup> Proprietários e moradores do Amambaí contra cenas degradantes da Rua Cel. Ponce. CE, Campo Grande, p. 4, 27 abr. 1963.

<sup>585</sup> Ibidem.

Para o CE, essa forma de ação por parte de autoridades policiais era, naquele momento, inaceitável, uma vez que o Brasil passou a viver, após 1964, “uma revolução” que combatia “sem tréguas” a corrupção. A Revolução de 64 também restabeleceu “o perdido decoro na vida pública e particular da Nação”, portanto, também não era admissível “que certos sargentos da Milícia estadual, quiçá por falta de orientação dos chefes e superiores hierárquicos,” exercessem determinadas funções. Na condição de autoridades policiais, esses sujeitos deviam defender a legislação nacional. Entretanto, infringiam estas mesmas leis.

Esses policiais aliavam “aos deveres de milicianos a função de donos de bordéis e casas de tolerâncias numa falta de compostura e decoro” que não podem ser tolerados pela sociedade local. Ao terem denunciado publicamente o fato, os vereadores, que segundo o CE eram os “representantes do povo”, colocaram o “dedo na chaga” da prostituição. Essa atividade era extremamente visada e quase que monopolizada pelas autoridades policiais por ser “um meio de ganhar dinheiro fácil.”

Na cidade havia estabelecimentos deste tipo nas “imediações do quarteirão onde se instala o famoso Ponto Azul.” Lá, segundo publicou o CE, “funcionam nada menos que quatro “chinfrins” de propriedade de sargentos músicos da Milícia.” Já a área sul da urbe possuía casas de tolerância “nas imediações do Cemitério Santo Antônio, onde o pau quebra semanalmente.” Esse estabelecimento, por sua vez, era “uma boate do sargento fulano”, cujo nome não foi mencionado pelo periódico.



<sup>586</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011. O Cemitério Santo Antônio, embora já existisse nesse local desde a década de 1910, só recebeu essa denominação em 1962. Naquela época, era o mais tradicional campo santo da cidade. SOUZA, Fabio William. *Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio*. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2011, p. 127.

De acordo com o CE, as altas autoridades da hierarquia policial e militar que trabalhavam em Campo Grande tinham conhecimento detalhado dos fatos e dos nomes das pessoas, ou seja, dos policiais, envolvidos nesta ilegalidade, pois “o delegado de polícia recebeu queixas contra um policial que presta serviços na delegacia, por estar o mesmo vivendo de explorar uma irmã chafurdada na lama da prostituição.”<sup>587</sup>

Os policiais, por sua vez, sendo conhecedores do fato de que representavam a própria lei e não estavam tão passivos aos enquadramentos legais, tal como outras pessoas que viessem e/ou cometessem tais ações, agiram, diante da situação e em episódios anteriores, com “deboche”, não se intimidando frente o trabalho ilegal que exerciam.

Essa postura política e de trabalho dos policiais foi criticada literalmente pelo CE, pois o impresso inquietou-se com a proposta dos militares, que representavam a “Revolução”, e ela propunha-se, dentre outras coisas, moralizar a sociedade, entretanto, os militares possuíam entre os seus próprios integrantes pessoas que faziam coisas que iam contra esta mesma política nacional de combate aos grandes problemas nacionais, e um deles era a prostituição.

Na cidade de Campo Grande, em parte por causa da presença de militares como donos de casas de tolerância, o problema da prostituição foi repreendido muito mais nas portarias do que na concretude histórica. Contudo, observando parte da documentação emitida por entidades policiais, vê-se que algumas autoridades cidadinas chegaram até a combater a prostituição e realidades que estavam relacionadas com este tipo de trabalho, como os jogos de azar.

O delegado Carlana, que em julho de 1967 atendia na delegacia do Bairro Amambaí, baixou uma portaria determinando que num prazo de 10 até 90 dias, a contar de 21 de julho de 1967, tanto as inquilinas, que eram as prostitutas, como as senhoras que eram donas de casas de tolerância, que em momento algum tiveram seus nomes literalmente mencionados, deviam se mudar do Bairro Amambaí “para outro local” da cidade. O CE aplaudiu essa conduta da autoridade, pois esse “justo saneamento já há muito que se fazia esperar, mas até hoje ninguém teve “peito” para assim proceder.”<sup>588</sup>

---

<sup>587</sup> Sargentos da polícia exploram “escravas brancas”. CE, Campo Grande, p. 6, 22 jun. 1967.

<sup>588</sup> Polícia: confusão generalizada. CE, Campo Grande, p. 4, 28 jul. 1967.



O periódico expressou-se então com certa ironia diante desse ocorrido, e também por causa do conteúdo da portaria expedida pelo major delegado regional, cujo nome da autoridade, nesse momento, o CE não divulgou. Uma portaria com essas informações é

[...] o máximo! Esta portaria deveria ir para um museu! É uma obra rara. Tentar o saneamento de uma zona de meretrício PROIBINDO A MUNDANÇA DE INQUILINAS!  
E tem mais: “a casa que em consequência dessas medidas forem sendo fechadas...” Será que a proibição de aberturas de novas casas ou a proibição de entrada ou mudança de inquilinas são motivos que implicam no fechamento de alguma zona?<sup>592</sup>

Feita essa observação ao conteúdo da portaria emitida pelo Major,

[...] temos a seguinte conclusão lógica: ou o senhor major delegado regional é contra a mudança do meretrício do Bairro Amambaí ou foi infeliz na redação da portaria.  
Vai aqui uma perguntinha: o último considerando da portaria da Regional diz: “tendo em vista o interesse de terceiro...”. Qual seria esse interesse de terceiro? Seria o dos advogados que estão tentando anular a portaria do delegado Carlana?<sup>593</sup>

Esses fragmentos, mesmo tendo sido veiculados apenas por uma das forças sociais em atuação na sociedade campo-grandense, nesse caso um periódico de grande circulação local, ilustram aspectos da história brasileira que ainda precisam ser mais detidamente estudados: a relação de poder e de predominância desse poder quando ele é exercido por autoridades do Estado e quando o é por autoridades civis, isso em um período de ditadura.

A atuação crítica, ou no mínimo contestatória, do CE ao poder institucionalizado, que nessa época era uma autoridade civil muito representativa na região sul do Estado de Mato Grosso, evidencia especificidades da concretude história do período. Qual seja? Que as autoridades militares não impediram a ação de todos os meios de comunicação frente as práticas realizadas pela Ditadura Civil Militar pós-1964. O CE, ao não concordar com as ações de autoridades militares, fez severas críticas aos militares e também a outros sujeitos envolvidos no assunto chamado prostituição.

No dia 28 de julho de 1967, o impresso publicou uma matéria na qual afirmou, com base em uma portaria expedida pelo delegado Carlana, da Polícia Civil, que havia deputados, comerciantes, autoridades policiais e advogados que estavam “chefiando” um “movimento contrário ao saneamento da Rua Nicolau Fragelli e adjacências.” Para tanto, passou-se a arrecadar dinheiro dos sujeitos contrários ao saneamento ainda no início da manhã do dia 27 de julho de 1967, objetivando com isso pagar os honorários dos dois advogados, os doutores Fernando e Julião, e custear outras despesas.

---

<sup>592</sup> Polícia: confusão generalizada. CE, Campo Grande, p. 4, 28 jul. 1967.

<sup>593</sup> Ibidem.

Diante da materialização dessa estratégia, a de obter uma vitória jurídica e social por meio da influência do poder financeiro e da política de amizades em âmbito local, o CE afirmou que se as “mariposas”, por terem dinheiro e prestígio político em outras esferas da sociedade, vencessem as famílias residentes na região da Rua Nicolau Fragelli,

[...] nós ficaremos com o direito de dar “nomes aos bois”. Esperamos que o novo Secretário da Segurança do Estado encontre meios para acabar com esse protecionismo e com a influência do poder econômico que estão agindo, às escâncaras, contra o bem público, a segurança e o respeito devido às famílias campo-grandense.<sup>594</sup>

Embora o texto mostre que nem todas as pessoas da elite pensavam da mesma forma e que nem todos eram favoráveis à expulsão das meretrizes da Rua Nicolau Fragelli, fica evidente que havia pessoas da elite local diretamente envolvidas, e lucrando considerável quantia financeira, com esse tipo de prática. E eram pessoas que pertenciam tanto a instituições privadas como públicas da urbe, notadamente policiais militares e mulheres de moral duvidosa.

Os nomes dos envolvidos com as casas de tolerância, no entanto, não foram divulgados pelo periódico, porém, o CE não amainou a sua crítica contra os estabelecimentos de prostituição. Esses relatos são de suma importância e possibilitam a produção de um delineamento da geografia das casas de sexo da cidade naquele período, final dos anos 60 e início da década de 1970.

Além da Rua Nicolau Fragelli, havia prostituição feminina na Avenida Antonio Maria Coelho, também localizada próxima desta primeira. De acordo com o CE, existia uma “verdadeira indústria de chantagem” atuando na cidade e impedindo a mudança da zona de meretrício da Rua Nicolau Fragelli e da Avenida Antonio Maria Coelho para outra região da urbe, tal como queriam alguns moradores da região.

---

<sup>594</sup> Movimento contra saneamento da Rua Nicolau Fragelli. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jul. 1967.

Imagem 47. Mapa da Rua Antonio Maria Coelho.<sup>595</sup>



A manutenção dessa indústria, no entanto, não era gratuita. Denúncias recebidas pelo periódico e que foram feitas por parte de mulheres que se diziam proprietárias de casas de tolerância nessas vias dão conta de que elas também estavam sendo incomodadas, porém não moralmente, como era o caso da população “de bem” da cidade, mas, sobretudo, financeiramente. Tinham que pagar determinados valores para certas pessoas a fim de que seus estabelecimentos não fossem fechados.

Essas mulheres da Rua Nicolau Fragelli tomaram conhecimento de que podiam ter suas casas de comércio fechadas por meio de “intimações” entregues para elas por um charreteiro de nome Raimundo. A “intimação”, assinada por um advogado, cujo nome não foi externado, tinha o seguinte conteúdo:

Solicita sua presença em seu escritório, com a máxima urgência para tratar de assunto de seu interesse, EVITANDO ASSIM MEDIDAS JUDICIAIS CONTRA SUA PESSOA. No aguardo de suas MAIS RÁPIDAS providências, subscrevo-me atenciosamente.<sup>596</sup>

<sup>595</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<sup>596</sup> Chantagem na Rua Nicolau Fragelli. CE, Campo Grande, p. 1, 21 set. 1967.

O charreteiro, que tinha o seu ponto de labor na Avenida Calógeras, conforme averiguou o CE depois de dois dias de pesquisa, foi contratado por “indivíduos inescrupulosos” que estavam, na prática, chantageando essas mulheres, colocando-as em pânico e cobrando “cem cruzeiros novos de cada uma” para protegê-las de possíveis medidas judiciais. Ao todo, o montante arrecadado atingiu em torno de “4 milhões de cruzeiros”. Sendo assim, pode-se determinar que havia aproximadamente 40 casas de tolerância controladas por mulheres na cidade de Campo Grande no ano de 1967, em sua maioria localizadas na Rua Nicolau Fragelli e adjacências.

Além de exigir o pagamento do dinheiro no ato da entrega da “intimação”, o charreteiro informou às mulheres para que procurassem urgentemente “os doutores”, já que havia uma “ordem do Juiz” para que as autoridades tirassem “de suas casas rádios, geladeiras, etc.” Frente essa afirmação, o CE foi ao poder judiciário verificar se havia, de fato, tal ordem. E não havia ordem alguma. Não “existe na Justiça local nenhum processo com relação às proprietárias das casas da rua Nicolau Fragelli.”

Diante desse fato, o periódico passou a informar com mais veemência aos seus leitores que pessoas chantagistas atuavam na cidade de Campo Grande e tentavam obter valores financeiros das donas de prostíbulos para que estes estabelecimentos não fossem fechados. O próprio CE tinha em seu

[...] poder depoimentos que acusam duas conhecidas pessoas que estiveram correndo as casas ali localizadas para receberem certas quantias em dinheiro para “serem tomadas as providências junto a delegacia e até mesmo com o senhor Governador do Estado”. Existem também em nosso poder uma relação de nomes de “proprietárias” que assinaram notas promissórias para “poder” pagar a proteção e a tranqüillidade até o fim do ano, quando uma nova campanha ia ser realizada, protelando a medida da mudança das casas.<sup>597</sup>

O periódico, mais uma vez, não mencionou por completo os nomes das tais pessoas envolvidas no caso de “chantagem contra indefesas meretrizes”, e que eram advogados conhecidos da urbe. No entanto, salientou que possuía provas que incriminavam esses sujeitos chantagistas. “Ao que podem notar os nossos leitores, deixamos de citar nomes das pessoas envolvidas nessa chantagem contra indefesas meretrizes, mas o faremos quando necessário.”<sup>598</sup>

---

<sup>597</sup> Chantagem na Rua Nicolau Fragelli. CE, Campo Grande, p. 1, 21 set. 1967.

<sup>598</sup> Ibidem.

Mesmo não tendo externado os “nomes dos bois”, o periódico, por seu turno, mostrou à sociedade local “um pouco” do que possuía e do que tinha em seus “arquivos”. A saber: tornou textualmente público o fato de que advogados locais associados à Ordem dos Advogados de Mato Grosso chantageavam e extorquiam pessoas da cidade e que autoridades cidadinas, em particular os policiais militares, agiam tendenciosamente no que tange a questão da prostituição, tentando sempre obter alguma vantagem financeira.

Esses “fatos vergonhosos”, no entender do CE, eram suficientes para que a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Mato Grosso e a Secretaria de Segurança Estadual, na pessoa do coronel José Menezes, que era uma “brilhante figura do exército nacional”, tomassem providências em relação às práticas realizadas pelos advogados chantagistas e por outros sujeitos envolvidos.

Do poder militar, em específico, o CE cobrou “imediate abertura de inquérito, a fim de apurar a extensão do crime porventura existente, que envolveria direta e indiretamente cidadãos, advogados e autoridades.” O impresso reservou-se também “o direito de publicar ou não, na íntegra, os documentos que” possuía “dando nome aos bois.”<sup>599</sup> O crime em pauta calçou-se basicamente na publicação e na revogação de portarias. Algumas beneficiavam as práticas de trabalho e lazer realizadas nas casas de tolerância e outras restringiam ou impediam, parcial ou totalmente, essas mesmas práticas.

Num primeiro momento o delegado de polícia de Campo Grande baixou portaria que decretava

[...] o despejo todas as mundanas que moram em casa de tolerância do Ponto Azul e adjacências. Depois o Delegado Regional expediu portaria anulando a primeira em todos os seus efeitos.  
E as “dalilas” ficaram em maus lençóis, porque não sabiam ao certo se continuariam ou não em seus domicílios.  
E começou a exploração das infelizes. Quem se considerava com cartaz com a Polícia, dizia a umas e outras que poderia “quebrar o galho” para que as suas casas continuassem funcionando. Mas era preciso dinheiro. E o dinheiro saiu para gregos e troianos.  
As “meninas” gastaram dinheiro, deram bolas e propinas, mas nada adiantou, porque a Polícia voltou à carga contra as Frinéias do Ponto Azul e outros lances do Bairro Amambai.<sup>600</sup>

Essa investida policial, sobretudo por parte das autoridades civis, teve início às 17h:30min. do dia 26 de setembro de 1967 e ficou conhecida entre a população cidadina e demais segmentos da sociedade, como o jornalístico e o policial, pelo nome Operação Expulsa Rameira. Nessa oportunidade mobilizou-se “grande aparato” para vasculhar casas e expulsar “quantos estivessem nos seus interiores, sendo montada guarda de três praças em cada porta para que não entrem os clientes habituais das biroscas.”

<sup>599</sup> Chantagem na Rua Nicolau Fragelli. CE, Campo Grande, p. 1, 21 set. 1967.

<sup>600</sup> Polícia contra indefesas mulheres. CE, Campo Grande, p. 6, 28 set. 1967.

O aparato policial estava municiado com metralhadoras e cassetetes. A previsão inicial era de que os militares ficassem na região dos prostíbulos do Bairro Amambaí por “mais 15 dias, até que se complete a evacuação das “Afrodites Mercenárias”.”<sup>601</sup>

Embora o fechamento das casas de tolerância e a conseqüente expulsão das prostitutas fosse um anseio de parte da sociedade campo-grandense, e em grande monta também da instituição CE, a forma como os policiais levaram adiante a Operação Expulsa Rameira foi reprovada pelo impresso e pela própria população cidadina.

O periódico mencionou em suas páginas que não era “a primeira vez que a cidade” de Campo Grande assistia “a uma operação dessas.” No ano de 1955, já no final do primeiro governo em âmbito estadual do senhor Fernando Corrêa da Costa, quando era delegado especial da Zona Sul o “saudoso” coronel Euclides de Lima, houve “o saneamento moral da Rua 7 de Setembro, que há muito abrigava o mulhierio independente de Campo Grande.”

Esse saneamento, no entanto, foi feito naquela oportunidade, segundo o CE, sem tantos alardes sociais e nem tantas desumanidades para com as proprietárias dos estabelecimentos e as rameiras que neles trabalhavam. Usando de sua autoridade, o coronel Euclides de Lima concedeu

[...] às donas de casa e suas clientes um prazo X para que se mudassem. A mudança coletiva foi feita sem qualquer aparato policialesco. A própria Polícia saiu engrandecida, porque solucionou, com muita brandura, um problema que lhe estava afeto e interessava boa parte da família campo-grandense, que era obrigada a viver em promiscuidade com o baixo mundo da prostituição.<sup>602</sup>

Passados alguns anos, e pelo que sugeriu o CE, as ações realizadas em Campo Grande por autoridades policiais para combater o problema da prostituição já não eram mais tão nobres, felizes e inteligentes em suas realizações, pois a autoridade policial, em 1967, comportava-se de forma diferente diante dos mesmos problemas de outrora.

Para o impresso, e já fazendo uma crítica escancarada à ação policial, a “diferença” estava “apenas na maneira” como estas autoridades se portavam para solucionar o problema da prostituição em Campo Grande. “No primeiro caso inteligência, diplomacia, compreensão para com todas as infelizes; no segundo caso, metralhadoras, cassetetes e carrancas fechadas para que as mulheres mudem na marra, e a toque de caixa.”<sup>603</sup>

---

<sup>601</sup> Polícia contra indefesas mulheres. CE, Campo Grande, p. 6, 28 set. 1967.

<sup>602</sup> Ibidem.

<sup>603</sup> Ibidem.

O CE classificou essa operação policial, realizada com base em portaria expedida pelo delegado regional major Paré como uma medida intempestiva e desumana que afetou radicalmente a vida das mulheres rameiras da Rua Nicolau Fragelli, pois constava textualmente no documento que “as casas que permanecerem funcionando, apesar das restrições impostas por esta portaria, terão suas respectivas licenças cassadas ao término do corrente exercício.”<sup>604</sup>

O periódico indagou então em tom provocativo e jocoso sobre qual o término, de fato, do que se chamou “corrente exercício”: dia 31 de dezembro de 1967 ou dia 26 de setembro de 1967? Para o CE, a data correta era a primeira e não a segunda. Logo, não havia motivo em expulsar tão rapidamente as rameiras dos seus locais de trabalho, porém as autoridades policiais, de modo arbitrário, fizeram valer a segunda data.

De forma muito sucinta, porém sem deixar de publicizar com objetividade a mensagem à que se propunha, o CE acusou os policiais de só terem agido com tamanha desumanidade e falta de diplomacia na zona de prostituição da Rua Nicolau Fragelli e adjacências porque as donas de casas de tolerância desta área tinham procurado o impresso para denunciar o fato de que eram sistematicamente chantageadas e, às vezes, extorquidas por autoridades civis, e por estes mesmos policiais, para não terem seus prostíbulo fechados.

Durante “todo o dia” 27 de setembro de 1967, segundo noticiou o CE, só eram feitos na cidade de Campo Grande comentários sobre a Operação Expulsa Rameira. A população, por sua vez, censurou unanimemente a conduta policial. Utilizando-se de um modo verbal indefinido, o periódico informou aos leitores que “falava-se” inclusive – e nesse momento o CE mencionou a palavra “até” – que

[...] essa “Operação” fora urdida em vingança contra as pobres mulheres que haviam denunciado ao CORREIO DO ESTADO a chantagem de que estavam sendo vítimas, aplicada por pessoas de responsabilidade que recolheram dinheiro para “quebrar o galho”.<sup>605</sup>

Embora o impresso veiculasse e promovesse com perenidade, servindo-se de certa forma de instrumentos bastante pedagógicos para realizar a divulgação e o debate de assuntos de interesse da sociedade, ou de parte desta, os temas da moralidade e da imoralidade, assim como o da prostituição, sempre tiveram espaço destacado nas páginas deste diário.<sup>606</sup> Em menor proporção, no entanto relacionados também com a prostituição, também foram noticiados e discutidos outros assuntos.

---

<sup>604</sup> Polícia contra indefesas mulheres. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 set. 1967.

<sup>605</sup> *Ibidem*.

<sup>606</sup> A repetição da publicização de um fato, assunto, problemática ou questão era constante nas páginas do CE, sobretudo quando o assunto, ou assuntos, “feriam” a cidade de Campo Grande ou as pessoas que promoviam o progresso da urbe, como os pecuaristas e os comerciantes. Há casos de matérias que fazem inclusive um apanhado do histórico do problema, um resumo do ocorrido, além de mencionar os fatos novos ou ainda publicamente não tão conhecidos sobre a questão.

Na manhã do dia 19 de julho de 1968 estive na redação do CE uma comissão de senhoras. Elas se disseram proprietárias ou residentes de casas localizadas na Rua Avaré, e procuraram o diário nessa oportunidade para reclamar da presença de pessoas indecorosas no estabelecimento chamado popularmente de Inferninho. De acordo com as informantes, o Inferninho era um clube recreativo noturno em específico, que tinha o nome de Recanto Musical, cujo funcionamento constituía “atentado ao decoro e à moral das famílias ali residentes.”

O jornal informou que as mulheres queixosas tinham recorrido ao poder público municipal. Já fazia algum tempo também que estas foram até a Câmara Municipal de Campo Grande para expor o problema aos vereadores. O objetivo era o de mostrar aos políticos citadinos “o quanto as famílias” sofriam com as “humilhações e ofensas morais pela presença do “Recanto Musical” em seu meio.” Nessa ocasião, a Câmara solicitou ao poder policial que fechasse o clube noturno. Contudo, por interferência de um auxiliar do Governo do Estado, como noticiou o CE, o Inferninho foi reaberto.

No entender dessas senhoras, a reabertura do Recanto Musical prejudicava a sociedade de bem que residia na cidade de Campo Grande e, sobretudo, as famílias ali constituídas, pois o estabelecimento musical não era “um simples clube noturno.” Era, antes disso, “um antro de prostituição” cujo funcionamento se dava durante o dia e a noite. Além disso, o local abrigava “mundanas” que se exibiam “indecorosamente às vistas das famílias.”

Por causa desses motivos, o Recanto Musical precisava ser, mais uma vez, fechado. Na tentativa de efetivar de forma mais concreta esse projeto, outrora derrotado, várias senhoras de família procuraram o CE para que este periódico divulgasse o descaso das autoridades públicas locais frente o problema da prostituição e conseguisse, além disso, externar que o fechamento desse clube musical, que na verdade era não um simples clube de música e de lazer, representava, antes de tudo, “a extinção de um antro de prostituição instalado num meio familiar.”

As famílias campo-grandenses, ainda de acordo com essas senhoras, não podiam tolerar essa presença de mundanas nas proximidades de suas residências, já que possuíam

[...] como é natural [...] filhos, netos, sobrinhos e dependentes menores que não podem crescer num ambiente onde a moral se faz ausente e o deboche constitui a rotina de quantos moram e freqüentam o tal “Recanto Musical”, em má hora mandado reabrir pela autoridade policial.<sup>607</sup>

---

<sup>607</sup> Famílias pedem o fechamento do “Recanto Musical”. CE, Campo Grande, p. 8, 20 jul. 1968.

O clube noturno, pelo que informaram as senhoras queixosas, era “de propriedade de elementos direta ou indiretamente ligados à Polícia.” Esse fato, segundo o CE, era lamentável, pois as autoridades que tinham “a missão de zelar pelos costumes e pela paz social” eram “os primeiros a levar gente de má vida para um meio reconhecidamente familiar.”<sup>608</sup>

Observando essas concepções da sociedade sobre o espaço citadino, tanto as emitidas pelas senhoras como as pelo periódico, e em particular as práticas nela realizadas, vê-se que ambos os sujeitos sociais defendiam, nessa oportunidade, o imediato fechamento do Recanto Musical.

Esses mesmos sujeitos moralizadores conceberam as práticas de trabalho ou lazer efetivadas nas casas de tolerância como práticas impróprias para coexistirem ou serem vizinhas de espaços que se caracterizavam como predominantemente residenciais. Pode-se dizer então que o modo de viver das pessoas que residiam ou freqüentavam tais “antros de prostituição” foi concebido pelos sujeitos moralizadores como uma “coisa fora do lugar”, portanto, como algo inadequado para certos espaços e pessoas que habitavam a cidade.<sup>609</sup>

Sendo assim, esse modo de vida ou essas práticas urbanas deviam ser banidas ou, no mínimo, afastadas dos chamados “ambientes familiares” ou “regiões residenciais” da cidade, bem como todo o tipo de gente que vivia ou freqüentava os estabelecimentos de tolerância ou clubes que se diziam musicais, pois as práticas ali realizadas denegriam e aviltavam a vida regrada da cidade de Campo Grande e os seus futuros herdeiros, que eram as crianças e a juventude do entorno que cotidianamente presenciavam inúmeras ações impróprias às suas idades.<sup>610</sup>

Passados apenas alguns dias da publicação pelo CE da queixa das senhoras de família sobre os trabalhos realizados no Recanto Musical, o impresso tornou a sinalizar o fato “tantas vezes citado por este jornal” para acolher, agora, as declarações do proprietário do prédio no qual funcionava o Recanto Musical.<sup>611</sup> Osvaldo Garcia de Almeida relatou que residia no prédio antes deste ser reformado e servir de local para a instalação de um clube recreativo.

---

<sup>608</sup> Famílias pedem o fechamento do “Recanto Musical”. *CE*, Campo Grande, p. 8, 20 jul. 1968.

<sup>609</sup> Para uma definição mais detalhada do termo “coisa fora do lugar”, ver ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p. 108.

<sup>610</sup> Parte dos freqüentadores destes estabelecimentos constituía-se de usuários da Estação Ferroviária e da Estação Rodoviária. Nas batidas policiais realizadas nas casas de tolerância, era comum a detenção de pessoas do interior do Estado, muitas das quais não portavam nenhum documento de identificação.

<sup>611</sup> O rumuroso caso do “Recanto Musical”. *CE*, Campo Grande, p. 4, 25 jul. 1968.



Por esse motivo, a renda era de extrema importância para o locatário. Entretanto, o local funcionou como Recanto Musical durante “apenas um mês”, já que a ação das senhoras de família fez com que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande solicitasse às autoridades policiais o fechamento, que assim o fizeram.

Passados alguns dias, o Recanto foi reaberto pelas mesmas autoridades que o fecharam. Os policiais constataram que o entorno do clube recreativo não era um “ambiente puramente familiar”, como certas pessoas propalavam, a saber, as senhoras de família. Havia “defronte e em volta” do Recanto Musical “numerosas casas de tolerância e na mesma Vila Jardim Paulista mais cinco clubes do mesmo caráter.”<sup>614</sup>

Sendo assim, não se justificava que apenas um local fosse impedido de exercer suas atividades, mesmo que estas fossem de tolerância e não somente de lazer. Garcia de Almeida, no entanto, opunha-se ao fato de que o Recanto Musical era um espaço de meretrício. Para ele, no local realizavam-se eminentemente atividades de lazer, tanto que as portas eram “abertas apenas três vezes por semana para realização de bailes, que são freqüentados por vizinhas do “Recanto” e gente de outras partes da Vila.”<sup>615</sup>

O proprietário, nessa oportunidade, frisou outra vez que a região em que estava o Recanto Musical não era uma “zona puramente familiar” e reafirmou que o fato era do conhecimento de inúmeras autoridades cidadinas. Segundo Almeida, o estabelecimento de sua propriedade, que estava locado para terceiro – e o nome deste terceiro nunca foi mencionado nas páginas do CE –, “não dá hospedagem a mundanas, e não tem instalações nem meios para isso.”<sup>616</sup>

Para os que duvidavam disso, Almeida convidou-os a visitar o Recanto Musical, pois o espaço de lazer, conforme argumentou o queixoso, não constituía “ofensa à família”, uma vez que funcionava “em meio a diversas casas de tolerância.” A região do Bairro Amambaí já tinha passado inclusive por um saneamento e as “mundanas”, segundo Almeida, foram despejadas da Rua Vasconcelos Fernandes e adjacências pelas autoridades policiais e tiveram que se fixar no Bairro Jardim Paulista, que, nos anos 60, era uma área que ficava além dos limites do Cemitério Santo Antônio, portanto, constituía-se num local bem mais afastado do centro da cidade de Campo Grande.

---

<sup>614</sup> O rumuroso caso do “Recanto Musical”. CE, Campo Grande, p. 4, 25 jul. 1968.

<sup>615</sup> Ibidem.

<sup>616</sup> Ibidem.



A esse respeito, seria interessante o senhor delegado de Polícia procurar inteirar-se de como estão sendo cumpridas suas ordens em relação às “manecas”: pelo menos 7 mulheres foram presas no refeitório de um restaurante. Logo, foram detidas em recinto fechado e não “perambulando pelas ruas”. A cidade tem vida noturna. Sem vida noturna transformar-se-ia em uma das “cidades mortas” de que fala Monteiro Lobato.

Alega-se que algumas das detidas são menores. E daí? Que fazer com essas menores que bem cedo se tornaram mulheres, se não se dispõe de um reformatório onde possam ser internadas e reeducadas para ingressarem no bom caminho?

Não estamos a defender a “mulher dama” nem imiscuindo nas decisões da Polícia. Apenas registramos o fato para que o delegado fiscalize a execução das suas ordens, que, pelo visto, estão sendo mal interpretadas por policiais que querem ser mais realistas do que o rei. Proíba-se o “trottoir”, reprima-se a baderna e a exibição indecorosa perante as famílias, mas tenhamos sempre em vista ser a prostituição “a mais antiga das profissões” e um dos chamados “males necessários”. Logo, deve a polícia saber interpretar com certa moderação o caso das Dalilas, Frinéias e Lucrécias Bórgias dos nossos dias.

Prender mulheres em recinto fechado pelo simples fato de serem rameiras, a nós nos parece excesso de zelo.

Salvo melhor juízo.<sup>618</sup>

Esse posicionamento difere grandemente dos demais. Como as matérias, neste caso, não externam os seus autores, pode-se sugerir no mínimo dois caminhos de análise. Primeiro: considerar que a produção das matérias foi realizada por diferentes profissionais. Ou, segundo: pensar que a prostituição era um dos “males necessários” à humanidade, no entanto, tal mal só prejudicava as pessoas “de bem” no momento em que este se mostrava para estas mesmas pessoas, e isso ocorria quando as rameiras ocupavam os espaços públicos, particular as vias públicas da cidade.

Sendo assim, a prostituição podia perfeitamente existir na Cidade Morena, contudo, “a mais antiga das profissões” só podia ser praticada em determinados territórios. Logo, a solução mais cabível e praticável, e que o CE defendeu para que houvesse um saneamento moral na urbe, foi a de confinar as rameiras e os seus trabalhos efetivamente em espaço privado, distante dos olhares da sociedade e dos inocentes, que eram as crianças e os jovens.

## **4.2 Criminalização dos trabalhos do povo**

Por vezes, a atuação do Correio do Estado não ficou restrita apenas às campanhas ou ações que tinham a cidade como único foco. Em algumas situações, defendeu-se a cidade moderna e, ao mesmo tempo, também os interesses econômicos de alguns grupos da elite local que, por meio das atividades econômicas que desenvolviam, objetivavam modernizar a urbe.

---

<sup>618</sup> Notas policiais – gatas em cana. CE, Campo Grande, p. 8, 2 jan. 1971.

Sendo assim, a atuação do periódico foi, de fato, marcante para transformar a cidade de Campo Grande e dar destaque para modos de viver até então pouco salientes no tecido social e cultural da urbe, embora a legislação já sinalizasse a obrigatoriedade de praticá-los.

No Arquivo da Câmara Municipal de Vereados de Campo Grande há todo um conjunto de leis, leis complementares, decretos, decretos-lei, portarias e normas, em especial a partir do início do século XX, que mostram essa conduta civilizatória por parte do poder público. Boa parte da legislação era copiada das existentes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, algumas literalmente. Em muitas ocasiões, a lei funcionou apenas como letra morta, pois, embora existisse, não era aplicada no corpo da sociedade.<sup>619</sup>

A implantação desse corpo legislativo se deu de forma pacífica em alguns casos e tumultuada em outros, chegando-se a utilizar em inúmeras situações a força da lei e o poder das autoridades policiais e administrativas para alterar, a contento das elites dirigentes, o cotidiano da urbe, visando construir e/ou ampliar algumas relações econômicas de hegemonia dessa elite diante de outros grupos sociais.<sup>620</sup>

Ao cobrar ações do poder público, o CE movimentou a vida política de Campo Grande: algumas leis foram criadas de forma a beneficiar certos grupos da sociedade; outras, já existentes, mas em desuso, foram postas em prática também para assegurar o poder da elite em determinados ramos da economia cidadina, na época em franco crescimento, mas anteriormente não rentáveis do ponto de vista do capital e do lucro.

---

<sup>619</sup> A respeito da utilização de leis e da funcionalidade destas para degradar pessoas indesejáveis, sobretudo aos espaços citadinos, consultar a obra de MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 51-57. Já sobre a existência de leis e a não execução destas em terras do Oeste do Brasil, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. Para o autor, a sociedade pastoril formada no sul de Mato Grosso no início do século XIX procedia desta forma – regida por suas próprias leis – em razão da inexistência do Estado brasileiro neste território, tanto administrativa como militarmente. Essas terras, por serem os confins do Brasil, ficavam desguarnecidas da modernidade presente no Leste do país, e de quase toda a sua estrutura organizacional.

<sup>620</sup> A prática da repressão policial, sobretudo via utilização da força física e das armas, é característica marcante do período consagrado pela historiografia brasileira, grosso modo, como República Velha (1889-1930). Para um estudo mais detido do assunto, ver CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1991, p. 30-31, 61-62 e 71. Segundo a autora, o aparelho policial era um dos mais importantes instrumentos do Estado para controlar os trabalhadores urbanos, bem como diferenciar os laboradores ativos dos não-ativos. No caso dos carroceiros, mesmo exercendo uma atividade, eram retratados em parte da documentação produzida pelas autoridades policiais, imprensa e sociedade como “profissionais perigosos”.

Os maiores e mais recorrentes conflitos dos poderes públicos e privados com trabalhos realizados pelas pessoas comuns ocorreram em torno da questão alimentar, mais precisamente da venda de alimentos para a sociedade campo-grandense. Os trabalhos de leiteiros e vendedores ambulantes de carnes foram os mais visados e receberam ações continuadas dos poderes citadinos visando eliminá-los da urbe. Entretanto, havia toda uma gama de outros labores, dentre os quais se pode destacar os vendedores de lanches e sucos, comerciantes ambulantes de diversas mercadorias, verdureiros, entregadores de pães, massas e doces.

No caso dos leiteiros, a atuação do CE ocorreu em duas frentes, por vezes noticiadas de forma concomitante. Numa delas afirmava-se que o leite distribuído na porta das residências pelos leiteiros não tinha higiene, pois a ordenha, a conservação e o transporte eram feitos de modo inadequado e, além disso, havia leiteiros que agiam de má fé, colocando água no leite para obterem ganhos superiores ao que lhes era de direito pela venda do produto. Na outra frente, argumentava-se que este trabalho, além de ser incondizente com os padrões sanitários, era uma ação ilegal, já que a legislação federal proibia este tipo de comércio ambulante devido os malefícios que acarretava às pessoas.<sup>621</sup>

Em março de 1963, os guardas sanitários da municipalidade de Campo Grande flagraram o leiteiro Leolino A. Carrilho vendendo aos seus fregueses leite misturado com água. As autoridades apreenderam “os vasilhames com 40 litros de leite ainda não distribuídos tendo a fiscalização, depois de proceder ao exame do produto, constatado a presença de 25% de água. O leite apreendido foi levado para o Educandário Getúlio Vargas – Preventório.”<sup>622</sup>

A interação do periódico com a sociedade funcionou como outro elemento constataador das mazelas urbanas. Os relatos dos leitores foram considerados como argumentos de qualidade e cuja veracidade era total. O senhor Rui de Castro Mesquita compareceu na manhã do dia 21 de novembro de 1963, na redação do CE, para denunciar e tornar público o fato de ter comprado um pedaço de carne bovina num estabelecimento da Rua 14 de Julho que já “apresentava sinais de putrefação!”

---

<sup>621</sup> O periódico referia-se a seguinte legislação: BRASIL (União). *Regulamento da Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Industrial. Decreto 1.255, de 25 de junho de 1962*. No âmbito mundial, data do século XIX o desenvolvimento de técnicas que permitiram superar os conhecimentos tradicionais e de certo modo arcaicos sobre a conservação de produtos de origem animal, hortaliças e do leite. No caso do leite, havia grande preocupação em consumir o produto após determinado tempo, já que é “um alimento bastante perecível e perigoso do ponto de vista higiênico e sanitário por causa dos riscos de infecção bacteriana.” PEDROCCO, Giorgio. A indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Dir.). *História da alimentação*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 773.

<sup>622</sup> Leite com água, leiteiro autuado. *CE*, Campo Grande, p. 6, 16 mar. 1963. É oportuno frisar que, mesmo o leite tendo sido apreendido, ele não foi inutilizado. Se por um lado não era adequado para a sociedade, o foi para alguns grupos sociais, afinal, endereçaram-no para uma instituição assistencial, neste caso o Educandário Getulio Vargas, que cuidava da formação de crianças e jovens, parte deles sem pais ou responsáveis.

Em seu relato, afirmou: “– Hoje estou mesmo sem sorte! Além de carne podre, fui ao SAPS – Rua Maracaju, esquina da Pedro Celestino comprar 1 litro de óleo, disse-me o funcionário: só vendemos o óleo se comprar 1 pacote de macarrão.”<sup>623</sup> O CE, por sua vez, dirigiu apelos ao executivo municipal, na figura do prefeito, e aos diretores de órgãos de saúde pública da municipalidade e do Estado para que colocassem “um paradeiro em tais abusos, pois o povo” estava

[...] sendo roubado pagando carne estragada e sujeitando-se a imposições incabíveis [...].

O que há por trás disso tudo? Alguém deve estar comendo “bola” para não exigir que a carne seja fiscalizada!

Senhor Prefeito e senhores diretores de saúde; mexam-se em benefício do público.

Os jornais da cidade andam publicando denúncias graves contra a falta de fiscalização por parte de quem de direito.

Isso não pode continuar!<sup>624</sup>

O dito e o não-dito ficam evidentes nessa linguagem ou, pelo menos, implícitos no texto veiculado pelo periódico. Alguém estava, de fato, “comendo bola”? Quem estava parado diante dessa situação e portanto não atuava? Qual público precisava ser atendido e protegido? Quem podia protegê-lo? Ao lançar estas indagações, o CE sugeriu que no âmbito público havia relações possivelmente ilícitas entre autoridades e interesses privados, já que problemas da alçada dos primeiros não eram solucionados e, com isso, não atingiam os interesses dos segundos.

As perguntas sinalizam outro aspecto de significativo relevo na constituição das relações de trabalho entre um mundo aparentemente legal e outro à margem da lei. A existência de carne putrefada em açougues da cidade decorria de fatores diversos, mas não deve restar dúvida de que, neste momento, vários comércios eram abastecidos com carnes sanitariamente não adequadas, tais como àquelas vendidas pelos ambulantes, cada vez mais receosos de realizarem seus labores, que nessa época já começam a ser fiscalizados e punidos em suas atividades, até mesmo antes do que a venda de leite in natura.<sup>625</sup>

---

<sup>623</sup> Povo está sendo roubado. CE, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1963.

<sup>624</sup> Povo está sendo roubado. CE, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1963. Alguns dos jornais existentes ou publicados na cidade de Campo Grande até o ano de 1963 eram: O Estado de Matto Grosso, Jornal do Comércio, A Noite Ilustrada, O Democrata, O Matogrossense, Folha Trabalhista, O Satélite e Diário da Serra. Os exemplares destes jornais, mas não na sua totalidade, estão no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e também na Fundação Barbosa Rodrigues (FBR).

<sup>625</sup> Dentre os fatores diversos destaca-se sobretudo a falta ou interrupção de energia elétrica, algo corriqueiro até o início da década de 1970. Para evitar problemas mais sérios de abastecimento de energia, houve épocas em que a cidade teve a força racionada ou até mesmo totalmente desligada. O próprio CE, por exemplo, suspendeu em 1964 a publicação do impresso para economizar energia e contribuir para o não agravamento do problema energético na urbe.

A denúncia a respeito da qualidade da carne vendida em comércios também se dava para com o leite. Diariamente várias pessoas, de acordo com o CE, pediam para que o periódico denunciasse “a criminosa mistura de água no leite que é servido à população.” Parte dos reclamantes dizia que considerava “justo o aumento de preço do leite mas” não se conformava com o procedimento adotado por alguns fornecedores: misturar água ao leite para tirar vantagem da situação.<sup>626</sup>

Diante da reiteração de reclamações, por causa do problema não ter sido solucionado, o CE se posicionou ao lado da sociedade e contrário às ações do poder público, pois as autoridades que lá estavam não atendiam os telefonemas da imprensa. “Nós, cumprindo mais uma vez a nossa obrigação de dar guarida às justas reclamações da população, aqui estamos endereçando o clamor público ao senhor PREFEITO MUNICIPAL.”<sup>627</sup>

Nas letras do periódico também fica nítida a alteração de gestão e igualmente a alteração de relações de poder entre o CE e setores da Prefeitura. Num texto que continha expressões de ressentido, era combativo e acusador, afirmou-se que até antes do término do ano de 1963, quando o secretário de saúde era o médico Cícero de Castro Faria, “em situação como essa telefonávamos” e “éramos prontamente atendidos. Desde o fim do ano passado, porém, a Secretaria de Saúde da Prefeitura está vaga de fato, pois quem responde pela pasta é um, mas quem move os cordéis é outro, ou são outros.”<sup>628</sup>

Constatada essa situação, pois os telefonemas não eram mais atendidos, o que significa que a influência do meio de comunicação em pauta estava limitada naquele setor do poder municipal, o CE resolveu então apelar pública e diretamente para o senhor Antonio Mendes Canale, que era

[...] o chefe do Executivo municipal [...] para que ordene as providências necessárias em defesa da população campo-grandense, bastando que sejam postas em prática as mesmas medidas adotadas no ano passado. Caso o senhor Prefeito se julgue sem força para reprimir esses abusos, pode contar com a colaboração da polícia ou mesmo do Exército, pois como se divulga em outro local desta edição, a Região Militar está “pronta a cooperar com autoridades civis, no que lhe for solicitado e de acordo com as suas possibilidades”.<sup>629</sup>

---

<sup>626</sup> Leite x água! CE, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1964.

<sup>627</sup> Ibidem.

<sup>628</sup> Ibidem.

<sup>629</sup> Leite x água! CE, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1964. No caso da eleição de Mendes Canale, o CE se posicionou favorável a eleição do mesmo. Houve momentos eleitorais em que o periódico se manifestou diretamente favorável e também contrário a candidatura, a eleição e ao governo de certos candidatos e partidos políticos, porém mais nos âmbitos municipal e estadual do que no federal. Em geral, os políticos do Sul e os que defendessem interesses sulistas eram apoiados abertamente pelo CE.

Até esse período, meados da década de 1960, a questão do fornecimento de alimentos perecíveis fora dos padrões sanitários legalmente estabelecidos, como a carne e o leite, era muito mais uma denúncia visando resguardar a saúde da população do que uma denúncia pública visando materializar outros interesses, além dos já mencionados.

Ademais, o trabalho de leiteiros e de vendedores de carne era comum na cidade, fazendo parte do cotidiano do local há várias décadas. E os consumidores que não tinham uma vaca leiteira no quintal ou lhes era difícil carrear e estocar a carne, recorriam sistematicamente aos vendedores ambulantes ou mascates de alimentos que, diariamente, batiam na porta das residências.

Como o mercado citadino de Campo Grande não conseguia atender essa parcela da sociedade, oferecendo-lhe produtos e mercadorias em conformidade com a legislação sanitária, o trabalho dos vendedores ambulantes era visto pelo lado do capital como uma atividade sem maiores atravancamentos ao desenvolvimento deste próprio capital, logo, o trabalho desses sujeitos do povo comum também não era visto pelas autoridades públicas e privadas como um problema que merecesse contínua investida para imediata resolução da parte em prejuízo, pois esta não existia de forma constituída e visível aos olhos do poder estatal.<sup>630</sup>

No momento em que a cidade passou a ter estabelecimentos industriais destinados a trabalhar o leite e a carne do ponto de vista sanitário, como frigoríficos e laticínios, promoveu-se então uma intensificação no grau de hostilidade frente às ações dos trabalhadores ambulantes.

---

<sup>630</sup> Na década de 1920 há registros de trabalhadores que também atuavam no espaço público da cidade, porém, deve-se diferenciar estes, no período chamados de mercadores ambulantes, dos leiteiros e vendedores de carne. Os primeiros recolhiam impostos para o Município e os segundos não podiam fazê-lo, pois a atividade que exerciam era ilegal. Contudo, o tamanho da zona urbana nos anos 1960-70 permitiu-lhes que transitassem entre as vias públicas sem serem tão facilmente localizados pelas autoridades fiscais e policiais da municipalidade. Sobre documento a respeito dos mercadores ambulantes, ver CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Intendência Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 87, de 09 jan. 1924*. Autoriza o poder executivo a regulamentar o serviço de distribuição de carne e leite. Essa criminalização do trabalho dos ambulantes que vendiam carne e leite se deve, em parte, a atuação do CE, pois a própria legislação municipal isentava os ambulantes do pagamento de taxas, conforme consta no artigo 210 do Código Tributário, de 1973. Eram “isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante”, entre outros, “os pequenos vendedores ambulantes de doces, frutas e outros comestíveis.” CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.466, de 26 de outubro de 1973*. Institui o Código Tributário do Município. Contudo, a venda ambulante da carne e do leite não foi vista como atividade exercida por “pequenos vendedores”. Ao contrário, em específico no caso do leite, este trabalho ambulante foi pensado pelo CE, e divulgado para todos os leitores, como um crime contra a população citadina.

Em matéria bem extensa e detalhada, o CE bradou o projeto de construção de um laticínio em Campo Grande, idéia de autoria dos senhores Dolor Vilela de Figueiredo e Luiz Carlos Bacchi de Araujo. Fazendo uma exposição preliminar da questão, informou-se aos leitores que a cidade ressentia de uma indústria nos moldes da que propunham construir os senhores Figueiredo e Araujo, respectivamente industrial e pecuarista, ambos residentes na cidade de Campo Grande. O objetivo maior: industrializar, pasteurizar e comercializar leite *vacum* e seus derivados, como queijo, requeijão e nata.

O custo inicial do capital social previsto para ser investido no empreendimento denominado Laticínios Campo Grande S.A. era da ordem de Cr\$ 100.000,000 (Cem milhões de cruzeiros), sendo dividido em 100.000 mil ações ordinárias ou comuns, integralizadas em cinco chamadas de capital. Os fundadores, na nota publicada no CE, afirmavam que abriam “mão de qualquer vantagem particular” e que investiriam no negócio em torno de Cr\$ 10.000,000 (Dez milhões de cruzeiros), ou seja, 10% do montante total.

A chamada pública do prospecto veiculada no periódico no dia 9 de fevereiro de 1965, antes do projeto dos Estatutos ser publicado nas páginas do Diário Oficial do Estado, era necessária para angariar fundos, pois tratava-se

[...] de uma empresa que obriga a um investimento de vulto, necessita do concurso decidido de todos os que interessados na expansão do comércio e da indústria em nossa cidade, possam e queiram contribuir para o incremento deste setor da atividade nacional, não só em seu próprio benefício, como na patriótica intenção de auxiliar com suas forças, o surto de progresso que a nossa cidade vem tendo. Dando corpo a essa idéia de há muito concebida os infra-assinados não hesitam em recorrer a subscrição pública do capital necessário para a concretização da empresa [...].<sup>631</sup>

Cabe destacar aqui que a quantia aplicada pelos fundadores, de 10%, retornaria em parte para estes sujeitos pelas regras do Estatuto da empresa, que foram estabelecidas por eles e pelo senhor Jamil Bacha.<sup>632</sup> Isso porque constava no artigo 22 que depois de se realizar o balanço e a parte contábil, a Diretoria, que era composta pelas figuras do diretor presidente, do diretor vice-presidente, do diretor comercial e do diretor assistente, tinha direito de receber gratificação anual no valor de 10% dos lucros da indústria.

---

<sup>631</sup> Laticínios Campo Grande S.A. *CE*, Campo Grande, p. 5, 12 fev. 1965.

<sup>632</sup> Além dos senhores Figueiredo, Araujo e Bacha, integravam o grupo de empreendedores Lyrio Novaes, Pedro Balduino e Hélio de Oliveira e Silva, conforme consta na matéria *É puro o leite que consumimos*. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 ago. 1969.

Quase um ano e meio após a divulgação do prospecto do laticínio, e contando também com empréstimo de Cr\$ 200.000,000 (Duzentos milhões de cruzeiros) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>633</sup> para construir as instalações, a obra, que estava sendo construída num terreno de 10 mil m<sup>2</sup>, que foi adquirido da Firma Irmãos Carcelos & Cia. Ltda., contava com operários e muitos materiais de construção no canteiro de obras. Neste momento, final de maio de 1966, a caixa de água com capacidade para 30 mil litros estava concluída. Já o poço semi-artesiano e o prédio da administração, na parte de alvenaria, estavam em processo de conclusão.

Para a construção da parte principal da indústria, segundo informação de Gabriel Abrão, um dos diretores do Laticínio Campo Grande S.A., ao funcionário do CE que visitou “demoradamente” o “terreno em que antigamente funcionava o antigo aeroporto da DELTA”, já tinha sido adquirido e pago todo o material. Naquela oportunidade, esta parte da obra não estava em desenvolvimento, pois carecia ainda da aprovação da planta pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA), que era um órgão de fiscalização sanitária do Ministério da Agricultura.

A sociedade local, por sua vez, contribuiu além das expectativas iniciais, em particular as “classes ligadas à produção agropecuária.” No início, esperava-se receber com a venda de ações um montante de Cr\$ 100.000,000 (Cem milhões de cruzeiros). Esse valor, no entanto, atingiu uma cifra superior a Cr\$ 230.000,000 (Duzentos e trinta milhões de cruzeiros).

Parte desse êxito deve ser creditada ao próprio trabalho de linguagem publicitária que o CE realizou, sobretudo quando teceu afirmações abertamente favoráveis ao empreendimento, sinalizando que a indústria era importante para o progresso da cidade, dizendo existir um campo de atuação para ser explorado, mostrando o desenvolvimento da obra, a existência de documentação, de pessoas comprometidas com o negócio e, inclusive, visitando o local da obra, dando um relatório sobre a mesma e enfatizando que integrantes da Diretoria acompanhavam, pessoal e diariamente, os trabalhos.<sup>634</sup> O trabalho em pauta surtiu efeito, afinal, a maior parte dos acionistas era de homens ligados ao mundo rural, pecuaristas em sua maioria.

---

<sup>633</sup> O BNDE foi criado em 1952, na época do governo de Getúlio Dornelles Vargas. Um dos seus mais alardeados objetivos institucionais era o de conceder apoio financeiro para empreendimentos industriais em áreas até então pouco povoadas e industrializadas do país, como o Estado de Mato Grosso. Em 1982 passou a denominar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<sup>634</sup> A relação imprensa, poder e a defesa de interesses de grupos privados em oposição aos da coletividade foram oportunamente analisados nos escritos de JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Hucitec, 1996 e ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa: um ensaio inédito de Perseu Abramo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. Esse último texto, em especial, oferece uma análise bastante criticadora dos meios de comunicação e de como estes manipularam dados e informações, mostrando-os como neutros e imparciais quando, na verdade, são tendenciosos e extremamente políticos em suas ações.

Por medida de economia, e salvaguardando o interesse dos senhores acionistas, a Diretoria vem cuidando diretamente das obras em andamento, o que proporcionará lucro de mais de 20 milhões de cruzeiros.

Foi acertado entre inúmeros diretores da organização o alto propósito de nada receberem durante o período de construção da usina de beneficiamento, só o fazendo após a conclusão das obras e aqueles que de fato cooperaram para o total êxito da firma.

Agradecemos ao Dr. Gabriel Abrão a oportunidade que deu à nossa reportagem para uma visita geral às obras do Laticínios Campo Grande e certeza temos que em breve tornar-se-á autêntica realidade para o vertiginoso progresso industrial da “Cidade Morena”.<sup>635</sup>

Ainda no final dos anos 60 do século XX, o Laticínio Campo Grande já estava em funcionamento. A cidade, segundo matéria publicada por redatores do CE, tinha pessoas com “espírito empreendedor” e por isso mesmo “pode se gabar de ter um dos mais modernos e eficientes Laticínios do País.”<sup>636</sup> O texto fez menção também ao apoio financeiro concedido pelo poder federal via BNDE que, nesta época, apoiou maciçamente projetos de médio e grande portes na região visando levar “progresso” para o interior do Brasil. Foi com o apoio do governo federal que se tornou possível ocupar, do ponto de vista do capital, as terras da Região Centro-Oeste.<sup>637</sup>

**Imagem 50.** Laticínios Campo Grande.<sup>638</sup>



<sup>635</sup> Em breve será uma realidade o Laticínios Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 5, 28 maio 1966.

<sup>636</sup> É puro o leite que consumimos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 ago. 1969.

<sup>637</sup> Sobre a interferência do poder público nessa região e o fomento ao agronegócio, em particular da pecuária e de grãos como a soja e o milho, ver as seguintes obras: ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001, LOPES, Aldonei da Silva. *A sojeicultura e o desenvolvimento na Região Meridional de Mato Grosso do Sul (1950-1985)*. 2000. Tese (Doutorado em História Ibero-Americana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2000 e LOPES, Aldonei da Silva. *Agricultura da soja: um marco no desenvolvimento econômico do Mato Grosso do Sul (1970-1985)*. 1996. 273 f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1996.

<sup>638</sup> Esta indústria está sendo prejudicada. *CE*, Campo Grande, p. 1, 10 mar. 1972.

De forma bastante enfatizada, o periódico reconheceu que o BNDE atuou de forma “marcante e profícua”, pois destinou “a importância de NCr\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil cruzeiros novos)” e ofereceu “toda a assistência técnica necessária. O investimento já monta o total de NCr\$ 1.500,000,00 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros novos) totalmente pago.”

Depois da conquista de benefícios na esfera federal, passou-se a lutar pela isenção de impostos na administração estadual. A “grande luta” agora estava em “conseguir a isenção do ICM, para o Leite”. A “isenção já foi pleiteada ao Governo do Estado e está sendo motivo de apreciação por parte do Governador Pedro Pedrossian. Se esta petição for atendida pelo nosso Governo, beneficiará sobremaneira os produtores, que terão o seu produto mais valorizado.”<sup>639</sup>

Após mostrar os passos que estavam sendo trilhados pela indústria junto ao governo estadual, o CE frisou, e, portanto, ativou a imagem do estabelecimento leiteril na memória da população, que essa empresa contava com “instalação de primeira ordem”, possuía “todos os requisitos de conforto”, era moderna e higiênica em suas instalações. Os que visitavam o “majestoso edifício”, que se localizava na Vila Jacy, ficavam encantados.

Para ressaltar ainda mais a defesa do negócio do leite industrializado, o CE estabeleceu um comparativo sobre o que havia antes e sobre o que existia naquele presente. No passado, a sociedade campo-grandense recebia em suas residências um litro de leite ao preço de NCr\$ 0,50 (Cinquenta centavos novos). Porém, havia “muita água e impurezas” no produto. Isso causava,

[...] principalmente nas crianças, a “diarréia”, “infecções intestinais” e outras doenças de gravidade que contribuíram em muito para o acréscimo da mortalidade infantil em nossa cidade. Hoje, o Laticínios entrega ao mesmo preço NCr\$ 0,50 (Cinquenta centavos novos) um leite puro, com tampa aluminizada (que custa para o Laticínios NCr\$ 0,12) e com um teor de gordura que atinge até 4%. Ressalta-se que este mesmo leite distribuído em Campo Grande é o mesmo leite considerado “tipo A” em São Paulo e que é vendido a NCr\$ 0,80 (Oitenta centavos novos) o litro. A capacidade de produção do Laticínios é de 40.000 mil litros de.<sup>640</sup>

---

<sup>639</sup> É puro o leite que consumimos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 ago. 1969.

<sup>640</sup> *Ibidem*.

Ao mesmo tempo em que o CE pode fornecer um tipo de leitura sobre a realidade, há também a possibilidade de defender outras leituras e habilitar, ou manter no poder, outros sujeitos. A argumentação que perpassa toda essa luta concentra-se em beneficiar a população, pensada aqui como toda a sociedade. Observando a realidade sobre esse prisma, pode-se afirmar que a luta do periódico era uma ação em prol da sociedade e do bem público, e não apenas uma ação em benefício de alguns setores abastados de Campo Grande. Essa argumentação, no entanto, não se sustenta numa análise mais estrutural.<sup>641</sup>

Poder-se-ia então afirmar que essa luta para materializar um tipo de memória e de esquecimento era tendenciosa e beneficiou os interesses dos industriais? Na verdade, não se pode dizer isso de forma direta, tendo em vista a documentação utilizada, mas pode-se dizer sim, e isso por meio de uma análise a contrapelo, como propôs Walter Benjamin, que a atuação do impresso beneficiou a política dos industriais e esta prejudicou o trabalho de leiteiros que foram vistos, a partir do final dos anos 60, cada vez mais como infratores e, quando recorriam no ato, eram enquadrados na categoria criminosos.<sup>642</sup>

No Brasil, em particular nas cidades do litoral e mais detidamente nas capitais políticas dos Estados, a estrutura legal necessária que as elites precisavam para efetivar o desenvolvimento do capital já estava posta nestas urbes muito antes do que o foram em cidades do interior do território brasileiro, como é o caso da cidade de Campo Grande.<sup>643</sup>

---

<sup>641</sup> O que ocorreu aqui foi a produção, por meio das páginas do CE, de um esquecimento negativo da história, pelo menos para as pessoas comuns. No entender de Jeanne Marie Gagnebin, o passado, e a autora refere-se ao entendimento de passado proposto dentro dos contornos da filosofia da história de Walter Benjamin, também serve para sugerir caminhos e passos para o presente. Deve-se lutar contra o esquecimento das situações ocorridas no passado. Todavia, esse esquecimento, para Gagnebin, pode ser materializado de duas formas: via esquecimento negativo e via esquecimento positivo. Em outras palavras, existe uma utilidade negativa e outra positiva na noção de esquecimento. O “esquecimento não é sinônimo de perda, como ocorre tantas vezes na reflexão historiográfica de Benjamin, sempre preocupado em salvar o passado de um abandono definitivo. O esquecimento remete aqui à felicidade porque não significa mais negligência, mas, além desta lembrança perigosa que é a dolorosa narração da história, a intensidade do presente. Essa noção positiva de esquecimento é certamente no pensamento de Benjamin, e como várias passagens das “Teses” o testemunham, o eco da crítica nietzscheana à concepção de uma memória reivindicadora e infinita.” GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 110.

<sup>642</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 153-164. Sobre criminalização de costumes populares e de trabalhos realizados por pessoas comuns, consultar os escritos de THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e mais especificamente MARX, Karl. La ley sobre los robos de leña. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. Esse último texto é uma crítica ao modo de atuação do Estado burguês, pois ao invés de legislar em favor dos interesses mais amplos e públicos, atende mais aos anseios privados de poucos grupos. A lei em pauta, de 1842, transformou a terra de uso comunal em terra de direito privado, tornando crime a cultura de coletar lenha seca destes campos. Essa lei, na prática, criminalizou o trabalho de pessoas pobres, e passou a concebê-las como ladrões.

<sup>643</sup> Essa problemática foi exemplarmente abordada na obra de GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 40.

Sendo assim, a lei existia em Campo Grande, mas não era posta em prática devido a um fator em especial: como não havia investimento de capital, logo, o trabalho dos leiteiros não atrapalhava este mesmo capital. Quando o capital foi investido, e o próprio Estado o fez em parte na forma de empréstimo, passou-se a defender esse mesmo capital, também com o apoio do Estado, desta vez com leis e aparato humano personificados nas figuras de fiscais de impostos e policiais.

Vê-se que as leis e a atuação do Estado nacional, por essa passagem, serviram aos interesses de alguns sujeitos e grupos em detrimento dos de outros. No caso em evidência, há uma particularidade dentro dessa especificidade do desenvolvimento do capital nestas terras oestinas do Brasil. As leis e o capital, ainda nos anos 60, e isso se verifica também na década de 1970, dependiam da junção de interesses locais para serem efetivados de modo objetivo na sociedade.

Na medida em que investimentos de capital foram aplicados na cidade de Campo Grande passou a existir também a urgência de se fazer cumprirem as leis. É nessa configuração política que legislações antes relegadas ao campo dos livros jurídicos e anais legais, e vistas como imposições do Brasil civilizado ao sertão pastoril, foram aceitas e colocadas em prática pelas autoridades, tanto públicas como privadas.

Assim se processou no caso dos leiteiros ambulantes que atuavam na cidade de Campo Grande. Com o aparato legal, primeiro no plano federal e estadual, e depois no municipal, passou-se a exigir o cumprimento de leis, bem como criar outras, e a criminalizar certos sujeitos.<sup>644</sup> Isso também deve ser pensado, de acordo com Benjamin, como luta de classes que encobre os “pormenores” da história de inúmeras pessoas comuns, ou excluídos da história, como propôs Michelle Perrot.<sup>645</sup>

---

<sup>644</sup> Quando atuou como correspondente do periódico *Gazeta Renana*, na década de 1840, Karl Marx presenciou a criação de leis que impediram os trabalhadores de realizar a tradicional coleta ou cata de lenha, que era um direito costumeiro que datava desde a Idade Média, portanto, uma prática já secular. Podia-se, exceto no caso de lenha verde, para não promover o desmatamento e a destruição das florestas, retirar toda a madeira morta de terras comunais e também de algumas senhoriais. Os frutos silvestres estavam na mesma condição. De modo muito sucinto, o interesse em transformar essas terras que, na prática, atendiam uma coletividade de pessoas em terras de poucas pessoas, reside no fato desse espaço ter se tornado mais um campo de atuação do capital, portanto, não podia continuar sendo utilizado indistintamente por “todos”. Para Marx, um artigo de lei transforma um sujeito “cidadão” em um sujeito “ladrão”. Ou seja, a lei tem o poder de transformar o trabalhador num criminoso. “Outra observação característica: as disposições sobre a madeira são estendidas à cata das frutas silvestres, como os mirtilos, praticada “desde tempos imemoriais”. É que essas frutas tornaram-se *objeto de comércio*: eram enviadas para a Holanda, em tonéis, *por dinheiro*. O bem natural tornou-se *mercadoria*. Se se pode monopolizá-lo, é preciso justificar esse monopólio legalmente: “A natureza do objeto”, descobre Marx, “reclama o monopólio, porque o interesse da propriedade privada acaba de inventá-lo.” VILAR, Pierre. *História do direito, história total. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC, São Paulo*, n. 33, dez. 2006, p. 23. Vale aqui mencionar também os dois sentidos da palavra “justo”, contida no mesmo texto e página antes citados, para melhor balizar a relação elite e construção de leis: “Pascal escreveu na mais poderosa fórmula que opôs os dois sentidos da palavra “justo” – o sentido jurídico e o sentido moral: “Não podendo fazer com que o que é justo fosse forte, fez-se com que o que é forte fosse justo” (entendamos, considerando como tal).” Isso significa que é a sociedade civil, portanto, a elite, que faz o Estado e não o contrário.

<sup>645</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985, p. 155 e PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

Quando as regras ou as leis não eram respeitadas pelos trabalhadores ambulantes que atuavam no espaço público da cidade, o corpo autoritário do Estado, ou até mesmo o privado, tomou forma em Campo Grande. Inicialmente vieram as leis e, depois, quando não aceitas e/ou contestadas por outros sujeitos, colocou-se nas ruas a figura de autoridades fiscais, e em maior número a das autoridades policiais.

A preocupação dos poderes públicos, sobretudo do executivo municipal, com os trabalhos realizados por leiteiros e vendedores ambulantes de carne demonstra o início de um processo de acentuada criminalização destes trabalhos que, nesse caso, tem ligação direta com a instalação de indústrias de carne e laticínios na cidade, tendo como integrantes boa parte da elite local que, nessa época, empreendeu a construção de indústrias e outros bens com a ajuda de verbas e financiamentos estatais.

No Brasil, data dos anos 60, uma regulamentação mais efetiva no plano federal visando enquadrar os produtores do campo em normas gerais de manejo, vacinação, abate e comercialização de produtos animais e seus derivados. O objetivo disso no plano nacional era viabilizar a venda de carnes e de produtos dela decorrentes, integrando-se às normas sanitárias animais existentes na Europa e nos Estados Unidos da América, sendo então possível exportar essa produção.

Para propiciar ao capital um espaço adequado de desenvolvimento é que foram criadas legislações como o Decreto n. 1.255, de 25 de junho de 1962. Nos seus mais de quinhentos artigos há alguns que produziram a transformação do trabalhador em infrator e criminoso. É o caso do artigo 509, que proibiu a venda de leite cru nas localidades onde existiam usinas de beneficiamento de leite e impediu que as autoridades estaduais e municipais concedessem alvarás para este tipo de trabalho.<sup>646</sup>

Anos depois, e já com a indústria em funcionamento, a Prefeitura de Campo Grande passou a atuar de modo direto, defendendo a aplicação e também os interesses comerciais das pessoas que tinham investido no negócio da industrialização do leite. Nessa perspectiva, o Decreto Municipal n. 3.319, assinado no dia 30 de julho de 1969, previa “que somente o leite devidamente pasteurizado poderá ser distribuído à população de Campo Grande, a partir do dia 2 de agosto” de 1969.<sup>647</sup>

---

<sup>646</sup> BRASIL (União). *Regulamento da Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Industrial. Decreto 1.255, de 25 de junho de 1962.*

<sup>647</sup> Leite pasteurizado tem decreto. *CE*, Campo Grande, p. 1, 31 jul. 1969.

Cerca de uma quinzena depois da publicação desse decreto, o CE veiculou uma matéria enaltecendo as propriedades do leite pasteurizado para a saúde humana e mostrando os prejuízos causados ao organismo, caso o consumo fosse de leite in natura. Esse produto, lamentou o impresso, mesmo tendo a comercialização combatida pela imprensa, foi colhido e distribuído durante vários anos na cidade sem que fossem observados os mínimos princípios de higiene.

O leite in natura vendido tinha muitas impurezas, segundo o CE. Dando ênfase aos problemas de se consumir o produto sem passar pelo processo de industrialização, o periódico exerceu todo um trabalho pedagógico sobre a sociedade. A matéria passou então a mostrar os relatos de consumidores que encontraram os seguintes corpos no leite: pó, pêlos de animais, carrapatos, sangue, pus e micróbios.

Além dessas impurezas, que existiam mais pelo descaso e pela falta de cuidados sanitários de quem fazia a ordenha e a venda do produto, havia as impurezas propositadamente colocadas no leite, tais como água de córrego e urina de vaca, que servia para não azedar o produto. Por vezes, até mesmo pequenos peixes foram encontrados. Isso era uma “prova da criminoso adulteração do produto.”

Esse relato da realidade mostrava, no entendimento do CE, que esse tipo de produto não tinha “a mínima condição de higiene” e por isso mesmo não podia ser tolerado pela sociedade. A venda, nessas condições, constituía também um crime contra a população. As pessoas que consumiam leite diariamente, como as crianças, os idosos e os enfermos, eram envenenadas aos poucos e a comunidade não levava em conta esse fato.

Posto isso, o impresso passou a mostrar a realidade após a industrialização desse líquido. “Hoje, com o funcionamento de “Laticínios Campo Grande”, o leite passou a ser puro, limpo, higiênico, merecedor, portanto, de confiança.”<sup>648</sup> A alteração, embora benéfica à saúde das pessoas do ponto de vista do saber sanitário, não foi aceita por toda a sociedade. Esse fato, na medida em que começou a solapar o cotidiano dos trabalhadores que o realizavam, e portanto dali proviam o sustento, causou atritos entre estes e os que defendiam o consumo apenas de leite industrializado.<sup>649</sup>

---

<sup>648</sup> O leite. CE, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1969.

<sup>649</sup> Embora a sociedade civilizada e moderna, ou os grupos que a representavam como civilizada e moderna, assim como a legislação nacional, concebessem o trabalho dos leiteiros ambulantes como um desrespeito à lei e um perigo à saúde, estes trabalhadores, pelo que tudo indica, não possuíam estas preocupações. Suas culturas eram outras. Sem dúvida muitos dos que trabalhavam como leiteiros viviam anteriormente em áreas rurais e, com a modernização agrícola das décadas de 1960-70, foram expulsos do campo ou dele tiveram, de uma forma ou outra, que sair. Chegando na cidade passaram, apenas e simplesmente, a fazer o que já faziam nas áreas rurais: produzir alimentos e, logicamente, vendê-los! A própria permanência destes trabalhos sinaliza que a cidade de Campo Grande possuía não apenas leiteiros com este tipo de cultura, mas também consumidores, já que boa parte da população consumia os alimentos e não os via com prejudiciais à saúde.

Diante da situação, e dos sujeitos que se opunham ao que o CE defendia já fazia anos, o diário se posicionou favorável às alterações que vinham sendo feitas. Esse empreendimento era “a última grande conquista da população campo-grandense” e a sociedade, que nesse caso era composta por industriais e por pessoas ligadas aos seus interesses, não podia aceitar “certa grita” de pessoas que não compreendiam a importância de se ter leite adequado para beber. Esses sujeitos eram

[...] espíritos pouco compreensivos que estavam satisfeitos com o lento envenenamento da população, numa cidade onde a mortalidade infantil é impressionante.

Durante anos, este diário, gritou contra a falta absoluta de higiene no leite fornecido à população.

Hoje, quando esse leite é entregue purificado, estamos na obrigação de dar o nosso apoio aos criadores de “Laticínios”, e o fazemos com a consciência tranqüila, pois estamos apoiando uma iniciativa idêntica ao que existe de mais moderno, de mais perfeito, nas cidades mais adiantadas do mundo.<sup>650</sup>

Ao se utilizar de adjetivos para qualificar a ação política das pessoas que eram contrárias ao comércio do leite pasteurizado, e nelas deviam estar os leiteiros, seus familiares, consumidores e ajudantes, que eram partes diretamente interessadas na questão, o CE trabalhou dentro da lógica da representação. Por meio de palavras nominativas e de cunho depreciativo, o periódico buscou construir uma oposição valorativa frente aos sujeitos que faziam “certa grita” contra os interesses defendidos pelo jornal.

Nesse trabalho de luta pela defesa de interesses de determinados grupos, os meios de comunicação possuem larga vantagem sobre classes sociais que não detém os mesmos instrumentos. Os “jornais, como veículos de formação de opinião pública, contribuem para a construção de imagens muito fortes, carregadas de adjetivos, cores e artifícios de retórica que ajudam a *dar a ver* ao mundo de uma determinada forma.”<sup>651</sup>

Essa forma, no caso, era a forma, em última instância, do capital. Defenderam-se os interesses do povo e não menos os do capital. O interessante é pontuar que a defesa do capital se fez via uma outra justificativa: a sanitária. Não se defendeu por meio das páginas do CE a industrialização do leite para beneficiar este ou aquele grupo social, mas sim a sociedade como um todo, fato que, na realidade, não procedia.

---

<sup>650</sup> O leite. CE, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1969.

<sup>651</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001, p. 33.

O leite entregue pelos ambulantes passou a ser, pelas páginas do periódico, um problema sanitário a ser resolvido. No momento em que a legislação contemplou os interesses do capital e de grupos ligados a ele, passou-se então a exigir o não descumprimento das leis estabelecidas. E a justificativa de que se valia o CE para isso: preservar a saúde da população. Essa afirmação condiz apenas parcialmente com a realidade, já que o objetivo maior não era a saúde da população, mas sim a saúde financeira do empreendimento industrial.

Valendo-se agora também da lei, embora ela já existisse em todo o território nacional desde 1962, a linguagem jornalística do CE tornou corrente nesse impresso o argumento de que a “legislação em vigor não permite que o leite “in natura” seja distribuído à população desde que haja na localidade usina de pasteurização” e, mais do que isso, passou a publicizar também que os produtores e vendedores não deviam continuar burlando a lei, pois “a guarda sanitária municipal” estava “agindo contra os contraventores, contando com o apoio de autoridades policiais. Essa fiscalização” estava “sendo para valer e prisões” podiam “ocorrer a qualquer momento.”<sup>652</sup>

Em outubro de 1969, o CE reforçou mais uma vez a mensagem de que a venda de leite cru, ou in natura, à população urbana fazia parte de um comércio já proibido pela legislação nacional. Como a prática de venda desse tipo de leite não findava, mesmo nos locais onde já havia usinas de pasteurização efetivamente funcionando, como em Campo Grande, decidiu-se em Brasília que a “venda de leite cru para consumo direto da população” estava “proibida em todo território nacional. Uma exceção apenas:” permitir-se-ia, mas “em caráter precário, nas localidades que não” pudessem “ser abastecidas com leite beneficiado.”<sup>653</sup>

A regulamentação do decreto-lei, por sua vez, devia ser posta em prática, de acordo com o Ministério da Agricultura, num prazo máximo de 60 dias. Nela constavam as proibições e as penalidades aos que infringissem o decreto-lei assinado no dia 13 de outubro de 1969 pelos ministros militares. Dentre vários motivos, o principal era, segundo o Ministério da Agricultura, o artigo 509 do Decreto n. 1.255, de 1962, pois determinou que

[...] “nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite não é permitido a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio desse tipo de leite”.

Esse dispositivo, segundo o senhor Ivo Arzua, não vinha sendo cumprido, “em face de determinadas condições vigentes em extensas áreas do território nacional, ou porque as autoridades competentes não o fazem cumprir”.

---

<sup>652</sup> Somente leite pasteurizado pode ser fornecido à população. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 out. 1969.

<sup>653</sup> Decreto-Lei proíbe venda de leite e vai ser regulamentado. *CE*, Campo Grande, p. 1, 14 out. 1969.

Adianta o ministro que “se impõe, de um lado, preservar a saúde do consumidor, assegurando paralelamente ao produtor primário o direito de comerciar com seu produto. De outro, ser pacífico o princípio que aconselha não exigirem as autoridades o que de antemão não estejam certas de poder fazer cumprir”.<sup>654</sup>

Em Campo Grande havia os dois casos. A municipalidade possuía usina de pasteurização, no entanto, a fiscalização municipal não dava conta de coibir, em plenitude, a presença dos leiteiros ambulantes que, assim sendo, continuavam a ordenhar, vender e revender leite in natura à população e também às casas comerciais da cidade. Vendo essa realidade, nesse período já legalmente marginalizada tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal, o CE constatou a existência da questão da seguinte forma:

Um dos sérios problemas ainda não solucionados em Campo Grande, diz respeito à fiscalização da venda do leite.

A legislação proíbe a venda do leite cru à população. A proibição é federal e municipal, mas não está sendo observada integralmente, apesar de já existir leite pasteurizado na cidade.<sup>655</sup>

Como de costume, a imprensa local valeu-se da realidade do que ocorria em outras regiões do Brasil, a saber: “mais civilizadas”, como as do Estado de São Paulo, para balizar suas considerações sobre como as autoridades de Mato Grosso deviam proceder em relação ao “problema” do leite.

Tomou-se, para isso, nota de que ocorria no Estado de São Paulo, historicamente visto, sobretudo a partir do início do século XX, como uma região-exemplo para as terras ocidentais do Brasil. Naquela Unidade Federativa, segundo informou o CE, a fiscalização era realizada pela “própria polícia.” No Município de Catanduva, mesmo não havendo usina de beneficiamento de leite, consta no jornal *A Cidade*, na edição do dia 25 de novembro de 1969,

[...] a seguinte ordem de serviço:

“DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CATANDUVA – AOS SRS. INVESTIGADORES – De ordem superior, determino aos Srs. Investigadores que procedam à fiscalização para cumprimento do Decreto-lei 923 de 10.19.69, que proíbe a venda de leite cru no território nacional.

Os infratores deverão primeiramente, por escrito, sendo, na reincidência, apreendido o produto e remetido ao Posto de Saúde local para exame e demais conseqüências, elaborando-se ocorrência a respeito. Cumpra-se. – Catanduva, 18 de novembro de 1969 – O Delegado de Polícia: a) Bel. NELSON LOURENÇO VANNI”.

E aqui em Campo Grande, a quem cabe a fiscalização? À Prefeitura? À Polícia?<sup>656</sup>

<sup>654</sup> Decreto-Lei proíbe venda de leite e vai ser regulamentado. *CE*, Campo Grande, p. 1, 14 out. 1969.

<sup>655</sup> Leite: fiscalização. *CE*, Campo Grande, p. 3, 19 dez. 1969.

<sup>656</sup> *Ibidem*.

Como se observa pelo texto, a elite local não sabia bem ao certo quem devia fiscalizar a venda de leite in natura. E o “problema” permanecia meses e ano após ano. Em meados de 1970, o CE rememorou aos leitores que desde agosto de 1969 estava “proibida a venda de leite “in natura” no perímetro urbano da cidade, em virtude de portaria do prefeito, baseada em decreto do governo federal.”<sup>657</sup>

De forma muito didática, noticiou-se aos leitores a história do processo do leite na cidade e da importância de se consumir um tipo de leite e não o outro:

Em decorrência dessa medida, o leite, depois de devidamente pasteurizado, passou a ser distribuído à domicílio por uma firma concessionária.

A população anuiu ao novo sistema passando a tomar “assinatura do leite” pagando adiantadamente o fornecimento, cujo pagamento, antes da era da pasteurização, era feito no final de cada mês.

A firma concessionária do serviço de distribuição, a Alfa, transferiu para outra o privilégio, aparecendo então a Beta que, pouco tempo depois caminhou para a “marretagem” passando para terceiros o seu privilégio, criando a já famosa “indústria das linhas de leite”.

Com isso, sem as devidas precauções para evitar a deteriorização do produto, os “donos” de linhas adotaram o sistema do “toma-lá e dá-ca”, exigindo o pagamento na hora da entrega de cada litro de leite.

Em menos de um ano, os intermediários, ou seja, os concessionários do serviço de distribuição de leite pasteurizado “avacalharam” a obra por eles mesmo criada.

Com essa situação, ninguém toma providências no sentido de resguardar os direitos da população, exigindo que o leite pasteurizado seja conservado gelado desde a sua saída da usina de pasteurização até chegar às mãos do consumidor.

Sem essa precaução o leite não mais poderá ser chamado de pasteurizado, mas simplesmente de leite desnatado, carregado de acidez, impróprio para o consumo.<sup>658</sup>

Pelo exposto, vê-se que nem sempre o leite pasteurizado, mesmo sendo em tese sanitariamente mais adequado ao consumo humano, o era de fato. Diante disso, o CE lamentou a situação e cobrou providências das autoridades públicas diretamente envolvidas na questão:

Ao invés de brigar por causa do preço, as pessoas de responsabilidade na vida comunitária devem preocupar-se em ter a certeza de que o produto está recebendo o trato devido para a sua conservação e se a população deve continuar crente de que o leite que lhe é entregue em casa, conserva-se puro como saiu da usina de pasteurização.

Deixar como está, constitui crime contra a segurança sanitária da família campo-grandense.

Os senhores vereadores precisam criar, o quanto antes uma Comissão de Inquérito sobre o Leite, pois [...] o serviço de distribuição de leite na cidade virou um caso de polícia.

A direção do Laticínios Campo Grande S.A. por sua vez, deve exigir essas providências que estamos exigindo em nome da população, tendo em vista a preservação do seu bom nome, conseguido com sacrifícios e muitas lutas, sob pena de ver ruir por terra o seu patrimônio moral e material.

<sup>657</sup> “Avacalharam” o serviço de distribuição de leite. CE, Campo Grande, p. 2, 4 jun. 1970.

<sup>658</sup> Ibidem.

Se nenhuma medida for tomada pelas autoridades locais, ninguém terá força moral, de agora em diante, para impedir que o campo-grandense beba o leite que bem entender, seja pasteurizado ou não”.<sup>659</sup>

Concomitante a essa situação, vários comércios legalmente estabelecidos continuavam a ser abastecidos com matéria-prima proveniente de leiteiros ambulantes e, por isso mesmo, serviam-se de produto não pasteurizado e impróprio para o consumo segundo os padrões sanitários estabelecidos pela legislação. Certa vez, verificou-se na Rua General Melo que uma sorveteria, às 11h:20min. do dia 17 de setembro de 1970, utilizava leite não pasteurizado na fabricação de sorvetes. “O interessante é que a sorveteria, cujo nome não divulgamos por enquanto, chega ao acúmulo de anunciar em seus carrinhos de venda que o produto é feito com leite pasteurizado.”<sup>660</sup>

A dificuldade de se saber qual a real procedência do produto consumido tornou-se, por si só, outro grave problema à própria sociedade. Com a distinção entre leite pasteurizado e leite in natura já posta socialmente pelo próprio CE, o primeiro ficou mais valorizado e o segundo obteve larga marginalização, embora não tenha em momento algum deixado de ser consumido pela população campo-grandense, independente da condição econômica. Tanto isso procede que havia comerciantes que anunciavam serem os seus produtos fabricados com leite pasteurizado quando, na verdade, não o eram.

Essa falta de escrúpulo demonstra que o produto não merece a confiança que diz ter. Cabe à Secretaria de Saúde do Município tomar as devidas providências contra esse abuso, que desrespeita a legislação em vigor, além da prática de concorrência desleal contra estabelecimentos congêneres que empregam em seus produtos o leite pasteurizado por Laticínios Campo Grande S.A., de custo mais elevado.<sup>661</sup>

O anúncio da sorveteria, cujo nome foi mantido no anonimato, tinha, nesse caso, o objetivo explícito de valorizar o produto, viabilizando uma venda mais lucrativa da mercadoria. Tal como esse caso, ocorreram vários outros na cidade de Campo Grande, muitos deles certamente não anotados nas páginas dos órgãos públicos e nem divulgados nos impressos citadinos.

A questão, por seu turno, evidencia que tanto diante de relações comerciais inseridas em preceitos modernos ou nos arcaicos torna-se possível burlar as regras da normalidade institucional. Com o leite in natura havia os que se beneficiavam da situação posta. E com o dito leite pasteurizado o processo continuou a existir.

---

<sup>659</sup> “Avacalharam” o serviço de distribuição de leite. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 jun. 1970.

<sup>660</sup> Atentado à Saúde Pública e concorrência desleal. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 set. 1970.

<sup>661</sup> *Ibidem*.

A luta entre visões de mundo, ou imposição de valores, mostrou-se também por meio de informes publicitários sobre o leite. O argumento central calcou-se na origem do produto. Pedia-se, na propaganda, se o consumidor sabia como tinha sido ordenhado o leite que ele comprou. Vejamos a parte textual de um informe de 1970 do Leite Ita, que era um produto fabricado pelo Laticínios Campo Grande S/A.: “Os seus pais tomavam leite cru, mas era Leite que viam ser tirado. Hoje o leite cru é tirado de forma comercial e você nem sabe como é feita a ordenha. O leite pasteurizado tem padrão certo de gordura, é puro e tem um valor nutritivo muito maior que o leite cru.”<sup>662</sup>

O anúncio polarizou a questão do leite em dois pontos: defendeu o consumo do produto pasteurizado e rejeitou veementemente a qualidade do leite que não era pasteurizado, portanto, do leite in natura. Ao projetar uma indagação ao consumidor e em seguida mencionar as qualidades do leite pasteurizado, a propaganda ajudou a defender um projeto econômico das classes mais abastadas da cidade de Campo Grande, que pelo que se pode observar encontrava nessa época grande resistência por parte de significativa parcela da população da urbe.

Na prática, isso inviabilizou a venda de leite industrializado à população que, nesse período, consumia entre 13 e 18 mil litros diariamente. Deduz-se então que a indústria estava em constante prejuízo financeiro. A situação econômica se tornou tão calamitosa que a empresa Laticínios Campo Grande S/A., que tinha capacidade para tratar 40 mil litros de leite ao dia, publicou no CE parte dos ofícios endereçados a alguns poderes públicos constituídos, como o Ministério da Saúde, a Polícia Estadual e a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

No âmbito federal, o então presidente da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), Walter da Silva, emitiu nota datada do dia 8 de dezembro de 1969 afirmando que recebeu ofício remetido por parte de dirigentes da firma Laticínios Campo Grande S/A. denunciando o fato da cidade de Campo Grande ter usina de beneficiamento de leite e mesmo assim ainda existir na urbe o comércio de leite cru. O mesmo documento informou ao poder federal que “as autoridades locais se mostram impotentes para fazer cumprir”<sup>663</sup> o Decreto-lei n. 39.039, de 30 de abril de 1956, em particular o artigo 59.

O Ministério da Saúde, por sua vez, emitiu o seguinte parecer:

De acordo com o artigo 29 – II, do Capítulo VI, do decreto n. 986 – de 21 de setembro de 1969, a fiscalização dos alimentos produzidos ou expostos à venda na área da respectiva jurisdição, será exercida pela autoridade estadual ou municipal, dos Territórios ou do Distrito Federal.  
As penalidades, tendo em vista o grau de gravidade da transgressão estão previstas no artigo 7º do Decreto de 25 de agosto de 1969.

---

<sup>662</sup> Será que compensa? CE, Campo Grande, p. 5, 30 out. 1970.

<sup>663</sup> LATICÍNIOS CAMPO GRANDE. A pedido – Venda de leite cru causa preocupação ao Laticínios Campo Grande S/A. CE, Campo Grande, p. 7, 9 jan. 1971.

Parece-nos claro que a autoridade responsável pela aplicação da lei, no caso é o Governo Municipal, que tem à sua disposição os instrumentos legais necessários, inclusive a autoridade mais próxima a qual poderá recorrer, a Estadual.

Estranhamos que o Município de Campo Grande, com 111.205 habitantes – (1-7-68), com uma área de 8.477 km<sup>2</sup> e 13,12 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo o segundo município do Estado, não tenha capacidade de fazer respeitar a lei.

Parece-nos grave o fato de uma organização industrial solicitar diretamente a presença da autoridade federal em um município para fazer cumprir a lei. Sugerimos, finalmente audiência do Governo Municipal para conhecimento real da situação apontada.<sup>664</sup>

Paralelamente ao processo de envio de notas por parte do Laticínios Campo Grande S/A. e também do Correio do Estado solicitando que as autoridades públicas tomassem providências em relação ao comércio de leite cru, ocorreram desencontros de informações entre as autoridades constituídas.

A Prefeitura alegou que não tinha meios para fiscalizar a venda de leite. O poder policial mostrou-se partidário da lei e da saúde da população, propondo-se a fiscalizar e recolher o leite vendido inadequadamente por meio de uma portaria intitulada Proibida a Venda de Leite Cru, publicada no dia 9 de março de 1970.

O CE bradou com este comunicado, como se pode observar em texto veiculado no periódico que elogiou a decisão do “ilustre delegado regional de Campo Grande”, Alfredo Scaff, já que este se propôs publicamente a zelar pela “saúde dos campo-grandenses”, pois tinha tomado a “posição para defender a lei e a saúde pública” desta sociedade.<sup>665</sup>

Tendo como base o Decreto-lei n. 923, de 13 de outubro de 1969, a portaria proibiu

[...] a venda de leite cru para consumo direto da população; Considerando que já existe leite *vacum* pasteurizado em condições de abastecer permanentemente toda a população local; Considerando a necessidade premente de colaborar com o Serviço Sanitário; – Considerando que certos elementos continuam vendendo e entregando leite cru para consumo direto da população, em flagrante desrespeito à legislação em vigor; Considerando que a sanção prevê apreensão e remessa do produto ao Posto Sanitário para exames e demais providências contra os recalcitrantes; Considerando ainda que cabe à Polícia tomar medidas contencivas a respeito; RESOLVE: determinar aos policiais subordinados a esta Regional e autoridades respectivas, que apreendam o leite cru que clandestinamente vem sendo vendido direto à população, recolhendo-o ao LATICÍNIOS CAMPO GRANDE S.A., onde será tratado e a seguir entregue gratuitamente, às casas de Caridade e Hospitais. Cumpra-se Campo Grande, 9 de março de 1970. a) Dr. Alfredo Scaff, Delegado Regional”.<sup>666</sup>

---

<sup>664</sup> LATICÍNIOS CAMPO GRANDE. A pedido – Venda de leite cru causa preocupação ao Laticínios Campo Grande S/A. CE, Campo Grande, p. 7, 9 jan. 1971.

<sup>665</sup> Ibidem.

<sup>666</sup> Ibidem.

Essa posição por parte do poder policial, no entanto, ainda não era conhecida do poder municipal. Em razão de terem remetido ofícios para vários órgãos públicos, as respostas chegaram em prazos distintos. O conteúdo das respostas mostrou que as autoridades tinham visões diversas sobre a questão do leite. A Prefeitura Municipal de Campo Grande, segundo informou o CE, contribuiu para agravar o “problema”.

Data do dia 13 de março de 1970 a emissão, por parte da Prefeitura, de uma autorização para que “certa pessoa” “possa transportar, diariamente, certa quantidade de leite cru “QUE SE DESTINA AO SEU USO PARTICULAR E NÃO PARA VENDA”.<sup>667</sup> Esse poder municipal, por sua vez, declarou-se, no despacho, sem “condições materiais e de pessoal para exercer esta fiscalização.”<sup>668</sup>

A imprensa campo-grandense, principalmente o jornal CORREIO DO ESTADO, vem publicando, periodicamente, denúncia contra a venda de leite cru à população da cidade, o que constitui flagrante atentado à saúde pública, além de contrariar o espírito da lei federal n. 923, de 10 de outubro de 1969, a qual regulamentada em fevereiro de 1970, proíbe a venda de leite cru em todo o território nacional, nas localidades que possam ser abastecidas com leite beneficiado.

Campo Grande tem condições de abastecer-se com leite beneficiado, porque aqui existe, legalmente instalado e em funcionamento normal, o LATICÍNIOS CAMPO GRANDE S.A., sendo, pois, o único em condições legais para exercer o comércio e distribuição de leite na cidade.

O LATICÍNIOS CAMPO GRANDE S.A. sempre repudiou a venda do leite cru à população campo-grandense, não por temer concorrência, mas porque esse comércio clandestino é um acinte à lei federal, além de ser um atentado à saúde de quem consome leite impuro.

Provando que deseja ver a lei respeitada e resguardada a saúde dos campo-grandenses, o LATICÍNIOS CAMPO GRANDE S.A. não tem faltado com o zelo que o problema merece. Já batemos às portas da Prefeitura, porque “a autoridade responsável pela aplicação da Lei é o governo municipal”. Em ofício endereçado ao Dr. Prefeito Municipal e protocolado sob n. 13.021/70, de 22-9-70 denunciámos oficialmente a venda clandestina do leite cru e fizemos ao governador do município um relato completo da situação relacionada com o não cumprimento da lei federal em Campo Grande. Mas esse ofício foi apenas a reiteração do nosso empenho junto ao poder municipal. Pois, anteriormente havíamos abordado o assunto junto à Prefeitura, como é fácil provar com um despacho do Dr. Rubens Neder Teixeira de Sousa, Secretário de Administração, em correspondência que a esse respeito endereçamos à Municipalidade. O dito despacho está assim redigido:

– Sobre o assunto em pauta queremos informar que já tivemos uma conversa demorada com o Dr. Canale com respeito a este difícil problema. Aproveito esta oportunidade para reafirmar que não tem a Secretaria de Saúde, condições materiais e de pessoal para exercer esta fiscalização. Acreditamos que o mais prudente será o senhor Prefeito convocar uma reunião conjunta: Laticínios Campo Grande S.A. e os leiteiros ambulantes.

– Portanto, deixamos a tentativa de Resolução à Administração Central. Este despacho foi dado pelo Dr. Sebastião Eloy Pereira, Secretário da Saúde do Município, e foi exarado a 19-3-70.

---

<sup>667</sup> LATICÍNIOS CAMPO GRANDE. A pedido – Venda de leite cru causa preocupação ao Laticínios Campo Grande S/A. CE, Campo Grande, p. 7, 9 jan. 1971.

<sup>668</sup> Ibidem.

Aí a situação já se apresentava um tanto grave, porque o poder municipal declarou-se desprovido de recursos para fiscalização o cumprimento da lei federal.<sup>669</sup>

Na realidade, havia poder público comprometido em defender a lei. Conforme argumentou o CE:

Portanto, quatro dias antes de o Dr. Secretário de Saúde declarar-se sem “condições materiais e de pessoal para exercer esta fiscalização”, a Polícia já estava à disposição do poder municipal para que este policiasse o cumprimento da lei. Por aí se vê que à Prefeitura não faltaram recursos “materiais e de pessoal”: faltou interesse, diálogo com a autoridade policial.<sup>670</sup>

E de fato nos meses seguintes houve fiscalização aos leiteiros, não somente por parte das autoridades policiais mas também pelas municipais, sobretudo da Secretaria de Saúde. No dia 21 de fevereiro de 1972, conforme noticiou o CE, houve “lamentável ocorrência” em Campo Grande, pois “algumas dezenas de leiteiros, inconformados com a justa e legal atitude da Saúde Pública, que está impedindo a venda de leite “in natura” aos consumidores”, disseram que invadiriam a indústria Laticínios Campo Grande S/A. para depredar o local e obterem, de volta, os instrumentos de trabalho que as autoridades haviam confiscado.

Na visão do CE, os leiteiros em voga não eram simples trabalhadores ou leiteiros. Eram, antes disso, leiteiros ilegais e, portanto, deviam ser “legalmente considerados” como “clandestinos”, pois “até agora forneciam leite não pasteurizado a parte da população” e “ameaçaram depredar o Laticínios Campo Grande, a fim de retirarem os latões apreendidos pela fiscalização.”<sup>671</sup>

Para que a ordem, em conformidade com a legislação, fosse restabelecida, a autoridade policial foi necessária e se fez presente na indústria. O impresso, diante do ocorrido, lamentou que na cidade de Campo Grande a legislação federal não fosse cumprida e, quando passou a ser, problemas de outras ordens tornaram-se presentes na cidade.

Embora houvesse legislação federal vigorando no Brasil há anos, “o comércio leiteiro em Campo Grande”, lamentou o periódico CE, “era praticamente livre tendo o CORREIO DO ESTADO, por inúmeras vezes, chamado a atenção das autoridades locais para essa irregularidade, sem que nenhuma providência concreta fosse tomada por quem de direito.”<sup>672</sup>

---

<sup>669</sup> LATICÍNIOS CAMPO GRANDE. A pedido – Venda de leite cru causa preocupação ao Laticínios Campo Grande S/A. *CE*, Campo Grande, p. 7, 9 jan. 1971.

<sup>670</sup> *Ibidem*.

<sup>671</sup> Só leite pasteurizado pode ser consumido pelo público. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 fev. 1972.

<sup>672</sup> *Ibidem*.

Em 1972, a situação de policiamento foi efetivamente intensificada por parte da Saúde Pública. Essa política institucional, no entender do impresso, precisava e devia “ser apoiada por todos os cidadãos.”<sup>673</sup> Os leiteiros, por seu turno, não deviam se sentir prejudicados com o cumprimento, até mesmo tardio, das leis e decretos-lei. Esses sujeitos, conforme parecer do CE, precisam

[...] compreender que “os tempos são outros” e devem se adaptar às exigências de um País que está saindo do obscurantismo, da ignorância e se projetando como nação civilizada.

As reações violentas de antigamente não mais são toleradas e as leis, feitas em benefício da coletividade, devem ser acatadas por todos nós.

Não somos contra os leiteiros, mas achamos que o seu proceder não mais tem cabimento, nem explicações.

Por lei, o leite a ser consumido pela população, tem que ser pasteurizado, isto é, isento de impurezas que saem do organismo bovino por ocasião da ordenha.<sup>674</sup>

Analisando essa e outras matérias, vê-se que o argumento sanitário é que sustentou a prática da criminalização do leite in natura, justificando as ações policiais para combater o comércio de leite cru, já que deviam fazer cumprir a lei.

O saber sanitário, ancorado em conhecimentos científicos já há algumas décadas, propagou valores que romperam com os padrões higiênicos até então aceitos pelo mundo moderno, estabelecendo outros conceitos a respeito dos alimentos e das condições que estes deviam ter para poderem ser consumidos sem acarretar malefícios à saúde das pessoas, bem como evitar a morte destas, situação antes bastante comum devido a constante presença de bactérias, fungos, vírus e microorganismos diversos nos alimentos.

Os avanços sanitários não devem, justamente por isso, ser minorados do ponto de vista das contribuições quanto à saúde dos povos, uma vez que impediram a morte de milhões de sujeitos. Contudo, também não se pode minorar os ganhos do capital ao utilizar tais argumentos para obter e centralizar ganhos até então quase que excluídos do mundo do capital.

Observando essa lógica, pode-se inferir que os textos do CE sobre o “problema” do leite cru defendiam os argumentos já consagrados pelo saber sanitário ocidental e por meio destes foi possível criar toda uma legislação que criminalizou o trabalho dos leiteiros e demais ambulantes que comercializavam produtos perecíveis, como os verdureiros, fruteiros e também os vendedores de carne.<sup>675</sup>

---

<sup>673</sup> Só leite pasteurizado pode ser consumido pelo público. CE, Campo Grande, p. 1, 23 fev. 1972.

<sup>674</sup> Ibidem.

<sup>675</sup> O título XIII – Dos açougues, da Resolução n. 43, de 1921, já indicava algumas formas de cuidado sanitário que se devia ter com o produto carne, prevendo multas para os açougues que não seguissem as referidas orientações. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921*. Estabelece o Código de Posturas do Município.

Ao criminalizar esse processo de trabalho em detrimento do leite pasteurizado, antes ele próprio marginalizado no mundo do capital da cidade de Campo Grande, vê-se que ocorre uma alteração: o que era socialmente aceito pelo costume tradicional – o leite cru – passou a ser criminalizado e o que era marginalizado no mundo do capital – o leite pasteurizado – passou a ser legalmente possível, portanto, teve que ser socialmente aceito, mesmo culturalmente não sendo benquisto por todos.

Esse processo foi abertamente defendido pelo Laticínios Campo Grande S/A. e por periódicos locais, em particular pelo CE. Diante da intensificação e do recrudescimento das ações políticas e institucionais das autoridades públicas e privadas, os leiteiros, que num primeiro momento continuaram trabalhando e vendendo leite cru, passaram posteriormente a reagir frente tais ações, tanto física como institucionalmente.

Depois de haver, no campo físico, confronto entre leiteiros e proprietários do Laticínios Campo Grande S/A., houve, no plano institucional, tentativas de diálogo da Prefeitura Municipal e dos leiteiros a fim de encaminhar possíveis soluções para o impasse. Nessa ocasião, a autoridade municipal responsável, o secretário de Saúde Eloy S. Pereira, posicionou-se, no entender do CE, de forma pouco efetiva na resolução do “problema” em voga.

Durante a reunião, realizada no início do mês de março de 1972 e que foi pública, na medida em que contou com a presença de jornalistas, o então secretário afirmou: “Eu não estou aqui para dizer que sou a favor ou contra o leite pasteurizado. Eu sou a favor do LEITE”. Assim falou Dr. Eloy no encontro com os leiteiros na semana que passou.” Diante dessa colaboração, o impresso CE afirmou: “Gostamos e apreciamos muito a tirada do ilustre secretário da Saúde. Ser apenas a favor do LEITE, nada resolve.”<sup>676</sup>

Essa passagem mostra com precisão que em determinados momentos, como no caso do leite, não eram bem-vindas, e nem toleradas, as opiniões de pessoas que se opunham ou ficavam neutras em relação aos interesses defendidos pelo CE e por seus parceiros políticos.<sup>677</sup> Ademais, o Laticínios Campo Grande S/A. também era anunciante nas páginas do periódico.

As declarações do secretário de Saúde, segundo noticiou o impresso CE, eram descabidas mediante a formação acadêmica e o posto político ocupado pelo secretário. Na argumentação ficam explícitos três níveis de crítica à postura do secretário municipal.

---

<sup>676</sup> O secretário da Saúde e a “guerra do leite”. CE, Campo Grande, p. 2, 7 mar. 1972.

<sup>677</sup> Os parceiros políticos do CE eram também, mas não somente, os partidos políticos que atuavam na cidade e na região sul de Mato Grosso. Contudo, restringir os parceiros políticos do CE ao âmbito dos partidos políticos no sentido institucional do termo é um reducionismo que não ajuda a elucidar as relações entre o periódico e outros campos de poder que atuavam na cidade.

Primeiramente no plano profissional, pois como “médico e secretário da saúde, outra devia ser, a nosso ver, a posição do titular da pasta. Como médico, a sua posição só teria que ser uma: a favor do leite pasteurizado.” Depois no plano político legislativo, já que, sendo secretário de Saúde, devia ter apenas uma posição, a saber: “há legislação a respeito? Se há, a lei deve ser cumprida. Isso de dizer que é apenas a “favor do leite”, não quer dizer nada.”

Por fim, no âmbito das adjetivações pejorativas. Como o secretário se posicionou favorável ao leite, era melhor, na concepção do CE, que passasse a defender não o alimento produzido, mas o animal que o produzia. Sugeriu-se então que o secretário fosse partidário do animal que produzia o leite: a vaca. “Melhor seria que a sua senhoria se colocasse ao lado da vaca, que deveria ser a maior interessada no assunto.”<sup>678</sup>

Durante a reunião, o secretário informou que recebeu inclusive ofícios por parte de autoridades federais solicitando esclarecimentos sobre o fato de não haver fiscalização do leite in natura na cidade de Campo Grande durante a sua gestão como secretário de Saúde. Feita essa observação, o CE advertiu o titular da pasta de que se os órgãos federais estavam cobrando respostas sobre “o assunto, é porque o mesmo é muito sério. A revelação do Dr. Eloy sobre o recebimento de pedidos de informação é, também, muito séria.”<sup>679</sup>

Tendo em vista que a fiscalização, que devia ser feita pela Secretaria de Saúde, não ocorria, o CE mostrou-se desconfiado dos possíveis e reais interesses dessa pasta e, sobretudo, do seu gestor. Depois de posta essa situação, o impresso solicitou que fossem tornadas públicas “as respostas que sua senhoria vem dando a tais pedidos, para que a população ficasse sabendo, qual a força que impede a Secretaria de Saúde de dar cumprimento à legislação federal em vigor no Brasil, ou seja, aos decretos presidenciais.”<sup>680</sup>

Pelo teor das afirmações, vê-se explicitamente que o CE achava que as ações do então secretário beneficiavam, propositada e diretamente, certos sujeitos, nesse caso os leiteiros. O periódico opôs-se também a uma possível e futura ajuda que o poder público municipal estudava conceder aos produtores de leite através de uma subvenção.

Quanto ao fato de querer subvenção aos produtores de leite, discordamos ao desejo do senhor secretário. A imprensa também tinha, antigamente, subvencionado o seu papel, matéria prima para feitura de jornais. Acaba a subvenção, as organizações jornalísticas voltaram-se para a doação de regime empresarial. Sinceramente, sem a subvenção a imprensa nacional melhorou muito. Muito mais que antes, quando contava com o “incentivo” paternalista que o Dr. Eloy quer para os produtores de leite das “bacias” em guerra.<sup>681</sup>

---

<sup>678</sup> O secretário da Saúde e a “guerra do leite”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 7 mar. 1972.

<sup>679</sup> *Ibidem*.

<sup>680</sup> *Ibidem*.

<sup>681</sup> *Ibidem*.

Para o CE, o “problema do leite” existia e perdurava em Campo Grande única e exclusivamente pelo fato das autoridades competentes, nesse caso as municipais, não fiscalizarem, conforme previa a lei, o trabalho realizado pelos vendedores ambulantes de leite in natura. Diante dessa lógica, cabia então ao secretário Eloy “exigir, em defesa do consumidor, que os decretos presidenciais sejam cumpridos aqui em Campo Grande. Esse cumprimento acabará com essa guerrinha de “leite ou de coalhada”, que não deixa de ser vergonhosa para um povo que se julga civilizado.”<sup>682</sup>

Esse trecho sintetiza detalhes, mesmo que de modo muito amplo nesse fragmento, de duas grandes questões sociais, e não menos políticas, do período. Uma primeira refere-se ao conflito entre sujeitos e valores de uma sociedade tradicional e grupos e regras de um mundo que se pretendia consolidar como moderno, civilizado, científico e capitalista e, portanto, precisava implantar determinadas formas de viver e suplantar, evidentemente, outras.

Uma segunda, e que está intrinsecamente ligada com a primeira, diz respeito ao nível de desenvolvimento e progresso material e tecnológico existentes na cidade de Campo Grande, que no período estava muito aquém do que havia no mundo ocidental, aberto defensor dessa forma de se viver.

A modernidade local, que era limitada em relação ao que se presenciava em outras cidades do Brasil, constituía, por seu turno, um entrave ao próprio modelo de sociedade que se pretendia moderna e aos anseios políticos dos grupos e sujeitos que defendiam a elevação de Campo Grande a capital de Mato Grosso e, mais ainda, a criação no sul de Mato Grosso de uma outra Unidade Federativa do Brasil.

O chamado “problema do leite” era apenas um dentre tantos outros problemas citadinos que denegriam a modernidade campo-grandense. A via mais utilizada pelo CE para tentar solucionar tal “problema” foi a da legislação. Em decorrência disso, o impresso passou, em várias oportunidades, a se valer da força do aparelho fiscal e policial presentes na urbe, visando então materializar os intuitos dos grupos que ele representou, como o dos industriais do leite.

Como já havia em Campo Grande uma indústria de laticínios, ilegal era, segundo a lei vigente, continuar existindo a venda de leite cru, que desde a década de 1950 já o era por meio de decretos federais. Sabendo que havia amparo legal, o CE foi textualmente categórico ao afirmar que “não há possibilidade de acordos, entendimentos, etc.” com os leiteiros ambulantes e ilegais.

Cabia, nessa perspectiva,

---

<sup>682</sup> O secretário da Saúde e a “guerra do leite”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 7 mar. 1972.

[...] às autoridades constituídas tomarem providências para que a legislação seja cumprida. O não cumprimento da legislação em vigor importará em ação subversiva, cabendo, se necessário até intervenção no comércio leiteiro.

Antes que surjam providências drásticas a respeito, aconselhamos aos interessados que atentem para a legislação.

Não se trata de “prejudicar qualquer das partes envolvidas no problema”, como diz a respeito Mendes Canale, mas de se fazer com que as leis sejam cumpridas. Só isso!

O abuso do comércio ilegal é simples caso de polícia e mais nada.

Quem duvidar, que leia a legislação a respeito.<sup>683</sup>

Aqui fica posta outra clara advertência ao poder municipal. Ao externar a venda de leite cru como “simples caso de polícia e mais nada”, o periódico desconsiderou infundáveis conflitos e tensões entre distintos sujeitos da urbe. Contudo, mostrou o alcance político dos meios de comunicação em defender ou recusar valores legalmente instituídos.

No início da problemática do leite, o argumento central era o sanitário, depois passou a ser o sanitário e o legal e, por fim, congregou elementos do sanitário, do legal e do policial. No entanto, nenhum outro elemento foi tão defendido, embora indiretamente, do que o econômico. Somente após quase meia década da instalação do Laticínios Campo Grande S/A. é que se mencionou que o trabalho dos leiteiros que vendiam leite cru ameaçava a existência econômica dessa empresa, que foi o mote inicial de todo o “problema do leite” em Campo Grande.

Depois do CE adjetivar a empresa como sendo “uma das mais futuras indústrias da cidade”, mencionou que a mesma estava “ameaçada de colapso” pois as autoridades públicas em geral não acatavam as determinações legais previstas no Decreto-lei n. 923, de 10 de outubro de 1969, assinado pelo “grande Presidente Emilio Médici. Ante a situação, só nos cabe perguntar: Para onde caminharemos?”<sup>684</sup>

Com o objetivo de reavivar na mente das pessoas a lei, que não vinha sendo cumprida a contento, o periódico publicou mais de uma vez o conteúdo da mesma em suas páginas e fez questão de mencionar o fato.<sup>685</sup> As autoridades foram acusadas de ser negligentes e ignorantes, pois, “por incrível que pareça, as autoridades que já deveriam ter tomado providências com referência ao assunto, demonstram ignorar a Lei” e o “grande prejudicado” é o Laticínios Campo Grande.<sup>686</sup>

---

<sup>683</sup> Venda de leite “in natura” é ilegal. *CE*, Campo Grande, p. 1, 8 mar. 1972.

<sup>684</sup> Esta indústria está sendo prejudicada. *CE*, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972. O órgão controlador e fiscalizador dos produtos de origem animal e seus devidos no âmbito federal era o ETIPOA. No nível estadual havia o POINS Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA-MT), subordinada ao Ministério da Agricultura.

<sup>685</sup> BRASIL (União). Decreto-lei n. 923, de 10 de outubro de 1969. *CE*, Campo Grande, 9 mar. 1972.

<sup>686</sup> Esta indústria está sendo prejudicada. *CE*, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972.

Pelo que se pode observar nas várias matérias veiculadas pelo CE no decorrer do período, existia empenho e atuação das autoridades, sobretudo das locais, como as da municipalidade e da polícia, em fazer com que a legislação de âmbito federal fosse respeitada em Campo Grande.

Prova disso é que ainda no ano de 1970 houve uma reunião entre o então secretário de Saúde, Eloy S. Pereira, e o delegado regional de Polícia, Alfredo Scaff, na qual ficou acordado que era preciso se chegar, “de vez por todas, a um acordo que seja razoável para todos”, no entanto, esse acordo previa também que a legislação fosse respeitada e que Campo Grande passasse “a consumir o leite e seus derivados, completamente isentos de impurezas.”<sup>687</sup>

Rememorando esse momento, o CE lamentou então, pois já haviam se passado quase 2 anos, que o problema da venda de leite cru continuava e a legislação permanecia sendo desrespeitada, não tendo quem, no poder público, protegesse o Laticínios Campo Grande S/A. Nessa época, o fornecimento de leite para o Laticínios Campo Grande S/A. era feito por 27 fornecedores e também por outros 200 leiteiros, muitos dos quais eram anteriormente leiteiros clandestinos. Juntos, forneciam cerca de 23 mil litros de leite cru à empresa.

Em 1972, a indústria comercializou 2.312 mil litros de leite pasteurizado por dia aos campo-grandenses, sendo que os leiteiros clandestinos, como foram chamados em várias matérias veiculadas pelo CE, venderam outros 2 mil litros de leite in natura para a “população menos avisada” da urbe.<sup>688</sup> Vê-se então que esses trabalhadores informais impediam o Laticínios Campo Grande S/A. de quase dobrar as suas vendas, portanto, impediam o desenvolvimento do capital.

Diante de uma possível falência da indústria, fato que foi propagandeado de forma muito sistemática nas páginas do CE, as autoridades sanitárias e policiais da localidade voltaram a intensificar os trabalhos de fiscalização contra o comércio de leite cru realizado pelos leiteiros clandestinos.

Num primeiro momento coibiu-se o trabalho dos leiteiros clandestinos. Depois, tendo em vista que essa ação não teve o resultado esperado, passou-se a negociar com eles para que não deixassem de fornecer leite cru ao Laticínios Campo Grande S/A., pois alguns leiteiros, sob a orientação de um senhor chamado Quincas Vieira, tinham deixado de entregar o leite na indústria e passaram a vendê-lo na cidade “clandestinamente e sem a devida pasteurização.”

Diante disso, o CE relatou as implicações deste problema à empresa pasteurizadora. Temia-se que essa conduta de “2 ou 3 leiteiros” levasse

---

<sup>687</sup> Esta indústria está sendo prejudicada. CE, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972.

<sup>688</sup> Ibidem.

[...] os outros fornecedores a vender o produto também clandestinamente e sem a devida pasteurização, caindo muito o fornecimento àquela indústria, que então não teria condições de fornecer à cidade o leite pasteurizado, entrando conseqüentemente em total colapso o Laticínios Campo Grande.<sup>689</sup>

Para evitar isso, discutiu-se numa primeira reunião, na qual participaram 49 leiteiros, um aumento no valor do litro do leite entregue pelos trabalhadores ao Laticínios. Antes, a indústria pagava pelo litro do leite cerca de 2/3 do que queriam os entregadores. Estes, por sua vez, “exigiram”, conforme afirmou a matéria do CE, que se pagasse quase 35% a mais do que este valor. No entanto, o Laticínios propôs um aumento menor. Sendo assim, não houve acordo entre as partes. Estas se reuniram numa outra ocasião, tendo o gabinete do prefeito municipal como local.

Deparando-se com esse fato, o impresso emitiu o seu parecer sobre a ação do poder público. O periódico desaprovou a conduta do executivo, pois “em vez de mandar cumprir o decreto existente desde 1969, tentou forçar o Laticínios a pagar” outro valor.<sup>690</sup>

No entender do CE, o fato da lei do leite pasteurizado não ser cumprida tornava o problema um caso de polícia, e não de reunião e de diálogo. Poucos dias depois, noticiou-se que a “guerra do leite” tinha acabado.

O Laticínios de Campo Grande não mais está ameaçado de fechar as suas portas e nem a população de ficar sem leite.

A partir de hoje, a lei federal será cumprida, graças à compreensão a que chegaram as nossas autoridades.

Não mais haverá exploração política em torno do caso que, como dissemos anteriormente, era de polícia.

Apoio federal não faltará aos cumpridores da lei, a partir de hoje, para tranqüilidade dos campo-grandenses em geral.<sup>691</sup>

Para garantir que a lei fosse efetivada, solicitou-se o apoio de autoridades estaduais e federais, como a do senhor Ermani de Oliveira Bastos, que era inspetor federal e chefe do POINS Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA-MT), do Ministério da Agricultura do Estado de Mato Grosso e da Inspeção Federal. O CE publicou o comunicado que esta autoridade redigiu em 11 de março de 1972 aos vendedores clandestinos de leite:

[...] aviso aos senhores leiteiros, intermediários e produtores de leite que a partir do dia 13 de março [...] todo leite cru e em condições anti-higiênicas encontrados na cidade de Campo Grande para a venda à população será condenado e dado destino conveniente e os infratores, na reincidência, estão sujeitos as penas da lei.<sup>692</sup>

<sup>689</sup> Esta indústria está sendo prejudicada. CE, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972.

<sup>690</sup> “Todo mundo pensa na Campo Grande do futuro em termo de INDÚTRIAS; a Imprensa de modo geral luta pela implantação de indústrias em nossa região e até foi criada uma Comissão pró industrialização de nosso Município. Diante disso, cabe uma pergunta: Se o município não dá amparo à importante indústria já existente em Campo Grande e que já não depende de nenhum incentivo para ser implantada, o que será que iremos oferecer aos possíveis empresários que para aqui tentarem vir? Com a palavra a COMIDI.” Esta indústria está sendo prejudicada. CE, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972.

<sup>691</sup> Terminou a “guerra do leite”. CE, Campo Grande, p. 1, 13 mar. 1972.

<sup>692</sup> Aviso aos leiteiros, intermediários e produtores de leite. CE, Campo Grande, p. 1, 13 mar. 1972.

Decorridos poucos dias da publicação deste comunicado, parte dos leiteiros se mobilizou para fazer uma greve. Um dos objetivos era o de formar uma barreira no portão da indústria para que o Laticínios não recebesse o leite. Segundo apurou a reportagem do impresso, alguns transportadores de leite “confirmaram haver recebido aviso de colegas de que seriam impedidos de efetuar a entrega do produto para a pasteurização.”<sup>693</sup>

Essa situação de greve, no entanto, foi contornada. O CE informou que houve normalidade na entrega de leite pasteurizado durante alguns meses, entretanto, parte dos leiteiros, em razão dos valores que recebiam pelo produto entregue à indústria, colocavam água no leite para obter maiores ganhos. Dos 30 mil litros de leite que a empresa recebia diariamente, cerca de 13,5% desse total era de água.<sup>694</sup>

Na época de entressafra, quando o produto ficava mais caro, a distribuição de leite cru reaparecia e então os leiteiros mostravam com mais intensidade o seu descontentamento diante da realidade de trabalho que viviam e dos valores que auferiam com este labor. Em geral, nessas épocas os leiteiros vendiam o produto diretamente aos consumidores.<sup>695</sup>

O CE, por sua vez, não deixou de divulgar em suas páginas que na cidade Campo Grande “a comercialização do leite não pasteurizado” era “proibida por legislação federal e” constituía “crime contra a saúde pública.”<sup>696</sup> Além disso, os que consumiam o leite cru entregue pelos leiteiros colocavam em risco a própria vida, já que “o processo de pasteurização está intimamente ligado à saúde da população, e nos foi imposto por lei federal, que deve ser cumprida à risca, sem rebeldia ou qualquer forma de rejeição.”

Por fim, afirmou-se: “Gente civilizada só consome leite pasteurizado. Que a Prefeitura se dê conta de sua responsabilidade, e garanta aos munícipes um leite à altura do nosso atual estágio de civilização.”<sup>697</sup> Esse “estágio de civilização”, por sua vez, tinha o trabalho digno como elemento primordial, sendo que todos, sem exceção, deviam praticá-lo para que Campo Grande continuasse a ser “uma cidade vistosa, bonita, ordeira e progressista.”<sup>698</sup>

---

<sup>693</sup> Leiteiros prometem greve para hoje. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 mar. 1972.

<sup>694</sup> Comercialização do leite. *CE*, Campo Grande, p. 12 out. 1972 e Água está sendo adicionada ao leite. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25/26 nov. 1972.

<sup>695</sup> Crise de leite. *CE*, Campo Grande, p. 2, 05/06 maio. 1973, Volta-se ao leite não pasteurizado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 02 jul. 1973 e Seca agrava a situação mas não faltará leite. *CE*, Campo Grande, p. 1, 05 set. 1975.

<sup>696</sup> Comercialização do leite. *CE*, Campo Grande, p. 12 out. 1972.

<sup>697</sup> Volta-se ao leite não pasteurizado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 02 jul. 1973.

<sup>698</sup> Esta é uma... *CE*, Campo Grande, p. 10, 21 jun. 1972.

### 4.3 Institucionalizando o trabalho digno

Assim como as pessoas que trabalhavam em casas de tolerâncias ou os adultos que realizavam atividades informais, as crianças e os adolescentes, ou simplesmente os menores, também se tornaram alvo das elites dirigentes e das autoridades locais e, não obstante, foram pensados pelas mais distintas forças cidadinas, em particular o CE, como parte do imenso problema social que assolava a área urbana e comercial da cidade de Campo Grande, denegrindo a sua imagem de “cidade dinâmica em que todos procuravam um trabalho honesto.”<sup>699</sup>

Esses sujeitos – as crianças e os adolescentes – que ocupavam o centro da cidade receberam variadas denominações. Foram nominados e adjetivados como pequenos honestos, garotos trabalhadores, garotos educados, labutadores mirins e servidores da comunidade. Essas qualificações elogiosas, no entanto, eram raras e referiam-se a uma pequena parcela dos menores, ou apenas parte das suas ações como trabalhadores. Sobressaiam-se muito mais as adjetivações depreciativas a respeito das práticas laborativas e da forma de viver destes sujeitos que faziam, de acordo com afirmação do Correio do Estado, uma “invasão” a Campo Grande, que era “a mais movimentada cidade de Mato Grosso.”<sup>700</sup>

A imprensa noticiou-os muito mais como aves sem ninho, garotos abandonados, legião de avesitas implumes, menores carentes, menores desamparados, malta de mirins mendicantes, mendigos mirins, menores pedintes, pedintes mirins, pequenos pedintes, descrevendo-os como esfarrapados e maltrapilhos que eram órfãos de felicidade, de carinho e de assistência social. Outra parte das adjetivações, porém ainda mais depreciativas, pensou os modos de viver destes menores na urbe como uma ameaça à sociedade campo-grandense.

De modo geral, estavam, todos eles, quase que totalmente perdidos, pois se entendia que nas ruas os menores estavam expostos a toda sorte de deslizes. Eram sujeitos irrecuperáveis, viciados e entregues ao ofício da vagabundagem que possuíam uma “breve, mas aloucada vida pregressa.”<sup>701</sup> O menor abandonado daquele presente era, quase que inevitavelmente, o delinqüente juvenil de amanhã e, depois disso, o ladrão e o presidiário que onerariam a sociedade. Eram, portanto, os futuros “hóspedes das cadeias públicas.”<sup>702</sup>

---

<sup>699</sup> Mendicância infantil volta com insistência. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jul. 1971. O “problema social”, pelo que a documentação indica, constituía-se de dois grandes fatores, a saber: migração para a cidade e presença de menores nas ruas da urbe. A menção ao termo “trabalho honesto” sinaliza que não bastava trabalhar e que havia trabalhos aceitáveis e outros impróprios para aquele espaço. Incluíam-se nos trabalhos impróprios ou inadequados a prática da prostituição e a venda de vários produtos por trabalhadores informais, largamente chamados de clandestinos e criminalizados em suas ações de trabalho.

<sup>700</sup> Mendicância infantil precisa acabar. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 jul. 1970 e Menor abandonado: de quem é o problema? *CE*, Campo Grande, p. 2, 3/4 mar. 1973.

<sup>701</sup> Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>702</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967. Sobre a interpretação que pensou o espaço público da cidade, sobretudo as vias públicas, como um perigo para os menores, ver LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 136.

No caso das meninas, que foram, em referência às prostitutas, denominadas de menores decaídas, elas iam “engrossar as fileiras do grande exército de mariposas” que infestava a cidade de Campo Grande. As meninas abandonadas daquela época tornar-se-iam as prostitutas de amanhã.<sup>703</sup>

Estes menores tiveram o seu cotidiano na cidade duramente repreendido por diversas autoridades. No entanto, os adultos, que eram os seus responsáveis, foram mencionados com bem menos intensidade. Era sempre sobre o menor que cabia alguma ação, seja proveniente de autoridades públicas ou privadas, e isso foi intensificado mais ainda nos anos 70.

Não há efetivamente uma discussão nas matérias do periódico *Correio do Estado* sobre quais as origens geográficas das famílias dos menores, se eram pobres da própria cidade ou não, ou a indagação sobre qual era o objetivo das famílias destes menores que aportaram na cidade, o que estas famílias e este tipo de povo buscavam numa urbe como Campo Grande, enfim, o que faziam nesta cidade, o que ou quem os trouxe para este local.

Essas questões, embora não fossem o centro das discussões – já que a cidade o era –, acabaram por ser respondidas nos próprios textos veiculados pelo impresso, quando este procurou encontrar meios para civilizar a cidade de Campo Grande.<sup>704</sup> Ao empreender este trabalho, deparou-se com os possíveis causadores de parte do problema que denegria a imagem da cidade de Campo Grande: os menores abandonados que nela estavam.

Esses sujeitos pobres, assim como os seus familiares, igualmente pobres, sempre fizeram parte da cidade de Campo Grande. A atuação da Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, da Organização das Abnegadas de Mato Grosso e de outras inúmeras instituições de caridade e de assistência tem relação direta com essa realidade de pobreza material que havia na urbe, mas que em geral os discursos elogiosos à cidade de Campo Grande, que a viam como moderna e modernizada, não faziam questão de externar.<sup>705</sup>

---

<sup>703</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

<sup>704</sup> Não se tratava apenas de civilizar os espaços da cidade para inseri-los num outro e mais evoluído mundo. Civilizar o cotidiano das pessoas comuns era fundamental à cidade de Campo Grande daquelas décadas, sobretudo pelo fato da urbe ser pensada e representada nas falas de muitas pessoas da elite como um território moderno e civilizado quando comparado com outras cidades de Mato Grosso. Essa forma de compreender a cidade se justifica também pelo fato da urbe pleitear a sede de uma Unidade Federativa do Brasil.

<sup>705</sup> A atuação destas instituições, no entanto, antecede algumas décadas o período delimitado para este estudo, assim como o público alvo não era exclusivamente composto por migrantes pobres. O Centro Beneficente Português, de 1929, e a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, de 1940, voltaram os seus esforços para atender, respectivamente, integrantes da colônia portuguesa e menores pobres da cidade de Campo Grande. PEDROSA, Ledir Marques. *Uma vida, uma história*. Campo Grande: Centro Beneficente Português- Associação Luso-Brasileira, 2000, p. 9 e ENCISO, Oliva. *“Pensai na educação, brasileiros!”* Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante: 50 anos de luta pela educação e assistência a menores. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1990, p. 9-50. Na década de 1950 a Prefeitura Municipal concedeu subvenções e auxílios para várias instituições de caridade de Campo Grande. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 301, de 09 de fevereiro de 1953*.

No entanto, a presença de pobres, ou de empobrecidos, aumentou significativamente nas décadas de 1960-70, em particular por causa de vinda de milhares de migrantes que não possuíam as mínimas condições financeiras para se manter na zona urbana de Campo Grande, muitos deles mandados embora ou expulsos das terras nas quais que trabalhavam no início dos anos 60.<sup>706</sup>

**Imagem 51.** Família de migrantes nordestinos na Estação Rodoviária.<sup>707</sup>



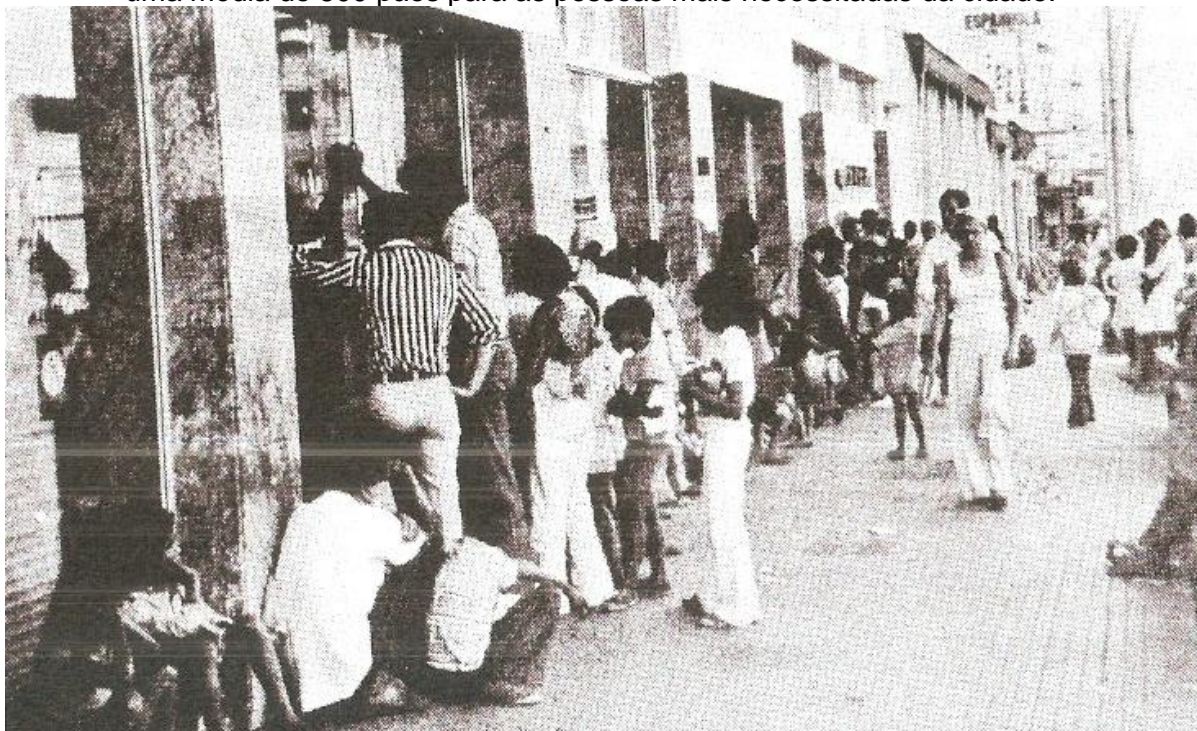
<sup>706</sup> Sobre a utilização do termo empobrecido, ao invés de pobre, ver CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 76-77. Estima-se que nas décadas de 1960-70 houve, no Brasil, uma migração rural-urbana na casa de 20 milhões de pessoas. Nos anos 60 ela foi de 7.299.000 e nos anos 70 de 11.003.000. MARTINE, George. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). *Censos, consensos, contra-sensos. Anais do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos*, Ouro Preto, ABEP/Fundação Ford, 1984, p. 203. Especificamente, nos anos 70, houve migração total de cerca de 30 milhões de brasileiros, sendo que 21 milhões destes tiveram as áreas urbanas como destino. FIBGE. *Indicadores sociais – relatório 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 23.

<sup>707</sup> Cerca de 30... *CE*, Campo Grande, p. 1, 7 jan. 1972.

Essas famílias chegavam de várias regiões e traziam consigo vários filhos.<sup>708</sup> Por vezes, ficavam todos literalmente expostos ao ambiente. Abrigavam-se sob os galhos das árvores. Alimentavam-se de restos de frutas, verduras, carnes e pães que encontravam nas lixeiras do Mercado Municipal e demais casas comerciais, sobretudo padarias.

**Imagem 52.** Padaria-Confeitaria e Lanchonete Espanhola.

Esse estabelecimento, localizado na Rua 14 de Julho, distribuía nas manhãs de sábado uma média de 500 pães para as pessoas mais necessitadas da cidade.<sup>709</sup>



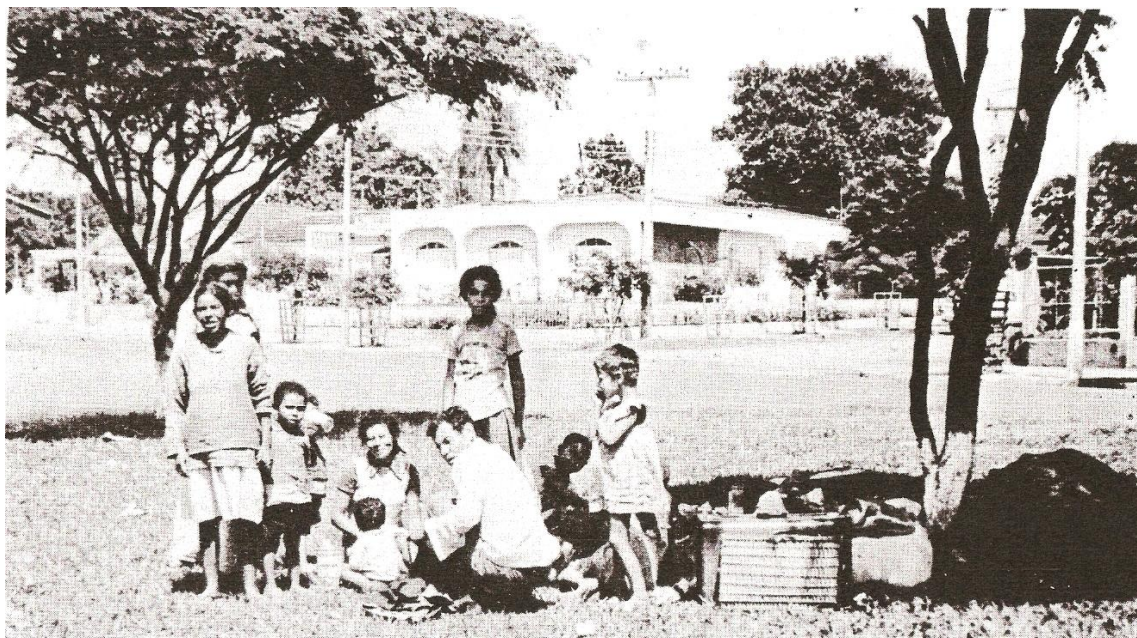
Todos os dias viam-se “espetáculos impressionantes” pela cidade. Havia “crianças jogadas pelas ruas, crianças revolvendo latas e montes de lixo à procura daquilo que lhes” servisse “como alimento. Um triste espetáculo, sem dúvida.”<sup>710</sup>

<sup>708</sup> Aportavam na cidade de Campo Grande, no início dos anos 70, em média 30 famílias por semana. A maioria era formada de nordestinos que tinham migrado para o Estado de São Paulo e, depois, migraram, outra vez, para o Estado de Mato Grosso. Essa vinda, não raro, era patrocinada pelas municipalidades paulistas, em especial a da capital que fretava ônibus ou comprava passagem de trem para os migrantes. Há também relatos de nordestinos que foram enviados pela Secretaria de Promoção Social da cidade de São Paulo para o Estado do Paraná. Quando chegaram neste Estado, o mesmo os enviou para Mato Grosso, em especial para Campo Grande, pois era uma terra que sempre tinha trabalho. De acordo com a reportagem do CE, as famílias chegavam “doentes e desamparadas” e os migrantes, por sua vez, davam um aspecto desolador para a cidade. Cerca de 30... CE, Campo Grande, p. 1, 7 jan. 1972 e Migrantes voltam a preocupar. CE, Campo Grande, p. 1, 17 jul. 1972.

<sup>709</sup> “Repartir o pão:” o sábado na Padaria Espanhola. CE, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

<sup>710</sup> Menor abandonado: de quem é o problema? CE, Campo Grande, p. 2, 3/4 mar. 1973.

**Imagem 53.** Família de migrantes ocupando o espaço público da cidade. Ao mesmo tempo, mostrando a grandiosidade do “problema social” que a cidade possuía. Segundo informou a legenda da própria imagem, essas pessoas chegavam “com fome, sem dinheiro, sem teto e desempregados.” Pela estrutura da via pública, esses sujeitos foram fotografados no canteiro central da Avenida Afonso Pena, por várias vezes intitulada pelo Correio do Estado como a “mais bela avenida de Mato Grosso.”<sup>711</sup>



**Imagem 54.** Povo comum procurando alimento no lixo. Adultos e crianças em busca de algo que lhes pudesse servir de alimento nos montes de refugo do Mercado Municipal de Campo Grande.<sup>712</sup>



<sup>711</sup> 200 mil para desempregados que aportam em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 ago. 1975.

<sup>712</sup> Para uns, é lixo; para outros alimento. A difícil luta do pobre para sobreviver. *CE*, Campo Grande, p. 3, 15 dez. 1976. No terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado há uma análise das formas de alimentação praticadas pelo povo comum na cidade de Campo Grande. *MORO*, op. cit., 2007, p. 269-340.

Uma pequena parcela destes menores, incluindo-se aí também os menores que não eram migrantes, mas que já residiam na cidade e eram tão pobres quanto os que tinham chegado, realizava, de acordo com o *Correio do Estado*, trabalhos até que condizentes com o espaço público da cidade. Labutavam como engraxates, vendedores de bilhetes de loteria, cuidadores de automóveis, os populares flanelinhas, vendedores de bebidas e de alimentos e ajudantes de limpeza em lojas comerciais.

Esses afazeres, que na concepção do periódico eram dignos de respeito, não foram muito reprimidos. Elogiou-se o menor que trabalhava como engraxate, lustrando sapatos, e com a renda obtida ajudava “seus pais nas despesas de manutenção da família.” Adjetivou-se como “louvável” o trabalho realizado por estes garotos.<sup>713</sup> Entretanto, inúmeros inconvenientes envolvendo os menores foram registrados.

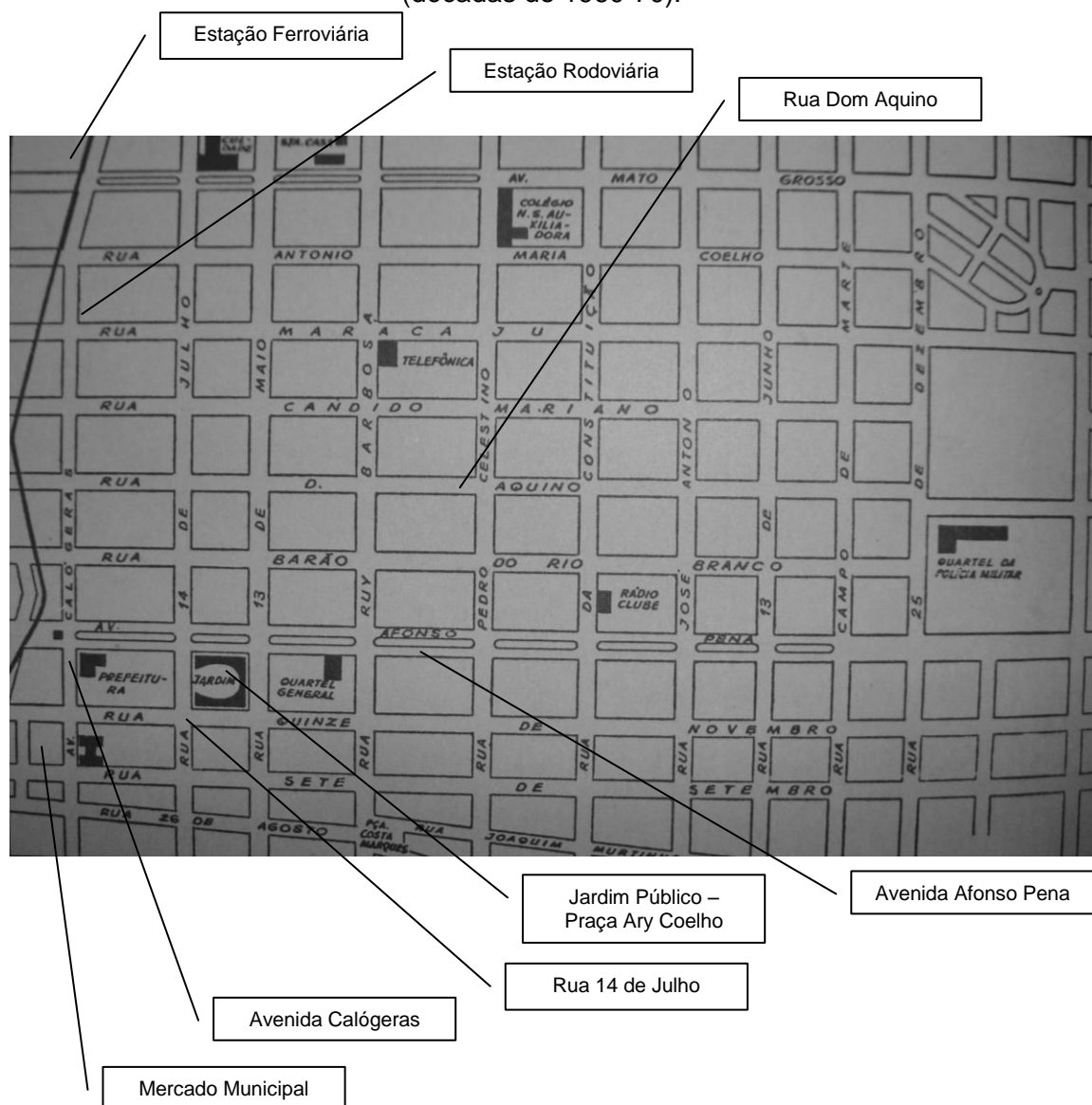
Os inconvenientes aos quais o impresso se refere, e que ocorriam no cotidiano da cidade, atrapalhavam demasiadamente os comerciantes, por sua vez os principais anunciantes do periódico *Correio do Estado*.<sup>714</sup> Os donos de dois bares localizados na Praça Ary Coelho, também conhecida como Jardim Público, ao lado do Cinelândia, passaram “maus momentos com os engraxates” que ali faziam ponto. Num dos estabelecimentos havia um filtro, cuja água era destinada aos fregueses.

---

<sup>713</sup> Engraxates criam caso: Juizado de Menores. *CE*, Campo Grande, p. 4, 10 abr. 1967.

<sup>714</sup> José Barbosa Rodrigues, proprietário do *CE*, em entrevista à autora Maria da Glória Sá Rosa, afirmou que os jornais “vinham recheados de anúncios de casas comerciais, o que lhes garantia a sobrevivência.” RODRIGUES, José Barbosa. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande, cem anos de história*. Campo Grande: FUNCESP, 1999, p. 104.

**Imagem 55.** Mapa das ruas da área central da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).<sup>715</sup>



Os meninos, usando uma lata velha, tiravam “a água para limpeza inicial dos sapatos.” Alguns garotos, segundo informou o CE, eram displicentes ao ponto de lavar “um pano sujo” no próprio local. Eles abriam a torneira do filtro e molhavam o pano, em seguida exprimiam “o pano, deixando cair água suja no salão do bar.” Essa situação amargava a vida dos proprietários. No entanto, as reclamações e as advertências proferidas pelos donos não adiantavam.

<sup>715</sup> CAMPO GRANDE. Uma cidade na rota do progresso. *Cadernos de turismo*. “Série Riqueza e Progresso”, Diretora Herondina Aquino de Figueiredo, Rio de Janeiro: Terra e Gente, n. 1, v. 5, 1962.

Segundo o impresso, não se tratava de “proibir a atividade dos engraxates, que, afinal de contas”, ganhavam “dinheiro honestamente” e prestavam serviço à população campo-grandense. “Mas o que não” estava “direito” era “o comportamento de alguns deles, principalmente os que” criavam “caso nos citados bares.”<sup>716</sup> Havia também alguns engraxates que trabalhavam “até horas avançadas da noite”, enquanto esperavam os fregueses, contudo, faziam “traquinagem nas ruas e [...] nos bares da cidade.”<sup>717</sup>

Como se pode observar, não bastava ganhar “dinheiro honestamente”, era preciso também que o comportamento do sujeito fosse condizente com a imagem que se dizia que Campo Grande possuía, repetidas vezes mencionada como a urbe “que mais cresce no Oeste” e que ultrapassava “todos os índices de crescimento.”<sup>718</sup>

Os engraxates passaram então a ser considerados, na verdade os seus modos de viver diante da cidade, como um “problema velho”, “bem antigo”, que prejudicava a urbe. Os meninos ficavam, em geral, na Avenida Afonso Pena e na Praça Ary Coelho, locais de maior movimentação de pessoas. Foram acusados de brigar entre si, de molestar as senhoras que passavam e de “tomar quase de assalto os passantes com insistente pergunta: “Quer engraxar?””<sup>719</sup>

**Imagem 56.** Menores engraxates.<sup>720</sup>



<sup>716</sup> Engraxates criam caso: Juizado de Menores. *CE*, Campo Grande, p. 4, 10 abr. 1967.

<sup>717</sup> *Ibidem*.

<sup>718</sup> A expressão, “que mais cresce no Oeste” ou “no Oeste brasileiro”, às vezes escrita de uma ou outra forma, mas sempre com o mesmo sentido e, sempre, conjugada no presente, pode ser localizada em inúmeras publicações, inclusive com variações nas datas. Não é possível atribuir a autoria, no caso deste artigo, Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969, para a pessoa que o escreveu. No entanto, pode-se sinalizar que o proprietário do *CE* neste período de estudo, José Barbosa Rodrigues, engajou-se na luta pela materialização dessa expressão. Rodrigues nutria grande consideração por esta forma de conceber a cidade. Para ele, conforme afirmou em entrevista, Campo Grande “tornou-se a cidade que mais cresce na região Oeste do Brasil.” RODRIGUES, op. cit., 1999, p. 107.

<sup>719</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969.

<sup>720</sup> O apoio que o menor abandonado vem recebendo em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 21 out. 1977.

O periódico sugeriu então que os engraxates tivessem um uniforme para identificá-los, pois até aquele momento “nada de positivo” fora “feito para discipliná-los em seu mister.” Via-se pela cidade “um bando de crianças esfarrapadas, caixa às costas, a mostrarem ao visitante a parte negativa da cidade que tem orgulho em dizer que é a “Que Mais Cresce no Oeste”, batendo todos os índices de crescimento.”<sup>721</sup>

Posteriormente a reclamação feita pelo CE, o Juizado de Menores da cidade estabeleceu, por meio de portaria, um horário de trabalho para os engraxates mirins, “não lhes sendo autorizado engraxar depois da 18 horas.”<sup>722</sup> A atividade chegou inclusive a ser controlada pelo Juizado de Menores. Cada engraxate possuía uma carteirinha de identificação, um ponto indicado para realizar o seu trabalho, uniformes e profissionais que lhes davam “uma orientação mais sadia.”<sup>723</sup> Caso houvesse “qualquer alteração”, a mesma devia ser “levada ao conhecimento do Juizado. Mas tudo acabou, como se acabam as boas iniciativas que se toma na cidade, só restando os engraxates com as suas diabruras.”<sup>724</sup>

O poder municipal também empreendeu uma ação contra os garotos: ameaçou expulsá-los de “diversos pontos da cidade”, mas depois permitiu que eles trabalhassem. Esses pontos estavam, todos eles, na área central da cidade. Nunca foi mencionado algum tipo de problema com os engraxates em áreas periféricas da urbe, exceto que muitos deles nelas residiam e para o centro se deslocavam em busca de trabalho, pois ali estava uma possível clientela, como a dos comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais, bancários e demais trabalhadores que labutavam no centro ou nele estavam para resolver determinadas questões, ou simplesmente fazer compras e passear.

O CE posicionou-se contrário a ação de expulsar os garotos do centro e, sobretudo, de proibi-los de trabalhar. Devia-se deixá-los trabalhar pelo simples fato de que o rendimento que auferiam era usado para ajudar nas despesas de casa. Ademais, “seria muito melhor manter certo número de garotos numa ocupação qualquer, de que caçar-lhes o meio de ganhar a vida e obrigá-los a ficarem por ai na vadiagem, iniciando-se na delinqüência infantil.”

---

<sup>721</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969.

<sup>722</sup> Estive no Arquivo da Comarca de Campo Grande e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em busca das portarias expedidas pelos juizes. Nesses locais, segundo informações de vários funcionários, não constam arquivos das referidas portarias. O dado sobre o horário final de trabalho dos engraxates consta na matéria O problema permanece: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 16 set. 1970. Vale frisar que partes das portarias, ou até mesmo o conteúdo na íntegra, foi publicado nos jornais da cidade com o intuito de divulgar para a população as normas do viver oficialmente aceito na urbe.

<sup>723</sup> Problema de menores: um abandono total. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1975.

<sup>724</sup> Engraxates criam caso: Juizado de Menores. *CE*, Campo Grande, p. 4, 10 abr. 1967.

O jornal argumentou que, “quicá, considerando o nosso apelo, a Prefeitura voltou atrás e os engraxates continuaram trabalhando.” Contudo, estes menores não se portavam adequadamente na cidade. Foi então que o impresso voltou “ao caso deles”, mas “não para ampará-los e defendê-los, mas para chamar a atenção da autoridade responsável para um grupo de menores engraxates” que ficava na Avenida Afonso Pena, em pleno Jardim Público, portanto, bem no centro comercial da cidade, sempre atrapalhando o desenvolvimento daquela sociedade.<sup>725</sup>

**Imagem 57.** Grupo de menores engraxates.<sup>726</sup>



Pelo fato da “mão de obra” ser “muita e a freguesia escassa, a maioria” dos jovens passava “o tempo pintando e bordando na via pública.” Praticavam luta corporal e trocavam palavrões indecorosos. Destratavam os passantes e faziam “toda uma série de comportamento negativo” em pela Avenida Afonso Pena<sup>727</sup> e demais ruas do centro, como a Rua Dom Aquino, pois postavam-se diariamente defronte do Restaurante Bambu e promoviam “arruaças”, chegando mesmo a encabular o “dono do estabelecimento e os garçons.”<sup>728</sup>

<sup>725</sup> Engraxates pintam e bordam. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jul. 1971.

<sup>726</sup> Não era freqüente, mas algumas imagens foram publicadas mais de uma vez pelo *CE*. No caso dos engraxates, essa imagem foi veiculada inicialmente na matéria Menor: ao invés da verba, notícia do Centro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 9 out. 1975. Em 1978 foi republicada no texto intitulado A falta de um centro de recuperação de menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 21/22 abr. 1978.

<sup>727</sup> Engraxates pintam e bordam. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jul. 1971 e Mendicância infantil chega a ser impertinente. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jul. 1971.

<sup>728</sup> Abusos de menores, à noite, no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 9, 16 jan. 1971, Engraxates pintam e bordam. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jul. 1971, Mendicância infantil chega a ser impertinente. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jul. 1971 e Engraxates insolentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974. Essa área concentrava boa parte dos melhores restaurantes da cidade, como era o caso do estabelecimento chamado O gato que ri, que inclusive anunciava no *CE*. O restaurante era, conforme divulgado em propaganda: “Um ambiente ideal. Com cardápio internacional. Rua Dom Aquino, 384.” O gato que ri. *CE*, Campo Grande, p. 2, 3 ago. 1968. Havia também os restaurantes Bambu e Dom Velasquez. Nas proximidades destes espaços de sociabilidade havia dois importantes locais de comércio e trânsito de pessoas da urbe: a Estação Ferroviária e a Estação Rodoviária.

Além das ações dos engraxates causarem incômodos aos transeuntes, que tinham até que “desviar o passo para não levar trombadas da molecada em luta corporal”, caso alguém lhes chamasse a atenção ou reclamasse dos seus modos, logo era “brindado com uma enxurrada de palavrões e os “gladiadores”” retornavam à luta que se podia ver de “dia ou mesmo à noite”, pois os menores ficavam nas vias públicas “até muito tarde.”<sup>729</sup>

Verificando essa situação, o impresso afirmou que se devia tomar “uma providência drástica para acabar com as diabruras” feitas pelos menores engraxates que trabalhavam no ponto do Restaurante Bambu.<sup>730</sup>

No final de fevereiro de 1969 noticiou-se que a conduta dos menores que vendiam “insistentemente os bilhetes de loteria”, trabalho que foi caracterizado como “atividade nociva”, também causava incômodo à cidade. Esse problema era “um capítulo à parte” e merecia “artigo especial de um novo alerta às autoridades competentes.”<sup>731</sup> A resposta das autoridades foi dada poucos dias depois da publicação deste alerta. No mês de março de 1969 o então juiz José Nunes da Cunha, da Terceira Vara da Comarca de Campo Grande, proibiu que os menores de 18 anos vendessem bilhetes de loteria.<sup>732</sup>

Outra parcela significativa dos menores que trabalhava no labor considerado digno centrava-se nos cuidadores de veículos. O trabalho dos vigias de automóveis, os populares flanelinhas, também tinha a região do centro comercial da cidade como ponto de atuação, sendo particularmente intensificada nas ruas próximas ao Mercado Municipal, na Rua 7 de Setembro, e nas vias onde se realizavam feiras livres, eventos ou atividades que aglomeravam maior número de pessoas, como bailes, festas religiosas e estádios de futebol, como o Moreirão.

---

<sup>729</sup> Engraxates insolentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974.

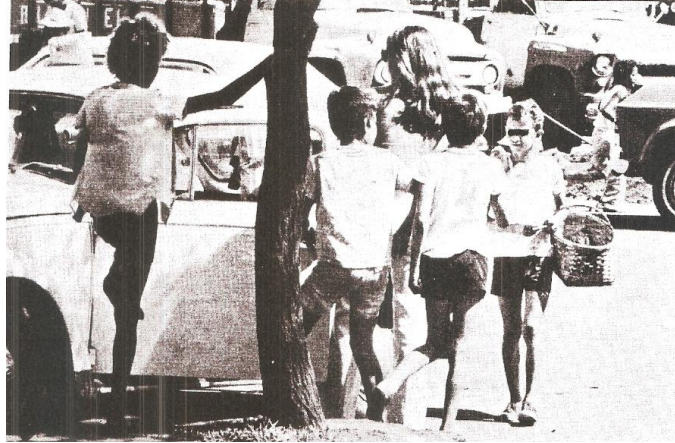
<sup>730</sup> *Ibidem*.

<sup>731</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969 e Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

<sup>732</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

**Imagem 58.** Flanelinhas.

Menores trabalhando como cuidadores de veículos nas proximidades do Mercado Municipal, na Rua 7 de Setembro, região central da cidade de Campo Grande. Note-se que um mesmo espaço era ocupado por vários menores e por vários tipos de trabalhos. O menino, que se pode ver na parte direita da imagem, traz consigo uma cesta. Ele era um, dentre tantos outros, vendedores ambulantes, provavelmente de alimentos, que havia na urbe.<sup>733</sup>



Os menores abordavam o motorista, independente do local, com a seguinte frase: “Deixa eu cuidar, moço?”. Em seguida, reforçando o que haviam dito inicialmente, falavam: “Eu cuido e limpo o seu carro.” Muitos eram “pequenos honestos, que realmente” buscavam nesta atividade uma “forma de ganhar um dinheirinho [...] com honestidade.” Mas outros, pelo contrário, alertou o CE, parece que sentiam “prazer em estragar.” O periódico sinalizou para os leitores que os motoristas que se arriscavam a não deixar o veículo para que os menores cuidassem, se não lhes dessem uma explicação satisfatória, corriam o risco de, quando retornar, “ver a pintura rabiscada, a antena quebrada.”<sup>734</sup>

Além dos labores realizados por estes menores, também eram significativas as crianças e os jovens que trabalhavam na cidade vendendo doces, pastéis, salgados, chipas, verduras, ervas, leite in natura, entregando pães, carnes, carregando caixas e lavando automóveis em comércios, dentre outros produtos e mercadorias, em geral em ambientes precariamente estabelecidos, ou em atividades ambulantes, legalmente classificadas como informais e não raro criminalizadas pelas mais diversas autoridades, mas em especial pelo setor de tributos da administração municipal e pelos órgãos policiais.<sup>735</sup>

<sup>733</sup> Problema de menores: um abandono total. CE, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1975.

<sup>734</sup> Ibidem.

<sup>735</sup> Vale ressaltar que a entrega de jornais, trabalho realizado em geral por menores, não foi mencionada como uma atividade de labor dos garotos.

**Imagem 59.** Menor carregando caixas de papelão.<sup>736</sup>



**Imagem 60.** Menor que trabalhava como vendedor ambulante na Rua 14 de Julho.<sup>737</sup>



<sup>736</sup> Não se sabe... *CE*, Campo Grande, p. 1, 8 fev. 1973.

<sup>737</sup> O comércio campo-grandense... *CE*, Campo Grande, p. 1, 3 out. 1970.

**Imagem 61.** Trabalho “ilegal” de jovens do povo comum. Segundo o CE, o combate por parte das autoridades públicas competentes devia ser constante, pois a legislação não permitia este tipo de trabalho e a atividade prejudicava os comerciantes legalmente estabelecidos e que pagavam corretamente os impostos para o poder público.<sup>738</sup>



Certa vez, o CE, numa explícita defesa dos interesses da classe comercial e dos bons costumes da urbe, afirmou que os garotos tinham “o direito de trabalhar para ganhar a vida”, mas não podiam “fazer baderna e causar problemas para os comerciantes e a população.”<sup>739</sup> Numa outra ocasião, concluiu-se o assunto em tom de ameaça: “Assim não vai dar, garotada. Ou vocês se enquadram ou iremos voltar as baterias contra a “classe”... mirim.”<sup>740</sup>

“Voltar as baterias contra a “classe”... mirim” não significou apenas intensificar as críticas ao modo de viver destes garotos e suas limitações materiais, que no plano moral possuíam outros valores, mas consistiu sobretudo em tentar representá-los como possíveis criminosos para a população. Havia os que eram, de fato, “servidores da comunidade” e lustravam os sapatos e com o fruto do trabalho ajudavam na “manutenção da família.” De acordo com o CE, todos que trabalhavam pela comunidade mereciam “respeito e admiração.”

<sup>738</sup> Trabalhando, mas, ilegalmente. CE, Campo Grande, p. 1, 9 maio 1973. Para justificar essa argumentação, o CE mencionou constantemente a existência de leis, em especial o Código Tributário. CAMPO GRANDE (Município). Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Lei n. 1.466, de 26 de outubro de 1973. Institui o Código Tributário do Município.

<sup>739</sup> Engraxates insolentes. CE, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974.

<sup>740</sup> Engraxates pintam e bordam. CE, Campo Grande, p. 2, 16 jul. 1971.

Justamente por isso, o periódico tinha “um apreço muito especial” pelo menor trabalhador, “qualquer que” fosse “o seu labor, não só porque” o jovem estava “ganhando o pão de cada dia, mas também porque” servia “de exemplo à massa de menores vadios que” vivia “por ai, pintando e bordando e até praticando furtos.”<sup>741</sup> Cabe lembrar aqui que este trabalho que merecia respeito e admiração não era todo tipo de trabalho, mas somente o trabalho digno. Esmolar ou mendigar, por sua vez, não eram trabalhos dignos.

Procurando solidificar a idéia de que nem todos os menores que se diziam engraxates eram, de fato, realmente engraxates, o CE afirmou que entre os menores trabalhadores havia também os que utilizavam a profissão de engraxate apenas como mero “disfarce para a pilantragem”, pois passavam os “dias sem fazer qualquer trabalho.” Quando faziam um trabalho, assegurou o impresso, era para aplicar o dinheiro obtido na “compra de coisas supérfluas.” O resto do tempo era usado para “pintar e bordar”, ou seja, fazer estripulias de todo o tipo.<sup>742</sup>

Tendo como base o conteúdo das matérias publicadas no CE, pode-se afirmar que a maioria dos menores que ocupava o espaço público do centro da cidade de Campo Grande não realizava qualquer tipo de trabalho enquadrado na condição de digno ou de honesto. Os números variam de um ano para o outro e, sobretudo, da década de 1960 para o final dos anos 70, portanto, não há como precisar a quantidade exata dos menores neste ambiente.

Um número aproximado indica que havia em Campo Grande “mais de uma dezena de crianças de ambos os sexos.”<sup>743</sup> Outras matérias consideraram que havia “várias dezenas de crianças perambulando pelas ruas da cidade.”<sup>744</sup> Houve também textos que precisaram que o número de menores atingia, em 1973, a marca de “algumas centenas.”<sup>745</sup>

No final da década de 1970 o número de menores abandonados era superior a marca dos milhares. Estimou-se que existiam mais de mil menores vivendo e/ou trabalhando no centro da cidade. Já na urbe de Campo Grande como um todo, o número chegava à casa dos dois mil menores carentes. Para cada seis adultos mendigos, havia quatro menores nesta situação, portanto, os menores representavam 40% dos pedintes da cidade.<sup>746</sup>

Contudo, essa afirmação, embora numérica, é bastante vaga e pouco explicativa. Algumas expressões do período não precisaram quantitativamente os menores, mas apenas – e talvez isso seja mais relevante do que a inicial e aparente precisão de um dado numérico – expressaram em palavras o que tais menores representavam para a sociedade que os visualizava, vendo-os atuar sobre vários territórios da cidade de Campo Grande.

---

<sup>741</sup> Engraxates insolentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974.

<sup>742</sup> Os pivetes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 15 set. 1972.

<sup>743</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

<sup>744</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970.

<sup>745</sup> Menor abandonado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 2 mar. 1973.

<sup>746</sup> Problema de menores: um abandono total. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1975, Promoção Social tem 18 milhões para menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 25 set. 1979 e Mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 nov. 1968.

Há relatos indicando que era “impressionante o número de menores” na urbe.<sup>747</sup> Outros sinalizaram que havia “um sem número de crianças” meneando pelo espaço público.<sup>748</sup> Alguns textos representaram as crianças e os jovens como “uma legião de menores” e, outros, como “uma ameaça” à sociedade.<sup>749</sup>

Os números mencionados, por mais precisos que sejam, não indicam e nem se propõem a pensar necessariamente o objetivo político do CE ao se referir aos menores. Contudo, as expressões, antes externadas, permitem que se avalie uma possível intensidade do problema causado pelos menores à sociedade campo-grandense. As expressões, por seu turno, mostram com muita propriedade quais eram os valores defendidos pelo impresso Correio do Estado frente os sujeitos que podiam ou que efetivamente “denegriam” a imagem cidadina de Campo Grande. São retratos bem fiéis da subjetividade deste meio de comunicação e da sua cultura naquele período.

O menor abandonado nunca deixou de ser visto como um sujeito que precisava de apoio, orientação e cuidados específicos. Eram pessoas que deviam ser amparadas pelo poder público, que devia lhes proporcionar meios diversos para que eles se desenvolvessem.<sup>750</sup> Embora várias pessoas da sociedade local realizassem trabalhos voltados para o atendimento dos menores carentes já há décadas, cabia mesmo ao poder público, segundo do CE, a tarefa de resolver este problema social que afetava a cidade de Campo Grande.

Nos anos 60 estava mais nítida a idéia de que os garotos que perambulavam pelas ruas eram, de fato, filhos da terra ou que os seus pais nela já estavam há vários anos, portanto, já eram pessoas do local e não migrantes. Em 1967 existia um “pequeno exército de delinquentes” na urbe. O destino deles, noticiou o periódico CE, “muito nos preocupa”, pois “todos ou quase todos” eram campo-grandenses e “como tal merecedores da nossa atenção, do nosso auxílio para que sejam educados, ou reeducados, no caminho do bem.”

Mas não se tratava de amparar indiscriminadamente todos os garotos carentes. A ajuda do poder público devia ser localizada apenas para os menores que eram, efetivamente, carentes e cujas famílias não podiam sustentá-los. O poder público tinha que verificar, por meio das suas autoridades ou de entidades de assistência social, se os menores eram mesmo necessitados. Cabia então às autoridades conhecer “a verdadeira situação” dos menores e, “positivando-se a necessidade”, o que não era “difícil, ampará-los com assistência social e escolar, dando-lhes alimento e instrução.”<sup>751</sup>

---

<sup>747</sup> Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962.

<sup>748</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>749</sup> Os pivetes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 15 set. 1972 e Menor abandonado: problema exige um centro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 15 ago. 1975.

<sup>750</sup> Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962. Parte desta linguagem consta na própria legislação brasileira que versava sobre os menores. BRASIL (União). *Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.

<sup>751</sup> Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962. Devia-se avaliar se os necessitados eram mesmo necessitados, pois havia pessoas que apenas se portavam como necessitadas, como as mães e os pais de aluguel. Era preciso saber quais pediam por necessidade premente de seus pais, quais pediam por serem órfãos de pai e a genitora não tinha recursos para sustentá-los e quais pediam por profissão, pois viam outros pedindo e então resolviam esmolar também. *Mendicância infantil*. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 nov. 1968.

A cidade de Campo Grande não podia “continuar ignorando ou fingindo [...] o caso do menor delinqüente. Relegar esse problema a plano secundário ou ignorá-lo,” como se vinha fazendo, advertiu o jornal, era “um crime” pelo qual todos iriam pagar “no futuro, quando esses menores, com a evolução da sua veia má, estiverem transformados em grandes bandidos perturbadores da paz social.”<sup>752</sup>

Os menores realmente carentes, ou os que se passavam por tal condição, tinham idades variadas. Eram tanto crianças como jovens, tanto meninos como meninas e quase todos estavam em idade escolar.<sup>753</sup> Alguns aparentavam 5, outros 10 anos de vida. Havia também os que já tinham quase 18 anos. Todos eles realizavam, informou o CE em matéria datada do final do ano de 1963, um “espetáculo” que confrangia o “coração da população” cidadina.<sup>754</sup>

**Imagem 62.** Menores andando pelas ruas da cidade. A mulher que aparece na imagem era a mãe das crianças.<sup>755</sup>



Os menores, em geral, ocupavam efetivamente vários espaços da cidade, embora fossem legalmente proibidos, alertou o CE. Freqüentavam “todos os tipos de ambientes.” Bebiam, jogavam, fumavam, dirigiam veículos, enfim, faziam “tudo que lhes” dava “na telha.”<sup>756</sup> Territorializavam bares, casas comerciais e noturnas, feiras, mercados e estendiam diariamente, nestes locais, muitos deles, “a mão à caridade pública.”<sup>757</sup> Ou seja, esmolavam.

<sup>752</sup> Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>753</sup> Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962.

<sup>754</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>755</sup> Os migrantes pela rua. *CE*, Campo Grande, p. 1, 6/7 set. 1972.

<sup>756</sup> Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

<sup>757</sup> Mendicância de menores aumenta na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 set. 1969.

A situação já era relatada como alarmante em meados do primeiro lustro da década de 1960. O Correio do Estado noticiou, em novembro de 1963, que “algumas criancinhas mal” sabiam “falar e já” viviam “perambulando pelas ruas pedindo esmolas.”<sup>758</sup> Era “o futuro do Brasil que vimos implorando, mendigando pelas ruas.”<sup>759</sup>

Os leitores foram alertados, certa vez, que “muitas das infelizes crianças” que pediam esmolas o faziam “apenas para gastar com guloseimas.”<sup>760</sup> Os jovens diziam que precisavam de “auxílio para comprar um pão.” No entanto, o dinheiro era, conforme informou o CE, “logo empregado na compra de picolé, sorvete ou caramelos.”<sup>761</sup> Os garotos, portanto, abusavam da “boa fé das pessoas, principalmente de senhoras.”<sup>762</sup>

Inúmeros registros publicados no periódico mostram que o trabalho de esmolar ia desde o amanhecer até altas horas da noite. O CE queixou-se de que os garotos não tinham horário para findar o trabalho de pedir esmolas nas ruas.<sup>763</sup> Era comum “encontrar alguns deles até às 23 horas implorando a caridade.”<sup>764</sup>

Descrições do cotidiano de trabalho e de vida destes menores mostram-os como andantes pelas ruas da urbe, sempre pedindo esmolas e, sobretudo, percorrendo “o centro da cidade” em busca de auxílio, sobretudo monetário. De maneira geral, todos os garotos e as meninas estendiam “a mão à caridade pública.”<sup>765</sup>

Nas noites de quarta-feira e aos sábados, em particular a partir das 19 horas, os pedintes mirins concentravam-se na Feira Livre e nas manhãs de quinta-feira e de domingo também eram vistos com muita intensidade neste local de comércio popular. Em algumas ocasiões, conforme presenciou a reportagem do CE e relatou o fato para os leitores, os pedintes chegavam a “formar grupos” e passavam a agir de “forma impressionante” no “mister de explorar os incaustos.”<sup>766</sup>

---

<sup>758</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>759</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

<sup>760</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970.

<sup>761</sup> Mendicância infantil é “bossa”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

<sup>762</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970.

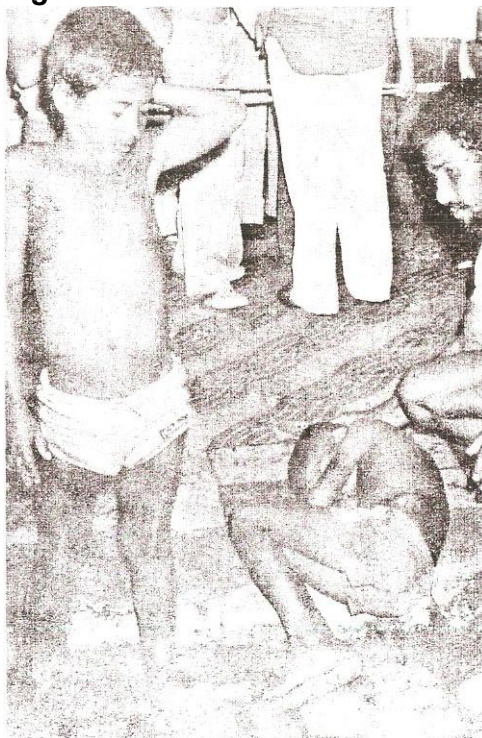
<sup>763</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

<sup>764</sup> *Ibidem*.

<sup>765</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

<sup>766</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970 e Juiz reprime a mendicância de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 20 mar. 1970. A formação de grupos de menores em busca de esmolas se deve, possivelmente, ao fato deles serem de uma mesma família ou, mais ainda, de uma mesma região da cidade. Havia menores que saíam dos bairros e se dirigiam para o centro da cidade com o claro intuito de esmolar e mendigar, mas sobretudo a primeira atividade. Em julho de 1970 o periódico *CE* informou que dezenas de crianças, a maioria vindas dos bairros, infestavam as ruas centrais da cidade de Campo Grande em busca de auxílio. Recomendou-se, por meio de um “veemente apelo” em “nome do Brasil de amanhã”, que o Juizado de Menores tomasse uma providência “para salvar essas crianças que” estavam “mendigando pelas ruas centrais da cidade.” Devia-se solicitar a colaboração das autoridades policiais “para “assustar” esses malandros mirins” que desapareciam das suas residências e mendigavam trocados que eram “gastos com guloseimas.” Os menores estavam “seguindo um caminho errado e, mais tarde,” estariam “transformados em lalau e pivetes, enquanto que as meninas” estavam “a um passo da prostituição.” Mendicância infantil precisa acabar. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 jul. 1970.

**Imagem 63.** Menor dormindo no chão.<sup>767</sup>



Observando o cotidiano deles vê-se que a prática de andar pela cidade era, em determinados momentos, quase que uma premissa para se conseguir as possíveis esmolas e outros tipos de auxílios. Não bastava simplesmente pedir, também era necessário ter conhecimento dos locais e dos horários apropriados para se pedir esmolas aos transeuntes ou pessoas do comércio. Alguns, iam de “bar em bar, de mesa em mesa, pedindo uma esmola.”<sup>768</sup>

Além disso, parte dos menores que se passava por pedintes, não precisava fazê-lo. Pela aparência, muitos dos que esmolavam tinham “bom passado” e não careciam “viver da caridade pública,” mas estavam “pedindo esmolas por diletantismo ou velhacaria precoce.”<sup>769</sup>

Enveredando por esta via de interpretação, as matérias publicadas pelo periódico continuaram a mostrar a situação dos menores como um problema social que precisava ser resolvido, no entanto, passaram a pensar o problema, cada vez mais, como algo que só existia pelo fato da própria sociedade alicerçar tal prática e das autoridades não coibirem adequadamente o referido problema. A ação de esmolar foi caracterizada como uma “atividade nociva” e a população orientada, diversas vezes, a não mais entregar esmolas para os garotos. Era preciso proibir os menores de pedir “esmolas pelas ruas da cidade.”<sup>770</sup>

<sup>767</sup> Menores abandonados nas calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 3, 9 fev. 1978.

<sup>768</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>769</sup> Mendicância infantil é “bossa”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

<sup>770</sup> Várias vezes o *CE* mencionou o fato de que os menores engraxates tinham horário definido para realizar o seu ofício. Entretanto, os menores pedintes, que realizavam uma “atividade nociva” à sociedade, não eram controlados por qualquer tipo de portaria. Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

Os textos passaram, cada vez mais, a julgar como moralmente inadequada a prática de esmolar. As reflexões feitas pelo CE associavam o ato de esmolar no presente com o ato de furtar e roubar no amanhã. Orientou-se a população a não dar esmolas para os menores, pois criava-se, com esse ato, “um futuro malandro ou possivelmente ladrão.”<sup>771</sup>

Esse fragmento, publicado em fevereiro de 1969, exemplifica bem a concepção do periódico *Correio do Estado* sobre a prática da mendicância realizada pelo povo comum no espaço público da cidade de Campo Grande:

De um modo geral, somos contrários a todo tipo de esmolas, pois para isso existem entidades assistenciais em Campo Grande, com as quais devemos colaborar. Não é a esmola na rua que equaciona o problema da miséria, mas sim a promoção humana bem orientada, conduzindo o mendigo recuperável para um trabalho compatível com sua capacidade. A espórtula que se distribui nas ruas apenas agrava o problema, pois mendigos de outras plagas para aqui convergem atrás da fama de Campo Grande. Assim, se somos contra a esmola a adultos, que diremos ao menor?<sup>772</sup>

A idéia da mendicância como um ofício que conduzia os menores para o mundo da criminalidade foi reafirmada inúmeras outras vezes em várias matérias publicadas pelo impresso. Certa oportunidade, considerou-se a mendicância como um “problema social de solução muito difícil.” Precisava-se estudar, equacionar e encaminhar “uma solução humana e sensata” para este problema, uma vez que estava “mais do que provado que da mendicância o menor” passava “à delinqüência, constituindo-se, em seguida, em elemento nocivo à sociedade, o que vale dizer, um elemento sem valor para a sua pátria.”<sup>773</sup>

As avaliações, como se pode observar, vinham sempre carregadas de adjetivos e, não menos, de julgamentos que associavam, sempre, a prática de esmolar com a edificação de sujeitos que estavam, ou que ficariam, “completamente perdidos e irrecuperáveis, entregues ao vício e à vagabundagem.” Eram, portanto, sujeitos sem utilidade, já que não trabalhavam.

Afirmou-se também que as crianças mendigando pelas ruas eram “um caso doloroso” e “vergonhoso para a sociedade.”<sup>774</sup> Em outras avaliações concluiu-se que a prática da mendicância infantil em Campo Grande tinha se tornado “uma vergonha.” Os garotos só podiam, mais tarde, ter um fim: seriam hóspedes das cadeias públicas. As meninas, por sua vez, não teriam fim melhor: acabariam em um prostíbulo.<sup>775</sup>

---

<sup>771</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969.

<sup>772</sup> *Ibidem*. Esse fragmento sinaliza como era concebido o problema social da mendicância em Campo Grande. Havia mendicância pelo fato da urbe ter constante progresso material e jamais devido fatores como êxodo rural e pobreza material da própria cidade ou entorno. Era a “fama de Campo Grande” que atraía as pessoas. Portanto, a cidade era, em si, adequada. Jamais foi dito que a urbe produzia qualquer tipo de problema. Ela foi, pelo contrário, sempre representada como vítima dos que a invadiam em busca da riqueza que ela possuía.

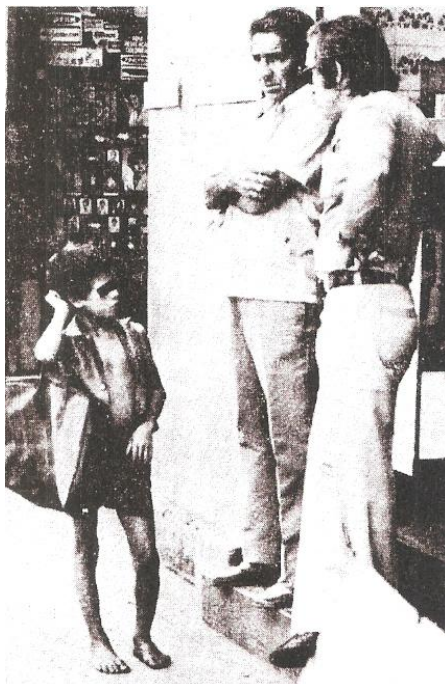
<sup>773</sup> Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

<sup>774</sup> Mendicância de menores aumenta na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 set. 1969.

<sup>775</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

**Imagem 64.** Menor mendigando pelas ruas da cidade.

Segundo o jornal CE, os garotos realizavam o trabalho de esmolar sem serem molestados. Essa atividade era feita, quase sempre, nas proximidades dos estabelecimentos comerciais mais movimentados.<sup>776</sup>



Visando minorar parte do problema, o CE passou a divulgar com mais intensidade aos seus leitores a idéia de que a esmola, que era dada por pessoas de “corações bondosos” da sociedade campo-grandense, apenas aviltava os menores.<sup>777</sup>

**Imagem 65.** Mendigos solicitando esmolas para as pessoas de “corações bondosos.”<sup>778</sup>



<sup>776</sup> Problema de menores: um abandono total. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1975.

<sup>777</sup> Mendicância infantil é “bossa”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

<sup>778</sup> Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE*, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

A esmola jamais resolvia o problema que era “de assistência efetiva e não de simples esmola.” Ao invés de entregar esmolas para os menores, devia-se integrar os esmoladores “na comunidade válida da Cidade Morena.” A ação de esmolar era um “ato vexatório e deprimente para nossos foros de civilização.” A mendicância, afirmou o periódico, parecia um “mal contagioso”, pois até quem não precisava mendigar, colocava-se nas ruas para pedir esmolas.

De acordo com o CE, a mendicância infantil tinha se tornado, em certos casos, uma “indústria lucrativa para adultos despudorados” que lançavam os “filhos menores nas ruas para explorar a caridade em benefício deles.”<sup>779</sup> Indicando a existência dessa situação nas páginas do Correio do Estado, passou-se a mostrar aos leitores, que não deixavam de ser as tais pessoas de “corações bondosos” que contribuíam com os esmoladores, que o dinheiro doado não era, de fato, tão necessário para os menores. O dinheiro ia não propriamente para os garotos, mas sim para os seus pais ou responsáveis.

Considerando que a mendicância era um problema social, mas valendo-se do argumento de que as esmolas não eram para os menores, o jornal Correio do Estado, na medida que considerou a questão como um problema, também passou a vê-lo e mostrá-lo como um problema que decorria de outro, ou seja, da ação de não trabalhar dos pais dos menores.

Por meio desta argumentação, passou-se a considerar, pelo menos desde 1962, que o problema social da mendicância não era grave e nem mesmo constituía-se num problema social, pois os menores que se diziam pedintes não eram, de fato, pedintes, mas apenas tinham sido obrigados pelos pais ou responsáveis a simular “extremada pobreza e em nome dela” estavam “explorando o sentimento da população.”<sup>780</sup>

Citou-se o exemplo de um garoto de aproximadamente 10 anos que ficava pela cidade, já fazia muito tempo, em busca de esmolas. Não restava dúvida de que a família deste menor era numerosa e podia sustentá-lo pelo fato dele “ser menor e defeituoso”, no entanto, afirmou o periódico, obrigavam-no a trabalhar, preferindo que ele os sustentasse.

O menino, que usava uma cadeira de rodas e movimentava-se de forma custosa, ficava nas ruas da cidade até por volta da meia noite. Ia “à porta dos cinemas ou nos restaurantes da Rua Dom Aquino, sempre a importunar a população com o pedido de “um auxílio”, obrigado que” era “a “trabalhar” até altas horas da noite.”<sup>781</sup>

---

<sup>779</sup> Mendicância infantil é “bossa”. CE, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

<sup>780</sup> Mendigos mirins. CE, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962.

<sup>781</sup> Mendicância infantil é “bossa”. CE, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

Por meio deste tipo de argumentação, o periódico passou a mostrar a mendicância infantil como uma realidade inadmissível para uma cidade como Campo Grande. Necessitava-se de uma “imediate providência não contra essas crianças, tão cedo mal encaminhadas na vida, mas contra os responsáveis por elas.” O periódico fez a seguinte indagação à sociedade: enquanto as crianças pediam esmolas, o que faziam os seus pais ou responsáveis?<sup>782</sup>

Sugeriu-se que estes pais não sabiam o real paradeiro e nem o que faziam os seus filhos. Além disso, uma criança não devia ficar fora de casa até altas horas da noite, sobretudo andando pelas ruas da cidade para mendigar. Para que os menores deixassem o “vício da esmola” era fundamental que os pais e responsáveis auxiliassem nesta tarefa. Os pais deviam fazer uma “rigorosa vigilância”, não permitindo que a prole esmolasse. Parte dos esmoladores chegava inclusive a deixar de assistir às aulas nas escolas para esmolar.<sup>783</sup>

Outra ação consistiu em fazer constantes apelos ao Juizado de Menores para que providências fossem tomadas a respeito da prática de esmolar feita pelos menores. Orientou-se o juiz titular a localizar os pais das “crianças mendigas para o necessário corretivo.”<sup>784</sup> Em outro momento, solicitou-se que os garotos fossem detidos e os pais convocados e responsabilizados pelo que os menores faziam na cidade.<sup>785</sup>

O resultado foi visto poucos dias após do apelo. Uma viatura do Juizado de Menores andou pela urbe em março de 1970 e deteve os menores que mendigavam, muitos deles obrigados pelos próprios pais a fazê-lo. Depois, os garotos foram entregues para os seus progenitores.<sup>786</sup>

**Imagem 66.** Viaturas policiais defronte a Praça Ary Coelho, no centro da cidade.<sup>787</sup>



<sup>782</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>783</sup> Mendicância infantil é “bossa”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970. A criança ideal, segundo o *CE*, era aquela que ficava no ambiente familiar e ia à escola.

<sup>784</sup> Mendicância de menores aumenta na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 set. 1969.

<sup>785</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970.

<sup>786</sup> Juiz reprime a mendicância de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 20 mar. 1970.

<sup>787</sup> Novo “arrastão” da polícia leva até loucos e mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 3, 15 jul. 1977.

Embora houvesse pais, chamados de “adultos despudorados”, que obrigavam os menores a esmolar, o CE fez um outro alerta às autoridades e à população.<sup>788</sup> Indicou que parte dos menores que esmolavam, e que não tinham horário para findar a atividade, não faziam este trabalho para suprir as suas necessidades e nem as dos seus familiares, mas apenas as dos falsos mendigos que pegavam as “pequenas e inocentes crianças” e as levavam ao centro da cidade para sensibilizar os transeuntes a lhes dar dinheiro e, além disso, determinavam o horário de início e de término do trabalho de esmolar.<sup>789</sup>

O impresso denunciou publicamente essa realidade em março de 1969. Afirmou que pessoas adultas, “algumas demonstrando vigor e saúde,” se valiam de “menores emprestados” para realizar o trabalho de mendigar e esmolar, que era feito inclusive à noite. A presença de menores, segundo o CE, era “um ardil” do qual os falsos mendigos se utilizavam “para mover a compaixão dos transeuntes, eis que, vendo uma mulher desgrenhada e suja, rodeada de crianças, também sujas e maltrapilhas, toda criatura bem formada”, “movida de piedade”, amolecia “a bolsa em favor da pedinte mãeira.”<sup>790</sup>

Em investigação, o jornal CE verificou que havia em Campo Grande uma “comercialização no submundo da mendicância profissional.” As crianças eram “praticamente “alugadas” pelas verdadeiras mães a mulheres e homens que” exploravam “a caridade do campo-grandense e em contrapartida recebiam parte do dinheiro arrecadado.”

A maior parte dos mendigos profissionais alugava as crianças nos bairros e nas vilas em que residiam. Faziam isso “simplesmente para aumentar a dramaticidade de um quadro de piedade irreal, mas que” favorecia “a esmola.” De acordo com o Correio do Estado, “atrás do quadro grotesco”, escondia-se “uma negociata grotesca entre homens e mulheres que” moravam em vilas periféricas e que, na maioria das vezes, não se enquadravam “na condição de verdadeiro mendigo: pedir esmolas, para elas ou para eles,” era “muito mais rendoso do que trabalhar.”<sup>791</sup>

“Quanto maior fosse o número de supostos filhos que” estavam “passando fome e vivendo na miséria, mais” aumentava “o faturamento desses mendigos profissionais, alguns deles até portadores de chagas que, em absoluto, não” desejavam vê-las “curadas, pois isso os obrigaria a trabalhar.”<sup>792</sup>

---

<sup>788</sup> Mendicância infantil é “bossa”. CE, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

<sup>789</sup> “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. CE, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979 e Menores pedintes. CE, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

<sup>790</sup> Menores pedintes. CE, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

<sup>791</sup> “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. CE, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

<sup>792</sup> Ibidem.

De acordo com o impresso, passaram a ser comuns no perímetro central da urbe as figuras de algumas mulheres e inclusive de homens, mas em particular a presença feminina, sempre “acompanhadas de duas, três ou mais crianças, chorando e muito mal arrumadas para aumentar a aparência de miséria.”

As falsas mendigas sentavam-se geralmente nas calçadas mais movimentadas e estavam sempre “cercadas por pedaços de pães velhos e sujos”, tendo, às vezes, até 5 crianças no seu entorno. Algumas delas eram muito pequenas, contudo, informou o jornal, já tinham sido “devidamente orientadas na sua inocência para participar da chantagem emocional aos transeuntes.”<sup>793</sup>

**Imagem 67.** Pessoas comuns fazendo do espaço público da elite um espaço para variadas práticas. Esse é um bom exemplo de “reterritorialização” dos espaços públicos da elite.<sup>794</sup>

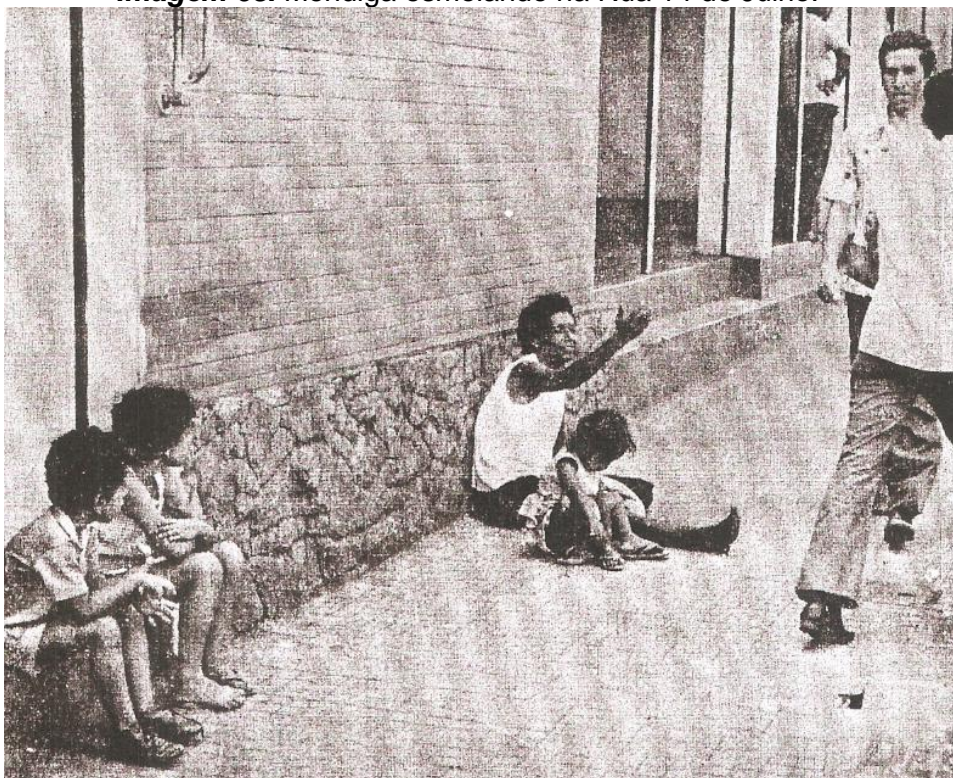


O trabalho consistia basicamente em falar a frase: “uma esmola por amor de Deus.” Com este comportamento, afirmou o periódico, as mendigas profissionais conseguiam “sempre uma esmola maior” pelo fato dos homens e mulheres que passavam se sentirem “penalizados com a situação que” ignoravam “ser falsa ou, pelo menos, não tão grave.” Tudo isso, no entanto, informou o CE para os seus leitores, não passava de um golpe, de uma farsa para aumentar ainda mais as “boas arrecadações diárias.”

<sup>793</sup> “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. CE, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

<sup>794</sup> Para uma definição do conceito de reterritorialização, ver DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997 e Qual o destino deles? CE, Campo Grande, p. 1, 13 jul. 1973.

**Imagem 68.** Mendiga esmolando na Rua 14 de Julho.<sup>795</sup>



Em geral, a “falsa mãe” pedia ajuda à população para comprar comida à prole, por vezes chamada pela própria “mãe” de “meus pequenos e infelizes filhos.” Certa vez, a reportagem do Correio do Estado interrogou uma dessas mulheres. A falsa mãe confessou “que os filhos que trazia não eram seus filhos, mas de uma vizinha que ficava em casa com o marido.” Depois, ao ser pressionada a fornecer outras informações para os profissionais do periódico, a mulher “tornou-se agressiva.”

Para o jornal, essa agressividade era comum no cotidiano das mulheres que se passavam por falsas mães, sobretudo quando não recebiam ajuda dos transeuntes. Os passantes que não acreditavam no engodo proferido pelas falsas mães e se recusavam a dar esmolas a elas e aos seus falsos filhos eram então destratados.

Além disso, elas rogavam pragas contra os filhos dos transeuntes que se recusavam a colaborar. Segundo o CE, essa era outra forma de chantagem aplicada pelas falsas mendigas. A chantagem, nesse caso emocional, acabava “obrigando a mesma pessoa a “redimir-se” e lançar a sua moeda ou uma nota ao próximo “mendigo” que” viesse a encontrar pelas ruas da cidade.<sup>796</sup>

<sup>795</sup> Mendicância: exploração de menores. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 dez. 1973.

<sup>796</sup> “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE*, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

**Imagem 69.** Reterritorialização do povo comum.

Pessoas do chamado povo comum e, outra vez, a tão temida, por parte da elite, reterritorialização que essas pessoas faziam ao ocuparem o espaço público da cidade de Campo Grande. A ocupação do espaço também não deixava de ser uma afronta às ações da elite e de muitas autoridades públicas e privadas, pois as pessoas comuns conferiam ao espaço público, no pensar da elite, características que, jamais, essa mesma elite gostava de externar, como, por exemplo, pedir esmola, mendigar e, inclusive, utilizar menores para sensibilizar os transeuntes para que esses dessem algo às crianças e, com isso, também aos que as exploravam nesse trabalho.<sup>797</sup>



Esse tipo de atividade foi descrita, em várias ocasiões, como uma “indústria lucrativa” que possibilitava aos adultos despudorados e, mais ainda aos falsos mendigos, obter valores muito significativos no decorrer de um mês de trabalho indigno. Procurando reforçar a idéia de que não se devia dar esmolas para o mendigos, o Correio do Estado afirmou que os pedintes auferiam “uma renda diária apreciável, até dez vezes maior do que a que normalmente” obtinha “um trabalhador braçal.”<sup>798</sup>

Num explícito intuito de minorar o problema social da mendicância na urbe, por vezes o Correio do Estado chegou inclusive a afirmar que a mendicância, tanto a praticada por pedintes tradicionais, menores esmoladores e falsos mendigos, só existia por causa de uma situação: os menores, de uma forma geral, gozavam de excessiva liberdade na cidade de Campo Grande. Isso, por sua vez, gerava a mendicância e também outros problemas.<sup>799</sup>

<sup>797</sup> “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE*, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

<sup>798</sup> *Ibidem*.

<sup>799</sup> Os pedintes tradicionais eram os sujeitos que, de fato, necessitavam de auxílio da população e das autoridades, mas essa ajuda devia ser concedida somente às instituições assistenciais e nunca via donativos para os próprios pedintes, sobretudo quando estes esmolavam nas vias públicas, denegrindo a imagem da urbe. Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

Em seguida, procurou-se mostrar para os leitores, justamente em razão dos argumentos antes externados, que era preciso sanear moralmente a cidade, iniciando uma campanha contra a corrupção de menores e os seus corruptores, pois a mendicância tinha se tornado, em Campo Grande, “muito mais um problema policial do que social.”<sup>800</sup>

Devia-se então controlar a liberdade dos menores e proibir, definitivamente, todo e qualquer tipo de mendicância pela cidade. Tentou-se efetivar este projeto político no decorrer de vários anos e de muitas formas, contando com o apoio de autoridades familiares, privadas e públicas, mas notadamente com estas duas últimas.

Embora determinadas ações em prol do saneamento moral da urbe tenham sido feitas de modo concomitante, é possível estabelecer uma ordem e, mais importante que isso, a finalidade deste ordenamento dentro do projeto político de sanear determinados espaços da cidade.

No início dos anos 60, o Correio do Estado já fazia apelos públicos ao Juizado de Menores e à Delegacia de Polícia, em particular para o juiz e o delegado, para que voltassem “suas vistas para essas pobres crianças que” iniciaram “a vida de forma inconcebível numa cidade como Campo Grande.”<sup>801</sup> Os “campo-grandenses mais responsáveis” também foram chamados para solucionar a “realidade patente” que se abatia sobre a urbe.<sup>802</sup>

As autoridades policiais e do judiciário deviam averiguar o que faziam os progenitores dos meninos e das meninas. Aconselhou-se a chamar “às falas os pais dessas crianças”, já que eles não cuidavam dos seus próprios filhos, uma vez que desconheciam os seus paradeiros, tanto que suas proles mendigavam até altas horas da noite por inúmeros ambientes da cidade.<sup>803</sup>

Como a atuação dos pais, mesmo quando pressionados pelas autoridades, ficava sempre aquém dos anseios postos pelo CE, inúmeros textos foram publicados pelo periódico para tornar pública a situação da mendicância que já havia tomado, segundo o CE, uma “assustadora extensão” na Cidade Morena.

---

<sup>800</sup> Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970 e “Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE*, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

<sup>801</sup> Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

<sup>802</sup> Recuperação de menores delinquentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>803</sup> Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

O impresso passou a relatar o que ocorria em Campo Grande para que as autoridades, que não sabiam o que realmente se passava, tomassem conhecimento e agissem. O próprio jornal começou então a divulgar alguns casos e imagens, denunciando e fazendo “veemente apelo àquelas autoridades”, que eram responsáveis pela repressão da mendicância, para que dessem um paradeiro em tais abusos.<sup>804</sup>

Sempre que possível foi reforçada a idéia de que os meninos que viviam na rua e esmolavam se tornariam, no futuro, ladrões e presidiários. Para as meninas que tinham o mesmo cotidiano, restava somente o caminho da prostituição. De acordo com as matérias divulgadas no Correio do Estado, a vida na rua e a ação de esmolar levavam os menores para uma forma de viver totalmente inadequada.

O contato dos garotos com esta realidade, jogados “pelas ruas, ao Deus dará e bem cedo matriculados na escola da perdição” fez com que Campo Grande registrasse, em 1967, uma média de dois casos de delitos e roubos para semana, todos eles praticados por menores delinqüentes.<sup>805</sup> Nos anos seguintes, divulgou o periódico, houve considerável aumento do número de desordens, furtos, roubos e assassinatos envolvendo menores. Em 1978 foram registrados, em 180 dias, 358 casos.<sup>806</sup> O próprio CE teve um veículo furtado. O menor de 14 anos que participou da ação, juntamente com um adulto, estava armado com um revólver calibre 22 e afirmou que, se pudesse, teria “assassinado seu captor.”<sup>807</sup>

Essas situações, embora mencionadas, não eram tão comuns nas páginas do jornal como os relatos de furtos e de roubos praticados pelos menores. Seguidamente o Correio do Estado relatava as ações dos menores delinqüentes nas vias públicas da cidade, algumas delas, e o periódico fazia questão de externar, sequer registradas pelas autoridades policiais.

A atuação dos menores abrangeu as vias públicas centrais, em particular as Ruas 14 de Julho, Dom Aquino, 13 de Maio e as Avenidas Afonso Pena e Calógeras. Os furtos e roubos vitimaram a população em geral, mas particularmente os visitantes mais desatentos, alguns deles provenientes de áreas rurais, os residentes nas casas destas vias e os donos de casas comerciais, estes últimos pelo fato de conviverem mais diretamente com os menores.

---

<sup>804</sup> Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970. Por vezes, o periódico considerou que o problema da mendicância não era um caso de repressão policial, mas sim um problema que exigia “uma série de medidas oficiais.” Essa concepção, no entanto, não se sobrepôs no conjunto das matérias sobre o referido tema. O objetivo das ações, por sua vez, era sempre o mesmo: não permitir que a cidade se transformasse, “num amanhã muito próximo, num antro de criminosos e bandidos” que pudessem denegrir a sua imagem de cidade moderna e civilizada. Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>805</sup> Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>806</sup> Menores: a cada dia um problema maior. *CE*, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1978.

<sup>807</sup> Menores “arrastam” veículo do CE. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 out. 1974.

Em 1974, um comerciante da Rua 14 de Julho atendeu dois menores, que simularam interesse em determinada mercadoria. Concomitante a isso, um outro menor abriu a gaveta da caixa registradora do estabelecimento e furtou “tudo o que encontrou.” Quando o comerciante percebeu a “velhacaria” do trio, os garotos, chamados de “moleques”, fugiram e, para dificultar o trânsito do dono, derrubaram várias peças de mercadorias, “aumentando o prejuízo do comerciante.”

Além desse ocorrido, o jornal relatou que um senhor, que trabalhava como bilheteiro, foi surpreendido por “um pivete, já bem manjado pela polícia”, nas esquinas das Ruas 14 de Julho e Dom Aquino. O garoto roubou a importância de dinheiro que o bilheteiro devia entregar para o patrão e correu em direção à Avenida Calógeras, não sendo localizado.<sup>808</sup>

No caso das meninas que viviam nas ruas, a situação, segundo o periódico, também era “triste.” O elevando número de garotas pedindo esmolas nas vias públicas colocava-as em “contato com o povo, na intimidade de indivíduos sem princípios” que lhes diziam “palavrões, piadas indecorosas” e as iniciavam no “aprendizado de coisas que a criatura” devia “ignorar até mesmo na idade adulta, se não” quisesse se tornar “debochada e com isso perder o respeito da sociedade.”<sup>809</sup>

Ao conviverem com pessoas deste tipo, as “menores decaídas” logo começavam a se prostituir e passavam a viver “por ai, nas ruas, nas praças e nos bares de frequência livre, dando à cidade ares de deboche e causando vexames às famílias” que eram “obrigadas a presenciar, principalmente à noite, espetáculos deprimentes.”

A solução para este problema passava inevitavelmente, de acordo com o CE, pelo saneamento moral da cidade e, sobretudo, pela ocupação destas menores em um trabalho digno. Devia-se não apenas afastá-las do exercício da “mais antiga das profissões”, mas também lhes dar um arrimo para que elas retornassem “ao bom caminho.”<sup>810</sup>

Quando a “decência” das menores fosse refeita, então as garotas poderiam trabalhar como “empregadas domésticas em casa de família” ou serem encaminhadas “a outro emprego qualquer.”<sup>811</sup> A cidade, segundo o jornal, tinha “numerosas famílias de recursos necessitando de meninas para servirem de companhia para os filhos, e para realizar pequenas tarefas domésticas.”<sup>812</sup>

---

<sup>808</sup> Um problema da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 22 jul. 1974.

<sup>809</sup> Mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 nov. 1968.

<sup>810</sup> Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

<sup>811</sup> *Ibidem*.

<sup>812</sup> Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962.

Esse projeto de saneamento moral da cidade, também chamado de campanha contra a corrupção de menores, teve grande colaboração de autoridades, sobretudo de José Nunes da Cunha, juiz de Menores da 3ª Vara da Comarca de Campo Grande, que desde o final da década de 1960 baixou várias portarias limitando a atuação dos menores na urbe, sobretudo durante o período noturno e mais especificamente em estabelecimentos privados.<sup>813</sup> O periódico, “em nome da família campo-grandense”, agradeceu publicamente a dedicação e o carinho dispensados pela autoridade para com os menores, que eram “dignos de melhor sorte.”<sup>814</sup>

As portarias objetivaram, em especial, controlar o trabalho indigno dos menores na urbe, proibiram terminantemente a prática de esmolar, estabeleceram regras para a presença deles em ambientes como bares, clubes e festas, além de outras ações mais pontuais.<sup>815</sup> Proibiu-se também a venda e o consumo de bebidas alcoólicas para menores de 16 anos, pois até então isso era comum, em particular nas festividades carnavalescas e também em “ambientes impróprios” e promíscuos, nos quais haviam “indivíduos transviados”, como em certos estabelecimentos existentes na urbe, notadamente os bares e as casas de tolerância, nas quais era comum encontrar meninas bebendo e se divertindo com os freqüentadores. Nos bares, a presença dos garotos era mais corriqueira.

Essa ação, segundo o CE, fez com que diminuísse consideravelmente o número de menores bebendo nos bares ou se distraindo em “jogos nocivos à sua formação”, que os tornariam futuros ladrões e presidiários.<sup>816</sup> Entretanto, pelo que se pode observar na documentação analisada, continuaram a ser muito comuns as detenções de “menores faltosos”, sobretudo de meninos, por parte das autoridades policiais, tanto da polícia militar como da civil, que, às vezes, trabalhavam inclusive em conjunto.

---

<sup>813</sup> Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

<sup>814</sup> Juiz reprime a mendicância de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 20 mar. 1970. O CE não dirigiu apenas elogios às autoridades públicas que tinham o menor como foco de atuação. Também eram constantes as críticas ao Juizado de Menores, em particular sobre o trabalho dos inspetores de menores, que foram acusados, inúmeras vezes, de não fiscalizar as vias públicas e os estabelecimentos privados, permitido, assim, que os menores agissem em desacordo com a legislação. Engraxates insolentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974. O juiz de Menores Athayde Nery de Freitas também contribuiu na campanha contra a corrupção de menores. A Portaria n. 2/70, de 28 de julho de 1970, dentre outras coisas, proibiu as menores de 18 anos do sexo feminino de “transitarem ou ficarem estacionadas em lugares escuros ou desertos, sozinhas ou acompanhadas de namorados, depois das 22 horas, sob pena de serem conduzidas ao lar e advertidos os pais.” Juiz toma medidas de proteção ao menor. *CE*, Campo Grande, p. 2, 20 ago. 1970.

<sup>815</sup> As portarias eram publicadas, em geral, na íntegra nos jornais de maior circulação da cidade, como o Diário da Serra e o Correio do Estado. O objetivo era tornar a população ciente das decisões emitidas pelas autoridades.

<sup>816</sup> Assistência social. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1970.

Os policiais cumpriam o seu dever, informou o periódico à sociedade, pois detiam os garotos e os encaminhavam para o Juizado de Menores, entretanto, as autoridades do Juizado soltavam os “menores transviados” por não terem recursos materiais para os manterem num local específico, dando-lhes a adequada “recuperação.”<sup>817</sup>

Para os menores que não se enquadravam nas normas impostas, e continuavam incomodando a sociedade campo-grandense, o CE solicitou, com urgência, a criação de um asilo ou de um abrigo, que funcionaria como uma escola de recuperação.<sup>818</sup> Passou-se então, por meio de várias instituições, a tentar controlar os espaços que os menores podiam, ou não, ocupar na cidade. Essa prática visava também institucionalizar um modo de vida em específico: a cultura do trabalho digno no cotidiano dos menores, já que eram vistos como vagabundos. Por tabela, esperava-se eliminar, com essa prática, as ações denegridoras que eles impunham sobre a cidade de Campo Grande.<sup>819</sup>

Para inculcar nos menores uma outra forma de viver, colocou-se como essencial o trabalho desenvolvido pelas instituições que já atuavam ou que foram criadas na urbe especificamente para atender este objetivo, qual seja, impedir que os menores atrapalhassem o progresso da cidade e mostrassem-na, sobretudo aos visitantes e autoridades políticas de outras localidades, como um local incivilizado.

A escola de recuperação, que foi sugerida pelo CE, devia “recolher e abrigar o maior número possível” de menores e encaminhá-los para “um destino seguro.” No caso dos garotos que já eram adolescentes, o abrigo devia lhes oferecer, fundamentalmente, duas atividades: estudo e emprego.

A primeira lhe garantiria um futuro seguro e a segunda os manteria afastados do convívio com “maus elementos”, que já tinham se transviado, e estavam “sem rumo certo na vida.”<sup>820</sup> Portanto, não eram um exemplo a ser seguido. Os menores menos problemáticos que integravam este “pequeno exército de jovens delinqüentes” ficariam num regime de semi-internato, enquanto que os mais violentos deviam permanecer durante todo o tempo da recuperação no abrigo.<sup>821</sup>

---

<sup>817</sup> Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

<sup>818</sup> Assistência social. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1970.

<sup>819</sup> Essa “pedagogia do trabalho” também foi utilizada em outras sociedades. SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 220 e 225. Especificamente sobre a utilidade das “casas de reeducação” em Mato Grosso, ver a obra ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria do Interior e Justiça. *Diagnóstico do menor em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1974. No entender de algumas autoridades, era necessária a criação de “casas de reeducação dos menores” para que não acontecesse em Mato Grosso o que já ocorria em outras cidades do Brasil: a existência de um problema de “difícil, muito difícil” solução que chegava com o progresso.

<sup>820</sup> *Ibidem*.

<sup>821</sup> Recuperação de menores delinqüentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

Para resolver este problema, foram criadas inúmeras instituições públicas na cidade de Campo Grande, além de várias outras instituições privadas, sendo que em muitas delas o poder público atuou em conjunto com as senhoras da sociedade e com a própria comunidade religiosa. Era o caso do Serviço de Orientação do Menor Abandonado (SOM) que funcionou no salão paroquial da Igreja São José e atendeu diariamente dezenas de crianças e jovens entre 8 e 15 anos.<sup>822</sup>

Segundo informou o CE, o SOM era

[...] uma organização nascida do entrosamento da Secretaria de Promoção Social com os párocos da Igreja São José, sendo que o tempo em que os menores ali passam, aprendendo e se divertindo, são orientados, de forma a lhes proporcionar, futuramente, uma vida comum de homens honrados e não marginais delinqüentes.<sup>823</sup>

Conforme foi passando o tempo, em especial durante a década de 1970, cada vez mais o centro da cidade foi “invadido” por muitos menores, e boa parte deles, segundo relatou o CE, não eram menores que apenas esmolavam ou mendigavam, mas, sobretudo, menores que se enquadravam em adjetivações nada aceitáveis. Eram crianças e jovens que lembravam os presos que se via nas cadeias públicas da cidade. E eles seriam, afirmou o impresso, os próximos a ocupar aquele lugar. Era apenas uma questão de tempo para acabarem “atrás das grades das prisões como ladrões, vagabundos e marginais.”<sup>824</sup>

Esses menores foram descritos como infelizes, pequenos bagunceiros, récuca de malandrinhos, menores vadios, pivetes, mini-marginais, assaltantes mirins, marginais do futuro, delinqüentes, futuros malandros, lalaus, futuros ladrões, garotos marginais, pinta-brava, desajustados, pequenos marginais, elementos perigosos, menores faltosos, problemáticos menores marginais, menores marginais, pequeno exército de menores delinqüentes, delinqüentes infantis, delinqüentes juvenis, menores transgressores e menores infratores que literalmente ameaçavam toda a sociedade.

Esses menores deviam ser, e muitos de fato foram, recolhidos às delegacias de polícia da cidade por motivos dos mais diversos. Alguns passaram por maus momentos dentro destas instituições. Foi o caso de 6 menores que tinham entre 13 e 16 anos e foram detidos por policiais na noite de 16 de março de 1976 em razão de falarem gracejos, principalmente para senhoras e senhoritas que freqüentavam a Feira Livre. Quando eram repreendidos, então “lançavam palavras ofensivas” às pessoas. No dia seguinte, enquanto alguns menores faziam “bagunça ainda maior que aquela” realizada na Feira Livre, um policial raspou completamente os cabelos de todos eles.<sup>825</sup>

---

<sup>822</sup> SOM ampara o menor abandonado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 dez. 1972.

<sup>823</sup> *Ibidem*.

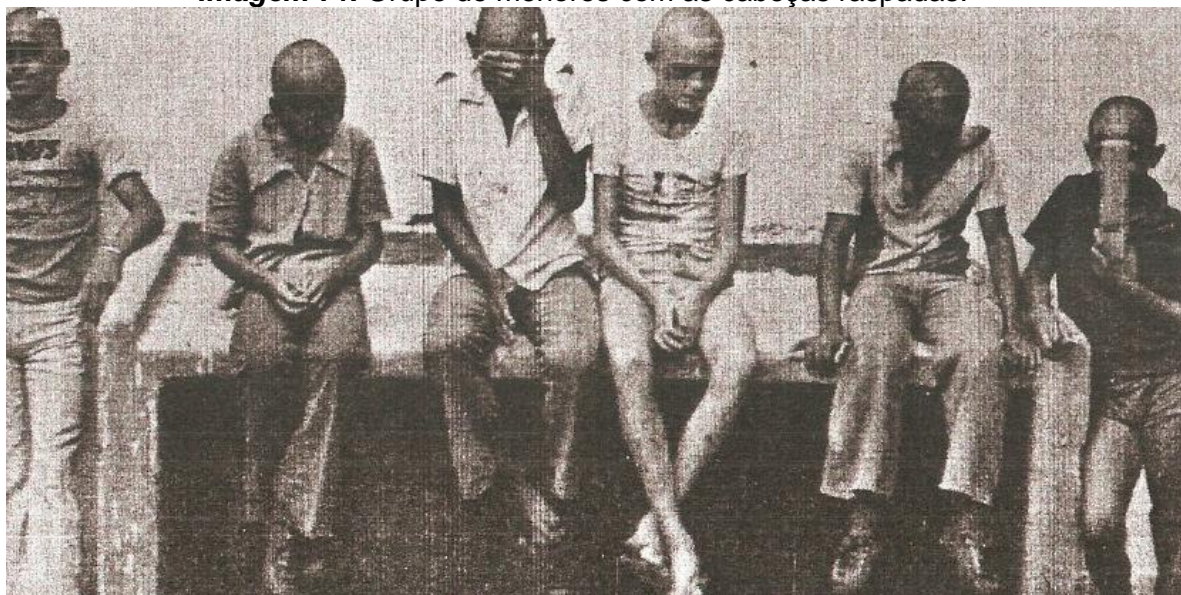
<sup>824</sup> A mendicância infantil prolifera na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 dez. 1970.

<sup>825</sup> Essa ação policial foi reprovada pelas assistentes sociais e pelo CE. Os investigadores do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que funcionava no mesmo prédio da Delegacia de Menores e que estavam “acostumados a tratar com marginais adultos”, também criticaram a ação dos colegas policiais e disseram ao CE que achavam “que estava tudo errado. E que, se a Delegacia de Menores” existia “para isso,” era “bem melhor que fosse fechada.” Essa incrível delegacia de menores. Ontem, risos e gargalhadas no “trote” aos pequenos detidos. *CE*, Campo Grande, p. 5, 18 mar. 1977.

**Imagem 70.** Alguns menores com as cabeças raspadas.<sup>826</sup>



**Imagem 71.** Grupo de menores com as cabeças raspadas.<sup>827</sup>



<sup>826</sup> Essa incrível delegacia de menores. Ontem, risos e gargalhadas no “trote” aos pequenos detidos. *CE*, Campo Grande, p. 5, 18 mar. 1977.

<sup>827</sup> *Ibidem*.

Visando ocupar estes jovens, foram criadas vagas de trabalho em diversas atividades. Os menores trabalharam na limpeza da cidade, sobretudo varrendo as principais vias públicas do centro da cidade e realizando o asseio de áreas externas de algumas instituições, em particular com o corte de grama.<sup>828</sup>

**Imagem 72.** Menores trabalhadores em fila indiana.<sup>829</sup>



Num primeiro momento, cerca de 10 a 15 menores trabalharam de maneira experimental, e sempre acompanhados das trabalhadoras que já varriam as ruas. Depois, esse número chegou aos 20 e pretendia-se ampliá-lo para 40, no entanto, a Prefeitura dispunha de até 100 vagas, já que havia “dificuldades para encontrar as limpadoras, que não” demonstravam “muita vontade de atuar no setor.” A idade mínima para ingressar neste labor, segundo determinou o juiz de Menores Amílcar da Silva, era de 12 anos.<sup>830</sup>

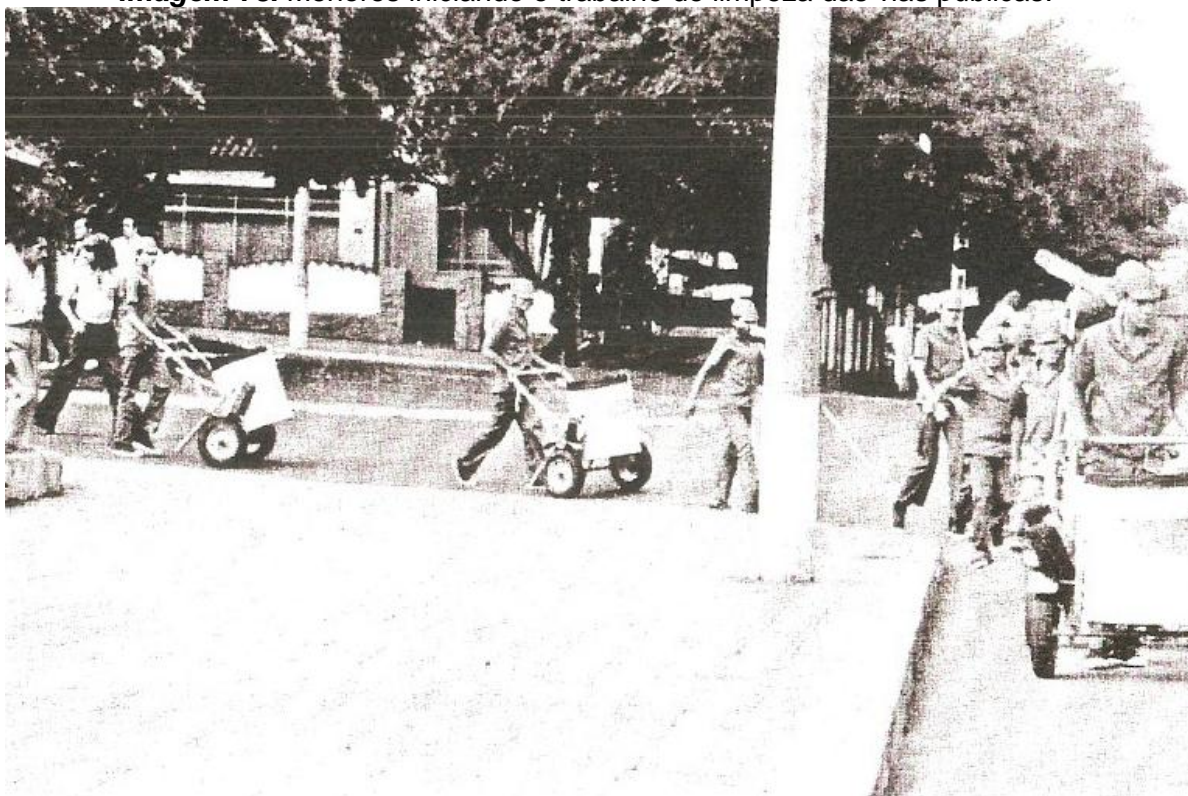
---

<sup>828</sup> Essa idéia surgiu na equipe de engenheiros da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSU) e foi então exposta à delegada Especial de Menores Lourdes Rondon, “que aplaudiu a idéia.” O juiz de Menores Amílcar Silva também “acatou prontamente a idéia dando todo o seu apoio.” Menores poderão trabalhar na limpeza pública. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 maio 1977 e Garis realizam mutirão na Escola 26 de Agosto. *CE*, Campo Grande, p. 5, 8 mar. 1978.

<sup>829</sup> Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977.

<sup>830</sup> Menores poderão trabalhar na limpeza pública. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 maio 1977 e SOSU já vai começar a recrutar menores para setor de limpeza. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28/29 maio 1977.

**Imagem 73.** Menores iniciando o trabalho de limpeza das vias públicas.<sup>831</sup>



Esse outro modo de viver dos menores foi descrito pelo CE como “bastante simpático.” No dia 14 de junho de 1977, trajados com boné, calça, jaleco e tênis conga, todos na cor azul royal, iniciaram o trabalho, em fila indiana e levando as vassouras para limpeza nos ombros, as duas primeiras turmas de garis mirins. Eles varreram uma parte da Avenida Afonso Pena e, depois, também da Rua Pedro Celestino.<sup>832</sup>

Essa ação, segundo noticiou o jornal,

[...] representava, em síntese, a esperança da Prefeitura em conseguir mão-de-obra para o setor e da Delegacia de Menores e do Juizado para encaminhar garotos que viviam pelas ruas, fazendo biscates que garantiam sua sobrevivência e, muitas vezes, trilhando caminhos de marginalidade. O que esperam, Prefeitura, Delegacia e Juizado, é que a população dê aos menores que estão trabalhando para manter a cidade limpa, apoio, ajuda e compreensão, evitando jogar lixo nas ruas e nas calçadas. Se a primeira experiência der certo, mais menores serão contratados e se estará solucionando, em parte,<sup>833</sup> o problema da delinqüência juvenil. Ajudem, é o apelo das autoridades.

<sup>831</sup> Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977.

<sup>832</sup> Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977 e Os garis mirins e femininos animam setor de limpeza. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jun. 1977.

<sup>833</sup> *Ibidem*.

No dia seguinte, 15 de junho de 1977, outras duas turmas de garis mirins iniciaram o trabalho. Eram, ao todo, 26 menores que ingressaram no labor às 09h:30min. Estes atuavam na limpeza do cruzamento das vias públicas Maracaju e Pedro Celestino. Segundo o CE, a atividade consistia basicamente em varrer a via, colocar o lixo nos carrinhos, empurrá-los, além de trocar o invólucro de plástico quando estivesse cheio. Há imagens veiculadas pelo próprio jornal, no entanto, que demonstram que a atenção dos menores não podia ser apenas para o trabalho: eles tinham que prestar atenção também no trânsito, caso contrário, eram colhidos pelos veículos.<sup>834</sup> Em 1978, o poder público municipal tinha 108 garis-mirins atuando no Serviço de Limpeza Urbana (SLU).<sup>835</sup>

**Imagem 74.** Menores limpando as vias públicas em meio ao trânsito da cidade.<sup>836</sup>



<sup>834</sup> Havia também um grupo de menores que trabalhava como vigia de veículos. Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977 e O apoio que o menor abandonado vem recebendo em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 21 out. 1977.

<sup>835</sup> Garis realizam mutirão na Escola 26 de Agosto. *CE*, Campo Grande, p. 5, 8 mar. 1978.

<sup>836</sup> Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977.

Essas ações de trabalho apenas minoraram uma parte do “problema” que os menores causavam ao se fazerem presentes no centro da cidade de Campo Grande. Tendo conhecimento disso, os poderes, sobretudo nos âmbitos estadual e municipal, ajudando e sendo ajudados por muitas instituições, criaram várias outras formas de manter os menores afastados do espaço público das ruas.<sup>837</sup>

No final da década de 1970 surgiram então instituições como o Conselho Municipal para o Bem Estar do Menor (COMUBEM), que atuou principalmente nos bairros que tinham “populações menos favorecidas, que, ou por falta de recursos ou por ignorância, não” tinham “condições de orientar os menores.”<sup>838</sup>

Criou-se, também em 1978, o Clube Agrícola de Campo Grande (CACG), cuja finalidade principal foi a de atender os menores que se encontravam “abandonados pelas ruas, caminhando para a marginalidade e totalmente desamparados.” Essa idéia partiu de Chafic Tomás, da Secretaria de Promoção Social, e contou com “o apoio integral da Delegacia Especial de Menores, da Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, do Conselho Municipal para o Bem Estar do Menor e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.”<sup>839</sup>

O local abrigou, no início, 50 menores do sexo masculino que estavam na faixa etária de 9 a 18 anos. A maioria dos jovens internos tinha problemas com a família e/ou perambulava pelas ruas. Entretanto, havia também os que possuíam um comportamento mais desajustado. Estes, por sua vez, eram encaminhados ao Clube Agrícola pela Delegacia Especial de Menores.<sup>840</sup> No local, a principal atividade era a produção de hortaliças. Depois, com a venda da produção, esperava-se que os menores pudessem sobreviver “com o próprio trabalho.”<sup>841</sup>

---

<sup>837</sup> As contribuições vieram de autoridades civis, militares, universitários, dentre outras instituições e grupos de pessoas. Vale ressaltar que não foram poucas às vezes em que o CE cobrou das autoridades, como no caso dos comissários de menores, uma atuação mais enérgica. Menores continuam explorando a mendicância. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 set. 1970, O comandante da 4ª DC arrima meninos pobres. *CE*, Campo Grande, p. 7, 18 set. 1970, A mendicância infantil continua desafiando. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 out. 1970, O problema é o menor. *CE*, Campo Grande, p. 3, 8 maio 1973, Para onde irão os menores desamparados. *CE*, Campo Grande, p. 2, 29/30 set. 1973, OLIVEIRA, Odilon de. Menor: herdeiro forçado do destino cruel. *CE*, Campo Grande, p. 6, 31 out. 1974, Menor abandonado: problema exige um centro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 15 ago. 1975, Comissários de menores devem ser mais atuantes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 9 jun. 1976 e Juiz e polícia decidem dar combate à marginalidade entre os menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 22/23 jul. 1978.

<sup>838</sup> A hora e a vez do menor? COMUBEM começa a trabalhar 4ª feira. *CE*, Campo Grande, p. 3, 28 fev. 1978.

<sup>839</sup> Menores desamparados. Aprovado projeto para criação do Clube Agrícola de Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 5, 9 mar. 1978.

<sup>840</sup> *Ibidem*.

<sup>841</sup> *Ibidem*.

Além dessas instituições, foram criadas e/ou projetadas algumas outras, bem como planos para minorar o “problema do menor”, a saber: Plano de Emergência de Ação Imediata, FUNABEM, FUBEMAT, Operação SOS, Programa de Desenvolvimento do Menor (PRODEM), SALVE, Centro Social Urbano (CSU), Projeto Kurumin e Clube de Apoio aos Engraxates. Este último contava com 85 pequenos engraxates registrados, fora os que não tinham sido cadastrados pela municipalidade. O CSU, por sua vez, atendia 620 menores. A FUNABEM assistiu cerca 700 famílias e 2 mil menores carentes.<sup>842</sup> Já o Projeto SALVE, ofereceu para aproximadamente 7 mil menores em 1975 e de 14 mil em 1976, em geral todos eles residentes nas áreas mais pobres da cidade, saúde, alimentação, vestuário e educação.<sup>843</sup>

O trabalho de todas essas instituições, no entanto, não logrou o objetivo esperado. No final da década de 1970, o número de “elementos considerados perigosos” era muito expressivo.<sup>844</sup> As autoridades registraram, no primeiro semestre de 1978, mais de 350 ocorrências envolvendo menores.<sup>845</sup> No primeiro quadrimestre deste ano, a Delegacia Especial de Menores de Campo Grande deteve 140 jovens e, destes, mais de 40 deviam ser encaminhados para algum centro de recuperação.<sup>846</sup>

Nesse ambiente, os menores não tinham “permissão para saídas, tanto diurnas como noturnas, até que fosse detectada uma sensível melhora em seu instinto. Os não perigosos,” tinham licença para pernoitar em suas casas, desde que “estas oferecessem condições para abrigar os filhos.”<sup>847</sup>

---

<sup>842</sup> Assistência social está confusa. *CE*, Campo Grande, p. 2, 21 maio 1970, Juiz de Menores cria comissão de estudos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1971, Bem estar do menor. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 out. 1971, Projeto Salve atende 14 mil crianças em 1976. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1976, SDRHU liberará 5,9 milhões para atendimento de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 25 maio 1979, Secretário anuncia implantação da operação SOS em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 11 set. 1979, Promoção Social tem 18 milhões para menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 25 set. 1979. FUNABEM analisa projeto de atendimento ao menor do MS. *CE*, Campo Grande, p. 7, 8 nov. 1979, Menores. Diretor da FUNABEM chega hoje e diz como será o atendimento. *CE*, Campo Grande, p. 3, 26 nov. 1979, Projeto Kurumin: enfim um plano para assistência a menores no MS. *CE*, Campo Grande, p. 3, 28 nov. 1979, Engraxates de Campo Grande contam com clube de apoio. *CE*, Campo Grande, p. 9, 30 nov. 1979 e Cerca de 20 prédios, em terreno da SSCH, abrigarão o “Kurumin”. *CE*, Campo Grande, p. 3, 14 dez. 1979.

<sup>843</sup> As iniciais das palavras saúde, alimentação, vestuário e educação compõem a sigla SALVE. Projeto Salve atende 14 mil crianças em 1976. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1976. Sobre a criação do Projeto SALVE, ver DIAS, Levy. In: BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder (Org.). *Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento (PLANURB), 2006, p. 176.

<sup>844</sup> Campo Grande. A falta de um centro de recuperação de menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 21/22 abr. 1978.

<sup>845</sup> Menores: a cada dia um problema maior. *CE*, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1978.

<sup>846</sup> Em quatro meses, 148 menores foram presos como delinqüentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 abr. 1978.

<sup>847</sup> Campo Grande. A falta de um centro de recuperação de menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 21/22 abr. 1978.

Porém, a cidade ainda não dispunha de uma instituição como essa.<sup>848</sup> Sendo assim, uma parte desses jovens era detida em celas da Delegacia de Menores.<sup>849</sup> Passado um tempo, que variava de algumas horas até vários dias e semanas, eles eram soltos e voltavam a praticar o modo de vida ao qual estavam mais próximos, e então realizavam badernas, furtos, roubos e, inclusive, assassinatos, quase sempre no centro da Cidade Morena, que era a “única”, segundo afirmou o Correio do Estado, que tinha “a perder.”<sup>850</sup>

---

<sup>848</sup> Oficialmente não havia um centro de recuperação que funcionasse como internato. Na prática, o trabalho de parte das instituições existentes na cidade funcionava como tal, pois restringia as ações dos “menores considerados perigosos.”

<sup>849</sup> Tentando eliminar da cidade de Campo Grande a presença dos menores considerados como marginais, a Delegacia de Menores tentou localizar os seus responsáveis na urbe para conscientizá-los da importância de educarem os filhos “dentro de um ambiente de honestidade e de trabalho.” Se não obtivesse êxito na procura, encaminhava-se os jovens para as suas cidades de origem ou para as quais tinham parentes. Assistente social vai cuidar do menor de CG. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 abr. 1976 e Juiz e polícia decidem dar combate à marginalidade entre os menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 22/23 jul. 1978. Essa informação sinaliza que a maior parte dos menores era migrante.

<sup>850</sup> Mendicância: exploração de menores. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 dez. 1973.

## CONCLUSÃO

Apropriada é a afirmação de Michel de Certeau ao indicar que todo texto pode ser finalizado, mas a pesquisa, ao contrário, jamais pode ser concluída, pois não possui fim, assim como a realidade existente no passado e que o historiador procura presentificá-la por meio do texto histórico.<sup>851</sup> Uma mesma documentação possibilita também vários caminhos de pesquisa e, portanto, alicerça a construção de inúmeras histórias, de muitas formas de reconstituir o passado. Ao estudar a cidade de Campo Grande, e mais detidamente as pessoas que viviam e agiam nos espaços públicos e privados da urbe, constatei que essa afirmação é válida no trabalho do historiador.

Por meio do cotejamento de vários tipos de fontes foi possível mostrar que o surgimento da cidade, o seu progresso, não foi uma tarefa exclusiva das famílias pioneiras, embora os memorialistas tenham afirmado isso com certa força em seus textos. O pioneirismo só pôde ser atribuído a determinadas famílias pelo fato de determinados textos memorialistas terem mencionado apenas o trabalho dos integrantes das famílias pioneiras. Nada fora do que se deve esperar de um tipo de escrito como este, ou seja, um escrito altamente político e comprometido com grupos sociais e valores específicos.

Há que se considerar que estes escritos são politicamente comprometidos com a edificação de uma ucronia histórica, como afirmou Fernand Braudel.<sup>852</sup> Os memorialistas, em várias situações, brincaram de escrever a história. Sendo assim, a sua validade foi a de enaltecer a presença de algumas famílias e, por tabela, desmerecer a existência de outras tantas, por vezes perdidas no passado, já que não há documentação que possa reabilitar as suas culturas no presente. Somente numa análise a contrapelo, como sugeriu Walter Benjamin, foi possível constatar que tais outras culturas existiram e ajudaram a materializar a cidade de Campo Grande no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX.<sup>853</sup>

---

<sup>851</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 94.

<sup>852</sup> BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 334.

<sup>853</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 157.

A documentação consultada sinaliza, ela própria, que os projetos e a forma de pensar dos grupos dominantes, ou da burguesia local da cidade de Campo Grande, não foi a mesma em todos os momentos. Havia pontos de conflito entre os grupos que integravam a elite cidadina. Mesmo assim, é perfeitamente possível afirmar, sempre com base na documentação, que esta elite primou pela defesa do espaço público da urbe em inúmeras ocasiões, mesmo sabendo que havia grupos, dentro da própria elite cidadina, que não defendiam e nem praticavam tal progresso com tanta intensidade. A elite cidadina defendeu projetos de pudessem efetivar um progresso material e estético sobre o espaço da cidade, tornando-a então um território moderno e civilizado.

Materializar tais projetos implicou em tentar eliminar sumariamente tudo que não fosse moderno ou civilizado, passando desde a destruição e o remodelamento de ambientes naturais até o controle do cotidiano das pessoas comuns que trabalhavam ou viviam na cidade de Campo Grande, em especial nas décadas de 1960-70. Para tanto, utilizou-se o aparato institucional dos poderes públicos, em suas mais variadas esferas. Sem dúvida as instituições públicas contribuíram para a materialização dos projetos da elite, no entanto, nem sempre foi possível edificá-los a contento, pois entre o projetado e o realizado houve, sempre, grandes percalços e alterações. Quando não foi possível realizar os projetos, a própria elite atuou na defesa da sua “visão do mundo social”, ou seja, da sua cultura, dos seus valores, valendo-se, para tanto, sobremaneira de um recurso: a imprensa.<sup>854</sup>

Foi por meio das páginas de periódicos campo-grandenses, em particular do impresso Correio do Estado, que os projetos de modernização e de civilidade ganharam forma no cotidiano da urbe. A imprensa fez com que alguns projetos surgissem e outros desaparecessem. Considerar essa idéia como procedente significa afirmar, portanto, que ela, literalmente, criou determinadas situações para concretizá-los e que em outras inviabilizou este surgimento. Nesse sentido, todos os projetos da elite, sejam os veiculados em textos memorialistas ou em textos jornalísticos, possuem uma finalidade política já posta na sua origem. São todos politicamente tendenciosos por natureza, mesmo não sendo materializados na concretude social e histórica, pois defendem valores de um determinado grupo social, que é a elite da região e, em específico, da cidade de Campo Grande.

---

<sup>854</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113.

Os projetos do Correio do Estado nem sempre encontraram apoio em todos os grupos da elite pelo simples fato de que a efetivação de alguns destes valores, ditos modernos e civilizados, implicaram na destruição de outros projetos e valores de mundo desta mesma elite. Edificar projetos modernos e civilizados para os espaços públicos e privados da cidade de Campo Grande significou, inevitavelmente, reordenar os territórios de atuação das próprias elites locais. Isso, por vezes, não foi benquisto. Mesmo assim, os projetos foram empreendidos e o impresso não se negou em realizar a tarefa de noticiar e, mais do que isso, de renoticiar, acrescentando, retirando ou reformulando idéias, que foram veiculadas durante semanas, meses, anos e até mesmo décadas. Essa persistência se fazia necessária até o momento em que os valores dos projetos se solidificavam na sociedade.

Em como saber da efetiva solidificação? Quando uma realidade, antes indiferente ou combatida por grupos da elite campo-grandense ou regional, passava a ser defendida por estes sujeitos, incluindo os órgãos políticos e demais instituições, e pela população em geral, sendo que antes havia grupos que combatiam tal realidade. As campanhas, ou os projetos, que externaram a cidade de Campo Grande como sendo a “maior cidade de Mato Grosso”, como a “metrópole que mais crescia no Oeste do Brasil”, “como a urbe que mais arrecadava impostos no Estado” ou como uma “cidade civilizada” dão uma dimensão dos anseios dessas práticas. Jamais da sua materialização.

Por outro lado, o mesmo periódico, que enaltecia o progresso e a civilização de Campo Grande, acabou por mostrar, infindáveis vezes, que a cidade não possuía apenas esta configuração. O ato não era proposital, mas se fez necessário para orientar a população e alguns setores da elite que insistiam em materializar ações que denegriam a imagem da Cidade Morena, urbe que, dentre tantos outros intuitos, também se projetava para ocupar o posto de capital política e administrativa de uma nova Unidade Federativa do Brasil, que era o Estado de Mato Grosso do Sul. E assim, ao questionar o que se dizia ser incivilizado, o Correio do Estado mostrou também que a urbe possuía territórios que a civilização e o progresso caracterizavam como espaços sujos, malsãos, deteriorados, fétidos e animais. Foi sobre estes locais que houve grande e intensa atuação do impresso.

Embora as campanhas em prol da construção de uma cidade ordeira tenham atuado tanto nos setores naturais como nos humanos, foi no campo das práticas humanas que os projetos do Correio do Estado mais tentaram interferir. Com uma constante migração de sujeitos para a zona urbana de Campo Grande, sobretudo de pessoas provenientes de áreas rurais, a urbe passou a ter, em especial ao longo das décadas de 1960 e 70, milhares de outros moradores, em geral não enquadrados nos moldes desejáveis. O êxodo rural aumentou significativamente a densidade demográfica e, mais do que isso, intensificou as áreas empobrecidas pela urbe, tanto na região central como nos locais mais afastados do centro urbano.

Esses sujeitos, não enquadrados nos moldes desejáveis, somados aos que já habitavam a região, e não exclusivamente a urbe, constituíam o chamado povo comum da cidade de Campo Grande. De acordo com as matérias publicadas no Correio do Estado, alguns deles tinham um cotidiano imoral, como as prostitutas. Havia também os que, ao trabalharem, causavam malefícios à sociedade, que era o caso dos leiteiros ambulantes. Outros sujeitos denegriam visualmente a cidade, em particular algumas centenas de crianças e de adolescentes, sós ou com seus familiares ou conhecidos, que viviam literalmente no espaço público da cidade. As ações destas pessoas comuns, além de outras práticas, passaram a constituir gravíssimo problema para o ideal de cidade moderna e civilizada que o periódico defendia e lutava efetivamente para a sua manutenção.

Ao descrever cenas do cotidiano das prostitutas, dos leiteiros ambulantes e das crianças e dos adolescentes, e não menos da cidade de Campo Grande, o impresso relatou aspectos da vida dessas pessoas comuns, o que elas faziam, quais embates travaram, quais lutas venceram, quais perderam, enfim, analisando essa documentação visualizou-se fragmentos das culturas deste povo comum. Contudo, a documentação analisada não possibilitou, em sua mais apropriada lapidação, apenas isso. O que se pôde visualizar com mais clareza e distinção não foi o modo de viver do povo comum, mas sim o modo de viver da elite, mais especificamente o pensar de um grupo da elite local sobre as pessoas comuns que se faziam presentes no espaço público da urbe da qual ela, a elite, se mostrava, seja em obras memorialistas ou em textos jornalísticos, como efetiva pioneira na construção deste espaço, que era a cidade de Campo Grande.

Na medida em que a zona urbana, e em particular o centro comercial da cidade, passou a ter forte presença do povo comum territorializando as vias públicas e alguns espaços privados, a elite começou a defender o seu território das ações empreendidas por estes sujeitos. É nesse momento que se consegue observar parte dos interesses de alguns setores da sociedade local, pois ao adjetivar e rotular o povo comum como sendo determinada coisa, esta mesma ação acabou por demonstrar quais valores estes mesmos grupos defendiam para a sociedade e para as pessoas que nela estavam, ou que viessem a integrá-la, e não necessariamente que o viver do povo comum era desta ou daquela forma.

Como os sujeitos do povo comum não se enquadravam nos parâmetros almejados, passou-se a repreender, de variadas formas, as suas ações, ou seja, o seu modo de vida, o seu cotidiano, sobretudo julgando-o moralmente ou criminalizando-o. Numa análise a contrapelo, constatou-se isso tanto nas obras memorialistas como nas matérias jornalísticas, já que ambas são “documento de cultura” e, ao mesmo tempo, também “documento da barbárie.”<sup>855</sup>

---

<sup>855</sup> BENJAMIN, op. cit., 1985, p. 157.

## REFERÊNCIAS

### I – Fontes

#### 1) Artigos do Arquivo do Jornal Correio do Estado (AJCE)

##### a) Artigos assinados

LATICÍNIOS CAMPO GRANDE. A pedido – Venda de leite cru causa preocupação ao Laticínios Campo Grande S/A. *CE*, Campo Grande, p. 7, 9 jan. 1971.

OLIVEIRA, Odilon de. Menor: herdeiro forçado do destino cruel. *CE*, Campo Grande, p. 6, 31 out. 1974.

##### b) Artigos não assinados

200 mil para desempregados que aportam em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 ago. 1975.

A cidade e o policiamento. *CE*, Campo Grande, p. 2, 31 maio 1961.

A cidade quer silêncio noturno! *CE*, Campo Grande, p. 5, 27 dez. 1961.

A Favela do Segredo... *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 ago. 1975.

A Favela do Segredo... *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 abr. 1976.

A hora e a vez do menor? COMUBEM começa a trabalhar 4ª feira. *CE*, Campo Grande, p. 3, 28 fev. 1978.

A mendicância em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 nov. 1972.

A mendicância infantil continua desafiando. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 out. 1970.

A mendicância infantil prolifera na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 dez. 1970.

A Noroeste precisa cuidar... *CE*, Campo Grande, p. 4, 25 jan. 1971.

A polícia não tem praças para patrulhar a cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 jun. 1967

A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1966.

A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1966.

A população clama por higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 nov. 1966.

À primeira vista... *CE*, Campo Grande, p. 1, 2/3 dez. 1972.

Abusos de menores, à noite, no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 9, 16 jan. 1971.

Água suja e fétida na Avenida Bandeirantes. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 set. 1973.

Animais ameaçam a segurança pública. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 jan. 1971.

Animais mortos apodrecem no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 jan. 1971.

Animais soltos nas ruas. *CE*, Campo Grande, p. 8, 25 fev. 1969.

Apreensão de cães vadios nas vilas e bairros. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1968.

Arborização é necessária mas está errada. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 maio 1968.

As calçadas da prefeitura. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19/20 maio. 1973.

As obras do... *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1972.

Assistência social. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1970.

Assistência social está confusa. *CE*, Campo Grande, p. 2, 21 maio 1970.

Assistente social vai cuidar do menor de CG. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 abr. 1976.

Atentado à Saúde Pública e concorrência desleal. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 set. 1970.

“Avacalharam” o serviço de distribuição de leite. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 jun. 1970.

Bares e restaurantes da cidade precisam de mais higiene. *CE*, Campo Grande, p. 7, 29 set. 1971.

Barracas e quiosques imundos desafiam a Secretaria de Saúde. *CE*, Campo Grande, p. 7, 17 jan. 1977.

Bem estar do menor. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 out. 1971.

Bem-vindo, sujismundo! *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1974.

Calçadas e muros. *CE*, Campo Grande, p. 2, 08 maio. 1971.

Campanha de desarmamento. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1962.

Campo Grande. A falta de um centro de recuperação de menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 21/22 abr. 1978.

Campo Grande: cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 maio 1966.

Campo Grande: cidade sem higiene! *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1966.

Campo Grande, cidade suja. *CE*, Campo Grande, p. 2, 01 mar. 1968.

Campo Grande: o leite mais caro do Brasil? *CE*, Campo Grande, p. 1, 18 jun. 1966.

Campo Grande precisa de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

Cerca de 20 prédios, em terreno da SSCH, abrigarão o “Kurumin”. *CE*, Campo Grande, p. 3, 14 dez. 1979.

Cerca de 30... *CE*, Campo Grande, p. 1, 7 jan. 1972.

Chantagem na Rua Nicolau Fragelli. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 set. 1967.

Chuva apavorou o prefeito. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 jan. 1969.

Cidade desumana. *CE*, Campo Grande, p. 10, 9/10 mar. 1974.

Cidade sem higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 mar. 1967.

Com pouca chuva voltou a encher. *CE*, Campo Grande, p. 1, 16 abr. 1974.

Combate à corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

Comercialização do leite. *CE*, Campo Grande, p. 12 out. 1972.

Comissários de menores devem ser mais atuantes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 9 jun. 1976.

Congresso em Corumbá: magnífica vitória da tese divisionista: sim: 45 – não: 11. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 out. 1963.

Construção de muros e calçadas: humanização para pedestres. *CE*, Campo Grande, p. 3, 01 fev. 1979.

Corrupção de menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 23 mar. 1973.

Criação de porcos na zona urbana. *CE*, Campo Grande, p. 7, 19 jun. 1968.

Criação de porcos na zona urbana. *CE*, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1968.

Criação de porcos no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 nov. 1972.

Criação de porcos transforma a cidade em pocilga. *CE*, Campo Grande, p. 6, 16 set. 1968.

“Crianças de aluguel”, nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE*, Campo Grande, p. 5, 11/12 ago. 1979.

“Criando porcos na cidade”. *CE*, Campo Grande, p. 6, 24/25 out. 1966.

Crise de leite. *CE*, Campo Grande, p. 2, 05/06 maio. 1973.

Cuide bem da aparência do seu lote. *CE*, Campo Grande, p. 3, 23 jun. 1977.

Curador de menores acusa a polícia: violência e sadismo. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 jun. 1967.

Decreto-Lei proíbe venda de leite e vai ser regulamentado. *CE*, Campo Grande, p. 1, 14 out. 1969.

Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 out. 1971.

Diário vespertino de... *CE*, Campo Grande, p. 1, 03 out. 1970.

É puro o leite que consumimos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 ago. 1969.

Em breve será uma realidade o Laticínios Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 5, 28 maio 1966.

Em quatro meses, 148 menores foram presos como delinqüentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 abr. 1978.

Empresa Correio do Estado Ltda. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1971.

Empresa Correio do Estado Ltda. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 maio 1977.

Enchente: problema n. 1. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 jan. 1969.

Engraxates criam caso: Juizado de Menores. *CE*, Campo Grande, p. 4, 10 abr. 1967.

Engraxates de Campo Grande contam com clube de apoio. *CE*, Campo Grande, p. 9, 30 nov. 1979.

Engraxates insolentes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 mar. 1974.

Engraxates pintam e bordam. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jul. 1971.

Entrega de pães: falta absoluta de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 set. 1963.

Espancamentos policiais. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 mar. 1971.

Essa incrível delegacia de menores. Ontem, risos e gargalhadas no “trote” aos pequenos detidos. *CE*, Campo Grande, p. 5, 18 mar. 1977.

Está Campo Grande entre 50 municípios de maior arrecadação no país. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 dez. 1960.

Esta é uma... *CE*, Campo Grande, p. 10, 21 jun. 1972.

Esta indústria está sendo prejudicada. *CE*, Campo Grande, p. 1 e 6, 10 mar. 1972.

Estado e Prefeitura em campanha sanitária. *CE*, Campo Grande, p. 5, 13 jul. 1967.

Exigências legais para a limpeza de terrenos baldios. *CE*, Campo Grande, p. 2, 06/07 abr. 1974.

Falando de calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 4, 24 maio. 1963.

Falta de transportes dificulta a ação da polícia. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 jul. 1966.

Famílias pedem o fechamento do “Recanto Musical”. *CE*, Campo Grande, p. 8, 20 jul. 1968.

Favela do Segredo vai desaparecer. É a primeira que cai pelo progresso. *CE*, Campo Grande, p. 3, 13 abr. 1976.

Fedentina volta a imperar na região dos quartéis. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 jan. 1967.

Feiras livres, na falta de higiene, a falha maior. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio. 1976.

Feitosa, um problema. *CE*, Campo Grande, p. 6, 24/25 dez. 1979.

Fernando e a Usina do Mimoso. *CE*, Campo Grande, p. 3, 30 mar. 1960.

Fiscalização mais rígida para mascates e ambulantes. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 nov. 1971.

FUNABEM analisa projeto de atendimento ao menor do MS. *CE*, Campo Grande, p. 7, 8 nov. 1979.

Gado descobre o Lago. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 fev. 1971.

Garis realizam mutirão na Escola 26 de Agosto. *CE*, Campo Grande, p. 5, 8 mar. 1978.

Grande serviço à coletividade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 abr. 1969.

Higiene: Associação Médica coloca-se à disposição das autoridades sanitárias. *CE*, Campo Grande, p. 1, 29 nov. 1966.

Higiene: caldo de cana, refrescos... *CE*, Campo Grande, p. 6, 31 dez. 1966.

Higiene é bom para a saúde. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 dez. 1970.

Higiene em bares e restaurantes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 10 jun. 1970.

Impressões de uma visita a Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 41, 26 ago. 1966.

Incoerência da polícia. *CE*, Campo Grande, p. 2, 10 abr. 1969.

“Invernada” na 26 de agosto. *CE*, Campo Grande, p. 1, 4 fev. 1971.

Isto é uma rua central! *CE*, Campo Grande, p. 9, 24 jan. 1974.

Juiz de Menores cria comissão de estudos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1971.

Juiz de Menores: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 20 maio 1967.

Juiz e polícia decidem dar combate à marginalidade entre os menores. *CE*, Campo Grande, p. 2, 22/23 jul. 1978.

Juiz reprime a mendicância de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 20 mar. 1970.

Juiz toma medidas de proteção ao menor. *CE*, Campo Grande, p. 2, 20 ago. 1970.

Juizado de menores: fiscalização de clubes e sociedades. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22 set. 1970.

Laticínios Campo Grande S.A. *CE*, Campo Grande, p. 5, 12 fev. 1965.

Leite com água, leiteiro autuado. *CE*, Campo Grande, p. 6, 16 mar. 1963.

Leite: fiscalização. *CE*, Campo Grande, p. 3, 19 dez. 1969.

Leite pasteurizado tem decreto. *CE*, Campo Grande, p. 1, 31 jul. 1969.

Leite x água! *CE*, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1964.

Limpeza nos matagais, um exemplo a ser seguido. *CE*, Campo Grande, p. 2, 25 maio. 1977.

Lixo e lixeira. *CE*, Campo Grande, p. 5, 22 jul. 1963.

Lixo e recipiente. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1964.

Lixo nas calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 2, 03/04 mar. 1973.

Lixo no canal da Rua Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 1, 24 jun. 1966.

Matadouros clandestinos. *CE*, Campo Grande, p. 3, 3 ago. 1967.

Matagal cerca o Grupo Escolar “Bernardo Franco Baís”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972.

Matagal começa a tomar conta em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 7, 25 jan. 1978.

Matagal nas ruas oculta tarados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 25 fev. 1972.

Matagal toma conta da Avenida Mato Grosso. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 jan. 1963.

Matagal toma conta da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 6, 23 jan. 1971.

Matança de porcos na Vila Rosa. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jun. 1967.

Mendicância de menores aumenta na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 set. 1969.

Mendicância: exploração de menores. *CE*, Campo Grande, p. 1, 5 dez. 1973.

Mendicância impera em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 maio 1976.

Mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 2, 26 nov. 1968.

Mendicância infantil chega a ser impertinente. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jul. 1971.

Mendicância infantil é “bossa”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 maio 1970.

Mendicância infantil: mal que cresce na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 mar. 1970.

Mendicância infantil precisa acabar. *CE*, Campo Grande, p. 2, 27 jul. 1970.

Mendicância infantil volta com insistência. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jul. 1971.

Mendigo morreu sentado. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 dez. 1973.

Mendigos mirins. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 mar. 1962.

Menor abandonado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 2 mar. 1973.

Menor abandonado: de quem é o problema? *CE*, Campo Grande, p. 2, 3/4 mar. 1973.

Menor abandonado: problema exige um centro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 15 ago. 1975.

Menor: ao invés da verba, notícia do centro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 9 out. 1975.

Menores: a cada dia um problema maior. *CE*, Campo Grande, p. 1, 11 jul. 1978.

Menores abandonados nas calçadas. *CE*, Campo Grande, p. 3, 9 fev. 1978.

Menores “arrastam” veículo do CE. *CE*, Campo Grande, p. 2, 4 out. 1974.

Menores continuam explorando a mendicância. *CE*, Campo Grande, p. 2, 12 set. 1970.

Menores desamparados. Aprovado projeto para criação do Clube Agrícola de Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 5, 9 mar. 1978.

Menores. Diretor da FUNABEM chega hoje e diz como será o atendimento. *CE*, Campo Grande, p. 3, 26 nov. 1979.

Menores mendigando. *CE*, Campo Grande, p. 7, 30 nov. 1963.

Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24 fev. 1969.

Menores pedintes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 mar. 1969.

Menores poderão trabalhar na limpeza pública. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 maio 1977.

Migração, um problema para a capital. *CE*, Campo Grande, p. 6, 25/26 ago. 1979.

Migrantes voltam a preocupar. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 jul. 1972.

“Molhadores” de rua. *CE*, Campo Grande, p. 5, 17 fev. 1962.

Movimento contra saneamento da Rua Nicolau Fragelli. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 jul. 1967.

Mundo cão: como se desenvolve a “Operação Caça-Totó”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 30 jan. 1968.

Na última laje o Hotel Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 18 jun. 1968.

Não se sabe... *CE*, Campo Grande, p. 1, 8 fev. 1973.

No terreno baldio, um incômodo aos moradores. *CE*, Campo Grande, p. 10, 22 out. 1974.

Notas policiais – gatas em cana. *CE*, Campo Grande, p. 8, 2 jan. 1971.

Nova limpeza no canal da R. Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 5, 28 set. 1967.

Novas agências bancárias. *CE*, Campo Grande, p. 1 e 4, 16 fev. 1960.

Novo “arrastão” da polícia leva até loucos e mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 3, 15 jul. 1977.

O apoio que o menor abandonado vem recebendo em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 21 out. 1977.

O comandante da 4ª DC arrima meninos pobres. *CE*, Campo Grande, p. 7, 18 set. 1970.

O comércio campo-grandense... *CE*, Campo Grande, p. 1, 3 out. 1970.

O gato que ri. *CE*, Campo Grande, p. 2, 3 ago. 1968.

O leite. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1969.

O povo está consumindo leite ordinário. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 jun. 1967.

O problema é o menor. *CE*, Campo Grande, p. 3, 8 maio 1973.

O problema permanece: mendicância infantil. *CE*, Campo Grande, p. 1, 16 set. 1970.

O “rio” Maracaju volta a correr. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 out. 1971.

O rumuroso caso do “Recanto Musical”. *CE*, Campo Grande, p. 4, 25 jul. 1968.

O secretário da Saúde e a “guerra do leite”. *CE*, Campo Grande, p. 2, 7 mar. 1972.

O tapume da sujeita persiste. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19/20 maio. 1973.

Ontem de manhã... *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 mar. 1972.

Operação desarmamento. *CE*, Campo Grande, p. 2, 9 mar. 1964.

Os dias passam... *CE*, Campo Grande, p. 1, 15 fev. 1973.

Os garis mirins e femininos animam setor de limpeza. *CE*, Campo Grande, p. 2, 16 jun. 1977.

Os menores entram na limpeza pública. Ontem começou a experiência da qual se espera bons resultados. *CE*, Campo Grande, p. 7, 15 jun. 1977.

Os migrantes, agora, vieram do Paraná. *CE*, Campo Grande, p. 10, 7 nov. 1974.

Os migrantes pela rua. *CE*, Campo Grande, p. 1, 6/7 set. 1972.

Os pivetes. *CE*, Campo Grande, p. 2, 15 set. 1972.

Palavrões indecorosos no Cine Alhambra. *CE*, Campo Grande, p. 7, 26 set. 1967.

Para onde irão os menores desamparados. *CE*, Campo Grande, p. 2, 29/30 set. 1973.

Para uns, é lixo; para outros alimento. A difícil luta do pobre para sobreviver. *CE*, Campo Grande, p. 3, 15 dez. 1976.

Pé humano atirado no lixo. *CE*, Campo Grande, p. 10, 23/24 mar. 1974.

Pedra fundamental do Condomínio “Edifício Terruta” será lançada hoje: crescendo com Campo Grande, progredindo com Mato Grosso! *CE*, Campo Grande, p. 4, 08 out. 1966.

Pernilongo é mato em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 3, 06 set. 1967.

Polícia: confusão generalizada. *CE*, Campo Grande, p. 4, 28 jul. 1967.

Polícia contra indefesas mulheres. *CE*, Campo Grande, p. 6, 28 set. 1967.

Povo está sendo roubado. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 nov. 1963.

Prefeitura: fim ao “Mercado Persa”. *CE*, Campo Grande, p. 1, 19 abr. 1963.

Prefeitura: urge acabar com os quiosques. *CE*, Campo Grande, p. 1, 2 fev. 1967.

Presidente da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro. *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 mar. 1972.

Problema de menores: um abandono total. *CE*, Campo Grande, p. 2, 18 fev. 1975.

PRODOESTE: foi dada a largada. *CE*, Campo Grande, p. 1, 22/23 jan. 1972.

Projeto Kurumin: enfim um plano para assistência a menores no MS. *CE*, Campo Grande, p. 3, 28 nov. 1979.

Projeto Salve atende 14 mil crianças em 1976. *CE*, Campo Grande, p. 2, 14 abr. 1976.

Promoção Social tem 18 milhões para menores. *CE*, Campo Grande, p. 9, 25 set. 1979.

Promoção Social transformou CG em paraíso de mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 2, 20 dez. 1972.

Proprietários e moradores do Amambai contra cenas degradantes da Rua Cel. Ponce. *CE*, Campo Grande, p. 4, 27 abr. 1963.

Psicodélicos em ação: Rua Maracaju virou inferno. *CE*, Campo Grande, p. 1, 28 out. 1969.

Qual o destino deles? *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jul. 1973.

Questões de higiene. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 ago. 1971.

Recipientes de lixo. *CE*, Campo Grande, p. 2, 03/04 nov. 1973.

Recuperação de menores delinquentes: um problema social da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1967.

“Repartir o pão:” o sábado na Padaria Espanhola. *CE*, Campo Grande, p. 2, 24/25 dez. 1975.

Rua 26 de Agosto tomada pelo matagal. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28 fev. 1970.

Rua Maracaju: enchentes em reprise. *CE*, Campo Grande, p. 8, 10 jan. 1970.

Sargentos da polícia exploram “escravas brancas”. *CE*, Campo Grande, p. 6, 22 jun. 1967.

Saúde acabou com a “feirinha da sujeira”. *CE*, Campo Grande, p. 5, 20 jan. 1977.

SDRHU liberará 5,9 milhões para atendimento de menores. *CE*, Campo Grande, p. 3, 25 maio 1979.

Secretário anuncia implantação da operação SOS em Campo Grande. *CE*, Campo Grande, p. 2, 11 set. 1979.

Será que compensa? *CE*, Campo Grande, p. 5, 30 out. 1970.

Sete famílias vivem na velha casa abandonada. *CE*, Campo Grande, p. 2, 9 out. 1974.

Só 15% da área de Campo Grande é servida por redes de esgoto. *CE*, Campo Grande, p. 7, 22 nov. 1977.

Só leite pasteurizado pode ser consumido pelo público. *CE*, Campo Grande, p. 1, 23 fev. 1972.

Sob as árvores, os mendigos. *CE*, Campo Grande, p. 8, 19 set. 1975.

SOM ampara o menor abandonado. *CE*, Campo Grande, p. 2, 13 dez. 1972.

Somente leite pasteurizado pode ser fornecido à população. *CE*, Campo Grande, p. 1, 13 out. 1969.

SOSU já vai começar a recrutar menores para setor de limpeza. *CE*, Campo Grande, p. 2, 28/29 maio 1977.

SUNAB condena falta de higiene na cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 19 maio 1969.

Tempestade gerou calamidade no centro da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 1, 21 jan. 1969.

Temporal causa enchente e arrasa a Rua Maracaju. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 fev. 1970.

Tida como certa a divisão de Mato Grosso em dois Estados. *CE*, Campo Grande, p. 1, 1 nov. 1963.

Trabalhando, mas, ilegalmente. *CE*, Campo Grande, p. 1, 9 maio 1973.

Um dia é da vaca, outro do cavalo. *CE*, Campo Grande, p. 1, 18 ago. 1971.

Um problema da cidade. *CE*, Campo Grande, p. 2, 22 jul. 1974.

Uma cidade sem esgotos. *CE*, Campo Grande, p. 1, 12 maio. 1969.

V. Aeroporto: limpam o poço morto e atiraram detritos na via pública. *CE*, Campo Grande, p. 1, 06 fev. 1963.

Vamos limpar a cidade? *CE*, Campo Grande, p. 1, 17 jan. 1963.

Venda de leite “in natura” é ilegal. *CE*, Campo Grande, p. 1, 8 mar. 1972.

## **2) Artigos de outros periódicos**

Mundana encabeçava bando de pivetes. *A Luta Matogrossense*, Campo Grande, p. 1, 12 fev. 1972.

Trottoir das mariposas no centro da cidade. *A Luta Matogrossense*, Campo Grande, p. 1, 13 jan. 1972.

## **3) Dados censitários**

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas geográfico escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: Estado de Mato Grosso – 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico: Estado de Mato Grosso – 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico – Estado de Mato Grosso do Sul*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Série Regional, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 35.

\_\_\_\_\_; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

## **4) Documentos e Leis municipais, estaduais e federais**

BRASIL (União). *Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n. 311, de 02 de março de 1938*. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n. 923, de 10 de outubro de 1969*. *CE*, Campo Grande, 9 mar. 1972.

BRASIL (União). *Regulamento da Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Industrial. Decreto 1.255, de 25 de junho de 1962.*

CAMPO GRANDE (Município). 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande (30.01.1905). Campo Grande: Paço da Camara Municipal da Villa de Campo Grande, 1905. In: ARCA: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande, ARCA, n. 5, s/p., out. 1995.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Decreto-lei n. 25, de 24 de março de 1938.* Torna obrigatória a construção de muros e passeios.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 301, de 09 de fevereiro de 1953.* Estabelece subvenções e auxílios às Instituições de Caridade.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 663, de 30 de dezembro de 1959.* Estabelece a estrutura e define as atribuições dos órgãos administrativos da Prefeitura Municipal de Campo Grande e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.096, de 04 de dezembro de 1967.* Institui o Código de Polícia Administrativa do Município.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Lei n. 1.466, de 26 de outubro de 1973.* Institui o Código Tributário do Município.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 25, de 14 de dezembro de 1920.* Concede benefício à empresa ou indivíduo que construir no centro da cidade.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 31, de 12 de janeiro de 1921.* Autoriza a realização de serviços nas ruas que menciona.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 43, de 27 de abril de 1921.* Estabelece o Código de Posturas do Município.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 71, de 12 de junho de 1913.* Abre concorrência pública para o estabelecimento, uso e gozo do serviço de luz e energia elétrica dentro do Patrimônio Municipal.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Intendência Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 87, de 09 jan. 1924.* Autoriza o poder executivo a regulamentar o serviço de distribuição de carne e leite.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 166, de 24 de outubro de 1927.* Autoriza o intendente geral a execução de construção de calçadas.

\_\_\_\_\_. Poder executivo. Prefeitura Municipal de Campo Grande. *Resolução n. 207, de 16 de maio de 1929.* Fica criada a obrigatoriedade da construção de fossa pública nos prédios da zona urbana.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Campo Grande – Secção Oficial – O Município em 1933. In: *Folha da Serra.* Revista Mensal Ilustrada, Campo Grande, ano II, n. 23, p. s/p., ago. 1933.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande.* Campo Grande: PLANURB, 1988, s/p.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979.* Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

## 5) Álbuns, artigos, livros, mapas e textos

1º ÁLBUM MARECHAL RONDON. Campo Grande: Marechal Rondon, 1971.

ALMEIDA, Fernando F. M. de. Serra de Maracajú – a paisagem e o homem. *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., ano IV, n. 5, p. 60-78, nov. 1944.

- ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003.
- AMARAL, Luiz. *A mais linda viagem: um "raid" de vinte mil kilometros pelo interior brasileiro*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927.
- ANDRADE, Arlindo de. A maior cidade. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 40, p. 30-31, ago. 1936.
- \_\_\_\_\_. *Erros da federação*. São Paulo: [s.n.], 1934.
- ARCA: Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande – MS. Campo Grande, ARCA, n. 4, dez. 1993.
- AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. (Orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914.
- BARBOSA, Emílio Garcia. *Esbôço histórico e divagações sôbre Campo Grande*. Campo Grande: Pindorama, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande: Correio do Estado, 1961.
- BECK, Mario Lima. *Nova querencia*. Chronica das emigrações riograndenses para Matto Grosso. Porto Alegre: Selbach, 1935.
- CAMPO GRANDE. Uma cidade na rota do progresso. *Cadernos de turismo*. "Série Riqueza e Progresso", Diretora Herondina Aquino de Figueiredo, Rio de Janeiro: Terra e Gente, n. 1, v. 5, 1962.
- CAMPO GRANDE, CIDADE GIGANTE MODERNIZADA. *Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, p. 99, ago. 1936.
- CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1955.
- CAMPOS, Peri Alves. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939.
- \_\_\_\_\_. Do 1º. rancho à locomotiva 44: achegas para a história de Campo-Grande. In: \_\_\_\_\_. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 1-8.
- CIDADE, F. de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano V, n. 2, p. 173-194, abr./jun. 1943.
- CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O Município de Campo Grande*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1920.
- \_\_\_\_\_. Primórdios de Campo Grande. *Revista Brasil-Oeste*, São Paulo, ano 2, n. 14, p. 45-47, jun. 1957.
- CONTAR, Edson Carlos. Tipos diferentes. In: \_\_\_\_\_. *Das margens do Prosa ao bar do Zé*. Campo Grande: FUNCESP, 2002, p. 133-135.
- CORRÊA, Francisco de Aquino. *Terra natal*. 2. ed. Niterói: Escola Typ. Salesiana, 1922.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1939.
- DEFFONTAINES, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de. Paisagens de Mato-Grosso. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 24, p. 99-104, out. 1956.
- DIAS, Levy. In: BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder (Org.). *Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento (PLANURB), 2006, p. 168-213.
- DUROURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. 1º volume: 1894-1904. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.

ENCISO, Oliva. *“Pensai na educação, brasileiros!”* Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante: 50 anos de luta pela educação e assistência a menores. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 1990.

ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria do Interior e Justiça. *Diagnóstico do menor em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1974.

FERREZ, Gilberto. Diário de viagem de Gilberto Ferrez a Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Paraguai e Bolívia, em agosto de 1955. Diário integrante da exposição *Família Ferrez: novas revelações: de 26 de março a 23 de maio de 2010*, Galeria Olido, São Paulo, SP. [S.l.], 2010. 1 folder. Apoio Prefeitura de São Paulo, Cultura e Fazer Arte. Coordenação geral: Júlia Peregrino. Curadoria: Júlia Peregrino e Pedro Karp Vasquez. Consultoria técnica: Helena Dodd Ferrez.

FIGUEIREDO, Lima. Oeste matogrossense. *Boletim Geográfico*, ano VIII, n. 90, p. 717-718, set. 1950.

FURTADO, Sebastião da Silva. *Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960.

GOMES, Arlindo de Andrade. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: o ramal de Ponta Porã. *Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, p. 16-19, ago. 1936.

\_\_\_\_\_. *O Município de Campo Grande em 1922*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LIMA, Archimedes. *Problemas matogrossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.

LIMA, Aristides (Dir.). *Guia Matogrossense*. Campo Grande: Rui Barbosa, ano 1, n. 1, ago. 1948.

LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Soma, 1978.

LOBATO, Monteiro. De São Paulo a Cuiabá. In: \_\_\_\_\_. *Mundo da lua e Miscelanea*. São Paulo: Brasiliense, 1951, p. 237-272.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2.

\_\_\_\_\_. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1.

\_\_\_\_\_. Os tipos populares da Rua 14. In: \_\_\_\_\_. *Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991, v. 2.

MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/ms/mapams>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MARTINS, Demóstenes. *Campo Grande, aspectos jurídicos e políticos do Município*. Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande, n. 1, 1972.

MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. [S.l.: s.n.], 1944.

MELLO, Raul Silveira de. *Para além dos bandeirantes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

- MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani ou avañee*. Rio de Janeiro: Imprensa Metodista, 1939.
- \_\_\_\_\_. *Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai*. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.
- MOURA, Carlos Francisco. *A Expedição Langsdorff em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1984.
- OLIVEIRA, Severino de. A cidade de Campo Grande. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 39, p. 8, ago. 1935.
- OLIVEIRA VIANNA, F. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933.
- OS TERRITÓRIOS FEDERAIS RECÉM-CRIADOS E SEUS NOVOS LIMITES. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano II, n. 16, p. 449, jul. 1944.
- OS TRILHOS DA NOROESTE CHEGAM A CAMPO GRANDE. *O Estado de Matto Grosso*, Campo Grande, 1 jun. 1914, p. 1.
- Ouro Verde – Revista Ilustrada de São Paulo e Mato Grosso*, n. 23, ago. 1936.
- PEDROSA, Ledir Marques. *Uma vida, uma história*. Campo Grande: Centro Beneficente Português-Associação Luso-Brasileira, 2000.
- PEREIRA, Armando de Arruda. *Heroes abandonados: peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1925.
- \_\_\_\_\_. No sul de Matto Grosso. Vias de comunicação – vehiculos – typos, termos. Linguagem, costumes da fronteira – um pouco de geographia e historia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XXV, p. 225-266, 1928.
- PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. Rosário Congro: o primeiro historiador de Campo Grande. In: CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003, p. 11-20.
- QUEIROLO, Víctor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay*. Asunción: Salesiana, 1969.
- Revista Folha da Serra*, Campo Grande, n. 40, p. 42, ago. 1936.
- RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2. ed. São Paulo: Cultural da Bandeira, 1937.
- RODRIGUES, José Barbosa. Correio do Estado: histórico. Os meios de comunicação em Campo Grande. *ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, Campo Grande, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte, p. 15-16, jan. 1990.
- \_\_\_\_\_. In: ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*: Campo Grande, cem anos de história. Campo Grande: FUNCESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.
- RONDON, Candido. O Estado de Matto Grosso: o que elle nos offerece e o que espera de nós. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Off. Typ. Instituto Muniz Barreto, tomo XXVIII, p. 14-38, 1923.
- RONDON, Frederico. Colonização nacional, o magno problema brasileiro. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano IV, n. 46, p. 1331-1341, jan. 1947.
- RUBIM, Rezende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Nacional, 1939.
- SERRA, Ulisses. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SERRA, Ulisses. Maria Bolacha e Josetti. In: \_\_\_\_\_. Camalotes e guavirais. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SILVA, Hermano Ribeiro da. *Garimpos do Mato Grosso*. Viagens ao sul do Estado e ao lendário Rio das Garças. Rio de Janeiro: Saraiva, 1954.

SILVA, Moacir M. F. Os territórios federais. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, SGEF, ano I, n. 10, p. 43, jan. 1944.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

\_\_\_\_\_. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

SOUZA, Elza Coelho de. *Viagem através do Brasil: Goiás e Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956, v. 10.

STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*. São Paulo: Nacional, 1942.

VIDA RELIGIOSA. Relatório geral dos trabalhos realizados pelas senhoras que dirigiram a reconstrução da Matriz desta cidade – 1929-1934. *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, ano IV, n. 39, p. 19-26, ago. 1935.

VIEIRA, João Honório. Carta de 6 jun. 1886. In: CAMPOS, Peri Alves. Do 1º rancho à locomotiva 44: achegas para a história de Campo-Grande. In: \_\_\_\_\_. 1939 – Album de Campo-Grande. Campo Grande: [s.n.], 1939, p. 4.

## II – Bibliografias

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa: um ensaio inédito de Perseu Abramo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Dióres Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo. In: *Revista de História*, São Paulo, USP, ano XXVII, v. LIII, n. 105, p. 191-214, jan./mar. 1976.

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

AJARA, Cesar. População. In: FIBGE. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 1.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º sem. 1984.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória*. Campo Grande: UFMS, 2006.

ARRUDA, Gilmar. *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947)*. Campo Grande: Instituto Evaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, 1986.

\_\_\_\_\_. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: UEL, 1997.

AZEVEDO, Vitor de. *Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao “Rio das Almazonas”*. São Paulo: Obelisco, 1966.

- BENJAMIN, Walter. A modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um crítico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67-101.
- \_\_\_\_\_. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 153-164.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: UFMS, 2000.
- BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.
- BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: UFMS, 2009.
- \_\_\_\_\_. Uma reflexão sobre a divisão de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 1 ago. 2006, p. 3.
- BÓIS, Lindomar José. *A presença paraguaia em Campo Grande: o bairro "Vila Popular" (1966-2004)*. 2005. 121 f. + anexos. Monografia (Especialização em História Regional) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que fazer quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo/Bragança Paulista: Contexto/USF, 1998, p. 237-258.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-37.
- \_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: imagem e história*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BURSZTYN, Marcel. Introdução. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 20-26.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1970)*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, v. 1.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1958.
- COLUSSI, Eliane Lucia; BALBINOT, Valmíria Antonia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 253-275, dez. 2008.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.
- \_\_\_\_\_. História e violência cotidiana de um “povo armado”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 39, p. 57-73, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. O trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis. *Intermeio: Revista do Mestrado de Educação da UFMS*, Campo Grande, n. 1, p. 53-72, 1995.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920)*. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1991.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DUBY, Georges. *Atlas historique: l'histoire du monde en 317 cartes*. Paris: Larousse, 1988.
- EBNER, Iris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande: UFMS, 1999.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 1.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975, 2 v.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 175-188, out. 2011.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

\_\_\_\_\_.; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 5-13.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC-RJ, 1978.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá nos séculos XIX e XX: biografia de uma cidade através de imagens*. 2004. 353 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Transformações e permanências: imagens e trajetórias urbanas em Cuiabá*. 1995. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GALETTI, Lylia S. Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRECO, Maria Madalena Dib Mereb. *Patrimônio e memória: duas paralelas*. 2005. 63 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Hucitec, 1996.

KRANTZ, Frederick. George Rudé e “A outra história”. In: \_\_\_\_\_. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 10-15.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 35, p. 27-38, dez. 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste: anos 30*. Campinas: UNICAMP, 1985.

LENZ, Maria Heloisa. O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, no século XIX. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 543-560, out. 2006.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 129-145.

LOPES, Aldonei da Silva. *A sojeicultura e o desenvolvimento na Região Meridional de Mato Grosso do Sul (1950-1985)*. 2000. Tese (Doutorado em História Ibero-Americana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. *Agricultura da soja: um marco no desenvolvimento econômico do Mato Grosso do Sul (1970-1985)*. 1996. 273 f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1996.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MALDONADO, Caroline Hermínio; BRAND, Antônio Jacó. A representação indígena guarani em livros memorialistas. *Espaço ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2008.

MARTINE, George. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). *Censos, consensos, contrasensos. Anais do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos*, Ouro Preto, ABEP/Fundação Ford, 1984.

MARX, Karl. La ley sobre los robos de leña. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

- MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Sel. e Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1983, p. 146-181.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.
- \_\_\_\_\_.; MORAES, Mirtes. Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 23-37, jan./jun. 2007.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MORO, Nataniél Dal. A cidade que os meios de comunicação apresentam: viver urbano, espaço público e re-apresentações da realidade cidadina. In: FLÓRIO, Marcelo; BARREIRO FILHO, Roberto Coelho; AVELINO, Yvone Dias. *Olhares cruzados: cidade, história, arte e mídia*. Curitiba: CRV, 2011, p. 223-235.
- \_\_\_\_\_. Cidades, indústrias e operários no sul de Mato Grosso (década de 1950). 2007. In: *59ª Reunião Anual da SBPC*. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.servicos.sbpnet.org.br/sbpc/59ra/senior/livroeletronico/resumos/r2456-1.html>>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- \_\_\_\_\_. De trabalhador rural para operário urbano. 2007. In: *5º Encontro Nacional sobre Migrações*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, set. 2007. Disponível no site: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public\\_tra\\_rur\\_ope.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_tra_rur_ope.pdf)>. Acesso em 14 dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Migração, trabalho e economia no sul de Mato Grosso. In: *Caderno de Resumos do II Congresso Sul-Americano de História*. Passo Fundo: UPF, p. 146-147, 2005.
- \_\_\_\_\_. Modernidade no sul de Mato Grosso: observações do viajante Rezende Rubim. In: *Anais do X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Simpósio Internacional de História e XIII Semana de História da UFMS/CPTL*. Três Lagoas: UFMS, 13 a 16 de julho de 2010, p. 1454-1474. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do Estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70). *História em Reflexão: Revista Eletrônica História da UFGD*, v. 3, n. 6, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/474/342>>. Acesso em: 27 dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. População rural e população migrante na “constituição populacional do espaço urbano” da cidade de Campo Grande. In: *Programa e Resumos do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: história e historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados: UFGD, out. 2006.
- \_\_\_\_\_. Reflexões de Walter Benjamin para pensar o “povo comum”. *Sinais: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI), Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*, Vitória, ed. 05, v. 1, set. 2009.
- \_\_\_\_\_. Representações da elite sobre o “povo comum” na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). *Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História da UFGD*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadores migrantes no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* São Paulo: SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_417.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_417.html)>. Acesso em: 5 abr. 2007.

- PACHECO NETO, Manuel. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. *Educação e fronteiras*, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2010.
- PECHMAN, Robert Morses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PEDROCCO, Giorgio. A indústria alimentar e as novas técnicas de conservação. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Dir.). *História da alimentação*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 763-778.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *As emergências dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. 4. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920*. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Nacional, 2001.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SALLES, Catherine. *Nos submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 210-230.
- SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
- SOUZA, Fabio William. *Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio*. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2011.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185-201.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEYNE, Paul. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VILAR, Pierre. História do direito, história total. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, EDUC*, São Paulo, n. 33, p. 19-44, dez. 2006.

XAVIER, Maria Madalena. *O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhanhá de Campo Grande*. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. *Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais. Uma história do sindicalismo em Campo Grande-MS, 1928-1979*. 2001. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca (UNESP), Franca, 2001.

\_\_\_\_\_. *Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.